

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "A" AO Nº 166 SÁBADO, 17 DE OUTUBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de agosto de 2015 4
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2015 34
Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de agosto de 2015 76
1.2 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2015 174
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2015 210
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2015 257
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2015 282
1.3 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2015 302
1.4 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2015 317
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 2015 343
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2015 358

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia doze de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Romero Jucá, Magno Malta e a Senadora Fátima Bezerra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012 - Não Terminativo. Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Relatoria: Senador Aécio Neves. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando a Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2. Observações: Durante a discussão, o Senador Aécio Neves reformula o Substitutivo oferecido como conclusão do Relatório para acatar sugestão da Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo). ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para tipificar penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do Advogado e o exercício ilegal da Advocacia, e dá outras providências. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2013 - Não Terminativo. Torna obrigatória a emissão de documentos relativos a órteses, próteses e outros materiais implantáveis. Autoria: Deputado Beto Albuquerque. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto. ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, de 2014 - Não Terminativo. Regula a investigação criminal militar conduzida por Oficiais Militares Estaduais e do Distrito Federal e dá outras providências. Autoria: Deputado Gean Loureiro. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Autoria: Deputado Edmilson Rodrigues e outros. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Favorável ao Projeto. Observações: Aprovado Requerimento nº 13, de 2015-CCJ de URGÊNCIA para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a pesquisa clínica. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, de 2015 - Não Terminativo. Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente. Autoria: Senador Renan Calheiros e outros. Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Observações: Em 12/08/15, o Senador Antonio Anastasia apresentou a Emenda nº 1, acolhida pelo Relator, e o Senador Ricardo Ferraço apresentou as Emendas nºs 2 a 4, que foram retiradas durante a discussão. Resultado: Concedida vista aos Senadores Humberto Costa e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Durante a leitura do Relatório, a Senadora Marta Suplicy solicita o registro em Ata de que a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou o Ofício nº 446/2015-GSGH, juntado à matéria, no qual aponta erro de redação cometido no quinto parágrafo da justificação da Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ. EXTRAPAUTA: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal,

urgência para o PLC nº 17, de 2015. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte e um minutos do dia doze de agosto de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011; ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012; ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, está aberta a 20ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 21.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Podemos propor inversão de pauta?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu também gostaria de pedir inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. V. Exª pode formular o requerimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de pedir a inversão, Presidente. Há um projeto não terminativo, o item 16 da pauta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – E eu gostaria de pedir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, está deferido o pedido de inversão formulado por V. Exª, em relação ao item 16.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu gostaria de pedir do item 21, que é de autoria da Senadora Gleisi, que se encontra aqui, e eu sou a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, a Mesa atende o pedido da Senadora Marta Suplicy em relação ao item 21, que será apreciado após o item 16.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, de 2014
- Não terminativo -

Regula a investigação criminal militar conduzida por Oficiais Militares Estaduais e do Distrito Federal e dá outras providências.

Autoria: Deputado Gean Loureiro
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento as Senadoras e os Senadores aqui presentes. Vamos ao relatório.

Vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara, PLC n° 108, de 2014, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a investigação criminal militar no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

Em síntese, o PLC em questão pretende disciplinar, nos Estados e no Distrito Federal, o exercício da função de apuração de infrações penais militares por Oficiais Militares Estaduais e também do Distrito Federal.

Na justificação, o autor da proposição, ilustre Deputado Gean Loureiro, afirma que, aspas, "há muito que se vem sentindo falta de um corpo harmônico de normas que permita adequar a Polícia Judiciária Militar às concretas finalidades legais que lhe cumpre prosseguir", fecha aspas.

Diante disso, conclui o referido Parlamentar, que o projeto em questão "visar dotar a Polícia Judiciária Militar do diploma orgânico próprio".

Não foram apresentadas emendas ao PLC no prazo regimental.

Análise. Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito processual penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

Além disso, nos termos do inciso XXI do mesmo artigo, compete à União, de forma privativa, estabelecer normas gerais de organização das polícias militares. Por sua vez, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1° do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna. O Inquérito Policial Militar (IPM) destina-se à apuração sumária de fato (e sua autoria), que configure, nos termos da legislação, crime militar. Tem como objetivo fornecer elementos para a análise do fato delituoso com todas as suas circunstâncias e, consequentemente, para a propositura de denúncia pelo Ministério Público Militar e a instauração do respectivo processo penal militar.

Atualmente, a norma que rege a investigação criminal militar é o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Militar). No art. 7º, há uma relação de autoridades militares responsáveis pelo exercício da polícia judiciária militar. Entretanto, nos termos de seu §1º, tal atribuição pode ser delegada "a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado". Ademais, caso haja delegação, ela deverá recair em oficial de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva (remunerada ou não), ou reformado.

Por sua vez, o Código de Processo Penal Militar designa o responsável pelo IPM como "encarregado".

Segundo o art. 13, o encarregado é o responsável por, dentre outras medidas, ouvir o ofendido e o indiciado, inquirir testemunhas, proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas, realizar acareações, determinar o exame do corpo de delito e elaborar o relatório final. Além disso, nos termos do art. 15, "será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente".

Feitas essas considerações, verifica-se que as atribuições do encarregado, no âmbito da investigação penal militar, são semelhantes àquelas desempenhadas pelo Delegado de Polícia, que é o responsável pela investigação e apuração de crimes comuns, nos termos do Código de Processo Penal.

Sendo assim, entendemos que são relevantes as contribuições trazidas pelo PLC nº 108, de 2014, que confere ao Oficial Militar Estadual e do Distrito Federal a condução da investigação criminal, por meio de IPM, para a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais militares praticadas por militares do Estado e do Distrito Federal.

Ademais, o PLC, além de estabelecer as atribuições do Oficial que preside o IPM (requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos), dispõe sobre diversas garantias para o exercício dessas tarefas: i) isenção, imparcialidade, autonomia e independência na condução da investigação criminal militar; ii) impossibilidade de avocação por superior hierárquico, salvo por motivo de interesse público e mediante despacho fundamentado; iii) impossibilidade de afastamento compulsório do Oficial que preside a investigação criminal militar, salvo por motivo de interesse público e nas hipóteses previstas em regulamento específico.

Finalmente, o PLC confere ainda ao cargo de Oficial Militar Estadual e do Distrito Federal que tiver como requisito para a posse o bacharelado em Direito o mesmo tratamento dispensado aos delegados de polícia, advogados, defensores públicos, magistrados e membros do Ministério Público.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação, lembrando que o parecer do Relator é favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

Há um tema, Sr. Presidente, de enorme interesse para o País e que vem sendo debatido nesta Casa há pelo menos três anos, cuja iniciativa é do Senador João Capiberibe. O Senador João Capiberibe apresentou uma proposta para a criação de um novo fundo, o Fundo Nacional de Segurança Pública, que dependerá obviamente, para sua efetivação, de lei complementar. Esta matéria já veio à pauta inúmeras vezes, mas sempre por razões de inversão de pauta ou de outras prioridades da Mesa, a sua votação vem sendo postergada.

Portanto, em entendimento com o Senador Capiberibe, e já havia conversado com inúmeros membros desta Comissão, esta proposta se encontra no quinto item da pauta desta reunião. Trata-se da PEC nº 24, de 2012. Quero solicitar de V. Exª a inversão de pauta, para que ela possa ser finalmente votada na reunião de hoje, se possível imediatamente após o próximo item.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como não há objeção à proposta formulada por V. Exª, o projeto será apreciado com o benefício da inversão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Capiberibe, autor da proposição.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Apenas informar, Sr. Presidente, que, na reunião do Colégio de Líderes ontem, eu fiz uma rápida apresentação da PEC 24, falando desse constrangimento que vivemos no País com a violência crescente. Comparativamente aos nossos vizinhos, estamos mergulhados num banho de sangue: temos em torno de 32,4 assassinatos para cada grupo de 100 habitantes. Então, é muito alta a violência no nosso País!

A ideia é formular uma proposta de política nacional. A PEC, mais do que obter recursos, pretende que a União se envolva diretamente, junto com os Estados, integre com os Estados uma política. Pelo que entendi, pelo silêncio e pela aprovação do Presidente, há entendimento na aprovação dessa PEC. Os Líderes todos consentiram. Eu entendi que há um entendimento, há um consenso em relação à PEC.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª mencionou a minha opinião sobre essa matéria. Eu acho que nós não vamos ter solução para o problema da violência no País se a União não participar de forma significativa no processo de combate à violência. Mesmo os Estados mais ricos, como São Paulo, só para citar um, não têm condição de enfrentar esse problema, em pleno século XXI, caracterizado pelo surgimento de novos focos de violência, especialmente aqueles relacionados ao tráfico de drogas.

Eu acredito que o Governo da União precisa entender esse fenômeno. Segurança não é apenas um problema dos Estados; é também, e sobretudo, um problema da União, porque a questão da segurança hoje tem uma amplitude muito grande. Afeta várias camadas da sociedade como uma verdadeira epidemia.

V. Exª tem inteira razão e disse certo sobre o meu pensamento: eu sempre defendi esse ponto de vista. Na campanha de governador, esse foi um dos pontos que elencamos como essenciais a uma nova ordem social e econômica no País.

Vamos ao item 21.

ITEM 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.
Observações:

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Marta Suplicy, para proferir o seu voto.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, que tem como primeira signatária a Senadora Gleisi Hoffmann, e cujos fins estão expressos na emenda, insere os §§19 e 20 no art. 166 da Constituição Federal, estabelecendo que emendas individuais ao Projeto de Lei de Orçamento Anual poderão alocar recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados ou ao Fundo de Participação dos Municípios, com indicação

expressa do ente federado beneficiado. Os recursos serão repassados diretamente ao componente da Federação, independente de convênio ou instrumento congênere, passando a pertencer aos cofres do recebedor.

A emenda entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da elaboração da Lei do Orçamento anual de 2017.

A PEC não recebeu emendas.

Eu gostaria de lembrar, antes...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de interromper a oradora para pedir aos presentes que não interrompam a realização desta reunião e que guardem o necessário silêncio, para que os componentes da Comissão possam ouvir e participar das discussões.

V. Exª pode prosseguir.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu gostaria de lembrar, antes de fazer a análise do relatório da Senadora, que a presente proposta de emenda à Constituição foi uma das que foram listadas entre aquelas com recomendação para aprovação imediata pela Coordenação de Organização Administrativa e Serviços Públicos no âmbito da Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo, que teve como coordenador o Senador Antonio Anastasia, que disse que os Estados e Municípios teriam maior autonomia para executar os projetos conforme as suas necessidades, pois os recursos seriam considerados como pertencentes desde logo ao ente federativo.

Vamos à análise:

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentar parecer às propostas de emenda à Constituição.

Quanto à constitucionalidade da PEC, verificamos terem sido observados os requisitos descritos no art. 60 da Lei Maior, a saber: a proposta conta com o número mínimo exigido de subscrições de Senadores; não existe óbice de natureza circunstancial à tramitação da PEC, consistente na vigência de estado de sítio, de defesa ou de intervenção federal; as alterações promovidas no Texto Constitucional não atentam contra nenhuma das cláusulas pétreas enumeradas no §4º do art. 60 da Carta Magna.

A proposição foi redigida segundo os ditames da boa técnica legislativa, de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Ademais, a PEC está seguindo tramitação regular e obedece aos ditames regimentais.

No mérito, concordamos com os autores da proposta. Há, sim, necessidade de se desburocratizar a transferência de recursos para Estados e Municípios, gerando economia para a União e maior autonomia para os demais entes federados. Caberá a estes definir como utilizarão os recursos que lhes serão carreados.

Ao tempo em que homenageamos a iniciativa da Senadora Gleisi, informamos que chegamos ao entendimento de que há espaço para aprimoramento da PEC, motivo pelo qual apresentamos emenda que altera o §20.

Primeiramente, a emenda ajusta o texto para evitar referência geográfica e imprecisa. Especificou-se no §19 em vez de parágrafo anterior.

Por fim, tratando-se de recursos que devem ser transferidos, e que, mesmo antes da transferência, devem ser considerados pertencentes ao ente federado destinatário, não é coerente falar em "recursos transferidos na forma...". Modificamos a frase para que fique assim: "recursos de que trata o §19". As outras modificações de forma, menos importantes, decorreram das que mereceram destaque.

Assim sendo, postamo-nos pela conveniência, oportunidade e utilidade da proposição, bem assim pelo seu acolhimento, pois consideramos que ela tende a promover um reequilíbrio na relação entre a União e os demais entes da Federação, por meio dos Parlamentares, que também terão suas ações valorizadas.

Eu gostaria de informar que a Senadora Gleisi apresentou ofício apontando um erro de redação na justificativa do projeto que estaria dando margem a interpretações equivocadas quanto ao papel dos órgãos de fiscalização em relação aos recursos, caso a PEC fosse aprovada.

Sugere-se, então, registrar essa iniciativa para constar da ata da reunião.

Registre-se que a Senadora Gleisi Hoffmann solicitou incluir no processado da presente proposta de emenda à Constituição o Ofício nº 446/2015, no qual aponta erro de redação cometido no quinto parágrafo da justificação, que permitiria entendimento equivocado de que a referida PEC teria o condão de poupar o trabalho de fiscalização da CGU e do TCU, algo que, em momento algum, a proposta intenta fazer.

Nenhum de seus dispositivos altera ou interfere nos mecanismos de fiscalização vigentes.

Como não há dispositivo regimental que permita corrigir erro de redação na justificativa de proposição, além do ofício da autora que passa a acompanhar o processado da matéria, faço aqui esta ressalva, como Relatora, para que conste em ata da presente reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Voto. Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao §20 do art. 166 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015:

"Art. 166.

§20 Os recursos de que trata o §19 são adicionais aos descritos no art. 159, inciso I, pertencem aos respectivos entes federativos e serão repassados diretamente, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere." (NR)

Esse é o voto.

Eu gostaria de acrescentar que, tendo sido Ministra do Turismo e da Cultura, creio que esse será um grande benefício, no sentido de que, muitas vezes, os Parlamentares fazem emendas, mas, depois, o próprio Ministério não consegue agilizar. Também os Municípios e os Estados terão, de forma – entre aspas – "discricionária", a possibilidade de utilizar, conforme sua necessidade, esses recursos.

Parabenizo a Senadora Gleisi Hoffmann e os outros signatários, porque, realmente, esse é um projeto de lei que vai ajudar muito os Estados e os Municípios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra à Senadora, autora da proposição, Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não é para discutir, Sr. Presidente, mas apenas para agradecer à Senadora Marta Suplicy e a todos os Senadores que manifestaram apoio, principalmente o Senador Anastasia, que foi um entusiasta também da proposta.

Acredito, como relatou a Senadora Marta Suplicy, que vamos agilizar o repasse desses recursos para os Municípios, desburocratizando, sem abrirmos mão da fiscalização seja do Tribunal de Contas da União, seja da Controladoria-Geral da União, que já fiscaliza a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira manifestar-se na discussão da matéria, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com a emenda da Relatora, a matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que possa refletir sobre a relevância, a importância de pautar um projeto que tramita nesta Casa desde 2012 – estamos prontos para enfrentar este debate aqui, na Comissão de Constituição e Justiça – e que aperfeiçoa e atualiza o Código de Defesa do Consumidor (CDC), incorporando, inclusive, novas diretrizes e novas realidades. O CDC está fazendo 25 anos. À época em que ele foi instituído, não havia, por exemplo, na realidade, no mercado de consumo, o comércio eletrônico, plataforma que hoje movimenta milhões de brasileiros.

Para estabelecer regras, critérios, princípios e transparência, assim por adiante, seria muito importante que pudéssemos fazer o enfrentamento desse novo Código, considerando que, ao longo desses anos, foram muitos os debates e audiências públicas feitos aqui, na Comissão, e que, ao longo desse período, conseguimos, de certa forma, elaborar um texto muito próximo da convergência.

Então, eu queria apelar a V. Exª, na condição de nosso Presidente – e é bom Presidente –, no sentido de que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...V. Exª pudesse pautar esse tema, que é um tema aguardado e que reúne enorme expectativa por parte da sociedade brasileira.

É o apelo que faço a V. Exª, na expectativa de que nós possamos ainda, quem sabe, no mês de agosto, deliberar sobre esse tema, que terá, além disso, que ir para a Câmara, porque se faz necessária a atualização do Código de Defesa do Consumidor.

É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concordo inteiramente com V. Exª sobre a oportunidade desse instrumento de defesa do consumidor, o Código de Defesa do Consumidor. E V. Exª frisa muito bem: o Código vigente já está um tanto superado ante as novas realidades econômicas, sociais, sobretudo do mercado.

O projeto, que tem como Relator V. Exª, já está com o relatório concluído e será incluído na pauta da próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, eu pediria também a V. Exª que priorizasse e, se possível, incluísse na pauta já da próxima reunião o Projeto de Lei do Senado nº 402/2015. É uma sugestão da Associação dos Juízes Federais do Brasil que propõe importantes e corretas alterações ao sistema recursal processual penal. Esse momento que vive o País justifica esse debate. Creio que fortalece a necessidade de aprimorarmos a legislação, com base na experiência que se recolhe agora das investigações, especialmente com a Operação Lava Jato. O Relator é o Senador Ricardo Ferraço, que já apresentou seu parecer ao projeto. Nós solicitamos preferência para a inclusão em pauta do Projeto nº 402, relatado pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido, na forma regimental. O projeto será incluído na pauta da próxima reunião.

ITEM 5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012
- Não terminativo -

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Favorável à proposta, nos termos do substitutivo que apresenta o Relator, acatando a Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2.
Observações:
- Em 03/06/2015, foi apresentada a Emenda n° 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares;
- Em 16/06/2015, foi apresentada a Emenda n° 2, de autoria da Senadora Simone Tebet.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para proferir seu relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura do relatório, faço aqui o registro de que essa iniciativa do Senador João Capiberibe já vem sendo objeto de discussões setoriais nesta Casa e em entidades e associações Brasil afora ligadas à área de segurança pública. Portanto, o Senador João Capiberibe, na verdade, incorpora, apresenta uma proposta fruto de inúmeras outras sugestões que vieram ao longo do tempo amadurecendo, o que permitiu que apresentássemos, hoje, algo que pode significar a mais efetiva participação do Senado Federal e, obviamente, do Congresso Nacional, para o enfrentamento desse drama cotidiano que só faz crescer Brasil afora, que é o aumento da criminalidade e da insegurança.

Todos nós assistimos ao avanço incontrolável da criminalidade, o crime cada vez mais organizado, o sentimento de impunidade cada vez mais acentuado. Essa proposta, na verdade, vem suprir também uma omissão do Governo Federal a que assistimos ao longo dos últimos anos, que vem fazendo com que sequer o Fundo Nacional de Segurança e o Fundo Penitenciário venham sendo executados na sua plenitude.

Tenho, Senador Maranhão, outra proposta que vem na sequência, não na reunião de hoje, mas que, nas próximas reuniões, pretendo trazer também à apreciação desta Casa, que impede o contingenciamento dos recursos dos fundos da área de Segurança Pública.

Assim como acontece com recursos, por exemplo, da Educação, ou da Ciência e Tecnologia, eles terão que ser transferidos mensalmente, portanto, por duodécimos, aos entes federados que a ele façam jus.

Portanto, feita essa introdução, acredito que, depois da lei complementar que virá a regulá-lo, é essencial que nós estabeleçamos também um cronograma de liberação desses recursos, para que não fiquemos à mercê da boa vontade de um governo eventual, circunstancial, como ocorre hoje com o Fundo Nacional de Segurança Pública, que não teve sequer um terço dos seus recursos liberados no último ano.

É o relatório que passo a ler, Sr. Presidente:

Submete-se à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição de nº 24, de 2012, que tem como primeiro signatário o Senador João Capiberibe e cujo objetivo está transcrito nesta ementa.

A proposição inclui cinco artigos. O art. 1º acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir, no âmbito do Poder Executivo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a ser regulado por lei complementar federal, já estabelecendo algumas das suas características.

O art. 2º define as fontes de recursos que comporão o fundo, enquanto o art. 3º estatui a destinação que será dada a esses recursos e determina parâmetros a serem seguidos na sua repartição entre os entes federados.

O art. 4º altera o inciso IV do art. 167 da Carta Política, adequando-o aos ditames que se pretende estabelecer com a proposição.

O art. 5º, por fim, define a vigência da norma para um ano após a sua promulgação.

Foram recebidas duas emendas, a Emenda nº1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, com objetivo de adequar o texto da proposição às particularidades do Distrito Federal, no tocante ao recebimento de recursos para a segurança pública.

E a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Simone Tebet, que pretende suprimir a parcela de contribuição do Fundo atribuída aos Municípios. Falarei disso na sequência.

Análise. Cabe, portanto, a esta Comissão, nos termos do art. 101, I e II, "c", c/c o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito dessa matéria.

Por ser apoiada por mais de um terço dos membros do Senado Federal, a legitimidade da iniciativa para a propositura da PEC nº 24, de 2012, encontra fundamento constitucional no inciso I do art. 60 da Constituição.

A proposição em exame não vulnera cláusula pétrea da Lei Magna, tampouco conflita com disposição do Regimento Interno do Senado. Outrossim, não vige no País intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Portanto, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Sob o aspecto da técnica legislativa, no geral, a PEC está adequadamente redigida, seguindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Contudo, avaliamos necessários alguns ajustes, cuja natureza e extensão impõem a proposição de um texto substitutivo.

Antes de tratarmos das questões objeto das inafastáveis adaptações, devo, mais uma vez, de público, louvar a iniciativa do Senador Capiberibe. E considerando a proposição de indiscutível mérito e oportuna, por essas razões, a apoiamos na sua plenitude.

A observação mais importante que fazemos, e que é o cerne das alterações sugeridas, é quanto ao fato de o fundo proposto não ser temporário, indicando que não deva ser criado por meio de inclusão de dispositivos no ADCT. Daí propormos acréscimos ao texto permanente da Carta Política, no Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III – Segurança Pública.

Na análise das emendas, acolhemos a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, por deixar detalhados, com maior clareza, os aspectos peculiares do financiamento da Segurança Pública no Distrito Federal.

Quanto à emenda da Senadora Simone Tebet, não obstante a louvável preocupação quanto às receitas dos Municípios, a presente proposta de emenda constitucional transfere para Lei Complementar toda a regulamentação sobre o percentual da contribuição desses entes da Federação, momento no qual poderemos fazer uma ampla discussão sobre esse tema.

Mas faço aqui uma ressalva. Não sei se está presente a Senadora Simone Tebet.

Ouvida a argumentação da Senadora e concordar com ela, quero informar ao Plenário que estou incluindo como emenda de redação, Senador Simone, no art. 144, inciso III, uma substituição do termo "do", quando se fala "a parcela do imposto de que trata o art. 156", substituo para "a parcela correspondente do imposto", porque acredito que atende à preocupação de V. Exª que, ao fundo, era não suprimir receitas que são hoje relevantes para os Estados e, na verdade, para os Municípios brasileiros.

Mas a síntese, Sr. Presidente – prefiro fazê-la para que fique claro aos Srs. Parlamentares, Srs. Senadores que ainda não conhecem a fundo esse projeto – eu diria, sem ler os ditames técnicos que talvez afastem a compreensão de muitos que nos ouvem neste momento, seria a proposta do Senador Capiberibe. E o nosso substitutivo é da seguinte forma:

Primeiro lugar, ele institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, regulado por lei complementar, cujo objetivo é o aprimoramento das atividades de Segurança Pública desempenhadas pelos Estados e pelo Distrito Federal.

Segundo lugar, é importante salientar, Srs. Senadores, que lei complementar ainda irá regular a aplicação desse fundo. E, nesse sentido, todos os percentuais dos tributos que comporão os recursos do fundo serão discutidos exatamente quando da elaboração dessa lei complementar em um contexto de maior equidade tributária entre os entes federativos e ouvidas, como fizemos até aqui, as entidades, as organizações que trabalham na questão da Segurança Pública.

Terceiro, a execução financeira, Senador Capiberibe, do fundo é efetuada mediante transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, provenientes das seguintes fontes de receita, e para isso chamo a atenção dos ilustres Senadores e do Senador Blairo Maggi.

Estamos aqui detalhando quais seriam as fontes primárias de alimentação desse fundo.

I – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, IV, referente às indústrias de armamento e material bélico;
II – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 155, II, referente às indústrias de armamento e material bélico;
III – a parcela do imposto de que trata o art. 156, III, referente às empresas de segurança privada;
IV – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, V, referente às instituições financeiras;
V - cinquenta por cento dos valores apurados em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilícita, oriundas do crime em geral;
VI – dotações orçamentárias;
VII – doações que forem feitas em favor do Fundo;
VIII – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do Fundo.

Determina também esse substitutivo que os recursos integrantes do Fundo de que trata esta PEC não se aplicará o disposto nos arts. 159, repartição contra os fundos constitucionais, como o FPE e FPM, e 167, que veda a vinculação de impostos a órgãos, fundos ou despesas.

Assim, ficam garantidas as receitas para a Segurança Pública, independente de outras vinculações constitucionais já previstas.

Ainda, quando um Estado, como o Distrito Federal, Senador Ataídes, tiver parte da sua receita vinculada ao fundo em face da obrigatoriedade constitucional, a parcela dos recursos do fundo a que fará jus não poderá ser inferior ao valor com o qual contribuiu, porque, senão, estaremos, na verdade, usurpando, estaremos retirando de Estados aquilo que queremos oferecer a eles.

Ainda, os recursos do Fundo destinam-se a aparelhamento, remuneração, capacitação e integração dos órgãos de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, porque as demandas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são diversas. Em determinados Estados, a prioridade imediata é uma remuneração mais adequada aos agentes de Segurança Pública. Em outros, trata-se de capacitação desses mesmos agentes. Em outras, o aparelhamento das forças de segurança.

Portanto, esse fundo permite que haja uma flexibilidade no momento da definição pelo órgão que vai geri-lo de quais são as prioridades de cada ente federado.

Ainda, a fiscalização do fundo é competência do Tribunal de Contas da União e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal, como obviamente não poderia deixar de ser.

Ressalto ainda que os critérios de distribuição do fundo serão determinados na referida lei complementar, devendo levar em consideração – e já avançamos, Senador Jorge Viana – nos seguintes aspectos. Falo dos critérios que deverão nortear, no momento da elaboração da lei complementar, a distribuição desses recursos: os indicadores de violência em cada ente federado; o percentual dos alunos matriculados na educação básica em relação à população do Estado;

Ele deve servir, portanto, como indutor, estimulador de que haja um número cada vez maior e uma preocupação cada vez maior dos governantes na ampliação das matrículas na educação básica.

Levar-se-á em conta também o nível de aparelhamento e o quantitativo das forças de segurança pública estaduais frente ao tamanho das respectivas populações, estimulando que não haja uma dependência maior dos Estados a esse fundo, mas, ao contrário, um estímulo para que os Estados que mais se disponham a investir na área de Segurança Pública tenham o apoio federal desse Fundo para fazê-lo.

Ainda, as remunerações dos integrantes das corporações relacionadas nos incisos IV e V do art. 144 da Constituição Federal – Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares –, atribuindo valoração positiva às médias remuneratórias, estimulando, da mesma forma, que haja um estímulo para que os governos dos Estados, obviamente no limite das suas finanças, possam avançar na melhoria da remuneração dos agentes da área de segurança pública.

E ainda, ao final, nos casos de emprego das Forças Armadas em apoio às situações de segurança pública e/ou em operações de garantia da lei e da ordem, haverá transferência de recursos desse fundo – eventualmente, nesses casos, quando houver, portanto, deslocamento das forças de segurança federais, das Forças Armadas, para os Estados – para o Ministério da Defesa, para ressarcir esses gastos, conforme as necessidades apresentadas.

Ao final, ressalto os pontos mais importantes para a aprovação desta proposta de emenda à Constituição, que certamente terá um impacto extremamente positivo, aumentando os recursos para a segurança dos cidadãos brasileiros e definindo, desde já, com absoluta clareza, as fontes que irão alimentá-lo.

A PEC delega a sua regulamentação – repito mais uma vez – para uma lei complementar, que será amplamente debatida no Congresso Nacional, com a participação, em especial – repito –, das entidades e associações e as forças de segurança espalhadas por todo o Brasil.

Nesse sentido, não existe um problema para a alardeada e confirmada falta de recursos do Executivo, mas é preciso adiantar o debate. E é fundamental, Sr. Presidente, que esta Casa, que o Senado Federal e, hoje, a Comissão de Constituição e Justiça deem uma sinalização clara para a sociedade brasileira de que o Poder Legislativo está apresentando propostas relativas à área de Segurança Pública, já que não tivemos ações consistentes por parte do Poder Executivo até este instante nos últimos anos. O Governo Federal tem falhado – a verdade é esta – também no controle das nossas fronteiras, possibilitando uma entrada cada vez maior de drogas, armas e produtos contrabandeados. É essencial que os Estados estejam mais bem aparelhados, em especial os Estados de fronteira, para auxiliar, Senador Blairo, neste combate e evitar o aumento da violência, principalmente nos grandes centros urbanos, mas não apenas neles.

Ao final, as organizações criminosas, sabemos todos, têm aumentado a complexidade de suas ações delituosas, estendendo cada vez mais as suas operações por diversos Estados e regiões do Brasil, e fazem isso de forma simultânea. Isso requer, portanto, maior eficiência e demanda de recursos para os entes federados no sentido de uma atuação em conjunto no combate à criminalidade.

Encerro, Sr. Presidente, este relatório, em que apresento o substitutivo e peço a sua aprovação, ressaltando, na presença de inúmeros ex-governadores de Estado, inclusive o autor desta proposta, que o enfrentamento da questão da criminalidade e do aumento da violência deve ser sempre uma ação compartilhada entre os vários entes federados, obviamente com a participação da sociedade.

Lembro-me de que, no nosso período de governo de Minas Gerais e no período subsequente, do Governador Anastasia, que está aqui presente, fomos o Estado da Federação que, percentualmente, mais investiu na área de Segurança Pública, algo em torno de 13,5% da nossa receita.

Nem por isso conseguimos avançar da forma que gostaríamos, apesar de termos tido redução de inúmeros indicadores de criminalidade. Isso é uma demonstração de que, solitariamente, nas condições atuais, com a fragilização da Federação, dos Estados e Municípios em especial, não haverá o enfrentamento minimamente adequado ao crescimento da criminalidade, às organizações criminosas se não houver o incremento de recursos, e este fundo, obviamente, se incorporará aos esforços do Fundo Penitenciário, do Fundo Nacional de Segurança.

Mas repito, para encerrar, definitivamente, que é fundamental que aprovemos na sequência uma proposta que garanta a aplicação por duodécimos e com critérios absolutamente claros de todos esses fundos, para que não fique, portanto, à mercê da boa vontade ou da avaliação subjetiva do eventual governante a liberação ou o contingenciamento desses recursos, como vem acontecendo nos últimos anos.

É, portanto, o parecer que apresento e para ele peço o apoio dos meus nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão, estando inscrita, em primeiro lugar, para falar sobre a mesma, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Peço a palavra também, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa, porque realmente a questão da segurança é uma preocupação de todos nós, e a forma como os recursos são distribuídos, a quantidade dos recursos, tem sido sempre mínima em relação às necessidades.

Eu pondero sobre a criação do fundo, porque, primeiro, a quantia que vai ser obtida é bastante pequena e não sei se vai fazer tanta diferença. Mas a iniciativa é interessante, e vou votar a favor, porque vai fazer com que o Ministério da Justiça, que é a União, faça uma distribuição de recursos; que, realmente, passe a existir essa distribuição e que não seja de forma só discricionária, que não corresponda às necessidades diferentes de cada ente da União.

Então, o projeto eu não acredito que seja – nem pretende ser – uma solução; é um passo de uma tentativa de recursos. Acho que a emenda da Senadora Simone foi muito bem lembrada, e o acatamento dessa emenda pelo Senador Relator Aécio Neves foi muito bom. Acredito que isso terá que ser ainda repensado.

Eu até gostaria de ouvir mais a discussão, porque me parece que é um gesto, é uma ideia, uma iniciativa muito boa, mas o montante a ser colocado nesse fundo não vai fazer tanta diferença, a não ser pelo que eu falei, que a União vai ser obrigada a colocar o recurso.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em seguida, com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, eu requeiro a minha inscrição.

Sr. Presidente, Senador Capiberibe.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, depois que o Presidente passe a palavra para outro debatedor, logo em seguida, eu pediria a inversão do item 19. Lemos esse relatório na semana passada. É apenas para pedir a inversão de pauta do item 19.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Atendido o pedido de V. Exª, o seu projeto será beneficiado pelo privilégio da inversão de pauta.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está inscrito em seguida o Senador Ferraço.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir inversão de pauta do item 15.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O pedido de V. Exª, não havendo objeção, será atendido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimento, em primeiro lugar, o Senador Capiberibe pela oportunidade e pela conveniência da proposta que submete à Comissão de Constituição e Justiça e, de igual forma, ao Senador Aécio Neves, que a incorporou, a meu juízo, aperfeiçoando a boa iniciativa do Senador Capiberibe, que dá clareza, e não apenas clareza, mas efetividade, Sr. Presidente, ao art. 144 da Constituição, que consagra ser Segurança Pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Apesar desse texto consagrado na Constituição Federal, o tema Segurança Pública não está caracterizado em nosso Pacto Federativo, na distribuição e no compartilhamento de tarefas e responsabilidades.

O Constituinte também escreveu, nos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, um conjunto de competências que seriam comuns, Senador Jorge Viana, à União, aos Estados e aos Municípios, definindo regras claras e compartilhamento de responsabilidades com temas que são essenciais à sociedade, como questões relacionadas à saúde – daí o desdobramento do SUS – e à educação. Mas não fez o mesmo com a Segurança Pública, tema que está presente hoje no dia a dia das famílias brasileiras, pelo que representa para a sociedade brasileira esse tema que traz angústia e preocupação e que se vem transformando, nos últimos tempos, em verdadeira epidemia em nosso País, pela escalada da violência e da criminalidade que tem, sobretudo, a sua origem no tráfico de drogas e no tráfico de armas.

Esse projeto, portanto, estabelece um fundo e se propõe à criação até mesmo de um Sistema Nacional de Segurança Pública, com regras, com diretrizes e com recursos que possam sustentá-lo, considerando que Segurança Pública tem sido um tema de exclusiva responsabilidade dos Estados brasileiros.

Portanto, o Senador Capiberibe traz, em boa hora, uma proposta que inclusive dialoga com outra proposta de emenda constitucional, já aprovada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, de nossa autoria, que estabelece também mudanças no art. 23, concluindo como competência comum Segurança Pública e, no art. 24, estabelecendo que compete à União, aos Estados e a Municípios legislar concorrentemente sobre Segurança Pública, tema hoje que é do limite da autonomia do ente federado Estado.

Portanto, trata-se de um avanço, Sr. Presidente, naturalmente matéria que merecerá de nossa parte todo o apoio, com entusiasmo.

Nós, daqui a poucos dias, enfrentaremos também nesta Comissão uma outra PEC, a PEC 33, de minha autoria, que está sendo relatada pelo Senador Walter Pinheiro. Já foi aprovada nesta Comissão e recebeu emendas no plenário do Senado. Portanto, por conta dessas emendas, o Senador Walter Pinheiro deverá relatar essa outra emenda aqui na Comissão de Constituição e Justiça, que estabelece não apenas competência comum, mas também estabelece que compete à União, aos Estados e aos Municípios legislar concorrentemente sobre esse tema que é central, do dia a dia da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentos ao Senador Capiberibe e ao Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, serei sucinto, mas gostaria de cumprimentar o Senador João Capiberibe pela feliz iniciativa, buscando arquitetar um instrumento, uma ferramenta, de natureza administrativa para viabilizar o repasse de recursos no combate à violência no País.

Cumprimentos extensivos ao Senador Aécio pelo aprimoramento da proposta, com sugestões importantes, porque o que se destaca no combate à violência é a ausência do Governo Federal.

Não há uma participação ativa, eficaz do Governo Federal nas ações desenvolvidas pelos Estados no combate à violência. E o que consagra essa ausência do Governo Federal é a pífia aplicação dos recursos orçamentários. Se há uma lamentável ausência do Governo em relação a outros setores da Administração Pública, com uma aplicação dos recursos orçamentários insuficiente, em relação à segurança isso é mais grave.

Nós já vimos, aqui, no Senado Federal, tantos Senadores apresentando números sobre a execução orçamentária no setor de segurança pública. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, por exemplo, são repassados de forma insuficiente.

O Senado Federal, inclusive, Sr. Presidente e Senador Aécio, aprovou proposta de nossa autoria que torna crime de responsabilidade, a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça, a não aplicação dos recursos de forma absoluta consignados no Orçamento da União para o setor de segurança pública. O Senado já aprovou esse projeto, que está na Câmara dos Deputados aguardando deliberação. Isso reflete a preocupação do Congresso.

Há uma cobrança da sociedade em relação ao aprimoramento da lei, impondo maior rigor no combate à violência, mas é essencial que o Estado brasileiro encontre os instrumentos administrativos necessários para atender as despesas com segurança. Esse foi o objetivo do Senador João Capiberibe num projeto que terá, certamente, o apoio unânime desta Casa em razão da feliz iniciativa de S. Exª, que, ainda ontem, na reunião de Líderes, fez uma exposição sobre essa proposta e pediu urgência urgentíssima ao Presidente Renan Calheiros para que a tramitação dessa proposta de combate à violência no País seja incluída na Agenda Brasil, anunciada ontem, espetaculosamente até, pelo Presidente do Senado Federal.

Portanto, nada mais justo do que cumprimentar o Senador João Capiberibe pela iniciativa, para a qual há, certamente, a manifestação do apoio unânime desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Também quero iniciar parabenizando o Senador João Capiberibe por apresentar a proposta e esta Casa pela discussão que tem feito acerca de segurança. Aliás, já é uma preocupação do Governo Federal, da própria Presidenta Dilma, do nosso Ministro da Justiça, fazer uma intervenção na Constituição a fim de que a União responda de maneira mais direta pelas questões de segurança junto com os Estados e Municípios, porque hoje, apesar de haver uma competência concorrente, ela é extremamente estabelecida. Ou seja, cada ente federado responde por uma parte da segurança sem que isso esteja devidamente sistematizado, como está em outras áreas, a exemplo da saúde, da educação, da assistência.

Eu queria, entretanto, Sr. Presidente – eu já havia conversado sobre isso com o Senador João Capiberibe –, tecer alguns comentários que considero importantes a respeito dessa matéria.

O primeiro é, no aspecto formal, sobre a centralização de recursos tributários estaduais e municipais no fundo contábil da União. Até que ponto isso não fere, não ofende o princípio federativo?

O Senador Aécio Neves, em parecer, fala que está de acordo com a Constituição e a matéria constitucional, portanto. Eu gostaria apenas de deixar essa indagação para que, depois, não tenhamos problemas em relação à execução de um fundo composto com recursos dessa natureza.

No mérito, acho que, nas grandes políticas públicas, Sr. Presidente – educação, saúde, segurança e assistência –, há diferentes níveis de relacionamento federativo, com variadas formas de institucionalização. Na saúde, é um sistema federativo único, com política, órgãos e mecanismos financeiros compartilhados. Na educação, o relacionamento federativo é igualmente forte, mas a institucionalidade é menos compartilhada. Ou seja, há autonomia maior dos entes federados. Na assistência social também há políticas federativas compartilhadas, operadas sem um grau tão grande de compartilhamento institucional como no caso da saúde.

Se nós pudéssemos colocar essas políticas numa escala federativa, a saúde seria a mais institucionalmente compartilhada e a segurança, a menos. No caso da segurança pública, não há uma política nacional definida em lei, com princípios, diretrizes e metas, como há nesses outros casos que nós estamos citando. Não há lei que defina mecanismos de cooperação e integração dos esforços de todas as unidades federativas em prol de objetivos comuns. Igualmente, não há mecanismos financeiros tão estáveis, como no caso da saúde, da educação, para financiar essas políticas.

Quero, aqui, me recordar do esforço que nós fizemos na Copa do Mundo para fazer a integração mínima do trabalho das nossas Polícias, seja a Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Guardas Municipais e do próprio Exército Brasileiro, das Forças Armadas. Foi uma experiência muito boa e inovadora, inclusive com a criação dos Centros de Comando e Controle Integrados. Lembro-me de que o Senador Anastasia era governador à época e participou dessas discussões. Eu acho que nós conseguimos avançar muito, porque a lei, por si só, não integra. E foi um esforço, porque a cultura das Polícias é diferente. A cultura da Polícia Federal não

é mesma da Polícia Militar, que não é mesma da Polícia Civil, que não é a mesma das Forças Armadas. Todas essas forças são muito ciosas dos seus espaços de atuação. Para a gente conseguir uma atuação organizada, integrada não foi algo fácil.

Então, eu levanto esse aspecto aqui porque nós precisamos discutir isso nesta Casa com esse objetivo de fazer algo que possa institucionalizar essa atuação. Eu acho que a experiência que nós tivemos na Copa do Mundo, que, inclusive, foi muito elogiada, pode servir de parâmetro.

Então, nesse particular, eu reforço que, ao discutir essa PEC, na verdade, o Senado está discutindo, ou deveria estar discutindo – eu acho que deveria estar –, que modelo de política pública deve ser aplicado na segurança pública. O que se busca é uma política pública federal cooperativa? Essa política cooperativa deve ser no molde daquilo que é praticado na saúde, na educação, na assistência ou é um novo modelo? Vamos trazer o modelo da Copa do Mundo para que a gente o adapte em termos de sistema?

De certa forma, como disse o Senador Ricardo Ferraço, esse debate já foi iniciado com a apresentação da PEC nº 33, que está na CCJ para análise das emendas que estão no Plenário. E, nela, a segurança pública é colocada no mesmo rol constitucional das demais políticas públicas mencionadas. A segurança passaria a ser um dever comum de todos os níveis federativos, cabendo a União legislar de maneira concorrente sobre elas, e aos Estados caberia a legislação complementar. A PEC nº 24, de 2012, complementaria esse quadro, prevendo um mecanismo financeiro dentro dessa dinâmica.

Então, eu acho que esse debate caminha para uma decisão extremamente relevante, Sr. Presidente, de qual o modelo federativo a ser aplicado na política de segurança pública. Eu acho que é sobre isso que nós temos que nos debruçar.

Tenho alguns questionamentos sobre a questão ainda da dependência dos Estados e Municípios em relação aos recursos arrecadados na União, através do IPI, através de outros impostos, à vinculação. Também discutimos muito nesta Casa o excesso de vinculação de recursos que nós temos hoje para determinadas políticas. Entretanto, eu considero extremamente relevante a discussão do sistema de segurança.

Dito isto, eu gostaria de fazer uma consulta ao Senador Capiberibe e ao Senador Aécio Neves em relação à metodologia da discussão. Eu acho relevante o fundo, concordo com ele, que ainda é muito pequeno para as nossas demandas e necessidades, mas o meu medo é que, aprovando um fundo como esse sem definirmos uma política, sem definirmos um sistema, como bem observou a Senadora Marta Suplicy, inclusive determinando as competências de cada ente dentro desse sistema, criemos um fundo que vire uma demanda por recursos, não, necessariamente, uma política institucionalizada e estruturada. Aí, vamos ter várias demandas, como já temos hoje, sem conseguir, necessariamente, dar cabo daquilo que nós precisamos dar em termos de segurança pública.

Eu queria lembrar aqui que, apesar de ter uma baixa execução o Fundo de Segurança Nacional, é importante dizer que a União tem gastos muito grandes com todas as Forças Armadas, que fazem a defesa das fronteiras nacionais, que fazem a defesa das grandes obras nacionais, dos grandes empreendimentos nacionais, e que têm tido um papel relevante no auxílio das polícias locais, assim como também despende grande volume de recursos com a Polícia Federal, que, como todos têm acompanhado, trabalha não só na defesa dos interesses nacionais, mas também na apuração. Então, não podemos ter como uma verdade que a União participa pouco na implementação de recursos de políticas de segurança.

Eu acho que o que está nos faltando é saber que tipo de segurança nós queremos, qual é o modelo, e, aí sim, fazermos uma repartição de recursos que se adeque a esse modelo, como nós temos em outras políticas públicas.

Por isso, eu quero fazer um apelo aos Senadores para que nós convoquemos, por meio desta Comissão, uma audiência pública ou um debate, que pode ser na próxima reunião da CCJ, dada a relevância do tema, no âmbito mesmo desta Comissão, trazendo aqui a matéria já colocada pelo Senador Ferraço, trazendo a PEC nº 24, para, assim, fazermos um esforço para realmente criar um sistema único de segurança público no País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em prosseguimento, com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Antes de tudo, eu gostaria de destacar aqui o relatório do Senador Aécio Neves...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com licença, Senador.

Eu peço desculpa ao Senador Caiado, pois eu inverti, inadvertidamente, a ordem dos oradores inscritos. Em seguida à Senadora Gleisi é o Senador Ronaldo Caiado, mas fica a juízo de V. Exªs compactuarem uma forma de superarmos esse equívoco.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Já está superado, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, não é para polemizar, mas para cumprimentar o Senador Capiberibe pela iniciativa e o Senador Aécio Neves pelo relatório apresentado sobre um assunto que vem nos preocupando mais a cada dia que passa.

Eu acredito que alguns tiveram a oportunidade de ver, ontem, uma reportagem feita, naquele jornal da madrugada da TV Globo, dando conta de que a Receita Federal no Mato Grosso do Sul, Estado da Senadora Simone Tebet, já não tem mais onde armazenar contrabando. Não há mais onde armazenar contrabando!

Então, o cidadão já perdeu o respeito em relação... Ou seja, a criminalidade já não acredita mais na punição e na eficiência dos órgãos de segurança pública para coibir a prática de ilícitos, fiscalizar e, amanhã, punir essas pessoas que tanto lesam o País.

Sr. Presidente, são impressionantes as imagens! Caminhões e caminhões enfileirados sem ter onde colocar todos aqueles produtos. Depois, mostraram também galpões enormes onde estavam milhares e milhares de itens, com todo tipo de produto: cigarros, pneus, computadores, peças de carro, de trator... Uma coisa impressionante!

Ou seja, hoje, imagine o que está ocorrendo naquela fronteira ali, com essa competição desleal, com essa competição criminosa com todo o empresariado brasileiro.

Não bastasse isso, há poucos dias, nós ouvimos aqui a exposição feita pelo General Villas Bôas, que mostrou algo inédito: o Brasil não é mais o corredor do tráfico de drogas, mas, sim, o segundo maior consumidor de drogas do mundo. Ao mesmo tempo, ele mostrava que já existe uma grande disputa entre os cartéis – o colombiano, o venezuelano e, agora, o mexicano, que dizem ser o mais violento – pela expansão das áreas de produção de drogas no Brasil, entrando em toda essa região da fronteira seca do Brasil com os países que, hoje, infelizmente, são os maiores produtores de cocaína e de maconha. Hoje, infelizmente, os países que fazem fronteira com o Brasil na área de seca são os maiores produtores de cocaína e de maconha. Se pegarmos a Colômbia, a Venezuela e a Bolívia, na cocaína, e, agora, o Paraguai, na maconha, veremos que temos como vizinhos os maiores produtores de droga do mundo. E o Brasil deixou de ser apenas um corredor para que isso chegasse aos Estados Unidos e à Europa e passou a ser aquilo que mais temíamos, provocando uma desestabilização total das nossas famílias, principalmente dos jovens. Estatisticamente, temos mais de 1,2 milhão de jovens hoje contaminados, viciados e dependentes do crack no Brasil, e não há nenhuma política do Governo Federal para viabilizar tratamento digno capaz de fazer com que superem esse mal maior.

Em relação à origem desse repasse da verba, ao orçamento e à destinação de parcela desse dinheiro, concordo com a preocupação do nobre Relator, que manteve a tese do autor do projeto em relação a essas parcelas tanto do IPI quanto do IOF e também do ISS dessa área da segurança privada.

No quinto item, quero realçar "50% dos valores apurados em leilões judiciais e bens e mercadorias de origem ilícita oriundas do crime em geral", além de ter dotações orçamentárias.

É lógico, Sr. Presidente, que o Relator, o Senador Aécio, concluiu bem dizendo que nada disso adianta se não aprovarmos aqui uma PEC que torne obrigatória a aplicação desse fundo sem que haja a prerrogativa de contingenciamento, como vemos hoje. Ou seja, o Governo Federal, se não me engano, no último ano, deixou de investir mais de R$10 bilhões na área da segurança pública, dada sua prerrogativa de contingenciamento e de não prioridade daquilo que foi aprovado no Orçamento.

Comparando a política feita com a saúde, quero fazer aqui um reparo. Infelizmente, não podemos fazer uma política de segurança pública semelhante à que foi feita na saúde. Quero alertar todos os colegas neste sentido. O que ocorreu, e o Senador Aécio Neves, muitas vezes, cita isso, foi que, anteriormente, há 20 anos, tínhamos a União arcando com 60% dos gastos na saúde. Hoje, Sr. Presidente, estamos garroteados. Os Municípios gastam mais do que permite aquela determinação constitucional de 15%, os Estados gastam mais do que 12%, a União lavou as mãos e trabalhou duramente para que não houvesse o repasse de 10% da receita bruta da União... Com isso, o financiamento da saúde, hoje, infelizmente, Sr. Presidente, está nas costas dos Estados e dos Municípios do País. A situação da saúde hoje é caótica e ela ainda sofre um corte de mais de R$9,4 bilhões, além daquilo que já temos como repasse, que é inferior ao repasse dos anos anteriores pelo Governo Federal.

Então, não podemos fazer nenhuma comparação e nem levar o problema da segurança pública, que se assemelha à área da saúde, porque estaríamos simplesmente lavando as mãos, ou seja, deixando o Governo Federal repassar, mais uma vez, o que é de responsabilidade da União para Estados e Municípios.

Aplaudo a iniciativa do Senador Capiberibe, parabenizo o Senador Aécio Neves pelo relatório apresentado e aguardo exatamente a PEC dispondo que toda a destinação orçamentária desse fundo não poderá ser contingenciada e nem poderá ser, amanhã, fruto de qualquer manobra ou deslocamento para outra área, fraudando o objetivo principal do projeto do nobre Senador Capiberibe.

É essa a nossa posição.

Agradeço pelo espaço que me foi concedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de acrescentar algumas informações e, também, evidentemente, de reconhecer o trabalho do Relator, Senador Aécio Neves, que deu uma enorme contribuição para melhorar a proposta que estamos discutindo neste momento.

Essa PEC foi objeto de longa discussão na Comissão Especial de Segurança Pública criada pelo Presidente da Casa, sob a coordenação do Senador Pedro Taques, que hoje governa do Estado de Mato Grosso.

Esse projeto, depois das discussões da Comissão Especial, teve sua aprovação recomendada.

Eu também gostaria de informar que nós tivemos a preocupação de peregrinar um pouco pelo Brasil afora. Estivemos em vários Estados, em audiências públicas, envolvendo área de segurança, para debater a proposta. Estivemos em São Paulo, Minas, Goiás, Amapá, Mato Grosso do Sul. Fizemos essa reunião em vários Estados para discutir a matéria.

O que se observa, na verdade, é que não se compara com a saúde ou com a educação em termos de políticas públicas. O problema é que, desse tripé das políticas sociais, está ausente a segurança, e é fundamental que se dê um passo adiante, que se comece o debate.

Em relação à formação desse fundo, inicialmente, o que mais me preocupa não é nem o volume de recursos que o fundo possa arrecadar, mas a necessidade de uma integração e de uma preocupação nacional na área de segurança, porque há um esforço nesse sentido, mas ele ainda não se viabilizou, o que ocorreu na área de saúde e na área de educação. Nós podemos criticar, pois há muitas falhas nessas políticas, mas elas, de fato, existem, são concretas. Depois do surgimento do SUS e do Fundeb, nós tivemos uma sequência, um encaminhamento, e essas políticas são verdadeiras, são concretas. Há críticas, mas elas, de fato, se implantaram.

Então, o objetivo maior, em função do amplo debate que aconteceu em torno da PEC, dessa proposta de emenda à Constituição, é nós aprovarmos a PEC e, em seguida, ampliarmos o debate, porque é na regulamentação que nós vamos, então, definir concretamente a formação do fundo, porque hoje nós falamos em parcelas, mas não definimos o quanto, e em cima de questões que dizem respeito à violência, porque o fundo se forma em função da arrecadação com a venda de armas e material bélico, que provocam uma parte da violência que nós vivemos hoje.

Portanto, eu queria solicitar aos Senadores e às Senadoras que aprovemos a PEC, mas, evidentemente, vamos incorporar outras sugestões no momento da decisão da lei complementar. Quando debatermos a lei complementar, vamos, certamente, incorporar várias sugestões.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço o apoio dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não posso perder a oportunidade de cumprimentar o Senador Capiberibe, meu colega, e cumprimentar o Senador Aécio Neves, relator dessa matéria. Nós já ouvimos aqui, bastante, sobre a importância desse tema. Eu diria que discutir hoje o financiamento da segurança pública no Brasil é uma das coisas mais importantes e urgentes. Observem que, das políticas sociais de saúde, educação e segurança, é a segurança que tem o maior grau de descuramento.

O Brasil, de algum modo, depois de tantos anos, buscou um caminho, um horizonte para a questão da saúde e também da educação. É forçoso observar e destacar que houve muitos avanços na saúde e na educação, embora muito ainda precise ser feito. Por quê? Porque o Brasil resolveu chamar os Municípios para ajudar na execução dessas políticas públicas. Então, passaram para os Municípios muitas ações de saúde e educação. Mas não se pode passar ação sem dotação. E aí o Brasil, então, num pensamento único de União, Estados e Municípios, criou os fundos da saúde e da educação para os Municípios.

Contudo, sabemos que na segurança é diferente, até porque não existe juiz municipal para poder ajudar na execução dessa política de segurança. E a segurança é diferente da saúde e da educação porque não é executada só pelo Executivo, mas também pelo Judiciário. Mas podemos, sim, evoluir na municipalização de algumas ações de segurança.

Eu creio que o projeto do Senador Capiberibe nos traz muita luz nessa escuridão que existe no Brasil. Falamos muito do Governo Federal, sobretudo aqui, nesta Casa do Congresso Nacional, falamos das omissões do Governo Federal, do Executivo, seja quem for o Presidente. Mas eu quero chamar a atenção da Comissão de Constituição e Justiça para um fato. Aqui, no Senado, há comissão para discutir todo assunto social – saúde, educação –, mas não há uma única comissão para discutir segurança pública. É como se isso não tivesse nenhuma importância.

Entendemos até que seria grave não haver uma comissão de segurança pública na Câmara dos Deputados, mas seria até compreensível. Agora, o Senado, que representa os Estados brasileiros, que tem a competência de fazer a segurança, não ter uma comissão de segurança pública é, francamente, incompreensível para nós.

Eu concluo dizendo que os Estados brasileiros estão quebrados. Os Estados só conseguem investir hoje com dinheiro de financiamento. Esse modelo de gestão, de governança, no Brasil, está aí e estamos vendo o que está acontecendo. Nos Municípios, nem se fala, pois estão até impedidos de fazer segurança ostensiva pela Constituição Federal.

Então, o que resta? Resta exatamente buscarmos aqui mecanismos para financiar a segurança pública em nosso Brasil, especialmente naquilo que diz respeito ao que eu acho mais fundamental, que é o sistema prisional.

O que tem de mais importante e de mais grave no sistema de segurança não é o sistema policial, mas o sistema prisional. Temos, no Brasil, 600 mil detentos. Só o Estado de São Paulo tem 220 mil. O Estado de Minas tem 60 mil. Aqui, eu registro – faço questão – que, nos governos do Aécio e do Anastasia, cresceu muito o número de vagas nas penitenciárias no Estado de Minas Gerais, tanto que não vemos problema, não vemos colapsar esse questão no Estado de Minas e no Estado de São Paulo. Mas vemos esse problema pipocando para todo lado, pelo resto do Brasil inteiro.

De modo que quero concluir como comecei, cumprimentando o Senador Capiberibe pela iniciativa e cumprimentando o Senador Aécio Neves pelo belo relatório que apresentou.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos colocar esse projeto em votação? Nós temos muitas outras matérias de grande importância. Eu não vejo óbice constitucional nem mesmo ao substitutivo, tecnicamente. Vamos colocá-la em votação?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu lembraria a V. Exª que nós ainda temos três oradores inscritos. Eu não posso encerrar a discussão sem conceder a palavra aos colegas que já estão inscritos.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia!

Peço ao Senador Ataídes um pouquinho de paciência porque, de fato, o assunto é muito importante.

Parece-me inclusive, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que segurança pública é o tema de política pública mais importante do Brasil, mercê da onda de violência urbana que, lamentavelmente, vivemos no nosso País.

Naturalmente, a minha primeira palavra é de cumprimentos ao autor da iniciativa, o Senador Capiberibe, pela sua criatividade, o que, inclusive, vou comentar em instantes, e também ao Relator, Senador Aécio Neves, pelo brilho do seu relatório e pelo aprimoramento que fez na proposta original.

Eu mencionava, há pouco, que o tema de segurança pública, a meu juízo, é a política pública mais relevante exatamente em razão das consequências que ela traz no cotidiano das pessoas e no sentimento de insegurança que, lamentavelmente, grassa hoje não só nas grandes metrópoles, mas também nas cidades médias e menores do nosso País.

No ano 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública, que foi o primeiro grande esforço federal com o objetivo de colaborar com os Estados na luta contra a violência, que se somava ao Fundo Penitenciário Nacional. Lamentavelmente, ao longo dos anos, os recursos não foram repassados como devidos. E agora surgiu essa iniciativa, que, como eu disse há pouco, tem a grande criatividade, Senador Capiberibe, de colocar como lastro do fundo vinculação relativa a tributos decorrentes das atividades das indústrias de armas e de material bélico, o que é interessante, porque, ao mesmo tempo em que estimula, inibe. E é claro que o valor, como lembrava a Senadora Marta, é pequeno, é tímido diante das necessidades, que são avassaladoras, da despesa e do custo de um grande aparelho nacional de segurança pública. Mas é um passo positivo. Aqui, inclusive, na redação, é o percentual todo, porque é a parcela. Então, acho, inclusive, correto. E no IOF será um percentual a ser definido.

Eu queria corroborar o que foi dito aqui por praticamente todos os que me antecederam, Sr. Presidente, sobre a relevância do tema a ser objeto de uma preocupação específica, porque também de nada adianta aprovarmos – como, parece-me, vamos aprovar – essa emenda constitucional se não nos preocuparmos, de maneira holística, com o tema de segurança pública como um todo: com a questão relativa, como o Senador Aécio lembrava há pouco, à proibição de contingenciamento, com a questão, lembrada pelo Senador Ferraço, sobre a participação dos Municípios. Agradeço a lembrança do Senador Roberto Rocha sobre o sistema peni-

tenciário mineiro e também levo a ideia de que é um tema que merece atenção específica do legislador federal. Portanto, o tema deve ser abordado de maneira completa, como lembrava, igualmente, a Senadora Gleisi.

Então, parece-me que esse será um bom exemplo, talvez um ariete, a favor de uma discussão mais profunda e complexa de um assunto que merece a atenção redobrada desta Casa e, em especial, dos brasileiros.

Eu acho que a criação de um sistema único de segurança pública, mantida a autonomia dos entes federados, será, certamente, um passo muito importante para dar uma resposta ao tema da segurança pública.

Parabéns, Senador Capiberibe e Senador Aécio, pela iniciativa e pelo avanço no tema!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, vou procurar ser bastante rápido e objetivo.

Na minha opinião, segurança é um assunto local. O exemplo mais flagrante de melhoria de padrão de segurança, com repercussão mundial, foi a melhoria da segurança na cidade de Nova York. Eu, que vou a Nova York há algum tempo, já presenciei, nas minhas andanças à noite, alguns problemas de segurança. De dez anos para cá, com o tal do Tolerância Zero, Nova York é uma cidade onde se pode trafegar em qualquer lugar a qualquer hora com índices de segurança absolutos. Em função de quê? De aparelho policial? De truculência? Negativo. É em função de fortalecimento do sistema de inteligência, de equipamentos, de veículos. Cada veículo da polícia de Nova York, para ser específico e tópico, tem um computador conectado com a central de inteligência, que passa todas as informações do que está ocorrendo em cada ponto. A repressão é imediata e eficaz. Isso custa dinheiro, dinheiro que tem que ir para a municipalidade.

É o nosso caso. Quando a segurança falece no Rio Grande do Norte, chama-se a Força Nacional, que resolve o quê? Resolve alguma coisa durante dez dias, do ponto de vista psicológico, e depois tudo volta ao normal.

Esse projeto apresentado pelo Senador Capiberibe e relatado pelo Senador Aécio Neves vai ao ponto, cria condições, recolhe impostos dos setores próprios e os remete a quem de direito, a Estados e Municípios, para que se possa instrumentalizar o poder local para fazer aquilo que Nova York, com recursos, com inteligência, com maturidade, conseguiu fazer. É se espelhar numa coisa que deu certo. Então, urge que isso aconteça, até porque segurança, em qualquer pesquisa nacional, é problema número um em matéria de avaliação dos problemas do Brasil. Então, merece atenção especial, merece atenção privilegiada.

Por essa razão, acho que devemos aprovar essa matéria hoje. Ela é meritória, importante e é matéria de interesse de todos os brasileiros.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Novamente, quero pedir silêncio aos presentes a fim de que possamos ouvir as intervenções que os parlamentares estão fazendo em torno da discussão desse projeto, que é de extrema importância para a vida social do nosso País.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, também quero parabenizar o autor do projeto, Senador Capiberibe, o Relator, Senador Aécio Neves, e os autores das emendas, um deles o colega e conterrâneo Senador Valadares.

Sr. Presidente, colegas Senadores, hoje, em nosso País e em meu Estado, o Estado de Sergipe, que é o terceiro mais violento do Brasil – o menor Estado da Federação, geograficamente falando, é, acreditem, o terceiro mais violento do Brasil, e tenho aqui o testemunho do Deputado Estadual Capitão Samuel –, vivemos uma situação de guerra urbana, fruto da omissão dos governos.

Gostaríamos que não fosse preciso vincular receita nenhuma, mas, diante da omissão e da falta de prioridade dos governos, principalmente do Governo Federal e de alguns governos estaduais, é preciso vincular, porque, senão, não haverá recurso para a segurança, não haverá recurso necessário para a saúde e, muito menos, para a educação. É isto que vivemos, Sr. Presidente.

Mais uma vez, parabenizo o autor e o Relator do projeto e também peço aqui o apoio dos colegas para que votemos favoravelmente, porque parece que a saúde ficou em segundo plano no âmbito da queixa do povo brasileiro, tamanha a violência neste País.

Vivemos em uma guerra urbana. O Brasil se tornou um dos países mais violentos do mundo, perdendo apenas para alguns países em situação de guerra. E não dá para aceitar tudo isso, Sr. Presidente, fruto da omissão dos governos.

Se é preciso vincular, vamos vincular. Deixará de se vincular no dia em que os gestores entenderem que segurança pública tem de ser prioridade, assim como saúde e educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, nós sabemos que o Brasil se ressente da falta de uma política de segurança que dê tranquilidade ao cidadão no direito que ele tem de ir e vir, de sair de casa para o trabalho, para o divertimento, para o lazer dele próprio e de sua família.

Lamentavelmente, diariamente, escutamos pelo rádio, vemos pela televisão ou lemos nos jornais notícias que colocam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo. E não há exceção entre Estados e Municípios. A violência invadiu o território nacional como uma verdadeira praga, destruindo a vida preciosa de jovens, de adolescentes, de adultos, homens e mulheres, que poderiam, com seu trabalho, com sua participação, contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

A legislação do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Execução Penal, assim como as leis que se relacionam com os "crimes de colarinho branco", de corrupção, de formação de quadrilha, de crimes contra a Receita Federal são todos da competência do Congresso Nacional. Ou seja, é atribuição da União o combate a crimes dessa natureza quando se relacionam com prejuízos ao erário da União, a crimes contra a União. Mas a maior parte do que ocorre no Brasil tem que ser resolvida pelos Estados, como o sistema prisional para abrigar mais de 600 mil presos em todo o País, cabendo aos Estados esse aprisionamento.

Além disso, Sr. Presidente, há a obrigatoriedade de manter a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, com a participação generosa dos Municípios no que diz respeito às guardas municipais. Por isso, há uma atividade muito forte dos Estados do Brasil, que, como já se disse aqui, vivem uma situação de penúria, de quebradeira, de falência.

A criação de um fundo como este para suprir os Estados não só em relação à União, mas também em relação aos Estados e Municípios, vai ajudar no combate à criminalidade, na melhoria do atendimento nas prisões. O encarceramento hoje é um castigo, não um lugar de recuperação, de qualificação do preso para enfrentar no futuro uma sociedade sempre resistente àqueles que saem da cadeia.

Por essa razão, Sr. Presidente, é mais do que necessária a aprovação desse fundo.

Parabenizo o Relator, Senador Aécio Neves, que foi Governador do Estado, Presidente da Câmara dos Deputados e tem toda a qualificação necessária para melhorar, para aperfeiçoar, como fez, a iniciativa do nobre Senador Capiberibe.

Portanto, o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais oradores...

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Peço a palavra como Relator apenas para encaminhar a votação no seu momento final agradecendo imensamente as inúmeras manifestações e contribuições deste Plenário e aquelas que, anteriormente a esta reunião, haviam chegado ao Relator e, portanto, melhoraram ainda mais o relatório, o que foi facilitado pela competência do Senador Capiberibe.

Esta é uma matéria, Sr. Presidente, de enorme relevância. Eu acho que nós estamos tendo a oportunidade agora de permitir que o Congresso Nacional, tão ávido, como vimos nessas últimas horas, por um protagonismo na superação das dificuldades por que passa o Brasil – isto é louvável –, falar diretamente aos brasileiros de um dos temas que, certamente, mais os afligem. Nós ainda temos, obviamente, correções a fazer, mas é preciso, Sr. Presidente, que nós tenhamos a noção clara de que essa questão não pode ser tratada com viés político, não pode ser tratada do ponto de vista de Governo e Oposição. A sugestão do meu nome pelo Senador Capiberibe talvez tenha tido este objetivo: transformar este substitutivo – e este é o nosso esforço – numa discussão do Senado Federal, numa proposta que não tenha, a partir de sua tramitação, autor e relator, mas que seja a proposta do Poder Legislativo, porque ela incorpora discussões que ocorreram ao longo de todos os últimos anos, inclusive naquela comissão presidida pelo hoje Governador Pedro Taques, e surgiu, talvez, como o melhor substrato das inúmeras discussões que ali ocorreram.

Eu apenas faço aqui um registro, porque a ilustre Senadora Gleisi, quando inicia a sua explanação, começa por dizer que a Presidente Dilma Rousseff tem dado enorme atenção – copiei suas palavras – à questão da segurança pública.

Senadora Gleisi, com todo o respeito que lhe tenho, devo discordar disso. O Fundo Nacional de Segurança Pública, no ano passado, teve executados efetivamente, teve pagos apenas 30% da sua dotação, que já era muito pouco expressiva. O Fundo Penitenciário – nós falávamos disto durante os debates eleitorais do ano passado – teve, Senador Ricardo Ferraço, executados – vejam bem as senhoras e os senhores o tamanho da importância que a questão da segurança pública tem tido neste Governo – apenas 10% da dotação estabelecida no orçamento, que já era muito pouco expressivo.

E, certamente, não é apenas isso, mas essa omissão, certamente, é também responsável pelo aumento das mortes por homicídio no Brasil, cujo número chega a 60 mil anualmente. É mais do que todas as guerras que ocorrem hoje no mundo.

Portanto, eu faço apenas este registro da mesma forma que concordo com a Senadora quando ela fala da bela experiência dos centros integrados, de gestão integrada, que foram constituídos na Copa do Mundo, uma experiência importante, que ainda resiste em alguns Estados. Se eles, lamentavelmente, não existem mais em outros Estados, não é pela ação do Governo Federal – faço aqui justiça, até mesmo por algo que a Senadora também aqui elencava e nos trazia à memória –, mas por haver, sim, um esforço grande de cada uma das corporações de segurança pública por sua própria autonomia, e nós temos que enfrentar isso.

Permitam-me novamente recorrer, na presença do governador Anastasia, a uma experiência que ele comandou como Secretário de Defesa Social de Minas Gerais, que foi, pela primeira vez, a unificação das ações da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros. Pela primeira vez, um Estado conseguiu ordenar uma ação conjunta das forças de segurança, respeitadas, naturalmente, as suas individualidades. Mas é uma experiência que hoje já ocorre em alguns outros Estados e que, certamente, poderá inspirar toda a discussão que nós vamos construir daqui por diante.

Portanto, se essa PEC surge com essa manifestação tão ampla de solidariedade, é porque ela preenche uma lacuna. E eu quero aqui, no momento em que solicito, mais uma vez, o apoio das senhoras e dos senhores, dizer que a nossa intenção é que, aprovada essa proposta de emenda à Constituição aqui, no Plenário da Comissão de Justiça, nós façamos um entendimento para que também a proposta de emenda à Constituição do Senador Ferraço, que corrige uma lacuna, uma omissão dos Constituintes de 1988, que não incluíram a área da segurança pública naquelas de responsabilidade comum entre os três entes federados, União, Estado e Município... Precisamos fazer um entendimento para que elas possam se encontrar e para que possamos – e essa é a negociação que eu sugeriria que os Líderes encaminhassem, e, obviamente, me coloco à disposição também para contribuir junto ao Presidente do Senado, Senadora Gleisi – fazer essa tramitação conjunta, obviamente sanando eventuais questionamentos, eventuais problemas que possam ocorrer.

Reitero mais uma vez: a lei complementar é que vai definir de forma clara quais serão as contribuições de cada uma dessas fontes que nós aqui elencamos.

Portanto, faço um apelo ao Plenário, a todos os Parlamentares da base e da oposição, para que nós possamos dar um passo adiante. A aprovação dessa proposta poderá, Senador Ferraço – faço isto com alegria –, poderá significar, quem sabe, a mais importante discussão para a criação de uma LDB, de uma lei de diretrizes e bases da segurança pública no Brasil, o que nós não tivemos efetivamente até aqui, para que cada ente federado tenha, de forma clara, aprovada nesse projeto, definida, a sua responsabilidade.

E reitero, ao final, antes de dar a palavra a V. Exª, que tramita aqui nesta Comissão – peço a atenção também do Presidente – um PL de minha autoria, de nº 698, cujo Relator é o Senador Randolfe Rodrigues – ele ainda não apresentou seu relatório, mas vou, pessoalmente, solicitar que ele possa fazê-lo o mais rapidamente possível –, que garante que os recursos, não recursos imaginários ou criados eventualmente, mas que os recursos aprovados no Orçamento para a área de segurança pública tenham o mesmo instrumento para a liberação que têm os recursos da área de educação ou da ciência e tecnologia. Serão liberados, sem contingenciamento, por duodécimos, para que os Estados... Governador Maranhão, V. Exª, que governou o seu Estado por mais de uma vez, sabe que é importante para o planejamento das ações de segurança pública que nós saibamos com quanto vamos contar, qual a contribuição que a União dará a cada um dos Estados, porque, senão, os projetos são feitos, são elaborados e ficam na gaveta.

Portanto, concedo um aparte ao Senador Ricardo Ferraço, com toda a honra, porque ele trata desse assunto, e solicito que ele já conclua esta minha intervenção, apelando mais uma vez aos Srs. Parlamentares para que possamos aprovar essa matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Presidente Maranhão, Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Aécio Neves chama a atenção para um tema que também considero tema de Estado. Esse não é um tema que deve estar afeito aos debates, que são naturais e devem acontecer mesmo na política, mas um debate que tem a ver com uma possibilidade e perspectiva de o Senado oferecer uma solução, como protagonista, a um tema que vem se arrastando ao longo dos anos.

Ou seja, votadas essas duas PECs aqui, na Comissão de Justiça, talvez a Comissão de Justiça, institucionalmente, pudesse solicitar à Mesa um calendário especial para que essas duas PECs fossem deliberadas pelo Senado da República, na medida em que não há grandes divergências em relação ao seu conteúdo e ao seu objeto. Não há como sustentarmos uma tese de que segurança pública não é matéria comum aos três entes federados. O Constituinte o fez, Senador Anastasia, para a saúde, ele o fez para a educação e não o fez para a segurança pública. O tempo revelou a necessidade de corrigirmos esse equívoco, essa omissão, essa lacuna lá de trás. A Comissão de Constituição e Justiça tem, portanto, uma pauta a ser tratada com o Presidente do Se-

nado, para que esses temas possam ser enfrentados o mais rapidamente possível, sem juízo de valor daquilo que cada um pensa, mas há necessidade de o Senado da República oferecer essas duas propostas como sugestão de aperfeiçoamento e aprimoramento desse tema, que está presente no dia a dia das famílias brasileiras.

É a contribuição que quero dar, enaltecendo a perspectiva que coloca o Senador Aécio Neves por um tema como esse, que é um tema de Estado e precisa nos unir, nos "coesionar", para que a legislação possa oferecer aos entes federados uma solução de maior efetividade.

Muito obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, eu queria só acertar um encaminhamento. Como eu disse na minha fala, não somos contra a criação de um fundo. O que nós estamos questionando, o que questionei aqui é de que forma a gente poderia fazer essa discussão de maneira mais sistêmica. Ou seja, ao colocar competência concorrente na Constituição sobre segurança, como a gente organiza o sistema de segurança pública nacional? Como criamos uma política, que, como disse o Senador Capiberibe, é importante para trazer resultados? Como ter ações concretas, como tem a saúde, como tem a educação, e uma política de Estado, não uma política de Governo?

Então, eu queria entender ou até complementar a sugestão que o Senador Aécio Neves fez aqui. Vamos encaminhar pela aprovação aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, mas com o compromisso de que a gente tenha um tempo para discutir a junção dessas duas PECs, a tramitação conjunta. No meu entender, a tramitação conjunta não é só um calendário de votação no plenário, Senador Ferraço, mas a gente fazer um esforço para compatibilizar as coisas e para ver se há algumas questões, porque sei que há emendas aqui. Então, que a gente possa, no âmbito desta Comissão, compatibilizar essa discussão junto com as emendas e, depois disso, caminhar para a definição do calendário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está perfeito. A PEC 33 já foi redistribuída ao Senador Walter Pinheiro, que está fazendo essa avaliação. A PEC 33 abre caminho para que a PEC relatada pelo Senador Aécio Neves possa, adiante, se constituir num fundo de responsabilidade compartilhada. Mas é fundamental, é pré-condição que segurança pública possa ser tema comum aos entes federados, com os ajustes a que o debate vai nos conduzir, Senadora Gleisi Hoffmann, aqui na Comissão de Justiça. Mas, se a Comissão estabelece como meta e como prioridade que nós enfrentaríamos isso, ato contínuo haveria o enfrentamento, no plenário, das duas PECs. Elas caminham de forma conjunta porque são complementares, não se excluem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não há divergência em relação à concorrência das competências. É apenas para que a gente possa ter um sistema único, uma política unificada, para não aprovarmos uma coisa em um determinado dia e aprovarmos outra no outro, sem as coisas se falarem.

...apenas para que possamos ter um sistema único, uma política unificada, não aprovar uma coisa em um determinado dia, outra no outro, sem as coisas se falarem.

Então, eu acho que poderíamos fazer um esforço com o Senador Walter Pinheiro, na próxima reunião da CCJ, para ver de que forma encaminharíamos a matéria. Eu queria pedir isso a V. Exªs e também ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Contará com o nosso apoio, inclusive junto ao Presidente do Senado, para que, quando vier a pautar a matéria, possa fazê-lo conjuntamente. Concordo com o Senador Ricardo Ferraço, elas são complementares, e correções poderão ser feitas, Senadora Gleisi, inclusive a partir de emendas apresentadas no próprio plenário, como aconteceu com a PEC nº 33.

Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Parece-me que ainda existe uma Senadora com a intenção de usar a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, de votar. Meu interesse é o de votar. O projeto foi perfeitamente discutido, todos falaram muito bem, fundamentaram, é relevante. Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação o relatório, que aprova a Emenda nº 1, rejeita à nº 2 e acolhe a sugestão da Senadora Simone Tebet.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Aécio Neves, com o substitutivo, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Por unanimidade, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por unanimidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª, aproveitando o quórum, que colocasse em votação o turno suplementar do substitutivo oferecido pelo Senador Humberto Costa ao Projeto de Lei do Senado – Senador Capiberibe, por favor, vai ser votada a audiência de custódia. Como sabe V. Exª, segundo a palavra do próprio Presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, o fato de o Conselho Nacional de Justiça permitir a apresentação do preso em flagrante a um juiz em 24 horas pode resultar na economia de R$4,3 bilhões aos cofres públicos.

Essa matéria, Sr. Presidente, é da maior importância.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente José Maranhão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, pedimos inversão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria, antes, dar uma informação ao Senador Valadares sobre o assunto que ele trouxe agora ao Plenário.

Realmente, é o item 1 da pauta a que V. Exª se refere, mas duas inversões já foram aprovadas. Vamos colocar em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Relator está aqui presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São os itens 19 e 15.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, o problema é que essa proposta foi votada, na semana passada, no turno inicial. Hoje nós temos o turno suplementar. Eu não apresentei o parecer de imediato no momento em que estava no primeiro ponto da pauta porque houve várias emendas sobre as quais eu tive que emitir parecer. O que me preocupa é que, se nós não votarmos agora, como ele é terminativo, não haverá quórum suficiente para aprovar essa medida.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu diria a V. Exª que o quórum está abaixo do mínimo para deliberação. Mas se não houver pedido de verificação de quórum, como é praxe, vamos continuar com a discussão e votação das matérias.

Então, item 19, beneficiado pela inserção na inversão de pauta.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Assuntos Socais, em decisão terminativa.
- Em 05/08/2015, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para suas considerações finais.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, esse projeto, de extrema importância, dispõe sobre princípios, sobre diretrizes, sobre regras para a condução das pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas e privadas.

Hoje, Sr. Presidente, para se fazer uma pesquisa clínica no nosso País, leva-se, em média, de um a dois anos, enquanto que em muitos outros países se leva apenas três meses.

Mais uma vez, o relatório já foi lido, as emendas foram apresentadas, procuramos aprimorar o projeto, e pedimos a todos os colegas Senadores que aprovem o projeto, que é de extrema importância para o Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Resultado: o projeto está aprovado. (*Palmas.*)

Pela ordem, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, o item 13, de autoria do nosso sempre querido ex-Senador Vital do Rêgo, mereceu de mim relatório favorável a eleições diretas nos Tribunais de Justiça. Portanto, na Justiça, enfim, de segundo grau.

Na reunião passada, o relatório foi apresentado e foi concedido vista coletiva. Em tese, nós teríamos que votar essa matéria hoje. Entretanto, nós estamos fazendo um debate mais ampliado, nós sentimos necessidade de aprofundar um pouco mais o diálogo, recebemos uma solicitação da Associação dos Magistrados Brasileiros para que pudéssemos ter um pouquinho mais de prazo. Então, eu quero pedir a V. Exª que retiremos a matéria de pauta, nesta reunião, para que pudéssemos retomar este debate na reunião seguinte, considerando a necessidade de as Srªs e os Srs. Senadores ampliarem o seu juízo de valor em relação a esse tema, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu quero tão somente agradecer a V. Exª pela votação do PLS nº 200.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Eduardo Amorim pelo competente relatório que fez; ao Senador Humberto Costa, que pediu vista na audiência da semana passada; também agradecer ao Presidente da Anvisa, Dr. Jarbas Barbosa e ao Dr. Adriano Massuda, do Ministério da Saúde, que hoje é Secretário de Ciência e Tecnologia, pelos esclarecimentos prestados. Nós vamos ainda, ao longo da tramitação desse projeto que trata de pesquisa clínica, trabalhar para o aperfeiçoamento e dirimir as dúvidas suscitadas em torno dele.

Renovo muito o agradecimento ao Senador Eduardo Amorim, que fez um relatório extremamente competente. E agradeço, especialmente, ao Senador Waldemir Moka e ao Senador Walter Pinheiro, que estão juntos nessa caminhada, sem os quais não seria possível chegarmos a esse resultado.

Muito obrigada pelo apoio de todos os Senadores a essa matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ronaldo Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero também fazer coro ao pronunciamento da nobre colega, Senadora Ana Amélia, que é também uma das autoras desse projeto; ao Senador Waldemir Moka, Senador Walter Pinheiro e também ao Senador Eduardo Amorim pelo relatório apresentado. Realmente, ele veio atender a tudo aquilo que a área da pesquisa deseja nesse momento. É um sentimento nacional. Vamos avançar muito com essas novas diretrizes aqui traçadas e muito bem definidas no projeto relatado pelo Senador Eduardo Amorim.

Meus parabéns! Realmente, é uma grande contribuição que estamos dando hoje para a pesquisa clínica no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Eduardo Amorim com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Só quero agradecer as palavras e os predicados de todos os colegas e o apoio que recebemos, desde cedo, na relatoria desse projeto, inclusive o de V. Exª, que nos confiou essa importante relatoria.

Quero parabenizar, mais uma vez, os autores, a Senadora Ana Amélia, o Senador Walter Pinheiro e o Senador Moka.

Existe um vácuo legislativo, existe um vácuo legal nessa área, que, portanto, com esse projeto, passa a ser preenchido. E se vão estimular e desenvolver muito mais as pesquisas clínicas no nosso País, Sr. Presidente.

Mais uma vez, obrigado a todos os colegas pelo apoio e pelo voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O item 13, a pedido do Relator, foi adiado para a próxima reunião, que ocorrerá na quarta-feira da semana próxima.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 05/08/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ivo Cassol e Simone Tebet, nos termos regimentais.)

Vamos ao item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2013
- Não terminativo -

Torna obrigatória a emissão de documentos relativos a órteses, próteses e outros materiais implantáveis.
Autoria: Deputado Beto Albuquerque.
Relatoria: Senador Roberto Rocha.
Relatório: favorável ao Projeto.
Observação: - *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Concedo a palavra ao autor do parecer, Senador Roberto Rocha, para proferir seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de projeto de lei da Câmara de autoria do nobre Deputado Beto Albuquerque que, como disse V. Exª, torna obrigatória a emissão de documentos relativos a próteses, órteses e outros materiais implantáveis.

O PLC nº 93, de 2013, é composto de quatro artigos.

O art. 1º obriga a emissão de documentos de acompanhamento obrigatório para órteses, próteses e outros materiais implantáveis pelo fabricante ou importador e pelos serviços de saúde, a serem fornecidos ao paciente usuário, em todo o Território nacional.

O art. 2º estabelece que as órteses, as próteses e os materiais implantáveis deverão vir acompanhados de documentos emitidos pelo fabricante ou importador, contendo especificações técnicas do produto, número de série e do lote do fabricante.

O art. 3º cria obrigação para que os serviços de saúde disponibilizem aos usuários, após receberem as órteses ou próteses, laudo do procedimento realizado com os seguintes dados: nome do paciente; número de seu prontuário; data da cirurgia; nome e assinatura do cirurgião responsável; nome do produto; número de série e do lote do produto; e nome do fabricante. Ademais, o art. 3º ressalva, nos §§1º e 2º, a necessidade de o usuário receber o laudo do procedimento e os documentos previstos no art. 2º da proposta, bem como o dever de manutenção desses documentos pelos serviços de saúde.

Por fim, o art. 4º é a cláusula de vigência da lei decorrente do projeto, que, caso aprovado, inicia-se na data de sua publicação oficial.

O autor justifica a iniciativa com argumentos que destacam o crescente número de fraudes envolvendo órteses, próteses e afins, com graves consequências de saúde aos pacientes e de prejuízo financeiro ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esse problema é tão grave, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, tanto no Senado Federal quanto na Câmara, há CPI apurando essa questão.

No Senado Federal, o projeto foi despachado a esta Comissão e, após, seguirá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposição atende aos requisitos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, de modo que o próximo passo é o encaminhamento à CAS para a final discussão do mérito.

Finalmente, ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei da Câmara do nobre Deputado Beto Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Ronaldo Caiado, que é médico...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quero fazer um rápido comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É um cirurgião ilustre, se não me engano.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele deseja manifestar sua opinião abalizada sobre o assunto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como o Relator colocou, aqui estamos discutindo apenas a constitucionalidade do projeto. Como tal, o mérito será apreciado na CAS. Eu aguardarei exatamente esse momento, mas quero dizer que é extremamente importante que possamos definir critérios claros diante de um fato que, hoje, vem escandalizando muito a população brasileira. Infelizmente, alguns – não podemos generalizar –, às vezes, vêm atuando de maneira não ética e também não correta.

Mas também temos que reconhecer que em toda e qualquer cirurgia, como ser humano que somos, qualquer cidadão pode estar, amanhã, suscetível a alguma intercorrências no ato ou no pós-operatório. Mas quanto a essa precaução do material de prótese, acho correto, até porque isso não pode se transformar num balcão de negócios e muito menos denegrir a imagem daquele que está ali para melhorar a qualidade de vida do cidadão, e não para comercializar produtos que serão implantados nos pacientes.

Parabenizo o nobre Relator. Realmente, aguardarei a argumentação para debater na CAS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre seguridade social, por qualquer de seus membros, nos termos do art. 22 da Constituição Federal.

No mérito, cabe salientar que o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

A denominação de Funcab foi alterada para Fundo Nacional Antidrogas (Funad), de acordo com o art. 6º da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, modificada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001.

Atualmente, a destinação desses recursos é estabelecida pelo art. 5º da referida Lei nº 7.560, de 1986, com modificações trazidas pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, nº 9.804, de 30 de junho de 1999, e nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

Não vislumbramos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, óbices na alteração do referido art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, pois os termos do PLS vão ao encontro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, implantado por força do Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção de usuários e ao enfrentamento do tráfico de *crack* e outras drogas ilícitas.

Segundo o Governo Federal, é previsto o investimento, até 2014, de um total de R$4 bilhões nesse Plano Integrado. O dinheiro será aplicado em diversas ações de políticas públicas integradas, em diversos setores como saúde, educação, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Drogas.

A assistência social desempenhará papel importante nesse Plano, pois terá como foco impedir agravamentos nos casos de dependência, desenvolver a autonomia individual do usuário, buscar alternativas para novos projetos de vida e auxiliar as famílias envolvidas.

Contudo, é preciso haver controle da destinação dos recursos financeiros que envolvem os serviços de atenção aos usuários ou dependentes de drogas ilícitas ou lícitas, para que não haja desperdício ou desvio desses recursos em relação aos seus objetivos.

Dessa forma, entendemos apropriado o PLS, merecendo, entretanto, uma emenda substitutiva, para, a nosso juízo, melhorar o esclarecimento de seus termos e adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração e alteração das leis.

Convém que as emendas apresentadas pela CAE sejam mais bem efetivadas por emenda substitutiva, porque as alterações necessárias referem-se a toda estrutura do projeto, incluindo-se a sua ementa.

Voto

Opinamos, por conseguinte, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, com a seguinte emenda substitutiva:

Emenda nº – CCJ (Substitutivo)
Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011
Altera o art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos do fundo de que trata esta Lei.
Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Os recursos do fundo de que trata esta Lei serão exclusivamente destinados a ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para:
I - prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas; e
II - tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.
Parágrafo único. Os órgãos receptores dos recursos tratados por este artigo ficam obrigados anualmente a fazer a prestação de contas discriminada e pública sobre sua aplicação, de acordo com os objetivos previstos no *caput* do artigo. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão o parecer do Senador Ferraço. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, *data venia* do Relator e do autor, eu gostaria de pedir vista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedida vista ao Senador Humberto Costa.

Item 17 da pauta.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná.

Autoria: Deputado Edmilson Rodrigues e outros.
Relatoria: Senador Jader Barbalho.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jader Barbalho, para proferir seu voto.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores, passo ao relatório.

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, item II, "c", do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 17, de 2015, de autoria dos Deputados Federais Edmilson Rodrigues e Cabo Daciolo, que concede anistia a policiais e bombeiros militares de vários Estados, conforme epígrafe, pela participação em movimentos reivindicatórios.

Em sua justificação, os autores argumentam que as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração têm levado policiais e bombeiros militares em vários Estados do País a participarem de movimentos reivindicatórios. Em razão disso, esclarecem que o Ministério Público Militar vem enquadrando tais militares em

dispositivos do Código Penal Militar. Por fim, os autores informam que o objetivo da proposição é estender a anistia já concedida a militares em Estados como Alagoas, Goiás, Maranhão, entre outros, aos agora elencados, por motivo de isonomia.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

A anistia é matéria de competência da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 21, XVII, e 48, VIII, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

A Lei nº 12.848, de 2 de agosto de 2013 (que alterou a redação da Lei nº 12.505, de 2011), concedeu anistia aos policiais e bombeiros militares de vários Estados não constantes da presente proposta, em face dos crimes definidos no Código Penal Militar e infrações disciplinares conexas.

Pelo fato de alguns militares terem sido enquadrados de forma arbitrária na Lei de Segurança Nacional, conforme parecer do Deputado Relator Alberto Fraga na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a anistia, no presente caso, também abrange tal lei. O PLC recebeu ainda voto favorável nas Comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça daquela Casa.

Importante sublinhar que a anistia não abole o crime. É um perdão do Estado aplicado a fatos passados e que extingue a punibilidade. O PLC em tela não inclui os crimes comuns eventualmente praticados. O texto é claro e repete leis anteriores no mesmo sentido, ou seja: não se incluem os crimes definidos no Código Penal e nas leis penais especiais. O foco são crimes militares e infrações disciplinares em razão de participação em movimentos reivindicatórios das categorias.

O pleito é justo e o princípio constitucional da isonomia exige o tratamento equivalente.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 17, de 2015.

Este é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu quero apenas enaltecer o relatório do Senador Jader Barbalho e dizer que realmente precisamos tratar esse assunto como página virada. São companheiros do Corpo de Bombeiros e que, motivados, infelizmente, por tratamentos que, à época, foram extravasaram na intolerância, na incompreensão, no arbítrio, e punições disciplinares não têm cunho criminal. Nós não estamos anistiando aqui estuprador, assassino nem larápio, absolutamente. Apenas, premidos por circunstâncias, eles acabaram cometendo indisciplinas.

Agora, é crime militar, e isso traz repercussões para a carreira, traz uma série de problemas. E nesta Casa, que é a Casa da ponderação, nós verificamos que, passado o dilúvio dos ódios e das paixões, nada melhor, Sr. Presidente, do que votarmos este projeto e sepultarmos esses momentos tristes do passado e recomeçarmos com os ensinamentos que eles nos deixam. É preciso haver o diálogo. Esse é o melhor caminho, até porque dependemos dessa tropa motivada para cumprir a missão extraordinária que o Estado confere a eles.

Então, eu quero apenas declarar meu voto favorável e enaltecer o relatório do Senador Jader Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que vai ao Plenário do Senado. (*Palmas.*)

Item 20 da pauta.

ITEM 20
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.

Autoria: Senador Renan Calheiros e outros.

Relatoria: Senador José Serra.

Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 12/08/2015 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Anastasia; em 12/08/2015 foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra ao Senador José Serra para proferir o relatório sobre a proposta e as emendas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com muita satisfação que venho aqui apresentar um relatório à emenda do Senador Renan Calheiros.

A emenda do Senador Calheiros propõe a criação de uma Autoridade Fiscal Independente, nome que eu me permiti, no meu substitutivo, alterar para Instituição Fiscal Independente – para evitar a interpretação de que essa seria uma instituição a concorrer com o Tribunal de Contas ou mesmo que tivesse um papel normativo, um papel de gestão, um papel deliberativo a respeito de despesas públicas no Brasil, que não era também o espírito da proposta de emenda à Constituição do Senador Calheiros.

Na verdade, o que seria a Instituição Fiscal Independente?

Representa um avanço jurídico no País no sentido de ampliar a transparência das políticas orçamentárias, fiscais, de contribuir para qualificar o debate público por meio de análises técnicas independentes e absolutamente apartidárias. Nesse sentido, o substitutivo que eu submeto, seguindo o espírito do projeto Calheiros, tem um papel, até neste momento de deterioração das finanças públicas, extremamente oportuno.

É uma instituição que existe em praticamente todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, países esses em geral integrantes do Clube dos Países Desenvolvidos.

Para que se tenha uma ideia, essas instituições são em número de nove, são nove os países em que elas se situam no Poder Legislativo, que é o caso dos Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália, Canadá, Itália, Geórgia, Quênia, México e África do Sul. Há nove outros países em que ela se situa no Poder Executivo, em geral todos países parlamentaristas, com exceção do Chile, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Japão, Holanda, Eslovênia, Reino Unido e Áustria. Em oito países, não tem vinculação institucional: Alemanha, Hungria, Irlanda, Portugal, Romênia, Sérvia, Eslováquia e Suécia. Em dois países, Senador Anastasia, pertencem aos órgãos de auditoria. Cada um têm as suas peculiaridades. Exceto Finlândia e França, e isso é importante se notar, todos os países que criaram um instituto fiscal, uma Instituição Fiscal Independente possuem também um órgão superior de controle, ou seja, têm o seu tribunal de contas. Não há contradição entre essas duas instituições.

Agora, qual seria realmente a função? A meu ver, em um país como o Brasil, seria revolucionária. Por quê? Porque teremos uma instituição independente, infensa a pressões políticas, pressões de conveniência, inclusive de setores do Parlamento, que vai avaliar a quantidade do gasto público e a qualidade de sua efetividade. Isso é fundamental.

Hoje, no Brasil, não há praticamente consenso a respeito de custos; vem daqui, vem dali. As pessoas, de fato, não sabem quanto custa cada coisa. Estamos vivendo, hoje, um furor legislativo, por exemplo, no que se refere a aumento de despesas. As avaliações são muito precárias. É uma assessoria de um parlamentar que faz, a própria Consultoria da Câmara e do Senado, mas não tem força de aceitação consensual no País, nem a oportunidade, porque são coisas demoradas muitas das vezes, e passaremos a ter; inclusive o órgão que irá fornecer informações – e elas são públicas – é a imprensa, que fará o exame das despesas criadas não apenas pelo Congresso Nacional nas propostas, não apenas pelo Executivo, mas também pelo Poder Judiciário, também pelo Ministério Público. Ou seja, cada medida aprovada, proposta será analisada e as despesas serão avaliadas publicamente. Naturalmente, a partir daí, os órgãos de controle, o Poder Legislativo, isso não é estritamente uma função da instituição, terão que apontar as fontes de financiamento, que, no Brasil, passaram a ser absolutamente desconsideradas, apesar do mandamento Constitucional inscrito no Capítulo Orçamentário, do qual, aliás, fui Relator durante o processo Constituinte. Eu posso ser testemunha de como esse Capítulo tem sido transgredido numerosas vezes. Inclusive há um item que eu introduzi, Senador Anastasia, que me arrependo até a eternidade, que, no caso da estimativa de receita que o Executivo faz para o Orçamento, poderá haver mudanças de erros, imaginem, e omissões. Todas as vezes, esses erros e omissões servem para que o Parlamento aumente, sem base real, as despesas, porque imediatamente revê a receita e, a partir daí, aumenta a despesa. Para que se tenha uma ideia, Senador Crivella, antes de 1964, e isso é conhecido, o Congresso aprovava um orçamento que, às vezes, era 11 vezes superior ao orçamento efetivo. Tentamos inibir isso com a Constituição, mas, na prática, a inibição não foi suficiente. Acredito que um IFI desse porte permitirá que avancemos nessa direção.

Quanto à composição propriamente dita, insisto em um ponto que quero sublinhar aqui, o IFI não terá poder normativo de fiscalização, de supervisão, de punição ou de controle. Já existem no nosso modelo instituições com essas competências. O que ele vai fazer? Divulgar estimativas de receita públicas, calcular o impacto de eventos fiscais relevantes – uma determinada política pública, um projeto de lei, uma decisão judicial –, o custo das políticas monetárias e cambiais. Subiu os juros, na semana retrasada, de maneira, a meu ver, inteiramente estapafúrdia, injustificada. Pois bem, teremos imediatamente, não será necessário ir ao plenário, Senadores amigos, para dizer quanto custa. As implicações orçamentárias sobre a dívida serão imediatas; decisões que o Banco Central toma... As despesas com *swaps* atingiram – não sei se o nosso Presidente está a par disso – R$57 bilhões de gastos do Tesouro neste ano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Neste ano?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Neste ano. Isso foi feito para garantir o valor do dólar, quando, na verdade, podia-se estar vendendo reservas – são R$350 bilhões. Vender R$20 bilhões ou R$30 bilhões não representaria nada. Deveriam fazer isso em vez de vender dólar a futuro e ter perdas monumentais – e ainda vão crescer porque se espera que o dólar suba para depois cair. Nesse ínterim, há uma transferência de recursos brutal.

Os economistas, temos que estar alertas... Eu estou à vontade, porque eu não fiz graduação; na verdade, eu fiz pós-graduação e virei professor de Economia no Chile, nos Estados Unidos e no Brasil.

Vale a pena estudar economia? Eu sempre recebi este conselho de uma professora inglesa, Joan Robinson: não para ter receitas prontas a respeito do que se vai fazer na realidade, porque não há receitas prontas, mas vale a pena estudar economia para aprender a não ser enganado pelos economistas, porque eles são especialistas nisso.

É o caso da medida do impacto do *swap*. Eles dizem que não está custando porque a reserva está ganhando valor. Sim, mas eu não realizo essa reserva, enquanto o outro gasta, eu tenho que fazer – tanto é assim que o Banco Central contabiliza como déficit do Tesouro essas perdas. Isso está concorrendo com gastos da educação, da saúde, dos Municípios, dos Estados, de tudo mais. Portanto, nós vamos ter também isso? Concorda, Senador Ferraço? É uma vantagem extraordinária: não ficar mais dependendo do humor de um amigo que lhe conta, de uma estimativa feita às pressas num gabinete – como todos nós fazemos com as nossas excelentes consultorias, mas tudo às pressas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª me permite um aparte breve?

Qual a garantia que nós podemos ter ou que nós estaremos dando aos contribuintes de que essa instituição será uma instituição blindada em relação às interferências dos vários, legítimos, *lobbies* que frequentam o Parlamento ou mesmo das influências políticas? Pergunto porque essa é uma instituição que tem que conduzir os seus trabalhos à luz daquilo que interessa ao Estado e não aos governos de plantão. As preocupações que V. Exª tem, eu as estou incorporando.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela natureza da Instituição, a possibilidade de interferência é menor. Eu vou dar um exemplo grosseiro.

Numa comissão de orçamento, você pode procurar influenciar as assessorias para que determinado tipo de obra ou de despesa seja incluído, seja trabalhado tecnicamente, mas é mais difícil pressionar para alterar número. É mais difícil, é uma coisa mais complexa.

Segundo: nós teremos uma direção. Numa comissão de três, o presidente é indicado pelo presidente do Congresso, o diretor-geral, e um diretor pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e pela equivalente da Câmara, mas os nomes terão que ser aprovados pelo Congresso. Os demais terão que entrar por concurso para se tornarem efetivos.

Mais ainda: nós pusemos o requisito, para os técnicos de qualificação, de que só poderão se habilitar para exame aqueles que tiverem mestrado e/ou doutorado nas disciplinas afins ao trabalho da Instituição. Ou seja, nós vamos ter especialistas no assunto. E há muitos especialistas no Brasil. Hoje eles vão para a CNI, para a Fiesp. Não estou querendo tirar o pessoal dessas instituições, mas nós vamos tê-los num órgão de natureza pública. E eu estabeleceria, como aliás eu estabeleceria para as agências – pode parecer escandaloso –, requisitos de títulos universitários. São requisitos perfeitos? Não, mas pelo menos imporiam um padrão mínimo de formação para essas pessoas.

Eu me penitencio até, porque eu era Ministro da Saúde e comandei a criação tanto da Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Eu me arrependo amargamente de não ter colocado o requisito, por exemplo, de que a direção da Anvisa tivesse que ter maioria formada por médicos – chegou a um ponto em que não havia médicos. Os médicos têm que ter formação de pós-graduação, os bacharéis têm que ter formação mínima, está certo? Porque é um trabalho típico de vigilância sanitária ou, no caso da ANS, de planos de saúde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E esses quadros terão dedicação exclusiva a essa função?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dedicação exclusiva, indemissíveis, a menos que haja quebra de decoro, estabilidade, concurso. Enfim, é uma instituição forte na sua origem. Porque se a pessoa é irremovível, e mesmo para efeito de promoção, isto e aquilo, não há muito que fazer, para conseguir fazer isto e fazer aquilo, pode se comportar de maneira independente.

Pois eu insisto que o produto do trabalho deles é muito difícil. Eu acho que só quando é transferência de dinheiro é mais obviamente perigoso, mas número também é um perigo – está certo? –, porque você tem contestação, você tem outros integrantes. Não dá para falsear números, é muito difícil. Para conveniência, mesmo para superestimar receita e tudo mais, que é com o que eu mais tenho implicância.

Por exemplo, no caso, eu fui o Relator na Constituinte, e introduzi algumas figuras. Entre elas, a da LDO. Qual foi o erro, no caso da LDO? É que não conseguimos antecipar tudo. O erro foi ter permitido que a LDO fosse alterada por Lei Ordinária. O Executivo manda a proposta, o Congresso vota e, depois, a Lei Ordinária e a própria Lei Orçamentária podem modificar a LDO. Isso foi um equívoco. Devíamos ter blindado a LDO para que ela tivesse a força necessária. Mas vamos aprendendo ao longo do tempo. E creio que uma instituição como essa, até para a elaboração da LDO, terá informações importantes, inclusive para nós, a fim de fazer todas as medições necessárias.

Pois bem, eu vejo aí a estimativa de alguns reajustes salariais que estão sendo propostos. Eu olho aquilo e digo: "Isto aqui está errado". Por quê? Porque pega meio ano, não pega o ano inteiro, a despesa anualizada, não mede a propagação, as isonomias. O que eu vou querer de uma instituição dessa é que conheça a Constituição e as leis.

Se eu aumento o salário do Ferraço, os outros Senadores também têm direito a esse aumento. Então, o custo não pode ser só o do salário dele. O custo se propaga. Isso faz uma falta imensa hoje no País. Deve-se fazer um levantamento das vinculações e tudo mais.

Além disso, Presidente, eu acho que tem de ter mudanças, inclusive na Constituição, que proíbam reajustes salariais ou vinculações através da Constituição. Isso tem que ser proibido. No texto atual da Constituição, é proibido o Parlamentar fazer emendas que reajustem salários. Isso fui eu quem introduzi. E na época ganhei apoio. Chegava para alguém que vinha do Ministério Público e dizia: "Escuta, se isto aqui for aprovado, você vai ser cobrado a cada ano para apresentar propostas para a sua área". É normal isso. Então, é melhor não poder, mas aí contorna-se, porque o Judiciário passa a ter o poder de intervenção, e a própria Procuradoria Geral.

Tudo isso tem que ser bem avaliado em cada circunstância, inclusive os elementos de propagação. Era a nossa intenção, ao fazer um relatório que apoia o espírito de boa parte do conteúdo da proposta do Presidente Renan.

Os mandatos seriam de três anos. Pusemos um número ímpar. Isso pode ser inclusive melhor avaliado. Diante disso, eu creio que temos condições de fazer aqui uma avaliação e uma votação.

Tenho em mãos uma emenda do Senador Antonio Anastasia, que reforça aspectos que nós tínhamos presentes quando fizemos este relato. Por exemplo, no caso do diretor-geral, ele chama de autoridade fiscal. Seria instituição. É vedado o exercício de outra atividade profissional – considero uma emenda oportuna –, inclusive gestão operacional de empresa ou direção político-partidária. Eu iria, Senador Anastasia, se V. Exª concordar, até filiação partidária. Em consideração a V. Exª, concordarei com o que concluir.

A autoridade fiscal independente terá autonomia orçamentária e financeira, vedado o contingenciamento dos seus recursos. E as instituições oficiais competentes deverão prestar todas as informações, estão obrigadas – isso me parece extremamente oportuno – ao necessário, pleno e adequado desempenho das atribuições da Instituição Fiscal Independente.

Eu acolheria essas emendas e o faço de forma oral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, considerando a ampla apresentação do Senador José Serra em relação a este importante projeto, eu apresentei algumas emendas que considero que o Senador Serra, ao longo de sua exposição e do seu texto, foi além.

Portanto, eu vou pedir que desconsidere essas emendas, na medida em que o próprio Relator já sinalizou, com mais precisão inclusive, preocupações que eu manifestei nessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª retira as emendas?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Retiro as emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, este projeto é extremamente relevante, importante, polêmico. Na medida em que o Senador Serra – parece-me – concluiu o seu parecer, eu gostaria de pedir vista exatamente para que a gente pudesse fazer essa discussão com todos os integrantes da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vista coletiva.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu, por exemplo, não conhecia esse relatório. Quero conhecê-lo. Pelo relato do Senador Serra, há várias coisas importantes, inclusive tenho dúvidas em relação a outras, como a concorrência com o Tribunal de Contas, coisas assim.

Então, eu queria pedir a V. Exª o direito de vista.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Humberto, não cabe a mim, cabe ao Presidente acolher. O Senador Ferraço falou de vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu estou requerendo vista coletiva no sentido de que nós tenhamos um prazo, para que possamos retomar os trabalhos aqui na Comissão, considerando a

oportunidade e até a conjuntura que o nosso País está vivendo e a importância de uma instituição como essa. Assim sendo, também requeiro vista coletiva.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, duas ponderações para o Senador Humberto: primeiro, é que, no atual contexto, na atual circunstância que vive o País, cercado de agências internacionais pró-cíclicas, o pior que há. Eu disse até ontem à noite, numa reunião a que V. Exª não estava presente, que eu, de vez em quando, tenho saudades do Fundo Monetário. Eu acho que poucos brasileiros, poucos latino-americanos combateram tanto o Fundo quanto eu, pelas ações no passado. No entanto, o Fundo Monetário era uma instituição intergovernamental, com economistas da maior competência, vários dos quais eu conheci na vida acadêmica nos Estados Unidos.

Essas agências hoje não têm e são pró-cíclicas. Ou seja, se um país está indo mal, elas fazem questão de transmitir que está indo mal e que pode piorar, o que ajuda no mundo em que as expectativas, as profecias se autorrealizam, aquilo que se diz em inglês *self-fulfilling prophecies*, profecias se autorrealizam. Essas agências têm um papel – e o pior é que é um papel real, mesmo que a gente não goste – terrível do ponto de vista dos países que enfrentam dificuldades econômico-financeiras.

Mas, para esse ambiente, uma Instituição Fiscal Independente como essa, melhora as expectativas. É um fato.

Segundo, Senador Humberto, eu lembraria que a saúde foi submetida a um engano terrível nos dois últimos anos, porque o Governo patrocinou – mas não foi só o Governo, não, a maioria no Senado aprovou e depois aprovaram na Câmara – a mudança do esquema de vinculação de recursos para a saúde. Antes, eu era Ministro, e nós fizemos a proposta. Na verdade, um substitutivo à medida de um conterrâneo do Senador Anastasia, nosso Deputado Carlos Mosconi, que era Deputado Federal. Cavalgamos em cima da emenda dele e fizemos um substitutivo completo. Eu associei a vinculação ao PIB. Por quê? Porque o PIB flutua menos. E o Congresso mudou e fez vinculação à receita. Tudo bem quando a receita vai bem. Agora, que estamos num colapso de receita, o dinheiro da saúde está diminuindo mais do que proporcionalmente a outras áreas, porque ele é vinculado à receita, o que é um absurdo. Tinha que ter sido mantido ao PIB. Numa instituição como essa, pelo menos essas medidas serão avaliadas. Eu lembro que, quando assumi aqui, a Câmara já ia votar o 2º turno. Eu fui lá e disse: "Não votem isso", mas não podia fazer emenda mais porque era uma emenda de 2º turno. Então, eu estou dando um exemplo prático da importância que terá uma instituição como essa.

Dada a vista, na semana que vem, poderemos votar, Sr. Presidente, se Deus quiser!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedida vista coletiva, a pedido do Senador Humberto Costa e do Senador Ricardo Ferraço, sem restrição, claro, para todos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E eu queria agradecer ao Senador Ferraço porque as emendas dele batem direitinho, 100% com o espírito do nosso projeto. E agradeço a ele também a generosidade da retirada das emendas, o que permitirá abreviar as nossas votações.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Crivella, que, para encerrar a reunião...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... vai trazer as luzes de seu pensamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, a proposta do Senador Serra é importante e não tem nenhuma concorrência com o TCU. Pelo contrário. O TCU é um coveiro. Nós estamos tentando um médico para fazer o diagnóstico antes de a gente morrer.

Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª que colocasse em votação o pedido de urgência para o item 17 da pauta, que já foi votado, não é terminativo. Se pedirmos urgência, vai direto para o Plenário e será apreciado rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedida a urgência solicitada por V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação o pedido de urgência formulado pelo Senador Crivella.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e vinte e seis minutos, do dia dezenove de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Paulo Paim, Ivo Cassol, Omar Aziz, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, José Medeiros, Fernando Collor, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho e Magno Malta. Justifica ausência o Senador Ciro Nogueira. Registra a presença o Senador Flexa Ribeiro. A Presidência registra a presença de Sua Excelência: Blanca Alcalá Ruiz, Senadora do México. Usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 20ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011. Terminativo. Ementa do Projeto: Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Autoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria do Projeto: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 12, e pela rejeição das Emendas nºs 11, 13 a 17. Resultado: Concedida vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2013. Não Terminativo. Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica. Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Paim, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011. Não Terminativo. Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo). Em 19/08/15, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Humberto Costa, acolhida pelo relator. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011. Terminativo. Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012. Não Terminativo. Altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau. Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Manifesta-se pela abstenção o Senador Antonio Anastasia. ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2011. Não Terminativo. Altera o art. 6.º da Constituição Federal para introduzir, no rol dos direitos sociais, o direito ao acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet). Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, de 2015. Não Terminativo. Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente. Autoria: Senador Renan Calheiros e outros. Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente favorável à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista à Senadora Angela Portela e ao Senador Roberto Rocha, nos termos regimentais. - Em 19/08/15, o Senador José Serra, apresenta Relatório favorável às Emendas nºs 1, 7, 8 e 10 (total ou parcialmente), nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais Emendas; Em 19/08/2015, foi apresentada a Emenda nº 11, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2015. Terminativo. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos aos recursos. Autoria: Senador Roberto Requião e outros. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Alvaro Dias, Wilder Morais e Marta Suplicy,

nos termos regimentais. ITEM 23) MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2015. Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e", e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico. Autoria: Senador José Sarney. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta o art. 33-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Autoria: Deputado Chico Alencar. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta art. 42-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que o credor discrimine o valor do débito e as condições para pagamento, sempre que notificar o devedor com o intuito de ofertar proposta de pagamento da dívida. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2011. Não Terminativo. Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2011. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para prever a obrigatoriedade das empresas de comunicar ocorrências relativas à violação ou vulnerabilidade de seus sistemas de segurança que armazenam dados cadastrais dos consumidores. Autoria: Senador Ciro Nogueira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, de 2011. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico. Autoria: Senador Humberto Costa. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 452, de 2011. Não Terminativo. Altera o Código de Defesa do Consumidor para coibir a exposição de produtos com validade vencida. Autoria: Senadora Angela Portela. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência. Autoria: Senador Ciro Nogueira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira. Autoria: Senador Humberto Costa. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores. Autoria: Senador Paulo Bauer. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a aplicação de multa aos fornecedores por atraso na entrega do imóvel ao consumidor. Autoria: Senador Eduardo Lopes. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2012. Não Terminativo. Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de Tarifa de Cadastro e Abertura de Crédito. Autoria: Senador Jorge Viana. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, para incluir penalidade pra quem deixar de eliminar pontualmente, dos cadastros ou bancos de dados, informações negativas referentes a período superior a cinco anos. Autoria: Senadora Ana Amélia. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para proibir o assédio de consumo e estipular o percentual máximo de contratação de crédito em consignação. Autoria: Senador Vital do Rêgo. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Autoria: Senador José Sarney. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar a administradora de cartão de crédito a informar na fatura disponibilizada ao consumidor o nome empresarial do forne-

cedor acompanhado do respectivo título de estabelecimento. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2012. Não Terminativo. Acrescenta o § 2º ao art. 42 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, transformando o atual parágrafo único em § 1º, para prever que o direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, independe de pedido inicial expresso ou comprovação de má-fé do credor. Autoria: Senador Pedro Taques. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2012. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Autoria: Senador Cidinho Santos.TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2012. Não Terminativo. Insere na Lei 8.078 de 1990, o parágrafo 7º no artigo 18, que dispõe e caracteriza a responsabilidade objetiva do comerciante em relação a vícios de qualidade. Autoria: Senador Wilder Morais. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2012. Não Terminativo. Altera o artigo 49 da Lei 8.078 de 1990, estendendo o prazo para desistência de contrato nas relações de consumo e prestações de serviços. Autoria: Senador Wilder Morais. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2012. Não Terminativo. Insere o Parágrafo Único no artigo 30 da Lei 8.078 de 1990, dispondo sobre a vinculação da prestação da oferta conforme a publicidade feita. Autoria: Senador Wilder Morais. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012. Não Terminativo. Acrescenta o § 4º no art.53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e consequentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento. Autoria: Senador Valdir Raupp. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2013. Não Terminativo. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a suspensão temporária do fornecimento de serviço de prestação continuada ou de serviço contratado por período de tempo definido, a pedido do consumidor. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2013. Não Terminativo. Acresce o art. 42-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer prazo para obrigar o fornecedor a prestar as informações necessárias para a quitação do débito do consumidor. Autoria: Senador Pedro Taques. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2013. Não Terminativo. Dispõe sobre a obrigação da administradora de cartão de crédito de manter estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório em todas as capitais onde ofereça serviços ao mercado consumidor. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer regras à prestação de informações por parte do consumidor no âmbito do comércio eletrônico e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor que oferecer produtos ou serviços por meio eletrônico ou similar a apresentar de forma detalhada informações a respeito do produto ou serviço que está sendo ofertado. Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao PLS 281/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e ao PLS 283/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e: - com o acolhimento da Emenda nº 35 ao PLS 281/2012 e da Emenda nº 44 ao PLS 283/2012; - pela rejeição das Emendas nº 33 e 34 ao PLS 281/2012; - pela prejudicialidade, por suas ideias básicas já estarem contempladas nos PLS elaborados pela Comissão de Juristas do Senado Federal, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 6/2011, PLS 271/2011, PLC 106/2011, PLS 439/2011, PLS 197/2012, PLS 222/2012 e PLS 371/2012; - com voto contrário, pois os temas foram tratados de forma diferente nestes projetos, aos seguintes projetos de lei anexados: PLS 458/2012 e PLS 277/2013; - pelo acolhimento das ideias básicas, que passam a integrar os Substitutivos, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 394/2013 e PLS 509/2013; e - pelo desapensamento dos seguintes projetos, que não foram examinados, pois tratam de temas não incluídos na versão final da atualização do Código de Defesa do Consumidor, podendo continuar a ser examinados por seus próprios méritos: PLS 65/2011, PLS 452/2011, PLS 460/2011, PLS 463/2011, PLS 470/2011, PLS 97/2012, PLS 209/2012, PLS 397/2012, PLS 413/2012, PLS 457/2012, PLS 459/2012, PLS 464/2012, PLS 24/2013 e PLS 392/2013. Durante a discussão da matéria, o Senador Ricardo Ferraço reformula o relatório. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 26) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2014. Não Terminativo. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências. Autoria: Deputada Elcione Barbalho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14, de 2015. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater o PLC 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de

1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: • Juca Ferreira – Ministro da Cultura; • Chico César – Compositor e Ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; • Albino Rubim – Pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; • Zulu Araujo – Presidente da Fundação Pedro Calmon; • Irene Ferraz - Presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro; • Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; • Miguel Gomes – Produtor Cultural; • Regina Miranda – referência na área de Ballet e Dança; • Coordenadora da Agenda 21 da Cultura; • Moacyr Goes – Diretor de Teatro e de TV; • Myriam Brum – ex- Diretora da Casa da Gávea e da Funarte; • Aspasia Camargo – Socióloga, Professora da FGV, ex-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ex-Presidente do Ipea; • Marcio Calvão Moura – Engenheiro, Ator e Urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá; hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores; • Wilma Barbosa – Diretora e Organizadora do Festrio. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às quatorze horas e oito minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010. ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 496, de 2013; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2015; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2014; ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, de 2011; ITEM 22) EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2015; ITEM 25) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 12, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pauta do dia 19/08/2015.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 20ª Reunião, Ordinária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Randolfe, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª, com o acordo do Plenário, obviamente, a inversão de pauta, para que seja lido o item nº 23, que trata da Mensagem nº 59, de 2015, sobre a recondução do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros para o cargo de Procurador-Geral da República.

O Relator desse tema é S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

Obviamente, lido o relatório, haverá um pedido de vista coletiva, como é de praxe. Então, creio que não teríamos maior prejuízo em relação à pauta.

Faço essa solicitação a V. Exª, ao mesmo tempo que faço uma segunda solicitação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria lembrar ao Senador Randolfe que nós não resolvemos ainda a matéria que é prioridade: a aprovação ou não da ata da 20ª Reunião. Após isso, nós vamos colocar em votação o requerimento de V. Exª, está certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 20ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 24.

V. Exª pode formular o seu requerimento, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, na verdade, reitero os termos para inversão da pauta, para a leitura do item 23, que trata da Mensagem nº 59, de 2015, que

submete à apreciação do Senado Federal, conforme o art. 84 da Constituição, seus incisos, e o art. 128, o nome do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Como só se trata de leitura, obviamente, haverá o pedido de vista coletiva para a devida sabatina e votação, na semana que vem, creio que não teremos maior prejuízo se for feita a leitura do relatório do Senador Ricardo Ferraço em relação ao indicado.

O segundo pedido a V. Exª, se me permite, já tenho pronto o relatório, o parecer ao Projeto de Lei nº 105, de 2015, também de autoria de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, que estabelece o acordo de leniência homologado pelo Ministério Público, então, solicito a V. Exª que seja incluído na pauta, para posterior apreciação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeções, defiro o pedido de V. Exª.

Será feita a inversão, conforme sua solicitação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se V. Exª me permitir, também, lógico que, na sequência desses pedidos, há um projeto do nosso hoje Governador e, portanto, sempre Senador, o nosso Rodrigo Rollemberg, que é sobre tecnologia social. Já fiz a leitura dessa propositura e queria ver exatamente aí, até me permita pedir que, dentro da administração da ordem das votações, se V. Exª puder encaixar essa propositura, seria importante para votarmos.

Então, no momento em que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª está solicitando inversão de pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, estou solicitando, se V. Exª, na medida do possível, tiver a condição de encaixar isso... É óbvio que há uma pauta, uma pauta predefinida, e eu gosto muito de respeitar essa ordem, pois, quando houver algo na frente que for do meu interesse, eu não vou poder reclamar, exatamente por conta da possibilidade de ir alterando.

Eu sei que a ordem que V. Exª patrocina aqui é a ordem sempre de uma sequência cronológica. Portanto, estou admitindo que essa sequência cronológica encaixou a PEC e, na medida em que, porventura, na ordem, algum dos relatores aqui ou até um relator não estiver presente e a matéria não puder ser apreciada, V. Exª poderia encaixar essa proposta do nosso Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acredito que será possível.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos agora ao item 23, que, em virtude da inversão de pauta, será a primeira proposição...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, também na mesma linha de argumentação do Senador que me antecedeu, gostaria que V. Exª considerasse a hipótese de inversão de pauta para o item 20, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 402, do Senador Roberto Requião e outros. O Relator é o Senador Ricardo Ferraço.

Pelo momento que estamos vivendo, pela importância dessa matéria, creio ser adequado antecipar a deliberação do PLS nº 402, o que submeto à consideração de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, o pedido de V. Exª será atendido.

ITEM 23
MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e", e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para fazer a leitura de seu parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Por intermédio da Mensagem nº 59 e nos termos do art. 52, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

O referido art. 128, §1º, da Constituição Federal, estabelece que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira,

maiores de 35 anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Por sua vez, o art. 52, III, "e", da Lei Maior, atribui a esta Casa competência privativa para aprovar, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha do Chefe do Ministério Público.

O art. 101, II, "i", do Regimento Interno do Senado Federal, de sua parte confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

O indicado, Sr. Presidente, nasceu na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em 15 de setembro de 1956, onde se bacharelou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em 1979.

Na mesma instituição, Sua Excelência se tornou especialista em Direito Comercial, em 1985, e Mestre em Direito, em 1986.

Em seguida, na Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfeizionamento S. Anna, em Pisa, Itália, nos anos de 1987 a 1989, concluiu Especialização na área de concentração "Meio Ambiente e Consumidor".

O indicado iniciou a sua vida profissional como advogado autônomo, de 1980 a 1984. Nessa época, de 1981 a 1984, foi Professor Assistente de Teoria Geral do Processo e de Títulos de Crédito na Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte.

Ingressou no Ministério Público Federal mediante concurso público, tendo tomado posse no dia 1º de outubro de 1984, no cargo de Procurador da República.

No Ministério Público, exerceu a função de Procurador-Chefe substituto da Procuradoria da República no Distrito Federal, no período de 1984 a 1987, e, posteriormente, Coordenador do Meio Ambiente e dos Direitos do Consumidor da Procuradoria da República, de 1991 a 1994.

Ocupou, ainda, o cargo de Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça no ano de 1994 e foi Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Distrito Federal até 1995.

Em 1993, Sua Excelência foi promovido ao cargo de Procurador Regional da República e, em 2003, ao cargo de Subprocurador-Geral da República, com atuação perante o Supremo Tribunal Federal.

Como Subprocurador-Geral da República também exerceu a função de Secretário Geral do Ministério Público Federal, de 2003 a 2005, Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional do Ministério Público Federal, em 2006, e Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, de 2006 a 2010.

Sua Excelência foi, ainda, membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal, eleito para os mandatos de 2005 a 2007, 2010 a 2012 e de 2012 a 2014, e membro da 7ª, 3ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em diversos períodos.

No âmbito corporativo, foi Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), mandato eletivo que exerceu de maio de 1995 a maio de 1997, e Presidente da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos, de 2013 a 2014.

O indicado é autor de diversos artigos publicados no Brasil e na França, na revista francesa *Petites Affiches*, e de "O Caso Embraer", publicado no volume 3, de 1993, da *Revista Atualidades Jurídicas,* em Belo Horizonte.

Indicado para exercer o cargo de Procurador-Geral da República em 19 de agosto de 2013, pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros submeteu-se a sabatina no dia 29 subsequente, quando teve o seu nome aprovado por 22 votos favoráveis e 2 contrários na Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhada ao Plenário, a indicação foi aprovada no dia 10 de setembro de 2013, com 60 votos favoráveis e 4 contrários.

S. Exª foi nomeado Procurador-Geral da República no dia 12 subsequente, encontrando-se em exercício do cargo.

Como Procurador-Geral da República, é Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do inciso I do art. 130-A da Constituição.

Finalmente, vale registrar que o indicado submeteu-se, no dia 5 de agosto de 2015, à consulta organizada pela Associação Nacional dos Procuradores da República, com vistas a eleger lista tríplice a ser apresentada à Excelentíssima Senhora Presidente da República, como sugestão dos membros do *Parquet*. Nessa consulta, da qual participaram 983 membros ativos e inativos do Ministério Público Federal, o Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros foi o mais votado, recebendo, dos 983 membros ativos e inativos, 799 votos.

A Mensagem nº 59, de 2015, veio acompanhada dos documentos e declarações previstas no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão:

1. declaração que não tem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua função de Procurador da República;

2. declaração que não participa nem nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

3. declaração que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais e do Distrito Federal, tendo anexado certidões nesse sentido expedidas pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal;

4. declaração que não tramitam, no momento, ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, ressalvadas iniciativas coletivas da Associação Nacional dos Procuradores da República;

5. declaração que atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, perante o Tribunal Superior Eleitoral, na condição de Procurador-Geral Eleitoral; perante o Supremo Tribunal Federal, na condição de Subprocurador-Geral da República e de Procurador-Geral da República; e perante o Superior Tribunal de Justiça, na condição de Procurador-Geral da República;

6. argumentação escrita, em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considero que V. Exªs dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Com essa leitura, Sr. Presidente, devolvo a V. Exª o processo para que, de forma protocolar, como tem sido o rito formal desta Comissão, V. Exª possa dar vista coletiva e, em seguida, seguindo os desdobramentos do rito regimental e constitucional, possa definir a sabatina. Assim, poderemos receber, nesta Comissão, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, e S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores poderão fazer a sabatina do indicado para exercer a importante e relevante função de Procurador-Geral da República.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 132, §6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento o seguinte Voto em Separado sobre a Mensagem nº 59, de 2015, (nº 306, de 2015, na origem), mediante a qual a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

De acordo com o art. 101, II, "i", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre a referida indicação, dentro das regras estabelecidas pelo art. 383. E, nesse sentido, nosso voto em separado está centrado em uma questão fática, absolutamente fática: a ausência de documentos necessários à deliberação da Comissão, conforme o Regimento.

O dispositivo citado traz uma série de exigências que devem ser cumpridas pelo indicado, entre elas, a apresentação de declarações de várias espécies. No caso do inciso I, alínea "b", item 4, está prevista a declaração quanto à existência de ações judiciais nas quais figure o indicado como autor ou réu, com a devida tramitação processual atualizada. Igual exigência é encontrada na alínea "d" do inciso I do art. 1º do Ato da CCJ nº 1, de 2007.

Somada esta declaração às demais exigências contidas no art. 383, resta claro que o espírito da norma é o de trazer à luz da matéria toda e qualquer informação comprobatória da idoneidade do indicado – exigida, de resto, pela própria Constituição Federal, no seu art. 128, *caput*. Nessa mesma linha de raciocínio, o sentido inverso também deve ser considerado quando se têm ou se omitem informações que possam comprometer a comprovação da idoneidade do indicado, ainda mais para um cargo da relevância como o de Procurador-Geral da República.

O fato é que nos autos do processado da respectiva Mensagem não consta, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma série de informações acerca do Sr. Rodrigo Janot, mais especificamente sobre as ações análogas àquelas previstas no art. 383, I, "b", item 4. Esta omissão do processo, sem dúvida, compromete a acurada apreciação desta Comissão sobre o indicado, já que não dispõem seus integrantes dos elementos suficientes para deliberar.

Senão, vejamos: o referido dispositivo do art. 383 fala em ações judiciais. O espírito, é claro, é a existência de toda e qualquer tipo de petição (ação) que enseje algum julgamento quanto à conduta do indicado, seja na seara pessoal, funcional ou profissional.

Nos termos da Constituição, o Senado Federal, assim como seu órgão auxiliar, o TCU (Tribunal de Contas da União) possuem, dentre suas atribuições, o funcionamento como órgão judiciário. No caso do Senado, a previsão é explícita em todo o Capítulo I do Título X do seu Regimento Interno. No caso do TCU, a Constituição Federal é clara em seu art. 71, inciso II, que garante ao Tribunal "julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta".

Pois bem, no âmbito do Senado Federal, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, somente no âmbito do Senado Federal, tramitam cinco petições em desfavor do atual Procurador-Geral da República, todas elas sob análise da Advocacia-Geral do Senado para sua instrução.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Silêncio.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Repetindo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: somente no âmbito do Senado Federal tramitam cinco petições em desfavor do atual Procurador-Geral da República, todas elas sob análise da Advocacia-Geral do Senado para a sua devida instrução.

Já no TCU, tramitam duas Propostas de Fiscalização e Controle de atos do Sr. Rodrigo Janot à frente da Procuradoria-Geral da República. Ambas já foram aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal, e se encontram sob a relatoria do Ministro Benjamin Zymler, no âmbito do TCU.

As ações em trâmite – e não indicadas no processado – são as seguintes:

No Senado Federal:

Petição nº 2, de 2015, referente à Representação-Denúncia por seletividade e inércia, em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, praticadas no curso de investigações, passíveis de enquadramento no art. 40 (crimes de responsabilidade), itens 2, 3 e 4, da Lei nº 1.079, a lei chamada de Ressurecta, de 10 de abril de 1950, e no art. 319 do Código Penal (retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal).

Petição nº 3, de 2015, referente à Representação-Denúncia por abuso de poder e indução, em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, praticados no curso de investigações, passíveis de enquadramento no art. 40 (crimes de responsabilidade), item 4, da Lei nº 1.079, de 1950.

Petição nº 4, de 2015, referente à Representação-Denúncia por autopromoção, em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, praticada no curso de investigações, passível de enquadramento no art. 40 (crimes de responsabilidade), item 4, da Lei nº 1.079, de 1950.

Petição nº 5, de 2015, referente à Representação-Denúncia por desperdício de dinheiro público, em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, praticado na administração da Procuradoria-Geral da República quanto ao abuso de concessão de passagens e diárias a membros do Ministério Público Federal, passível de enquadramento no art. 40 (crimes de responsabilidade), item 4, da Lei nº 1.079, de 1950.

Petição nº 6, de 2015, referente à Representação-Denúncia por improbidade administrativa, em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, praticada na administração da Procuradoria-Geral da República quanto à nomeação de servidora sem amparo legal, passível de enquadramento no art. 40 (crimes de responsabilidade), itens 3 e 4, da Lei nº 1.079, de 1950, e no art. 319 do Código Penal (prática de ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal).

No Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dois processos:

Processo 017.115/2015-9 (Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2015, na Casa de origem), de investigação do Termo do Contrato nº 55/2014, celebrado em 14 de outubro de 2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora Ltda, referente ao contrato de aluguel, sem licitação, de um prédio de luxo para uso da PGR, essa simpática sigla pela qual é conhecida a Procuradoria Geral da República, na QI 15 do Lago Sul, em Brasília. Aos autos do processo no TCU, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, somente para que V. Exªs tenham uma ideia, aos autos do processo do TCU já foram apensados, por diligência do próprio Tribunal, seis novos documentos da espécie "comprobatórios/evidências" para instrução e análise do Relator, Ministro Benjamin Zymler.

O segundo: Processo 017.110/2015-7 (proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015, na Casa de origem), de investigação do Termo do Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda – Oficina da Palavra, desse nome iremos ouvir muito falar daqui por diante –, referente à contratação, sem licitação, de empresa de comunicação para implantar "mecanismos de governança interna com o intuito de melhorar o diálogo entre o Gabinete do Procurador-Geral da República, a alta administração, os membros e servidores do Ministério Público Federal." Aos autos do processo no TCU já foram apensados, por diligência do próprio Tribunal, dez novos documentos – dez novos documentos já apensados pelo próprio Tribunal de Contas da União a esse processo de fiscalização – da espécie "comprobatórios/evidências" para instrução e análise do Relator, Ministro Benjamin Zymler.

E aqui faço uma digressão, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir. Imaginemos nós que um desses dois casos que estão sob observação, análise e fiscalização do TCU, desses crimes por falta de licitação, ditos crimes,

fossem cometidos pelos nossos prefeitos, ou pelos nossos governadores: o que o Ministério Público não estaria fazendo com esses prefeitos e com esses governadores?

Além de todas essas ações passíveis de julgamento e condenação do Sr. Rodrigo Janot, há uma infindável lista de condutas ilícitas, reprováveis e abusivas praticadas pela PGR – novamente a simpática sigla pela qual é conhecida a Procuradoria Geral da República –, e que foram objeto de denúncias.

A questão ora posta, Sr. Presidente, contudo, é – repita-se – eminentemente fática – eminentemente fática! –: a absoluta omissão de informações sobre essas ações no processado, o que impede esta Comissão de apreciar a indicação com o tradicional e conhecido detalhamento e senso de responsabilidade.

Dessa forma, apresentamos este Voto em Separado, com fundamento no inciso I do §6º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, em consonância com o art. 383 do mesmo Regimento, e com a alínea "d" do inciso I do art. 1º do Ato da CCJ nº 1, de 2007, a fim de que sejam juntadas aos autos do processado cópias das referidas ações a que está submetido o indicado, anexas ao presente voto.

Era esse o meu pedido de falar pela ordem, Sr. Presidente. E pediria que V. Exª determinasse ao Secretário que viesse recolher aqui este voto com pedido de apensamento ao processado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acolho a manifestação de V. Exª como um relatório adicional, porquanto o voto na escolha de Ministros e outras autoridades é secreto. Recebo a indicação de V. Exª como uma manifestação e um subsídio para a própria relatoria.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – É exatamente esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já que a votação é secreta, não pode haver manifestação...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Até porque, aqui, eu não estou dizendo, não estou declarando meu voto, nem declinando o meu voto. Estou apenas... Inclusive o senhor notou com que simpatia eu me referi à sigla PGR. Então, aqui eu não trato de querer manifestar o voto, é apenas o título que eu encontrei dentro do Regimento para que pudesse, colaborando com os trabalhos desta Comissão, oferecer aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça informações que não constam do processado e que são extremamente importantes para que as Srªs e os Srs. Senadores tomem conhecimento para fazerem o correto juízo sobre a recondução ou não do Sr. Rodrigo Janot.

Por isso peço e agradeço a V. Exª o acolhimento e a determinação à Secretaria desta Comissão de juntar essa documentação que eu aqui apresento, juntamente com esse que tem o título Voto em Separado mas que, na realidade, é apenas a tipificação que encontramos dentro Regimento para podermos alertar esta Comissão sobre os processos que correm em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras tenham conhecimento.

É necessário, portanto, que se cumpra a sua determinação de apensar esses documentos ao processado em relação a essa Mensagem nº 59.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para contrapor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência acolhe, como já o fez, a manifestação de V. Exª não como declaração de voto, mas como manifestação na discussão do relatório. O relatório está em discussão e V. Exª teve e tem todo direito de se manifestar nesta ocasião.

Quanto a essa intenção de apensar a sua manifestação ao processado do relatório, isso é manso e pacífico, como diriam os rábulas do interior. De maneira que V. Exª fique tranquilo, que a sua manifestação não pode ser ignorada nem pela Presidência, pelo dever de cumprir o Regimento da Casa e o Regimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nem pelos demais pares que estão aqui para ouvir a manifestação de V. Exª, com a autoridade que V. Exª tem como Senador da República e ex-Presidente da República.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, para contrapor, na condição de Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Relator, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, em que pesem, evidentemente, as prerrogativas do Senador Collor, eu estou reafirmando, na condição de Relator designado por V. Exª, que, como Relator, eu observei, *ipsis litteris,* tudo aquilo que está consagrado na Constituição Federal, não apenas no art. 128, inciso II, §1º, como observei a integralidade daquilo que determina o art. 383 do Regimento Interno do Senado, que consagra, no inciso 1-B, que, no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o indicado deve declarar, no caso específico a que faz menção S. Exª o Senador Collor de Mello: "4. quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual".

O art. 383, VIII, §2º, diz que o indicado deve declarar por escrito o que está determinado quanto à existência de ações judiciais. E o indicado o fez por escrito.

Portanto, eu considero que, na condição de Relator, o meu parecer está absolutamente circunscrito à determinação constitucional e à determinação do Regimento Interno da Casa, em que pese reconhecer, naturalmente, a legitimidade, a prerrogativa não apenas do Senador Collor, como de qualquer Senador, evidentemente, de agir na direção do juízo de valor que fizer.

Portanto, eu devo essa satisfação a V. Exª e aos membros desta Comissão, até porque essas declarações estão disponíveis para o cotejo de cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores, que poderão fazer o seu juízo de valor, e esse juízo de valor poderá inclusive ser enfrentado na sabatina. A sabatina, inclusive, é o ambiente adequado. E há algum tempo esta Comissão deixou transformar a sabatina em ação entre amigos. A sabatina é o ambiente republicano e democrático para que essas indicações, da mais alta relevância do Estado brasileiro, possam ser feitas e esses contraditórios esclarecidos. De modo que, na sabatina, todas essas questões e tantos outras podem ser enfrentadas aqui nesse debate público.

Apenas quero reiterar que, na condição de Relator, eu agi no estrito rigor daquilo que determina a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado da República.

Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria só esclarecer ao Senador Ricardo Ferraço que, efetivamente, pelo Regimento, qualquer Senador da Comissão tem a prerrogativa, o direito de, na sabatina, arguir fatos não só constantes de processos judiciais ou não, mas fatos da vida normal, da vida pública da autoridade indicada. Mas o Regimento também diz, o Regimento também assegura, após a leitura do relatório que V. Exª fez, colocá-lo em discussão, para que, nesse momento, os Senadores tenham a liberdade de fazer os seus comentários a respeito de algum fato que se relaciona com o relatório e com a própria vida do indicado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Evidentemente que sim.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Agradeço a V. Exª.

É apenas para fazer um registro: em nenhum momento aqui eu me ative ao parecer de S. Exª, o Senador Ricardo Ferraço, Relator do mesmo. Estou aqui, inclusive, dizendo que não foram oferecidas informações suficientes para que pudessem constar do relatório de qualquer um que estivesse emitindo o seu parecer.

O meu propósito é no sentido de colaborar com os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de apensar informações que não constam do processado – e por isso, é claro, o Senador Ricardo Ferraço não poderia se basear em outras informações, que não aquelas do processado –, daí, a minha solicitação, que V. Exª já acolheu, de juntar ao processado essas novas informações que estou trazendo, para que as Srªs e os Srs. Senadores façam o seu correto juízo de valor sobre a personalidade do vetusto indicado Sr. Rodrigo Janot, que deseja ser reconduzido à simpática PGR.

Em função disso, gostaria de fazer esse registro, nada – nada! – tendo a dizer em relação ao relatório proferido por S. Exª, o Senador Ricardo Ferraço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, o Presidente passa a conceder vista coletiva aos Srs. Senadores do relatório em apreciação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 554, que tem como Relator o Senador Humberto Costa, já está pronto para, através do mesmo Relator, dar o parecer final sobre as emendas apresentadas. Gostaria que V. Exª desse prioridade à votação dessa matéria, de vez que ela consta da pauta desta Comissão há várias reuniões. E esta naturalmente será a última vez que teremos a finalização desta matéria tão importante sobre a audiência de custódia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria a que V. Exª se refere é o item 1. Acontece que houve inversão de pauta e, pela ordem, agora, entrará em discussão e votação o item 8, que foi o beneficiado com a prerrogativa da inversão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É só o item 8, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só o item 8.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, a prioridade, após, será o item 1.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011
- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.

Autoria: Senador Paulo Paim

[Parece-me que o Senador Paulo Paim não está presente.]

Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, inicialmente, cabe registrar a pertinência da preocupação do autor da proposição com o tema da eficiência e da moralidade, princípios constitucionais aos quais está cingida a Administração Pública.

Efetivamente, se é legítimo que o Governo democraticamente eleito busque implementar o seu programa, escolhido nas urnas, mediante a escolha de pessoas de sua confiança em cargos de confiança na máquina pública, não é aceitável que esses cargos sejam usados para aparelhamento do Estado e como moeda de troca político-partidária.

Aliás, a causa central da crise política, econômica e ética vivida hoje pelo País é o aparelhamento do Estado brasileiro, onde se instalou um balcão de negócios, usina de grandes escândalos de corrupção e de governos incompetentes.

Assim, o fornecimento de informações sobre aqueles que exercem funções estratégicas na Administração dará condições de controle social sobre essas escolhas, além de ir ao encontro de outro princípio constitucional, o da publicidade.

Duas questões, no entanto, exigem que se promovam ajustes na proposição.

De um lado, é preciso retirar do projeto elementos que possam caracterizar a invasão da competência privativa do Presidente da República de dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Federal.

De outra parte, é aconselhável que a matéria aproveite a edição, ocorrida após a apresentação da proposição da Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal.

Essas duas preocupações, na verdade, acabam convergindo, uma vez que a inserção daquilo que se pretende com o projeto na Lei 12.527 permitirá dar sentido geral ao comando, eliminando o vício da edição de norma destinada apenas à Administração Federal.

Assim, estamos propondo a aprovação do Projeto nº 502, na forma de substitutivo, ampliando o escopo da proposição para uma norma geral, inserida no âmbito da Lei de Acesso à Informação.

Com essa providência, atendemos não apenas os ditames da boa técnica legislativa, como serão espancadas todas as questões envolvendo a constitucionalidade formal da iniciativa.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria se manifestar, encerro a presente discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator. Trata-se de uma matéria terminativa. Votação nominal.

Convido os Srs. Senadores a manifestarem o seu voto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, os cumprimentos ao Senador Paulo Paim, que é o autor dessa matéria, propondo maior transparência na Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os Srs. Senadores já podem manifestar o seu voto pelo sistema eletrônico. (*Pausa.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Enquanto os ilustres Senadores e Senadoras aqui digitam seus votos, na verdade, na mesma linha desse projeto do Senador Paulo Paim, relatado com a competência usual do Senador Alvaro Dias, apresentei, Sr. Presidente, uma proposta de emenda à Constituição que também cria parâmetros mais rígidos para a indicação de cargos públicos, inclusive com a diminuição dos cargos de livre comissionamento, estabelecendo percentual máximo de 10% desses cargos em relação ao conjunto de cargos de concursados naquele órgão.

Na verdade, foi inspirado no procedimento, muito exitoso, que criamos em Minas Gerais, em que os cargos de livre provimento passavam por uma certificação feita por um órgão externo ao Estado. No nosso caso, foi feita pela Universidade Federal de Minas Gerais. A partir dessa qualificação, os candidatos a esses cargos se tornariam aptos a ocupá-los.

Portanto, é algo que vem, de forma complementar, na direção do que propõe, no seu relatório, o Senador Alvaro, a partir do projeto do Senador Paim.

Gostaria, depois, de solicitar à Mesa que pudesse dar atenção e pautar essa proposta o mais rapidamente possível.

O meu secretariado vai informar o número da PEC. (*Pausa.*)

Eu ia pedir para o Presidente, mas já peço ao Vice-Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Na verdade, eu virei copiloto aqui, para se poder votar. Entendeu?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Na verdade, eu falo da PEC 110, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Coincidentemente, estou ao lado da cadeira vazia. O Presidente foi votar e volta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas V. Exª sempre que a ocupou, ocupou-a com enorme competência. Então, seja os ouvidos do Presidente.

Na verdade, essa proposta, Senador Walter, que V. Exª certamente, como dos mais dedicados membros desta Comissão, irá analisar, permite que se estabeleçam limites para cargos não comissionados dentro de cada órgão da Administração Pública, garantindo, portanto, a qualificação desses indicados, para que possamos ter uma burocracia tanto mais estável quanto mais qualificada e preparada.

O que solicito, ao final, é que V. Exª possa pautar a PEC 110, de minha autoria, que, na verdade, complementa a proposta hoje apresentada pelo Senador Alvaro Dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Mesa defere o pedido do Senador Aécio Neves.

A matéria continua em discussão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Se possível, Presidente, solicito que se observe a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E a votação simultaneamente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... de indicar, para Relator, o Senador Alvaro Dias, já que tratou com muita competência, como sempre o faz, dessa questão. É a PEC 110. Se V. Exª puder atender a nossa sugestão, o Senador Alvaro poderia relatá-la, e rapidamente a votaríamos, quem sabe, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência responde a V. Exª afirmativamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Agradeço, Presidente.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu consulto se os Senadores presentes já digitaram os seus votos. (*Pausa.*)

Eu lembraria ao Senador Antonio Anastasia que V. Exª ainda pode exercer o seu direito de voto nesta matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, sou Relator de um projeto que já está pronto há algum tempo, que foi fruto de entendimento, na Presidência do Senado, com diversos membros da Oposição, que, através de um projeto de resolução, altera o art. 312 do Regimento do Senado, para permitir

que o requerimento de destaque apresentado por bancadas, por partido sejam efetivamente votados. É o que equivale ao projeto de Regimento da Câmara dos Deputados.

Então, seria: de um a quatro Senadores, um destaque, obrigatoriamente votado, que pode ser nominal ou simbólico, dependendo do Plenário; de cinco a oito Senadores, dois destaques; de nove a treze Senadores, três destaques; e mais de quatorze Senadores, quatro destaques.

É um projeto proposto pelo Senador Ronaldo Caiado.

Houve uma ampla negociação. Se V. Exª, logo após, pudesse votar – creio que não há nenhum tipo de empecilho –, nós já colocaríamos no Regimento esse instrumento, que ajuda no debate e na discussão das ideias, Sr. Presidente.

Fica aqui a proposta submetida ao Plenário e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª está pedindo inversão de pauta ou inclusão na pauta de hoje? Porque não está na pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu estou pedindo inclusão na pauta, porque ele já está há algum tempo... Eu já tinha pedido para constar na pauta, mas, como é uma matéria muito consensual e regimental e nós estamos votando temas importantes no plenário... Esse mecanismo, de certa forma, define um pouco a discussão e a condição de a Minoria poder debater determinadas matérias. Então, se V. Exª e o Plenário acederem, é uma matéria em relação à qual eu acho que não vai haver discussão. É uma votação rápida e nós, de certa forma, resolveremos uma questão importante para o funcionamento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, a matéria será incluída na pauta da presente reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, poderíamos debater o projeto do Senador Valadares, que eu já trouxe aqui pela terceira vez. Ele está na pauta, está na ordem. Poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É o projeto seguinte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas, se alguém pedir prioridade ou inversão de pauta, esse projeto sempre vai ficar por último. V. Exª sempre diz que ele será o próximo. Aí alguém entra com um pedido de inversão e o Senador Humberto Costa fica... Está tudo pronto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, não foi pedido de inversão porque o projeto não estava na pauta. Foi pedida a inclusão na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A inclusão. Pior ainda. Não estava nem na pauta. Mas tudo bem. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A inclusão do projeto na pauta, a juízo dos Senadores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É um minuto, segundo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Valadares, é um minuto e é importante para todos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para V. Exª, mesmo que fossem 10, 15, 20 minutos. Não tem problema. Agora, eu espero que seja o próximo mesmo, finalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto os Senadores presentes se já exerceram o direito de voto. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à assessoria que exiba no painel à nossa esquerda o resultado da votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um esclarecimento, Sr. Presidente. Eu queria saber por que meu nome está grafado com letras *pink*. (*Risos.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª sempre brilha mais que os outros, Senador Aloysio.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Confundiram com o da Marta Suplicy.

Senadora, confundiram com você. (*Pausa.*)

(Soa a campainha.)

Peço à assessoria que transfira o resultado da votação para o painel, a fim de que os Senadores possam conferir. (*Pausa.*)

Lamentavelmente, o painel ainda tem suas falhas. Está em fase experimental e ainda apresenta essas falhas. No começo, o resultado tinha sido exibido no painel. Eu não queria anunciar antes de restabelecer a indicação do painel, mas a assessoria já me informou que não há possibilidade. Aqui está grafado, neste boletim de apuração dos votos.

A apuração foi a seguinte:

Quórum: 20 votos.
Total: 19, e 1 Sr. Senador deixou de votar.
Votos: SIM, 19 (dezenove); NÃO, 0 (zero).
Abstenção: 0 (zero).
O Projeto está aprovado, o Substitutivo. (*Pausa.*)
Vamos ao item 1 da pauta, que teria sido preterido pelos projetos que se beneficiaram da inversão de pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011
- Terminativo -

Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: O relatório é favorável à Emenda nº 12 e contrário às demais emendas.
Observações:
- Em 05/08/2015, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS n° 554, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.
- Em 12/08/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 11 a 17, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, no Turno Suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório sobre as emendas apresentadas no turno suplementar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu gostaria de iniciar a minha fala fazendo aqui uma homenagem à presença da Drª Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira, Juíza Diretora do Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães, em São Paulo, capital, que é responsável pela implantação desse projeto da audiência de custódia no Estado de São Paulo, ação esta que tem produzido importantes frutos e que nos anima a considerar que esse projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o qual tenho a honra de relatar, tende a ser uma verdadeira revolução no que diz respeito a uma política de desencarceramento no nosso País.

Eu vou diretamente entrar na análise das emendas.

Há que se considerar, nesta análise, as emendas propostas pelo ilustre Senador Randolfe Rodrigues, as quais foram numeradas de 11 a 17.

A Emenda nº 11 propõe a substituição, onde houver, da expressão "delegado de polícia" por "autoridade policial".

O termo "delegado de policia" atende às sistemáticas já adotadas em legislação recente (Leis 12.683/12, 12.830/13 e 12.850/13, por exemplo). O Parlamento, quando da discussão do projeto de reforma do Código de Processo Penal, consagrou essa nomenclatura em consonância com o que dispõe o §1º, IV, e §4º do art. 144 da Constituição Federal, os quais tratam das competências da polícia judiciária.

Além disso, o parágrafo único do art. 2º-A, da Lei nº. 13.047/2014 prevê que os ocupantes do cargo de Delegado de Polícia Federal são autoridades policiais no âmbito da polícia judiciária da União.

Desta forma, em homenagem ao princípio da simetria e da boa técnica legislativa, rejeitamos essa emenda.

A Emenda nº 12 prevê a modificação do §3º do art. 306, na forma dada pelo art. 2º do Substitutivo, para substituir a expressão "de suposta violação aos direitos fundamentais" por "da alegação de violação aos direitos fundamentais".

Em sua justificação, o autor afirma que a mera alegação já deve ser suficiente para que a autoridade custodiante, em despacho fundamentado, justifique a adoção ou não das medidas protetivas.

Entendendo que o nobre colega tenha como objetivo deixar a redação, neste aspecto, mais clara, concreta e objetiva, somando-se ao fato de que as violações dos direitos fundamentais costumeiramente ocorrem em um ambiente sem testemunhas e com nítido abuso de autoridade, acatamos essa emenda.

A Emenda nº 13 propõe alteração nos §§6º e 7º para prever que a oitiva será registrada em autos apartados e versará obrigatoriamente (e não exclusivamente, como disposto no texto do Substitutivo) sobre a

legalidade e necessidade de prisão, prevenção da ocorrência de tortura ou maus tratos e sobre os direitos assegurados ao preso e ao acusado.

Entendemos a preocupação do nobre Senador, quando em sua justificação aponta que a redação proposta no substitutivo poderá limitar a atividade jurisdicional. Contudo, a emenda ora oferecida retira a certeza de que a audiência de custódia versará somente sobre a prisão efetuada e de que não serão utilizados, em nenhuma hipótese, os dados ali colhidos durante o processo criminal.

No momento oportuno, o réu será interrogado pelo órgão jurisdicional, ocasião em que o juiz questionará sobre todos os aspectos relacionados à imputação efetuada ao investigado.

Além disso, o texto deste parágrafo foi amplamente discutido e acordado com as entidades de direitos humanos e Defensorias Públicas.

Quanto à alteração no §7º, entendemos que o Código de Processo Penal, em seu art. 186 e no §4º do art. 289-A, já traz as garantias ali propostas, não havendo, portanto, necessidade de alterar a redação do substitutivo.

Por essas razões, consideramos que esta emenda não deve ser acatada.

A Emenda nº 14 altera o §10 do art. 306, na forma apresentada pelo Substitutivo, para substituir a expressão "competência da Polícia Federal" para "atribuição da Polícia Federal". Em sua justificativa, o Senador afirma que a Polícia Federal é dotada de atribuições e não de competências, as quais são reservadas aos órgãos do Poder Judiciário.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – No entanto, o arcabouço legal contemporâneo prevê que a Polícia Federal é um órgão dotado de competências e não de atribuições, conforme preceitua o nobre autor. A exemplo disso, a Lei nº 13.047, de 2014, que reorganizou a carreira da categoria, dispõe, em seu art. 2º-A, que a Polícia Federal é órgão competente de Estado, organizado e mantido pela União, para o exercício de suas competências previstas no §1º do art. 144 da Constituição Federal.

Ainda nesta Emenda, o Parlamentar propõe o acréscimo do §11, para permitir que, nos casos previstos no §10, a audiência poderá ser realizada mediante videoconferência.

Entendemos que a possibilidade de realizar a audiência de custódia pelo sistema de videoconferência, mesmo que a presença virtual do acusado seja considerada real, não trará as garantias necessárias para realização de um julgamento eficaz pela autoridade judiciária, além de não assegurar de forma plena a preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana, objetivo central deste projeto.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Por essas razões, não acatamos esta emenda.

A Emenda nº 15 prevê a supressão do art. 3º, o qual permite ao delegado de polícia a possibilidade de conceder fiança nos casos de infração penal cuja pena preventiva de liberdade não seja superior a 6 (seis) anos, salvo se verificar a presença dos requisitos da prisão preventiva.

O autor justifica afirmando que o projeto transfere, nitidamente, do juiz para o delegado de polícia, o poder jurisdicional de fixar medidas cautelares.

Um dos objetivos do PLS nº 554/2011 é o desencarceramento das pessoas que não cometeram crimes com violência ou grave ameaça, contribuindo, inclusive, com a redução da superlotação carcerária.

Com relação à medida cautelar prevista no inciso I do art. 309 do Decreto-Lei nº 3.689, não há violação ao princípio da reserva de jurisdição, uma vez que o delegado de polícia apenas colherá o compromisso do afiançado de que este comparecerá a todos os atos do processo, medida que já está prevista no parágrafo único, do art. 69, da Lei nº. 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais cíveis e criminais, o qual autoriza o Delegado de Polícia, quando da lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência, dispensar a lavratura do auto de prisão em flagrante e exigir a presença do preso aos autos do processo.

Por isso, não acatamos esta emenda.

A Emenda nº 16 propõe a supressão do art. 4º, do Substitutivo, que prevê a dispensa do valor arbitrado para fiança, pela autoridade que a arbitrar, quando observada a hipossuficiência da pessoa detida, sujeitando-a às obrigações constantes nos arts. 327 e 328, além da cautelar prevista no inciso I do art. 319 do Código de Processo Penal.

Na justificativa, o autor diz ser inconstitucional a redação prevista, por invadir esfera de competência do juiz ao permitir que a autoridade policial conceda liberdade provisória sem fiança.

A liberação do preso que comprove sua hipossuficiência é possível mediante ordem judicial, com a concessão da liberdade provisória. No entanto, mesmo sob tal ordem, o preso tem de aguardar longo período até ser solto.

O objetivo deste artigo é alterar, exatamente, a lógica atual do sistema processual penal, em que o cidadão desvalido de recursos financeiros é submetido ao constrangimento de ser levado encarcerado pelo só e simples fato de não possuir recursos financeiros para pagar a fiança arbitrada pelo delegado de polícia.

Em relação à medida cautelar prevista no art. 319, I, não há violação ao princípio da reserva de jurisdição pelos motivos já expostos anteriormente.

Por essa razão, não acatamos esta emenda.

Por fim, a Emenda nº 17 acrescenta o art. 306-A para admitir acordo penal entre o Ministério Público e o investigado ou acusado, nas infrações penais a que se comine pena privativa de liberdade máxima de 8 anos, cumulado ou não com multa.

Ocorre que esse tema é estranho ao escopo do projeto ora apresentado. Portanto, não é de boa técnica legislativa tratar de matéria adversa ao objeto central da proposição. Ademais, o presente tema não foi objeto de discussão, o que é por demais prematuro inseri-lo em projeto que se encontra em votação em turno suplementar.

Por essa razão, não acatamos esta emenda.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição das Emendas de nº 11, 13 a 17 – CCJ e pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 554, de 2011, e da Emenda nº 12 – CCJ.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Peço a palavra também para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A primeira manifestação que devo fazer é de cumprimento ao Senador Antonio Carlos Valadares, autor desta importante iniciativa, que foi corroborada pelo extraordinário parecer emitido pelo Senador Humberto Costa, que ao longo desses meses ouviu, consultou, dialogou e, seguramente, aperfeiçoou algumas questões muito importantes desse projeto, que tem o mérito, entre tantos outros, de construir um desenho nacional, Sr. Presidente, para a boa experiência, a exitosa experiência da audiência de custódia, não apenas uma orientação do Conselho Nacional de Justiça, como forma alternativa de nós encontrarmos uma solução para a questão prisional brasileira.

A população prisional brasileira, Sr. Presidente, já é a quarta do mundo, alguma coisa muito próxima a 600 mil pessoas. E dessas 600 mil pessoas, 200 mil pessoas são prisões temporárias. Dessas 200 mil pessoas, pelo menos 60 mil são pessoas que estão em prisões inadequadas, ilegais nas nossas delegacias, são os chamados presos provisórios.

A audiência de custódia é uma experiência já em curso no meu Estado, o Estado do Espírito Santo, e também encontra no Estado de São Paulo resultados extraordinários, na medida em que estabelece que o preso em flagrante deve ser apresentado ao juiz competente em até 24 horas de sua prisão, portanto, isso acelera, estabelece limite, disciplina essa questão. E me parece ser esse um projeto que deve merecer, inclusive, não apenas desta Comissão, mas do Senado da República, uma atenção prioritária. É dos projetos que precisam ser levados a plenário como uma contribuição efetiva do Senado da República, a partir da iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, para que, como determina o seu projeto, com as inclusões feitas pelo Senador Humberto Costa, nós possamos rever todo esse carcomido marco legal, que tem se transformado numa absurda violação e tem contribuído, de alguma forma, para práticas promíscuas nessa relação em nosso País, Sr. Presidente.

Portanto, manifesto aqui minha expectativa e minha confiança de que esse projeto possa, na prática, configurar-se como um importante avanço e uma contribuição do Senado da República na questão da segurança pública, porque é uma epidemia a violência, a criminalidade e os indicadores de homicídio em nosso País.

É como me manifesto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, previamente inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, quem está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Romero Jucá, primeiro da lista; V. Exª, Randolfe Rodrigues; Ronaldo Caiado e Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Agradeço.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu quero dizer que concordo em número, gênero e grau com a tese da matéria, mas não encontrei aqui, no processado – e peço desculpa ao Relator, Senador Humberto Costa, e ao Senador Valadares –, e gostaria de um esclarecimento, a questão operacional dessa lei, que me preocupa, até para que a lei possa pegar.

Sou de uma região da Amazônia que não tem juizado em todas as cidades. Sou de um Estado, de uma região, como ocorre também no Estado do Amazonas, em que alguém, para ir de uma cidade para outra que tem algum tipo de juizado, às vezes, leva sete, oito, dez dias de barco. Dentro do meu Estado há poucos juizados.

Aqui, a lei diz o seguinte: "No prazo de 24 horas depois da prisão, o preso deverá ser conduzido à presença do juiz." Eu pergunto, na prática, primeiro: se não chegar, se não for levado em 24 horas, o que vai acontecer? Depois o seguinte: onde não existe juizado, onde demora, onde só há um carro de polícia, que normalmente não tem combustível, se em toda prisão em flagrante tem que botar no carro de polícia e levar... Primeiro, tem que se fazer uma cota, porque essa semana, lá em Roraima, a ambulância de Rorainópolis, para levar uma senhora gestante para ter filho em Boa Vista, que fica a 400km, tiveram que fazer uma vaquinha e botar gasolina na ambulância. Então, pergunto: não tem carro, não tem combustível, não tem juizado, não tem prazo de 24 horas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas devia ter.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Devia ter, mas não tem. A Justiça não vai estruturar uma vara em cada Município do Brasil para receber quem estiver em prisão em flagrante, conduzido pela polícia – quando a polícia tiver condição de conduzir, porque muitas vezes a polícia não terá condição de conduzir.

Então, pergunto o seguinte: como fica a operacionalidade e, se não houver essa operacionalidade, como fica a exequibilidade dessa questão? A prisão cai? Cai o flagrante? O advogado tem condição de sustar a prisão por conta da não apresentação? Então, são questões práticas.

Quero dizer o seguinte: concordo com a tese. O ideal é que isso aconteça. Isso poderá acontecer em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, no Paraná, não tenho dúvida de que pode acontecer, agora, acho difícil acontecer no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, que represento.

Então, queria colocar essa questão para que, realmente, pudéssemos construir uma alternativa que desse validade operacional a uma lei tão boa como essa que está sendo proposta.

Portanto, fica aí a missão para o Senador Humberto Costa e para o Senador Valadares, para que possam, efetivamente, pensando sobre essas questões, talvez propor uma solução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, primeiramente, quero, mais uma vez, cumprimentar o autor dessa matéria, Senador Antonio Carlos Valadares, também o Senador Humberto Costa pelo hercúleo trabalho na construção disso. Como foi muito bem dito por S. Exª, já é a terceira vez que ele apresenta. E a minha intenção, ao apresentar emendas nesse turno suplementar, foi dar cabo, de fato, ao espírito do projeto.

Eu não tenho dúvida de que a audiência de custódia melhorará o nosso Código de Processo Penal, pois trará à realidade um dispositivo que já tem sido aplicado em alguns Estados da Federação, como no Espírito Santo, como já dito pelo Senador Ferraço, em São Paulo e em Minas Gerais. A ideia é estender, nacionalmente, esse instituto.

É lógico, também a preocupação do Senador Jucá procede, eu creio que S. Exª o Relator Humberto haverá de encontrar uma alternativa ainda para essa matéria.

Ao mesmo tempo quero agradecer – apresentei sete emendas nesse turno suplementar – o acatamento da Emenda nº 12, da nossa segunda emenda ao projeto. Das demais emendas, Sr. Presidente, que não foram acatadas pelo Relator, eu queria chamar a atenção dos colegas para três emendas que apresentei que, no meu entender, é para dar a devida técnica legislativa e eficiência ao instituto da audiência de custódia.

Veja: a primeira emenda, pode parecer sem maior importância, trata do seguinte: da alteração do termo no art. 4º do projeto de lei. No art. 4º do projeto, o termo, a expressão que se usa é "delegado de polícia". Entretanto, Sr. Presidente, no transcorrer de todo o percurso do Código de Processo Penal (CCP), o termo utilizado é "autoridade policial" e não "delegado de polícia". Vai ficar, inclusive, Sr. Presidente, no meu entender, inócuo um dispositivo do Código de Processo Penal, porque, na verdade, é uma alteração a CCP, trazer a expressão "delegado de polícia" e o restante do termo técnico, o restante do Código de Processo Penal tratar como "autoridade policial".

Então, apelo a S. Exª o Relator e aos colegas, para que essa emenda seja acatada.

A segunda emenda, Sr. Presidente, eu não vou me detalhar nas Emendas nºs 3 e 4, que não foram acatadas, mas eu queria chamar a atenção para a Emenda nº 5.

Veja, Sr. Presidente – e eu queria pedir a atenção dos colegas para essa emenda –, na verdade é a Emenda nº 15, a quinta sugestão minha e a de nº 15 ao projeto. Nessa emenda eu peço a supressão do art. 3º do Substitutivo do Projeto de Lei.

Sr. Presidente, o art. 3º, originalmente, traz a seguinte redação:

> O delegado de polícia concederá fiança nos casos de infração penal, cuja pena preventiva de liberdade máxima não seja superior a 6 (seis) anos, salvo se verificar a presença dos requisitos da prisão preventiva.

Sr. Presidente, esse artigo, em sua totalidade, é inconstitucional, pois, nitidamente, faz uma transferência do poder jurisdicional. O poder jurisdicional de fixar medidas cautelares pertence ao juiz. O nosso sistema jurídico é claro quanto a isso. Aliás, boa parte do sistema jurídico Ocidental é claro nisso. O poder de medida cautelar compete única e exclusivamente ao juiz.

Foi com esse objetivo que a decretação de prisão preventiva, que modificou o Código de Processo Penal em seu art. 313, passou a prevê a decretação de prisão preventiva admitida somente nos crimes dolosos, punidos com a pena privativa de liberdade.

Então, Sr. Presidente, este dispositivo que, no caso, é a Emenda nº 15, o que eu proponho a supressão de um dispositivo que é claramente, flagrantemente inconstitucional. Nós não podemos, por vontade nossa de legislador, conceder ao delegado de polícia o poder cautelar. Esse poder é privativo de juiz no nosso ordenamento jurídico. Esse dispositivo é flagrantemente inconstitucional.

A última emenda, Sr. Presidente, a Emenda nº 16, a nosso proposta para essa emenda é claramente a seguinte: há uma modificação proposta pelo substitutivo, na modificação proposta pelo mesmo, nesta emenda, propõe-se ao seguinte: nos casos em que couber fiança, a autoridade que arbitrar, verificando a hipossuficiência econômica do preso, poderá dispensar o recolhimento do valor arbitrado.

Estamos propondo, Sr. Presidente, na nossa emenda, alteração da redação do art. 350 do CPP. Na verdade, o que se propõe, nessa redação original, é que a autoridade policial, no caso, desde o começo do projeto, seria o delegado de Polícia, dispense o valor da fiança.

Sr. Presidente, repito: este dispositivo também é flagrantemente inconstitucional. O que propomos é a manutenção do texto original do CPP, porque invade também uma esfera de competência do juiz, permitindo que a autoridade policial conceda a liberdade provisória, a partir da análise da condição de hipossuficiência.

Ora, isso fere o princípio constitucional, porque isso não compete à autoridade policial. Isso também compete à autoridade judicial. Arbitrar fiança só cabe ao juiz, como claramente está em todo o nosso ordenamento jurídico.

Então, Sr. Presidente, concluindo já, reitero os cumprimentos ao autor e ao relator da matéria. Não vou deter-me nos outros três dispositivos não acatados, mas queria chamar a atenção para as Emendas nºs 16, 17 e, ao mesmo tempo, para a primeira emenda por nós apresentada, a Emenda nº 11.

Estas emendas buscam, primeiro, recuperar o termo presente no Código de Processo Penal em todo o seu conjunto: o termo autoridade policial; segundo, garantir que esta matéria, tão importante para o País, não sofra nenhuma ação de declaração de inconstitucionalidade, visto que, se nós transferirmos o que é responsabilidade da autoridade judicial para uma autoridade policial e/ou para o delegado de polícia, estaremos claramente fragilizando o projeto, porque qualquer ação de inconstitucionalidade poderá derrogar esses dispositivos.

Portanto, acato o parecer do relator, mas insisto nessas três emendas de nossa autoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Collor, mas o Senador Flexa Ribeiro está pedindo vênia a V. Exª e aos demais Senadores, no sentido de registrar a presença da Senadora do México Blanca Alcalá Ruiz, que está aqui à minha esquerda, e deseja fazer uma saudação aos Senadores e às Senadoras desta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente José Maranhão, com a permissão do Senador Fernando Collor e dos demais Senadores, peço desculpas para interromper a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, mas o Parlamento brasileiro, hoje, tem a alegria e a honra de receber a reunião de três comissões do Parlatino, que é o Parlamento Latino-americano dos Países da América do Sul, Central e Caribe, presidido pela Senadora Blanca Alcalá, dos Estados Unidos do México.

O Parlatino está aqui reunindo três das suas treze comissões permanentes. Assim como no Senado, temos as nossas Comissões Permanentes, das quais ela faz questão de fazer a saudação, vamos ter, durante o dia de hoje e de amanhã, as reuniões das Comissões de Educação, de Assuntos Políticos e de Trabalho e Assuntos Jurídicos, são as três comissões. A Comissão aqui, Senadora Blanca, é a Comissão de Constituição e Justiça. Sem demérito a qualquer uma das outras 12 comissões permanentes, é a Comissão que todos nós colocamos como a mais importante, porque os projetos passam obrigatoriamente pela Comissão de Constituição e Justiça.

Quero saudar as Senadoras e os Senadores e apresentar o Senador Aécio Neves, que foi candidato a Presidente da República nas últimas eleições e que nos dá a honra de ser também Presidente do Partido ao qual pertenço, o PSDB.

V. Exª pode fazer a saudação.

A SRª BLANCA ALCALÁ RUIZ –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Palmas.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, meus cumprimentos à iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, Senador experiente, com uma longa história de vida política, também ao Senador Humberto Costa pelo relatório, mas quero aqui, na esteira daquilo que foi dito pelo Senador Romero Jucá, levantar algumas situações que são reais.

Trata-se de uma legislação que abrange todo o Território nacional. Como tal, Sr. Presidente, nós conhecemos bem a realidade do nosso interior e precisamos, aqui, tomar algumas precauções. Faço esta intervenção no sentido de mostrar que o projeto é omisso em relação a um eventual descumprimento do prazo. Isso dará margem a que o advogado, imediatamente, aí se beneficie do habeas corpus para liberar todos os presos em flagrante. Com isso, o Município, ou seja, a delegacia, ao não cumprir essa exigência legal, vai dar exatamente esse espaço para que as prisões, amanhã, sejam todas desfeitas pela ação do habeas corpus que venho apresentar. Em primeiro lugar, é este assunto.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que conhecemos a realidade do interior. Então, nós teremos algo que seria não a prisão em flagrante, nós teremos que ter a prisão, no interior de Goiás ou no interior dos Estados que têm, infelizmente, uma situação muito limitada, principalmente na infraestrutura, montada com base num estilo de prisão às quartas-feiras, porque aí, provavelmente, nós acharíamos o juiz da comarca, no dia seguinte, e poderíamos saber se, realmente, o juiz estaria com alguma audiência e se teria a condição de receber o preso. As prisões, nos outros dias da semana, ficariam exatamente impedidas de serem efetivadas, porque, dificilmente, teria como, em primeiro lugar, deslocar o preso e, em segundo lugar, fazer com que o policial tivesse acesso ao juiz, para que ele configurasse ou, pelo menos, mantivesse essa prisão.

Sr. Presidente, sabendo da realidade daqui e possuindo os Srs. Senadores base municipalista nos seus Estados, sabemos que existe um compromisso nesta Casa em não aumentar despesas nos Municípios, sem que, antes, possamos repassar a fonte que irá arcar com essas despesas. Quer dizer, todos nós aqui sabemos que a polícia no interior, a alimentação, o combustível e o carro são mantidos para o prefeito. Agora, eu estou impondo a ele a condição de ter que levar este preso em 24 horas para uma comarca próxima, e lá deverá ficar um policial e um carro da viatura, que é o único da cidade. Provavelmente, o prefeito vai ter que utilizar a ambulância ou outro transporte da prefeitura, para que seja feito o deslocamento. Em segundo lugar, terá que ter uma audiência marcada antecipadamente com juiz para que possa receber esse preso.

Sr. Presidente, quer dizer que é mais um gasto para a prefeitura. E existe aqui um compromisso, presente até na nossa Agenda Brasil e acertado no encontro que foi feito aqui no Salão Negro do Congresso Nacional, de que nós não criaríamos um acréscimo de despesas. Ora, se isso aqui vier exatamente como um repasse a mais, com uma estrutura específica de viaturas para que esses carros sejam deslocados, para que tenhamos policiais também aí com essa função específica do deslocamento dos presos, tudo bem, mas, diante desse fato, ou teremos que montar uma agenda de prisão, ou seja, as prisões só poderão ocorrer nas quartas-feiras, ou teremos que destinar uma verba específica para que os Municípios do interior, os mais distantes, que estão distantes da comarca, possam lá cumprir essa lei que aqui está sendo proposta.

Com essa preocupação, Sr. Presidente, que eu peço vista ao projeto, para apresentar um voto em separado.

Agradeço o espaço que me foi concedido.

Eram essas as minhas preocupações em relação à aplicabilidade desse projeto, para torná-lo factível, de modo que não criemos mais uma porta de saída para bandidos de alta periculosidade que são presos em flagrante, quando os seus advogados muito bem preparados sabem utilizar essa lacuna na legislação para se beneficiarem do *habeas corpus*.

Muito obrigado.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada pelo Senador Ronaldo Caiado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, nós estamos no turno suplementar. Eu pergunto a V. Exª se caberia vista. Se couber, eu gostaria pelo menos de comentar as perguntas que foram feitas aqui. Cabe vista?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza, o Regimento permite abrir vista. E inclusive, se houver emendas, o parecer terá que ser votado novamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois bem, então eu gostaria de usar a palavra por cinco minutos, apenas para responder algumas questões que podem facilitar até o voto em separado dos demais Senadores para a próxima...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O pedido de vista tira o projeto de discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Na semana passada, nós fizemos um pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se V. Exª vai discutir o projeto, poderia fazê-lo quando ele novamente entrar em pauta, com as emendas que forem acrescidas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas uma sugestão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Bem, mas eu queria fazer apenas um registro. Na semana passada – V. Exª foi condescendente, com toda razão –, eu havia feito o pedido de vista para o projeto que trata da instituição fiscal, e mesmo assim nós continuamos a debater. Como sou um amante da ordem e da disciplina, eu abdico de usar a palavra, e peço que alguns dos Senadores que aqui se manifestaram conversem comigo porque todas as respostas estão no próprio projeto. Todas as ansiedades manifestadas têm resposta aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas solicito a V. Exª, se é possível, que mantenha, para a continuidade da discussão, no momento em que o projeto retornar à pauta, a lista de inscrições que V. Exª tem na mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, a esse respeito, eu gostaria de me inscrever para a próxima reunião, para discutir a matéria como autor e inclusive para corroborar com o trabalho magnífico realizado pelo Senador Humberto Costa. E que seja o primeiro item a ser votado na próxima reunião.

Estou requerendo que seja o primeiro item a ser votado na próxima reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza. Esta é uma matéria relevante. Pelas dúvidas levantadas aqui pelo Senador Caiado e outros, ela tem que ser discutida de forma bem detalhada, para que não estejamos aqui fazendo uma lei bonita, porém inexequível.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª que houvesse inversão de pauta e que o projeto que está em décimo quarto lugar, referente à autoridade fiscal independente, seja analisado em seguida, uma vez que tem caráter terminativo e necessita de quórum qualificado. Se passar mais o tempo, poderemos perder o quórum qualificado e atrasar mais uma semana as etapas desse projeto. Portanto, solicitaria a V. Exª inversão de pauta para que pudéssemos analisar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Serra, já foi pedida inversão de pauta para o item 20 da pauta. Eu vou apresentar o pedido de inversão de pauta solicitado por V. Exª, e ficaria automaticamente em segundo lugar para discussão e votação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria para a realização de audiência pública. Eu sei que requerimento é no final, mas faço um apelo para que possamos votá-lo. Eu solicito a realização de audiência pública desta Comissão para debater o PLC 93, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, o Procultura, que substituirá a Lei Rouanet. A proposta é de que a audiência pública seja feita no auditório do Interlegis, a fim de que as pessoas dela possam participar pelas redes sociais, pela ferramenta da internet.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não, quem pediu a palavra?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria saber do item 5, que eu resolvo em menos de um minuto, e do 21 também, que eu queria pedir retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª quer retirar de pauta o item 5?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não. Retirar de pauta o 21. Eu sou Relator do item 5.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, defiro o pedido de V. Exª.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, de 2011
- Não terminativo -

Altera os arts. 176 e 231 da Constituição Federal, para assegurar aos índios participação nos resultados do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.

Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à Proposta.)

Vamos ao item 20.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O item 5, Sr. Presidente. Depois?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, antes de o senhor passar para o item subsequente, eu quero dizer só a V. Exª – V. Exª deve estar vendo que eu estou quietinha, calada aqui –, que nós tínhamos aqui uma pauta para ser votada que, na sessão anterior, eu pedi que V. Exª que fosse colocado o primeiro item, haja vista que, naquele momento, eu teria que presidir a Comissão de Orçamento.

Pelo costume da Casa, e eu respeito isso, as pessoas pedem inversão de pauta a todo momento. Então, estamos na necessidade de votar esse projeto, que é um projeto simples, não é polêmico, regulamenta essa questão dos terrenos de marinha nas cidades. Eu queria perguntar a V. Exª qual é a ordem que vai ser estabelecida e pedir a V. Exª que não deixe mais passar nenhum projeto na frente, porque desse jeito não votaremos isso nunca.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me falar a V. Exª o seguinte: nós seguimos à risca o Regimento, que permite a inversão de pauta. A inversão de pauta implica tirar aqueles projetos que, pela pauta normal, estariam em primeiro, segundo lugar, porque a inversão também é regimental. Eu não tenho como negar esses pedidos, a não ser que V. Exª consiga modificar os termos do Regimento Interno.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, nada disso. V. Exª sabe que eu sou uma legalista, mas, na vez anterior, eu pedi preferência para o primeiro item da pauta, e havia sido concedido por V. Exª. Daí para frente, sobre essa preferência, já houve outras. É isso que eu estava tentando explicar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu posso verificar na Secretaria se V. Exª foi preterida. Se foi, é uma surpresa, porque eu não trabalho assim.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não me sinto preterida por V. Exª em momento nenhum, entendeu? De jeito nenhum eu me sinto preterida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tanto não aconteceu isso que o pedido de V. Exª é o item 2 da pauta. Agora, o que modificou essa preferência foram os pedidos de inversão de pauta, que são regimentais.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu sei. Então, pela ordem das inversões que foram colocadas, pode dizer em que número está esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós vamos fazer o 20, que, em virtude do benefício da inversão, é o próximo. Em seguida, entrará o de V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 20 da pauta:

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2015
- Terminativo -

Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos aos recursos.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, "d", do Regimento Interno, Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Roberto Requião e outros – Senador Alvaro Dias, Senadora Gleisi Hoffmann –, que altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 1941 – Código de Processo Penal, relativos aos recursos.

A proposta é inspirada na Associação dos Juízes Federais do Brasil e oferece as seguintes alterações ao sistema recursal processual penal:

a) nos casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura, terrorismo, corrupção, peculato, lavagem de dinheiro ou participação em organização criminosa, após decisão condenatória de tribunal em segunda instância, propõem-se novas regras para a imposição de prisão preventiva ou medida cautelar, devendo o tribunal exigir garantias de que não haverá fuga ou práticas de novas infrações penais e também levar em consideração os antecedentes do condenado, a gravidade e consequências do crime e se houve ou não recuperação do produto ou proventos do crime;

b) o efeito suspensivo passa...

(Tumulto no recinto.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vou pedir licença aqui, Sr. Presidente, para que eu possa continuar meu relatório.

b) o efeito suspensivo passa a ser a regra nos recursos dirigidos aos tribunais superiores, salvo em relação à prisão e às medidas cautelares impostas, devendo tais tribunais levar em consideração se o recurso tem propósito protelatório ou se levanta questão legal relevante – Senador Aloysio Nunes Ferreira;

c) nas decisões do tribunal do Júri, o colegiado de segunda instância também decidirá sobre o efeito suspensivo do recurso levando em consideração se o recurso tem propósito protelatório ou se levanta questão legal relevante;

d) os embargos infringentes passam a ser cabíveis apenas para conferir ao acusado a oportunidade de fazer prevalecer em seu favor voto vencido pela absolvição; e

e) a possibilidade de aplicação de multa em caso de utilização de embargos de declaração com fins protelatórios.

Não foram apresentadas emendas à proposição, Sr. Presidente.

Análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea 'd', do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União, em especial sobre direito penal.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS em questão, tendo em vista que: I) compete privativamente à União legislar sobre direito penal, a teor do disposto nos arts. 22, I, e 61, da Constituição Federal (CF); II) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de

competência da União (CF, art. 48, caput); III) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e IV) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura de todo correto, porquanto, I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; II) o projeto possui o atributo da generalidade; III) é compatível com os princípios gerais do Direito; IV) se afigura dotado de potencial coercitividade; e V) parte da matéria inova o ordenamento jurídico.

A respeito da técnica legislativa empregada na elaboração da proposição, não detectamos impropriedade.

A sugestão formulada pela Associação dos Juízes Federais do nosso País visa promover alteração normativa que atribua maior eficácia às sentenças condenatórias e aos acórdãos condenatórios no processo penal, evitando a eternização da relação jurídica processual, com graves impactos na aplicação da lei penal. A preocupação do central do projeto é, portanto, conferir maior eficácia à decisão condenatória dos tribunais, ainda que sujeita a recursos, não considerando razoável que a regra seja o apelo em liberdade, se ausentes os requisitos tradicionais da prisão preventiva.

Os fundamentos da prisão preventiva elencados no Projeto são diferentes daqueles previstos para o instituto no art. 312 do Código de Processo Penal (CPP), pois, com o acórdão condenatório, já haveria certeza, ainda que provisória, quanto à responsabilidade criminal do acusado, não se podendo falar mais, portanto, em "presunção" de inocência.

Propõe-se uma inversão do ônus de demonstração de que a liberdade do condenado não oferece riscos na fase de apelação, diferenciando-se da situação existente antes do julgamento, o que, para os autores da proposta, é justificável, pois nesse momento já haveria uma decisão condenatória em segundo grau, com prévia deliberação de um colegiado sobre as provas e os argumentos das partes, e, portanto, maior segurança para a imposição da prisão.

Nesse ponto, a proposta cria novos critérios para a decretação da prisão preventiva após a condenação em segundo grau: a) a prisão poderá ser decretada mesmo tendo o condenado respondido ao processo em liberdade, salvo se houver garantias de que não irá fugir ou não irá praticar novas infrações; b) o juiz deverá levar em consideração a culpabilidade e os antecedentes do condenado; as consequências e a gravidade do crime; e se o produto ou proventos do crime foram ou não recuperados ou se houve ou não a reparação do dano decorrente do crime. São exigências que hoje não fazem parte do instituto da prisão preventiva, regulado pelos arts. 311 a 316 do CPP.

O projeto, em sua justificação, agrega dispositivos de leis de outros países como Estados Unidos e França, como exemplo de Direito comparado, para demonstrar que a prisão do acusado após a condenação em primeira instância é regra, e não exceção. Ademais, a proposta baseia-se na busca da real efetividade do processo penal, que é uma reclamação da sociedade brasileira. O PLS nº 402, de 2015 visa balancear direitos do acusado e da sociedade, a fim de autorizar a decretação da prisão para crimes graves como regra a partir do acórdão condenatório em segundo grau de jurisdição.

Vale destacar que a imposição da prisão na fase de recurso não é incompatível com a garantia fundamental da presunção da inocência. Nesta proposição, a prisão decretada ainda tem natureza cautelar e, portanto, não viola a presunção de inocência. Como bem explicaram os autores da proposta que inspiraram essa iniciativa:

> Os fundamentos da prisão preventiva elencados no projeto são diferentes daqueles previstos para o instituto no art. 312 do projeto, pois, com o acórdão condenatório, já há certeza, ainda que provisória, quanto à responsabilidade criminal do acusado. Remeter aos fundamentos do art. 312 tornaria a proposição legislativa inócua. Para crimes gravíssimos como os arrolados no *caput* do art. 617-A da proposta, o Tribunal pode impor a prisão cautelar no acórdão condenatório salvo se houver garantias de que o condenado não irá fugir ou não irá praticar novas infrações penais se permanecer solto. Há uma certa inversão do ônus de demonstração de que a liberdade do condenado não oferece riscos na fase de recurso, diferenciando-se da situação existente antes do julgamento, o que é justificável pois aqui já há um acórdão condenatório, com prévia deliberação de um tribunal colegiado sobre as provas e os argumentos das partes, e, portanto, maior segurança para a imposição da prisão.

Historicamente a presunção de inocência no Brasil era considerada parte integrante do direito à ampla defesa, o que explica porque a Constituição de 1988 foi a primeira a prevê-la expressamente.

Por certo, a previsão expressa deste direito — assim como tantos outros inseridos no rol do artigo 5º — se impôs após o período ditatorial vivido no país. Os inúmeros casos de desrespeito a garantias individuais daquele tempo fizeram com que, na retomada democrática, o Brasil contasse talvez com o rol mais amplo de direitos e garantias constitucionalmente assegurados. Evidentemente esta amplitude é positiva. Todavia, não se pode jamais esquecer o momento histórico no qual o texto constitucional foi produzido.

O medo — legítimo, frise-se — de que o País pudesse novamente passar por tempos obscuros levou o Constituinte a expressar as garantias individuais em seu rol mais extenso, Sr. Presidente. Comparativamente às Constituições democráticas anteriores, o Texto Constitucional atual prevê uma série de garantias processuais que antes decorriam apenas da ampla defesa e do contraditório. São exemplos: o direito de preso à identificação dos responsáveis pela prisão e à informação de seus direitos, a vedação de provas ilícitas, e a própria presunção de inocência.

Além do fator quantitativo, o período antidemocrático que precedeu a Constituinte de 1988 também influenciou o Texto Constitucional de modo qualitativo. Isso significa que as garantias processuais foram expressas em sua forma mais rígida.

Frise-se que a cláusula da presunção de inocência constante, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU é a seguinte: Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias à sua defesa.

Na Constituição de 1988, o legislador optou pela seguinte redação: Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

A força do Texto Constitucional brasileiro vem resultando na interpretação segundo a qual a garantia da presunção de inocência representa, aspas, "o direito da não culpabilidade, até o trânsito em julgado da sentença penal", fecha aspas, tal qual argumenta, inclusive, a Ordem dos Advogados do Brasil.

O que se propõe com esse projeto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é a abolição da importante garantia da presunção de inocência, mas sim sua releitura para impedir uma interpretação tão rígida quanto à destacada acima e vedar a perpetuação da impunidade em nosso País.

Esta releitura deve se dar a partir do momento histórico que se vive hoje. Não é correto interpretar as garantias processuais com base no período ditatorial. O Brasil vive hoje o mais longo período democrático de sua história. Vencemos! Durante esses quase 26 anos da Constituição de 1988, Senador Alvaro Dias, não houve qualquer espaço para instabilidades antidemocráticas. Não houve e não há. Com base nesse parâmetro é que se deve evoluir para essa fundamental e inadiável releitura da qual V. Exª, Senador Alvaro Dias, é um dos autores, nesse projeto.

Por isto, propõe-se neste projeto a releitura da presunção de inocência com base em experiências internacionais que vêm funcionando.

É preciso compreender que a presunção de inocência não tem uma força incondicional durante todo o processo. Esta força é uma ao tempo do início do processo e outra no momento da sentença condenatória. Há uma diminuição gradual desta presunção conforme se vai estabelecendo a culpa, inclusive em sentença coletiva.

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em seu artigo 6º, n. 2, diz que "todo réu, num processo penal, é presumido inocente até que tenha sua culpabilidade estabelecida".

De modo semelhante, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em seu artigo 8º, n. 2, estabelece que, aspas: "toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa".

No Brasil, um processo todo que corre na primeira instância acaba por se tornar inútil, pois não há qualquer diferença entre o tratamento do réu condenado na primeira instância e o tratamento dos que estão sendo processados. O escudo da presunção de inocência (isso é importante) não sofre qualquer arranhão mesmo após a condenação no primeiro grau e a confirmação no segundo, pois o réu só é preso após um pronunciamento definitivo (imaginem!) do Superior Tribunal de Justiça ou mesmo do Supremo Tribunal Federal.

O duplo grau de jurisdição, como se depreende do nome, significa a garantia de ver uma decisão ser revista por órgão distinto e hierarquicamente superior. Este princípio foi acolhido no Brasil pela Convenção Interamericana de Direitos do Homem e não se refere a um direito infinito ao recurso ou ao não cumprimento de decisões judiciais de instâncias inferiores.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a intervenção de V. Exª, Sr. Presidente, para que eu possa tentar concluir meu relatório.

Trata-se de uma garantia excepcionada em diversos países que — tal como o Brasil — adotam o sistema de prerrogativa de foro, no qual autoridades se submetem a julgamento perante a corte mais alta.

O Conselho da Europa, já em 1995, identificou o "problema do aumento do número de apelações e da duração dos procedimentos de apelação" e, reconhecendo que "procedimentos ineficientes e inadequados e o abuso do direito de apelar provoca demoras injustificáveis e pode levar ao colapso do sistema judicial", recomendou aos países-membros que o direito de recorrer a uma terceira instância, quando esta existir, seja restrito

a casos absolutamente excepcionais, dando, dessa forma, um duro combate à impunidade que nós estamos vendo perpetuar em nosso País.

Dos países que compõem a Comissão de Veneza, apenas o Brasil apresenta (apenas o Brasil apresenta!) quatro instâncias diversas de julgamento de um processo individual. Na maioria deles, os processos são submetidos à apreciação do juiz de primeiro grau, com possibilidade de apenas um recurso.

Como dizia o atual Governador e então Senador Pedro Taques: "no Brasil, o duplo grau de jurisdição, Senador Blairo Maggi, foi desvirtuado para um quádruplo grau de jurisdição". Chamo a atenção do Senador Blairo Maggi em função de o ex-Senador Pedro Taques ser sucessor de V. Exª como Governador do Estado do Mato Grosso.

Cumpre esclarecer que esse projeto não é redundante em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, a chamada PEC dos Recursos, de minha autoria, e originária de proposição do Ministro Cezar Peluso, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal. No projeto em análise, há a exigência de alguma cautelaridade na decretação da prisão no acórdão condenatório, o que não existe na proposta de emenda. De todo modo, o espírito de ambos os projetos é o mesmo, Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Exª que foi Relator da PEC 15, ou seja: o espírito é dar uma resposta para a sensação de impunidade que ronda a sociedade brasileira, em função daquilo a que estamos chamando de "indústria de recursos" que impedem a efetividade das decisões em segundo grau.

Em relação aos embargos infringentes, segundo o CPP, quando a decisão em segunda instância...

Eu vou aguardar, Sr. Presidente, que nós possamos concluir nosso relatório sem que nosso ofício possa incomodar a nenhum de nossos convidados que nos honram aqui com suas presenças.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem toda razão: não se justifica que alguém, que se decidiu a vir assistir nossos trabalhos aqui, escolha e eleja uma discussão paralela. Nas galerias, sobretudo. Mas, às vezes, é preciso dizer a verdade alimentada pelos próprios colegas.

Então, eu peço mais uma vez a todos que estão aqui presentes que respeitem o orador da tribuna, senão não tem sentido a presença de quem vem aqui para acompanhar os trabalhos da Comissão. Se a conversa paralela é que está mais valorizada, é mais importante, não custa nada à pessoa que quer falar, e falar alto, escolher aqui os corredores. Nós não queremos impor a lei do silêncio aqui não, mas tem que haver. Toda reunião pública, quando se trata de matérias tão importantes como essa que V. Exª está relatando, deve interessar a quem tenha se decidido vir aqui para assistir à reunião. Então, nada melhor do que isso fique comprovado no silêncio respeitoso aos oradores na tribuna.

V. Exª pode continuar com o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço a deferência e a delicadeza de V. Exª para que eu possa continuar o nosso relatório de um tema que é muito importante, que altera definitivamente um marco legal brasileiro, Sr. Presidente.

Tal recurso concede ao acusado uma segunda chance de fazer prevalecer em seu favor voto vencido. O fato é que a amplitude desses embargos tem, na prática, contribuído para alongar significativamente os processos, particularmente quando se discute dosimetria de pena. A proposta, preocupada com a celeridade dos processos, reduz o seu cabimento ao âmbito que considera realmente importante: para conferir ao acusado a oportunidade de fazer prevalecer em seu favor voto vencido pela absolvição. Se a divergência não tiver por objeto voto absolutório, mas outras questões, como as tradicionais discordâncias quanto à fixação das penas, não mais caberiam embargos infringentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A efetividade da pena.

Os embargos de declaração, por sua vez, são recursos destinados a aclarar o julgado ou propiciar a retificação de erro material ou contradição. Na prática, são usados muitas vezes com propósito protelatório apenas. A proposta, inspirada em dispositivo equivalente do vigente Código de Processo Civil (art. 538), visa coibir a utilização dos embargos com intuito protelatório, prevendo para esses casos a aplicação inclusive de multa.

A proposta também torna o efeito suspensivo dos recursos extraordinários e especial a regra, e tal efeito não poderia ser decretado pelo tribunal nos casos de prisão cautelar e de outras medidas cautelares que acompanhassem a condenação em segundo grau.

Por fim, o PLS propõe revogar o § 4° do art. 600 do CPP. Segundo o vigente CPP, a apelação contra a sentença deve ser interposta no prazo de cinco dias, após o que o apelante tem o prazo de oito dias para oferecer

razões. A Lei nº 4.336, de 1964, introduziu o § 4° no art. 600 do Código de Processo Penal, permitindo que o apelante possa apresentar suas razões de apelação diretamente na instância recursal. Tal dispositivo tem, na prática, gerado atrasos na tramitação das apelações em razão do grande volume de processos. Após o protesto pela apresentação das razões em segundo grau, o apelante, intimado para este fim na instância recursal, deixa de fazê-lo, o que gera a necessidade de nova intimação pessoal do acusado na instância de origem.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ante esse relato, nós apresentamos o nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2015, que submetemos às considerações de S. Exªs, Senadoras e Senadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça e, naturalmente, me escusando pela demora neste relatório. É que esta iniciativa, Sr. Presidente, tem uma importância absolutamente relevante, em torno de uma demanda da sociedade brasileira, que clama por uma Justiça célere e que posa, efetivamente, oferecer resultados.

Muito obrigado a S. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente.

Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, em que pese o respeito que tenho pelo saber jurídico e pela autonomia com que tem se conduzido aqui, nesta Comissão, o Senador Ricardo Ferraço, como também o autor da matéria, o Senador Roberto Requião, eu peço vista, porque tenho dúvidas quanto à sua constitucionalidade, haja vista que, lendo o inciso LVII do art. 5º da nossa Constituição, fica mais do que claro que, abro aspas: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória", fecho aspas. É o princípio da presunção de inocência, que foi consagrado pela nossa Constituição.

A meu ver, essa discussão será feita na próxima reunião. Só com uma mudança na Constituição é que poderá esse projeto ser aprovado em toda a sua integridade.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço vista para um aprofundamento maior da questão e para que o princípio da isonomia em relação a esse assunto seja obedecido, e a discussão seja feita na próxima sessão.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, vamos pedir vista coletiva, então.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Vista coletiva, Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu tinha pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador, V. Exª – sem querer no mérito da concessão da palavra à Senadora Suplicy –, em relação ao projeto anterior, considerou encerrada a discussão, deixando para a sessão seguinte.

V. Exª já estabeleceu uma jurisprudência, e eu peço a V. Exª que respeite a jurisprudência que foi baixada por V. Exª mesmo, isto é, que a discussão tenha início na próxima reunião, conforme aconteceu em relação ao nosso projeto da audiência de custódia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª está falando sobre o projeto cuja discussão V. Exª quer que se encerre?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não. Eu pedi vista, e V. Exª, pelo visto, pelo que eu entendi, vai continuar a discussão, depois do meu pedido de vista.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – V. Exª Ex.ª não quer que eu fale.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria que a Senadora falasse. Agora, eu gostaria que um princípio que já foi aprovado aqui por V. Exª fosse obedecido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É porque V. Exª Ex.ª não entendeu. Eu estou obedecendo à lista de inscrições. Ninguém me falou, a Senadora Marta Suplicy não disse que ia falar sobre esse projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Como eu não sou adivinhão, vamos ouvir a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fez-se o pedido de vista e o pedido de vista suspende a discussão na presente reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª já concedeu o pedido de vista?

Eu já requeri o pedido de vista, logo no início.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois é.

É o que eu estou dizendo.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu estou pedindo vista coletiva, mas eu gostaria de fazer só um aparte.

Eu havia pedido a palavra antes de V. Exª, mas eu acho que houve um engano.

Eu não tenho nenhum problema com vista coletiva. Na próxima sessão, nós conversamos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2013
- Não terminativo -

Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:

Concedo a palavra à Relatora, Rose de Freitas, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pela ordem.

Eu entendi que V. Exª tinha atendido ao meu pedido de inversão de pauta e que o item agora seria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É, eu atendi, só que já tinha sido feito o pedido de inversão de pauta nesse projeto da Senadora Rose de Freitas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, essa matéria, cujo signatário é o Senador Ricardo Ferraço, altera o inciso VII do art. 20 da Constituição, para retirar a dominialidade da União nos terrenos de marinha e acrescidos, da forma que nós vamos especificar.

Então, trago a esta Comissão a proposta desta Emenda à Constituição nº 71, para se retirar essa dominialidade da União nos terrenos de marinha. Temos que dizer que essa proposição pretende impor nova redação ao inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, determinando que são bens da União "os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios".

Da justificação, colhe-se que o propósito dos autores é oferecer solução normativa, em sede constitucional, a problema interpretativo criado pelo advento da Emenda Constitucional nº 46, de 2005, a qual, tratando sobre propriedade imobiliária em ilhas costeiras, produziu, Sr. Presidente, como resultado uma grande área de imprecisão conceitual, permitindo a sobreposição antagônica dos conceitos de domínio em ilha costeira ao de terrenos de marinha.

Esse é o relatório apresentado, mas eu gostaria de oferecer uma análise.

De forma preliminar, eu queria assinalar que não há inconstitucionalidade formal por lesão a limitações processuais ou formais, já que as prescrições constitucionais relativas à autoria e tramitação, até este ponto, estão plenamente atendidas.

Igualmente, não há lesão às limitações circunstanciais ao poder reformador, veiculadas pelo § 1º do art. 60 da nossa Constituição Federal.

Quanto aos aspectos materiais, nós não divisamos qualquer lesão quer às limitações materiais expressas, consolidadas pelo § 4º do art. 60, quer às implícitas, erigidas pela doutrina constitucionalista pátria.

Do ponto de vista da questão regimental e da técnica legislativa, nada a opor, Sr. Presidente.

Quanto ao mérito, nossa posição é pela aprovação da presente proposição. Efetivamente, a disciplina hoje vigente para o domínio em ilhas costeiras, veiculada pelo inciso IV do art. 20 da Constituição, ignora o fato incontroverso de que a integralidade da franja de tais ilhas é absorvida pelo domínio da União sob o conceito de terrenos de marinha, à luz do inciso VII do mesmo artigo.

Com isso, quero declarar, nesta análise, que são colidentes e inconciliáveis as interpretações hoje atribuídas ao aludido dispositivo. Para alguns, permanece como propriedade da União a área de sede de Município em ilha costeira situada em terreno de marinha. Para outros, a redação alterada elimina essa dominialidade federal.

Nessa moldura normativa, resta impositivo que seja novamente alterado o regime constitucional de domínio eminente da União, veiculado pelo art. 20 da Carta da República, para vencer de maneira, Sr. Presidente, definitiva os espasmos interpretativos que hoje nós verificamos quanto à matéria.

VOTO

Somos, sim, por isso, por todos os argumentos aqui elencados, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2013, nesta Comissão.

É o voto e a análise aqui apresentados, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fui informado pela Senadora Gleisi que há um acordo com o Senador Ferraço e com a Senadora Rose de Freitas sobre pedirmos vista. Eu só peço vista mediante o acordo. Se há o acordo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se há o acordo, eu mantenho o pedido de vista. Se não...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim. Há o acordo, e nós pedimos vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Solicitada vista coletiva. Se não houver nenhuma oposição, está aprovada.

Item 14.

ITEM 14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.

Autoria: Senador Renan Calheiros e outros
Relatoria: Senador José Serra
Relatório: Favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando total ou parcialmente as Emendas nºs 1, 7, 8 e 10.
Observações:
- Em 12/08/15, o Senador Antonio Anastasia apresentou a Emenda nº 1, acolhida parcialmente pelo Relator.
- Em 12/08/15, o Senador Ricardo Ferraço apresentou as Emendas nºs 2 a 4, que foram retiradas durante a discussão.
- Em 12/08/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Humberto Costa e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais;
- Em 18/08/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 9, de autoria do Senador Walter Pinheiro, e nº 10, de autoria do Senador Roberto Rocha.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já fiz, na reunião passada, um resumo dos aspectos essenciais desta PEC, de autoria do Senador Presidente do Senado, Renan Calheiros.

Eu quero insistir em um ponto: a autoridade fiscal independente, na forma da proposição do Presidente do Senado, é para avaliar a qualidade do gasto público e a trajetória, de longo prazo, das variáveis que afetam a política fiscal e o endividamento público, bem como a contribuição da política orçamentária para a estabilidade macro e a consistência técnica das previsões orçamentárias, além de acompanhar metas e limites definidos em lei. Além disso, e sobretudo, analisaria os impactos fiscais de proposições legislativas ou que decorram de decisões da Justiça ou do próprio Congresso.

No nosso relatório, nós fizemos uma alteração do nome "Autoridade Fiscal Independente" para "Instituição Fiscal Independente", que é como se denomina na maioria dos países da OCDE, nos quais nos baseamos inclusive, não só o Senador Renan, mas este Relator para a elaboração do nosso substitutivo.

Qual é a ideia? A ideia é ampliar a transparência das políticas orçamentárias e fiscais. É fazer uma avaliação de cada medida na sua implicação do ponto de vista do gasto público. Isso, no Brasil, pode vir a ter um papel revolucionário.

Eu acompanho, já há muitas décadas, discussões, debates, proposições, aprovações em que praticamente o impacto fiscal permanece ignorado. Vejo, até agora, propostas que estão em andamento no Congresso, votações, pressões etc., de que não se tem uma avaliação quantitativa.

Na verdade, a Instituição Fiscal Independente (IFI) não é uma instituição normativa de fiscalização, de supervisão, de punição ou de controle. Elas já existem no nosso modelo. Aliás, foi a atuação de órgãos como o TCU que levou ao conhecimento à sociedade as práticas da chamada contabilidade criativa, em particular as pedaladas fiscais, por exemplo.

Das emendas apresentadas, nós acolhemos a maioria das proposições.

Emendas apresentadas pelos eminentes Senadores Antonio Anastasia, Walter Pinheiro e Roberto Rocha foram acatadas total ou parcialmente.

Não vou aqui dar os números, porque é impossível a compreensão oralmente. Mas a Emenda nº 1, do Senador Anastasia, prevê a vedação aos diretores da instituição o exercício de outra atividade regular de gestão de empresa ou de filiação partidária, e também por prever a obrigação de dirigentes de instituições oficiais prestarem informações requeridas pela IFI.

A Emenda nº 7, do Senador Anastasia, também por prever a obrigação de resposta a pedidos de informação, combina com a emenda do Senador Walter Pinheiro; e o Senador Walter Pinheiro, além disso, estabelece prazo de seis anos, sem recondução, para os diretores da IFI, prescrição que nós acolhemos.

A Emenda nº 10, do Senador Roberto Rocha, por seu objetivo de criar mecanismo de integração de estruturas já existentes na Câmara e no Senado com o desenho institucional da IFI, também foi aproveitada parcialmente no nosso relatório.

E é de registrar também que o eminente Senador Ricardo Ferraço – eminente e produtivo, Senador Ferraço – também contribuiu de maneira relevante na discussão para que o objetivo de integração, pretendido pela Emenda nº 10 do Senador Roberto Rocha, fosse contemplada na versão que hoje oferecemos à deliberação.

Os aperfeiçoamentos são:

a) alterar o nome da nova instituição, de Autoridade Fiscal Independente (AFI), para Instituição Fiscal Independente (IFI), pois não se trata, em sentido estrito, como eu disse, de uma autoridade, mas de um órgão voltado para a disseminação de informações técnicas;

b) ajustar a definição das competências da IFI com os objetivos de circunscrevê-la mais rigorosamente ao campo de atuação que se pretende e distinguir claramente suas atribuições daquelas inerentes às instituições jurisdicionais, normativas e de controle;

c) criar a figura do Conselho Diretor, composto por um diretor-geral e dois diretores, quando, na proposta original, a direção seria apenas do diretor-geral; nosso propósito é fortalecer a independência da Instituição;

d) estabelecer que o Presidente do Senado indicará o diretor-geral, e as comissões, que tratam de assuntos econômicos em ambas as Casas, indicarão, cada uma, um diretor;

e) estabelecer o mandato dos diretores em seis anos, vedada a recondução, antes estava três anos mais com permissão para recondução;

f) vedar aos membros da IFI o exercício regular de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa ou filiação político-partidária;

g) determinar que ministro de Estado e dirigentes de órgãos diretamente vinculados à Presidência da República prestem todas as informações necessárias ao pleno e adequado desempenho das atribuições da IFI, inclusive com a previsão de enquadramento em crime de responsabilidade em caso de recusa, de não cumprimento do prazo de trinta dias, ou da prestação de informações falsas;

h) incluir um Conselho de Assessoramento Técnico, que contará com cinco conselheiros de notável saber nas áreas de competência da IFI, com o objetivo de contribuírem à manutenção de elevada qualidade técnica dos trabalhos da IFI;

i) inserir o art. 101 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para detalhar o perfil e a quantidade máxima de cargos que comporão os quadros da IFI, que serão limitados a 50, sendo 60% (sessenta por cento) privativos de detentores de títulos de doutorado ou mestrado e experiência profissional compatíveis com as atribuições da instituição, tudo para que não haja risco de inchaço administrativo e consequente perda de foco.

No voto, quero sublinhar, de acordo com as emendas apresentadas por diferentes Senadores, que inclusive aqui se resolve uma questão que preocupou a vários deles, que é a questão do aproveitamento das instituições já existentes, no caso a Consultoria do Senado, a Consultoria da Câmara, nos seus setores referidos

ao orçamento. Na verdade, isso é por ato das Disposições Constitucionais Transitórias que valerão até que seja feita a lei. Essa foi a técnica para que a questão pudesse andar.

Aqui, nós estabelecemos que, no máximo, 50 servidores estarão no IFI, sendo 60% (sessenta por cento) detentores de títulos de mestrado ou doutorado, em áreas compatíveis com o desenvolvimento das atividades a que se refere o *caput* do artigo, distribuídos em cargos efetivos e de confiança. Isso é importante. Porque, no caso dos cargos de confiança, haverá o aproveitamento do pessoal das Consultorias, tanto da Câmara como a do Senado. Por exemplo, isso vai ficar para a lei, 50 efetivos, isso significará, se tivermos 20, no caso, de cargos de confiança, serão 405 (quarenta por cento) aproveitados de outras instituições, como no caso da Câmara e do Senado e do próprio Tribunal de Contas. Ou seja, haverá essa integração.

Nós só achamos que não cabe diluir a Instituição dentro das instituições existentes. É preciso termos uma instituição independente, claramente, com critérios fixados na própria Constituição, que seja uma autoridade na matéria e que dê pronunciamentos – até onde a ciência estatística permita – definitivos, cujos resultados irão para a imprensa e serão de conhecimento público. E todos os projetos em andamento, inclusive decisões do Supremo Tribunal Federal, serão acompanhados da estimativa a respeito das despesas.Nós temos um problema grave de crise fiscal no Brasil. Não vou dizer que a única causa é a desinformação, mas também a desinformação pesa muito. Não são apenas os interesses, ou por vezes as pressões localizadas, mas também a ignorância a respeito dos impactos efetivos. Não é só o impacto direto, mas o impacto inclusive indireto. Por isso nós precisaremos de advogados, de pessoas com formação jurídica mais sólida, para entender a propagação de cada reajuste.

O fato é que na minha experiência de vida pública, a coisa que eu mais aprendi foi a propagação das concessões salariais, feitas aqui ou ali, para toda a administração, por mecanismos de isonomias, por mecanismos de equiparações e também por mecanismos de natureza política. Por exemplo, parte das bombas fiscais que neste momento circulam no Congresso, todas vão atingir Estados e Municípios, mesmo que excluam explicitamente, porque vão ensejar grandes mobilizações nessa direção.

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

Há uma emenda que me foi encaminhada agora pelo Senador Valadares, mas não me senti em condições de analisá-la, embora esteja de acordo com o conteúdo, que diz que as proposições de que trata o *caput* do art. 59 da Constituição, quando acarretarem...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Se V. Exª me permitir, eu darei uma ligeira explicação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu vou ler a emenda:

> As proposições de que trata o *caput* do art. 59 da Constituição, quando acarretarem o aumento de despesa obrigatório ou a renúncia de receita deverão estar instruídos com estimativa do impacto orçamentário e com o exame de sua compatibilidade com a política fiscal.

Assino embaixo. Eu não sei como pôr aqui dentro. Eu próprio pus na Constituição algo parecido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na verdade, se V. Exª me permitir, no próprio texto da PEC que V. Exª relata, diz o seguinte:

> Art. 166-A. O monitoramento e a avaliação da política fiscal serão realizados pela Autoridade Fiscal Independente, no âmbito do Congresso Nacional, com a finalidade de:
> I – avaliar, por meio de indicadores específicos, a qualidade do gasto público;
> II – acompanhar o cumprimento de limites e metas trazidos pela legislação orçamentária e de finanças públicas;
> III – avaliar a trajetória de longo prazo das principais variáveis que afetam a política fiscal e o endividamento público, inclusive no nível federativo;
> IV – disseminar e propor práticas contábeis adequadas à efetiva evidenciação e transparência dos atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais do Estado;
> V – aferir a consistência técnica das previsões orçamentárias, indicando alternativas para seu aperfeiçoamento;
> VI – identificar e mensurar os custos, impactos fiscais e benefícios de proposições legislativas [a isso é que eu estou me referindo], inclusive as que envolvem renúncia de receitas;

Então essa proposta se coaduna com os princípios elencados aqui na PEC a que V. Exª se refere e está relatando com muita propriedade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Valadares, me permite?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então o que é que diz o art. 59 da Constituição? Diz que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. O que é que eu estou propondo? Colocar um parágrafo segundo, afirmando que as proposições de que trata o *caput* do art. 59, quando acarretarem aumento de despesa obrigatória ou renúncia de receita, deverão estar instruídas com a estimativa do impacto orçamentário e com o exame de sua compatibilidade com a política fiscal. Ou seja, se harmoniza inteiramente com o dispositivo a que dei conhecimento. Aliás, já é do conhecimento de todos aferir a contribuição da política orçamentária para a estabilidade macroeconômica, seus custos e impactos no crescimento da economia e na redução das desigualdades e identificar e mensurar os custos e impactos fiscais e benefícios de proposições. Quer dizer, aquelas proposições previstas no art. 59, V. Exª, indiretamente, se referiu. Só que aqui eu estou dizendo o que a Lei de Responsabilidade Fiscal já prevê, só que eu estou constitucionalizando.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me, Senador.

Hoje, tivemos a oportunidade de constatar o caráter multifacetado do Senador Valadares, porque há pouco S. Exª falava de Direito Penal e agora fala de Orçamento com uma desenvoltura que me deixa que me deixa assustado. E eu fui Relator, na Constituinte, do Capítulo Orçamentário, uma das minhas especialidades.

Posso garantir a todos os colegas que o Senador Antonio Carlos Valadares é um perigo, porque transita com facilidade em todas as áreas. (*Risos.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas V. Exª está isso dizendo isso do fundo do coração?

Nós temos a obrigação. Estou aqui no terceiro mandato nesta Comissão. Eu tenho o dever de ajudar a aperfeiçoar as matérias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei. Estou fazendo um elogio a V. Exª. O tempo não garante o aprendizado. O que garante o aprendizado é o talento que V. Exª tem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª a sua gentileza.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Valadares, eu acolheria a proposição de V. Exª se V. Exª permitisse introduzir aqui, quando diz: "As proposições de que trata o *caput*, quando acarretarem [aí entra] relevante aumento de despesa obrigatória ou renúncia de receita [eu acrescentaria a palavra "relevante", porque muitas vezes podem ser insignificantes], nos termos definidos por resolução do Senado.

Eu acho que isso...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu acho que a Constituição não deve deixar brechas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não deve...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Deixar brechas. Porque, em determinado momento R$100 mil podem ser pouco, mas, em momento de crise, R$100 mil podem ser muito.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu tenho uma experiência...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Cem mil reais podem causar impacto em um Município, por exemplo, que tenha 10 mil habitantes, porque é muito dinheiro. Portanto, eu acho que devemos deixar assim mesmo: "aumento de despesa".

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Serra, V. Exª me permite uma observação?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita apenas, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador, na Constituição, eu me lembro, no Capítulo Orçamentário eu pus um dispositivo, do qual me arrependi amargamente, que era a previsão de receita estabelecida pelo Executivo, mas admitia a possibilidade de erros e omissões. Aí os Parlamentares da Câmara e do Senado, das Comissões de Orçamento, se especializaram em ampliar erros, detectar erros e omissões, e a receita permanentemente superestimada. Então, eu sei bem dessas armadilhas. Mas acontece que aqui eu digo: "Acarretarem relevante [...] nos termos de resolução do Senado".

E aí nós fixamos: não será relevante? Então, fica para uma interpretação livre. Não, depois fazemos uma resolução – e não é o caso do Texto Constitucional – que permite precisar melhor isso. É apenas essa a sugestão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Se V. Exª, com a experiência legislativa que tem, e também no Executivo, acha que isso não vai implicar em alternativa para burlar a Constituição, eu aceito a alteração.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, porque nós vamos fazer... E vou estar aliado a V. Exª, esteja certo.

Não sou mão de tesoura, mas tive discípulos que geram grandes mãos de tesoura na República. Estou sempre em cima de controle de gasto público, que é uma questão essencial. Então, não estou disposto a abrir nenhuma brecha para que o espírito da nossa proposta seja pervertido. Além do mais, está registrado no próprio projeto de criação da Instituição Fiscal Independente, agora pelo substitutivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Serra, V. Exª me permite agora um esclarecimento, posteriormente ao Senador Anastasia, é claro?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Ferraço.

É tão somente com o objetivo de dizer que a resolução prevista...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar sobre o assunto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas, Senador Serra, de fato, a observação é no sentido de que há uma resolução prevista no Texto da Emenda à Constituição, resolução do Congresso, que vai regulamentar a medida.

Então, nos termos, que teremos a expressão "relevante", que é um conceito de juízo indeterminado, é claro que a resolução vai moldurar o dispositivo. E é fundamental que essa resolução não só detalhe esse tipo de dispositivo, mas também permita que a própria instituição fiscal, ora criada, seja a autoridade incumbida de dar os pareceres, no caso da emenda apresentada pelo Senador Valadares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas, previamente inscrita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, mas a Senadora Rose está aparteando o Senador Serra, não é isso? Eu pedi um aparte.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não pedi um aparte, eu pedi a palavra para discutir a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Porque eu estou pedindo um aparte ao Senador Serra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas o Senador Serra já encerrou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não. Ele não encerrou. Ele está relatando ainda. Ele está com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Senador Serra ainda está falando. Ele concedeu um aparte ao Senador...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Presidente decide sobre o que eu estava fazendo. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E eu acatarei.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como V. Exª parou de falar, eu pensei que V. Exª tivesse encerrado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se for possível o aparte...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos em frente, concedo o aparte ao Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para um esclarecimento, Senador Serra.

É evidente que não estamos aqui inventando roda alguma. Essa experiência exitosa já existe em outros países, vinculada ao Legislativo, ao Executivo ou à sociedade, porque são guardiões, são cães de guarda da chamada responsabilidade fiscal. Se há um ponto comum dessas instituições, inclusive no parlamento norte-americano, é a autonomia, a blindagem e a independência dessas instituições, assim como a elevada capacidade técnica de se antever e não de identificar o problema depois da casa arrombada, que é fundamentalmente o que temos percebido seguidamente em nosso País. Ou seja, depois que a casa foi arrombada, que o cadeado foi eliminado, é que se tenta fazer ajustes para se corrigir irresponsabilidade de toda ordem na gestão pública, como se dinheiro nascesse em árvore ou coisa do tipo.

Então, não ficou claro para mim se os recursos humanos e a estrutura funcional da Instituição Fiscal Independente será composta por quadros efetivos da Casa, que estarão *full-time*, ou seja, o tempo todo, dedicados a esta questão? Refiro-me as quadros efetivos do Congresso, que são absolutamente qualificados. Mas parece-me que, nas experiências internacionais, Senador Valadares, os quadros que servem a esse tipo de instituição só fazem isso. Eles não têm outra tarefa que não a de ser um GPS, um radar da sociedade de modo a observar antecipada e previamente.

Então a pergunta é: da forma como V. Exª está relatando, esses quadros ficarão o tempo todo dedicados a essa questão? Ou os Consultores da Casa, Senado e Câmara, estarão acumulando função? Não está muito claro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. É tempo integral na função – isso está em algum lugar aqui – e dedicação exclusiva. Será composta por cargos efetivos e funções comissionadas. São 50 cargos, como disse, sendo que 60% com cursos de pós-graduação na área. Veja: a área de medição não é a mesma de economia, não é sequer a mesma de orçamento em relação a receitas. É uma especialidade mais definida. Poderão ser das duas Casas na proporção que estabelecermos em resolução. Vamos fazer uma resolução do Congresso, estabelecendo essa proporção. A ideia, eu diria a V. Exª, é ter meio a meio, ou seja, 60% de pessoas concursadas, vindas de todo o País, e 40% das Casas, mas, em tempo integral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A experiência do senado norte-americano incorpora também um conselho de pessoas com efetivo conhecimento: doutorado, pós-doutorado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Também propusemos aqui consultores, que são cinco, de especialistas, dos melhores que há no Brasil, para participação temporária na Instituição, como uma espécie de consultores permanentes.

Agora, é interessante lembrar o seguinte: as instituições fiscais independentes, hoje, operam em 28 países. Dezesseis delas, ou seja, mais da metade, foram criadas a partir da crise financeira de 2008. É interessante, essa é uma tendência recente, na verdade, por exemplo, no Canadá, na Itália, na Austrália, no Reino Unido. Agora, elas têm a seguinte distribuição institucional: dependentes, ligadas ao Poder Legislativo, nove países, inclusive Estados Unidos; ao Poder Executivo, nove outros países; sem vinculação institucional, oito países, inclusive a Alemanha. No órgão de auditoria, que seria uma espécie de tribunal de contas, dois países. É interessante que todos são separados, praticamente, dos órgãos de auditoria. Exceto Finlândia e França, portanto, 26 dos 28 países que criaram a IFI também têm um órgão superior de controle. Não é IFI, a Instituição Fiscal Independente, que está na cabeça, digamos, do controle fiscal do país. A IFI cumpre o papel muito importante da informação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É o caso de nós subordinarmos a pareceres da Instituição Fiscal Independente as iniciativas legislativas que acenam com perspectiva de despesa sem a correspondente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro! Lógico! É o que eu mais quero. Ou seja, informar, não é dizer se essa despesa deve ou não ser feita. Ela custa tanto, diretamente, ao longo do tempo e nas suas repercussões sobre outros...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas como aconselhamento ou como subordinação?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como informação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Como informação e não como subordinação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é normativo. Dizer que tem que ser assim ou tem que ser assado. Diretamente quanto custa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não concorre com o Tribunal de Contas da União?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não concorre com o Tribunal de Contas, não faz prescrição, não analisa pedalada, exceto quanto às medições que são necessárias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então é o seguinte: na minha avaliação, a proposta já era um avanço. A primeira proposta que V. Exª apresentou foi um passo, e esse relatório que V. Exª apresenta hoje aperfeiçoa o anterior na medida em que...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive, graças às emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... estabelece preocupações que foram coletivizadas no debate.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Angela Portela, com a palavra pela ordem.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada.

Com a compreensão do Senador Serra, eu gostaria de pedir vista deste projeto. É um tema complexo, cabe um aprofundamento da discussão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Mas houve mudança no relatório; não houve?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, houve.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Se houve mudança no relatório, cabe pedido de vista.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só ao parecer das emendas. Na verdade, o Senador Humberto Costa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – São emendas basicamente de redação, que não alteram o escopo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Defiro o pedido de vista de V. Exª de vez que houve modificação proposta pelo Relator.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, as modificações foram basicamente de redação; não foram emendas que alteram o escopo.

Na reunião passada, o Senador Humberto Costa pediu vista, foi dado vista coletiva, e as alterações que o Senador Serra faz são cosméticas, são de redação. Por isso, peço vênia a V. Exª e à Senadora Angela, quanto à possibilidade... Até porque teremos perspectivas de discutir isso em plenário, para avançarmos com este tema, que é um tema muito importante.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, peço vista coletiva, caso seja concedida vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não, concedida vista coletiva.

vamos ao item 3.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, permite-me um esclarecimento?

Até a próxima reunião da Comissão, não aceitaremos nenhuma emenda mais, senão fica-se num círculo vicioso e vai-se ao infinito. Porque, se pareceres sobre emendas ensejam pedidos de vista, entraremos num processo sem fim.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sugiro ao Senador Serra que lidere um movimento junto aos solicitantes para desistirem das suas emendas, porque, se porventura isso realmente ocorrer, não tenho como evitar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim. O fato é que Senadores do PT, pela terceira vez, pediram vista, e eu não consegui descobrir o motivo, ao longo deste tempo. V. Exª sabe que eu me empenho muito. Conversei, perguntei, mas não houve, inclusive... As emendas básicas apresentadas de origem do PT são...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, Senador, eu não contesto V. Exª sobre a parte de informação, a parte real,...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... as do Senador Walter Pinheiro, que nós aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... mas, afinal de contas, está no Regimento, e eu tenho que cumprir o Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, encerremos a discussão, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que eu quero requerer a V. Exª é o encerramento da discussão, para que, definitivamente, então, na próxima reunião, nós possamos deliberar sobre essa importante iniciativa, que é um avanço extraordinário para o Estado brasileiro.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu não tenho como encerrar a discussão, porque, se se pede vista, é exatamente para discutir. Seria um contrassenso, e a vista foi concedida.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, já que V. Exª restabeleceu a ordem da Casa, eu queria dizer que fico sempre presa ao Regimento Interno. Não quero sair dele, mas, toda a vez que se inscrevem, as pessoas criam um debate paralelo, a exemplo do que fez o Senador Ricardo agora. Quer dizer, já havia acabado o relatório, ele quis fazer um aparte, debateu com o Relator e tirou a oportunidade de que outras pessoas o fizessem. Daqui para frente, eu vou ser indisciplinada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem o direito de ser rebelde.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não por causa de V. Exª. Por causa do monopólio que se estabelece nesta Comissão, devido ao comportamento de alguns colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
- em 12/08/2015, a Presidência concedeu vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais.

Em 19/08/2015, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Humberto Costa, dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir parecer sobre a Emenda nº 3.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, considerando que nós tivemos a oportunidade, na reunião anterior, de apresentar o nosso relatório, considerando ainda que houve um pedido de vista, feito pelo Senador Humberto Costa, que apresentou a Emenda nº 3, parece-me que, por economia processual, o que devo manifestar é que estamos acolhendo a Emenda nº 3, do Senador Humberto Costa, incorporando-a ao meu projeto, por considerar que S. Exª o Senador Humberto Costa está aperfeiçoando a proposta apresentada.

Portanto, declaro incorporada ao meu parecer a Emenda nº 3 do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator incorpora, no seu projeto substitutivo, a Emenda nº 3, que está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria que fosse colocado em pauta, se possível, o item 12. É não terminativo. Eu gostaria de ler o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está em votação!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Veja bem, Senadora, V. Exª pediu a palavra, pela ordem, para incluir um item. Mas vamos votar logo o que está em curso. A votação já foi anunciada. V. Exª pode, depois, repetir o seu pedido.

Em votação a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo oposição à mesma, está aprovada.

Vamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: favorável à proposta.
Observações:
- em 05/08/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ivo Cassol e Simone Tebet, nos termos regimentais.

Consulto o Senador Ivo Cassol, que não está presente, e a Senadora Simone Tebet, também não está presente, sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 11.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para suas considerações finais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, esta matéria é extremamente complexa. Ela estabelece eleições diretas nos Tribunais de Justiça com participação dos juízes de primeiro grau. De modo que, sendo PEC, há quórum para votação. Então, V. Exª pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em discussão a matéria.

Aos Senadores que queiram discutir a matéria, a palavra está facultada. (*Pausa.*)

Não há oradores solicitantes para participarem da discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente, para registrar minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 12.

ITEM 12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 6.º da Constituição Federal para introduzir, no rol dos direitos sociais, o direito ao acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agora, sim, vamos ler o relatório.

Vou direto à análise da Proposta de Emenda à Constituição do Senador Rodrigo Rollemberg, que introduz, no rol dos direitos sociais, o direito ao acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet).

Cabe a esta Comissão manifestar-se sobre a admissibilidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição, conforme previsto no art. 356 do Regimento Interno do Senado.

No que tange à admissibilidade, a PEC foi apresentada com o número mínimo de assinaturas previsto no art. 60, inciso I, da Lei Maior. Observa também o art. 60, §§1º e 4º, da Constituição, porquanto não pretende alterar o Texto Constitucional em vigência de intervenção federal, de Estado de Defesa ou de Estado de Sítio, nem tampouco intenta abolir cláusula pétrea.

Do ponto de vista do mérito, reconheça-se a imensa repercussão social da medida. O surgimento da internet se configura hoje como uma nova fronteira para a inserção do indivíduo na vida social. Ter a possibilidade de acessar informações, serviços públicos, compartilhar vivências *on-line*, bem como de produzir e difundir conhecimento através da internet passaram a ser características da própria concepção de cidadania. Um indivíduo sem acesso à rede mundial de computadores é, neste novo cenário, um cidadão excluído.

Nesse sentido, pode-se dizer que o novo direito proposto – o direito ao acesso à rede mundial de computadores (internet) – encontra-se intimamente relacionado com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer e à segurança, entre outros.

De fato, os Direitos Sociais são, à luz do Direito Positivo Constitucional brasileiro, verdadeiros Direitos Fundamentais, tanto em sentido formal, pois estão na Constituição e têm *status* de norma constitucional, quando em sentido material, pois são valores intimamente ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Diga-se, ainda, que a teoria das gerações dos Direitos Fundamentais considera os Direitos Sociais como "Direitos de segunda geração". Enquanto os Direitos de primeira geração, os Direitos Civis e Políticos, realçam o princípio da liberdade e a limitação do poder estatal, os de segunda geração impõem prestações positivas por parte do Estado. A constitucionalização desses Direitos, portanto, fornece a base jurídica para o reconhecimento da igualdade econômica e social dos indivíduos.

No caso em tela, a elevação do direito de acesso à internet ao patamar constitucional terá o condão de exigir o estabelecimento, pelo Estado brasileiro, de políticas públicas que minorem ou eliminem a exclusão digital que marginaliza um contingente significativo da população. Embora a taxa de pessoas com internet em casa no Brasil tenha crescido ao longo do tempo, atingindo cerca de 50%, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, o País ainda apresenta índices sofríveis nesse particular. Relatório recente da União Internacional de Telecomunicações (UIT), que classifica os países de acordo com seu nível de acesso, uso e conhecimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), coloca o Brasil na 65º posição entre 166 avaliados, abaixo do Uruguai (48º lugar), do Chile (56º) e da Argentina (59º), entre os países da América do Sul.

Nesse cenário, entende-se pertinente e importante a constitucionalização do direito de acesso à internet no rol dos Direitos Sociais do art. 6º da Constituição, para que haja maior evidência e premência para o problema da inclusão digital no País.

Nosso voto, Sr. Presidente, em vista do exposto, é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2011, de autoria do nobre Senador Rodrigo Rollemberg, hoje Governador do Distrito Federal.

Era esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o relatório apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2011. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, já estava na pauta – a meu pedido, V. Exª o retirou – um projeto que veio da Câmara e que trata daquele grave fato acontecido em Santa Maria em que 243 jovens morreram queimados. De lá para cá, o Senado fez uma Comissão. Fui Relator do projeto aqui, no Senado, mas entendi que não apresentaria o projeto. Eu o remeti para a Câmara, porque a Câmara já estava elaborando o projeto da nobre Deputada Elcione Barbalho. O projeto da Deputada Elcione Barbalho foi para uma Comissão Especial, e esta Comissão Especial apresentou um projeto, aproveitando, inclusive, as contribuições do Senado.

Nós queríamos, nesta oportunidade, dizer que fiz uma audiência na segunda-feira ainda. Fechamos um acordo com todas as entidades. Conversei com o Senador Eunício, conversei com o Senador Aloysio, que dizem que o projeto da nobre Deputada Elcione Barbalho, que veio da Câmara com as contribuições do Senado, estaria apto a ser votado em plenário. Mas falei, agora mesmo, com o Senador Aloysio, dizendo que, simbolicamente, é bom aprová-lo também na CCJ. Depois, a gente o debate no plenário.

É esse o apelo que faço a V. Exª, para que a gente aprovasse esse parecer que veio da Câmara. Eu não mudo nada. Apenas faço uma emenda de redação, que não muda em nada o mérito. Se tivermos de vetar alguma coisa, vamos pedir que a Presidente vete ou até, se for o caso, se entendermos isso no plenário, podemos alterar alguma questão no plenário.

Esse é o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Qual o número do projeto de que V. Exª pede a inclusão? Vamos localizá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o PL nº 33.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Veja se ele está aí.

Está aprovada a PEC nº 6.

A matéria vai ao Plenário.

Temos aqui um requerimento que está com preferência, que chegou aqui antes do projeto de V. Exª. Vamos localizar o seu projeto, para, inclusive, se for possível, votá-lo agora.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14, DE 2015

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater o PLC 93, de 2014, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura); altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: • Juca Ferreira – Ministro da Cultura; • Chico César – Compositor e Ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; • Albino Rubim – Pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; • Zulu Araujo – Presidente da Fundação Pedro Calmon; • Irene Ferraz - Presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro; • Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; • Miguel Gomes – Produtor Cultural; • Regina Miranda – referência na área de Ballet e Dança; • Coordenadora da Agenda 21 da Cultura; • Moacyr Goes

– Diretor de Teatro e de TV; • Myriam Brum – ex-Diretora da Casa da Gávea e da Funarte; Aspasia Camargo – Socióloga, Professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ex-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ex-Presidente do Ipea; • Marcio Calvão Moura – Engenheiro, Ator e Urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, que revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá e que hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores; • Wilma Barbosa – Diretora e Organizadora do Festrio.

Autoria: Senador Roberto Rocha.

Está em discussão. (*Pausa.*)
Encerro a discussão.
Em votação.
V. Exª quer falar?
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em seguida, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Após a aprovação ou a rejeição.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim, senhor.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, queria consultar V. Exª sobre o seguinte.

Ainda há o item 24, que trata de um projeto que foi e está sendo amplamente debatido no Senado, Senador Paulo Paim, Senador Anastasia, que é a construção do novo Código do Consumidor. Se houver um entendimento com V. Exª, nós gostaríamos de consultá-lo para saber se, por economia processual, poderíamos dar como lido o nosso relatório sobre o novo Código do Consumidor, considerando que está muito frágil o quórum e que é um tema importante. Se o Senador Anastasia e o Senador Paim pedirem vista coletiva, damos como lido o relatório, dando fé pública ao relatório, e voltamos a esse debate numa próxima reunião em que tenhamos um quórum mais qualificado, considerando...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª quer ler o projeto e conceder vista coletiva?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dar como lido o relatório e conceder vista coletiva ao Senador Paim e ao Senador Anastasia, para que nós possamos voltar com o debate numa reunião com o quórum mais qualificado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª não quer fazer a leitura, não?
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Faço a leitura.
O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.
Item 24.

ITEM 24
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico.

Autoria: Senador José Sarney

Tramitam em conjunto o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2012

Autoria:
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao PLS 281/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e ao PLS 283/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e:
- com o acolhimento da Emenda nº 35 ao PLS 281/2012 e da Emenda nº 44 ao PLS 283/2012;

- pela rejeição das Emendas nº 33 e 34 ao PLS 281/2012;
- pela prejudicialidade, por suas ideias básicas já estarem contempladas nos PLS elaborados pela Comissão de Juristas do Senado Federal, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 6/2011, PLS 271/2011, PLC 106/2011, PLS 439/2011, PLS 197/2012, PLS 222/2012 e PLS 371/2012;
- com voto contrário, pois os temas foram tratados de forma diferente nestes projetos, aos seguintes projetos de lei anexados: PLS 458/2012 e PLS 277/2013;
- pelo acolhimento das ideias básicas, que passam a integrar os Substitutivos, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 394/2013 e PLS 509/2013; e
- pelo desapensamento dos seguintes projetos, que não foram examinados, pois tratam de temas não incluídos na versão final da atualização do Código de Defesa do Consumidor, podendo continuar a ser examinados por seus próprios méritos: PLS 65/2011, PLS 452/2011, PLS 460/2011, PLS 463/2011, PLS 470/2011, PLS 97/2012, PLS 209/2012, PLS 397/2012, PLS 413/2012, PLS 457/2012, PLS 459/2012, PLS 464/2012, PLS 24/2013 e PLS 392/2013.

Observações:

- Em 28/05/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 33 e 34 ao PLS nº 281/2012, de autoria do Senador Romero Jucá;

- Em 03/06/2015, foi apresentada a Emenda nº 35 ao PLS nº 281/2012, de autoria do Senador Antônio Anastasia;

- Em 28/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 44 ao PLS nº 283/2012, de autoria do Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir à leitura do seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, temos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a tarefa de analisar os Projeto de Lei nºs 281 e 283, de 2012. Portanto, estamos há três anos, Senador Paim, discutindo esses projetos que aperfeiçoam o novo Código de Defesa do Consumidor, de autoria do Senador José Sarney, que, à época, constituiu uma... Se o Senador assistente do Presidente puder me permitir, eu vou concluir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Eu acho que a Mesa precisa contar com seus técnicos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É claro! Isso! Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª, naturalmente, entendeu que ele não estava falando nada pertinente a isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É claro!

Agradeço a V. Exª, até porque, como eu dizia aqui, é importante que V. Exª possa ouvir.

Esses projetos são de autoria do ex-Presidente José Sarney. Eles tramitam na Casa desde 2012. Foram dezenas as audiências públicas, Senador Paim, que fizemos aqui para debater esse tema, visando a aperfeiçoar o Código de Defesa do Consumidor, para que pudéssemos incorporar ao Código questões que dissessem respeito às relações de consumo nos dias atuais. Por exemplo, quando o Código foi consagrado e publicado, não existia o comércio eletrônico, e o comércio eletrônico é hoje uma realidade no mercado de consumo.

Então, esse é um dos projetos que mais discutimos aqui nos últimos anos. Foi constituída uma Comissão Especial. Essa Comissão Especial emitiu o seu relatório. Esse projeto foi ao plenário, e, no plenário, foi solicitado que a Comissão de Constituição e Justiça fosse ouvida. Nesse período, recebemos um conjunto de emendas, e muitas delas foram acatadas. Portanto, estamos em condição de votar, independentemente do quórum. O quórum assinala 27 membros. É uma matéria de absoluto conhecimento do conjunto dos Srs. Senadores, porque está publicada. Os Senadores que desejaram apresentaram suas emendas. Aqueles que desejassem discutir poderiam estar aqui, como eu estou e como o Senador Paim assim está.

Então, Sr. Presidente, faço esse esclarecimento a V. Exª.

Todos os referidos projetos foram anteriormente debatidos e apreciados por uma Comissão Permanente que foi constituída para tal fim, sob a Presidência do atual Governador do Distrito Federal, o ex-Senador Rodrigo Rollemberg.

Cumpre resgatar o compromisso assumido pela Comissão Temporária, que ora reafirmamos, e promover as mudanças, sem retroceder nos direitos e garantias conquistados pela sociedade brasileira e fixados como valores constitucionais.

O Brasil mudou muito de 1990 para cá, quando o Código foi aprovado. Vivemos hoje uma nova realidade social, econômica e jurídica. As relações de consumo são completamente diferentes e muito mais complexas.

Apesar de ainda ser reconhecido como uma das legislações mais avançadas do mundo no setor, o nosso CDC precisa incorporar novos avanços.

O substitutivo aprovado na Comissão Temporária tratou sobre os principais aspectos do comércio eletrônico, do crédito ao consumidor e do combate ao superendividamento em alteração pontual e limitada a novas seções, sem descaracterizar, evidentemente, o microssistema do CDC, apenas considerando esses novos fenômenos nas relações de consumo, como o comércio eletrônico, o superendividamento, o consumo sustentável, entre outros.

Acrescentamos ao *caput* do art. 44-B a expressão "ou as comunicações remetidas ao consumidor", a fim de que se aplique a norma também às comunicações físicas endereçadas aos consumidores. Isso se faz necessário justamente para não ignorarmos as hipóteses em que, por força de sigilo, por exemplo, essas correspondências somente possam ser processadas por meio físico ou aquelas cujas características sejam passíveis de mudança com maior velocidade e que também precisam ser processadas por meios físicos, como cláusulas contratuais.

Modificamos o §5º do art. 49. Podem existir situações nas quais o direito de arrependimento acarreta, além do pagamento pelo consumidor do principal, de juros proporcionais e de tributos, o pagamento de tarifa. Assim, caso o consumidor deseje exercer o seu direito de arrependimento referente a uma transação que foi liberada mediante a cobrança de uma tarifa, deve ser cobrada, além dos juros proporcionais e da tributação, respectiva tarifa pela prestação de um serviço.

A inserção da expressão "e tarifas, quando aplicável" visa a afastar a possibilidade de serviços prestados não serem ressarcidos. Eventuais hipóteses de avaliação de risco, avaliação de bens, sem a devida correção, ficariam descobertos.

Alteramos a redação do art. 9ª, §6º, do PLS nº 281, para conter a seguinte redação: "Este artigo não se aplica aos contratos e obrigações regulados por tratados internacionais e aos acordos sobre arbitragem ou eleição de foro."

Incluímos, em todo o PLS, a previsão de regulamentação para definição de mínimo existencial. Isso acarretou em alteração dos art. 6º, incisos XI e XII; art. 54-A, §1º; art. 104-A, *caput*; e art. 104-C, §1º. Dos dispositivos mencionados, passou a constar da expressão "mínimo existencial, nos termos da regulamentação".

No art. 54, procedemos a duas modificações. Na primeira, alteramos a redação do inciso II, §3º. A solidariedade entre o emissor do cartão de crédito e o fornecedor do produto ou serviço deve ser afastada mesmo que seja limitada à solicitação de rescisão por parte do consumidor junto ao fornecedor de crédito.

Modificamos a parte final do art. 104-C, do PLS nº 283, de 2012, para constar da seguinte redação:

> Art. 104-C. Compete concorrentemente aos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a fase conciliatória e preventiva do processo de repactuação de dívidas, nos moldes do art. 104-A, no que couber.

No tocante às emendas apresentadas, passamos a analisá-las.

A Emenda de nº 33, de autoria do Senador Romero Jucá, pretende alterar a redação do §7º do art. 44-F e do art. 72-A propostos pelo Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012. O objetivo da modificação é incluir no rol dos legitimados a utilizar um banco de *e-mails* de fornecedor ou conglomerado econômico "empresas com as quais qualquer sociedade que o integre mantenha relação de prestação de serviços". Não obstante os méritos da proposta do nobre Senador, acreditamos que a redação original atende melhor a intenção da atualização, que é a limitação do envio de mensagens eletrônicas indesejadas.

Dessa forma, rejeitamos a Emenda nº 33.

A Emenda nº 34, de autoria do Senador Romero Jucá, sugere alteração no final do §1º do art. 60-B, que fixa o parâmetro para definição da multa cabível, no caso de descumprimento de prazo para cumprimento de medida corretiva. Essa emenda foi apreciada na Comissão Temporária e fixamos entendimento mais razoável para a questão.

Desse modo, rejeitamos a emenda nº 34.

A Emenda nº 35, de autoria do Senador Antonio Anastasia, foi por nós acolhida.

A Emenda nº 44, de autoria do Senador Romero Jucá, foi também acolhida.

Em resumo, Sr. Presidente, as regras acrescidas o foram com base em ampla participação popular em audiências públicas, no minucioso estudo das emendas apresentadas pelos eminentes Srs. Senadores e dos projetos de lei apensados, bem como das manifestações dos órgãos da sociedade civil e representantes dos setores interessados, como Serasa, Abesc, Febraban, CNI, CNC, CNF, Camara-e.net, Idec, Fundação Procon-SP, Brasilcon, Instituto Alana, MPCON, FNEDC, MPF, entre tantas outras entidades.

Cumprimos, acredito que com razoável sucesso, a premissa de não retroceder nos direitos e garantias já consolidadas aos consumidores.

O voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação dos PLS nºs 281 e 283, com o acolhimento das Emendas nºs 35 e 44, e rejeição das Emendas nºs 33 e 34, ressaltando aqui a importante iniciativa que foi adotada à época pelo então Presidente do Senado, Senador José Sarney, que constituiu essas Comissões de Notáveis para que nós pudéssemos evoluir nesse aperfeiçoamento.

Declaramos a prejudicialidade, por suas ideias básicas já estarem contempladas no PLS elaborado pela Comissão de Juristas do Senado Federal, dos seguintes projetos de lei apensados: PLS 6, de 2011; 271, de 2011; 106, de 2011; 439, de 2011; 222, de 2012; e 371, de 2012. Ou seja, nós estamos declarando a prejudicialidade porque o escopo e o objeto desses projetos foram contemplados, estão contemplados no projeto que foi avaliado pela Comissão Temporária e pela Comissão de Notáveis, quais sejam, os PLS nº 281 e 283.

Rejeitamos também, pois os temas foram tratados de forma diferente nesses projetos, os seguintes projetos de lei apensados: PLS 458, de 2012; e PLS 277, de 2013.

Acolhemos as ideias básicas, que passam a integrar os substitutivos, dos seguintes projetos de lei apensados: o PLS 394, de 2013; o PLS 509, de 2013; e o PLS 197, de 2012, do eminente Senador Jorge Viana.

Somos pelo desapensamento dos seguintes projetos, que não foram examinados por tratarem de temas não incluídos na versão final da atualização e aperfeiçoamento do CDC, podendo continuar a ser examinados por seu próprios méritos: o PLS 65/2011; 452/2011; 460/2011; 463/2011; 470/2011; 97/2012; 209/2012; 397/2012; 413/2012; 457/2012; 459/2012; 464/2012; 24/2013; e 392/2013.

Sr. Presidente, é o relato sucinto que faço, creio que abordando todos os temas e todos os pontos que foram incorporados.

Consulto V. Exª para saber se não é possível nós deliberarmos sobre esse projeto, considerando que temos ainda o plenário para deliberação. Caso contrário, enfim, o encaminhamento que V. Exª decidir, nós vamos estar aqui comungando, compartilhando, mas temos quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço, está aqui o Senador Delcídio. Ele me disse que gostaria de falar com V. Exª sobre o tema. Para mim... Ele está fazendo um apelo a V. Exª, ele diz que concorda quase com a integralidade do seu relatório, mas como ele está no Ministério da Fazenda e queria contribuir com alguns artigos cuja redação o Ministério da Justiça estaria ajustando, ele entende que poderíamos pedir vista – se V. Exª concordar, porque eu disse que estava aqui com compromisso já com V. Exª –, mas com a responsabilidade de votarmos na semana que vem e o seu relatório ser considerado lido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro.

O que o nosso Presidente nos recomenda?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Delcídio está aqui acompanhando a nossa conversa...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acho que essa matéria é da maior relevância. A pressa sempre foi inimiga da perfeição. Nós não temos necessidade de aprovar essa matéria agora, já que ela tramita há tanto tempo aqui no Senado da República, se ainda há pontos a serem corrigidos, pontos a serem aperfeiçoados... Então, considero lido o projeto e abro vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Considero que a recomendação de V. Exª é adequada e me subordino a ela. V. Exª, dando vista coletiva, permite que tenhamos mais uma semana para que as dúvidas que forem suscitadas possam ser elucidadas e nós possamos atender à solicitação do Senador Delcídio do Amaral. Concordo com o encaminhamento de V. Exª, acho-o o mais razoável e adequado.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Item extrapauta.

ITEM 26
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2014
- Não terminativo -

Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 10 de junho de 2015, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, a minha intenção é fazer uma síntese do relatório.

O Brasil todo acompanhou, há cerca de três anos, 242 jovens lá do meu Estado, o Rio Grande do Sul, morreram queimados no chamado incêndio da Boate Kiss. De lá para cá, o Senado e a Câmara vêm trabalhando

em parceria. A Senadora Ana Amélia presidiu a Comissão, e eu fiz o relatório, que remeti para a Câmara. A Câmara, então, construiu esse projeto, que veio para cá, e aqui nós fizemos inúmeras audiências públicas, fomos a Santa Maria, voltamos de lá – foram duas lá e mais duas aqui –, sempre na linha de chegar ao meio-termo. Enfim, chegamos a essa redação, que não é a ideal, todos reconhecem, mas é um avanço que pode permitir que tenhamos mais políticas de prevenção para que fatos como esse não venham a acontecer.

Devido a isso, Sr. Presidente, solicito a V. Exª que, se puder, coloque em votação, porque vai ao plenário ainda.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 33 e, no mérito, pela aprovação da proposição, rejeitando a Emenda nº 1.

Eu apresento três emendas de redação, que não mudam em nada o mérito, para que o projeto não volte para a Câmara dos Deputados. E, claro, se, no plenário, os Senadores entenderem... Eu tive o cuidado, junto com a Deputada Barbalho, de conversar com os Líderes. Eles queriam já que nós apresentássemos o requerimento no plenário. Eu achei interessante passar pela CCJ, na linha de que aqui não há nada que seja considerado inconstitucional.

Esse seria o parecer, e peço a aprovação de V. Exª e dos Senadores e das Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para não ficar naquela, Senador, de dois pesos e duas medidas, nós vamos considerar lido o relatório de V. Exª, abrir vista, e o projeto entrará na próxima reunião desta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vista coletiva, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vista coletiva, e ele volta na semana.

Acho que é justo pela posição tomada nas duas situações.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 08 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas, do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Zeze Perrella, Paulo Paim, Roberto Requião, Omar Aziz, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, José Medeiros, Fernando Collor, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Registram a presença os Senadores Davi Alcolumbre, Cássio Cunha Lima, Lasier Martins e Hélio José. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin e Mauro Luiz Campbell Marques; Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima; Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa; Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), Lauro Machado Nogueira; Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Elísio Teixeira Lima Neto; Procurador de Justiça Militar, Samuel Pereira; Procurador-Geral de Justiça Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Promotora de Justiça Militar, Ana Carolina Scultori Teles Leiro; Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Antônio César Bochenek; Juiz Federal e Diretor do Foro da Subsecção Judiciária de Gravataí, Rio Grande do Sul, Marcelo Cardozo da Silva; e Juiz Federal da Subsecção Judiciária de Cascavel, Paraná, Leonardo Cacau Santos La Bradbury. O Senhor Presidente registra também a presença de Suas Senhorias: Esposa do Sr. Procurador-Geral da República, Junia Ladeira Monteiro de Barros; e Conselheiro Nacional do Ministério Público (CNMP), Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho. Usam da palavra os Senadores Cássio Cunha Lima e Lasier Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 21ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2015 - Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e", e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador-Geral da República RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, indicado para recondução ao cargo de Procurador-Geral da República, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. EXTRAPAUTA: ITEM 27) MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2015 - Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juízes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Ari Pargendler. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Garibaldi Alves Filho. O Senhor Senador Garibaldi Alves Filho devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Zeze Perrella. O Senhor Senador Zeze Perrella devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador José Pimentel. O Senhor Senador José Pimentel devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente suspende a presente Reunião às treze horas e sete minutos e reabre às treze horas e doze minutos. O Senhor Presidente também suspende a presente Reunião às dezenove horas e trinta e dois minutos e reabre às dezenove horas e trinta e quatro minutos. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às vinte horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2ª PARTE: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011; ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2013; ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, de 2015; ITEM 4) TURNO SUPLEMENTAR DO

SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 496, de 2013; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2015; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2014; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2015; ITEM 18) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, de 2011; ITEM 19) EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2015; ITEM 20) TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2012; TRAMITAM ANEXADOS - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 452, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, de 2011; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2012;; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2013; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2013; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2013; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2013; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, de 2013; ITEM 21) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 12, de 2015; ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2014; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2015; ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2015; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, de 2015; ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação da Mensagem nº 59, de 2015, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 26.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e", e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
- Na 21ª Reunião Ordinária, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
- A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório, referente à segunda etapa do processo de apreciação, escolha de autoridade, no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os ouvintes que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido os Srs. Senadores José Pimentel e Blairo Maggi a fazerem o encaminhamento do Procurador Rodrigo Janot Monteiro de Barros ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para sua exposição, pelo tempo de dez minutos, na forma do Regimento.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senador José Maranhão, eminentes Senadoras, Senadores, demais autoridades, senhoras e senhores profissionais da imprensa, colegas servidores e membros do Ministério Público brasileiro, expresso minha gratidão pelas palavras.

Honra-me regressar ao Senado da República para me submeter a seu acurado exame que antecede a deliberação sobre minha recondução para um segundo mandato à frente da Procuradoria-Geral da República.

Não pretendo cansá-los com uma longa exposição inicial, nem subtrair o tempo que devemos dedicar ao diálogo direto e às respostas aos questionamentos de V. Exªs, mas não poderia deixar de dirigir-lhes algumas palavras tanto de reconhecimento quanto de prestação de contas e, especialmente, algumas reflexões que me parecem imprescindíveis para o momento.

Quando aqui estive, em 29 de agosto de 2013, ainda sem ter tido a honra de ocupar o cargo de Procurador-Geral da República, em contexto menos conturbado, mencionei os passos de minha vida pública e pessoal, de minha formação acadêmica, de meu caminhar no Ministério Público Federal em parte.

Assumi alguns compromissos com o Senado Federal e com a sociedade brasileira, destacando o profissionalismo, que deveria ser o tom da atuação do Gabinete do Procurador-Geral da República, o combate sem trégua à corrupção, o fortalecimento do diálogo com a sociedade e com o Parlamento, a transparência no andamento de processos e procedimentos da competência do Procurador-Geral da República.

Igualmente, me comprometi com o imperativo republicano da igualdade de tratamento de todos em todos os aspectos, notadamente o político-partidário.

Assumi compromisso de prestar contas anualmente ao Parlamento com dados da atuação do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público, em seus campos de atuação, compromisso que honrei ao remeter relatório pormenorizado a V. Exªs.

Mais do que isso, em 29 de outubro, estive nesta mesma Comissão para apresentar o relatório anual de gestão da Procuradoria-Geral da República, de modo a concretizar o propósito de entabular saudável diálogo entre a Câmara Alta do Parlamento e o Ministério Público brasileiro, já que aqui compareci como Chefe do Ministério Público da União e Presidente do Conselho Nacional. Embora tenha dados concretos para trazer ao Senado, não creio seja o caso de transformar essa locução em prestação exauriente de contas.

Todos percebemos que o País vive um momento particularmente delicado nas relações sociais, agravado pelas dificuldades econômicas do presente. A alta posição de V. Exªs como Senadores da República permite-lhes divisar com mais clareza o panorama nacional. Não podemos menosprezar os fatores que ameaçam obstruir o diálogo institucional nesse contexto de certa polarização dos embates sociais e de dificuldades decorrentes da apuração de graves casos de corrupção que, inevitavelmente, têm reflexos sobre pessoas físicas e jurídicas, não obstante a atuação responsável do Ministério Público na sua elucidação.

Sem desviar-se da legalidade ou divorciar-se do dever de respeitar direitos fundamentais, o Ministério Público brasileiro vem cumprindo a missão da qual o Parlamento lhe incumbiu e tem submetido ao Poder Judiciário os resultados dessas investigações à espera do devido processo legal. Há percalços, mas todos testemunhamos um amadurecimento das instituições democráticas nacionais. Todos percebemos, pouco a pouco, a consolidação do compromisso republicano de igualdade e legalidade.

O Brasil demonstra a seus cidadãos e às demais nações que a defesa do interesse público e a punição de transgressão à lei sem distinção de qualquer natureza são dois traços importantes do Estado de direito. Presencia-se o normal funcionamento do sistema judicial e o exercício das liberdades públicas, que há muito se consolidaram nos países adiantados. Ideal de igualdade de todos diante da lei, constitui justa expectativa dos brasileiros que já se firma entre nós. Nessa quadra, vemos o livre exercício das instituições nacionais que mutuamente se reforçam em lugar de se desgastarem quando desempenham suas competências constitucionais.

As relações entre Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público não se rompem pelo exercício responsável e isento das atribuições que lhes foram outorgadas pelo povo. No campo de atuação do Ministério Público Federal, este momento no qual fatos graves são investigados é a oportunidade para que o embate

jurídico entre acusação e defesa se caracterize pela lealdade recíproca e pela consolidação de ideais éticos que são a base das sociedades democráticas, pluralistas e complexas, como a sociedade brasileira.

Jamais pretenderia o Ministério Público mostrar-se à sociedade como ente especial na estrutura do Estado; muito menos poderia desrespeitar o papel essencial exercido pelo Parlamento, pelo Executivo e pelo Judiciário para a realização do programa republicano. Tampouco pode o Ministério Público sonegar à sociedade os resultados de justa e profunda apuração de atos potencialmente ilícitos, cujos autores devem ser submetidos a julgamento pelo Judiciário, respeitando-se, de um lado, a presunção de inocência e, de outro, o princípio da publicidade.

O Ministério Público não é o único ente estatal empenhado nessa caminhada. Ele tem a seu lado o Parlamento e o Executivo, dos quais haure a sua legitimidade democrática, e o Judiciário, a cujo estrito controle submete as suas demandas. Todos somos responsáveis por nossos atos, nossos acertos e nossos erros. Não me excluo dessa regra. Numa República, ninguém pode fazê-lo, e creio firmemente que é a esse norte que devemos conduzir.

Em 2013, quando aqui estive para ser sabatinado, ressaltei a importância da impessoalidade na atuação estatal e lembrei que a régua da Justiça deve ser isonômica e sua força deve se impor a fortes e fracos, ricos e pobres, sem acepção de pessoas. Tal mensagem, que a linguagem simples do povo traduz no "pau que dá em Chico dá em Francisco", transmite à sociedade mensagem essencial de igualdade, de republicanismo, de isenção de privilégios, de impessoalidade e, antes de tudo, de funcionamento regular do Estado.

É natural que uma pergunta se coloque neste retorno ao exame pelo Senado: o que me motiva a pretender novo mandato de Procurador-Geral da República? Digo a V. Exªs, com sinceridade, que esse desejo não se presta à satisfação do ego nem se deve à sofreguidão do poder. Francamente, não é isso que me move. Não é isso que me leva a submeter meu nome novamente ao Senado Federal.

Venho aqui com a firme vontade de continuar a servir a minha Nação no Ministério Público, que promotores e procuradores desempenhamos nos vastos rincões deste País. Venho aqui, após ter tido o reconhecimento de 799 colegas do Ministério Público Federal e ter sido indicado por Sua Excelência a Presidente da República dentre os candidatos que formaram a lista tríplice de pretendentes à difícil posição do Procurador-Geral da República.

Poucas pessoas podem ter a real noção do impacto pessoal que os últimos dois anos trouxeram a minha vida, aqueles acompanham o intenso exercício do cargo de chefe do MPU e sofrem comigo as penosas consequência desse múnus: a minha família.

Estejam certos, Sr. Presidente, Excelências, que iniciamos importante processo de aperfeiçoamento do Gabinete do Procurador-Geral da República, que permitiu transparência, enorme redução do estoque de processos que aguardavam manifestação, diálogo frequente e leal com o Legislativo, Executivo e Judiciário e o atendimento à sociedade civil.

Novos métodos de trabalho foram estabelecidos e aperfeiçoados de modo que tenho a satisfação de lhes comunicar, em primeira mão, que o Gabinete do Procurador-Geral da República está prestes a receber, ainda neste mês ou no começo do outro, Certificação Internacional de Qualidade.

A atuação do Conselho Nacional do Ministério Público ganhou em eficiência. A cooperação internacional do Ministério Público Federal atingiu novo patamar de respeito e efetividade no intercâmbio com nações estrangeiras e organismos internacionais em medidas que podem ser concretamente mensuradas. Tais avanços ainda demandam consolidação.

Muito há por fazer para sedimentar programas e metas desenvolvidos em conjunto com meus colegas em busca de um Ministério Público que, sem isolacionismo ou autossuficiência, cumpra sua missão constitucional e contribua para o aprimoramento da Administração Pública e para a promoção da cidadania de forma sempre obediente à Constituição.

Eis, eminentes Senadores, de modo brevíssimo, os motivos que, com muita honra, trazem-me de novo ao percuciente exame do Parlamento. Ciente de que a missão de todo servidor público é aperfeiçoar sua atividade para mais bem atender à sociedade brasileira, que nos julgará por nossos erros e acertos e pela dignidade do nosso atuar, submeto-me à apreciação do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passemos à fase de arguição para a inquirição do candidato.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para a resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, pelo tempo de cinco minutos.

V. Exª pediu a palavra pela ordem?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Foi, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Gostaria de solicitar a V. Exª, Sr. Presidente desta Comissão, Senador José Maranhão, qual a relação dos inscritos para arguição do senhor sabatinado.

Se V. Exª pudesse, por gentileza, informar a indicação dos nomes e em que colocação eu estou nessa relação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estão inscritos Alvaro Dias, Aécio Neves, Randolfe Rodrigues... Nós fizemos duas relações.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Mas V. Exª informou que iria intercalar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós fizemos duas relações: uma para os titulares e uma para os suplentes.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E vamos chamar, alternativamente, um titular e um suplente. Na mesma ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Perfeitamente. Eu gostaria, Senador Presidente, apenas de lembrar a V. Exª o seguinte: é que essa praxe de chamar, de dividir suplentes e titulares ocorre se o titular e o suplente estiverem presentes, mas quando o titular não está presente e o seu suplente está, ele passa, automaticamente, a ser titular, como acontece no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É, V. Exª tem razão. Se o suplente está presente, com a ausência do titular, ele se torna titular efetivo.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Em função disso, eu pediria a V. Exª que me dissesse qual é a posição minha na arguição do senhor sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Veja bem, Senador, temos que ter o limite do prático, do exequível.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Perfeitamente. Estou aqui para atender a determinação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Eu apenas gostaria de saber qual a colocação na relação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É uma questão de praticidade.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como o titular pode se apresentar a qualquer momento, e, automaticamente, assume a titularidade, nós preferimos...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Ele não irá fazer, pois já me falou que não virá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós preferimos não fazer diferenciação entre o suplente e o titular.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Certo. No caso, eu gostaria de informar a V. Exª que o titular já me informou que não estará participando da reunião. Portanto, eu estou na condição de titular.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, V. Exª acaba de anunciar que não fará distinção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com licença.

Se a Mesa agora adotasse essa regra, não seria vantagem para V. Exª em termos de colocação, porque já há doze inscritos na lista de titulares. V. Exª seria o décimo terceiro. Na alternância, V. Exª é apenas o quarto.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Então, eu aceito, com muita satisfação, a colocação de quarto lugar. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu requeiro a V. Exª que a Mesa providencie cópia da apresentação inicial do Dr. Janot. Seria de bom alvitre que os membros da Comissão tivessem acesso à peça de apresentação inicial do Dr. Janot, do senhor sabatinado, e requeiro que se providencie cópias...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. Eu informo a V. Exª que, se for para uso imediato, nós temos que tirar cópia. Se não for para uso imediato, V. Exª vai encontrar publicada no *Diário Oficial*. Se é para uso imediato...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, o ideal é que seja para uso durante a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. Vamos distribuir cópia da exposição do Dr. Janot a todos os Senadores presentes nesta reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ranfolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – V. Exª poderia continuar a declinar a relação dos inscritos, para que cada Senador possa se localizar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Posso, mas para que não haja perda de tempo na leitura, pois é muito grande a relação, eu posso xerografar e distribuir para V. Exª e os demais a relação dos inscritos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

Se bem entendi, V. Exª acaba de comunicar que não haverá distinção entre efetivos e suplentes.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E haverá alternância na chamada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Haverá alternância.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª pelo tratamento benevolente que dá aos suplentes. Eu sempre imaginei, em todos os colegiados de que participei, a prevalência do titular, certo? Mas V. Exª é um democrata até em excesso. Pela primeira vez em um colegiado, eu tomo conhecimento de que o suplente fica em posição idêntica ao titular. Mas V. Exª é um democrata...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª pelo excesso.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – ... de tal ordem que ser titular e suplente não há diferenciação nenhuma.

Então, como titular, eu vou me curvar, até porque eu não quero ficar no campo da antipatia com os suplentes, mas é a primeira vez que, participando de um colegiado, o titular fica em pé de igualdade em tratamento com o suplente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – São todos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quero só explicar a V. Exª que esse é o espírito do Regimento. Evidentemente eu ampliei mais, no sentido de evitar possíveis reclamações dos suplentes. Afinal de contas, somos todos colegas e trabalhadores da mesma Comissão.

O Regimento faculta, inclusive, a participação nos debates mesmo de pessoas que não são titulares nem suplentes, Senadores que não são titulares nem suplentes. Aí há uma diferenciação muito tênue, em conceder essa alternância. Aqui nós temos inscritos 12 titulares e 8 suplentes. São 20, um número menor do que o quórum de 26.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Ainda há os não membros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim. E que não se inscreveram.

Está com a palavra o Relator do processo, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, indicado por Sua Excelência a Presidente da República à recondução.

Coube a mim, Sr. Presidente, designado por V. Exª, relatar a indicação do Dr. Rodrigo Janot. Não cabe ao Relator, em casos como este em que, de acordo com os pré-requisitos constitucionais, analisamos a indicação de autoridades para o Superior Tribunal de Justiça, para o Supremo Tribunal Federal, nada além de que informar ao conjunto dos Srs. Senadores que vão exercer a sabatina se o candidato está adequado em linha com os pressupostos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal. Até porque a determinação da nossa sistemática, do nosso Regimento e da própria Constituição é de voto secreto e cabe a cada um dos Srs. e das Srªs Senadores fazer o seu juízo de valor em relação à indicação.

Eu reitero, Sr. Presidente, nesta oportunidade, que, na condição de Relator, o indicado preencheu todos os pré-requisitos que são determinados não apenas pelo Regimento Interno do Senado, assim como pela Constituição Federal. Portanto, as Srªs e Srs. Senadores dispõem das informações para que possamos fazer a sabatina e, em seguida, o exercício do voto da indicação.

Ainda assim, Sr. Presidente, na condição de Relator, defensor de que sabatina não seja uma ação entre amigos, porque sabatina é um espaço democrático, civilizado e republicano para que questões relacionadas às instituições que estão sendo sabatinadas possam ser levantadas, eu gostaria de solicitar o concurso de S. Exª o Dr. Rodrigo Janot para algumas questões que estão relacionadas ao desafio da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público Federal.

A primeira delas, Dr. Rodrigo Janot, diz respeito ao caso Swiss Leaks. O mundo tomou conhecimento, já ou ainda em...

Sr. Presidente, eu peço que V. Exª nos ajude... (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Ainda em 2008...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou fazer um apelo às ilustres pessoas aqui presentes, não são apenas os ilustres diferenciados, todos são ilustres, que mantenham o necessário silêncio para que os oradores com a palavra possam expor livremente as suas ideias, sem perturbação de ordem auditiva.

Eu sei que as "galerias" desta Comissão – e galerias aqui entre aspas – não oferecem o necessário conforto, e, evidentemente, até essa falta de conforto contribui para que haja um certo nervosismo e, assim, as pessoas falem alto, mesmo fora da tribuna. Isso perturbará, com certeza, como está já suscitando reclamação de parte do Relator, que as pessoas ouçam as exposições. Isso é importante! E nós estamos tratando de uma matéria da maior importância para a República Federativa do Brasil.

Então, peço silêncio às pessoas presentes. É evidente que, certamente, não teremos de chegar ao extremo de ter de recorrer à evacuação das galerias, mas é necessário que as pessoas mantenham silêncio.

Evidente que todos os que estão aqui vieram atraídos pela necessidade de informação sobre questões como as que serão debatidas aqui.

Com a palavra V. Exª.

Antes, porém, eu queria comunicar a todos, especialmente àqueles que não puderam entrar na sala da Comissão, que está lotada, que há um telão na sala ao lado – Plenário nº 6 da Ala Nilo Coelho –, para que todos possam acompanhar, com um certo conforto, os debates que se processarão aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desde 2008, o mundo tomou conhecimento de denúncias que relacionam um conjunto de ativos financeiros depositados na agência do HSBC – *private banking* –, em Genebra, dando conta de que, nessa agência, constavam disponibilidades financeiras declaradas e não declaradas ao Banco Central e à Receita Federal, de acordo com lei nacional. Desde essa época, a imprensa veicula que pelo menos oito mil e seiscentos brasileiros seriam titulares dessas contas, estimando que os valores depositados nessa agência do HSBC alcancem um montante da ordem de US$7 bilhões.

Desde 2010, observa-se uma movimentação, mundo afora, um conjunto de iniciativas para a recuperação desses ativos. Eu cito a Bélgica, que conseguiu recuperar US$490 milhões; cito, em segundo lugar, a Espanha, que recuperou US$298 milhões; cito a própria França, que conseguiu recuperar US$286 milhões; e o Reino Unido, que recuperou US$205 milhões. Há, inclusive, na América do Sul, iniciativas muito avançadas de parte da Argentina.

No âmbito do Senado, constituímos uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar esse caso, até porque há um conjunto de indícios de que esse caso poderia ter ligação com a Operação Lava Jato, uma vez que há circunstâncias e conexões de denunciados naquela operação que, eventualmente, poderiam ser correntistas dessa agência bancária na cidade de Genebra.

A pergunta que faço a V. Exª tem sentido na medida em que a Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa está impossibilitada de ter acesso à lista oficial, considerando que o acordo de cooperação que o nosso País tem com a França necessita que aquele país autorize o compartilhamento das informações, e não apenas a Procuradoria-Geral da República, também a Polícia Federal, a Receita Federal já disponham dessas listas.

Estamos, portanto, impossibilitados, no ambiente do Senado Federal, de fazermos essa investigação. Mas a Procuradoria-Geral da República não apenas dispõe as informações como já tem algumas iniciativas adotadas nessa direção. A pergunta que faço a S. Exª é: qual é a expectativa, qual é o plano de trabalho, qual é a perspectiva temporal para que a sociedade brasileira possa receber essas informações e a conclusão dessas investigações, até porque qualquer investigação que façamos no âmbito do Senado tem como endereço o Ministério Público Federal, para que ele adote as devidas providências.

A segunda questão, Sr. Presidente, diz respeito aos desafios da nossa Procuradoria-Geral da República, considerando os escândalos que estão relacionados ao chamado petrolão e uma espécie de sequestro que foi desenvolvido por um conjunto de organizações criminosas para se apropriarem de patrimônio público. V. Exª,

por diversas vezes, fez manifestações muito duras e muito firmes de que as respostas àqueles que assaltaram a Petrobras será firme na Justiça brasileira e fora do País, que não haverá descanso. Evidentemente, a sociedade brasileira tem enorme expectativa de que essas investigações possam ter o seu desdobramento e as instituições brasileiras possam contribuir para que essas investigações cheguem a um bom termo.

Tem se revelado, ao longo dessas investigações, não apenas a Lei Anticorrupção, a Lei nº 12.846, publicada em 1º de agosto de 2013, que traz um conjunto de avanços. Eu gostaria que V. Exª falasse um pouquinho sobre o papel da Lei Anticorrupção, sobre as questões que estão relacionadas aos acordos de leniência e, sobretudo, sobre a grande ambiguidade que a sociedade brasileira tem acerca do acordo de leniência – estamos, inclusive, ajustando o projeto para que tenha participação obrigatória do Ministério Público no ato do acordo de leniência, para que isso configure segurança jurídica para a produção – e das consequências penais desse acordo de leniência para aqueles que praticaram atos lesivos ao patrimônio público brasileiro. Ou seja: o acordo de leniência inocenta essas pessoas das ilicitudes praticadas? Qual é a visão de V. Exª em relação a esse fato?

Há também uma questão que chamou a atenção da população brasileira, que foi alvo, inclusive, de uma manifestação, a meu juízo, absolutamente inadequada por parte da Presidente da República, quando ela fez determinadas comparações absolutamente fora de tempo em relação à delação premiada ou colaboração premiada, afirmando não respeitar as declarações feitas por alguém que se coloca como delator para que a Justiça possa avaliar a qualidade dessa delação e dessa colaboração premiada. Como V. Exª está vendo o instituto da colaboração premiada não apenas na investigação da Lava Jato, mas esse novo instrumento que passa a estar disponibilizado para a magistratura brasileira a fim de que as investigações possam se dar?

Por ora, Sr. Presidente, são as questões que eu gostaria de submeter a S. Exª, o Sr. Rodrigo Janot.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Rodrigo Janot, para responder aos questionamentos formulados pelo Relator do processo, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quem?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente, com todo respeito ao... aqui, aqui, do lado esquerdo.

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É só um apelo que eu faço a V. Exª.

V. Exª teve uma certa dificuldade pela quantidade de Senadores inscritos, e eu só pediria à Mesa, à Secretaria, que, se pudessem, para sermos justos, que fôssemos rigorosos no tempo, porque aí ajudaria, respeitaríamos todos os Senadores e, inclusive, o Dr. Rodrigo Janot, que veio aqui também, certamente, e quer ser arguido por todos os que se inscreveram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A colocação de V. Exª é pertinente e a Mesa vai observar rigorosamente o tempo para a interpelação, réplica e tréplica.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Exmo Sr. Presidente, Exmo Sr. Relator Ricardo Ferraço, Exmos Senadores, no caso conhecido como Swiss Leaks, nós tivemos um problema inicial em obter estas informações porque na Suíça o servidor desse banco, o HSBC, chamado Falciani, ele entregou esses dados do banco que se referem até o ano de 2006 e divulgou esses dados. Como isso na Suíça é crime, esses dados não poderiam ser internados no Brasil com validade jurídica para compor eventuais processos penais.

Esses dados, então, a França os levou, a legislação francesa validou essa prova e a França dispôs, portanto, dessa relação dos depositantes nessa agência do HSBC. Eu estive pessoalmente com a Ministra da Justiça francesa, que também é Procuradora-Geral da República, e com o chefe do Parquet Financier francês para que pudéssemos articular uma colaboração e para que pudéssemos obter essas informações do Swiss Leaks.

Como houve um aceno positivo do Ministério Público francês, nós fizemos circularizar através do DRCI, do Ministério da Justiça, o pedido formal, e essa lista já chegou, já houve a informação. Ocorre que há um problema, o sistema do HSBC foi alterado depois de 2006. Hoje o sistema que roda as contas do banco não é o mesmo que rodou até 2006. Nós temos, então, que conseguir compatibilizar o novo sistema com o sistema antigo para que possamos ter um acesso firme, um acesso confiável dessas informação dessas contas.

Estamos trabalhando nesse aspecto e a própria França se comprometeu a auxiliar o nosso pessoal de TI para que pudesse compatibilizar a transferência de informações. O próprio servidor do HSBC, que fez um termo de colaboração premiada com o MP francês, o Sr. Falciani, dispôs-se, inclusive, a vir ao Brasil para, enfim, esclarecer e auxiliar nas investigações.

Assim, nós tentamos – como V. Exª bem sabe, porque tivemos contato com a CPI – que o Ministério Público francês obtivesse decisão judicial autorizando a CPI a ter acesso a esses dados, mas não foi possível. E, em

matéria de cooperação, esses dados chegam e chegam de forma protegida. A divulgação desses dados para quem não foi admitido ao sigilo contamina a própria possibilidade de acordo entre países.

Então, o que eu posso antecipar é que a coisa está nesse pé. Nós estamos trabalhando com essa lista, eu estive também com o juiz de Lyon, pessoalmente, que foi quem recebeu todas essas informações, e o que ele me afirmou foi que se assustou com o número de brasileiros e com o valor dos depósitos que estavam naquele banco. Mas estamos, Senador, trabalhando para que possamos, o mais rápido possível, dar uma orientação efetiva a essa investigação.

No que se refere à questão da Lava Jato e ao acordo de leniência, eu gostaria de lembrar que nós temos, nessa chamada Lava Jato, dois grupos trabalhando, e que trabalham de forma, não vou dizer consertada, mas que trocam informações. Um grupo em Curitiba e um grupo aqui no Supremo.

Nesses processos que chegaram ao Supremo, na verdade, esses inquéritos começaram sua tramitação em final de fevereiro, começo de março. Então, são inquéritos que têm cinco ou seis meses de tramitação.

Sobre a questão do acordo de leniência. Hoje, na legislação anticorrupção que prevê o acordo de leniência, esse acordo de leniência se refere à CGU, e existe a possibilidade de um acordo de leniência feito também junto ao Cade. O meu entendimento e o entendimento do Ministério Público é de que esses acordos de leniência, a não ser que o Ministério Público com eles concorde, não têm reflexo na esfera penal. O acordo de leniência tem reflexo no âmbito da CGU e no âmbito do Cade, mas não tem reflexo no âmbito penal, se firmado com esses dois órgãos.

Entre as dez medidas que já encaminhamos ao Congresso, e para as quais estamos coletando assinaturas, para auxiliar o Congresso Nacional na elaboração de medidas legislativas, uma delas é a possibilidade de o acordo de leniência ser realizado também pelo Ministério Público na ação civil pública de improbidade.

Hoje, o que temos? Temos a impossibilidade de se fazer um acordo no âmbito da ação de improbidade, o que leva à condenação ou à não condenação, mas não se pode entabular um acordo no âmbito da ação civil pública. Por isso, então, a gente entende muito razoável que o Ministério Público também participe da entabulação desses acordos de leniência, para que possa haver reflexo, então, em matéria penal.

E, sobre o último, a questão da colaboração premiada, existe um mal-entendido no que se refere a esse instituto. Esse instituto nasceu no sistema anglo-saxão, já tem aplicação no sistema continental; já existe na França, em Portugal e na Itália, onde vigoram sistemas jurídicos parecidos com o sistema brasileiro.

E não se trata aqui...o colaborador não é um dedo-duro, não é um X9, não é um alcaguete. O colaborador, pela lei, tem que, primeiro, reconhecer a prática do crime. Então, ele vem e confessa a prática do crime. Confessa a prática do crime e diz quais são as pessoas que estavam também envolvidas na prática daqueles delitos.

A lei, sábia, aprendeu com os atos normativos estrangeiros e diz, primeiro, que, se esse colaborador imputa falsamente a participação de um terceiro nesse crime que ele também assume, ele comete um crime. A lei diz que você não pode utilizar o mero depoimento do delator como prova. Isso não é suporte para a denúncia. É preciso comprovar aquelas circunstâncias, aqueles fatos e a vinculação da pessoa àqueles fatos que ele diz. Compete ao Ministério Público fazer essas comprovações. Fazendo essas comprovações, aí, sim, ganha força o depoimento do colaborador.

Não se trata, portanto, aqui, como na linguagem comum: "o delator", "o delator". Parece que é aquele que vem, aponta o dedo, diz que aquele fez isso e aquele fez aquilo. Não se trata disso. É uma questão técnica e traz a possibilidade, a grande vantagem de acelerar em muito as investigações.

Investigação é tentativa e erro. Então, se chega ao meu conhecimento a existência de um fato delituoso, eu tenho que comprovar, primeiro, a existência desse fato e, segundo, a autoria daquele fato ali. E a investigação é tentativa e erro: você segue por um caminho investigativo; não deu, você segue por outro; não deu... Se você não encontra o caminho, você arquiva; se você encontra o caminho, você oferece a denúncia.

Então, ela traz essa ajuda para orientar a coleta de prova e, de outro lado, tornar mais célere o processo penal. Acho que é um instrumento poderoso a colaboração premiada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, na réplica, Sr. Presidente, ou seja,...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra para sua tréplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, então, não há qualquer tipo de parâmetro de coincidência entre a confissão obtida sob tortura e a delação premiada. A delação premiada é um ato voluntário.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sobre esse ponto, a lei fala expressamente: o ato tem que ser espontâneo.

Existe também uma ideia de que essas delações premiadas obtidas até agora no âmbito da Lava Jato, que são cerca de 50 ou 60 – posso obter o número com segurança –, são delações premiadas conseguidas em razão de os réus estarem presos. Na verdade – a estatística está aqui e posso distribuí-la aos senhores –, 79%

dessas delações foram obtidas com réus soltos. Quase 80% das colaborações foram feitas com réus soltos. Somente 20% dessas colaborações ocorreram com réus presos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero registrar a presença honrosa das seguintes autoridades: Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça; Srª Júnia Ladeira Monteiro de Barros, esposa do Sr. Procurador-Geral da República; Sr. Leonardo Henrique Cavalcante Carvalho, do Conselho Nacional do Ministério Público; Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Sr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho; Srª Norma Angélica Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Sr. Lauro Machado Nogueira, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores; Sr. Elísio Teixeira Lima Neto, Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Sr. Samuel Pereira, Procurador da Justiça Militar; Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar; Srª Ana Carolina Teles Leiro, Promotora de Justiça Militar.

Registro, ainda, as presenças de Antônio César Bochenek, Juiz Federal do Brasil; Sr. Marcelo Cardozo da Silva, Juiz Federal e Diretor do Fórum da Subsecção Judiciária de Gravataí, Rio Grande do Sul; Sr. Leonardo Cacau Santos, Juiz Federal da Subsecção Judiciária de Cascavel, Paraná.

Conforme já anunciado, nós estamos alternando os suplentes e os titulares.

Desta vez, pela ordem de inscrição, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Procurador-Geral, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Procurador-Geral pela sua indicação, pela eleição que recebeu, em que recebeu o apoio da maioria expressiva de seus pares, que o conhecem bem, até melhor que nós.

Eu quero também dizer que, na apreciação do trabalho do Sr. Rodrigo Janot nesse seu período, minha avaliação é, globalmente, muito positiva. Eu acho que o senhor contribui, com seu trabalho, para a afirmação da instituição do Ministério Público Federal, para o cumprimento das suas funções constitucionais, tão relevantes, nas quais todos nós e o povo brasileiro depositamos tanta esperança.

Então, meus cumprimentos também por isso. Penso que a afirmação da relevância da instituição é sinal, como V. Exª mesmo se referiu, de um processo de amadurecimento da nossa democracia, mas também às qualidades pessoais de V. Exª, que faço questão de ressaltar.

Mas tenho, nessa apreciação, algumas questões que me parecem ensejar um esclarecimento por parte de V. Exª.

Eu queria me referir, em primeiro lugar, Dr. Janot, a uma representação que foi dirigida ao senhor por parte dos Partidos de oposição, Democratas, PPS e PSDB, no dia 26 de maio. Portanto, há cerca de três meses. Nessa representação, o que a oposição pedia era que o senhor determinasse a investigação para apurar responsabilidades por fatos graves que apontamos nessa representação. Refiro-me basicamente aos aspectos criminais das chamadas pedaladas fiscais, em que a nossa representação aponta infração a diversas leis penais, do próprio Código Penal, lei do colarinho-branco, lei de defesa do sistema financeiro, enfim, uma série de delitos que precisariam ser investigados, cometidos pela Presidente da República.

Até agora, nós não temos manifestação de V. Exª. Parece-me estranho um silêncio tão longo depois de três meses. Poder-se-ia alegar que o Tribunal de Contas da União está examinando essa questão. No entanto, o Ministério Público Federal tem, como todos nós sabemos, autonomia para agir, a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, que, no nosso entender, tanto a ordem jurídica quanto o regime democrático foram vulnerados pelos fatos que nós apontamos. Não há de se esperar, digamos assim, uma decisão administrativa, que é a decisão do TCU, que auxilia o Congresso Nacional no controle externo da Presidência, do Poder Executivo, para que o Ministério Público tomasse iniciativas que estão no âmbito das suas atribuições.

Essa questão que eu coloco ao senhor, Dr. Janot, liga-se a uma outra, a respeito exatamente deste tema da investigação da Presidência da República. Se não estou enganado, V. Exª entendeu, no encaminhamento de várias ações iniciadas na investigação Lava Jato, que não caberia responsabilização da Presidência da República durante o exercício do seu mandato, mas entendo que, pelo menos a investigação, poderia, sim, ser promovida. Eu me refiro aqui, a título apenas de ilustração – Inquérito nº 672, Distrito Federal, Relator Celso de Mello –, a uma consideração do Ministro Celso de Mello, que passo a ler:

> Impõe-se advertir que, mesmo na esfera penal, a imunidade constitucional em questão somente incide sobre os fatos atinentes à persecutio criminis in judicio [ou seja, à ação judicial]. Não impede, portanto, que por iniciativa do Ministério Público, sejam ordenadas e praticadas, na fase pré-processual do procedimento investigatório, diligências de caráter instrutório destinadas a ensejar

a informatio delicti e a viabilizar, no momento constitucionalmente [adequado] oportuno, o ajuizamento da ação penal.

Caso contrário, a imunidade, que é temporária, transformar-se-ia efetivamente em impunidade. Penso que não é essa a concepção que V. Exª tem do processo.

Então, a minha indagação vai no sentido necessário, distinção entre investigação e responsabilização, uma vez que efetivamente o §4º do art. 86 da Constituição diz que o Presidente não pode, na vigência do seu mandato, ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções, mas a fase que antecede a responsabilização creio que é obrigatória, na minha opinião.

Outra questão que quero colocar a V. Exª é a respeito da chamada teoria do domínio do fato, tão discutida, nome que ganhou largo curso durante o processo do mensalão. Muitos foram condenados com base nessa teoria. O José Dirceu, a começar pelo José Dirceu.

Ora, o ex-Ministro José Dirceu está preso. Depois de ter cumprido prisão domiciliar, foi recolhido agora à prisão. No pedido de prisão preventiva, o juiz Sergio Moro faz uma série de considerações baseadas em provas que até então tinham sido recolhidas, e o Ministério Público corrobora esta visão de que o Ministro Dirceu foi o instituidor, esse é o termo, de um vasto esquema de corrupção instalado na Petrobras.

Ora, Dr. Janot, as apurações até agora efetuadas mostram que há, efetivamente, um enorme esquema de corrupção instalado na Petrobras, um atentado ao patrimônio público e ao regime democrático, uma vez que foi um esquema montado para assegurar recursos para um determinado grupo político, para alimentar as caixas dos promotores de um determinado projeto político.

Ora, por mais poderoso que tivesse sido o Ministro Dirceu durante o Governo Lula, por mais que ele tivesse indicado Duque ou outro para ocupar a Diretoria da Petrobras, seria ingenuidade nossa imaginar que o Presidente da República à época, Lula, não soubesse disso. Quem deu poder ao Dirceu foi Lula. Há um episódio da história francesa de alguém que interpela um duque que tinha sido promovido a rei, "quem te fez rei?" Foi quem o fez duque, ora.

Então, se a teoria do domínio do fato tem vigência, é preciso ver quem realmente instituiu, porque quadrilha sem chefe não existe. O que nós temos até agora é a responsabilização de Parlamentares, de empresários, de dirigentes da Petrobras, mas quem, para usar um termo atual, empoderou essa gente até agora passa ileso, até agora está ileso.

Quem fez o Sr. Dirceu duque? Quem conviveu com esse esquema durante tanto tempo tendo amplo conhecimento dos mecanismos internos da Petrobras? Quem se beneficiou politicamente desse esquema? Quem tendo sido alertada várias vezes, inclusive na Operação Lava Jato, manteve essas pessoas no cargo e quando deslocados do cargo, me refiro a Cerveró, saem de uma diretoria internacional da Petrobras para a diretoria financeira da BR Distribuidora? Ora, isso, no nosso entender, merece, sim, uma investigação e penso que é dever do Ministério Público promovê-la.

Uma outra questão, Dr. Janot, diz respeito à atuação do Vice-Procurador-Geral Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Como todos nós sabemos, o Tribunal Eleitoral tem a nobilíssima função de assegurar a lisura nas eleições e a sua legitimidade.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem, apenas para concluir.

Este Subprocurador que foi indicado pelo senhor, chama-se Eugênio Aragão, é conhecido aqui, pelo menos nas hostes da oposição, como alguém profundamente alinhado com o Partido dos Trabalhadores e algumas das suas ações demonstram isso.

Dois pesos e duas medidas.

No julgamento da prestação de contas no PSDC, o órgão técnico do Tribunal detectou uma divergência de informação das doações registradas de cerca de 1,41% do total das despesas e sugeriu aprovação com ressalva, o órgão técnico. Esse senhor, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral entendeu que as contas deviam ser desaprovadas, porque, embora pequena a importância, era um fato grave, e sugeriu a desaprovação.

Muito bem. No julgamento das contas do Partido dos Trabalhadores, esse mesmo órgão técnico detectou irregularidade da ordem de...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero advertir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Que o seu tempo já esgotou, mas V. Exª tem mais um minuto para encerrar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas para concluir.

Irregularidade de 5,22%, o que levou à conclusão desse órgão técnico de que se tratava de uma falha gravíssima e recomendou a sua desaprovação.

Porém, o mesmo Procurador que atua no TSE apresentou um recálculo, entendendo que as irregularidades eram apenas da ordem de 3,59%, ou seja, R$12,5 milhões, e concluiu pela aprovação das contas com ressalvas. Dois pesos e duas medidas.

Ainda, ele teve uma atitude inusitada. Ele se insurgiu contra a designação à distribuição das contas da Presidente da República ao Ministro Gilmar Mendes, pedindo a sua redistribuição, o que contraria o princípio do juízo natural.

E mais, ele apresentou um parecer pela aprovação das contas do Governador de Minas Gerais, Pimentel, contrariando pareceres da própria Procuradoria de Minas Gerais, o que não é usual. Geralmente, a Procuradoria, aqui, acata, reafirma e acolhe o parecer do órgão que acompanhou toda a instrução do processo do tribunal de origem.

Então, quero levantar essa questão, Dr. Janot, porque é da sua responsabilidade a indicação do Subprocurador que atua no TSE, é da sua competência. Não quero evidentemente, se for V. Exª conduzido, é da sua competência.

Agora, queria tornar pública uma questão, que, aliás, já havia sido colocada, tornada pública, pelo meu Líder Cássio Cunha Lima, quando da sua primeira sabatina: a atuação de uma pessoa que, no nosso entender, não se comporta com a devida isenção na sua atuação nesse órgão, que é tão importante para assegurarmos a lisura dos pleitos eleitorais.

No mais, reafirmo os meus cumprimentos e o meu respeito por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador Rodrigo Janot, para resposta às colocações feitas pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Aloysio Nunes, inicialmente, gostaria de agradecer às suas bondosas e imerecidas palavras e vamos diretamente aos questionamentos.

A representação feita por partidos de oposição, não me lembro da data – V. Exª a traz aqui de memória –...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vinte e seis de maio.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – ...vinte e seis de maio, referindo-se às pedaladas fiscais sobre o aspecto penal.

A questão envolve vários e várias pessoas investigadas. Uma das mudanças que fiz, no âmbito do Gabinete do Procurador-Geral da República, foi justamente estabelecer um Regimento Interno, em que fixo, hoje, com precedência, a forma, o procedimento e os prazos para apuração dessas representações que chegam ao Gabinete do Procurador-Geral da República.

Foi recebido como notícia de fato. Então, expedimos, dentro da tramitação prévia prevista, pedidos de informação a todas as autoridades envolvidas – eram 18. Parece-me. Não me lembro de cabeça – e, agora, ela está aguardando informações da própria Presidência da República, que foram solicitadas após a chegada das demais informações.

Então, ela está em tramitação. O Ministério Público tem um campo de atuação próprio, que realmente não precisa aguardar decisão do Tribunal de Contas da União, lembrando que a investigação é técnica e não se deixa contaminar por nenhum aspecto político. Então, ela prossegue.

Quanto à questão da responsabilidade do Presidente da República, conheço essa decisão do Ministro Celso de Mello sim, mas posso dizer a V. Exª que, após essa decisão, houve outras em sentido contrário, dizendo exatamente o seguinte: como é que eu posso separar a investigação da responsabilização, se a investigação se destina exatamente à responsabilização ou não?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas a responsabilização pode ocorrer no momento oportuno, como diz o Ministro Celso de Mello.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Só que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se alterou nesse sentido; sentido diverso daquela afirmada pelo Ministro Celso de Mello. Essa questão foi posta por mim ao Supremo Tribunal Federal, e houve decisão deste Tribunal, entendendo que realmente não se poderia investigar. Então, trata-se de decisão judicial. Eu provoquei a questão, e a decisão é judicial do Supremo.

A questão do domínio do fato. Inicialmente, eu gostaria de dizer que concordo com o senhor, que a Petrobras foi e é alvo de um mega esquema de corrupção. Um enorme esquema de corrupção que, eu com 31 anos de Ministério Público, jamais vi algo precedente.

Eu costumo dizer que o petróleo, desde a época do "O petróleo é nosso!", que esse megaesquema de corrupção chegou a roubar o nosso orgulho. E é por isso que a gente investiga e investiga sério mesmo essa questão da Petrobras.

Mas é preciso notar bem a questão da teoria do domínio do fato. O domínio do fato não é uma mera propriedade transitiva, A conhece B, que conhece o C, logo A conhece C. A teoria do domínio do fato não dispensa prova. A teoria do domínio do fato permite alcançar a pessoa que não é o executor do delito, mas que é o mentor do delito. Então, ela permite alcançar essa pessoa.

Mas, volto a dizer, tem que haver prova, não pode haver uma propriedade transitiva chapada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas se a prova não... (*ininteligível*)... é preciso haver investigação.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – A investigação está seguindo, Senador.

Os processos, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, começaram em março. E os processos, no âmbito da Lava Jato, estão em torno de 500 dias. Tanto as investigações prosseguem que já inúmeras são as denúncias oferecidas. Então, as investigações não pararam, elas prosseguem.

E a teoria do domínio do fato é aplicável, assim, a ideia geral é que essa pessoa, que é a pessoa que pode comandar o esquema criminoso, pode impedir a realização do crime. Então, nós temos que encontrar essa pessoa e saber se ela pode conduzir e pode impedir a realização do crime. Mas isso depende de prova e não é uma aplicação de uma teoria de mera propriedade transitiva, A conhece B, que conhece o C, logo A conhece C. Aí seria uma condenação penal objetiva, que a Constituição nossa não permite.

E quanto à questão do eleitoral, eu queria dizer primeiro que o colega indicado por mim merece toda a minha confiança, toda a atuação da Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral, no TSE, a concordância... e lembrar também que a gente atua perante o Judiciário, o que o Ministério Público faz é dar sugestão e solicitar a atuação, de uma forma ou de outra, mas quem decide é o Judiciário. E a atuação dele, na eleição presidencial, que foi essa parte que o senhor coloca, o índice de acerto, entre a manifestação do Ministério Público Eleitoral e a decisão do TSE, foi mais de 90%. Então, assim, a gente atua perante um Judiciário que controla o próprio trabalho do Ministério Público.

E quanto à questão, para terminar, dessa investigação que veio de Minas para cá, eu diria, Senador, que nós temos um princípio muito caro, no âmbito do Ministério Público, que é o princípio da independência funcional. A partir do momento em que a gente possa, de cima para baixo ou de baixo para cima, vincular a atividade dos demais membros do Ministério Público Federal, nós não caminharemos bem.

Então, isso não é anormal, isso é uma coisa cotidiana, que cada membro do Ministério Público, de forma autônoma e independente, cria a sua convicção sobre o caso e atua naquela convicção feita. Nos casos em que essa atuação passa a ter revisão, como tem o Judiciário, a atuação perante o Tribunal Regional Eleitoral vem para o Tribunal Superior Eleitoral, a atividade de baixo não vincula a de cima, como a de cima também não vincula a de baixo. Então, é um princípio muito caro para a gente, o princípio da independência funcional.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Sr. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, a fotografia do Brasil hoje tem duas faces. Uma delas de indignação plena da população, diante dos grandes escândalos de corrupção, e a outra de esperança em relação ao futuro, em razão da valorização de instituições essenciais ao Estado de direito democrático, sendo uma delas o Ministério Público, bem representado por V. Exª, a quem dirijo, inicialmente, cumprimentos pela forma competente com que estabelece esse enfrentamento, em um momento complexo e nervoso da relação entre os três Poderes, em razão da investigação Lava Jato e suas consequências.

Uma das preocupações desta Casa deve ser o aprimoramento da legislação.

Na sua primeira sabatina, indaguei sobre o foro especial de prerrogativa de função nos casos de crime comum. Um projeto de emenda à Constituição foi apresentado, tramitou e avançou, mas, diante de dois editorias de dois grandes jornais do País, houve um recuo da Casa.

Com a nova experiência, essa rica experiência proporcionada por essa operação que investiga esse escândalo descomunal de corrupção, nós gostaríamos de saber a opinião de V. Exª sobre como deve se comportar agora o Congresso Nacional, aprovando a extinção do foro especial, já que, para muitos, é sinônimo de impunidade. Como diz o ex-Ministro Joaquim Barbosa, isso é uma excrescência brasileira que não existe na maioria das democracias. Ele ilustrava dizendo que, nos Estados Unidos, o Presidente Bill Clinton foi indiciado e respondeu diante de um juiz de primeira instância. Nesse contexto, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª depois dessa experiência em curso em razão de políticos investigados na Operação Lava Jato.

O Senador Ferraço fez referência à Lei Anticorrupção, e eu volto a ela, lembrando que um dos incisos – o inciso I – estabelece ser necessário que "a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito".

Diante desse comando legal, qual é a legalidade de a Controladoria-Geral da União (CGU) celebrar acordo de leniência, no âmbito do Poder Executivo, com mais de uma empresa, nesse caso de corrupção que dilapidou o patrimônio da Petrobras?

A Lei Anticorrupção estabelece que "o acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado". Nesse caso, não seria o Tribunal de Contas da União, e não a CGU, o órgão competente para estabelecer o efetivo dano que deve ser reparado?

Outra indagação, Sr. Procurador. Recentemente, durante o debate promovido pela Associação dos Procuradores da República com os quatro candidatos ao cargo de Procurador-Geral da República, V. Exª classificou os desvios da Petrobras que envolvem dirigentes de partidos políticos, políticos, empreiteiras, etc., descomunais no caso de corrupção e afirmou que o Ministério Público precisa ter maior independência investigativa em relação à Polícia Federal. Eu indago qual seria, efetivamente, a independência investigativa vislumbrada por V. Exª que ainda falta ao Ministério Público.

Hoje, pela manhã, um articulista faz uma indagação, que eu reproduzo a V. Exª. É correto um delator saber o conteúdo sigiloso da delação de outro delator – em razão de depoimento ontem no Congresso Nacional?

Outra indagação, Sr. Procurador. É evidente que não concordo com o que se veicula. Não creio que seja uma hipótese real, mas é preciso que V. Exª tenha a oportunidade de rechaçar essa hipótese aventada em círculos políticos, chegando até mesmo à Imprensa Nacional, a respeito da existência de um acordo, que denominam de acordão e que envolveria o Procurador da República, a Presidência da República e lideranças políticas supostamente envolvidas na Operação Lava Jato. Repito, para ser honesto e respeitoso: não acredito na hipótese do acordão, mas acho que quem tem mais autoridade para esse desmentido é V. Exª, e a oportunidade lhe é oferecida neste momento.

E, finalmente, em 2009, depois que uma CPI instalada no Senado frustrou-se, já que, dominada pela maioria governista, foi impedida de aprofundar investigações, os partidos de oposição, PSDB e DEM, protocolaram junto à Procuradoria-Geral da República 18 representações, com as mais graves denúncias sobre os mais visíveis ilícitos praticados na gestão da Petrobras desde 2008. Foram 18 representações.

No dia 21 de dezembro de 2012, protocolei uma representação relativamente a esta negociata de Pasadena. Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral da República instaurou os procedimentos para a devida investigação. Relativamente às anteriores 18 representações – V. Exª ainda não era Procurador da República –, tivemos informações de que vários inquéritos foram abertos no Rio de Janeiro, em Recife, em Curitiba, já que as denúncias se referiam a fatos ocorridos em várias localidades do País no âmbito da Petrobras: a Abreu e Lima, em Pernambuco, a Repar, no Paraná etc.

A indagação é se essas representações contribuíram para que as investigações alcançassem esse momento decisivo e crucial para o futuro do País. Creio que se desvalorizaram, ao longo do tempo, as comissões parlamentares de inquérito e, portanto, se desvalorizou, de forma nociva aos interesses do País, o papel fiscalizatório do Congresso Nacional.

Indago de V. Exª qual estímulo nós temos para atuar nesse campo, com apresentação de representações junto à Procuradoria da República, porque evidentemente a primeira impressão que fica é de que se em 2009, diante dessas representações, o Ministério Público instaurasse os procedimentos, rigorosamente atuasse com competência, interesse, etc., teríamos evitado o desvio de bilhões de reais nessa pilhagem a que foi submetida a Petrobras nos últimos anos.

Portanto, a indagação é: como podemos estabelecer uma relação mais próxima do Congresso Nacional na sua tarefa fiscalizatória com o Ministério Público, para que essas representações possam ter consequência?

São essas as indagações, com meus respeitos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Rodrigo Janot, para responder às colocações feitas pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador, agradeço também as suas referências.

Vamos às indagações.

A questão da competência por prerrogativa de foro. Esse é um assunto tormentoso mesmo. O que eu observo é que os tribunais não são constituídos e preparados para o que a gente chama de "a formação do processo para julgamento". Os tribunais são preparados, vocacionados, para o julgamento de recursos, e o processo habilitado ao julgamento de um recurso já vem formado. Então, o que se tem ali é uma tese jurídica e, quando muito, você, dependendo do tribunal, pode comparar a prova que foi realizada e sua adequação aos fatos.

Essa é uma decisão política. Acho que esta é a Casa que deve deliberar sobre a questão. Vejo essas dificuldades, porque os tribunais não estão preparados para a execução direta de um processo. Se eu pudesse sugerir, seria para restringir um pouco o número de autoridades submetidas à prerrogativa de foro – são várias as autoridades.

Enfim, hoje, com o julgamento da Ação Penal nº 470, um outro ingrediente que entra nessa discussão é que, como os tribunais tinham dificuldade de processar originalmente esses processos, na Ação Penal nº 470 ficou claro que, dependendo do esforço, é possível, sim, chegar-se à conclusão de um processo. Com o desfavor de que, ao final desse processo, não existem recursos. Os recursos são internos e restritos dentro dos próprios tribunais. Mas a questão é tormentosa, sim. Reconheço que é tormentosa.

Quanto à questão da CGU na atuação dos acordos de leniência, quando a CGU decide sobre um acordo de leniência, ela decide sob o aspecto administrativo, sob o aspecto de ilícitos administrativos. E a lei assegurou à CGU, dando os parâmetros respectivos, a elaboração desse acordo e o parâmetro para a fixação das multas que ela entende necessárias para esse acordo de leniência. Eu lembraria que, apesar de ser um julgamento administrativo, os reflexos são profundos. Uma empresa pode chegar a ficar impedida de licitar com a União. Então, ela não tem reflexos em outra área, não tem reflexos na área da atuação do Ministério Público. E acredito que a forma de cálculo dessas multas, como concebida na lei, é da CGU, sim, e não do TCU, o que não impede a participação do TCU também com sugestões, para que se leve isso em consideração na aplicação dessas multas.

Quando eu me referi à maior independência investigativa da Polícia Federal, eu quis dizer o seguinte: nós tivemos um julgamento no Supremo Tribunal Federal recentíssimo, que foi um julgamento ansiado pelo Ministério Público brasileiro há mais de dez anos, em que se reconheceu o poder investigatório do Ministério Público, independentemente da atuação da Polícia. Então, isso nos foi reconhecido agora, recentemente. Eu me referi à maior independência investigativa da PF, porque, como ficamos todo esse tempo atrelados à investigação da PF, nós mesmos é que temos o cacoete de nos valer da PF para a investigação. Então, agora, nós é que temos de mudar de comportamento, nós é que temos de mudar de paradigma, para que possamos assumir, às inteiras, essa relevantíssima função de investigação penal.

Essa questão de um delator saber sobre a delação do outro não a entendi direito, Senador. Mas como funciona teoricamente a delação? Um delator não tem conhecimento da colaboração de outro, a não ser que isso esteja aberto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – A indagação do jornalista foi feita porque, ontem, um delator antecipou que haverá uma delação a respeito de um ex-Ministro etc., demonstrando já conhecer uma delação sigilosa.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – O que eu especulo que pode ser isso aí? Pode ser que as pessoas que estão presas no mesmo lugar conversem entre si. Mas não há acesso de um a outra delação, a não ser que essa delação esteja aberta. Agora, acredito que possa ser isso. Então, dentro de uma cadeia, as pessoas estão ali e conversam. Um diz: "Olha, vou fazer isso, vou fazer aquilo, vou fazer aquilo outro." Então, estimo que possa ser isso. Mas não é comum um delator ter conhecimento da delação do outro, a não ser quando ela é aberta, porque, aí sim, todos têm conhecimento disso aí.

Quanto à questão do acordão, acho muito engraçado como esses factoides aparecem e ganham espaço. Primeiro, para ser bem objetivo, nego veementemente a possibilidade de qualquer acordo que possa interferir nas investigações.

Senador, há mais de 35 ou 36 anos, fiz a opção pelo Direito e, há 31 anos, fiz a opção pelo Ministério Público. A esta altura da minha vida, eu não deixaria os trilhos da atuação técnica de Ministério Público para me embrenhar num processo que eu não domino e não conheço, que é o caminho da política. Então, eu sou do Ministério Público, eu penso como Ministério Público, eu ajo como Ministério Público, e esse é o compromisso que assumo.

Então, não há possibilidade de qualquer acordão, como foi dito aí. E há um motivo muito simples: todo o material colhido nas investigações, quando esse material não é mais para ficar sob o resguardo do sigilo, é inteiramente aberto ao conhecimento de todo cidadão brasileiro, e a atuação do Ministério Público passa a ser escrutinada por toda a sociedade. Então, ali, está tudo aberto, não existe um pedaço que vai e um pedaço que não vai. Tudo está aberto, tudo! E a gente, então, é escrutinado pela sociedade como um todo.

Infelizmente, essas 18 representações a que o senhor se refere, quando eu assumi, já não havia mais.

Então, o que eu posso dizer da minha experiência é que acho que nós temos de fortalecer as Comissões Parlamentares de Inquérito. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm uma função essencial, elas podem auxiliar e muito o trabalho do Ministério Público, mesmo porque o Ministério Público é o destinatário final do trabalho da CPI. Então, em minha opinião, o trabalho tem de ser ao inverso, nós temos de fortalecer e prestigiar as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, a réplica é apenas dizer que eu não esperava outra resposta do Procurador em relação ao acordão. Constantemente, nós, que exercemos o papel oposicionista no Congresso Nacional, também somos submetidos a esse constrangimento. Com os factóides, relativamente, há acordos que supostamente teriam sido celebrados entre oposição e situação. A razão da in-

dagação é exatamente desmistificar o papel daqueles que são useiros e vezeiros em fabricar factóides. A nossa convicção é de que seria impossível, diante dos quadros do Ministério Público, de procuradores competentes, dedicados, que se debruçam sobre esse escândalo da Petrobras, seria impossível, mesmo que um Procurador-Geral da República desejasse fazer o acordo, a celebração de um acordo dessa natureza, que certamente provocaria asco na sociedade brasileira. Fico satisfeito com a resposta de V. Exª, com a contundência da resposta em relação a essa hipótese de acordo, que realmente temos de rechaçar com veemência em nome da dignidade de quem exerce função tão importante, como V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador Rodrigo para sua tréplica.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – V. Exª lembra bem: ainda que eu quisesse fazer um acordo desses, eu teria de combinar com os russos, não é? São vinte colegas que trabalham nessa questão e mais um grupo de delegados muito preparados e muito profissionais da Polícia Federal. Se eu tivesse condição de fazer um acordão desses, eu teria de combinar com os russos antes. Vamos convir que isso aí é uma ilação impossível!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, previamente inscrito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Dr. Rodrigo Janot, nosso sabatinado desta manhã, e também todas as colegas e todos os colegas aqui presentes.

No sistema republicano, nós não temos só a pedra e nem só a vidraça. Todos nós estamos subordinados às mesmas regras, às mesmas leis e às mesmas fiscalizações. Eu tenho lido, Dr. Janot, nos últimos dias na imprensa, alguns questionamentos com respeito à Procuradoria Geral.

Eu tenho três perguntas a fazer a V. Sª, as quais eu passo a ler agora.

Sabemos que uma das missões do Ministério Público é fiscalizar o cumprimento das leis do nosso País, entre elas a Lei de Licitações. Contudo, a imprensa noticiou recentemente possibilidades de irregularidades envolvendo a contratação sem licitação da empresa Oficina da Palavra pelo Ministério Público Federal. O Senhor poderia nos dizer as circunstâncias que envolvem essa contratação e se é verdade que essa empresa também prestou serviços privados para a sua campanha anterior para Procurador-Geral? Ainda referente ao contrato com a empresa Oficina da Palavra, gostaria que o senhor esclarecesse também se o Sr. Raul Pilati, Diretor da Empresa, foi Secretário de Comunicação em sua gestão.

O segundo questionamento, também adquirido e buscado em leituras, é que a imprensa divulgou recentemente que a Procuradoria Geral da República, durante a gestão de V. Sª, alugou um imóvel no Lago Sul. De acordo com essas informações, a contratação não seguiu os trâmites legais e até hoje não ocorreu a devida destinação do imóvel, pois esse não teria Habite-se. Mesmo assim, a Procuradoria-Geral da República efetuou pagamentos de vários aluguéis. O Senhor poderia nos explicar esse caso, essa situação?

O terceiro questionamento, também da mesma origem: analisando os valores pagos a título de diária aos membros do Ministério Público Federal, vemos que esse valor é bastante significativo. Houve aumento nesse tipo de gasto na sua gestão? Se houve, a que o senhor atribui isso? Ou essas diárias são uma espécie de complementação de remuneração dos procuradores na sua gestão?

Eram esses os meus questionamentos, Sr. Procurador-Geral. Ouço, então, as suas respostas.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, Dr. Rodrigo, para responder ao interpelante.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Essa empresa a imprensa disse também que ela teria sido contratada para fazer publicidade para a Procuradoria Geral da República, o que não é correto. Essa empresa é uma empresa especializada em Ministério Público, foi contratada para uma consultoria para reestruturar os serviços de comunicação social da Procuradoria Geral da República. Aliás, há dois anos, quando estive aqui, disse aos senhores que uma das minhas metas era profissionalizar exatamente a comunicação social. Em razão da notória especialização, ela foi contratada por inelegibilidade, sim. O que eu gostaria de apontar é que um Parlamentar levou a questão ao Tribunal de Contas.

Eu gostaria de pedir licença para ler alguns trechos do que consta lá no Tribunal de Contas: "Denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério Público Federal relacionadas à contratação direta da empresa mencionada por inelegibilidade, para implantação de mecanismos de governança interna, com o intuito de melhorar o diálogo do gabinete do Procurador-Geral da República, alta administração e os membros."

Aí vem a primeira ocorrência: "Primeira ocorrência apontada: indevida contratação direta por inexigibilidade da empresa para realizar serviços supostamente de divulgação interna, não se enquadrando nas hipóteses dos incisos do art. 25 da Lei nº 8.661 e ainda se enquadrando na vedação expressa do inciso II do citado dispositivo."

Prossegue aqui a manifestação do TCU: "Embora o contrato esteja relacionado com atividades de divulgação interna, seu objeto não tem a ver diretamente com a prestação de serviços de publicidade ou de divulgação, o que lhe retiraria o enquadramento previsto na vedação do inciso II do art. 25 da Lei de Licitações. Analisando-se o seu objeto, pode-se classificar esse contrato como sendo consultoria para o desenvolvimento de metodologia de normas, orientações e ações para melhorar a divulgação interna do órgão, mas não para executar esses serviços. Mesmo que não se enquadrasse na hipótese do art. 25, há que se considerar a possibilidade de a contratação poder ser classificada no *caput* do artigo, isto é, quando houver inviabilidade de competição."

E, nesse particular, o TCU então pede informações para saber se, no caso específico, havia ou não havia a incompatibilidade de informações e prossegue: "Alguns contratos juntados pelo denunciante referem-se a outro tipo de serviço na área de divulgação como da assessoria de imprensa, relações públicas, comunicação visual da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), prestação de serviço de transporte e planejamento à assessoria de imprensa, execução estratégica e projetos de relações públicas no Conselho Administrativo (Cade) e serviços complementares de consultoria e planejamento estratégico e assessoria de comunicação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão."

Separando, então, esses contratos do contrato de consultoria que foi firmado.

No que se refere especificamente à contratação do profissional Raul Pilati, o TCU foi ainda mais incisivo: "Ocorrência: Suposto conflito de interesses do Secretário de Comunicação do MPF, Sr. Raul Pilati Rodrigues, que teria ocupado até dezembro a direção da empresa In Press, do mesmo grupo da contratada em questão."

Aí vem a cronologia: "O contrato em questão foi celebrado em 26 de dezembro de 2014, conforme se pode verificar cópia trazida aos autos. A tomada de preço da ABDI, na qual a In Press participou, representada pelo Sr. Raul Pilati, encontra-se datada de 2010. A tomada de preço no Cade da qual a In Press participou, representada pelo Sr. Raul Pilati, encontra-se datada de 2010. A publicação que anuncia a saída do Sr. Raul Pilati da In Press é datada de 28 de janeiro de 2015.

O denunciante apresenta também uma portaria de nomeação do Sr. Raul Pilati para o cargo de diretor do programa do Ministério da Saúde ocorrida em 2002. Como se pode observar, não há qualquer concomitância que possibilite associar esses eventos com a contratação denunciada e a nomeação do Sr. Raul Pilati como Secretário de Comunicação Social do MPF, ocorrida em 3 de fevereiro de 2015, conforme está publicado no *Diário Oficial da União*. Ao que consta, o Sr. Raul Pilati estava na iniciativa privada quando supostamente teria articulado a contratação da empresa. Se, ao assumir o cargo público, posteriormente à contratação de tal empresa, ele deixou a direção da empresa em que atuava, a partir de então, presume-se que ele passou a zelar somente pelo interesse público. Portanto, não há nos autos, até o momento, elementos que sustentem a suspeita de conflito de interesses. Nova ocorrência. Secretário de Comunicação estaria ou esteve recebendo algum tipo de remuneração de sua antiga empresa. Registre-se que não há nos autos qualquer sinal ou indício que levante a suspeita de que esteja havendo algum superfaturamento ou pagamento por serviços não executados, que possibilitaria ou explicaria apenas pagar propina ao referido Secretário. Os produtos do contrato estão suficientemente individualizados para possibilitar o acompanhamento dos pagamentos que foram feitos, conforme se pode verificar das tabelas anexas ao contrato. Impende ressaltar que não há qualquer exigência legal de dedicação exclusiva para o cargo ao qual foi nomeado o Sr. Raul Pilati, no âmbito do MPF.Em outras palavras, ele poderia, licitamente, prestar serviços à sua antiga empresa, sem qualquer embaraço legal, desde que não houvesse incompatibilidades nem conflitos de interesse para o cargo ocupado, sobre os quais ainda não há qualquer sinal nos autos."

Então, essa questão é assim tratada. A empresa foi, sim, contratada, em legitimidade notória. Ela domina o mercado, é especialista em Ministério Público, e o Tribunal de Contas, no andamento, até agora, do processo ali posto por representação de um Parlamentar assim já se posicionou.

No tocante à questão do imóvel do Lago Sul, eu trago aqui também informação escrita que posso apresentar a V. Exªs: "Locação de imóvel na QI 15 do Lago Sul. A locação do referido imóvel tinha por finalidade a adequação do espaço da Procuradoria Geral da República em decorrência da criação da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão, criada por Resolução 148 do Conselho Superior do Ministério Público. Constituída a comissão específica, foi sugerida a locação do imóvel mencionado, segundo critérios técnicos e menor custo em relação à área útil. O contrato de locação foi assinado com a empresa [...]" – eu vou me abster de dizer o nome dela – "em 14/10/2014. A empresa realizou, às suas expensas, adequações do imóvel, conforme exigência contratual. No entanto, verificou-se ter sido apresentada carta de Habite-se materialmente falsa para uso institucional,

expedida pela Administração Regional do Lago Sul, bem como plantas arquitetônicas diversas das que foram visadas por aquele órgão. Antes da ocupação pelo MPF, o contrato foi rescindido" – e não houve pagamento de aluguel, o contrato foi rescindido – "unilateralmente pela Administração, e estão sendo cobrados os valores de mobilização e preparação de mudança pelo MPF. Também foi encaminhada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios representação criminal para apuração da irregularidade na emissão da carta de Habite-se e dos fatos a ela correlatos."

Sobre a questão das diárias, Senador, a primeira coisa que nós temos de entender é o caráter indenizatório delas. Faz parte do nosso cotidiano do trabalho o deslocamento para audiências, instrução de processos, realização de diligências, e essas diárias têm caráter indenizatório e não se referem a complementação de salário. Elas têm caráter indenizatório para permitir o deslocamento, a hospedagem, a alimentação, o transporte. Então, elas fazem parte do cotidiano do trabalho do Ministério Público, como fazem também da Polícia Federal e como fazem dos órgãos de fiscalização que têm que se deslocar.

O que houve, na verdade – aí eu reconheço que sim –, foi um incremento do pagamento de diárias internacionais. Por quê? Nós criamos uma Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional e, através dessa Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional, nós entabulamos negociação com vários organismos internacionais e vários países: Suíça, no caso das contas que ali se encontram; França, no caso do Swiss Leaks; Estados Unidos; Inglaterra. Enfim, são relações institucionais com esses países para obtenção de elementos de prova para os processos em tramitação aqui no Brasil.

Houve a incrementação sim. Agora, qual foi o resultado da... Houve um incremento do pagamento das diárias internacionais sim. Qual foi o resultado concreto disso? Hoje, de bloqueio e repatriação de valores, não só da Lava Jato mas de outras investigações, nós estamos falando aí, e tenho os números aqui, se quiserem posso passar para os senhores, mas, em números aproximados, estamos falando em US$570 milhões mais 170, estamos então em US$740 milhões de repatriação e bloqueio no exterior.

Nessa atividade de cooperação jurídica internacional, entre depósito voluntário, repatriação, bloqueio e... bloqueio judicial, sequestro, repatriação e internalização voluntária, estamos falando hoje em torno de R$6 bilhões. E R$6 bilhões, para os senhores terem uma ideia, é mais do que a soma de dois orçamentos do Ministério Público da União. Se os senhores computarem o orçamento do Ministério Público da União em 2014 e em 2015, ele não chega a R$6 bilhões. Então, houve o incremento, sim, dessas diárias internacionais, com reflexo direto no serviço, com resultados que podem ser materialmente mesurados, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Blairo, para tréplica.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço as respostas do nosso Procurador-Geral.

Quero dizer, Sr. Procurador-Geral, que eu aceito as respostas aqui dadas e, ao mesmo tempo, eu gostaria de lembrá-lo de que, na vez anterior que V. Sª esteve aqui, eu fiz e vários colegas fizeram um apelo ao Ministério Público para que tivesse um pouco de paciência e que analisasse as coisas antes de propor uma simples ação contra Parlamentares, contra principalmente prefeitos do interior, que têm sofrido muito, mas muito com a atuação dos Ministérios Públicos locais. Estão interferindo no dia a dia da administração, exigindo coisas que os prefeitos, muitas vezes, não podem fazer. O exemplo que foi dado aqui, as perguntas e as respostas mostram que uma boa resposta e um bom encaminhamento resolvem uma série de coisas.

Então, que fiquem aqui de exemplo as suas respostas para os demais membros do Ministério Público que temos no Brasil inteiro de que não se pode, por uma notícia de jornal, por uma conversa, por uma fofoca, um prefeito, um Parlamentar, enfim, quem está na Administração Pública ser colocado na baila dos culpados, porque, no momento em que vem a notícia, no momento em que se diz: "Você está sendo investigado", infelizmente, no País, a investigação significa culpa absoluta.

E, Dr. Rodrigo Janot, nós já temos dificuldades hoje, no interior dos nossos Estados, de pessoas que queiram fazer o enfrentamento político de disputar uma eleição e defender seus pontos de vista e uma plataforma, defender a sociedade, porque sabem que, ao terminar seu mandato, eles não sairão de lá com menos de dez, quinze processos, e muitos deles são por esse tipo de atitude desse comentário que fizemos aqui.

Quero agradecer a V. Sª pelas respostas e deixar mais uma vez o pleito de que o Ministério Público deve, sim, exercer o seu papel de fiscalizador, porém, ele deve também ter a sensibilidade de analisar caso a caso e não colocar todos aqueles que militam na vida pública, quer sejam servidores públicos concursados ou não, ou aqueles que são agentes políticos, numa vala comum, por simplesmente colocá-los e alijá-los do processo político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador Rodrigo Janot, para a sua tréplica.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Blairo, quando estive aqui, há dois anos – e repito e reitero –, disse que um dos pilares que entendo necessários ao desempenho do cargo de Ministério Público é a manutenção do diálogo institucional. E é exatamente o que V. Exª diz: é essencial o diálogo institucional, para que possamos aprimorar as relações entre os órgãos e os respectivos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Procurador-Geral, prazer em reencontrá-lo em mais esta sabatina.

Posso iniciar, dizendo que conheço V. Exª nas suas origens. E não apenas eu, o nosso Estado, Minas Gerais, conhece a formação de V. Exª, o caráter e a idoneidade de V. Exª. Portanto, se tudo isso já fosse de alguma forma relevante, não tenho dúvida de que o apoio que teve dos seus pares, inédito, acredito eu, na história do Ministério Público, é uma demonstração clara da forma como V. Exª vem se comportando.

Eu sou, Sr. Procurador, talvez ainda um dos poucos aqui remanescentes da Constituinte de 1988. E ali um dos debates mais acalorados que se deu foi exatamente este que buscava redefinir as funções do Ministério Público. As dúvidas eram muitas em relação a esse novo modelo; um novo poder, na verdade, se consolidava. E, com erros e acertos ao longo desses 27 anos de vigência da nova Constituição, creio que a sociedade brasileira hoje compreende, diferentemente do período anterior à Constituinte de 1988, a relevância, a importância do Ministério Público, seja o Ministério Público Federal, seja os Ministérios Públicos estaduais.

O Partido que presido, o PSDB, sempre se colocou, aqui, no Congresso Nacional, de forma contrária às tentativas recorrentes de diminuição ou de cerceamento da autonomia do Ministério Público. Mas, ao mesmo tempo, também, nós sempre cobramos aprimoramentos no funcionamento do Ministério Público, em especial – o Senador Blairo a isso aqui se referia –, em relação, por exemplo, à extensão muitas vezes ilimitada das investigações, sem que haja uma palavra conclusiva do próprio Ministério Público, com as consequências, sobretudo, em relação a agentes políticos dessas investigações inconclusas.

E creio que o Conselho Nacional do Ministério Público vem se transformando, a cada dia mais, num instrumento essencial, repito, ao aprimoramento do funcionamento do Ministério Público e à limitação de abusos que – temos sempre de admitir, e acho que V. Exª já fez isso mais de uma vez – ainda existem.

Mas a questão central, Sr. Procurador, é que, nesse mar de lama em que o Brasil foi mergulhado pela ação inescrupulosa de um grupo político que se apropriou do Estado nacional em benefício de um projeto de poder, o aspecto positivo – e nós devemos sempre buscá-lo – é que a nossas instituições têm se mostrado sólidas, têm demonstrado capacidade de enfrentar todas essas denúncias, de enfrentar toda essa desconstrução que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, de forma altiva e de forma independente.

E a sabatina que nós hoje realizamos, Sr. Procurador, Srªs e Srs. Senadores, ela, na verdade, vem possibilitando ao Senado Federal recuperar uma das suas atribuições essenciais, em nome da sociedade brasileira, que é a de ouvir, questionar, sanar dúvidas e denunciar, eventualmente, quando for o caso, a atuação daqueles que aqui vêm, indicados para os tribunais superiores ou, no caso de V. Exª, para o Ministério Público.

Isso não é uma conquista muito antiga, é recente. As sabatinas, na verdade, ao longo do tempo, se transformaram quase em sessões de homenagem aos sabatinados. De algum tempo para cá, isso vem mudando, e acho que é extremamente importante que aquele que sair daqui aprovado pelo Senado Federal saia fortalecido e saia tendo dado a oportunidade, a possibilidade à sociedade brasileira de conhecê-lo na sua inteireza, na sua formação pessoal, na sua formação moral, na sua formação profissional e, claro, também nos seus propósitos.

Dizia sempre que devíamos estar buscando nos inspirar no que acontece nos Estados Unidos, onde os sabatinados, muitas vezes, se submetem a sessões contínuas, que duram, em alguns casos, meses. Obviamente, quando saem dali, saem muito mais fortalecidos para cumprir as suas funções.

Portanto, feita essa introdução, caro Procurador – é natural que não concordemos em tudo, até seria talvez inusitado que o oposto ocorresse –, quero, portanto, voltar a uma questão, e faço isso como Senador da República, na responsabilidade de presidir também hoje no País o maior partido de oposição. Gostaria de voltar a uma questão que aqui já foi, de alguma forma, abordada pelo Senador Aloysio Nunes, mas, de todas as demandas anteriores que recebi a esta sabatina, talvez esta seja a mais recorrente. Ela diz respeito exatamente à ação apresentada à PGR (Procuradoria Geral da República) no dia 26 de maio, em que nós buscávamos que a PGR pudesse abrir um processo investigativo em relação ao descumprimento dos arts. 359, 359-A e 359-C do Código Penal pela Senhora Presidente da República em decorrência daquilo que se estabeleceu chamar as pedaladas fiscais.

Veja bem. Essa ação não entra em outras questões que, por exemplo, estão sendo avaliadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, que, ontem mesmo, constituiu, numa decisão importante, por maioria, abrir investigações

das contas da Presidente da República de eventual utilização de dinheiro de propina da Petrobras no seu financiamento, mas nós não nos ativemos a essa questão. Nós construímos uma peça, com apoio obviamente de eminentes juristas, que, no seu preâmbulo, diz que essa representação é por crimes eventualmente praticados no exercício das suas funções, obviamente da Presidente da República, nos anos de 2013, 2014 e 2015 – pela Presidente da República, como disse –, por crimes contra as finanças públicas, falsidade ideológica, sendo sujeito ativo a Chefe da Nação, ciente e consciente das práticas ilícitas ora já constatadas pelo Tribunal de Contas da União, em parecer do Ministério Público daquele Tribunal de Contas, competente parecer do Procurador Júlio de Oliveira, em prejuízo de toda a sociedade, dadas as consequências graves que isso trouxe a todos os brasileiros.

Nessa representação – me permita aprofundar um pouco essa discussão, porque fica aí uma questão ainda a ser esclarecida, para que possa ser compreendida pela sociedade brasileira –, foram narradas as condutas da representada que comprovam, entre outras ações, a prática dos seguintes ilícitos: realização de operação de crédito sem prévia autorização legislativa; autorização de despesas nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato, que não poderiam – como efetivamente não o foram – ser pagas no mesmo exercício sem que existisse contrapartida suficiente disponível de caixa, ferindo no seu cerne, no seu âmago, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As provas da ocorrência desses fatos foram apresentadas a V. Exª, através da juntada de cópia integral desse processo, que tramita no Tribunal de Contas, todos sabemos, ainda pendente de julgamento. Houve uma solicitação de mais um adiamento por parte do Governo Federal, para apresentar ali as suas explicações e a sua defesa, o que para mim já é uma demonstração clara da dificuldade de responder ao relatório muito bem elaborado, já que uma verdadeira força-tarefa do Governo Federal se organizou no sentido de prestar informações e de, alguma forma, atuar junto ao Tribunal Contas, mas me parece, até agora, segundo essa iniciativa ou a compreender dessa iniciativa do Governo Federal, sem ainda alcançarem o objetivo por eles buscado.

Dentre essas provas, destaco a comprovação de que a Presidente assinou, no segundo semestre de 2014, vários decretos, autorizando a realização de despesas sem a necessária autorização legislativa. Mas como é, Sr. Procurador, do conhecimento de V. Exª, e quanto a isso V. Exª aqui já se referiu, a atuação do Ministério Público independe de qualquer conclusão do processo administrativo que está hoje sob a análise do Tribunal de Contas da União.

Várias decisões apontam nessa direção, como uma decisão do próprio STJ – e aqui alguns Ministros do STJ acompanham esta sessão – no *Habeas Corpus nº 156.234*, que diz:

Todavia, resta consolidado nesta Corte superior e no Pretório Excelso o entendimento de que o fato de o Tribunal de Contas eventualmente aprovar as contas a ele submetidas, não obsta, em princípio, diante da alegada independência entre as instâncias administrativa e penal, a persecução criminal promovida pelo Ministério Público[...].

Portanto, as indagações que começo a fazer a V. Exª.

V. Exª concorda com este entendimento, que é um entendimento do STJ e do próprio Supremo Tribunal Federal, de que há uma independência de instância entre o TCU e o Ministério Público, portanto, não dependendo o Ministério Público de uma decisão aprovada pelo Pleno do Tribunal de Contas para agir se, obviamente, convencido de que deve fazê-lo?

Pergunto ainda a V. Exª se os fatos largamente conhecidos, noticiados pela imprensa e irrefutáveis com base no parecer técnico já aprovado e, repito, parecer técnico sem qualquer viés político, seriam esses fatos já suficientes para que o Ministério Público pudesse reconhecer a existência desses indícios de prática de condutas costumeiramente chamadas de pedaladas fiscais?

Não considera V. Exª que, em benefício desse novo momento por que passa o País de fortalecimento das nossas instituições, e eu destaco o Ministério Público, e sem qualquer prejulgamento, Sr. Procurador, com amplíssimo direito de defesa, não seria um avanço se pudéssemos dar a possibilidade de que a investigação ocorresse, até para que eventualmente fosse absolvida a Presidente da República?

E volto a um fato correlato a esse, o episódio ocorrido recentemente, já com base em outras informações, em especial em uma delação do Sr. Paulo Roberto Costa, que dizia que havia recebido uma solicitação de R$2 milhões que fosse encaminhada à campanha da Presidente da República. A partir daí, o PPS (Partido Popular Socialista) entrou com uma representação junto ao STF para investigar a Presidente sobre essa questão específica. E ali, e creio que ajudo V. Exª para que possamos chegar aonde julgo necessário para sanarmos essa lacuna, na verdade, o Ministro Teori Zavascki muito recentemente, ao indeferir essa representação do Partido Popular Socialista, afirmou que o Chefe do Executivo não poderia ser responsabilizado por atos anteriores ao seu mandato. Entretanto – e esta talvez seja a fresta pela qual gostaria de levar a fase final da minha interlocução –, o Ministro ressalva, em sua decisão, que tal circunstância não eliminaria a possibilidade de eventual

apuração dos fatos. Portanto, gostaria de uma palavra de V. Exª em relação a essa interpretação mais recente, já que V. Exª arguia outras decisões do Tribunal que vieram após a manifestação do Ministro Celso de Mello, esta é a mais recente, onde o Ministro Teori diz que a Presidente da República não poderia ser responsabilizada por atos cometidos anteriores ao seu mandato, mas isso não eliminaria a possibilidade eventual de uma apuração.

Digo isso, Sr. Procurador, porque sabemos ambos que o art. 86, em seu §4ª, da Constituição Federal, que tive a honra de assinar, diz...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Aécio...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª já ultrapassou dois minutos de seu tempo. Temos ainda muitos oradores inscritos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Vou concluir, Sr. Presidente. Agradeço a compreensão de V. Exª e caminho para concluir.

O art. 86, no seu §4º, diz literalmente o seguinte: "O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções." Em nenhum momento a Constituição se refere ao fato de ser investigado, até porque, Sr. Procurador, sabemos todos nós que o crime de corrupção, se comprovado, aqui estamos falando obviamente em hipótese, tem como uma de suas principais características a continuidade delitiva, o resultado do ato de corrupção ou do ato delitivo se prolonga no tempo. Talvez o exemplo mais notório possa ser Pasadena que, adquirida com a aprovação da presidente do Conselho da Petrobras e de outros dirigentes membros do Conselho, em 2006, e os efeitos daquela compra se estenderam muito além daquele mandato e beneficiaram pecuniariamente algumas figuras, como já confessadas, e este mesmo projeto de poder.

A questão final, e concluo, Sr. Procurador, reiterando aqui o meu respeito a V. Exª, a sua trajetória que honra o Estado que represento nesta Casa, nosso Estado de Minas Gerais: não seria uma satisfação necessária e adequada à sociedade brasileira cumprirmos estritamente aquilo que prevê a Constituição?

Essa é outra discussão que teremos que travar no futuro, mas permitindo que a investigação ocorra, e a investigação não prejulga, não pré-condena; ela permite, inclusive, o amplo direito de defesa. Acho que seria mais uma, dentre tantas, extraordinária colaboração que o Ministério Público Federal estaria dando à nossa democracia ainda em consolidação.

Cumprimento V. Exª e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador Janot para responder aos questionamentos feitos pelo Senador Aécio Neves.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria só de retificar uma informação que dei na resposta anterior ao Senador Blairo Maggi. Eu informei que não havia sido pago aluguel por aquele imóvel do Lago Sul, mas foram pagos, sim, dois ou três aluguéis. Esse material já está com a AGU para cobrança, e foi aplicada multa na rescisão contratual.

Senador Aécio, agradeço suas gentis palavras. Realmente, acho que essas investigações não podem se estender indefinidamente. Hoje o CNMP é um guardião firme para o bom funcionamento do Ministério Público brasileiro. Vejo com muita satisfação o fortalecimento das instituições democráticas do País, que, num problema dessa dimensão, estão funcionando, e funcionando bem. Quem diz isso não sou eu. Não sei se os senhores tiveram oportunidade de ver um editorial do *Financial Times*, em que ele compara México e Brasil. É muito eloquente o desenho que abre esse editorial, não é preciso nem ler o editorial: são dois navios, um com a bandeira do México, outro com a bandeira do Brasil. Embaixo diz assim: "Vejam como o México e o Brasil tratam as questões de corrupção." No barco do México, você tinha ali bandos armados, milícia, pessoas com armamento exposto; e no barco com a bandeira brasileira existia a figura da Justiça. Isso é o fortalecimento das instituições brasileiras, que está visível interna, mas está visível externamente também.

A questão da representação, Senador, como eu disse, realmente, a atuação do Ministério Público não está vinculada à atuação do TCU. Aquela visão do TCU é uma visão administrativo-financeira; as instâncias são independentes, sim; o parecer técnico, feito pelo MP de Contas, foi um parecer técnico dentro dessa visão, dentro desse parâmetro administrativo-financeiro, e não sob o aspecto penal. A investigação está ocorrendo, está em curso, nós estamos apurando, como informei ao Senador Aloysio Nunes. Quanto à questão, é uma discussão jurídica sobre a possibilidade ou não da investigação. A jurisprudência mais moderna do Supremo é que não pode haver investigação, porque ela se destina justamente à responsabilização. Essa questão foi levada ao Ministro Teori Zavascki, que houve por bem, exatamente nesse sentido, em processos provocados por mim, que entendeu que se deveria suspender a investigação e aguardar o final do mandato. Digo mais: não se trata de

impunidade, porque a suspensão dessas investigações significa também a suspensão do prazo prescricional. Então, não há prejuízo para uma investigação agora ou depois. Volto a dizer que as investigações realizadas pelo Ministério Público têm caráter eminentemente técnico e não se deixam contaminar por conjunturas políticas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Permito-me, na minha réplica – posso usar da palavra, Presidente? –, apenas insistir com V. Exª. Não vou me ater, não seria o fórum adequado, à discussão sobre a possibilidade da punição, da responsabilização da Presidente, até porque tenho posição formada de que não podemos passar a impressão de que a não investigação, a não punição se transforme num salvo-conduto, como se alguém – vamos abstrair o caso presente, circunstancial, que cabe por nos reger aqui, mas isso serve para prefeitos, serve para governadores e para outros supremos mandatários no futuro –, mas não podemos passar uma sinalização de que, para reeleição, por exemplo, pode se fazer tudo. É um salvo-conduto, porque, no dia seguinte à posse, todos aqueles delitos estão, de alguma forma, suspensos, absolvidos.

Ao mesmo tempo, sabemos, Sr. Procurador, que a investigação – mas não vou me ater à questão da punição –, a investigação, ou ela ocorre e serve para qualquer circunstância criminal, próximo do cometimento do delito, ou, obviamente, ao longo do tempo, a tendência é que as provas se percam no tempo.

Mas fico, ao final, agradecendo a participação de V. Exª, a resposta de V. Exª, dizendo que, talvez, aí sim, nunca, antes, na história do Brasil, os brasileiros confiassem tanto nas nossas instituições e esperassem tanto delas. Nós não podemos, numa hora como esta, sob qualquer circunstância, deixar de dar-lhes condições para que atuem na sua plenitude.

O Tribunal de Contas, acredito, fará sua parte; o Tribunal Superior Eleitoral, mesmo que com o descrédito de alguns em relação às suas decisões, avança para fazer aquilo que deve fazer. E repito: investigar não é condenar previamente. E tenho absoluta convicção, sobretudo porque estará sob o comando de V. Exª por mais dois anos, o Ministério Público também fará sua parte, dando à sociedade a tranquilidade de que crimes cometidos por quaisquer pessoas, por quaisquer grupos políticos, em qualquer tempo, serão reprimidos com o rigor da lei e, obviamente, os exemplos que as lideranças políticas deste País devem dar e, repito, estes exemplos também devem vir, como vêm no caso de V. Exª, dos dirigentes das nossas instituições.

Portanto, insisto apenas em que a investigação é necessária, por mais que a punição possa ocorrer quando terminar o exercício da eventual função, no caso da Presidente da República, mas tenho muita confiança de que a Justiça brasileira, de que a Polícia Federal, de que o Ministério Público, de que os Tribunais de Contas, de que o Tribunal Eleitoral estão à altura dos desafios do nosso Brasil contemporâneo, Sr. Procurador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª deseja exercer a sua tréplica?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Só agradecer as referências do ilustre Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quem foi que pediu pela ordem?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Fui eu.

Presidente, não recebemos, pelo menos nesta ala aqui, a relação dos inscritos que V. Exª prometeu mandar imprimir e entregar aos Senadores para acompanhar a ordem da sabatina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Farei chegar a V. Exª. Foi uma falha da assessoria, porque eu já tinha determinado isso.

Pela ordem de inscrição, com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Prezado Procurador-Geral da República, primeiro, quero parabenizá-lo pelo início da sua fala aqui, nesta audiência, que vai ao encontro do sentimento e da expectativa do povo brasileiro.

Gostaria de perguntar, primeiro: nos últimos anos, vários fatores têm conduzido a jurisdição constitucional prestada pelo Supremo Tribunal Federal a um efeito mais proativo, que estaria, inclusive, avançando na seara normativa e, assim, no campo das atribuições constitucionais do Congresso Nacional. Essas críticas reúnem-se sob o rótulo genérico de ativismo judicial. Como V. Exª percebe as referidas críticas? E, na sua opinião, o Supremo Tribunal Federal está efetivamente caminhando na trilha do ativismo judicial?

E em sequência a essa pergunta: o Supremo Tribunal vem decidindo temas de extrema importância e sensibilidade humana, social, como o aborto de feto anencéfalo, a união homoafetiva, o direito de manifestação pública pela descriminalização da maconha, a validade das pesquisas científicas em células-tronco e, agora, debruça-se sobre a possibilidade de permitir o porte de drogas para uso próprio. Em todos esses casos e em muitos mais, a Procuradoria Geral da República foi chamada a opinar. Eu gostaria de saber a sua opinião

e o papel histórico, institucional e jurídico reservado ao Procurador-Geral da República em discussões como estas, tão ricas quanto complexas.

Também outra questão seria sobre o modelo de federalismo cooperativo adotado pelo Brasil. Muitas vezes, o STF se depara com conflitos federativos entre a União, os Estados e os Municípios. Na hipótese de que o conflito se estabeleça entre a União e empresa pública estadual, remanesce a competência da Suprema Corte ou a matéria é da competência da Justiça comum?

E, por último, gostaria de saber sua posição se é possível – e nisso como ex-prefeita de São Paulo tive algumas experiências, e é importante essa resposta para tantos prefeitos – o sequestro de recursos municipais para prover a satisfação de determinada cobrança ou as prestações cobradas do Município devem se submeter sempre ao regime constitucional dos precatórios? A Procuradoria Geral da República vislumbra alguma hipótese de ponderação daquele regime como método de ordenar o pagamento das obrigações do ente público? Porque muitas vezes o prefeito é obrigado a pagar o precatório e não paga a folha de salários, situações extremamente importantes.

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – O Judiciário, sempre que possível, tem que ser deferente ao Parlamento. Nós temos que estabelecer a linha de atuação de um e de outro Poder.

No que se refere ao ativismo judicial, ao chamado ativismo judicial, o que é preciso separar é a atuação do Judiciário na criação de políticas públicas e a atuação do Judiciário como agente indutor da aplicação de política pública previamente já definida. Nós temos um exemplo atualíssimo, julgado semana passada ou retrasada pelo Supremo, exatamente que envolve essa matéria. Foi submetida ao Supremo a questão de ser da competência do Judiciário, por provocação do Ministério Público, a interferência para melhoria do sistema penitenciário brasileiro. Essa questão veio do Rio Grande do Sul, era um presídio no interior do Estado em que o Ministério Público entra com uma ação civil pública para viabilizar condições mínimas sanitárias, de dignidade humana mesmo, naquela unidade prisional. E o Supremo Tribunal Federal entendeu agora, há questão de menos de dez dias, que compete sim ao Judiciário determinar ou autorizar a interferência nesses casos de melhoria de presídio, não para construção de presídio, mas para a melhoria das condições sanitárias da dignidade humana nesses presídios. Eu acho que essa é realmente a linha divisória entre a atuação legítima do Judiciário no que se refere à implementação de políticas públicas.

Essas questões do aborto de anencéfalo, união homoafetiva, enfim, o Supremo já se pronunciou sobre essas questões. O que hoje está em julgamento – que começou semana passada – é a questão do porte de quantidade mínima de drogas. A minha manifestação foi contrária à possibilidade da descriminalização do porte da quantidade mínima de drogas. E a questão, a meu entendimento, ela não está bem focada. Por quê? Toda vez que se fala em porte de quantidade mínima de drogas, se associa isso sempre à maconha. Agora, o porte de quantidade mínima de drogas se refere a qualquer droga. Então nós estamos falando de *crack*, nós estamos falando de heroína, estamos falando de cocaína, estamos falando drogas sintéticas. E essa atividade ilícita do tráfico de drogas é estimada em um movimento em torno de mais de R$3 bilhões/ano, esse tráfico ilícito de drogas. Uma organização dessa, uma estrutura dessa organizada e uma estrutura dessa com esses valores teria condição, rapidamente – é como eu chamei lá no julgamento –, de montar um exército de formiguinhas. Então, se o porte de droga – de pouca droga – é descriminalizado... Uma pedra de *crack* tem um efeito devastador enorme. Então, enfim, eu posso me manifestar expressamente aqui porque no processo já fiz a sustentação e houve manifestação escrita também.

Eu acho que o Ministério Público tem que enfrentar isso sim, tem que auxiliar o Judiciário no enfrentamento dessas questões difíceis. São questões que, no fundo, o melhor local para serem tratadas é aqui no Parlamento, aqui é o *locus* ideal para que se possa discutir essa questão. Agora, como a Constituição diz que, havendo lesão de direito ou ameaça de lesão a direito, não se pode excluir a apreciação do Judiciário, essa questão foi ter ao Supremo, e eu assim me pronunciei.

Sobre a questão do federalismo cooperativo, diria que nós vivemos um federalismo extremamente centralizador. A União tem uma hipertrofia em relação aos Estados. E toda vez que há, e eu tenho aqui uns dois ou três casos que eu posso, se for o caso, citar para a senhora, toda vez que, em ICMS do Rio Grande do Sul, estabelecendo o procedimento de cobrança, toda vez que há algum espaço em nível constitucional para que se possa fortalecer o Estado-membro, eu acho que temos que trilhar essa linha.

Eu lembrava ao Senador Lobão outro dia, ontem ou anteontem, quando nos encontramos, que, na Constituição de 1946, o Deputado Constituinte baiano – me foge o seu nome agora, tributarista... Aliomar Baleeiro – explicava o movimento pendular na Constituição para dar mais estrutura aos Estados-membros contra aquela centralização que vinha de um regime autoritário. E ele dizia que, quando se tentou descentralizar o

sistema tributário em si, ele dizia: "Não, aí, não; você tem que ter regras nacionais que organizam o sistema de arrecadação para evitar guerra fiscal e outros efeitos danosos para a Federação". E ele dava um exemplo muito curioso: para que fosse vencida essa resistência à centralização do tratamento do sistema tributário pela norma nacional e não pela norma estadual, ele criou a figura da norma geral. Então, houve o compromisso para que a norma geral, em matéria de direito financeiro e tributário, fosse atribuída à União e as normas de detalhes fossem atribuídas aos Estados. E alguém o indagou: "Mas, Deputado, o que é uma norma geral?" E ele: "Eu não tenho a menor ideia". Isso foi uma solução de compromisso que permitiu o acordo para a elaboração desse sistema, para, enfim, permitir que a União legislasse matéria tributária. Então, nós temos, a realidade é essa, um federalismo muito forte. Enfim, não sei se seria o melhor dar um pouquinho aos Estados, um pouco de participação federativa mesmo.

E a flexibilização do precatório, Senadora, enfim, é a norma constitucional para pagamento. Se a gente começa a flexibilizar pagamento de precatório, vamos flexibilizar outros pagamentos em razão da folha de salário e etc. Eu ajuizei agora algumas ações diretas de inconstitucionalidade, estão submetidas ao Supremo, sobre a questão que leis estaduais estão autorizando os Estados a se utilizarem de depósitos judiciais privados, não os depósitos públicos, não os depósitos tributários, depósitos privados para pagamento de previdência, de salário de servidores etc. Eu acho que é complicado a gente... Para autorizar inclusive pagamento de precatórios. E como ficam os Municípios que não têm a possibilidade de ter acesso a esses depósitos judiciais? Então, é uma situação que não é fácil. Agora, flexibilizar o pagamento por precatório, que é a forma constitucionalmente prevista.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu gostaria de dizer que gostei muito da primeira resposta, que compete ao Parlamento votar e elaborar essas questões mais complexas. E devido exatamente à complexidade e à polêmica que geram na sociedade, essas questões acabam sendo, e já nos últimos anos isso acontece, decididas pelo Supremo Tribunal Federal. Ainda bem que o Supremo Tribunal decide, mas, infelizmente, essa deveria ser uma atribuição exercida pelo Congresso Nacional.

Em relação ao Pacto Federativo, eu gostaria de dizer a V. Exª que, neste momento, nós temos na Casa um estudo, um projeto de lei cujo brilhante relatório é assinado pelo Senador Anastasia. Em breve esse projeto será votado e creio que a União... Não diria que ela perderá alguns de seus privilégios, mas creio que os dividirá um pouco com os Estados e os Municípios se conseguirmos aprová-lo.

Muito obrigada. Sinto-me contemplada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Procurador para saber se deseja adicionar alguma coisa.

Próximo orador inscrito: Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, Dr. Janot, Procurador-Geral da República... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me assegurasse a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O orador está pedindo ao auditório silêncio para que ele possa ser ouvido pelos demais integrantes da Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Procurador, é um prazer enorme recebê-lo nesta audiência de sabatina.

Acredito que tanto V. Exª quanto o Ministério Público reconhecem ações, principalmente de Parlamentares da oposição, na preservação de direitos e concessão de prerrogativas cada vez maiores para que o Ministério Público possa exercer as suas atividades. Mostra disso é que, à época da apreciação da PEC nº 37, todos nós aqui trabalhamos fortemente para que não fosse excluído ou limitado nada que desse a V. Exªs condições de atuação à frente do Ministério Público.

Outro ponto para o qual também quero chamar atenção é que o Ministério Público passa a ser fator determinante no momento em que vemos o Governo tentando crescentemente modificar, alterar a prática política, se aproximando muito de um processo bolivariano. O Ministério Público tem, indiscutivelmente, assim como o Congresso Nacional, grande importância neste momento.

Passo para o Relator e volto a uma tese que já foi aqui levantada pelo Senador Aloysio Nunes. Refiro-me especificamente ao fato de a Presidente da República ter esta prerrogativa que lhe é dada pelo §4º do art. 86: "O Presidente da República, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções".

Bem, Sr. Procurador, entendemos que essa situação realmente precisa ser reavaliada e rediscutida em decorrência do instituto da reeleição. A Constituição brasileira é anterior ao instituto da reeleição. Ora, nós ouvimos da Presidente da República que era possível fazer o diabo para ganhar uma eleição. Então, se eu não

tenho nenhum intervalo entre uma eleição e outra, ou seja, entre um mandato e o outro mandato, se não há nenhuma solução de continuidade, todas as ações que foram praticadas no primeiro governo para que a Presidente da República pudesse atingir o seu segundo mandato, sabendo que ela está imune a todo e qualquer crime que venha a praticar... Nós não estaremos limitando em hora alguma essa prática que desmoraliza, descredencia e põe em risco a democracia brasileira.

Como é que nós, da oposição, vamos sobreviver a quem está no comando do País, com todo poderio que tem de nomear, de demitir, de intervir, de fazer concessões, de conceder ministérios, como é que nós vamos sobreviver? Não é oposição no campo das ideias, porque aí nós somos vitoriosos, mas uma oposição neste jogo não republicano que é praticado.

Então é em decorrência desse fato específico que eu insisto na tese, Dr. Janot, de que a necessidade de que a investigação seja iniciada é fundamental. Ao contrário nós estaremos fazendo com que um quadro como esse colocasse sempre o governante a flertar com a impunidade, porque ele sabe que, ganhando a eleição, ele tem mais quatro anos, e aí, ao final de oito anos, é que ele teria que responder pelos crimes praticados. Ou seja, nós estamos vendo a consequência do que nós estamos vivendo hoje. Ou seja, o fato específico da crise hoje no Brasil é em decorrência de um momento em que eu acredito que a Constituição brasileira precisa, nesta hora, ser reavaliada, de se interpretar esse artigo novamente, porque, quando ela foi promulgada, não existia o instituto da reeleição.

Outro ponto é em relação ao fato que nós estamos assistindo agora. O Ministro Gilmar Mendes, diante de suspeitas ou de indicativos, solicitou então que aquelas denúncias que foram levadas ao Tribunal Superior Eleitoral, embasadas em todos esses dados que vieram também pela Lava Jato – ele colocou em votação, e hoje já é fato consumado, já há quatro votos favoráveis dentro do Tribunal Superior Eleitoral, apesar do pedido de vista de uma ministra, que realmente já é uma matéria vencida, no entanto –, ele abriu essa possibilidade da investigação das contas da Presidente. E aí, qual é realmente a base? Primeiro ele diz: "Parte da propina voltaria ao PT em forma de doações contabilizadas à legenda e às campanhas eleitorais, outra parte seria entregue em dinheiro ao tesoureiro do partido e uma terceira financiaria a agremiação por meio de doações indiretas ocultas, especialmente por meio de publicidade." Então há três variantes aí de como o dinheiro era repassado para atender uma campanha eleitoral. Essa matéria, ele conseguiu que fosse aprovada. Essa matéria, o que está aqui foi encaminhado, entre ela, exatamente também ao Ministério Público e à Polícia Federal. Então, quer dizer, reabriu-se a discussão, e inicialmente poderia parecer que não poderia investigar. Ou seja, está sendo investigado.

E daí a cobrança que foi feita também pelo Senador Aloysio Nunes, quando ele colocou essa posição, quase que ideológica, em relação ao Procurador no Tribunal Superior Eleitoral, que é o Sr. Eugênio Aragão. Por que, Sr. Presidente? Eu entendo a posição que V. Exª coloca, dizendo da liberdade que dá o Ministério Público a todos os seus membros. E V. Exª cita um fato específico, olhem: 90% das decisões do Procurador Aragão são compatíveis com as decisões do TSE; mas, Sr. Presidente, aí nesse caso eu falaria como médico, em relação à estatística. Aí é um pouco complicado, porque os 10%, se esses 10% forem direcionados contra nós da oposição, aí é uma coisa que realmente nos penaliza sobremaneira. Esses 10% passam a ser 100% das reivindicações a que nós estamos assistindo ali dentro da posição do TSE na área do Ministério Público.

Em relação ao outro fato – eu acredito que V. Exª concorda e eu quero fazer referência e cumprimentá-lo –, o fato de que foi solicitada ao Ministro Teori essa liberdade para que o Ministério Público pudesse investigar, a decisão dele foi monocrática e, realmente, se embasou na tese que a Presidente da República estaria imune a essas investigações.

A pergunta que faço a V. Exª: não poderia ser solicitada por V. Exª uma manifestação do Pleno, já que essa matéria é uma matéria de repercussão ou de continuidade do esclarecimento dos fatos extremamente importantes, já que, até o momento, tem chegado apenas no escalão de empresários, políticos, em nível de Senador e Deputado, e também de alguns dirigentes da Petrobras, sem que chegue diretamente ao responsável por esse fato?

E, lógico, todos nós entendemos, não existe uma condição da montagem dessa estratégia sem que tenha a presença do governante maior, ou seja, do Presidente da República nessas ações.

Em relação a outro ponto que eu...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que me conceda só um minuto, já que sempre teve essa paciência comigo?

Sr. Presidente, quero formular também outra pergunta. Antes dela, porém, quero cumprimentar o momento que estamos vivendo hoje, com a presença das redes sociais e dos movimentos de rua. Acho que isso tem sido extremamente positivo para que a sociedade brasileira, hoje, com a facilidade que tem de informa-

ção, muito bem alavancada por esses jovens e pessoas que acreditam na prática da justiça, venha contribuindo enormemente com o Parlamento e, acredito, também, com o Ministério Público. Então, não poderíamos fazer uma reunião como esta e não render homenagens a esses movimentos de rua contra a corrupção, que vêm se dedicando de uma forma patriótica a fazer com que cada vez mais o Governo e todos os Poderes sejam transparentes.

A última pergunta que formulo, portanto, é em relação ao projeto de repatriação: se V. Exª considera a multa que é imposta como sendo tributária ou não. E o segundo ponto: se aqueles que realmente repatriarem ou vierem a repatriar o dinheiro, ao pagarem 35%, estarão isentos de qualquer investigação da origem desse dinheiro por parte do Ministério Público.

Eram essas as perguntas que eu tinha para formular a V. Exª.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de conceder a palavra ao Procurador Janot, eu gostaria de fazer aqui uma ponderação aos interpelantes que ainda vão se suceder na tribuna.

Pelo número dos inscritos aqui e pelo tempo disponível para formulação de pergunta, resposta, réplica e tréplica, nós teríamos ainda pela frente dez horas e quarenta e dois minutos. Se excedermos esse tempo, poderemos ir a doze horas ou mais.

Diante desse fato que é concreto, faria um apelo aos interpelantes e ao interpelado também no sentido de formularem as questões em tempos menores, se possível dentro do tempo de dez minutos para interpelação, dez minutos para resposta, e réplica e tréplica em mais cinco cada uma. Com isso, poderíamos concluir essa sabatina dentro do tempo ainda de dez horas e quarenta e dois minutos. Se ultrapassarmos esse tempo, não sei quando iremos terminar.

É um apelo que faço à prudência e ao bom senso de todos que estão aqui presentes. É claro que não vou cercear os discursos que porventura se tornem mais longos, mas esse apelo é em benefício de todos, inclusive do nosso objetivo, que é fazer a sabatina de forma clara, de forma objetiva e de forma eficaz.

Com a palavra o Procurador, para suas respostas ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Bom, Senador, a primeira que se coloca é a questão, sob outro aspecto, da investigação do Presidente, em se tratando de reeleição. Nós temos que considerar aqui se se trata de dois mandatos ou de um mandato só. Entendo que são dois mandatos, tanto é que, apesar de não haver solução de continuidade, é nova posse, é novo exercício, com regras que se aplicaram ao começo do primeiro mandato. Então, não vejo como a flexibilização disso, por se tratar de reeleição.

A questão de ilícitos no processo eleitoral, a minha preocupação até agora tem sido, primeiro, para não se criminalizar a doação eleitoral. A doação eleitoral, segundo a legislação vigente, é lícita. A doação eleitoral passa a ser ilícita se vem travestida de propina – aí ela não é doação eleitoral, é uma forma de lavagem para dentro – e a partir do momento em que ela sirva de lavagem de dentro do processo eleitoral para fora. Então, isso é, mais ou menos em linhas gerais, o que eu entendo no que se refere a essa questão de ilícitos no processo eleitoral.

Posso assegurar a V. Exª que aqueles 10% da estatística – eu me lembro de um ilustre brasileiro, Roberto Campos, que dizia que "estatística é igual biquíni: mostra tudo, menos o essencial" – são democraticamente distribuídos entre os partidos e as coligações. Não existe concentração em um partido ou em uma coligação ou em outra. Isso não ocorreu.

A questão, enfim, da possibilidade ou não de investigação, sob o viés da decisão do Supremo, eu gostaria de reiterar que a investigação, no âmbito do Ministério Público e do Judiciário, é uma investigação técnica. A gente não contamina esse processo com aspectos políticos. A decisão que veio, entendendo a aplicação da forma como está no §6º do art. 84, é uma decisão que se insere no contexto de decisões do Supremo Tribunal Federal. Isso implicaria mudança da jurisprudência do Supremo.

O fato de haver responsabilização de umas pessoas e não de outras, eu diria que a investigação tem o seu tempo próprio e a investigação tem o seu caminhar próprio. Como é que a gente investiga? Eu investigo um fato para saber se aquele fato é concreto – um fato, em tese, típico – e descobrir a autoria daquele fato. Eu jamais parto de uma investigação objetivando uma pessoa. Isso aí não seria admissível no Estado democrático de direito.

Realmente, os movimentos de rua são movimentos que revelam o exercício efetivo da democracia. Isso faz parte do processo democrático.

E quanto ao projeto de repatriação, Senador, eu confesso que, como ele está em curso no Congresso, eu ainda não me debrucei sobre ele. Espero que o Parlamento defina esses limites ou esses contornos do projeto de lei, mas, como ele está em tramitação, eu ainda não me debrucei sobre ele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, eu gostaria de insistir com o Procurador em relação ao fato específico do instituto da reeleição. Para nós que estamos na vida pública é algo que realmente modificou totalmente a rotina, porque ela perdeu aquilo que é o princípio maior da observância das limitações do governante. Infelizmente, muitos, eu não generalizaria, mas alguns, na tentativa de uma reeleição, sabendo exatamente das prerrogativas constitucionais que têm, arvoram-se por esse caminho.

Sinceramente, Sr. Procurador, nós gostaríamos de contar com o apoio da Procuradoria Geral da República nessa tese de discussão junto a essa interpretação do Supremo. É importante que possamos ter o reconhecimento de que atos praticados não podem, amanhã, ser totalmente anistiados nesse período do comando de um cargo majoritário. Essa demanda é fundamental para todos nós.

Em relação ao fato específico também da repatriação, eu gostaria de solicitar a V. Exª se, possivelmente, num curto espaço de tempo, poderemos obter alguma interpretação do Ministério Público, porque essa matéria está tramitando na Casa. Mas a pergunta que nos é feita sempre por vários de nossos eleitores e também por vários setores é se a Justiça também ficará satisfeita apenas com o pagamento dos 35% e se isso dará total garantia ao cidadão de repatriar o dinheiro para o País.

No mais, quero dizer a V. Exª que vamos continuar essa nossa luta. Nós reconhecemos o quanto é importante o Ministério Público na manutenção da democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador, para a sua tréplica.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador, posso garantir que pedirei à área específica, que é a de Cooperação Jurídica Internacional, que examine o projeto e elabore nota técnica, fazendo chegar às suas mãos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, se V. Exª me permite, quero apenas fazer uma observação.

Procurador Janot, V. Exª, quando falou de dados estatísticos, se referiu a biquíni. Biquíni geralmente é uma vestimenta de mulher. Acho que seria importante que outro exemplo...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Um calção, então.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. Outro exemplo poderia ser usado, e não esse, que a sociedade costuma usar.

Obrigada.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Eu me referi a uma citação de um...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente Maranhão, depois dessa relevante participação da Senadora Vanessa, quero apenas reiterar que o Procurador-Geral se propôs a fazer algo que acho que é relevante para todos nós. Nós votaremos, nestes dias, o projeto de repatriação. Há uma grande dúvida sobre se isso não significaria uma anistia também para dinheiro de origem escusa.

Acho que seria extraordinário se esse parecer que V. Exª se dispõe a enviar ao Senador Caiado pudesse chegar a todos os Srs. Senadores, não como algo definidor, mas, pelo menos, como uma base orientadora para algo que não está muito claro ainda para nós da sua efetividade e, obviamente, dos seus benefícios.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, vamos acompanhar a ordem de inscrição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Sigamos, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Os outros inscritos querem falar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria dizer isso mesmo, até porque as colocações estão se repetindo.

Data venia, Senador Aécio Neves, essa colocação já havia sido feita pelo Senador Ronaldo Caiado, e o Procurador já havia respondido, dizendo que essa matéria ainda tramita, pendente de decisão no Congresso Nacional. Ele, por uma questão de ética ou por respeito ao Legislativo, não queria se pronunciar antecipadamente.

Está agora inscrito, pela ordem, para falar o Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente José Maranhão.

Sr. Relator, Senador Ricardo Ferraço, Sr. Procurador Rodrigo Janot, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago aqui alguns questionamentos ao sabatinado.

Ele disse há pouco uma frase, num tom lapidar: "Há 31 anos, fiz opção pelo Ministério Público." Em 2009 e 2010, o Sr. Janot era Subprocurador-Geral da República, era Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, Membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Nesse período, advogou em

favor da Orteng – o, r, t, e, n, g – Equipamentos e Sistemas Ltda. Advogou contra uma empresa com participações de capital estatal, mais especificamente capital da Petrobras.

E o Sr. Procurador-Geral omite, em seu currículo, esse período em que advogou cumulativamente com o exercício de Subprocurador-Geral da República. Essa atuação é moralmente aceitável?

Diga-se que esta mesma empresa, a Orteng, obteve, via carta-convite, o serviço de instalação elétrica da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Pergunto: quando o Sr. Procurador-Geral espera também dar parecer a uma solicitação do Tribunal de Contas da União feita à PGR, que pede investigação mais apurada sobre as SPEs – Sociedades de Propósitos Específicos? Poderia o Procurador-Geral explicitar do que se tratam essas SPEs? E por que o Sr. Procurador-Geral não abriu investigação contra as SPEs?

Isso nos faz levar a outra pergunta: por que o Ministério Público se omitiu no Processo do Tribunal de Contas nº 029.389/2013-5 e respectivo acórdão no TCU? Uma decisão importantíssima em que está em jogo interesse do Estado brasileiro e que simplesmente o Ministério Público Federal se omitiu.

O segundo questionamento, e aí vou ter que lamentavelmente afirmar que o Sr. Procurador-Geral falseou nas informações que nos trouxe há pouco. Umas delas tentou corrigir, mas não *in totum*. A outra, nem isso.

O Sr. Procurador-Geral contratou, mais de uma vez, sem licitação, a empresa de comunicação Oficina da Palavra, para implantar mecanismos de governança interna, com intuito de melhorar o diálogo entre o gabinete do Procurador-Geral da República, a alta administração e os membros e servidores do Ministério Público Federal. Somente em 2014, os três últimos contratos, incluindo termos aditivos, somam mais de R$940 mil, tudo sem licitação. Imaginem se fosse um prefeito do interior do nosso País ou mesmo de capital ou um governador que tivesse feito isso, o que não estaria fazendo o Procurador-Geral Janot em relação a esses mandatários?

Os três últimos contratos, portanto, orçando R$940 mil, todos sem licitação. Essa empresa tinha um diretor executivo, Sr. Raul Pilati Rodrigues – e é, aí, que digo que o senhor não corrigiu a informação. Esse Sr. Pilati Rodrigues, que coordenou a campanha do Sr. Janot em 2013 e depois foi nomeado – foi nomeado sim, diferentemente do que afirma o Procurador-Geral – pelo Sr. Janot para secretário de comunicação na PGR, conforme tenho aqui um documento que comprova isso. Funcionário da PGR. E ele saiu sabem quando? Ele deixou o cargo em junho deste ano. E este Sr. Pilati o que era? Ex-proprietário da Oficina da Palavra.

Não por acaso o jornalista Elio Gaspari comentou em sua coluna, através de uma pitoresca nota.

Diz ele:

> O Dr. Rodrigo Janot terá trabalho na quarta-feira, 26, para explicar por que, dispondo de um quadro de servidores pagos pela Viúva, contratou uma agência de publicidade para cuidar da Procuradoria-Geral da República. A PGR [diz ele] não é a Coca-Cola. Se ele sair da sabatina convencido de que este tipo de promiscuidade contraria a boa norma da administração, todo mundo ganhava.

É interessante – e eu não vou me deter nisso – é que a Coca-Cola não está aqui por acaso. O Sr. Janot depois poderá explicar a relação dele com essa empresa.

Interessante é que o próprio Ministério Público Federal, por meio da Portaria nº 344, de 29/10/2014 – vejam bem a contradição –, da Procuradoria de Mato Grosso, instaurou o Inquérito Civil Público nº 1.20.000.000295/2014-91 para apurar irregularidade envolvida exatamente na dispensa de licitação realizada pelo Secopa – Secretaria para a Copa do Mundo, do Mato Grosso, com a mesma Oficina da Palavra e, pior, a PGR se utilizou deste processo da Secopa para justificar a inexigibilidade da licitação, que favoreceram essa empresa chamada Oficina da Palavra.

É uma coisa sem sentido. Quer dizer, a Procuradoria Geral da República aciona a Secretaria, o Governo do Mato Grosso por ter contratado sem licitação a empresa Oficina da Palavra, mesmo sendo um regime diferenciado de contratação que abrigava as obras e as iniciativas da Copa do Mundo. Ela fez isso e, ao mesmo tempo, dispensa de licitação quando contrata esta Oficina da Palavra para prestar serviços a amplo gabinete do Sr. Procurador-Geral.

Outra questão – e aqui, também, houve um falseio da verdade, mas eu tenho aqui os dados exatos, que vou informar. O Procurador-Geral alugou, em 2014, sem licitação, uma mansão em área residencial na Área Especial B da QI 15 do Lago Sul, de 1,226m^2. E olhem que o Procurador-Geral já tem aqueles dois toletes de cristal onde se instala e alugou esta casa de 1,226m^2 na QI 15, área nobre, por R$67 mil por mês, contrato, para uso da Procuradoria-Geral, pelo prazo de cinco anos.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Quando foi solicitar o alvará, a Procuradoria descobriu que aquela área não era própria para funcionamento de outro equipamento que não fossem creches ou escolas. Quem vai pagar o prejuízo?

E eu vou dizer. O Sr. Procurador afirmou que não gastou um centavo; depois disse que não, gastou alguma coisa. Mas eu vou ler o próprio relatório do Sr. Procurador, respondendo a um questionamento que fiz à Procuradoria.

Diz o seguinte...

A portaria... Isso aqui é o despacho... Onde é que está? Está aqui. É porque são muitos documentos.

O Sr. Procurador, respondendo a uma solicitação que fiz, baseado na Lei de Acesso à Informação, responde que... Eu não vou ler tudo, aqui se fala da questão técnica etc., mas ele diz o seguinte: "Até a presente data, o montante dos valores custeados por esse órgão, tal, tal, tal, tal, tal, tal, tal, tal, tal, em procedimento próprio, totaliza..." – até uma informação para o Sr. Procurador-Geral – "... a Procuradoria Geral gastou R$183.133,33, referente aos aluguéis..." – resposta do Procurador-Geral – "... mais o montante de R$147.154,90, referentes aos custos operacionais".

Então, foi isso o que foi gasto e não, diferentemente do que ele disse, que nada foi gasto. Foi gasto isso e, agora, depois que houve a denúncia formulada por mim, é que a Procuradoria, então, viu o grande equívoco em que incorreu e tenta, na Justiça, reaver os valores pagos.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Terminando, Sr. Presidente. Terminando e aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Apenas lembro ao Senador Collor que V. Exª excedeu seu tempo.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Eu só tenho mais uma complementação aqui para fazer, Sr. Presidente, e peço a minha reinscrição a V. Exª, ao final de todos os oradores que aí estão, porque eu tenho mais uma série de questionamentos a fazer ao Sr. Procurador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Sem querer direcionar, mas V. Exª ainda tem o tempo da sua réplica.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Posso? Então, muito bem. Então, muito obrigado.

Sobre essa questão da contratação da Oficina da Palavra, o Sr. Janot recebeu um ofício dos jornalistas que fazem parte da Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria da República, em que eles questionam o fato do desprestígio que estavam sofrendo e que estão sofrendo em função da contratação dessa Oficina da Palavra. E eles enviam um ofício com algumas perguntas, perguntas essas que não foram respondidas.

Entre elas, perguntam ao Procurador-Geral: "É sua estratégia, Sr. Procurador, dar acesso a informações extremamente sensíveis para uma empresa privada, cuja a finalidade precípua é obter lucro? Vazar informações para os grandes veículos de comunicação? É sua estratégia, Sr. Procurador, fornecer informações *in off* e privilegiar determinados veículos de comunicação? É sua estratégia desprestigiar a comunicação pública e substituí-la por barganhas e estratégias próprias de comunicação mercadológica, a fim de conseguir capas de jornais e destaques em jornais televisivos?

E sobre vazar informações, nós estamos aqui diante de um catedrático em vazar informações. Vazar informações que correm sobre segredo de Justiça, e violar segredo de Justiça é crime previsto no Código Penal. E quem está dizendo que o Procurador-Geral vaza as informações, não sou eu, somente eu. Aqui, no Senado, no Congresso, todos sabem, e S. Exª, o Ministro Teori Zavascki já assim afirmou que, em relação a determinado vazamento, ele não tinha dúvida que o vazamento ocorreu da Procuradoria Geral da República.

Aliás, o mesmo método que o seu antecessor usava e que, certa vez, inclusive, conversamos sobre isso. E o senhor se manifestou indignado contra essa prática. Mas vem fazendo a mesma coisa.

E agora uma questão, também muito peculiar, que lhe diz respeito diretamente.

O Sr. Procurador-Geral era Procurador da República em 1995... Não vou rebuscar muito isso, para não... Mas, o senhor tinha um parente contraventor, associado a um outro contraventor, que receberam, por parte da Interpol, o chamado aviso vermelho, ou seja, procurado onde quer que estivesse – ele e o seu sócio. O senhor homiziou esse contraventor, chamado Cláudio Gouveia, em sua casa, em Angra dos Reis, no Condomínio Praia do Engenho, Km110 da Rio-Santos.

Pergunto, foi correta a sua atitude? Nessa oportunidade, o senhor foi muito ajudado e continua sendo pelo Sr. Fernando Antônio Fagundes Reis. E eu demandaria ao Sr. Procurador que informasse à Comissão onde ele trabalha e qual o grau de suas relações com ele?

A seu mando, o Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da República, por meio do Memorando nº 13, de 2014,...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – ... determinou a nomeação...

Essa é a última, Sr. Presidente, e eu encerro agradecendo mais uma vez a sua tolerância...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª já excedeu em três minutos o seu tempo.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E ainda dispõe de cinco minutos para a sua réplica.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia: determinou a nomeação da Srª Cinthia Oliveira de Almeida para o cargo em comissão de Assessor-Chefe, nível IV, CC-4, do Cerimonial da PGR sem que ela tivesse nível superior, como estabelece o §1º do art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 287/2007. Para justificar o descumprimento da norma interna, o seu Chefe de Gabinete, naturalmente a seu mando, alegou ser a nomeação dessa senhora para Chefe de Cerimonial um ato – e, aqui, literalmente como está no ofício do chefe de gabinete: "um ato que prestigia o interesse público". Prestigia o interesse público a nomeação de uma senhora para Chefe de Cerimonial da PGR? Ou será um outro tipo de interesse? Público não é; público não é.

O senhor sonegou informações na documentação enviada a esta Comissão – cinco processos de denúncias aqui no Senado (Petições de 2 a 6, de 2015; duas ações de fiscalização e controle no TCU, embora sob a relatoria do Ministro Benjamin Zymler) –, mesmo sabendo que todos podem levá-lo a julgamento e condenação – porque não terminou ainda o processo, o que V. Exª quis dar a entender naquele despacho que leu, do TCU – por crime de responsabilidade. Seria esse um ato de menosprezo ou um ato deliberado de escamotear informações?

E tenho outras perguntas, mas agradeço, Sr. Presidente, e reitero minha solicitação de me reinscrever, porque tenho outras perguntas aqui a formular ao escrutinado do dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, questão de ordem – art. 403.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, Presidente, sou eu, Randolfe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quem foi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eu fico feliz com a confusão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Desculpe-me.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, não me insulta a confusão com a Senadora Vanessa. Meu timbre de voz – eu reconheço – é muito parecido com o da Senadora.

Mas, Sr. Presidente, quero arguir questão de ordem e o faço com base no art. 403 do Regimento da Casa, combinado com o art. 397, inciso X, que regula as sabatinas de nossa Casa.

Diz o inciso X o seguinte:

> Terminada a exposição do Ministro [isso também vale para todos os sabatinados], que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado [como V. Exª corretamente está fazendo], após o que poderá ser este contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro [no caso, quem está sendo interpelado] o mesmo tempo para tréplica.

É o que diz o nosso Regimento.

Comunico V. Exª que esta Mesa da CCJ já foi provocada sobre o caso de reinscrição anteriormente, sob a presidência de S. Exª o Senador Eunício Oliveira, e foi indeferida a possibilidade de reinscrição. De fato, Sr. Presidente, o Regimento é claro em não abrir a possibilidade de reinscrição, e este caso já foi resolvido em questão de ordem pela Mesa desta Casa.

Então, suscito esta questão de ordem para resolução por parte de V. Exª sobre a possibilidade de inscrição e reinscrição.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para contraditar, Sr. Presidente, a questão de ordem do Senador Randolfe.

Aqui! Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. Com a palavra, o Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Se quiser confundir com a Senadora Fátima... O sotaque é parecido. (*Risos.*)

A Senadora Fátima tem sotaque parecido. Somos conterrâneos paraibanos.

Para contraditar, Sr. Presidente.

A Mesa do Senado recebeu iniciativa de nossa autoria, devido a conflitos que foram estabelecidos em outras sabatinas. E houve uma mudança, Senador Randolfe, no nosso Regimento que estabeleceu rigorosamente essas regras que estão hoje sendo observadas. Então, apresentamos uma sugestão que foi aprovada pelo Plenário e que criou novas regras para as sabatinas, exatamente porque, até bem pouco tempo atrás, havia um hábito não regimental de se fazerem perguntas em bloco.

Estamos, neste momento, vivendo um dos mais importantes instantes do Parlamento da República, tanto para o Senado como para o Ministério Público, especificamente para a Procuradoria Geral da República. Portanto, não há de se falar em cerceamento de participação. O que devemos, pelo contrário, é estimular a participação de todos, para que todas as questões possam ser apresentadas. E novas regras foram estabelecidas exatamente para não diminuir o papel do Senado Federal neste instante nobilíssimo de suas funções, com a realização de sabatinas de autoridades, como é o caso de S. Exª o Procurador-Geral da República.

Portanto, Sr. Presidente, V. Exª está rigorosamente cumprindo as novas regras do Regimento, promovidas pelo Plenário através de iniciativa de minha autoria, para regulamentar a realização das sabatinas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para esclarecer, eu lembraria ao Senador Randolfe que o artigo que regula a sabatina de candidatos ao Ministério Público etc. é o art. 383. Isso está no art. 383, e não está prevista realmente nesse artigo a reinscrição de oradores para inquirição do candidato. Dessa maneira, a Presidência, especialmente diante do longo tempo que temos pela frente ainda – esta é a questão prática –, não tem como fazer a reinscrição do Senador Collor, para, em nova oportunidade, aduzir o seu questionamento ou fazer outros questionamentos, por mais importantes que sejam.

Mas V. Exª, no curso, ainda dispõe de cinco minutos para fazer a sua réplica

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito bem, Sr. Presidente, acato a determinação de V. Exª, baseado no nosso Regimento. E, qualquer outra dúvida que eu tenha, eu posso, pela ordem, no decorrer desta sabatina, fazer alguns outros questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª pela compreensão e, evidentemente, pelo sentido prático.

Nós temos de concluir esta inquirição, esta sabatina. Fizemos um cálculo aproximado: se continuar o ritmo em que vamos, ainda teremos 10 horas e 42 minutos de sabatina, se tudo correr normalmente.

Com a palavra, o Procurador Janot, para dar suas respostas aos questionamentos que foram aqui levantados pelo Senador Collor.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador e ilustres Senadores, eu gostaria de dizer que a minha atuação profissional é, foi e será firme no combate à corrupção.

No processo referido por V. Exª, o que se refere à Orteng, eram a Orteng e mais sete pessoas físicas, ou melhor, seis pessoas físicas, que discutiam uma questão de direito de retirada de acionista minoritário com uma empresa chamada Trikem. Esse processo...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Braskem.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Não. A Trikem... Posso esclarecer, Senador?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Pode esclarecer. Eu lhe envio agora a cópia do STJ.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Asseguro a palavra ao orador.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Essa questão começou nos idos de 1997, por aí, contra a empresa chamada Salgema. Depois, essa empresa Salgema foi adquirida pela empresa Trikem, que, ao final do processo, quando já julgado, foi adquirida pela empresa Braskem.

Essa Braskem entra no processo, por sucessão, em uma ação rescisória, para rescindir uma decisão judicial favorável àquilo que se postulava. Esse processo se arrastou por mais de 14 anos.

Eu devo lembrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sim, o senhor pode conferir que verá. Eu queria ter assegurado o meu direito de manifestação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – V. Exª não me interrompa então.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu peço ao Senador Collor que não interrompa o orador, a exemplo do que o próprio orador fez com V. Exª. Respeitou o pronunciamento de V. Exª.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Informo que este Congresso, na edição da Constituição de 1988, autorizou a membros do Ministério Público que àquela época exercessem a advocacia pudessem assim fazê-lo. Eu tenho duas inscrições na OAB, uma de Minas e outra suplementar, do Distrito Federal, e o faço dessa forma.

No que se refere às SPEs – Sociedades de Propósito Específico, investigação de SPE não se dá no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que, como óbvio, todos os senhores conhecem, se faz para as pessoas com prerrogativa de função, a menos que haja conexão probatória desejável no processo. E elas estão sendo, sim, algumas delas, investigadas no âmbito da Operação Lava Jato. Não no TCU, porque o Ministério Público Federal não oficia no TCU, mas oficia perante a Justiça Federal, e algumas delas, sim, estão sendo investigadas na Operação Lava Jato.

Com relação aos contratos da Oficina da Palavra, foram contratos regulares. Em um deles houve o questionamento de um Parlamentar perante o TCU, e eu já li para os senhores a posição inicial do TCU. Em 2013,...

Devo dizer também que eu não neguei que o Sr. Raul Pilati assumiu a Secom da Procuradoria. Ao contrário, eu li a cronologia do TCU em que o próprio TCU afirmava que nenhuma irregularidade existiu na contratação do Sr. Raul Pilati para a Secom da Procuradoria. E digo mais: ele não fez minha campanha em 2013. Eu não contratei ninguém para fazer campanha. Eu contratei uma pessoa para me fazer assessoria de comunicação. Não houve contratação de empresa para a campanha. E devo dizer mais: ele não é sócio da Oficina da Palavra. Ele foi sócio de uma empresa que se chama In Press, e não foi sócio da Oficina da Palavra. Digo mais: a Oficina da Palavra não é empresa de publicidade, é uma empresa que, nesses contratos referidos, presta consultoria e presta treinamento, *media training*, para membros do Ministério Público Federal. Aliás, presta treinamento de *media training* para vários Ministérios Públicos e vários juízes e magistrados de vários Estados.

A questão da investigação do Mato Grosso, o que existe hoje é que o membro do Ministério Público Federal no Mato Grosso declinou da questão investigatória no âmbito do Ministério Público Federal, arquivou no âmbito do Ministério Público Federal, e encaminhou ao Ministério Público do Estado para ver se sobejava alguma outra coisa a ser investigada.

O aluguel a que eu já tive a oportunidade de me referir aos senhores, a empresa que alugou o imóvel apresentou um alvará materialmente falso, com plantas arquitetônicas que não eram aquelas apresentadas na Administração do Lago Sul. Tão logo se soube desses fatos, muito anteriores a qualquer manifestação de qualquer Senador da República com referência a isso, houve então a imediata adoção de providências para a rescisão do contrato, a cobrança dos aluguéis e a representação junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para efeito de instauração de processo penal para apurar aquela falsidade ideológica do Alvará de Licença e Localização.

Gostaria de esclarecer aos senhores também que essa chamada Carta da Secom não foi subscrita por jornalistas. São servidores públicos, a grande maioria deles não tem atuação na área jornalística. Nela se questionava eventuais vazamentos dessa empresa que foi contratada.

Eu queria lembrar aos senhores que, naquela época em que houve a secção dos termos de colaboração premiada dos dois primeiros que vieram de Curitiba, houve uma agitação muito grande na imprensa e o que houve mesmo não foi vazamento, foi uma especulação enorme. Alguns meios de comunicação deram a chamada "lista do Janot"; alguns acertaram nomes, outros erraram nomes, e não se vaza nome errado. Então, o que houve naquela época foi uma grande especulação sobre os nomes que estariam ou não naquelas chamadas "listas do Janot", que não são do Janot. As listas são dos colaboradores que disseram sobre fatos que imputaram a pessoas. Eu nego, portanto, que eu seja um vazador contumaz. Eu sou discreto, não tenho atuação midiática.

E, quanto à questão levantada de forma não direta, lá dos idos de 1995, de uma pessoa que seria um contraventor etc., essa pessoa a quem o Senador se refere é o meu irmão. Esta questão: na época, 1995, dita pelo Senador, ele teria cometido crimes, ele estaria sob difusão vermelha de crimes, como o Senador mesmo afirma, praticados na Bélgica, em outro país.

Eu, como membro do Ministério Público Federal, tenho impedimento legal de atuar nos casos de parentes consanguíneos até o terceiro grau, e não me faria atuar. Não tive nenhuma atuação outra que não fosse aquela prevista, em que eu estaria impedido, mesmo porque, se eu tivesse tido alguma atuação, eu o tiraria da difusão vermelha e não o manteria na difusão vermelha. Não houve qualquer interferência minha.

Eu não vou me referir a esse episódio porque eu tenho para mim que a gente deve se referir às pessoas que podem apresentar defesa. E eu não vou me referir, em respeito aos mortos – esse meu irmão é falecido há mais de cinco anos –, eu não vou me referir, em respeito aos mortos, e não participarei dessa exumação pública que se quer fazer de um homem que nem sequer pode se defender.

A contratação para a assessoria do cerimonial: foi citada que haveria uma irregularidade na contratação porque ela estaria em desacordo com o dispositivo não de lei, mas um dispositivo de uma portaria, que é minha. Não existe exigência em lei para que essa função comissionada seja atribuída a quem tem curso superior. E não existe curso superior de cerimonial. A maneira, então, de se contratar alguém para o exercício dessas funções é recrutar alguém com experiência na área, alguém com experiência na área através de currículo. E o currículo da minha chefe de cerimonial – e o é até hoje – é invejável. Ela tem longos anos de trabalho na área, já trabalhou para o Palácio do Planalto, já trabalhou para o Itamaraty e, com base nesse currículo, ela foi recrutada.

E, por último, as petições que existiriam aqui e as quais eu teria ocultado da CPI, são as petições apresentadas pelo próprio Senador, que arguiu em quatro oportunidades, que pediu processamento do meu *impeachment* em quatro oportunidades. Também, quanto a essas, em respeito ao Parlamento e à dignidade do meu cargo, eu não vou fazer qualquer referência, aguardando que o Parlamento processe as petições apresentadas pelo ilustre Senador sobre o meu eventual *impeachment* ou não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, Senador Collor, para a sua réplica.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação ao que o Sr. Procurador-Geral falou – e ele nominou aqui o irmão dele...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria lembrar que, pelo Regimento, V. Exª tem cinco minutos.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Perfeitamente.

Eu concordo com o Sr. Procurador-Geral, até porque eu não fiz nenhuma acusação ao senhor seu irmão. Eu nem citei o parentesco; disse apenas que era um contraventor, que a pessoa era um contraventor. Mas o que eu afirmei foi que o senhor teria auxiliado uma dupla de contraventores. O outro chama-se Cláudio Gouveia – esse foi o nome que citei, se não me engano. E, realmente, o senhor deu guarida aos dois na sua casa. Eu citei aqui o endereço da casa em Angra dos Reis onde eles ficaram. Inclusive, o outro contraventor disse que pagava um aluguel ao senhor, e o senhor não dava a ele o recibo dos respectivos aluguéis.

Enfim, há tudo isso aqui, mas é...

Mas há algo mais grave do que isso. Todos os Srs. e Srªs Senadoras ouviram o Sr. Procurador-Geral dizer que o Sr. Raul Pilati nunca foi da Oficina da Palavra. E citou aí que era de uma outra empresa. "Nunca foi". Então, está aqui: ofício da Oficina da Palavra em que a Oficina da Palavra mostra aqui o projeto e diz as pessoas que trabalham na empresa Oficina da Palavra. Aí vem: D. Miriam Moura, D. Beatriz Abreu e, aqui, Raul Pilati, diretor-executivo da Oficina da Palavra. Diretor-Executivo da Oficina da Palavra! Foi, sim! Pertenceu, sim! Era dono, sim, da Oficina da Palavra, que o senhor contratou sem licitação e depois contratou o Sr. Pilati para ser o seu Secretário de Comunicação Social até o mês de junho deste ano de 2015. E diz aqui o que ele foi: repórter, secretário de redação, repórter especial não sei de onde e tal, e vai por aí afora.

Como eu tenho somente cinco minutos, foi dito aqui também que não fez campanha em 2013, que não contratou nenhuma empresa, apenas uma pessoa. Uma pessoa! Uma pessoa para fazer o quê? Campanha em 2013. Isto é notório, que se faz campanha. Mesmo na Procuradoria Geral da República se faz campanha. Faz campanha! Nós vemos como essa campanha é feita. Então, fez campanha, e foi o Sr. Raul Pilati que o auxiliou nesse processo.

V. Exª diz que não é de se demonstrar, não é de se vangloriar; e aquele cartaz fantástico, aquela foto, depois de uma vespertina reunião de que o senhor participou? O senhor sai da Procuradoria-Geral, desce do carro e pega um cartaz "Esperança do Brasil". E seu sorriso estampado na face. O que o senhor quis fazer com aquilo? Não foi uma demonstração de um novo super-homem que estaria surgindo no País? É essa a discrição que se espera do comportamento de um Procurador-Geral?

Em relação ao que o Procurador falou, da questão em relação à Orteng, está aqui. Superior Tribunal de Justiça. Requerente: Braskem S. A. O senhor aí discorreu...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – ... o que demonstra o seu conhecimento profundo sobre essa empresa e suas relações. Portanto, o senhor não poderia deixar de saber que a Braskem tem como um dos seus principais acionistas a Petrobras, e o senhor, como disse, fez a opção por servir ao Ministério Público e, como Subprocurador-Geral, o senhor não poderia, jamais – jamais! –, em tempo algum, ter advogado em favor de uma empresa, contrariamente aos interesses do Estado. E aqui estão também os outros nomes a que o senhor se referiu. Há vários. Mas a empresa é a Braskem.

Então, quero comprovar que o Sr. Procurador-Geral, enfim, esqueceu qual era a empresa.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Janot, para exercer o seu direito de tréplica.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Vamos lá.

Como já informei, a Braskem assume esse processo já depois de sentença transitada em julgado, e, por sucessão, por incorporação, a Trikem.

Volto a afirmar que o Sr. Raul Pilati nunca foi dono da Oficina da Palavra; ele foi empregado da Oficina da Palavra, dela se desvinculou e foi contratado, como dito pelo Tribunal de Contas, regularmente para exercer o cargo da Secretaria de Comunicação.

A assessoria de comunicação é prestada por um profissional com brilhante currículo e que houve por bem se ausentar da Secom da Procuradoria, em junho, por deliberação própria. Se fosse por mim, permaneceria lá até hoje, dado o profissional de escol que é.

Quanto ao mais, eu gostaria de lembrar, Srs. Senadores, que não há futuro viável se condescendermos agora com a corrupção; não há país possível sem respeito à lei. O que tem sido chamado de "espetacularização" da Lava Jato nada mais é do que a aplicação de princípio fundamental de uma república: todos são iguais perante a lei – pau que dá em Chico dá em Francisco, como se diz na nossa terra, Senador Aécio Neves.

Eu terminei.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o próximo Senador inscrito, José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente Senador José Maranhão, Sr. Relator Senador Ricardo Ferraço, Sr. Procurador-Geral da República, Senadoras e Senadores, eu começo registrando que o Sr. Procurador preenche todas as condições constitucionais, conforme comprova o Sr. Relator e a mensagem presidencial, para exercer e continuar exercendo sua importante função. O nosso Regimento Interno do Senado Federal também acolhe a sua indicação e nos permite ter um processo de discussão e, ao término, a sua votação também, como sugere o nobre Relator.

Portanto, essa arguição é parte desse processo de convencimento, e é dentro dessa visão em que todos nós...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem querer interromper, mas já interrompendo o orador, mais uma vez peço aos presentes o máximo de silêncio para que os trabalhos possam se desenvolver normalmente e possamos ouvir civilizadamente o orador na tribuna.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, a partir dessas duas confirmações em que nós estamos fazendo a sabatina e que, ao término, cada um de nós vai para o processo eleitoral, e eu acredito que V. Sª será aprovado.

Quero registrar também que ontem o Senado Federal aprovou o reajuste do Plano de Cargos e Carreiras dos Funcionários do Ministério Público Federal, acolhendo a mensagem encaminhada por V. Sª sugerindo, depois de um longo debate com o Ministério da Fazenda, a posição da Procuradoria com relação a esse importante pleito do funcionalismo. Aprovamos a matéria por 46 votos a 28, e é bom lembrar que os 28 que votaram contra a mensagem de V. Exª queriam a manutenção de um pleito anterior, mas nós aqui no Senado Federal, dialogando com o Ministério Público Federal, achamos por bem aguardar essas tratativas que resultaram na aprovação, por 46 votos a 28, no dia de ontem.

Quero também registrar que os três grandes escândalos últimos que a República brasileira presenciou têm como natureza de origem o financiamento empresarial de campanha. Se nós formos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apelo às galerias no sentido de que mantenham o necessário silêncio para que o orador, Senador José Pimentel, possa fazer as suas colocações na sabatina do Procurador Janot.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Se formos ao mensalão mineiro do PSDB, lá de 1998, veremos que sua origem é financiamento empresarial de campanha. Se formos ao mensalão de 2002, do PT, veremos que sua origem é financiamento empresarial de campanha. E, no desenrolar da Lava Jato, por esse conjunto de dados que está chegando, também, podemos afirmar, tem como origem predominante o financiamento empresarial de campanha.

Portanto, sou um daqueles que entendem que os países que conseguiram superar grande parte desse problema foi com o fim do financiamento empresarial de campanha. Tivemos uma representação da OAB nacional ao Supremo Tribunal Federal, uma Adin, que, por 6 votos a 1, já declarou que o financiamento empresarial de campanha é inconstitucional.

Depois do resultado já aferido, porque tem a maioria absoluta, o Ministro Gilmar Mendes pediu vista. E está a perder de vista a vista ali solicitada – desde abril de 2014, já depois da maioria. Se fosse qualquer um simpático à tese do fim do financiamento empresarial de campanha, dava para se ter uma ideia de como estava esse debate.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, durante 2011 e 2014, também fez um grande debate sobre a reforma política, e um dos itens era o financiamento empresarial de campanha. Por maioria de votos, ela rejeitou o financiamento empresarial de campanha na época e aprovou o financiamento público de campanha, e está na Câmara Federal a posição da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Pergunto a V. Exª: qual a sua visão sobre o financiamento empresarial de campanha?

Segunda questão: se analisarmos uma das representações feitas pelo PSDB, no Tribunal Superior Eleitoral, contra a campanha de 2014 da Presidenta Dilma Rousseff, veremos que ela tem sua fundamentação no financiamento, pela UTC, de R$7,5 milhões de campanha, em que, na representação, na ação, declara que é de natureza criminosa essa doação feita pela UTC à campanha da Presidenta Dilma.

E essa mesma empresa – UTC – declara – e está na prestação de contas – que o Senador Aécio Neves, candidato a Presidente da República, em 2014, recebeu, da mesma empresa, R$8,7 milhões.

Pergunto a V. Exª: é possível uma empresa ter uma conta suja para financiar determinado candidato e, ao mesmo tempo, uma conta limpa, da mesma empresa, para financiar outro candidato, se nas investigações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu estou registrando o nome para garantir o art. 14; é por isso que estou registrando o nome de propósito.

É possível fazer essa separação?

Terceira pergunta, e quero, em seguida, encerrar. Na ação do Mensalão do PT, de 2002, o Supremo Tribunal Federal entendeu que não havia diferenciação entre pessoas com diferencial de foro e os demais que não têm o diferencial de foro, mas declarou que a competência era do Supremo Tribunal Federal. Essa ação já foi julgada, e os condenados estão cumprindo a sua pena. Já, no Mensalão do PSDB de Minas Gerais, o Supremo Tribunal Federal teve outro entendimento, dizendo que a sua competência era exclusivamente daqueles que têm o foro privilegiado, como falamos, e mandou o restante do processo para Minas Gerais. Em seguida, foi feita uma chicana jurídica: aqueles que tinham diferencial de foro renunciaram aos seus mandatos, a exemplo do Deputado Eduardo Azeredo, que havia sido Presidente do PSDB, para retardar a decisão do Supremo Tribunal Federal. E esse processo caminha para a prescrição no Estado de Minas Gerais.

Então, pergunto a V. Exª como está o processo do Mensalão do PSDB, já que o Mensalão do PT já foi julgado e é posterior. O Mensalão do PSDB, como está nos autos, é o financiamento de campanha de 1988. Já o Mensalão do PT é financiamento de campanha de 2002.

Finalizo, perguntando: com relação à Lei Anticorrupção, que, na verdade, é a lei do corruptor, de nº 12.846, que é de agosto de 2013 – é uma lei recente –. ao longo desse processo, a Procuradoria entende que é preciso fazer alguma atualização? Caso sim, quais seriam essas atualizações porventura detectadas?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pelo art. 14. Fui citado nominalmente pelo ilustre Líder do PT, Senador Pimentel. Bem rapidamente, sem querer polemizar, porque hoje é dia de ouvirmos o Relator e nosso Procurador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Devo fazer uma referência a sua citação porque é dever de todos nós, Parlamentares, sobretudo Senadores da República, pela experiência que temos, não confun-

dirmos as coisas. Vejo esta preocupação permanente, que não é apenas do líder Pimentel, é do PT: não tendo mais justificativas para o malfeitos, buscam encontrar semelhança em outros malfeitos.

Eu confio na Justiça, Senador Pimentel. Ela vai julgar todas as denúncias que lá chegam. O que posso garantir, sem qualquer prejulgamento, a V. Exª é que se, eventualmente, algum nome do meu Partido for condenado por determinado ilícito – não faço aqui prejulgamentos – não será tratado como herói nacional, como fez o Partido de V. Exª. Na verdade, um péssimo exemplo.

Mas me refiro à citação de V. Exª. V. Exª diz que a campanha que fiz ano passado recebeu recursos da UTC, como recebeu de outras empresas. É verdade, cumprindo exatamente o que define a legislação: o financiamento privado é a forma pela qual as campanhas hoje são feitas no Brasil, inclusive a de V. Exª.

Agora, a diferença, quem atesta não sou eu, é o delator, Ricardo Pessoa. Na sua delação, ele atesta que a doação que fez à campanha da Presidente Dilma Rousseff – eu sequer tenho qualquer relação com ele – foi com base numa pressão que havia recebido do atual Ministro de Comunicação do Governo, Sr. Edinho Silva, que condicionava a continuidade de seus contratos na Petrobras à doação desses recursos.

Portanto, vamos colocar as coisas como elas devem ser. E posso garantir a V. Exª, Senador Pimentel, que não apenas nessa, em todas as inúmeras campanhas que disputei, ganhando várias, mas perdendo também, os recursos que recebi não tiveram qualquer contrapartida, diferente das denúncias que hoje levam inclusive o Tribunal Superior Eleitoral, na noite de ontem, a abrir, por maioria dos votos, investigação sobre a campanha da Presidente da República.

É apenas esse esclarecimento que gostaria de fazer, respeitosamente, ao Procurador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador, para responder as colocações do Senador José Pimentel.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador José Pimentel, a questão do financiamento empresarial de campanha, vou separar em dois momentos distintos, o momento judicial e o momento de definição política. O momento judicial: a manifestação do Ministério Público Federal foi contrária à possibilidade do financiamento empresarial de campanha. Agora, quanto à questão política, essa é uma questão que o Parlamento é que melhor dirá, e sou deferente ao Parlamento naquilo que ele deve optar como a melhor maneira que entende para o financiamento das campanhas.

Quanto à eventual colaboração do Sr. Ricardo Pessoa, eu, por força de lei, não posso nem reconhecer a existência dela porque ela ainda está sob sigilo. Então, o que se tem também são especulações em torno do conteúdo dessa eventual colaboração premiada. E como, se eventualmente houver a colaboração, isso está coberto por sigilo, eu não posso a ela me referir.

No problema do julgamento do Supremo Tribunal Federal da Ação Penal 470, o que eu posso esclarecer é que pessoas sem prerrogativa de foro foram ali julgadas porque o Supremo entendeu a existência de conexão probatória necessária, que era conveniente que esse processo fosse julgado de uma vez só com todos os réus ali presentes. Houve um pedido do Ministério Público Federal, do então Procurador-Geral da República, para que os processos fossem cindidos. O Supremo entendeu que seria melhor julgar num contexto por conexão probatória e manteve ali todos no polo passivo da demanda.

Quanto aos outros casos referidos por V. Exª que tramitavam no Supremo Tribunal Federal, houve a renúncia de mandato de dois Parlamentares, um Deputado e um Senador. Em razão da renúncia dos mandatos, não existia mais a prerrogativa de foro, e esse processo, então, baixou para a Justiça de primeiro grau em Belo Horizonte.

Quanto ao andamento desse processo, eu não sei lhe dizer, porque a minha atuação se dá perante o STF e a Corte Especial do STJ.

Quanto a eventuais mudanças na Lei Anticorrupção, um ponto que acho importante discutir é a intervenção do Ministério Público nos acordos de leniência, inclusive para a segurança das próprias pessoas envolvidas, porque um acordo desses, que não envolva matéria penal, não sei se traria segurança jurídica para as pessoas participarem desse acordo de leniência. Acho que seria melhor para o sistema, como um todo, que o Ministério Público fosse chamado a fazê-lo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, para a réplica.

Quero iniciar afirmando que esses três grandes escândalos recentes na República têm como origem o financiamento empresarial de campanha. Sou um daqueles que aprendeu que quem tem interesse no Estado democrático de direito são as pessoas físicas, são essas que constroem o Estado democrático de direito. Aprendi também que a empresa tem interesse no mercado. Portanto, não se trata de campanhas como o Criança Esperança, onde as pessoas, espontaneamente, colaboram. As pessoas físicas têm essa capacidade; as pessoas jurídicas, em qualquer parte do mundo, têm outro interesse.

Por isso, louvo o parecer da Procuradoria, na ação declaratória de inconstitucionalidade da OAB, favorável ao fim do financiamento de campanha. E sou um daqueles que advoga que chegou a hora de tirarmos o financiamento empresarial de campanha desse setor para que, efetivamente, o Brasil possa dizer: "estou expurgando uma das questões, o câncer da corrupção nesse processo", tanto pelo que aconteceu no Mensalão do PSDB, em 1998, como no Mensalão do PT, em 2002, e que se repete na Lava Jato. Tudo o que veio à denúncia até agora mostra que essa é a razão principal de ser.

É evidente que, ao abrir essa comporta, termina havendo outros interesses que o Brasil não aceita ali serem acobertados. O Ministério Público e a sociedade brasileira querem a sua apuração.

Quero registrar também que nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Para uns, uma celeridade, que é importante; para outros, o prêmio da prescrição, como está acontecendo com o Mensalão do PSDB, de 1998. É evidente que a Procuradoria não tem culpa disso; são chicanas jurídicas de que se utilizam com esse objetivo. Para uma boa parte dos denunciados, lamentavelmente, o crime já está prescrito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª não deseja usar da palavra? (*Pausa.*)

Chamo agora a próxima oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Procurador-Geral, Rodrigo Janot, cumprimentar os diversos Procuradores e Procuradoras que acompanham, aqui no Senado Federal, esta sessão de sabatina, e dizer, em primeiro lugar, que o tema principal que elegi – e, aqui, a gente tem de eleger um tema por conta da escassez do tempo – foi exatamente o tema de que acaba de falar o Senador José Pimentel. Contudo, mesmo havendo sido ele o primeiro Senador a levantar o assunto, financiamento privado de campanha, faço questão de abordar também esse tema.

Antes, Sr. Presidente, quero aqui fazer uma observação muito rápida, dizendo que, no âmbito do Ministério Público da União – e vários Estados seguem a mesma metodologia –, desde 2001, seus membros elaboram uma lista tríplice que vai à apreciação da Presidência da República. Desde 2003, a lista tem sido respeitada e sempre – repito, desde 2003, com o Dr. Cláudio Fonteles; em 2005, com o Dr. Antônio Fernando, reconduzido em 2007; com o Dr. Roberto Gurgel, em 2009, reconduzido em 2011; e V. Exª, em 2013, reconduzido agora, em 2015 –, todos os enviados pela Presidência da República, leia-se Presidente Lula, Presidente Dilma, foram os primeiros colocados da lista. Em 2001 não foi assim. Em 2001, o Procurador Geraldo Brindeiro não foi o primeiro colocado na lista, mas foi ele o escolhido.

Parece que isso é pouco e que não chama muito a atenção pública, mas isso é muito importante. Porque muita gente que fala e critica o Governo – e se esquece de dizer que o Governo não faz mais do que a obrigação – usa isso apenas como discurso, porque a prática é muito diferente! Vide o que acontece no Estado de Minas Gerais. Será que em Minas Gerais o Procurador é o primeiro da lista que historicamente tem sido nomeado pelo governo do Estado quando colegas nossos foram governadores do Estado? Não, não, não! Em São Paulo é assim que acontece? Também não, também não!

Então eu quer destacar, Dr. Janot: o senhor está aqui por um ato de respeito e reconhecimento da Presidência da República. Eu acho que isso é um passo importante...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senadora Vanessa, no Acre também não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que esse é um passo importante para a consolidação da democracia no nosso País. Então, eu não poderia deixar de fazer essa observação, de jeito nenhum.

Mas vamos lá ao financiamento empresarial de campanha. Primeiramente, eu quero concordar, Dr. Janot, quando o senhor fala – e com tudo o que o senhor fala – a respeito da necessidade, da premência, da urgência em se combater a corrupção no Brasil. Aliás, o que nós ouvimos nos corredores – pena que a gente não possa comprovar, porque se pudéssemos encaminharíamos ações, e muitas ações, e representações junto ao Ministério Público – é que toda obra é precificada. Não é precificada no valor da obra, mas é precificada com um percentual desviado para determinadas pessoas, geralmente que estão no poder. Isso acontece nos Municípios, isso acontece nos Estados, isso acontece em todo o canto. É o que a gente ouve há muito tempo. Então, eu louvo a iniciativa – louvo muito a iniciativa – de enfrentar esse problema no País.

E acho também, por outro lado, que muitas críticas são deturpadas. Não é crítica à Lava Jato. Não é crítica aos holofotes que têm em torno da Lava Jato. Talvez as críticas sejam porque falta um pouquinho de equilíbrio, porque um lado sim e o outro lado não. A gente escuta muito isso, Dr. Janot, muito. V. Exª deve ouvir também, como todos nós ouvimos em relação a isso.

Mas, Dr. Janot, para combater a corrupção a punição é muito importante, porque a impunidade é a irmã gêmea da marginalidade, do crime e da corrupção, nós sabemos disso. Então, punir os corruptos e os corrup-

tores é fundamental, mas é somente uma parte, não é tudo, não é tudo, não é tudo! O que nós estamos vendo agora? O Senador Pimentel levantou, mas eu faço questão de repetir: o que dizem as delações premiadas que eu tenho conhecimento pelas revistas, pelos jornais? "Não, nós desviamos 10 milhões para partido político, para abastecer caixa de campanha eleitoral". "Quanto foi para o partido político, dos dez?" "Foi um". "E os nove?". Para eles. Então, hoje, em grande parte, partidos políticos estão sendo utilizados como desculpas para que a corrupção ande solta, e muitas vezes são beneficiados. Então, o que fazer? Acabar com a contribuição empresarial de campanha. Aí eu volto à Adin da OAB, porque aqui está sendo debatida essa questão como uma decisão e uma questão política, e não é!

Eu quero cumprimentar o parecer do Ministério Público perante a Adin, que é datado de 17 de outubro de 2012 – parecer apresentado pelo Procurador anterior a V. Exª, Procurador Roberto Gurgel, juntamente com a Subprocuradora Deborah Duprat.

Diz o seguinte em um determinado item:

> Devem ficar afastadas da participação, direta ou indireta, nos processos eleitorais, as pessoas jurídicas de direito privado sem conotação política, na medida em que não gozam de *status* de cidadão nem representam interesses públicos ou sociais, pelo contrário, seus atos constitutivos referem-se explicitamente a negócios privados, geralmente de índole mercantil.

Então, aqui, para tratar um pouco do mérito, mas segue, quando trata de parâmetros constitucionais no item 56, Senador Garibaldi, dizendo o seguinte:

> O tema "reforma política" está permanentemente em voga e ganha destaque especial na mídia, mas, obviamente, sua condução deve se dar pelo Congresso Nacional, que instituirá os instrumentos aptos a ampliar a participação popular e, consequentemente, o grau de representatividade democrática do Parlamento.
> Entretanto, não se trata [...], analisando essa matéria no caso em apreço, embora se discuta sobre modelos de financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais, a questão de fundo reside no perfil do processo eleitoral preconizado pela Constituição de 1988 e na adequação ou não das regras já positivadas pelo legislador ordinário.
> Portanto [é o que escreve e assina o Ministério Público que V. Exª dirige], não se trata de deflagrar ou realizar a reforma política a partir do Judiciário.

Pois bem; como disse aqui o Senador que me antecedeu, em 2014 – precisamente há um ano e quase cinco meses, há mais de 500 dias –, depois de seis dos onze Ministros terem dado voto favorável ao prosseguimento da Adin, acompanhando a opinião do Ministério Público, um único Ministro, Ministro Gilmar Mendes, pede vistas e até hoje não devolveu o processo – até hoje não devolveu o processo!

O que nós ouvimos é "Não, ele não quer criar atrito com o Poder Legislativo, visto que a reforma política cabe ao Poder Legislativo". Não é isso, e o Ministério Público é que está atestando. Cabe analisar a legislação eleitoral, a normativa eleitoral à luz da Constituição da República. É isso que preconiza a Adin.

Mas veja, Sr. Procurador, há uma resolução, a 278, de 2003, do Superior Tribunal de Justiça – em que V. Exª tem acento, de que participa, representando do Ministério Público –, que prevê dez dias para qualquer membro, quando pede vistas, com dez dias de prorrogação.

Eu lhe pergunto: o Poder Legislativo talvez seja o mais fiscalizado de todos, porque nós somos fiscalizados diretamente. E aqui quero fazer um registro do esforço que o Poder Legislativo tem feito para garantir a sua transparência, porque considero que a melhor forma de fiscalização e combate à corrupção é a transparência. Dê transparência aos atos, e você transforma toda uma população nos fiscais da ordem, da lei e dos recursos públicos. Então, o Poder Judiciário tem enfrentado isso.

Mas como fica o acompanhamento? Como fica o acompanhamento disso? O senhor acha justo um Ministro, depois de seis votos dados, pedir um processo e não devolver até hoje?

Eu gostaria, Dr. Janot, que V. Exª, como chefe integrante do Ministério Público, garantisse, desse muito mais publicidade à posição do Ministério Público em relação à corrupção.

Eu concordo, repito, com tudo que V. Exª fala da corrupção, mas acho que falta um pedacinho, e o pedacinho é este: nós temos de fazer a nossa parte, punindo o corrupto e o corruptor, mas temos de trabalhar a reforma da estrutura do Estado brasileiro, a estrutura legal, inclusive, para que possamos proteger mais o Estado das ações desses corruptos, Procurador.

E, por fim – meu tempo está acabando e não quero aqui me estender mais –, pergunto sua opinião a respeito ainda da punição que a lei prevê a membro do Ministério Público e do Poder Judiciário, porque, quando um parlamentar e um político...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já concluo, Presidente.

Quando ele tem o seu mandato cassado, é punido, perde, inclusive, seus direitos políticos, e ainda a legislação brasileira prevê a aposentadoria compulsória, quando ocorre isso com membro do Judiciário e do Ministério Público – não por desejo do Senado, porque nós já aprovamos, Senadora Fátima, já aprovamos a emenda constitucional que muda isso e que está parada na Câmara dos Deputados.

Era isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Janot, para responder às indagações feitas pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senadora, quanto ao financiamento de campanha, repito o que já disse anteriormente: no que se refere à atuação judicial, a manifestação do Ministério Público é expressa; no que se refere ao enquadramento da questão política, temos de ser deferentes ao que o Congresso Nacional entendeu que seja melhor para o processo.

Quanto à questão da lista tríplice, vamos lembrar que a nossa lista, a do Ministério Público Federal, é a única lista que não é constitucionalmente prevista. A nossa lista, na verdade, é informal, e me chamou a atenção, saltou aos olhos que, de uns tempos para cá, essa entidade da lista tríplice virou um patrimônio, não um patrimônio institucional do Ministério Público Federal, mas um patrimônio da própria sociedade. No dia da eleição, em que se faria a eleição, a apuração, isso era notícia de rádio, de televisão, comentário na rua, nos locais por onde passo, na padaria, todos perguntam: "E aí, como é que está a campanha? Está conseguindo? Quantos votos vai ter?" Isso ganhou o imaginário popular e cresceu. Eu lembraria, então, aos senhores que, como o Ministério Público Federal é o único em que não há previsão constitucional para a lista, se não seria o caso de pensarmos, já no âmbito do Parlamento, para que a lista possa ganhar o *status* constitucional e termos um tratamento equânime para todo o Ministério Público brasileiro.

Eu queria dizer, Senadora, como eu disse no começo, comentando aquela matéria do *Financial Times*, da visão México x Brasil no combate à corrupção, que o sinal, o desenho é muito forte. O desenho são dois navios, um com a bandeira do México e outro com a bandeira do Brasil. O navio do México com um grupo armado, pessoas ostentando fuzis, e o barco brasileiro com uma figura da justiça segurando a balança. Essa questão do combate à corrupção, muita gente diz – e vi num jornal, não lembro qual foi – que está provocando um impacto no PIB a atuação da Lava Jato. Não! A atuação da Lava Jato não impacta no PIB; o que impactou no PIB foi a atuação criminosa em detrimento da Petrobras, e não a atuação da Lava Jato. O que a gente faz, simplesmente, é investigar. E o que tenho visto, nos jornais de fora, é justamente o inverso: que a atuação do Ministério Público, de maneira isenta, de maneira equilibrada, e a atuação do Judiciário brasileiro, como dizem os jornais especialistas externos, é uma forma de se garantir, aos olhos do investidor externo, segurança jurídica para investimento no Brasil. Então, acho que estamos tratando bem a questão da corrupção, estamos evoluindo nessa matéria.

No que se refere à questão da reestruturação do Estado, eu lembraria à senhora, Senadora, que partiu de uma iniciativa do Ministério Público Federal, que, hoje, graças a Deus, perdeu a autoria, sendo hoje uma contribuição do Ministério Público brasileiro, o encaminhamento, por ofício, ao Senado e à Câmara – e estamos colhendo assinaturas de populares – dez medidas anticorrupção, que tratam, inclusive, da questão de financiamento com partidos políticos etc. Na verdade, são dez medidas temáticas, em torno de 22 medidas legislativas divididas em dez grupos temáticos. Essa é a contribuição que o Ministério Público, com a experiência não só da Lava Jato, mas de outras investigações, pode dar ao Parlamento.

Quanto à punição, não vejo nenhum problema; é uma questão de o Parlamento decidir se a exoneração se dará, e não como forma de aposentadoria compulsória. Mas essa é uma questão também afeta ao Parlamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar meu direito de réplica.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

Dr. Janot, quando levanto a questão das listas, concordo com V. Exª, inclusive, na segunda parte, em que V. Exª apresenta uma sugestão para que possamos nós, Parlamentares, estudar se já não seria o fato de dar legalidade e caráter obrigatório a essas listas. Concordo plenamente com V. Exª, por isso fiz a observação, porque considero que, desse mérito, tem muita participação o atual Governo e o Governo anterior.

Todas as razões poderia ter tido o ex-Presidente, aliás, a atual Presidente, para indicar qualquer outro nome – todas as razões! –, mas, em nenhum momento, assim o fez, ou assim agiu, nem dizendo que aquele é mais adepto do partido A, ou do partido B, para nomear segundo terceiro, ou até mesmo quem nem compusesse ou nem figurasse na lista, como se vê em alguns Estados – São Paulo, Minas Gerais e, no passado, no Brasil, em 2001, quando o Presidente, repito, era Fernando Henrique Cardoso. Então, exatamente por isso, por ser uma lista informal e apenas uma sugestão, é que registro que, se se chega a esse ponto, se V. Exª chega ao ponto de nos sugerir, quem sabe, que estudemos a possibilidade de legalizar, isso, graças à forma como vêm agindo os Governos nestes últimos anos, respeitando sempre os primeiros colocados da lista.

Em relação à corrupção, Dr. Janot, quando li algumas partes do posicionamento do Ministério Público perante a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela OAB, retiro esse tema da questão política e passo a defender o que preconiza o próprio Ministério Público, que esta é uma questão que não está sujeita a uma decisão política, não é algo integrante da reforma política, mas algo que tem que ser analisado à luz da Constituição brasileira de 1988, à luz da Constituição. E o Ministério Público, no seu parecer, é muito claro: essas questões violam princípios constitucionais, cláusulas pétreas, a possibilidade do financiamento empresarial, do Estado democrático de direito, do princípio da República, do princípio da cidadania e do princípio da proporcionalidade. V. Exªs que escreveram isso, não fomos nós, nem eu estou fazendo um discurso. É óbvio que concordo plenamente, mas utilizo as palavras oficiais do próprio Ministério Público, que, repito, está em todas as sessões do Supremo Tribunal Federal.

Então, Dr. Janot – e este é o apelo que faço a V. Exª –, eu gostaria de tê-lo ouvido mais sobre isso, sobre essa ação, porque a voz do Ministério Público é muito mais forte do que a de um Parlamentar, de um Senador, de uma Senadora, de um Deputado, de uma Deputada. Nós não temos assento no Supremo, não podemos chegar lá, pegar o microfone e dizer: "Ministro Gilmar Mendes, o senhor pediu vista de um processo há mais de um ano – aliás, há um ano e cinco meses –, e o senhor não devolve. Há até um *hashtag, na internet "#devolve, Gilmar",* e um *hashtag* que conta diariamente – parece que já são 511 dias,

E não se trata de uma medida qualquer, não se trata de uma medida banal, mas de um princípio, um pilar da luta no combate à democracia. Olha, estamos tão próximos de dar o maior avanço. E tenho certeza absoluta de que a população brasileira não entende como é que funciona a estrutura político-eleitoral do Brasil, mas não concorda; e tem ido para as ruas para dizer que não concorda. Não sabe se o candidato em quem ela votou teve muitos votos, mas não foi eleito. Não entende como é que, nas campanhas presidenciais, são gastos milhões, 100, 200 milhões, num país que tem as debilidades que têm o nosso!

Para mim, a luta contra a corrupção não é uma bandeira que se ergue não, mas uma conduta de vida, é uma conduta de vida que, igualmente, cada um tem que ter internamente, primeiro. E também não me convence aquele que sobre a uma tribuna todo dia para combater a corrupção e, depois, vota para manter o financiamento empresarial de campanha – não me convence.

E vou dizer-lhe o seguinte: a minha cidade é Manaus. Pegue a prestação de contas de um candidato a prefeito da minha cidade, Manaus... E eu fui já várias vezes candidata a prefeito. Pode pegar a minha também – não tem problema não – e pegue a prestação de contas, por exemplo, de qualquer candidato à Presidência da República. Sabe o que V. Exª vai ver? A empresa do lixo que atua lá, em Manaus, doou para o candidato a Prefeito. Agora, para o candidato a Presidente, quanto a empresa do lixo doou? Nenhum centavo! Quem contrata o lixo não é o Presidente da República, quem contrata o lixo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...é o Prefeito de uma Cidade.

Então, o apelo que deixo, concluindo, é que considero que o Ministério Público tem que ser mais pró-ativo, numa ação em que ele já manifestou a sua opinião.

E estamos a muito poucos votos de decidir, que, na luz da Constituição, o financiamento empresarial deturpa a representatividade, portanto, a própria democracia, a própria estabilidade do Estado democrático de direito.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Apenas eu queria ouvir atentamente os colegas.

Estou levantando um registro louvável do Senador Jorge Viana, que é o nosso Vice-Presidente, e que, assim como aconteceu na audiência para a sabatina do Ministro Luiz Fachin, nesta mesma Comissão, ampliou

o espaço de transmissão ao vivo da CCJ para permitir que a sociedade, que está muito atenta ao que está acontecendo neste momento aqui neste local, possa continuar pelo menos por mais uma hora acompanhar.

Então, Senador Jorge Viana, quero lhe agradecer por essa iniciativa, que, tenho certeza, conta com o apoio do Presidente Renan Calheiros. E, mesmo o Regimento Interno tendo que ser respeitado, penso que a relevância desta sabatina é fundamental para que a sociedade saiba o que estamos fazendo aqui e diante de quem estamos sabatinando.

Quero apenas fazer esse registro para agradecer o Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso não significa que estamos querendo sacrificar o nosso sabatinado, Dr. Rodrigo Janot, como já fizemos, aliás, com o Dr. Fachin, mas penso que é uma maneira de a Mesa Diretora do Senado dar a devida atenção a este momento que o País está vivendo, nesta sabatina, com uma autoridade da maior importância, esse grande brasileiro, que é o Dr. Rodrigo Janot, Eu, inclusive estou inscrito para fazer alguns questionamentos, como outros colegas. Essa iniciativa é para evitar de termos colegas que falaram durante a transmissão ao vivo e puderam fazer – todos respeitamos – as suas arguições e outros que não, que vão ser transmitidos em um canal específico do Senado. Então, o nosso entendimento foi prorrogar o início da sessão pelo menos até às 15h30 para que dê tempo a esta reunião avançar no que puder, ouvindo os demais colegas e, inclusive, as respostas, que são tão fundamentais para o País, do Chefe do Ministério Público Federal no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Janot, eu estou nesta Casa há quatro mandatos, já estive sentado na cadeira onde está agora o Senador Garibaldi Alves, que é titular da Infraestrutura, mas está no momento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador José Agripino, aqui eu sou suplente.

Eu fui guindado à Presidência por uma generosidade do Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Mas está exercendo a Presidência com muita dignidade, Senador Garibaldi.

Eu já estive presidindo a CCJ e presidindo a sabatina de inúmeras autoridades, de Ministros do Supremo, do STJ, de agência reguladoras, e posso prestar um testemunho: ultimamente, temos assistido a sabatinas longuíssimas; a do Dr. Fachin foi uma, e a de V. Exª outra. Isso é sinal dos tempos. Evidentemente isso é sinal dos tempos como aqui ficou muito bem salientado pela manifestação da Senadora Ana Amélia e do Vice-Presidente da Casa, que toma a iniciativa de prorrogar a transmissão do que está ocorrendo aqui pela televisão, pela TV Senado, para que mais brasileiros tomem conhecimento daquilo que V. Exª tem a dizer e daquilo que os Senadores têm a dizer.

Dr. Janot, a minha constatação é de que as longas audiências, e essas sabatinas que estamos realizando com um número muito grande de inscritos e com um tempo de duração muito alto, são oriundas das circunstâncias em que o País vive. O País vive hoje uma crise econômica singular, uma crise política singular e uma crise moral inédita. E nessa crise moral, a Procuradoria Geral da República desempenha protagonismo essencial.

Não foi a Procuradoria Geral da República quem criou os fatos que estão sendo investigados. Tudo nasceu do Paraná, o Juiz Sérgio Moro, que mandou, por razões de foro, algumas investigações para a PGR.

Esta última, com auxílio da Polícia Federal, faz a sua obrigação institucional e remete ao Supremo Tribunal Federal aquilo que é da sua obrigação.

As instituições no Brasil estão funcionando; daí a conclusão a que o senhor se referiu já duas ou três vezes, dos dois naviozinhos, o mexicano e o brasileiro. É porque as instituições no Brasil estão funcionando, graças a Deus. Nós não somos uma republiqueta; somos uma democracia que está se mostrando madura, à altura das suas circunstâncias e dos seus desafios.

Eu digo isso porque as circunstâncias que estamos vivendo têm levado à rua milhares de pessoas em centenas de cidades e Estados do Brasil. Eu pessoalmente já estive. Estive em todas as manifestações, no meu Estado ou aqui em Brasília. Aliás, político tem a obrigação de estar na rua e de ouvir as pessoas, para sentir o sentimento das pessoas e ser instrumento democrático do sentimento das pessoas. Isso é o que eu, que sou presidente de um partido, tenho procurado fazer. Na democracia, quem ganha eleição governa; quem perde eleição tem a obrigação – não é por gosto –, de interpretar o sentimento da sociedade, fiscalizando, denunciando e cobrando.

Foi por essa razão que quatro partidos de oposição entraram na PGR, por meio dos seus Líderes, com uma ação, interpelando fatos denunciados não por nós, mas pelo Tribunal de Contas da União: as pedaladas fiscais. V. Exª já teve oportunidade de se manifestar e dizer que as providências que lhe cabiam foram tomadas, e o senhor parou naquilo que o Ministro Teori Zavascki determinou ou decidiu. Muito bem; lei existe para ser respeitada, e autoridade que manifesta posição tem o direito de manifestar-se para ser respeitado, se segue princípios constitucionais.

Nós temos a obrigação, como partido de oposição, como Senadores ou como políticos de oposição, de interpretar o sentimento da sociedade. Nas manifestações em que estive, no meu Estado ou em Brasília, percebi claramente, Dr. Janot, quais são as pessoas e as entidades que têm o respeito da sociedade que está na rua e quem é que é condenado pela sociedade que está na rua. E a nossa obrigação é ficar ao lado da sociedade, é prestigiar aqueles a quem a sociedade elege como seu legítimo representante, em quem confia. E a sociedade confia na Procuradoria Geral da República, no seu titular, confia em Sérgio Moro, confia na Polícia Federal, confia no Supremo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... Tribunal Federal. E exige que a oposição se manifeste para ser a sua voz no Congresso Nacional ou nas instituições aonde nós possamos chegar.

E é aí onde eu entro. No Tribunal de Contas da União surgiu a demanda que já fizemos chegar à Procuradoria Geral da República. Respeitamos a decisão, mas há uma outra: o Tribunal Superior Eleitoral tem na sua composição alguns ministros do Supremo; um deles é o Ministro Gilmar Mendes, que, por acaso ou por uma coincidência, foi o relator das contas da Presidente Dilma, candidata eleita a Presidente da República. S. Exª apresentou seu relatório, levantou algumas evidências, discutiu esse assunto durante um bom tempo e chegou a uma conclusão. Submeteu o seu relatório a voto, e a matéria foi votada por unanimidade, aprovada com ressalvas. E S. Exª, o Ministro Gilmar, não encerrou o processo; deixou-o em aberto, por conta das ressalvas.

O tempo passou, e as instituições vêm investigando: o Juiz Sérgio Moro, no Paraná, na sua instância; V. Exª, na Procuradoria Geral da República, na sua instância; a Polícia Federal; as delações ou colaborações premiadas e o Supremo Tribunal Federal produziram um elenco de evidências que levou o Ministro Gilmar Mendes a fazer um despacho muito recente, e acho que é nosso dever levantar, nesta reunião, o questionamento do Ministro Gilmar, que objetiva uma coisa que o País precisa passar a limpo e que, claro, vai merecer a atenção de V. Exª, e para a qual eu peço atenção à leitura que vou fazer:

"Em despacho proferido no último dia 21 de agosto de 2015, nos autos da prestação de contas de Dilma Rousseff, que tramita perante o Tribunal Superior Eleitoral, sob o nº 976-13, o relator do processo, Ministro Gilmar Mendes, Vice-Presidente do TSE, reconheceu a existência de fortes indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998) e de falsidade ideológica eleitoral (art. 350 do Código Eleitoral) na campanha da candidata Dilma Rousseff à Presidência da República e determinou investigação dos fatos à Procuradoria Geral da República".

Sobre esses fatos é que quero me ater e perguntar a V. Exª se já lhe chegou essa determinação do Ministro Gilmar Mendes. Esse é o primeiro questionamento que faço.

Diante dos elementos apresentados pelo Ministro Gilmar Mendes, V. Exª entende que deve ser realizada a investigação dos fatos criminosos por ele narrados? Até porque os fatos que ele acolhe na sua manifestação são fatos que estão sendo investigados na Operação Lava Jato ou em sucedâneos. E ele os relata na manifestação que faz ao Tribunal Superior Eleitoral, na petição que encaminhou à Procuradoria Geral da República.

E por último, V. Exª reconhece que, na condição de candidata responsável pelas contas de sua campanha eleitoral, a Presidente Dilma Rousseff deverá ser investigada sobre os fatos, objeto da requisição do Ministro Gilmar Mendes? Faço essa pergunta pelo fato de o Ministro Gilmar Mendes ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, como o Ministro Teori Zavascki também o é; ser do Tribunal Superior Eleitoral, ter endereçado a V. Exª uma manifestação, suponho eu – e não conheço a manifestação na sua íntegra –, substantiva na coleção de argumentos e que traduzem aquilo que é um anseio da sociedade, ou seja, ver assuntos como esses esclarecidos, para que quem tiver culpa no cartório pague a culpa no cartório.

Esses são os questionamentos que faço, com a manifestação clara – e, claro, deixei para o final – de respeito à atuação de V. Exª, que tem sido um Procurador-Geral irrepreensível e que tem procurado, na minha opinião, dar à instituição que preside a visão do equilíbrio e da manutenção de uma situação de nem tanto ao céu nem tanto ao mar: trabalho com justiça, fazendo justiça a quem merece a justiça.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Procurador Rodrigo Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador José Agripino, só uma correção. No que se refere à representação feita, esta de 26 de maio de 2015, o fato não foi submetido ao Supremo. Ainda está tramitando na Procuradoria. E o que eu expliquei foi que. como eram várias as pessoas...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu entendi errado. Desculpe.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Essa não chegou ao Supremo. Mesmo porque, não me recordo agora, mas parece que há fatos de 2015. Então, haveria fatos agora, ou seja, não do mandato anterior, mas do mandato em curso. A investigação segue no seu rumo natural.

Acerca do envio dessa questão, desse material pelo Ministro Gilmar Mendes, isso chegou ontem ou anteontem na Procuradoria. Não tive acesso ainda e não tive condição de ver o conteúdo, pois estava me preparando para a sabatina. Enfim, vou examinar e dar o encaminhamento necessário à representação mas não posso lhe dizer porque chegou ontem ou anteontem e não tive condição nem de ler a representação feita. Mas o procedimento será o normal de uma investigação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Folgo em sabê-lo, Dr. Janot, por duas coisas: primeiro porque havia entendido que o Ministro Teori havia se manifestado mandando que não prosseguisse...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Foi outro caso. Esse não. Foi outro caso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Fico feliz pelo fato de esse assunto ser objeto de investigação. E precisa ser, para inocentar ou para aplicar as sanções da lei. Mas que seja investigado. Trata-se de assunto que é, inclusive, comentado nas ruas, que ele seja objeto de investigação para apreciação.

E o segundo fato é a serenidade com que V. Exª recebe a manifestação do Ministro Gilmar Mendes que já está na Procuradoria Geral da República e que, evidentemente, coleciona elementos que transitam por essas instâncias a que me referi: fatos enunciados por delatores no Juiz Sérgio Moro, na Procuradoria Geral da República, elementos da PF e elementos do Supremo Tribunal Federal. Acho que a sociedade espera, e a isenção de V. Exª na Procuradoria Geral da República é um aval para que a sociedade possa continuar confiando na instituição e em V. Exª, Dr. Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente Garibaldi Alves, meu conterrâneo, do outro Rio Grande, do Norte. Eu sou do Sul e assim gosto de tratá-los. Caro Relator, Ricardo Ferraço, cumprimento-o pelo belo relatório feito. Cumprimento os colegas Senadores, especialmente Dr. Rodrigo Janot pela serenidade, pela forma que respondeu até agora – e sei que o será até final – todos os questionamentos.

Acabo, Senador Jorge Viana, de receber uma mensagem, de Santana do Livramento, lá longe na fronteira com o Uruguai, vizinha de Rivera, do jornalista Duda Pinto, jornalista a quem respeito muito e que está acompanhando esta reunião. Ele ouviu quando eu fiz o manifesto de que a reunião se prolongará um pouco mais para que possa a sociedade gaúcha e brasileira e mineira, em homenagem a nosso Procurador, acompanhar.

V. Exª, em sua exposição, usou algumas palavras que eu, como jornalista, tenho a obrigação de cuidar melhor delas. Esta Operação, Senadores, Lava Jato, causou em V. Exª um impacto pessoal muito grande. E aqui quero fazer minha homenagem a Júnia Ladeira que, certamente, deve ter sido, ao longo desse tempo, o ombro amigo e solidário nas horas mais duras e agudas. Então, eu queria saber se esse impacto pessoal decorreu mais das pressões internas ou externas. Qual foi o momento mais dramático nesse episódio todo da Operação Lava Jato? Queria também cumprimentá-lo, pela notícia que V. Exª deu, de que a Procuradoria Geral da República brasileira, acaba de receber uma certificação internacional de qualidade de seu funcionamento. Eu diria que a Procuradoria ganhou um ISO-9000 em matéria de qualificação. Foram 2001, 2010, 2009, 9000, 9001, 14000, todos: a mais alta graduação.

Então, eu queria fazer esses dois registros e essa pergunta. Claro que foi muito recorrente aqui, Dr. Rodrigo Janot, a questão relacionada à colaboração premiada ou mais repetidamente chamada de "delação premiada". A Lei 12.850, de 2013 – até louve-se a iniciativa da Presidente da República, Dilma Rousseff, de tê-la aprovado – fixa requisitos para a obtenção de benefícios, tais como resultados a serem atingidos a partir da colaboração bem como estabelecendo direitos do colaborador até itens essenciais do termo colaboração.

A par desses requisitos e parâmetros, quais critérios V. Exª utiliza para aferir a consistência probatória e a espontaneidade de uma colaboração premiada? Ainda sobre esse aspecto, há notícias de que, insuflados pela advocacia que atua na defesa de implicados na Operação Lava Jato, alguns membros do Poder Legislativo estariam se posicionando pela revisão de pontos da legislação criminal que prevê a delação premiada ou colaboração, como é o termo técnico, principalmente para estabelecer a vedação desse acordo, estando o potencial delator ainda preso.

Lembro aqui uma declaração sua de que, no caso da delação, 80% dos que se propuseram a essa participação colaborativa na investigação estão soltos e não estão presos, e apenas 20% estão na prisão.

Qual é sua opinião sobre essa tese revisionista e especificamente sobre a validade dos elementos probatórios obtidos em delação estando o delator ainda preso? E o que essa lei, Dr. Rodrigo Janot, representa para o País, principalmente neste momento em que a Operação Lava Jato tem sido determinante sobre os desvios e lavagem de dinheiro?

Eu agora trato de outra questão – e aí encerro – sobre vazamento.

No meu Rio Grande do Sul, Presidente Garibaldi Alves, caro Dr. Rodrigo Janot, está sendo conduzida pela Procuradoria Geral da República, com a colaboração da Polícia Federal, uma investigação que apura suposto desvio na concessão de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, de alto alcance social. Esse suposto desvio teria prejudicado milhares de produtores nos Municípios de Santa Cruz do Sul e Sinimbu e desviado dezenas de milhões de reais.

No âmbito dessa investigação, teria ocorrido um vazamento de informação do inquérito, que era sigiloso, para a Imprensa, que, cumprindo o seu papel, divulgou-as, o que teria resultado no adiamento de uma importante operação policial.

Nesse contexto, Sr. Procurador, V. Exª reconhece a existência desses vazamentos de informações, em especial dos que chamam vazamentos seletivos? Esses vazamentos são investigados se eles porventura ocorrem? Como eles podem influenciar nas investigações? Qual é o impacto disso? E aí eu lhe pergunto, como jornalista: pode-se admitir que o vazamento possa ser intencional para comprometer a investigação e a qualidade dessa investigação em curso na Procuradoria e na Polícia Federal, envolvendo personalidade com foro privilegiado, como no caso do Pronaf no Rio Grande do Sul?

Estas são as minhas questões, Dr. Rodrigo Janot.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. Janot para responder as indagações que a Senadora acabou de formular.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senadora, só uma correção: não recebemos o ISO ainda. O ISO deve concluir esta semana ou na próxima. O processo já está ultimado.

Acerca da colaboração e a consistência daquilo que consta do conteúdo, vou tentar ser breve para mostrar como é que se faz o procedimento disso.

A primeira exigência da lei é que a colaboração seja espontânea. Então, o Ministério Público e a Polícia não podem induzir uma colaboração. Ela tem que ser espontânea. A colaboração ajuda muito a investigação, mas ajuda muito o réu também. Como é que, então, estamos estabelecendo esse procedimento? O réu, preso ou solto, é representado por seu advogado, que tem que acompanhar todos os atos da colaboração – é essencial que ele acompanhe. Ele diz: "Olha, o meu cliente tem interesse em colaborar com a Justiça" e faz, então, um apanhado rápido do que o cliente saberia em relação a fatos tais, tais e tais. Isso é de forma oral. Então, pegamos as investigações em curso e dizemos: "Bom, disso que essa pessoa está dizendo, o que pode colaborar com a nossa investigação? A investigação está avançada?" Se ele me diz o que eu já sei, é óbvio que não há colaboração. Então, ele tem que me dar algo que seja essencial para a investigação e que nos ajude a prosseguir na investigação. A partir do momento em que identificamos que há interesse em receber o réu colaborador, o advogado começa a elaborar o que chamamos de anexos.

Então, por escrito, ele coloca, sem assinatura, para não se vincular aquilo, o que o cliente sabe sobre determinados fatos. E cada fato é um anexo. Anexo 1: fato tal. Anexo 2: fato tal. Anexo 3: fato tal, e assim por diante. De posse disso, analisamos que está muito fraco. E geralmente eles dizem os nomes de primeira, quais são as pessoas envolvidas. Só vamos saber disso numa etapa seguinte. "Não, esse anexo está fraco, eu queria que você reforçasse o que o seu cliente efetivamente sabe sobre a questão." Então, ele começa a aprofundar o anexo, a aprofundar o fato e dar os indicativos de prova daquele fato que ele tem. Ele pode se referir à pessoa ou pode só se referir à pessoa a partir do momento em que haja a homologação do acordo.

Portanto, via de regra, há uns que se referem a pessoas, outros não se referem a pessoas e outros fazem um misto: referem-se a pessoas e não se referem a pessoas no mesmo termo de colaboração. Identificada a substância, isso pode auxiliar na investigação. fazemos o acordo.

O acordo é um contrato jurídico que estabelece cláusulas, enfim, com balizamento legal, do que é aquele acordo, qual é a obrigação do colaborador e qual é a obrigação do Estado frente àquele colaborador.

Feito esse acordo, ele é levado à homologação judicial. Homologado o acordo, o colaborador, já tendo a segurança jurídica de que ele, por exemplo, vai ter redução de pena e um regime diferenciado de cumprimento dessa pena, ele então começa a prestar depoimentos. Somente nesse momento é que os depoimentos sofrem o contraditório. Então, nós vamos poder agora arguir o colaborador. E são depoimentos longos. Uma colaboração média leva aí dez dias. É desgastante para todos nós o interrogatório que se faz do colaborador.

Essas colaborações são todas gravadas em áudio e vídeo, para a segurança do colaborador e para a segurança dos investigadores, para que amanhã não se diga que houve pressão, que houve não sei o quê. Então, é tudo gravado em áudio e vídeo. E os termos de colaboração são assinados em duas vias, que são lacradas e depositadas à disposição do juízo. Feito isso, seguem as petições feitas pelo Ministério Público para que cada anexo daquele, no Supremo, vire uma PET. Em primeiro grau, já vire inquérito, de cara. Ou uma notícia de fato, ou um PIC, no Supremo é PET, e o PET é inquérito. Feita essa cisão dos fatos, instaura-se a investigação ou chega-se à conclusão de que aquele fato imputado a fulano é um fato atípico, porque o colaborador, com medo de ter contra ele uma arguição de que ele omitiu ou falseou, fala tudo que sabe. E há fatos típicos e fatos atípicos. O que é atípico é arquivado, o que é típico, inicia-se a colaboração.

No meu entendimento, essa lei representa, para a Justiça brasileira e para a investigação dessas infrações, um avanço sem tamanho, um avanço enorme. Como já disse, ela possibilita agilidade na investigação e agilidade no processo penal.

Com relação a vazamentos, é óbvio que pode haver vazamento, sim, mas há muita especulação também.

Quanto ao vazamento a que V. Exª se referiu, no Rio Grande do Sul, foi instaurado, sim, um inquérito. Ele ainda corre sob sigilo, mas já temos identificada a pessoa que violou o sigilo profissional. Eu não vou dizer aqui agora, mas já está identificada. Ainda corre sob sigilo, mas está identificada. O vazamento da pretensa colaboração do Sr. Ricardo Pessoa a uma revista, também há inquérito instaurado para apuração desse vazamento. E o vazamento para essa revista eu posso lhe assegurar que não foi de nenhum investigador.

Como eu constato isso? Aqueles anexos preparados pelos advogados, a cada evolução do anexo, trituramos o anexo anterior. O último anexo, um colega que trabalha comigo não triturou e guardou no cofre. Por equívoco. Juntou com a papelada e guardou no cofre. E o que saiu para uma determinada revista nós comparamos com o anexo. Havia ali expressões que eram piadas a respeito do que estava no anexo, e não do que estava nos interrogatórios. Porque, como o anexo é um resumo, o que está no interrogatório, já submetido a contraditório e a interrogatório mesmo nosso, pode até divergir inicialmente daquilo que está no anexo.

Então, esses vazamentos são apurados, sim. O do Rio Grande do Sul nós inclusive já identificamos o autor do vazamento.

Se pode haver vazamento com a finalidade de prejudicar a informação, pode sim. Pode sim. E o que eu acho é que esses vazamentos prejudicam muito a pessoa por aquelas pessoas apontadas. Ou seja, se um colaborador aponta um fato vinculado a uma pessoa, o fato de você liberar o nome dessa pessoa antes mesmo que a colaboração possa ser liberada do sigilo, é um dano à imagem da pessoa, com certeza é. Então, são vários os motivos pelos quais esses vazamentos podem levar a acontecer.

Pode ser para dano à imagem da pessoa, pode ser, sim, para prejudicar a investigação.

Bom, acho que já respondi tudo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Para réplica, caro Dr. Rodrigo Janot, foi muito bom esse esclarecimento de V. Exª, porque há muita, digamos, interpretação equivocada a respeito desse instituto, que é a colaboração premiada, imaginando se V. Exª usou muito a palavra "espontânea" e também as consequências. E isso não é prova definitiva para instruir uma denúncia. Não sou advogada, mas entendo dessa forma.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É assim mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Democracias muito consolidadas, como a Itália, a França e os Estados Unidos, usam esse instituto dentro do seu Código Penal para efeito de investigação, o que é um facilitador, em alguns casos. Então, foi muito didática a sua explicação a respeito dessa questão. Há, no Brasil, algumas incompreensões, como se fosse uma espécie de pau de arara. Não é. É espontâneo. Dá se quiser, e há consequências, se não disser a verdade em relação à delação.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É crime.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Exatamente, criminaliza a mentira.

Mas eu queira voltar. Foi bom um Senador ter pedido que viesse a cópia. O senhor diz ali uma frase: "Não podemos menosprezar os fatores que ameaçam obstruir o diálogo institucional nesse contexto de certa polarização dos embates sociais e de dificuldades decorrentes da apuração de grave caso de corrupção, que inevitavelmente tem reflexo sobre pessoas físicas e jurídicas, não obstante a atuação responsável do Ministério Público na investigação."

Eu tenho a curiosidade de saber que fatores são esses que ameaçam obstruir, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senadora, a pessoalização dos casos, eu acho que é um fator ruim, o trabalho para que as instituições deixem de ter esse diálogo institucional e que possa haver um rompimento institucional. Eu acho que isso não interessa a ninguém. O País, hoje, dá uma demonstração interna e externa de que a nossa democracia está madura, sim, que as instituições, em momentos como esse, tem que funcionar, tem que haver o diálogo institucional. Agora, qualquer manobra para que isso não venha

a ocorrer é muito ruim até para a estrutura do processo democrático. Então, não se pode pessoalizar as investigações e não se pode ter a investigação como algo que iniba o diálogo institucional. Foi nesse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu lhe agradeço, Presidente José Maranhão.

Eu queria dizer, Dr. Rodrigo Janot, para encerrar, que, assim como, em relação à PEC 37, lutei muito para que se evitasse aquela mordaça ao Ministério Público, também vou trabalhar, nos limites da minha responsabilidade, para evitar o revisionismo dessa lei, que está sendo tão útil.

Muito obrigada.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – O Ministério Público agradece.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de anunciar o próximo interpelante, eu sugiro e consulto o Plenário se podemos, aqueles que já têm uma convicção, exercer o direito de voto. Nesse caso, eu abriria o painel para a tomada dos votos secretos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Nós apoiamos, Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, nesse lance, votarão os titulares.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – De voto suplente e titular, anula o voto; anula um voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – À medida que o Senado inteiro, os gabinetes estão acompanhando esta sabatina, é importante que nós possamos fazer chegar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que são titulares desta sabatina da Comissão de Constituição e Justiça que aqueles que já tiverem seu juízo de valor firmado à sua convicção já podem exercer o seu voto. Portanto, é necessário que aquelas e aqueles que já se manifestarem possam vir à Comissão de Constituição e Justiça, que, independentemente da sabatina, o sistema de votação já está aberto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos fazer uma comunicação, via telefone, a todos os titulares.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E os suplentes, naturalmente, tomarão conhecimento, na medida em que seus titulares não se encontrem no prédio do Senado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu a havia pedido. Mas deixe-o falar, porque ele é mais velho do que eu.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sobre esse assunto, eu só queria dizer que esse nosso painel é inteligente, foi feito inteligente. Se o suplente votar e se o titular chegar, o voto do suplente não será contabilizado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu já falei isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Essa é uma questão que já comprovei. Então, está tranquilo. Mesmo que alguém vote por engano, o voto do titular vai... Só há um problema: há nomes de pessoas que estão ali como suplentes, mas sei que, de última hora, saíram alguns que eram titulares e que outros entraram, o que ainda não foi atualizado no painel. Nem na inscrição, está valendo o painel, porque ocorreram mudanças de última hora em titularidade e em suplência. Para não haver nenhum problema, deve haver um ajuste entre a Secretaria da Mesa e o painel. É a minha sugestão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está aberto o painel, para se tomarem os votos dos que se encontram aqui presentes.

Através da televisão – muitos gabinetes estão com a televisão ligada –, estamos convocando os titulares que já se deslocaram para outros lugares do Senado por alguma razão, para que eles venham exercer o direito de voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Serei bem rapidinho. Fiz a conta que V. Exª me orientou a fazer. Como sou o décimo sexto, há dez na minha frente ainda. Colocando entre 15 minutos e 20 minutos para cada um, isso vai dar quase quatro horas.

Peço a V. Exª, em nome de Jesus, que não encerre antes de eu votar, porque vou ao médico, mas quero conversar também com o Dr. Janot. Mas V. Exª, de bom tom, abriu a votação, porque já pode votar quem já tem o seu juízo formado. E quem não tem juízo também pode votar, porque a votação está aberta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quer dizer, votam os com juízo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – E os sem juízo também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...e os sem juízo. Parece que não há ninguém sem juízo aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Será?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Às vezes, há até gente com juízo demais.

Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, Dr. Janot, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, inicialmente, ouvi aqui Senador fazendo crítica ao instituto da reeleição, ora em debate no Congresso Nacional. Quero aqui lembrar, Sr. Presidente, que, realmente, o instituto da reeleição, que é um tema polêmico, foi obra e criação do PSDB.

Eu me refiro ao fato de que, em 1997, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a Câmara aprovou a emenda que permitiria a reeleição presidencial. Poucos meses depois, começaram a pipocar denúncias de compra de votos pelo Executivo para a aprovação da matéria. Um grampo revelou que os Deputados Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL do Acre, receberam R$200 mil cada um. Na gravação, outros três Deputados eram citados de maneira explícita e dezenas de Congressistas eram acusados de participação no esquema. Nenhum, nenhum foi investigado pelo Congresso nem punido. Apesar das fartas provas documentais, o então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, engavetou as denúncias. No ano seguinte, Fernando Henrique se reelegeu para um novo mandato, e Brindeiro foi nomeado para um segundo mandato no cargo.

Felizmente, Sr. Presidente, esses tempos de "engavetadores-gerais" da República ficaram para trás, porque esse é um dos fatores que explica o fato de um caso tão questionável do ponto de vista ético como esse e criminoso ter sido abafado, tendo ficado por isso mesmo.

Por isso, Dr. Janot, quero saudar estes novos tempos. Quero saudar V. Exª, que, pela segunda vez, teve o respaldo da sua categoria, encabeçando a lista. Quero saudar estes novos tempos.

Como aqui já foi mencionado, desde 2003, o Presidente Lula adotou o método saudável, o método democrático de respeitar a vontade soberana do Ministério Público e de, portanto, enviar para o Congresso aquele que teve o maior acolhimento e que foi mais respaldado pela sua respectiva categoria

Não tenho nenhuma dúvida de que V. Exª vai ser aprovado aqui nesta Comissão e vai continuar exercendo o seu papel com seriedade, com independência, com soberania e comprometido com a luta em defesa da cidadania do povo brasileiro e do Estado democrático.

Segundo, Sr. Presidente, quero aqui também fazer referências à intervenção de alguns Senadores que questionaram, e muito, o Dr. Janot, sobre a atuação, por exemplo, do Dr. Eugênio Aragão, Procurador que examina processos que hoje tramitam em várias instâncias contra as campanhas do meu Partido, do PT, ou então da Presidenta Dilma.

Eu quero aqui repudiar toda e qualquer ilação feita do ponto de vista de crítica à atuação do Procurador Dr. Eugênio, até porque todos nós sabemos do comportamento isento, do comportamento e do papel republicano que ele tem. Ao mesmo tempo em que quero aqui dizer, Dr. Janot, que, se há alguém hoje, no âmbito do Poder Judiciário, que está extrapolando as suas prerrogativas como agente no campo jurídico, é exatamente o Ministro Gilmar Mendes.

É fato que o Brasil inteiro sabe do ódio que o Ministro Gilmar Mendes tem do meu Partido, mas ele não pode usar desse sentimento – repito – para extrapolar exatamente as funções dele. E hoje está agindo no Tribunal Superior Eleitoral, não como agente jurídico, mas principalmente como agente político.

Na verdade, nós vimos ontem, por exemplo, na TV Bandeirantes, o Ministro Gilmar Mendes, Procurador Janot, perdendo até o controle emocional, inclusive, agredindo a Ministra Maria Thereza, quando ela, no uso de suas prerrogativas, tomou exatamente as suas decisões, das quais o Ministro pode discordar, mas sem a tratar da maneira como ele a tratou ontem, humilhando-a, dizendo que ela não tinha sequer competência jurídica. O que é isso? Será que o Ministro Gilmar Mendes perdeu exatamente o controle emocional porque a Ministra Thereza, repito, no direito que lhe cabe, não acolheu as ações impetradas pelos partidos de oposição contra a campanha da Presidenta Dilma? Será que ele perdeu o controle emocional pelo fato de a Ministra ter revelado

que técnicos do Tribunal Superior Eleitoral identificaram exatamente distorções, irregularidades na prestação de contas do outro candidato e, por isso mesmo, oficiou tanto o candidato como a coordenação da campanha?

Então, veja bem, eu quero aqui deixar muito claro que, se há alguém que está extrapolando as suas funções e está agindo com parcialidade, é o Ministro Gilmar Mendes. Aliás, esse mesmo Ministro foi designado Relator das contas da campanha da Presidenta Dilma, e o próprio Ministro, inclusive, as aprovou. E, agora, pede exatamente o quê? Revisão da Corte?

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui lembrar que as contas da Presidenta Dilma foram aprovadas em novembro de 2014 e que ele mesmo, o Ministro Gilmar Mendes, foi o Relator, como acabei de falar. Portanto, não cabe revisão das contas no Tribunal. A despeito disso, o Ministro despachou um processo já arquivado, para oficiar às autoridades o que, por si só, demonstra uma vontade política de atuar fora de sua competência jurídica.

Por isso, Dr. Janot, deixo aqui uma reflexão para o senhor: como é que o Ministério Público se coloca diante de uma atuação política de forma tão ostensiva, inclusive parcial, quanto está sendo a atuação política do Ministro Gilmar Mendes? Essa é a primeira pergunta que faço.

Segundo, Sr. Presidente, quero aqui também colocar uma reflexão para o Dr. Janot, nosso Procurador: a questão da seletividade nas investigações.

É fato – e aqui comungo com o que já foi colocado, Dr. Janot – o quanto as nossas instituições avançaram do ponto de vista de cumprir seu papel da investigação, da fiscalização, até porque os tempos são outros; faz muito pouco tempo que, infelizmente, nós vivíamos aquela época, repito, dos engavetadores-gerais da República, vivíamos uma época em que a Procuradoria-Geral da República não exercia o seu papel com tanta altivez, com tanta soberania, com tanta isenção. Nós vivemos uma época inclusive em que a Polícia Federal não agia como age hoje, com a função estratégica que ela tem do ponto de vista da defesa do Estado democrático de direito – portanto, investigando, doa a quem doer.

Mas eu quero fazer estas considerações, Dr. Janot, para deixar uma preocupação com o senhor no que diz respeito à questão da seletividade. Historicamente, Dr. Janot, isso sempre ocorreu no sistema judiciário, seja no que diz respeito à questão das classes sociais, seja no que diz respeito à questão dos agentes políticos.

O que nós queremos aqui colocar para sua reflexão é o Ministério Público estar atento e cuidadoso para evitar que só um lado seja denunciado, que só um lado seja condenado. E, nesse sentido, eu faço mais uma indagação a V. Exª: na acareação ontem entre o Paulo Roberto e o Youssef, na CPI da Petrobras instalada no Congresso Nacional, tanto o Youssef quanto o Paulo Roberto Costa afirmaram que o presidente nacional do PSDB à época, o Senador Sérgio Guerra, recebeu R$10 milhões. Eu vou repetir.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O presidente nacional do PSDB...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero chamar a atenção da Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou terminar. Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... que já vai ultrapassando quatro minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou terminar agora. Vou terminar agora.

O presidente nacional do PSDB à época, Senador Sérgio Guerra, recebeu R$10 milhões para barrar a CPI da Petrobras. Esse dinheiro, essa vultosa soma foi destinada a Parlamentares com o intuito de esvaziar a CPI.

Pergunto ao Procurador, Dr. Janot: as investigações morreram com o acusado?

Para onde foi a vultosa soma, uma vez que, repito, esse dinheiro, de acordo com o que foi divulgado e está na Operação Lava Jato, foi destinado a vários Parlamentares, sob a coordenação do presidente nacional do PSDB à época, Senador Sérgio Guerra, para a chamada Operação Abafa, para esvaziar, barrar a chamada CPI da Petrobras?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, o Procurador.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senadora Fátima Bezerra...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pediria licença ao Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É uma informação importante para o conjunto dos Senadores. É sobre a condução dos trabalhos.

Eu estou aqui com o Secretário da Mesa, o Presidente Renan e eu, e estamos trabalhando no sentido de dar toda a atenção a este momento que estamos vivendo. E eu estou querendo partilhar com todos uma informação: nós teremos uma sessão extraordinária, convocada agora para às 16h, pois aí não haverá prejuízo, até se atrasarmos um pouco aqui. Nós poderemos andar aqui, e depois haverá a sessão lá.

Era só para informar os colegas, e seguirmos aqui com a sabatina.

Peço desculpas ao Dr. Rodrigo Janot por ter interrompido.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senadora, acerca da questão da seletividade das investigações, ouvimos isso com uma certa frequência. Então, eu gostaria de esclarecer o seguinte. Como eu já disse, todo mundo dizia "a lista do Janot", "a lista do Janot", "a lista do Janot". O Janot não fez lista nenhuma. Esses fatos e essas pessoas vieram por indicação dos colaboradores da Justiça. Eu não posso... Já que a colaboração é espontânea, a gente investiga aqueles fatos apontados, aquelas pessoas. Então, nós tivemos a preocupação de, nas duas primeiras colaborações – e estamos fazendo isso em todas –, assim que seja possível o levantamento do sigilo, a gente abre integralmente todo o complexo que envolveu a colaboração premiada, para que a gente não seja, exatamente, acusado de seletividade nas investigações.

Então, o nome das pessoas e os fatos não é o Ministério Público que os cria, que os faz. A gente recebe isso desses colaboradores. Por isso, eventualmente, pode parecer seletividade, mas é o material que nos chega à mão para efeito do trabalho investigativo.

Quanto à questão do Senador Sergio Guerra, o que se tinha apontado é que ele – saudosa memória – haveria recebido esse valor, e, pela lei penal, a morte é causa de extinção de punibilidade, então, a referência que se tinha era na figura desse Parlamentar, que, infelizmente, decedeu.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas a informação complementar é que o dinheiro que ele recebeu foi repassado a vários outros Parlamentares. É disso que se trata, é o que estou perguntando, porque a informação é de que esses 10 milhões foram para esvaziar a chamada CPI da Petrobras à época. Aliás, naquela época não existia CPI aqui de maneira nenhuma. E esses recursos teriam sido repassados a um conjunto de Parlamentares. É nesse sentido que indago se, portanto, essa investigação vai ter curso.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Se novos indícios ocorrerem... O arquivamento de eventual investigação se dá em razão da situação naquele momento. Se novos indícios aparecem, de envolvimento de outras pessoas, isso gera que retomemos as investigações e que possamos prosseguir, então, na apuração integral dos fatos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eu quero os cinco minutos a que tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quer descontar dos que V. Exª já ultrapassou, é? (*Risos.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. V. Exª quer mais cinco minutos e terá. Esta Presidência é democrática.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é.

Dr. Janot, primeiro, coloco aqui a ponderação sobre esse tema da seletividade porque considero que isso merece uma reflexão muito cuidadosa. Lógico que faz parte da luta política o enfrentamento, a disputa, mas, na verdade, a gente tem observado muito, por exemplo, quando, na delação premiada, através da delação, aparecem acusações contra determinados setores... Vou dar um exemplo: quando é contra alguém do meu Partido ou alguém aliado do Governo, o que a gente vê é que setores da oposição – que, inclusive, ao longo desse tempo, se autoproclamaram como paladinos da defesa da moral, da ética – imediatamente partem já para fazer juízo de valor, para acusar, para denunciar, para julgar e, às vezes, até para o desejo de condenar.

E aí, o que a gente tem visto também é que quando, através da delação, aparecem acusações a determinados setores que não interessa à oposição atacar, ela fica caladinha, não dá um pio. Vou dar aqui o exemplo do atual Presidente da Câmara, que foi denunciado por V. Exª. E é uma denúncia séria, uma denúncia grave. Os indícios são muito fortes – muito, muito fortes. Mas muito fortes mesmo! Claro que ele tem o direito de defesa e ele vai exercê-lo, mas o que a gente tem visto é a hipocrisia de setores da oposição com relação ao Presidente da Câmara, calados estão e calados continuam. Cabe à opinião pública avaliar.

Por fim, Sr. Presidente, quero me associar aos que já defenderam aqui a importância da reforma política. Eu sou daquelas, Dr. Janot, que acham que a reforma mais importante que este País precisaria vivenciar e realizar seria a reforma política, até porque as outras reformas, igualmente importantes, de caráter estruturante, que este País deveria fazer passam, a meu ver, primeiro pela reforma política.

Aqui foi dito com muita sabedoria pelo Senador Pimentel e outros: esses escândalos não são de hoje – vamos combinar, não é? Não foi o PT que criou, não foi o Governo do PT que criou a corrupção. Ao contrário: foi no governo do PT que mais se combateu a corrupção. Ela vem lá do caso Sivam, da pasta cor-de-rosa, da privataria tucana, da emenda da compra da reeleição. O próprio mensalão do PT, infelizmente, foi aprendido do mensalão tucano – setores do nosso Partido erraram gravemente.

Tudo à luz do quê? Do modelo de financiamento existente, que é o chamado financiamento empresarial, financiamento privado – o céu é o limite –, que está na gênese dos escândalos de corrupção, que não são de hoje, vêm desde muito tempo. O que há hoje é um combate frontal a isso. Há aí, inclusive, legislações como a da delação premiada, a lei de combate à corrupção, a lei de lavagem de dinheiro, todos esses têm sido instrumentos muito importantes para que possamos combater a corrupção cada vez mais.

Mas eu quero dizer, Dr. Janot, que lamento profundamente que os que aqui se arvoram de paladinos da ética, de defensores da moralidade... Na hora em que temos oportunidade de modificar essa situação, de enfrentar a corrupção e a impunidade, o que o Congresso Nacional está fazendo? Mantém o *status quo*, mantém o financiamento empresarial de campanha – a Câmara achou pouco e constitucionalizou. Aqui no Congresso as coisas estão indo por aí. Eu ainda tenho esperança de que a sociedade reaja e defenda, inclusive, a tese da coalizão democrática, que é encabeçada por instituições como a OAB e a CNBB e que tem uma proposta bastante sensata, que é, de um lado, o fim ao financiamento empresarial de campanha e, de outro lado, financiamento com fundos públicos, mais privados, com limites.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer da minha frustração. Eu e o meu Partido vamos continuar lutando até o fim para acabar com o financiamento empresarial a partidos e campanhas.

Mas quero dizer da minha frustração de ver a hipocrisia, inclusive no âmbito do Congresso Nacional. Setores que, repito, se acham arautos da moralidade, na hora H aqui são coniventes quando resolvem manter o *status quo* ao manter o financiamento empresarial, o financiamento a partidos. Sabemos que isso não irá na linha de corrigir os vícios e as distorções que pautam o sistema político-eleitoral em nosso País.

Mas eu tenho fé, tenho esperança, acredito muito na luta e espero que a sociedade reaja e que consigamos, enfim, uma reforma política, Dr. Janot, que venha na defesa daquilo que o Brasil e o mundo querem, uma reforma política que traga mais ética, mais democracia, mais participação da sociedade e mais: enfrentamento à corrupção e combate à impunidade. Isso não se fará mantendo o financiamento empresarial.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª quer exercer o direito de tréplica? (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não.

Eu vou suspender a sessão por apenas 5 minutos. O Procurador precisa ir ao toalete.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, quem é o próximo inscrito?

Presidente, questão de ordem – Eduardo Amorim aqui, Presidente –, quem é o próximo inscrito?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sou eu, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – É Zeze Perrella.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Depois, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Depois, Lindbergh Farias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu sou o próximo, eu sou titular na outra...

Presidente, eu queria fazer uma correção.

Eu sou o próximo inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Jorge Viana, porque a lista de suplentes se exauriu.

Com a palavra... V. Exª quer falar antes de o Procurador chegar?

Quer falar? Sim.

(Intervenção fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, cumprimentando os colegas, cumprimentar o Dr. Rodrigo Janot, e, nessa altura da sabatina, que penso ser uma sabatina histórica ou estar incluídas nas sabatinas históricas, eu a comparo à que fizemos aqui com o Ministro Fachin. Eu acho que essa sua sabatina, Dr. Rodrigo, com todo respeito, já pode ser avaliada, já estamos votando.

Quero cumprimentá-lo pela maneira sincera, usando duas questões que, para mim, são fundamentais para se ocupar um cargo público. Primeiro, a capacidade e a competência demonstradas em todas as respostas por V. Exª, e a segunda, pelo lado humano expresso aqui também, em muitas ocasiões.

Eu acho que é assim que somos: seres humanos, em que se impõem desafios para alguns poucos, e V. Exª se inclui entre alguns poucos brasileiros que têm o privilégio de, na função que desempenham, ajudar esse País a ficar melhor.

Mas eu queria aqui dizer que estamos numa Casa que é essencialmente política. Ouvi atentamente alguns colegas que admiro muito pessoalmente, respeito como colegas e Líderes, mas me sinto na obrigação também, sem citar nome de ninguém, de rebater algumas das questões.

Começamos o dia aqui – eu estava aqui cedo – com alguns tentando reproduzir algo que talvez seja o desejo oculto de alguns que é tentar tipificar o partido de que eu participo como uma organização criminosa. Só que, esses mesmos que tentam impor o PT como uma organização criminosa não olham para o seu próprio partido.

Se olhassem, não o fariam ou não poriam o PT sob tal suspeição. Eu não entendo que os partidos são organizações criminosas no País. Se fossem, deveriam ter o registro cassado. O Ministério Público certamente já estaria pedindo.

Eu só fui filiado na minha vida, e é o partido que sigo sempre, ao Partido dos Trabalhadores. Foi com ele que procurei dar a minha contribuição como Prefeito, como Governador, buscando melhorar a vida do meu Estado. Então, quero rebater.

Outra questão também que incomoda, que é injusta, é alguns dizerem: "Eu confio na Justiça", mas confio na Justiça acusando o Dr. Eugênio Aragão de ser parcial; confio na Justiça acusando a Justiça de ser parcial. Quer dizer, a Justiça só é boa quando é contra o PT, contra o Governo, contra os seus desafetos e não pode nunca questionar nada daqueles que se acham acima da lei.

Eu acho que V. Exª fez Justiça ao Dr. Eugênio Aragão. V. Exª usou muito aqui o termo: "Pau que dá em Chico tem que dar em Francisco", e eu acho que o Brasil hoje se pergunta se isso está ocorrendo. E vi que é um compromisso seu, que traduz muito bem a postura de V. Exª na Chefia do Ministério Público Federal.

O Ministério Público é a instituição criada, na Constituição Federal, para defender a sociedade – defender a sociedade!. E eu penso que o Ministério Público tem procurado cumprir esse papel.

Eu, Dr. Rodrigo Janot, devo a vida ao Ministério Público, eu. Por quê? Porque, quando estava no Acre, na busca de livrar o Estado de mazelas, foi o Ministério Público, foi a Justiça Federal, foram órgãos da Justiça Estadual, foi o próprio Ministério da Justiça, o Presidente Fernando Henrique, na época, meus líderes partidários, que me ajudaram para que eu pudesse fazer a travessia de um período que não era culpa minha, eram as instituições do Acre querendo livrar o Acre do crime organizado. E se não fosse o Ministério Público, se não fosse uma ação de um juiz federal corajoso, eu não estaria aqui hoje.

Então, falo com todo o sentimento de agradecimento. Mas o que estamos vivendo, aqui, no nosso País, é uma situação muito boa, por um lado, porque não há talvez brasileiro algum que não esteja dizendo: "Poxa vida, as nossas instituições estão agindo e o nosso País está enfrentando o problema da corrupção". Então, nisso não há desacordo, essa é uma questão fundamental.

Mas estamos em uma Casa política, e aí eu me refiro a alguns posicionamentos. Nesta Casa política, quase todo mundo está sob suspeição – quase todo mundo, porque há as exceções. A ampla maioria, a imprensa divulga, daqui responde a algum processo, até desta Comissão que é de Constituição e Justiça. Isso é parte da nossa vida, tentamos fazer as coisas, vem uma ação.

Eu, ontem, me livrei de uma de que estou há cinco anos tentando me livrar, e fui julgado ontem no TSE. Eu fui julgado em um caso. E, graças a Deus, ganhei por unanimidade, já havia ganhado no Supremo Tribunal Federal, resultado de uma eleição de 2010. Cinco anos.

Quantas manchetes de jornais V. Exª acha que ganhei nesse tempo? Quantas acusações recebi nesse tempo, nas redes sociais, na televisão, no rádio? E fui julgado inocente por sete votos a zero, inclusive, tendo um parecer do Ministério Público favorável ao meu processo. Estavam junto comigo o Governador Tião Viana e outros.

E que mundo é este em que vivemos, em que somos acusados, condenados publicamente e, depois, só depois é que tem cinco anos para tentar se encontrar com a Justiça.

Eu estou muito feliz hoje, graças a Deus, parece que eu não tenho nenhuma pendência – falo assim graças a Deus – no Supremo Tribunal Federal. E isso, para quem está na política no Brasil hoje, é uma situação temporária. Sinto muito, sempre há algum problema, ainda mais que fui oito anos Governador do Estado do Acre e quatro anos Prefeito.

Eu queria fazer aqui um paralelo: o Supremo Tribunal Federal conduziu a operação Mensalão do PT, o Supremo não fez prisão de ninguém, não fez busca e apreensão e, depois do julgamento, botou na cadeia personalidades da República.

Eu faço uma pergunta, com todo o respeito, porque sei que corrupção, crime organizado, são difíceis de serem combatidos; sem colaboração, eu não acredito. Então, não estou falando mal da colaboração. V. Exª, acho, tipificou muito bem, dentro da lei, como deve ser. Mas o Supremo parece ser o Tribunal da jurisprudência no País. O Supremo fez exatamente isso.

O Ministro Joaquim Barbosa foi satanizado por uma parcela da população e aplaudido por outra – Joaquim Barbosa. Mas, primeiro, ele recebeu a denúncia; depois, colocou em julgamento e deu seus pareceres. Foi o Pleno do Supremo que estabeleceu condenação, e todos os condenados foram para a cadeia e cumpriram penas. O próprio José Dirceu estava cumprindo e pegou outra condenação prévia. Eu nem entendi – porque não sou jurista – como alguém, que já está preso, é preso novamente. Enfim, são os tempos modernos.

Essa jurisprudência do Supremo não vale? Não é assim que deve ser um processo legal num Estado de direito? Denuncia-se, junta-se prova, julga-se e, se houver condenação, prende-se. Nós estamos, primeiro, vendo prisão; depois, delação e condenação pública; e, posteriormente,vamos ver se é culpado ou inocente ali na frente, com um agravante neste País que é um movimento parcial. Eu sou do PT. Tentam tipificar como uma organização criminosa. Qual é a diferença do financiamento do PT para o do PSDB?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Explico já.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só quero garantir a palavra, com todo o respeito, como garanti aos colegas.

Um presidente do PSDB foi acusado na Lava Jato, e aqui respeito a sua memória. O Presidente do PSDB, Sérgio Guerra, foi acusado de ter recebido R$10 milhões – R$10 milhões – para pôr fim a uma CPI nesta Casa. A CPI teve fim. Não estou acusando a memória do Senador Sérgio Guerra, por quem eu sempre tive respeito. Tenho respeito pelos dirigentes do PSDB.

Outro presidente do PSDB, ex-Governador de Minas, é réu no mensalão – não mineiro – do PSDB de Minas Gerais, o original, que tem o mesmo personagem: o Sr. Marcos Valério – o mesmo personagem. Mas esse aí, com as autoridades que tinha com os Senadores e os Deputados, não foi julgado no Supremo; foi lá para Minas Gerais. Até agora não houve julgamento, e já está prescrevendo para a maioria deles.

Mas o do PT, que ocorreu cinco anos depois, com o mesmo personagem, Sr. Marcos Valério, financiando campanha, teve julgamento, condenação e prisão.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O País tem que observar isso.

Agora, nós estamos tendo uma oportunidade, uma oportunidade única. Essa relação promíscua de financiamento empresarial com política dá no que dá. Todo o esquema de corrupção no Brasil, com os escândalos, está vinculado a financiamento de partido e de campanha. Sinceramente, é essa a situação que vivemos.

Então, eu queria dizer aos colegas que não dá para aceitarmos aqui algo, porque nós precisamos apoiar o Juiz Moro, nós precisamos apoiar a ação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal. Sem isso, não vamos ter o fim da corrupção. Temos que dar um voto de confiança.

De um lado, há declaração de pessoas. De outro lado, há fatos, fatos concretos, ou não era um fato, lá em São Paulo, os R$800 milhões que vieram da Suíça – isso estava lá, está identificado – por conta dos trens do metrô de São Paulo? Fato no governo do PSDB, fato concreto. E contra fatos não há argumento. Mas um membro do Ministério Público Estadual está sendo denunciado – não sei se já foi absolvido, porque normalmente são absolvidos – por omissão no caso dos trens de São Paulo.

Então, eu queria, pedindo aqui a compreensão de todos, dizer que V. Exª foi preciso quando falou de delação. V. Exª disse "delação é um instrumento legal, legítimo, para se buscar desbaratar um crime, uma quadrilha", e eu acho que é isso que se está fazendo no País hoje. Eu não acho isso errado. O problema é que, às vezes, a fala de um delator vale para um partido, e não vale para outro. Eu gostaria muito que essa operação se ampliasse; que todos os partidos que têm financiamento parecido – porque são quase iguais, e eu não quero aqui também colocar a questão nesses termos – tenham o mesmo financiamento. Não há diferença entre as empresas que financiam o PSDB ou a candidatura do PSDB, nem na eleição passada nem na penúltima, e as que financiam o PT. A mesma situação ocorre com o PMDB, com o PP. O problema que está havendo aqui é o tratamento que se está dando. "Não! Nós não estamos interessados em apurar esse caso. Nós estamos interessados em apurar o outro caso."

Eu peço a V. Exª... V. Exª falou aqui: o delator é um criminoso – palavras suas. Ele tem que se entender como criminoso e, depois, colaborar para que a quadrilha em que ele atuava possa ser desmontada.

O Sr. Barusco, que eu nunca vi na vida, apareceu na imprensa, nesses dias, não como um criminoso. Ele é um grande delator. Acusou muita gente – eu não estou nessa acusação.

Ele estava numa praia em Angra dos Reis, fumando um charuto daqueles que devem ser muito caros – eu nunca fumei na vida –, tomando um bom uísque perto de um iate. Acho que esse homem não... Porque se ele é um criminoso, hoje o crime compensa neste País. Acho que alguns criminosos não estão sendo tratados como criminosos.

Então eu queria, com todo o respeito, pedir a V. Exª, além de cumprimentá-lo, como o fiz, já dei meu voto... Acho que V. Exª vai passar aqui como o Ministro Fachin, vai ter o apoio suprapartidário, porque é importante que o Senado faça o seu papel de dar um voto de confiança à sua pessoa, dando assim ao Ministério Público, à Polícia Federal, ao Juiz Moro, ao Supremo...

Mas eu não sei. Eu queria uma opinião de V. Exª. Eu sei do compromisso de V. Exª de tentar não ter ações espetaculosas, de ter uma ação que não desmoralize ninguém, que faça cumprir a lei. V. Exª acha que estão funcionando os conselhos que aqui sabatinamos? O Conselho do Ministério Público e o Conselho de Justiça estão funcionando? Estamos tendo exemplos a serem dados para a sociedade? Era isso que eu queria ouvir nesse meu posicionamento e volto a repetir: ouvi aqui, atentamente, todos os colegas, de tudo quanto é partido. Fomos provocados, fomos denunciados, fomos acusados. A Presidenta Dilma foi acusada. Ninguém fez nenhum gesto contra os colegas; isso é parte da política aqui. Eu sou do diálogo, mas eu queria que o pau que dá em Chico desse em Francisco. Nesse momento, ele está dando só no Chico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador Janot, para responder às colocações de V. Exª.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É, Senador, como eu disse anteriormente, quando a gente recebe um material para trabalho, a gente recebe o material que veio de um colaborador. Então, nesse material que veio há fatos e nomes. Não somos nós que criamos fatos e não somos nós que criamos nomes. Temos de trabalhar com o material que nos chega.

Quanto à questão do processamento de dois Parlamentares em fatos envolvidos similares à Ação Penal nº 470, eu diria que os dois Parlamentares... O processo prossegue em segundo grau porque eles renunciaram aos respectivos mandatos. Renunciando ao respectivo mandato, perde a prerrogativa de foro e desce, portanto, para responder em primeiro grau de jurisdição. Esse foi o motivo.

Acredito que a criação dos conselhos foi um grande avanço para o sistema de Justiça – tanto o Conselho Nacional do Ministério Público quanto o CNJ. Os conselhos têm, sim, dado uma contribuição enorme para o aprimoramento do trabalho, no caso do Ministério Público pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Muito se pergunta, por exemplo, sobre a atuação das corregedorias nesses conselhos. No biênio 2013-2015 foram autuados e processados no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público 847 processos disciplinares, 750 reclamações disciplinares, 19 sindicâncias, 31 inspeções, 1 correção, 12 avocações e 34 acompanhamentos de decisão.

Nesse biênio, foram finalizados 972 processos – ou seja, conseguimos finalizar 125 processos que estavam em estoque do período anterior. O acervo atual da Corregedoria é de 249 processos, sendo grande parte deles acompanhamento de processos nos Estados. E o quadro de julgamento é o seguinte: processos administrativos disciplinares, foram 13 sanções aplicadas; reclamações em sede de reclamações disciplinares, foram 20 sanções aplicadas; nas avocações, 4 sanções foram aplicadas. Num total de 90 processos, 37 sanções foram aplicadas.

Então, nessa parte da atuação disciplinar os conselhos têm funcionado bem e na parte de indução e de harmonização e uniformização de procedimentos tem também. São várias as resoluções do Conselho Nacional que tentam harmonizar e unificar a atuação dos diversos Ministérios Públicos.

Foi, com certeza, Senador, uma grande contribuição para o sistema de justiça que o Parlamento fez ao aprovar esses conselhos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Jorge Viana para fazer as suas perguntas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria também, no último comentário do Dr. Rodrigo Janot, perguntar se ele não acha que nós teríamos de fazer uma revisão e ver que mecanismos para esses tempos modernos, atuais, que o Brasil está vivendo, também nesses conselhos, porque nós estamos aqui fazendo sabatinas e temos poucas informações. Essa é uma opinião.

Outra questão que eu queria fazer é em relação à Emenda nº 45, de 2004, que alterou a Constituição Federal e veda, temporariamente, o exercício da advocacia, a chamada quarentena de saída da Magistratura. Eu estou com a proposta na Casa porque essa Emenda trouxe regras para que o exercício da advocacia aconteça, tanto para o Ministério Público como para os membros da Justiça, após o cumprimento de suas missões como

carreira de Estado, depois de aposentados. A regra, hoje, funciona. O objetivo foi afastar do cotidiano do Poder Judiciário qualquer espécie de favorecimento por quem ocupa cargos.

Hoje, a quarentena é temporária, tem prazo de três anos, a contar do afastamento, mas ela se refere apenas ao juízo e comarca. Eu queria um comentário de V. Exª, porque um membro de qualquer Tribunal Superior, do Ministério Público, pode sair um dia de uma função nobre, importante, e no outro dia já estar advogando, desde que não seja na sua comarca. O Brasil é muito grande. O que estamos vendo é que alguém que deixe de ser Presidente do Supremo hoje poderá amanhã estar cobrando R$ 1 milhão num parecer. Isso é o que a gente lê na imprensa.

Eu estou apresentando uma proposta, mudando essa quarentena, fazendo, de fato, uma quarentena. Na proposta que estou apresentando, a Emenda à Constituição nº 114, de 2015, fiz um escalonamento estabelecendo três anos para quem era juiz ou promotor de justiça, ou seja, na Primeira Instância; quatro anos para desembargadores e procuradores de justiça; e cinco anos para membros de Tribunais Superiores, no caso, membros do Ministério Público atuando. Por que isso? Porque acho que, num país como o nosso, obviamente, se o senhor sai do Ministério Público e no outro dia o senhor atua aqui ou em Minas, o senhor resolve ser um advogado no Rio de Janeiro, a vantagem de V. Exª, comparada com qualquer outro advogado, qualquer outro colega, será enorme. Vejo que essa quarentena não resolve, porque estabelece algo, cria uma distorção, em minha opinião, privatizando uma carreira de Estado. Essa é a minha opinião.

Então, eu queria um comentário de V. Exª no sentido de ver se não seria prudente, para que todos nós fôssemos tirando todas as dúvidas, se todos nós não tomássemos todo o cuidado para que, quem faz a opção de carreira de Estado para Ministério Público, para ser juiz, para ocupar e dirigir, julgar a todos, ter um tratamento diferenciado, seja com um bom salário, boas garantias para trabalhar, um bom salário depois que deixa o trabalho, mas também que não seja apenas um espaço para se alcançar uma profissão nova, usando o prestígio adquirido pelo trabalho exercido na carreira de Estado.

Era isso o que eu queria dizer, até pedindo desculpas a V. Exª, porque tive de fazer um posicionamento do plenário, mas, com muito respeito, e uso a palavra admiração, porque V. Exª é essencialmente um ser humano que sente, que se preocupa com o nosso País, com a sociedade, mas que cumpre com absoluta firmeza e competência o seu dever.

Parabéns a V. Exª! Tomara que, o mais rápido possível, como querem o Presidente e o Plenário, possamos nos posicionar, nesta Comissão e no Plenário, sobre a recondução de V. Exª para seguir dirigindo esse trabalho tão importante do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Agradeço as palavras do ilustre Senador Jorge Viana. Eu vejo a ideia da quarenta como uma coisa muito boa, acho que, realmente, tem que se equilibrar o jogo do mercado quando alguém pode ter ascendência sobre outros que não tiveram acesso a esses cargos públicos. O que me preocupa, e já ouvi sobre essa tendência, é a quarentena eterna. A interdição ao trabalho seria até inconstitucional, afinal, respeitada a quarentena, a única coisa que cada um de nós sabe fazer, seja Ministério Público, seja Magistratura, seja advogado, é advogar, é lidar com esse meio.

Se existe uma interdição eterna, a gente perde a condição de trabalho, uma cassação civil de uma profissão, o que não seria recomendado. Mas vejo com muito bons olhos a quarentena, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Procurador, quero primeiro cumprimentá-lo.

Vou fazer as minhas intervenções em cima de duas partes. Na primeira parte, Dr. Rodrigo Janot, queria dizer que sou Relator da CPI de assassinato de jovens do Senado Federal. Há uma CPI no Senado e uma CPI também acontecendo na Câmara dos Deputados. Na verdade, há uma epidemia de homicídios no Brasil. Em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas. Somos líderes mundiais em números absolutos de assassinatos. Se formos olhar em proporção à população, estamos em quarto lugar; perdemos de Honduras, El Salvador e Venezuela.

Para se ter uma ideia, de cada cinco pessoas assassinadas no mundo, uma é brasileira. Mais grave, 50% são jovens. Entre os jovens, 77%, jovens negros, a maior parte, moradores das nossas periferias.

Quando entramos em mortes por intervenção policial, de 2009 a 2013, foram 11.197 mortes causadas por intervenção policial. É o mesmo número, em cinco anos, de 30 anos nos Estados Unidos da América, em relação a mortes causadas por policiais.

Ainda há o problema dos desaparecidos. Temos o caso, conhecido no Rio de Janeiro, do pedreiro Amarildo, mas, citando o Rio de Janeiro, estamos tendo uma média de seis mil desaparecidos por ano.

Em cima de tudo isso, Dr. Rodrigo Janot, a sociedade começou a se organizar. Há duas comissões parlamentares de inquérito, a atuação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que reúne várias entidades, e o

Governo Federal entrou, através do Ministério da Justiça, na tentativa de construção de um grande pacto nacional pela redução dos homicídios.

É onde entra o papel central em todas as audiências que temos tido. Conversei, inclusive, com Fábio George, que é o Conselheiro Nacional do Ministério Público, que está participando. Ficamos, inclusive, de marcar uma reunião sobre o tema com as entidades.

Entra o problema central do papel do Ministério Público, porque é função do Ministério Público exercer o controle da atividade policial, por um lado, o que é muito importante, mas também o acompanhamento da resolução desses inquéritos.

Quanto ao primeiro ponto, que é exercer o controle da atividade policial, os números, Dr. Rodrigo Janot... Por isso peço aqui, como Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, que V. Exª coordene um esforço envolvendo os Ministérios Públicos estaduais, porque os números são terríveis.

Vou dar um número aqui, de 2011, no Rio de Janeiro. Total de procedimentos abertos pela polícia, em cima de autos de resistência, ou seja, mortes por autoridade policial. Foram abertos 220 em 2011, e nós estamos em 2015. Desses, 183 continuam com investigação em andamento; para 12 deles, houve pedido de arquivamento no Ministério Público; só um foi transformado em denúncia pelo Ministério Público.

Há outro número aqui, do Prof. Michel Misse, que diz que, na falta de investigação dos autos de resistência... Ele analisou na cidade do Rio de Janeiro, em 2005, e mostrou que 707 pessoas foram vítimas de autos de resistência. Desse total, só 355 tornaram-se inquérito policial, e, em apenas três casos, o Ministério Público apresentou denúncia ao Poder Judiciário.

Então, creio, Dr. Rodrigo Janot, que esse tema é importantíssimo. Não vai haver redução do número de homicídios em nosso País sem uma participação ativa do Ministério Público, no controle externo da atividade policial, mas também em relação às apurações dos homicídios.

Infelizmente, só 8% dos homicídios em nosso País são investigados. Não é nem elucidados! Se a gente vai discutir outros números – em uma comparação internacional –, no Reino Unido esse número é de 85%; nos Estados Unidos é de 65%. Então, esse é um ponto que considero muitíssimo importante.

É claro que não é só esse tema, a gente tem que admitir que a arquitetura institucional da segurança pública do País é obsoleta, anacrônica. Eu sou o autor de uma PEC – que foi feita pela sociedade, por especialistas, em especial o Prof. Luiz Eduardo Soares, eu só, na verdade, entrei com esse projeto aqui –, que fala de uma série de mudanças nessa arquitetura institucional. Primeiro, porque nós temos, Dr. Rodrigo Janot, uma grande jabuticaba neste País, que é o fato de termos uma polícia – a Polícia Militar – que faz o trabalho de policiamento preventivo e ostensivo, e uma outra polícia – que é a Polícia Civil – que faz o trabalho investigativo.

Esse meu projeto, essa minha PEC 51, trata de três temas: ciclo completo, porque a investigação tem que começar desde a primeira abordagem do policiamento preventivo nas ruas; carreira única, nós estamos com as polícias completamente divididas. Se olharmos a Polícia Federal, os agentes brigam com os delegados da Polícia Federal. Tem que haver a possibilidade da construção de uma carreira única, que tenha ascensão funcional. Não é só na Polícia Federal, na Polícia Civil também! Delegados de um lado e os agentes de outro. Isso acontece, quando eu falava do ciclo completo, por causa da própria confusão que há entre Polícia Militar e Polícia Civil.

Então, é um conjunto de pontos que nós estamos discutindo nessa PEC 51. Temos a discussão sobre a desmilitarização também, que não é o que querem dizer: que desmilitarização é como se tivéssemos uma polícia mais fraca. Não é isso! As polícias nos Estados Unidos são polícias civis; na Inglaterra, polícia civil; no Canadá, polícia civil. Não se acaba com a hierarquia, mas se dá uma autonomia operacional para o gestor de segurança pública na ponta.

Eu, quando olho o caso do pedreiro Amarildo, que envolveu 25 policiais, fico a me perguntar: como 25 policiais, que estavam atuando, acabaram – depois de uma série de torturas – matando o pedreiro Amarildo? E eu não tenho dúvidas de dizer que esse código disciplinar draconiano e essa estrutura militarizada da Polícia Militar respondem um pouco. Porque todos ali? Porque não houve alguém que discordou da orientação daquele comando ali?

Por fim, antes de entrar na segunda parte, eu queria dizer que esse debate de segurança pública não está separado de um debate maior sobre a política de guerra às drogas. Eu sei que o Supremo Tribunal Federal está discutindo a descriminalização das drogas. Respeito a posição de V. Exª, apesar de divergir. E queria, Dr. Rodrigo Janot, falar aqui qual é a sensação que tenho ao entrar nesse debate sobre a política de segurança. Hoje essa política de guerra às drogas está exterminando a nossa juventude. Nós temos a polícia que mais mata e a polícia que mais morre também. Vocês sabem que nós, em 2013, perdemos 490 policiais! É como se o centro da política de segurança pública fosse o combate ao tráfico de drogas. O que acontece é o seguinte: morrem os pequenos varejistas; morrem os policiais; morre gente da sociedade civil que está circulando por

aqueles territórios. Então, sinceramente, acho que não temos como avançar em relação ao fim dessa política de extermínio, sem discutir essa política de guerra às drogas.

Quero só acabar o último argumento sobre a política de guerra às drogas em relação ao sistema prisional. Em nosso sistema prisional, hoje, 63% das mulheres presas estão ligadas ao tráfico de drogas. Um terço da população masculina presa está ligada ao tráfico de drogas. Essa mudança na legislação que houve em 2006 fez aumentar. Nós tínhamos 31 mil presos e saltou para 138 mil, um aumento de 339%! Nós somos a terceira maior população carcerária do mundo, e não para de crescer!

E eu quero apresentar a V. Exª, para encerrar essa parte, esse estudo da pesquisadora Luciana Duarte, da UFRJ, sobre o perfil da população carcerária presa por tráfico drogas.

Aponta que o perfil médio é de cidadão com pequenas quantidades de droga, que não estava armado nem pertencia a nenhuma facção, que acaba entrando nesse sistema carcerário. Sabemos que o sistema carcerário não resolve coisa alguma.

Então, esta era a minha primeira parte. Queria pedir a V. Exª esse apoio como Presidente do CNMP, para juntar os ministérios públicos estaduais nessa grande concertação que está sendo conduzida pela sociedade civil.

Vou entrar na segunda parte e procurar ser bem breve, porque escutamos muita coisa também. E nós do PT temos escutado muito. Eu queria dizer da alegria estar aqui, muita gente já falou nisso, falando com o Procurador-Geral que foi o mais votado. Esta é uma mudança institucional fundamental, que veio do primeiro governo do Presidente Lula, o fato de colocar o mais votado sempre como Procurador-Geral. E aí, Senador Aloysio, vejo que, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Procurador Brindeiro foi reconduzido quatro vezes. Na última vez...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se muda a Constituição. É só esta, ora veja!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só estou querendo mostrar o que acontecia. Quatro vezes! Na última vez, houve um processo de eleição. Sabe o que aconteceu? O Brindeiro não entrou na lista tríplice, ficou em sétimo lugar. E sabe o que o Presidente Fernando Henrique fez? Nomeou o sétimo colocado. Se fosse num governo do PT...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Porque ele achou que era o melhor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...o Brasil caia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É porque ele achou que era o melhor. É prerrogativa do Presidente. Isto aqui não é uma eleição como a nossa, um processo eleitoral.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É claro. Esta é a posição dos senhores. No fundo, os senhores continuam defendendo esta posição.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, porque eu tenho uma PEC que regulamenta a lista tríplice. Conto com seu apoio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É claro que terá. Fomos nós, foi o nosso governo que fez esta mudança institucional importantíssima. Mas volto a dizer, nomear o sétimo?! Imagina se fosse a Dilma! Imagina se fosse o Lula! Falo mais, Senador Aloysio, porque estamos escutando tanto sobre operações da Polícia Federal, que muita gente fala. Veja, nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, houve apenas 48 operações da Polícia Federal. Seis por ano! Seis, a média. Nesses 12 anos que avaliamos, 2003 a 2014, foram 2.400 operações, 220 operações por ano. Há ou não uma diferença grande nisto aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Você acha isso? Fala sério! O fato é que não havia investigação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pelo amor de Deus! Quer dizer que a Polícia Federal passou a existir depois que o PT virou governo?!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Posso falar? Já escutei tanta gente falar aqui. Já escutei o PSDB falar tantas coisas aqui, que temos o direito de falar isto. Estes números aqui duvido que os senhores contestem, porque são números oficiais. Como tem mais: a cultura da transparência; lei de acesso à informação; portal da transparência; outros avanços normativos; lei anticorrupção que prevê acordo e leniência para empresas; lei de combate ao crime organizado, que prevê delação premiada; a nova lei de lavagem de dinheiro. Tudo isso!

Então, acho que neste debate estou satisfeito em participar desta sabatina, trazendo esses pontos. Acho que essas investigações todas, Dr. Rodrigo Janot, têm que ser presididas de forma que não exista interferência política alguma, de partido algum. Tem que acontecer, e V. Exª já respondeu sobre isso hoje numa pergunta feita pelo Senador Alvaro Dias, de forma muito enfática. Tudo tem que acontecer em cima dos fatos objetivos.

Acho que algo tem de se desenvolver no País e acho que V. Exª pode liderar este processo como um todo: ficou expresso na fala de V. Exª como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço licença ao orador para informar que S. Exª já ultrapassou de seu limite de tempo 5 minutos e 47 segundos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Acontece que há um número elevado de oradores inscritos que desejam manifestar suas ideias, seus pensamentos sobre isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já são quase 16h.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Peço desculpas, vou concluir, não vou...Só queria encerrar dando um exemplo disso que, para nós do PT... Em relação, por exemplo, a um vazamento seletivo que houve na véspera da eleição presidencial, aquele vazamento que aconteceu numa quinta-feira e que saiu numa revista de circulação nacional, para tentar interferir no pleito eleitoral.

V. Exª foi muito firme, nesse momento, inclusive, deu declarações condenando o episódio. Mas esse é um caso típico de um vazamento feito para interferir num processo político. Foi tão seletivo que o candidato adversário da Presidenta Dilma Rousseff também tinha sido citado por um delator, mas isso não apareceu! Eles só colocaram aquela parte para prejudicar e interferir no processo eleitoral.

Eu teria outros pontos a colocar aqui, nesse aspecto, que o Senador Jorge Viana explorou bem, Dr. Rodrigo Janot, e ficou expresso na sua fala: pau que bate em Chico, bate em Francisco. Acho que essa cultura tem que se espalhar, porque já foi citado por muitos aqui a estranheza para os nossos militantes, para os nossos apoiadores: fato de o mensalão tucano de Minas Gerais ser de 1998, o do PT ser de 2002, e no caso do PT todo mundo foi preso, já foi solto, e o de 1998 ainda não foi julgado. Causa estranheza a nós, sabemos que é o Ministério Público Estadual, a situação do trensalão tucano em São Paulo.

Por fim, encerro falando que esperamos que as investigações sejam ampliadas ao máximo possível. O delator, doleiro Alberto Youssef, citou 750 obras com corrupção. Várias obras estaduais que têm recursos federais: Sabesp, metrô. Então, queremos que as investigações sejam ampliadas. É preciso, acho que V. Exª pode liderar esse espírito, para que não se passe uma ideia para o País de que tucano nem é investigado, a investigação é dirigida e seletiva. Essa lista do Alberto Youssef dá essas possibilidades, estão lá listadas as obras, planilhas foram apreendidas.

Então, o que a gente quer não é tolher investigação, muito pelo contrário: é mais investigação, ampliar as investigações. Aí, é o seguinte: os fatos objetivos têm que prevalecer. V. Exª, em cima de fatos objetivos, tenha a coragem de denunciar, e, em cima de fatos objetivos também, se não existir prova, tem que ter coragem também de arquivar alguns desses casos.

Peço desculpas ao Presidente pelo tempo, sei que me estendi muito, porque tratei de dois assuntos diferentes, mas agradeço o Procurador pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador Janot para acrescentar suas respostas ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Lindbergh Farias, eu gostaria de acrescentar, sobre essa liderança que o Brasil exerce em assassinatos, que isso é uma vergonhosa liderança realmente. Não é possível que tenhamos tantos assassinatos assim.

A questão é complexa e deve ser enfrentada sob vários aspectos. O Brasil subscreve convenções e tratados internacionais, nos quais se compromete a atuar contra a tortura, a atuar contra esses crimes bárbaros, etc. Vivemos uma dicotomia: a competência para apurar a grande maioria desses crimes é da justiça estadual e Ministério Público Estadual. Perante as cortes internacionais, quem respondia era o País. Então, o Parlamento deu uma contribuição enorme para que evoluíssemos com a criação do instituto de deslocamento de competência. Hoje, através desse instituto, temos a possibilidade de, dentre aquelas hipóteses previstas na Constituição, retirar o caso que vem sendo acompanhado pela justiça estadual ou pelo Ministério Público Estadual e trazê-lo para a área federal.

No que se refere a esses assassinatos, temos o IDC 3, que é um caso emblemático, que foram grupos de extermínio no Estado de Goiás. Como a petição era grande, havia vários fatos misturados, mas conseguimos trazer alguns deles para a federalização e julgamento no STJ. Então, esse é um instrumento importante para atuar nessa questão.

Quanto ao controle externo, temos, sim, que vocacionar o CNMP e os Ministérios Públicos para o efetivo exercício, cada vez mais, do controle externo.

No âmbito da Procuradoria Geral da República, Senador, eu criei mais um órgão colegiado, havia seis, criei o sétimo órgão colegiado, que é a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão, exatamente para cuidar do controle externo da atividade policial e do sistema prisional. Tem por foco, portanto, esses dois aspectos, ou o controle externo e a melhoria do sistema prisional. Sei que aqui, no Congresso, existem iniciativas para reduzir a atuação do Ministério Público no controle externo. Então, eu gostaria de contar com o apoio dos senhores, para que fosse mantido o desenho do controle externo ou aprimorado de maneira a crescê-lo, para que possamos exercer o nosso mister com mais objetividade.

Outro aspecto interessante, que vem agora do CNJ, e o CNMP deliberou ontem – ontem, não, terça-feira, já perdi a noção do tempo –, sobre as audiências de custódia. Acho que esse também é um passo importante para o controle do abuso da atividade policial com a presença do preso em flagrante perante a autoridade judicial e a presença do Ministério Público. Acho que temos que fazer uns ajustes, a previsão do CNJ, Presidente, é de apresentação em 24 horas. Então, essa realidade de 24 horas pode ter eco em um Estado da Federação, mas pode não ter em outro. Imagino, Senador Jader Barbalho, no Pará, um Estado enorme, com locais de difícil acesso, fixar-se com marcas enormes a apresentação em 24 horas. Então, acho que a melhor maneira seria fixar um prazo de até 72 e permitir, nos casos mais agudos, a videoconferência. No Estado do Amazonas, não sei se há algum Sr. Senador do Estado do Amazonas, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. *Fora do microfone*.) – Há um aqui, do Amapá.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Do Amapá? Então, assim, temos distâncias, acesso dificílimo, por rio... Do Acre. Colocar o prazo até 72, acho que atenderia aos Estados que podem fazer com menos prazo e estabelecer o uso de tecnologia moderna para fazer com que seja cumprido em todo o Território Nacional. Então, essa audiência de custódia acho que é um instrumento também muito importante para melhoria desse sistema de justiça.

Sei do problema sério da descriminalização do uso de drogas, Senador Lindbergh, e acredito que o melhor local para discutir isso seja exatamente aqui, no Parlamento. Isso é uma política pública típica, é aqui que é o local onde melhor seria tratada a questão. Mas, como a gente se refere a um controle de constitucionalidade de um dispositivo da lei, hoje, de combate à droga, um dispositivo que fala sobre porte de pequena quantidade, a gente, como eu disse mais cedo, é levado a pensar em maconha, então, aporte de pequena quantidade de maconha. Não, pequena quantidade de droga, *crack*. *Crack* é uma pedrinha. A realidade das cracolândias, hoje, nas cidades brasileiras é uma coisa terrível. Não tenho dúvida de que a atividade de tráfico de drogas, atividade profissional de tráfico de droga, que a estimativa é de R$3,7 bilhões do giro econômico dessa atividade que eles se organizariam com muita rapidez para criar o exército de formiguinhas. É uma questão muito complexa, sim, envolve questões não da individualidade da pessoa. "Ah, porque ele quer usar, vai usar." Não, isso tem reflexo no sistema de saúde, isso tem reflexo na socialização da pessoa, isso tem reflexo, enfim, nas relações sociais.

No julgamento do Supremo, lembrei um julgamento da Corte Constitucional Federal alemã em que a expressão usada era: "Ninguém tem direito subjetivo à permanência em êxtase, com uso de substância entorpecente." E, ali, na questão judicial, houve um tratamento. Sei que o problema é muito sério, um problema muito complexo, e acredito que uma melhor solução seria, não no Judiciário, mas aqui no Congresso.

Quanto ao sistema prisional, Senador, não tenho dúvida de que o sistema prisional brasileiro, em sua grande maioria, não todo ele, temos algumas penitenciárias que, hoje, não fazem inveja a País europeu, mas a maioria dessas penitenciárias é realmente enxovia medieval.

E, se o Estado traz para si o monopólio da justiça e o monopólio da restrição ao direito de liberdade, ao Estado não pode ser dado impor a esse condenado uma pena maior do que aquela que é prevista em lei. Quer dizer, o sujeito que é condenado o é de uma forma que ele perde a cidadania completa, ele perde a condição de ser humano. E a gente não pode concordar com isso.

No âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, nós criamos um programa. Os ventos indicam um interesse em enfrentar essa questão. A elaboração desse programa e o trabalho nesse programa que se chama Segurança sem Violência, o Conselho Nacional do Ministério Público e, com ele, os Ministérios Públicos brasileiros; o Conselho Nacional de Justiça e, com ele, a Magistratura brasileira;, o Ministério da Justiça; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Conselho do Secretário de Segurança Pública dos Estados; o Conselho dos Defensores Públicos – eu acho que não faltou nenhum; são seis ou sete atores nesse processo. É um projeto em que criamos uma cesta de 62 produtos para que possamos oferecer soluções, se não ideais, pelo menos soluções encaminhadas aos Estados para essa questão do sistema prisional brasileiro.

Então, eu acho que agora temos condição de evoluir um pouco. O Supremo teve uma decisão histórica há 10, 15 dias, à unanimidade, em que reconheceu a possibilidade de o Judiciário, por provocação do Ministério Público, interferir na qualidade do sistema prisional, não – ressaltou – determinar a construção de presí-

dios, mas determinar a melhoria das condições das cadeias existentes, a ampliação, etc. Como era um tema de repercussão geral, ficou expresso na repercussão geral que o Estado não pode se opor a essa demanda, invocando a cláusula da Reserva do Possível, que é aquela que diz que não há orçamento para que eu possa fazer esse tipo de atividade, e a separação entre os Poderes.

Estou terminando, Presidente, porque o Senador Lindbergh elencou vários assuntos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Senador Lindbergh se deseja fazer alguma observação.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Só para terminar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª pela colaboração. Os demais inscritos agradecem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado, Presidente José Maranhão. Dr. Rodrigo Janot está querendo só concluir.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Só terminar dois aspectos. Uma questão que o senhor coloca: ampliar as investigações. Senador, eu sou muito tranquilo. A minha atuação é equilibrada. As pessoas me perguntam: "Até onde a investigação vai?" Eu disse: "Você tem que perguntar a essas pessoas até onde elas foram". Até onde elas foram, nós iremos. A gente não criou esses fatos. E nós não temos nenhum preconceito e nenhuma ideia preordenada de investigar um e deixar de investigar outro. O que se procura aqui é o saneamento da corrupção no Brasil. A corrupção é inaceitável! A gente não pode admitir falar de sistema penitenciário, saúde e educação e esse dinheiro está sendo drenado para o sistema de corrupção.

Quanto ao arquivamento e à denúncia, Senador, eu posso lhe garantir: a caneta que assume uma denúncia é a mesmíssima que assina um arquivamento.

Eu vou lhe dar os números que dizem isso. Durante dois anos, foram pedidos 269 arquivamentos de inquérito no âmbito da Procuradoria Geral da República, democraticamente distribuídos por integrantes de todos os Partidos. Não há aqui prevalência de nenhum deles. Existiram 26 denúncias, também democraticamente distribuídas para aqueles que cometeram ato ilícito, independentemente de partido e foi requisitada a instauração de 81 inquéritos também sem levar em consideração o partido político, mas a atuação da pessoa.

Então, eu garanto ao senhor que a mão que assina a denúncia é a mesma que assina o arquivamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado. Agradeço pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente, Dr. Rodrigo Janot, eu desejo, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª pela exposição que V. Exª proporcionou a esta nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Eu sou bacharel em Direito e sou de um tempo em que o Ministério Público tinha...

(Soa a campainha.)

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – ... e entendo que deve continuar tendo, o conceito de ser o guardião da lei e dos interesses da sociedade.

Eu considero muito normal, depois de tantos anos de vida pública – e acredito que V. Exª também considera –, este debate entre os integrantes de diversos agrupamentos políticos. O Parlamento é isto, a democracia é isto: o conflito de ideias, o conflito de interesses. E fico muito feliz quando verifico que uma instituição como o Ministério Público deve estar a serviço não de partidos, apesar de a indicação de V. Exª ser uma indicação da Presidente da República, mas V. Exª, como ressaltou ainda pela manhã, reforçada por uma decisão quase que unânime dos integrantes do Ministério Público. Eu gostaria, se fosse possível, de encontrar no Brasil uma fórmula em que os dirigentes do Ministério Público e até do Poder Judiciário não tivessem nenhuma interferência de natureza político-partidária. Nenhuma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Preocupa-me, por exemplo, um Ministro do Supremo Tribunal Federal ficar devendo ao Presidente ou à Presidenta da República a sua nomeação; no Estado, um desembargador ficar devendo sua nomeação ao governador do Estado. Eu fui governador do meu Estado por duas vezes e tive que formalizar indicações, mas sempre entendi que o Poder Judiciário e particularmente o Ministério Público devem defender os interesses da sociedade. Nada além disso. O jogo político não é um jogo do Ministério Público e não deve ser um jogo do Poder Judiciário. É um jogo dos partidos e dos agrupamentos políticos, que defendem suas teses no contraditório que é próprio da democracia.

Portanto, eu considero muito naturais as observações feitas aqui, que devem ser entendidas com muita tolerância.

Quero cumprimentar V. Exª pela forma serena e firme como expôs a atuação atual do Ministério Público. E espero que a ideia que faço de V. Exª sirva de exemplo para todo os integrantes do Ministério Público no Brasil inteiro. Porque aqui e ali há alguns que, em lugar de se endereçarem para os partidos políticos, de se filiarem e assumirem a posição de disputar no voto a representação popular, acham que é conveniente usar o instrumento do Ministério Público. E eu discordo disso. Acho que a relação com o juiz e com o representante do Ministério Público deve estar escrita na lei. Nada mais além disto, na lei.

Eu queria aproveitar, até porque continuo a não me esquecer que sou um bacharel de província, que tenho lido aqui e ali, e fico cheio de dúvidas com relação à teoria do fato, que confesso que até hoje para mim é algo muito complicado. Com todo interesse na leitura, eu não consegui, até hoje, francamente, fazer um juízo.

Eu vou tratar da Operação Lava Jato e gostaria que V. Exª entendesse apenas em tese, porque o que me preocupa muito em matéria de Direito é o precedente. Precedente eu considero uma coisa seriíssima. Há pouco, V. Exª falou do tamanho do meu Estado e do tamanho de outros Estados do Brasil.

O precedente é seriíssimo. E eu gostaria de sair deste encontro com a eliminação de alguns precedentes, pelos ensinamentos de V. Exª, pela experiência e pelo exercício do cargo.

Eu li aqui e ali que, nessa questão, que considero um avanço, essa questão da colaboração ou da delação premiada, que, lá no Paraná, na pessoa que delata o juiz manda colocar uma tornozeleira e manda para casa. E quem não delata, fica mofando. Confesso a V. Exª que isso me causa um certo arrepio, porque não posso entender, de forma alguma, em primeiro lugar porque a delação/colaboração tem como base, no meu entendimento, a espontaneidade. E eu dirijo a indagação a V. Exª porque essa espontaneidade é dirigida e encaminhada pelos representantes do Ministério Público.

Então, quero saber de V. Exª qual é o tratamento dado, que história é essa de que quem delata e colabora tem uma tornozeleira colocada e volta para casa, e quem não colabora fica lá mofando, dependendo de o juiz achar se deve passar uma semana, 15 dias, 20 dias ou um mês.

Não considero que juiz nem autoridade judiciária seja dono da lei. Autoridade judiciária tem que estar submetida à interpretação ou ao exercício da lei. Então, eu queria que V. Exª me ajudasse a compreender se tem fundamento isso ou se não tem, ou se a imprensa é que inventa essas coisas e eu estou lendo de forma errada.

A outra questão é em relação à prisão preventiva. Dr. Janot, eu sempre tive notícia de que havia dois motivos básicos para prisão preventiva: a prisão preventiva em razão do agente acusado ou indiciado ser uma figura de alta periculosidade e que, em liberdade, pudesse causar danos à sociedade. E o outro motivo seria interferir no processo no sentido de tumultuar a apreciação judicial. Seriam esses dois pilares da prisão preventiva.

V. Exª é a pessoa adequada para me ajudar a entender. Existe um terceiro pilar? O juiz pode manter pelo tempo que quiser a prisão preventiva? Ele pode fazer isso? Não. No meu entendimento, ele não pode. Mas pode ser que eu esteja equivocado. Daí entenda que eu estou querendo aprender com V. Exª neste momento e me informar como agente político a respeito disso. Porque aqui e ali eu converso com pessoas, emito juízo e não quero emitir juízos.

Agora, não acho, quando eu falo em precedente, Dr. Janot, este País que tem o tamanho... O meu Estado tem a dimensão da Colômbia. Este País é um país continental. Por que o juiz do Paraná pode fazer isso e um juiz do meu Estado não pode fazer a mesma coisa? Se isso é uma violência, se isso é uma infração legal, o juiz federal no meu Estado, seja na capital ou no interior, vai fazer e vai dizer: por que o tal do Moro pode fazer e eu não posso? Não! O Dr. Moro, que receba as nossas homenagens e os cumprimentos da sociedade brasileira pela sua atuação, mas ele não é dono da lei. Nem ele nem qualquer Ministro do Supremo e nem V. Exª. Pelo contrário, vocês têm a responsabilidade de prestigiar a lei, de interpretá-la e de não abrir precedentes. Fico preocupado com precedentes. O juiz vai aplicar em qualquer parte do Brasil e vai dizer que está aplicando porque se é aplicado no Paraná por que ele também não aplicar?

Então, eu quero, como se eu fosse um aluno e V. Exª um mestre, um professor, que V. Exª me esclareça mais sobre essa questão da colaboração premiada. Se essa questão da espontaneidade não é fundamental e se tem fundamento essa história de que quem delata vai para casa com tornozeleira; quem não delata, fica preso lá. Depois, essa questão da prisão preventiva. A prisão preventiva tem prazo ou não tem prazo? Eu não tenho procuração do José Dirceu – nem ele me pediu e eu não estou com sua procuração –, mas é a tal história: José Dirceu está preso, já foi preso uma vez, ele não pode ser chamado? E os outros que estão presos, o Presidente da Odebrecht, não podem ser chamado para depor? Dependendo do humor do juiz, ele manterá preso por seis meses, mofando. Ou delata ou fica mofando aí!

Eu queria aprender e, neste momento, eu queria sair desta reunião com o sentimento de que eu aprendi, em matéria de Direito, mais alguma coisa para poder exercer meu mandato como Parlamentar e poder até conversar com as pessoas que me indagam.

Então, eu sei que muitas questões foram colocadas durante o dia aqui, mas eu quero ressaltar: eu não concedo precedente nem para V. Exª, nem para Ministro do Supremo Tribunal, nem para juiz federal nenhum! Não existe precedente em matéria de lei; existe lei que tem de ser cumprida por um juiz no Rio Grande do Sul e juiz lá no Acre. E tem de ficar bem claro e tenho de saber como cidadão, precedente, no meu entendimento, só existe em Estado totalitário. Em Estado totalitário, em estado que não é organizado juridicamente – aí o precedente se estabelece, porque os donos do poder estabelecem os precedentes que desejam.

Já fui longe demais, renovo aqui meus cumprimentos pela exposição de V. Exª, pela serenidade com que V. Exª, vindo a uma Casa política, enfrentou. Quero cumprimentá-lo por isso. Acho que V. Exª merece ser reconduzido e vai contar com meu modesto voto para essa recondução. Agora, eu renovo aqui: a função de V. Exª e do Ministério Público é de fiscal da lei! Apesar de V. Exª ser indicado pela Presidente da República, V. Exª não deve à Presidente da República o cargo que seguramente continuará exercendo. V. Exª deve à sociedade brasileira, como devem os Ministros do Supremo, como devem os integrantes do Poder Judiciário: exatamente a observância da lei, para que nós possamos evoluir politicamente neste País.

Desculpe-me se me alonguei um pouco mais do que devia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador para responder.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, José Maranhão, uma questão de ordem.

Eu ouvi, atentamente, o Senador que representa o grande Estado do Pará, nosso Senador Jader Barbalho, pertinente. Mas eu queria pedir uma questão de ordem para que fosse aberto, porque nós temos a Ordem do Dia para participar, e já votaram todos os 27 Senadores que compõem esta Comissão, não falta ninguém para votar. Então, tem de abrir o painel. Depois da votação de todos os Parlamentares, tem de abrir o painel, até porque, a partir de agora, qualquer posição do Procurador Janot já não terá valor para se votar sim ou não, porque todos já votaram. Óbvio que não mudará voto nesta altura do campeonato, meu amigo!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª deveria atentar para as seguintes questões: não terminou ainda a sabatina.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Já terminou a votação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não. Há quatro titulares que ainda não votaram e eles podem chegar para votar. Se chegarem para votar, os votos dos suplentes serão anulados no sistema. Só isso.

Com a palavra, o Procurador Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Jader Barbalho, quem sou eu para dar lições ao senhor.

Se eu conseguir a recondução do meu mandato, eu não devo isso realmente ao Executivo, não, porque esse é um processo complexo. A indicação do Presidente pode encontrar obstáculo no Senado. Então, é um ato complexo. Concorrem, nessa história da lista, os meus colegas, concorre o Presidente da República e concorre o Senado da República. Então, é um ato complexo, e é bom que assim o seja, para que esse tipo de vinculação não possa vir a existir.

Quanto à questão da colaboração, Senador, eu queira dizer o seguinte: eu forneci um dado aqui, logo no começo dos trabalhos, em que 79% das colaborações que foram prestadas no âmbito dessa investigação, 79% foram para o réu solto; não foram para o réu preso. A colaboração tem que ser espontânea, sim. Não há indução do Ministério Público para que haja colaboração. O réu e seu advogado – a presença do advogado é essencial durante todo o procedimento – é que devem demonstrar interesse espontaneamente em colaborar com a Justiça. É assim que a lei diz.

Em relação à questão do regime de cumprimento de pena, eu lembraria aqui do primeiro colaborador, o Sr. Alberto Youssef, que está preso até hoje. Ele não está em casa com tornozeleira. Ele está preso, recolhido. Então, isso depende da composição que é feita com o colaborador.

Logo no começo desse instituto, como era um negócio novo para todo mundo, a gente começou a fazer acordo lá atrás com redução do quantitativo de pena. E a gente entendeu, com a prática, que o descumprimento do acordo pelo delator, quando tentávamos, então, executar aquele quantitativo de pena, aquele quantitativo de pena já estava prescrito. Ele fazia a delação, quebrava a delação, e ficava na rua. Nós aprendemos com essa circunstância. E o que a gente faz agora? A gente negocia um quantitativo de pena maior, e o que sobra para o colaborador é o regime de cumprimento de pena.

Dei o exemplo do Youssef; existem outros colaborações em curso, em que o que está sendo levado em conta é a permanência na cadeia e a possibilidade de mudança de regime em um período mais curto do que seria o normal, o previsto em uma condenação penal.

No que se refere às prisões expedidas pelo juiz federal, essas prisões processuais, a preventiva ou a temporária, têm um requisito próprio para a sua concessão. A preventiva tem três fundamentos: um é garantir a aplicação da lei penal, outro é por conveniência da instrução criminal e o outro é para a garantia da ordem pública. Garantia da ordem pública: se há uma reiteração criminosa da pessoa, a única forma de se poder garantir a ordem pública é retirando-a do convívio social, para que ela pare de delinquir. Aplicação da lei penal: por exemplo, risco de fuga. Se a pessoa começa a se organizar para fugir, a preventiva é decretada para garantir a aplicação da lei penal. E conveniência da instrução criminal é quando a pessoa atrapalha a instrução no curso do processo. São esses os três fundamentos para a decretação da prisão preventiva, que não tem prazo. A prisão temporária, esta, sim, tem prazo. A preventiva vale enquanto persistir o fundamento que a fez decretar.

Eu lembraria também que essas decisões de aplicação de pena preventiva e temporária, todas elas foram submetidas ao escrutínio de Tribunais Superiores: Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Superior Tribunal de Justiça. Nós temos aqui centenas de *habeas corpus* que foram recusados por juízes coletivos, por juízes plurais. Então, não se trata de um juiz singular que mantém a pessoa em cárcere.

O que se avalia são as condições que levaram à decretação da prisão preventiva, se essas condições permanecem ou não permanecem. Se elas não permanecem, a pessoa tem de ser colocada em liberdade, porque é uma prisão processual, não é uma prisão por condenação judicial. Agora, se prevalecem esses requisitos, a prisão preventiva deve prosseguir para garantir a aplicação da lei penal ou para garantir a ordem pública ou por conveniência da instrução criminal. Quanto à conveniência da instrução criminal, se é encerrada a instrução criminal, não há mais de se falar em conveniência da instrução criminal.

Então, há circunstâncias que definem a duração da prisão preventiva, mas ela não é tabelada. Não há prisão preventiva por tanto tempo. Já para a temporária, há, sim, um tabelamento, porque ela pode perdurar.

Quanto a questão de Curitiba, por que Curitiba investiga esse complexo de fatos? Isso também já foi submetido ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e já foi submetido ao Superior Tribunal de Justiça. O que gerou essa concentração em Curitiba foi a conexão probatória, foi como nasceu essa investigação. E essa conexão probatória está de tal forma imbricada nesses fatos, que seria inconveniente para o processamento das investigações e do processo final...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – ...se houvesse um fatiamento dessa competência, vamos dizer assim, do Juízo Federal da 12ª Vara Federal de Curitiba. Essa questão já foi questionada perante o TRF da 4ª Região e perante o STJ. Entendeu-se a conveniência de se manter ali em razão da conexão probatória, que, realmente, existe. Esses fatos estão todos imbricados.

Eu diria, para terminar, Senador, que a grande atuação do Ministério Público e do Judiciário tem de se dar realmente na garantia da observância dos direitos fundamentais. Esse tem de ser o norte de atuação do Ministério Público e do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

S. Exª não está presente.

Com a palavra, o Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

S. Exª não está presente.

Com a palavra, o Senador Requião. (*Pausa.*)

S. Exª também não está presente. (*Pausa.*)

Ah, ele estava ali!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, antes da fala do Senador Requião, quero fazer uma pergunta a V. Exª: a ordem que V. Exª está seguindo é a de titulares, suplentes e não membros?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Falou agora Jader Barbalho. Vamos para os suplentes: Walter Pinheiro, José Medeiros e Requião.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, rogo a V. Exª que também se lembre dos que não são honrados em compor esta ilustre Comissão. Estou nesta reunião desde a sua abertura.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É verdade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E, a esta altura, os não membros também poderiam ser contemplados com a oportunidade de indagar. Apelo ao sentimento telúrico, Sr. Presidente.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu poderia, com a permissão do Senador Requião, que é nosso amigo comum, chamar V. Exª, porque a sua condição de não membro da Comissão

se equivale à condição de suplente. V. Exª não é suplente, mas, realmente, inscreveu-se aqui há quatro horas. Eu citei o Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Seria um prazer, Sr. Presidente, dar preferência para o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Parece que a vez agora é minha, Sr. Presidente. Dê uma conferida aí, por favor. É o Zeze Perrella.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª foi chamado há mais de duas horas, mas V. Exª não estava presente.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Eu saí daqui só por um pouquinho.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, qual é a ordem do Senador Gladson Cameli, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª é titular e está inscrito, evidentemente. Mas, pela ordem, não está ainda no seu nome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, qual a minha classificação no campeonato?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Está desclassificado.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Eu fui para a repescagem, então, Senador?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dos titulares, o próximo será o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Zeze, o Procurador é do Atlético Mineiro.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Eu fui para Segunda Divisão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, faço algumas observações, inicialmente.

Primeiro, não sei por que foi aberta a votação. Porque nós não terminamos a sabatina. E há um princípio, que é o mesmo princípio que rege os tribunais, de que qualquer pessoa poderia mudar o voto a qualquer momento, antes do encerramento da votação. É o que, por exemplo, socorre o Gilmar Mendes quando segura, num pedido de vista, o processo. A votação está resolvida, com uma maioria confortável contra o financiamento de empresa jurídica de campanha, mas se parte do pressuposto que o voto do Gilmar pode mudar as outras votações. Eu acredito que não devíamos ter aberto. Aberto está...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me dar uma explicação, pela atenção que V. Exª me merece.

Eu fiz a consulta ao Plenário, porque estava havendo outras reuniões concomitantes, inclusive no plenário do Senado...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Por outro lado...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Isso aqui já se tornou uma prática.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É, uma prática que nós tentamos evitar quando eu fiz uma resolução mudando o ritual das oitivas de pessoas que devem ser aprovadas pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A resolução de V. Exª...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É uma mudança recente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... eu pergunto, está em vigor?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Está em vigor. É a que está em vigor.

Mas, por outro lado, Presidente, V. Exª tem razão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está em vigor, mas o Plenário é soberano. Eu consultei o Plenário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – V. Exª tem razão quando não encerra a votação, porque, enquanto estiver falando o último dos inquiridores e respondendo o Dr. Janot, o voto pode ser mudado. É só chegar lá no sistema digital e alterar o voto. Então, esteve certo quando não encerrou a votação.

Mas eu queria fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, uma posição semelhante à do Jader Barbalho: o meu voto será a favor da manutenção do Procurador Janot na circunstância, mas eu não quero navegar nas águas, por exemplo, do apoio à oficialização da lista tríplice. Não é por aí.

As instituições vinculadas à Administração Pública não podem se transformar em instituições independentes, autóctones, e eleger os seus próprios membros como uma regra absoluta. Essa é uma visão corporativa, é recomendada pelos livros que informavam o Mussolini e era o livro de cabeceira do Hitler, a autonomia das instituições.

Eu acredito que, em vez disso, Senador Jader, nós deveríamos ter a participação da cidadania no processo. A eleição corporativa, a lista tríplice, acaba se transformando numa eleição sindical e também não me agrada a reeleição, nem no Senado da República, nem na Câmara, nem nos legislativos e, muito menos, no Judiciário e no Ministério Público. O poder do Procurador-Geral, distribuindo cargos, licenças, diárias, nomeando comissões, é muito grande e influencia no Ministério Público, como influencia também no Senado, na Câmara e nas instituições legislativas.

Nós precisávamos ter uma abertura desse processo, com a participação da cidadania. É aquela história: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Tanto que a própria lista tríplice do Ministério Público Federal é informal e é organizada pela associação do Ministério Público porque sequer recursos públicos poderiam ser usados na organização dessa eleição informal para indicação de uma lista tríplice.

Feitas essas observações, eu acho que, na circunstância, eu não tenho dúvida de que o nome do Dr. Janot é o nome indicado para comandar o Ministério Público a partir de agora. Mas tenho outras observações a fazer também.

Eu defendo, desde o primeiro momento, a Operação Lava Jato. Eu fui parceiro do juiz Sérgio Moro em algumas ações do Governo do Estado do Paraná e do Ministério Público Federal, mas não vejo com simpatia alguns atropelos das regras e garantias do Direito. Isso pode parecer interessante no momento em que a opinião pública do País inteiro está a favor da punição pelos roubos da Petrobras, por exemplo, que foram conhecidos. Mas, de qualquer forma, isso acaba se consolidando como jurisprudência, direito consuetudinário da instituição.

E, amanhã ou depois, estarão prendendo prefeitos por R$10 a mais numa compra de pão;pressionando, com prisões provisórias ou alongadas, a família do prefeito, e isso vai colocando em risco as regras garantistas do Direito brasileiro.

Eu acho que nós temos de tomar alguns cuidados com isso. A alegria que me causa a punição dos culpados é contraposta ao pavor que, como advogado, tenho com a vulgarização dessas práticas e da transformação dessas instituições em verdadeiros principados, que aplicam seus aumentos por decisão administrativa, não consultam mais ninguém. Por exemplo, Dr. Janot, se o funcionalismo público brasileiro hoje tivesse as correções que o Ministério Público e o Judiciário teve da URV do período Bresser, o País estaria quebrado. Nós precisaríamos de quatro ou cinco orçamentos da República para resolver isso.

Esses principados, que funcionam de forma autônoma, estão atropelando e criando privilégios rigorosamente absurdos. A minha absoluta simpatia ao serviço que a Polícia Federal está prestando ao Brasil, ao trabalho altamente positivo do Ministério Público, mas o meu temor de que se institucionalize, como prática comum, de qualquer promotor, no mais remoto Município do Paraná, com apoio de um juiz que acha interessantíssimo transformar-se num paladino. Nem representantes sindicais, elegendo seus dirigentes, que é o que acontece com a eleição direta da categoria, mas muito menos paladinos da justiça atropelando todas as regras garantistas do Direito para conseguir um resultado agradável para o conjunto da população desinformada num determinado momento.

De qualquer forma, eu acho que a mim, como à maioria dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão e que votarão no plenário, a sua indicação, no momento e na circunstância, é a mais indicada. Contará com o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto o Procurador se deseja falar. (*Pausa.*)

Com a palavra.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Quero agradecer a manifestação do Senador Requião e dizer que a preocupação dele é minha também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador José Serra, que não saiu. V. Exª se retirou e voltou agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estou aqui desde a manhã.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou fazendo o seguinte: os que estavam inscritos e, na sua vez, não estavam presentes vão ser atendidos, mas na segunda rodada, para não prejudicar os que não saíram daqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O senhor não me chamou, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Chamei, sim. Chamei, e V. Exª não estava presente. Não chamei agora.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Procurador, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo equilíbrio e pela clareza com que expõe suas convicções.

O primeiro tema que eu gostaria de abordar refere-se à questão dos precatórios. Em relação a esse problema, V. Exª tem uma importância muito grande, e eu aqui queria transmitir-lhe algumas inquietações e fazer uma proposta.

No final da década passada, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de emenda constitucional, mudando a sistemática do pagamento de precatórios. Entre outras coisas, o que se fez foi criar o modelo do leilão para pagamento das dívidas, com desconto; segundo, quebrar a ordem cronológica – essas foram as duas questões essenciais. E fixar também um percentual mínimo de pagamento por parte dos Municípios e por parte dos Estados. A meu ver, essa emenda constitucional arrumou esse problema na vida nacional.

Posteriormente, nós conseguimos também, com uma emenda do então Senador Jucá, fazer uma mudança na taxa de juros.

Havia uma aberração no Brasil, Senador Jader: a taxa de juros do precatório não pago era superior a 20% ao ano. Juros de mora, juros de compensação, etc. Na época, eu era governador, conversei com o Senador, que fez uma emenda, levando os juros para onde deveriam estar, ou seja, os da caderneta de poupança, TR mais 3%.

O projeto, na prática, andou muito satisfatoriamente, mas eis que o Supremo declara inconstitucional e faz uma nova regulamentação. Nessa, em primeiro lugar, por incrível que pareça, mexeram nos juros, em vez de TR mais 3%, passou a ser o IPC, que é maior, mais os 3%. Pareceu-me uma decisão estranha, mexer na taxa de juros.

Bem, em segundo lugar, estabeleceu um teto para os descontos da ordem de 40%, mas que, na prática, tem sido, inclusive, menor.

Em terceiro, estabeleceu a obrigatoriedade de que tudo seja pago até 2020. Isso é impossível de se fazer. Fiz um cálculo para São Paulo, fizemos e extrapolamos para o resto do Brasil. Os Estados, hoje, pagam, aproximadamente, sem contar cidades, 7 bilhões por ano. Isso salta para o dobro, 14 bilhões, até 2020.

Pedi a minha assessoria que fizesse um levantamento, que na verdade já está sendo feito há vários dias, minucioso sobre a evolução das receitas dos Estados. No agregado, neste ano, as receitas caíram perto de 5%, real. Nominal, é um volume em que há um certo aumento, mas, do ponto de vista real, o total, a queda é de 4,7%. No ano que vem não vai ter um desempenho muito melhor. Pode não cair, mas pode se manter nesse piso. Isso é inviável e vai levar a quê? A intervenções, à responsabilização criminal dos governadores, e é inviável.

O que eu queria fazer com V. Exª é expor essa situação, dispondo-me, inclusive, a posteriores contatos que pudessem iluminar, realmente, quais são as questões, inclusive junto ao Conselho Nacional do Ministério Público. E queria pedir o apoio de V. Exª à ideia de nós esticarmos o prazo por mais quatro ou cinco anos. Isso levaria a uma situação suportável da parte dos Estados. Levemos em conta, também, que todos esses precatórios devidos estão superestimados, por dois motivos. Primeiro, por causa da taxa de juros aloprada que havia antes. Naturalmente, o valor principal do ativo precatório vai para as nuvens. Segundo, muitas irregularidades, não captadas em flagrante, de superestimar o valor das desapropriações, por exemplo, com peritos. Enfim, um sistema, realmente, no caso de São Paulo, chocante.

Quando fui Secretário do Governador Montoro, em meados dos anos 80, fui inclusive verificar. Aprendi o assunto dos precatórios num curso intensivo e fui verificar: havia valores, Senador Jader, absurdos, fixados muito acima do valor de mercado, do que fosse.

Portanto, a questão do desconto é justa sob certo ângulo. Ela é justa porque repõe, ou se aproxima, pelo menos, dos valores reais, embora eu acredite que são mais de 100% dos precatórios antigos, valores inflados pelos juros e por essas práticas pouco ortodoxas.

Considero que o apoio de V. Exª a essa tese, que, na verdade, não é minha, pessoal, é uma tese do Senado, é uma tese de todos, seria muito importante.

Se me permite o Presidente, não sei se tenho tempo, gostaria de deixar também feitas três observações para breves comentários de V. Exª.

A primeira delas tem a ver com o Conselho Nacional do Ministério Público. Talvez, no começo da década passada, no final da década anterior, quando o Conselho foi criado, a expectativa era de diminuir a força do corporativismo. Não faço nenhum juízo de valor, o corporativismo está presente em todos os setores da nossa vida pública.

Mas, a meu ver, no decorrer dos anos – é uma sensação, não é uma área da minha especialidade –, o próprio CNMP foi se apegando muito a questões classistas e, a meu ver, em prejuízo, ou em desfavor, de se dedicar ao controle externo do setor. Queria um comentário de V. Exª a esse respeito.

Há, em segundo lugar, muito claramente – isso foi aludido aqui com outras palavras –, um conflito entre a unidade que o Ministério Público necessariamente deve ter e a sua qualidade de independência funcional dos Procuradores. Isso faz, às vezes, com que o MP não disponha de critérios claros e uniformes que possam assegurar – me perdoem a redundância – a segurança jurídica dos cidadãos e, mais ainda, dos administradores

públicos e dos políticos do âmbito eleitoral. Essa é uma questão que eu sei que é difícil. Gostaria de ouvir do Procurador como ele entende que essa questão deva ser enfrentada e como a tem enfrentado.

Por outro lado, há um problema de prazos, prazos para abertura e fechamento de processos. Eu me pergunto se não é possível regulamentar isso, porque o que acontece hoje é que, em alguns casos, se prorrogam indefinidamente; em outros casos, muito rapidamente. O ideal, na verdade, é ter tudo rápido, mas há uma dissociação. Isso depende muito, também, do Procurador que tem o processo. Eu me pergunto qual é o tipo de controle externo que se imporia nesse caso e as possibilidades de regulamentação.

Eu creio que essas são as questões mais importantes sobre as quais gostaria de receber um comentário de V. Exª, a quem cumprimento novamente pelo equilíbrio e pela clareza na exposição de suas convicções, o que corresponde, aliás, à sensação que eu tinha observando à distância a sua atuação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Procurador, para atender às formulações feitas pelo Senador Serra.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador José Serra, enfaticamente alegre eu fico com a proposta de V. Exª de sentarmos e discutirmos esse problema tormentoso que é o problema do precatório. Tenho convicção, Senador, de que o diálogo é o nexo que articula e harmoniza o Direito e a política. Temos, então, que realmente sentar e conversar para fazer o encaminhamento desse problema, que é um problema tormentoso para Estados e Municípios, reconheço. Estou inteiramente à disposição e fico contente com essa possibilidade – tenha certeza disso.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem dez anos de vida. Ele tem se aprimorado na sua atuação. Ultimamente, o CNMP tem tirado de sua pauta, por deliberação própria, questões corporativas. O Conselho Nacional determinava, por exemplo, pagamentos de vantagens a servidores e a membros do Ministério Público. Criou-se um enunciado de que o colegiado não faz isso mais.

Como eu gosto muito – não sou formado nisso, mas gosto muito – de gestão e administração, não passa pela minha cabeça, por exemplo, que um órgão colegiado determine o pagamento para outra autoridade que é a ordenadora de despesa. O órgão colegiado faz o seu proselitismo, determina o pagamento, e o problema é da autoridade que empenha e que é a ordenadora da despesa e que responde por aquela despesa. O Conselho Nacional, então, tem se aprimorado nessa atuação e, tirando esses aspectos, tem se voltado para não apreciar também litígios de direitos individuais que não se reflitam de forma coletiva entre servidores e membros do Ministério Público.

Quanto à questão da unidade *versus* independência, Senador. Um drama que a gente vive realmente é como compatibilizar esses dois princípios constitucionais.

Eu lembro que o ex-Procurador Geral Dr. Cláudio Fonteles falava assim: "Nós temos que ter independência funcional para atuar para evitar que autoridades do interior da instituição determinem o atuar de um membro do Ministério Público desta ou daquela maneira". Essa independência funcional é uma garantia muito mais do cidadão do que do próprio membro do Ministério Público. Agora, não podemos ser um arquipélago que congrega ilhas que não se comuniquem. Então, nós temos que fixar prioridades institucionais – nosso orçamento é finito, os recursos pessoais são finitos e os recursos materiais são finitos – e nós temos que fixar prioridades de atuação do órgão. Eu acho que é nesse caminho que a gente pode harmonizar a unidade de um lado e a independência funcional de outro. Temos que fixar, por exemplo, uma política anual e bianual de atuação do Ministério Público e dizer que aqueles membros que, voluntariamente, aderirem à atuação naquelas metas conferidas como prioritárias terão preferência para receber recursos materiais e humanos para a consecução daquele trabalho. Então, creio que é por aí que a gente pode caminhar para evitar esta discussão que realmente grassa no Ministério Público brasileiro sobre como compatibilizar a unidade com a independência funcional.

Quanto ao problema dos prazos de investigação, já existe regulamento. O Conselho Nacional já editou o regulamento, fixando os prazos para o início, para o fim, dizendo quantas prorrogações podem acontecer e dizendo, de forma bem, didática como é que se dá uma prorrogação com a justificativa...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso tem funcionado?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Tem funcionado. As inspeções da Corregedoria Nacional vão aos Ministérios Públicos estaduais e aos ramos do Ministério Público da União, observam especificamente a satisfação desses prazos e fazem o relatório de inspeção sobre onde há problema ou não.

Nesse caso, o meu entendimento pessoal é que a atuação há de ser preventiva, a atuação há de ser muito mais educativa do que punitiva. Então, eu acho que, nessa inspeção, a pessoa tem que levantar que problema está ocorrendo para que os prazos não sejam cumpridos a rigor, como determinam os regulamentos. Pode ser por omissão ou falha funcional do membro, mas pode ser também por problemas estruturais que não lhe

permitem exercer o seu mister. Mas os regulamentos já existem, sim, e há uma fiscalização de inspeções ordinárias para verificação desses prazos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em relação aos precatórios, um dado mais preciso: os Estados têm gastado – insisto que isto não inclui Municípios como o de São Paulo, que tem precatórios imensos –, mais ou menos, por ano, R$7 bilhões. Segundo a Resolução do Supremo, isso saltaria para R$14,5 bilhões. É impossível! E leve em conta o seguinte: o não cumprimento envolve sequestro de quantias nas contas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, o Chefe do Executivo vai incorrer em crime de responsabilidade, a entidade devedora não vai poder contrair empréstimo, receber transferências voluntárias, a União vai sustar os repasses do FPE e do FPM... Isso é gravíssimo! Por isso é que eu realmente gostaria de contar com V. Exª para que V. Exª seja, dentro do Plenário do Supremo, um intérprete das angústias que, neste momento, afetam a nossa Federação, que não param por aí.

Com relação às outras questões, eu queria insistir num ponto apenas para conhecimento de V. Exª. Para quem está na vida pública, a experiência às vezes é complicada, porque há um procurador, ou um promotor, no caso dos Estados, que identifica desvios de conduta e outro, sobre o mesmo tema, identifica os atos como legítimos. Isso tudo vai para a imprensa, e, naturalmente, prevalece sempre o que seria a má notícia. A questão da publicidade é muito séria. Quero dizer com toda a franqueza que não identifico isto, problema de vazamento, na Procuradoria Geral. Não vi isto, pelo menos como leitor, como alguém que acompanha essas questões. Mas existe no MP como um todo, inclusive nos estaduais. A questão da publicidade é realmente algo sobre o que valeria a pena o Conselho Nacional atuar de maneira firme, eu não diria somente, mas sobretudo para quem está na vida pública, porque, para quem está na vida pública, basta a divulgação, não é necessário denúncias ou processos, para já causar um dano. Isso é especialmente delicado.

Portanto, quero solicitar a V. Exª também não que pense o contrário, mas que dê prioridade a esse assunto. Para quem está na vida pública, isso é motivo de preocupação permanente. Poucos que estiveram no Executivo escapam disso. De repente, abre-se um pré-inquérito e aí já começa a investigação, dizendo-se que, na verdade, não era bem assim... Mas aí vai ficando o ônus e, sempre, as forças políticas opositoras acabam se utilizando disso.

Quero dizer também, Sr. Presidente, a propósito do que já ouvi em várias intervenções aqui, na Comissão, a respeito dessa questão do TSE, que o voto do Ministro Gilmar, na verdade, foi apoiado por quatro integrantes do TSE contra dois, sem o voto do Presidente. Portanto, não me parece justificada a implicância especial com relação ao Ministro Gilmar, porque a posição que ele adotou foi, inclusive, apoiada. Na verdade, passa a ser uma crítica ao próprio TSE com relação às questões investigadas. Não entro no mérito delas, apenas deixo essa observação feita, porque ouvi várias intervenções na direção contrária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Procurador-Geral da República, eu quero, inicialmente, dizer que a avaliação que fiz da postura de V. Exª, do trabalho de V. Exª no ano passado, quando V. Exª veio à Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle, permanece a mesma. Acho que V. Exª se conduziu de forma equilibrada e creio que deverá ter o voto da maioria dos Senadores, inclusive o meu, o que já declarei em outras oportunidades.

Mas eu gostaria, de toda sorte, de fazer alguns questionamentos. Na verdade, um deles é exatamente o mesmo questionamento que eu fiz há dois anos, quando V. Exª esteve aqui, nesta mesma Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Diz respeito exatamente ao tema dos vazamentos. Só para que V. Exª tenha uma ideia, ao longo desse segundo semestre do ano passado, quando aconteceu a eleição para os governos estaduais, o Senado e a Câmara dos Deputados, houve vários vazamentos, foram para os jornais e nomes de pessoas que teriam sido, supostamente, delatadas por alguns desses colaboradores atuais. Entre esses... Por exemplo, houve pessoas que disputaram e perderam a eleição por uma pequena margem, provavelmente por influência desse episódio e, ao final, elas não foram sequer investigadas, e há outras que não foram sequer investigadas que, apesar de reiteradas denúncias dos delatores, se tivessem seus nomes vazados na eleição, certamente, não teriam obtido sucesso eleitoral.

Eu estou dando só um exemplo, afora os constrangimentos que são gerados às pessoas, os problemas que cada um tem de viver por conta do comprometimento da imagem, principalmente quando se fala de pessoas públicas, parlamentares... Eu próprio me recordo de V. Exª no momento de uma justa ira, no ano passado, quando esteve na Presidência do Senado, com uma postura bastante fora de indignação porque um *blog* de

alguém havia feito uma referência desairosa e injusta a V. Exª. Então, V. Exª tem a exata dimensão do que isso exatamente representa.

Então, eu acho que houve uma melhoria ao longo dos dois mandatos de V. Exª, mas, realmente, nesse episódio das delações, isso aconteceu de uma maneira diferente. Não significa que o trabalho de V. Exª esteja comprometido por conta disso.

Mas eu queria levantar alguns questionamentos. Primeiro: não seria correto que a legislação previsse que, uma vez acontecido um vazamento que dê o nome de qualquer pessoa como vítima, como delatada por alguém ou qualquer coisa assim, esse cidadão tivesse o direito, primeiro, de confirmar se isso é verdadeiro ou não? Segundo: esse sigilo, para aquele que teve o seu nome vazado, não deveria ser suspenso, para que a própria pessoa tivesse, pelo menos, a possibilidade de se defender, para haver a confirmação para a autoridade de se aquilo é verdadeiro ou não? Não precisaria nem ser feito publicamente. E, além disso, eu tenho direito de saber se é verdade e o que é que foi dito. Então, essa é uma primeira pergunta.

A outra diz respeito à questão da delação premiada. Em 1996, quando eu era Deputado Federal, havia vários projetos que tratavam de proteção à testemunha e de delação premiada, de colaboração eficaz, do nome que se queira dar. Acho que esse é um mecanismo importante, mas eu queria levantar três questões conceituais.

Presidente, será que dá para pedir aos colegas aqui fazerem um pouco de silêncio?

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Primeira questão que eu levanto: quando se trata de fazer justiça, um princípio que eu acho elementar é o de que o tamanho do castigo tem que ser proporcional ao tamanho da responsabilidade.

Por que estou fazendo esta pergunta? Os chamados delatores, como aqui já foi dito, às vezes chefes de um subgrupo... Por exemplo, teve gente que virou delatora e devolveu R$200 milhões, mas era ela que operava o esquema. Portanto, era um chefão. No entanto, a gente vê que, no momento da negociação das penas, ela vai ter uma pena lá embaixo. Por quê? Porque tinha o que dizer, tinha informação para prestar e queria se ver livre da punição. No entanto, um entregador de mala, que, numa delação, não tem ninguém para delatar, para lembrar, porque não conhece o esquema, pode terminar passando mais tempo na cadeia do que aquele chefão.

Então, eu pergunto: não se deveria, nesses acordos, estabelecer uma proporcionalidade entre a participação daquele cidadão e o benefício que ele vai ter? Porque é como foi dito aqui: o indivíduo faz o que quer fazer, rouba, mata, e, no final, se delatar, sai livre, talvez até para cometer novos crimes. Então, eu acho que essa é uma questão de que a legislação deveria tratar, porque, senão, não vamos ter essa proporcionalidade entre a participação, o crime e a pena.

Outra questão que eu gostaria de perguntar a V. Exª: qual a sua opinião para o fato de um mesmo advogado ou um mesmo escritório fazer delação de vários criminosos que fazem parte da mesma investigação e, muitas vezes, com interconexões dos fatos? Então, por exemplo, uma pessoa que é advogada de mais de um delator pode acertar posições, pode acertar versões, combinar quem vai entregar e quem não vai entregar... Eu acho que a legislação precisaria de um aperfeiçoamento nesse aspecto. Acho que um mesmo advogado não deveria, dentro de um mesmo processo, ter autorização legal para fazer a delação ou a representação da delação de mais de um integrante, nem ele nem seu escritório.

A outra questão, a última. Aí, eu queria perguntar a V. Exª no sentido do seguinte. Alguns Ministros do Supremo já chegaram a dizer: "Puxa vida, são vinte e tantos delatores. Não é delator demais para um processo como esse?" O que estou querendo perguntar a V. Exª: o Estado tem a responsabilidade de desvendar os crimes, ele tem que ter os instrumentos de inteligência, capacidade de investigação para poder exatamente desvendar os crimes. Ora, se o Estado se utiliza unicamente da confissão de participantes desses crimes, esse Estado não está se mostrando um Estado ineficaz em cumprir esse papel de fazer a investigação? A rigor, o ideal seria que a Polícia e o Ministério Público identificassem os criminosos, os chefes, os crimes e que todos pagassem ao pé do que diz a lei. Então, quando se faz a delação premiada, não somente o Estado está dizendo, primeiro, "eu, para poder cumprir o meu papel, preciso que alguém venha cá me dizer o que aconteceu, confessar" e, segundo, que esse alguém que cometeu o crime, confessando, não vai ter a pena que deveria ter se o Estado, ele próprio, fizesse a investigação, levantasse as provas e levasse para julgamento. Estou dizendo isto só por uma razão: é fundamental esse mecanismo da delação premiada, mas ele não pode ser transformado agora num bezerro dourado que vai ser, vamos dizer, a resposta para todos os problemas, quando nós sabemos, inclusive, que num processo como esse, pode haver injustiças. Ontem, por exemplo, um delator, falando numa acareação, disse que se equivocou em relação a um parlamentar quando o delatou. Quer dizer, alguém está respondendo em um inquérito porque houve o equívoco de um delator.

Então, eu queria ouvir de V. Exª a sua posição sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Procurador, com a palavra.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Pois não, Senador.

Quanto à questão de nomear ou de indicar alguém que possa, ou não, estar incluído numa colaboração, o erro está nessa nomeação, nessa indicação, nessa entrega indevida de um conteúdo de colaboração. Acho que podemos evoluir em relação a que a pessoa tenha acesso na parte que lhe é própria naquela questão, mas não podemos esquecer também que o sigilo busca proteger a segurança do colaborador da Justiça. Na verdade, trata-se de um colaborador da Justiça. Em seguida, vou abordar o último aspecto que V. Exª levantou sobre muitas delações.

Então, acho que o segredo está em compatibilizarmos isso: garantir a segurança do delator... A lei é sábia. O que a lei diz? Nós que elaboramos a colaboração não podemos reconhecer nem a existência dela. A existência da colaboração só pode ser reconhecida com o oferecimento da denúncia e desde que o sigilo não seja necessário ainda para a investigação. Você pode ter uma colaboração, pode ter a denúncia já oferecida e a ressalva de que o sigilo continua para poder viabilizar medidas de investigação. Eu acho que o segredo é realmente compatibilizar estes dois: a segurança do colaborador e o direito da pessoa que tem, indevidamente, ilicitamente, seu nome mencionado no conteúdo dessa colaboração.

Eu vejo a questão do tamanho do castigo, do tamanho da responsabilidade. Qual é a ideia da colaboração? A ideia da colaboração... São colaborações demais. Então, o Estado demonstra sua eficiência em razão de usar dessas colaborações.

Eu vou responder em conjunto com o tamanho da pena e do castigo.

O que se pretende com a colaboração? Toda investigação tem custo, tempo e risco do sucesso. Investigação é tentativa e erro. Então, nós temos conhecimento de um fato e vamos intuir um caminho a seguir para a apuração desse fato. A colaboração encurta esse caminho. A colaboração não é prova e não pode ser usada, ela própria, como prova, mas a colaboração encurta o caminho. Então, se houve, por exemplo, um desvio de recurso, se houve, por exemplo, uma fraude à licitação, o colaborador diz: "Olha, a licitação X foi fraudada, e nós temos como apurar essa história". "Houve um conluio entre empresas que participaram, que fizeram assim, que acertaram cartelização, e a prova do cartel deve ser tomada através desse caminho". Então, o que a gente tem que compatibilizar é a atividade do Estado para investigar, que tem custo, que tem tempo e que tem risco de sucesso, com a utilização desse instrumento que permite, com menor custo, com menor tempo, um maior grau de sucesso. Esse é, como eu vejo, o grande valor dessas colaborações.

E aí vem o carregador de mala e o sujeito que é chefe da organização criminosa. A responsabilidade é proporcional à participação também das pessoas na organização criminosa e no cometimento dos delitos. Aí você tem a proporção entre pena e castigo.

Eu lembraria aos senhores que só foi possível o desbaratamento, o começo do desbaratamento da máfia italiana com a colaboração premiada, que lá se chama *patteggiamento*. E a primeira pessoa que derrubou uma grande organização criminosa fazia parte do *top* dela – vocês vão lembrar do nome –, que foi o Tommaso Buschetta, que entregou a estrutura criminosa daquela organização mafiosa. Com base nisso, o Estado italiano pôde desmontar aquela organização criminosa. Quer dizer, essa colaboração é de tal grau que te permite pegar uma organização criminosa e destruí-la, decompô-la, conhecer a organização criminosa nas suas entranhas, conhecer a organização criminosa por dentro. E isso a gente só pode obter quando alguém nos revela a estrutura dessa organização criminosa. Senão, nós vamos ter de seguir com tentativa e erro, tentativa e erro, tentativa e erro, até chegar a essas organizações.

E temos que lembrar também que essas organizações criminosas têm barreiras de contenção para evitar que sejam desbaratadas como um todo. Então, as pessoas têm conhecimento. Elas não têm conhecimento total da organização, mas apenas de parte ou de uma parte mínima da organização. Quem está em cima tem conhecimento de toda a organização. E aí essa colaboração tem de ser vista de uma maneira mais benevolente, realmente, para o entregador de mala. Por quê? Para um entregador de mala, a pena já é muito menor do que a de um *capo* ou um dirigente de uma organização criminosa.

Então, no meu entendimento, já existe esse equilíbrio entre pena e castigo e a colaboração é muito boa, sim. Ela é boa, pois, com menos custo e menos tempo, aumenta, e muito, o grau de sucesso de uma investigação.

A nossa lei – e aí rendo minhas homenagens ao Parlamento –, a lei da delação, da colaboração premiada que vige hoje cuidou de pegar todos os problemas que ocorreram em outros países e os trouxe para dentro da lei para evitar esses problemas.

Há, na Itália, o caso célebre de um apresentador de televisão – eu estou tentando lembrar o nome dele aqui, mas não consigo – que tinha um programa na RAI, que é uma empresa de rádio e televisão italiana, com uma audiência enorme. E, numa investigação de organização criminosa, um *pentito*, como se diz lá, que é o colaborador aqui para nós, disse que essa pessoa estava envolvida numa organização mafiosa de tal nome, em tal

lugar, etc. E a vida dessa pessoa foi absolutamente destruída: ela perdeu o emprego, perdeu a família... Enfim, o sujeito, de um dia para o outro, desabou! E ele insistia que era inocente, que não tinha nada a ver com aquilo.

Aí, no final, descobriu-se que, como o repórter havia feito matérias com referência a uma das pessoas que integravam essa organização criminosa, esse sujeito foi utilizado para destruí-lo. E esse cara – eu ainda não consegui lembrar o nome do italiano – era –ele já faleceu – um apresentador famoso.

Esse caso trouxe o que para a nossa lei? Que, se o delator imputa um fato falso destorcido a alguém, ele tem quebrada a delação em relação a ele e comete tipo penal específico, e as penas não são baixas.

Outro problema que existia nessas colaborações...

Se eu estiver me estendendo muito, Presidente, por gentileza... Mas o assunto realmente, para mim, é muito bom, porque são instrumentos excelentes de atuação do Ministério Público.

Outro fato que existia: como é que você pode utilizar como prova uma colaboração premiada sem nenhum suporte por trás, se esse indivíduo que fala reconhece a prática de crime, reconhece participar de uma organização criminosa? Você não pode, pelo menos a meu ver – e aí o Parlamento acertou –, simplesmente acreditar na palavra dele.

Então, o que diz a lei? A colaboração penal não é tida como prova isolada. Você tem que checar a verossimilhança daquela história contada pelo sujeito. E só depois que você checa, com fatos concretos e objetivos, que a história contada é uma história real é que, então, passa a ter um valor relativo o depoimento do colaborador. Então, a nossa lei teve o cuidado de importar, no bom sentido, soluções que os outros países aprenderam com tentativa e erro e aprenderam apanhando.

Por último, a questão dos advogados. Senador, realmente é complicado. Eu acho que o limite disso estará no sigilo profissional. Hoje, qual é a regra que existe em geral? Um advogado não pode ser advogado de mais de um réu se houver incompatibilidade de defesas. Eu acho que a solução está por aí. Não havendo compatibilidade de defesas, esse advogado não pode participar de mais de uma delação. E, se ele orienta o cliente de uma forma a fazer uma semidelação, omitir ou falsear, a pessoa que faz isso comete o crime previsto na lei, perde os privilégios da delação e – tenho convicção doutrinária quanto a isto – o advogado que assim induziu é copartícipe nesse crime.

Então, a saída é pensar no sigilo profissional e na compatibilidade de defesas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para réplica, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu quero dizer que eu concordo com o Procurador quando ele diz que, na verdade, o problema não é o sigilo, mas a quebra desse sigilo. Agora, o que é que, do ponto de vista prático, V. Exª, na condição de Chefe do Ministério Público, imagina poder fazer? A gente sabe que, às vezes, é até difícil saber quem vazou: pode ser a polícia, pode ser alguém do Ministério Público...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – O próprio advogado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ..., pode ser até um juiz, pode ser o advogado, pode ser muita gente. Mas o que fazer no sentido da inibição do vazamento?

Esses casos, por exemplo, que V. Exª citou aqui, um no Rio Grande do Sul e outro na própria delação do Ricardo Pessoa, não podem ser emblemáticos se for dada a devida publicidade a essa identificação para que outros não ajam da mesma maneira na impunidade?

Esse é um ponto.

Eu acho interessante V. Exª admitir a possibilidade de a pessoa sobre o nome da qual houve um vazamento pelo menos ter a informação sobre se aquilo é real ou não, não tendo acesso ao processo, mas àquilo que lhe diga respeito. Pergunto se esse poderia ser um procedimento do Ministério Público, se, para isso, seria preciso uma lei, ou não, alguma coisa nesse sentido.

Eu concordo com V. Exª. Inclusive o que, vamos dizer assim, presidiu a adoção desse mecanismo da delação premiada foi exatamente isto: permitir que nós, num espaço de tempo mais curto, possamos chegar a um resultado na investigação. Porém, como essa questão do direito, da liberdade e da garantia individual é uma coisa fundamental, também é preciso, no meu ponto de vista, um rigor maior com aqueles... Por exemplo, houve o caso de um que, interrogado, perguntado sobre uma determinada personalidade, disse que não, que não havia, que não havia, mas, depois, foi a público numa CPI para dizer que havia, que foi assim, "me pediu assim", "eu dei assim"...

O que acontece com esse colaborador que omitiu uma informação tão relevante num primeiro momento e que, num segundo momento, lembrou, teve uma lembrança daquele fato ocorrido? As versões que mudam... Apesar de, em vários fatos, o indivíduo apresentar provas, para várias coisas que ele diz, para uma ou duas, e basta que seja uma, ele não tem. Como agir também?

Então, pergunto também a V. Exª se seria um absurdo, por um pequeno detalhe, alguém perder uma delação ou uma colaboração que foi eficaz para muita coisa, porque o dano que aquilo causa realmente é muito

grande. O que fazer para continuarmos a usar esse mecanismo e ele, cada vez mais, cumprir o seu papel sem provocar injustiças?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador, acho que o caminho se faz caminhando. Esse é um instrumento novo. Estamos aprendendo com ele. Eu acho que temos que aperfeiçoá-lo.

Sobre esse fato de que o senhor falou, sem dizer nomes e falando em tese, houve um agravamento, pela omissão desse colaborador, da pena de multa. A pena de multa foi elevada em razão da omissão e não houve qualquer outra consequência porque nós nos convencemos de que ele estava realmente em estado de ameaça. Ele não falou porque tinha receio de sua própria vida. Isso ficou claro. Em breve, nós vamos poder disponibilizar o áudio e o vídeo dessa retificação que ele faz, acompanhado, é óbvio, por advogado, em que a espontaneidade dele é visível quando faz alguns comentários para dizer: "Eu temo pela minha vida. Eu sou um sujeito temente e só voltei agora porque a investigação chegou a um ponto em que a minha omissão está clara. Mas continuo temendo pela minha vida".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª, para uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, eu não sei ainda quantos inscritos tem.

Eu queria fazer a V. Exª uma sugestão, que só caberá e só prosseguirá, obviamente, se houver aquiescência do Plenário, em especial daqueles que estão inscritos, de que os que ainda faltam para fazer a indagação o fizessem em blocos de três ou de quatro e, depois, ouvíssemos as respostas do Dr. Rodrigo Janot. Obviamente, isso implicaria a renúncia à réplica por parte dos colegas.

De qualquer forma, pelo número de inscritos que me parece que ainda temos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Onze.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... e pelos temas que já foram abordados, esta minha questão de ordem é no sentido de agilizar. É uma questão de ordem que faço a V. Exª. Mas, obviamente, só triunfará se houver a concordância do Plenário, em especial daqueles que estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não. Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria só compartilhar com os colegas que o Presidente Renan e eu – eu saí da Presidência agora – estamos com a preocupação de, em atenção ao Brasil inteiro e aos colegas Senadores, mostrar este trabalho nosso na Comissão de Constituição e Justiça. Então, já adiamos várias vezes, e segue adiado, o início da nossa sessão ordinária pois mantemos, obviamente, a transmissão ao vivo deste plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

O propósito da Mesa Diretora é, tão logo tomemos conhecimento do resultado da sabatina e da votação, levar essa matéria para o Plenário. Esta é a disposição do Presidente, que eu estou trazendo. Só há um problema: o número de oradores inscritos. Obviamente, questionar é direito de todos, mas, se o Plenário tomar um encaminhamento que facilite, é possível, inclusive, fazer a apreciação do nome do Dr. Rodrigo Janot, sendo ele aprovado aqui, no Plenário da Casa hoje, com quórum pleno. Mas, obviamente, a decisão é dos Líderes e dos demais Senadores da Casa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – A votação está feita. Por que não fazemos um acordo para que se abra o painel? Aí, aqueles que estão inscritos terão oportunidade de falar, do plenário, manifestando a sua opinião sobre a indicação ou fazendo os seus questionamentos. Nós estamos diante de um fato: os votos estão dados. É uma questão de praticidade.

É uma sugestão que dou, evidentemente, respeitando o direito de todos os inscritos. Eu não vou polemizar sobre esse assunto. É só uma questão de praticidade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É notório que o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, encontra-se cansado, assim como os que o acompanham e assim como nós. Eu mesmo estou aqui, nesta Comissão, desde a abertura desta reunião.

Eu acredito que esta sabatina e a anterior, do Ministro Fachin, inauguraram um tempo novo nas sabatinas do Senado, dando a este momento republicano o seu devido valor e a sua necessária importância.

Portanto, desde já, eu me coloco contra qualquer tipo de modificação da norma regimental, que foi, inclusive, aprovada muito recentemente pelo Plenário do Senado, porque a praxe anterior era exatamente de

perguntas em blocos de três, quatro, cinco Senadores, tal como acontece em assembleias estudantis. Eu não estou fazendo nenhum reparo às assembleias estudantis, mas nós estamos no Senado da República, diante do Procurador-Geral da República, numa sabatina que deve ter o seu cabo.

Parece-me, *mutatis mutandis*, como se, num interrogatório – e não estamos aqui propriamente para interrogar o Procurador, mas para inquiri-lo sobre questões que são relevantes para o País –, você dissesse "eu me dou por satisfeito e deixo de fazer algumas perguntas". As perguntas precisam ser feitas.

Eu estou aqui de forma disciplinada, paciente – eu só me levantei um único instante desta reunião –, e quero exercer o meu direito, em nome do respeito ao mandato que exerço como Senador representando o Estado da Paraíba.

Então, eu espero que o Regimento seja cumprido. Se ficamos até aqui, eu acho que um pouco mais de esforço... Compreendendo o gesto do Senador Jorge Viana de tentar levar o nome à apreciação do Plenário ainda hoje, a que não sou contrário, mas se isto não for feito hoje, será, seguramente, feito na semana que vem. O mandato do Dr. Janot vai até o dia 14 de setembro, salvo engano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Vai até o dia 17 de setembro.

Portanto, até 17 de setembro nós temos tempo suficiente, concluída hoje a sabatina, para submeter um nome ao Plenário – pode ser na próxima semana – ainda na vigência do mandato do Dr. Janot. Não haveria prejuízo nenhum, portanto, para que possamos fazer aquilo que é nosso dever, que é nossa obrigação, que é realizar uma sabatina completa, ampla e irrestrita, por mais exaustiva que seja, porque esse é o nosso ofício, esse é o nosso mister, esse é o nosso dever, essa é a nossa obrigação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Quero pedir ao Senador Randolfe... (*Falha na gravação.*)

... e, depois, ele quer comandar também, já que é uma questão de ordem. Vamos continuar. Vamos com calma com o andor, porque o santo é de barro.

Sr. Presidente, também estou esperando aqui, resignadamente. Só saí um período para ir ao hospital, mas voltei e gostaria também de exercer o meu direito.

O Brasil conhece a minha posição com relação ao Dr. Janot, mas quero exercer o meu direito de fazer algumas considerações, de perguntar, e o Dr. Janot se preparou física, espiritual e mentalmente para esse dia. Ele está aqui preparado para o que der e vier.

A noite é uma criança.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Espera aí. Não posso encerrar não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, eu não encerrei, não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu pensei que, depois dessa tirada poética, V. Exª tivesse encerrado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Não, essa tirada foi para homenagear a Paraíba. Ainda vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está certo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É o seguinte: ao encerrar, a hora que for, podemos convocar uma sessão extraordinária e votar ainda hoje. Quando tem esforço concentrado não vamos até 1h, 2h da manhã? Não tem problema nenhum se quiser homenagear o Dr. Janot. Agora, como disse o Senador Cássio, pode ser outro dia. Temos até o dia 17. E acho que quem tem posição aqui jamais vai mudar sua posição em plenário.

Então, eu gostaria de exercer o meu direito e, com toda vênia, quero dizer isto ao Harry Potter, porque ele já perguntou, ele já fez as perguntas dele e agora quer tirar a dos outros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª concluiu?

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria, em apoiamento ao Senador Cássio e ao Senador Magno, de pedir que mantivéssemos o Regimento, até porque esta sessão está sendo uma sessão didática, um momento majestoso. O Procurador está tendo oportunidade de esclarecer, com propriedade, com inteligência, com educação, com urbanidade, todos os assuntos que lhe estão sendo colocados. Acho que não podemos privar desta reunião o Brasil, que, depois dela, vai ter muito orgulho do seu Procurador-Geral da República. Nós precisamos continuar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tenho a impressão de que... Eu iria submeter a questão de ordem à votação. Parece que não precisa, diante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Está resolvido. Prossigamos. Declino da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Procurador-Geral da República, quero registrar, inclusive, que sequer reivindiquei a condição de Líder, em analogia ao Regimento da Câmara, diante da omissão do nosso Regimento, por ter feito a pergunta e alguns comentários, já no início desta sessão, aberta, pontualmente, às 10h da manhã, o que é muito importante – e assim fiz de forma proposital, como prestígio a esta Comissão e em respeito a todos os seus membros –, mas este é um momento que devemos, Sr. Presidente e telespectadores da TV Senado, que nos acompanham durante muitas horas, em primeiro lugar, celebrar. Eu começo celebrando, mas, depois, farei um lamento.

A celebração é pela importância deste instante, pela compreensão que o Senado da República demonstra de que, a despeito de divergências, de interesses contrariados, de pontos de vista diversos, nós estamos, neste ato, fortalecendo as instituições brasileiras. Este é um momento em que o Senado fortalece o Ministério Público Federal, de forma muito clara, para que possamos compreender a dimensão da transformação que a sociedade brasileira vive neste instante, e esta sociedade para a qual prestamos serviços deve estar muito atenta a toda essa transformação que faz com que essa sabatina, a exemplo da anterior, inaugure um tempo novo para o Senado.

Portanto, este é um momento que merece este destaque que faço de forma inaugural.

Mas lamento, ao mesmo tempo, que esta sabatina tenha sido transformada, em alguns momentos, em ringue político, em disputa partidária, constrangendo até o sabatinado, que nada tem a ver com essa disputa.

O Procurador-Geral da República fala nos autos, peticiona, emite parecer e não vai, logicamente, imiscuir-se em debates políticos, que não devem ser feitos em um ambiente de sabatina. Não é este o ambiente para o embate político. Para isto, usamos o Plenário do Senado, a tribuna do Senado.

Mas foi feita uma pergunta aqui que eu não posso, como Líder do PSDB, deixar de responder. Foi perguntado: qual a diferença entre o PT e o PSDB no financiamento das suas campanhas? E vem a resposta: a diferença é uma só, que o PSDB recebeu, na forma da lei, contribuições privadas, e o PT, por tudo que está sendo revelado nas investigações, recebeu extorsão pública, que é propina, infelizmente. Não alegra ninguém dizer isso. Não há nenhuma alegria no meu coração por fazer essa afirmação.

E não é à toa que três tesoureiros do Partido Trabalhadores já foram ou estão presos e que uma das figuras mais importantes do Partido, o número dois do Partido, que está abaixo do Presidente Lula, o Deputado Zé Dirceu, encontra-se preso.

Isso é fruto desse amadurecimento institucional que teve sua gênese na Constituição de 1988, que o PT se recusou a assinar. O Partido dos Trabalhadores se recusou a assinar a Constituição de 1988.

Nessa tentativa de fazer perguntas e, ao mesmo tempo, formular instrumentos de defesa, comentou-se aqui a atuação do Ministro Gilmar Mendes, que é um brasileiro que merece o nosso respeito, por uma decisão que, ontem, foi acompanhada pela maioria do Tribunal Superior Eleitoral do nosso País – a decisão de ontem do TSE não foi monocrática, mas uma decisão do colegiado, por maioria, a partir do voto do Ministro Gilmar Mendes –, mas não se disse, por exemplo, que, na Pet nº 3.898, o Ministro Gilmar absolveu o ex–Ministro Palocci. Isto não é lembrado, como não são lembrados os episódios com o Eduardo Jorge.

O PT fala em destruição de reputações, mas quem mais tentou destruir reputações neste País foi o Partido dos Trabalhadores. Perdoem-me.

Cito o exemplo de Eduardo Jorge. Cito o caso do próprio Luiz Francisco, que compunha o Ministério Público. As instituições estão expostas a esse tipo de equívocos de comportamento.

Portanto, eu acredito que, nesta sabatina, que teve grande expectativa, devo reconhecer, diante de todos, V. Exª teve uma postura educada, firme, serena e esclarecedora, inclusive com a habilidade necessária para não falar fora dos autos.

Mas foi feita aqui uma referência – e fica a primeira pergunta – a um dos colaboradores, dos delatores, e não ficou claro se era o Dr. Ricardo Pessoa ou outro delator, que se sentiu ameaçado. O senhor fez esse comentário há poucos instantes. Eu gostaria de ter esse esclarecimento para procurar cumprir rigorosamente o meu tempo.

Mudando um pouco da seara da Lava Jato – já tivemos muitas perguntas sobre esse tema – e retomando o ponto dos precatórios: alguns governos estaduais, extrapolando, inclusive, a iniciativa do Senado através da proposta do Senador José Serra, aprovaram, nas respectivas assembleias, leis que permitem a utilização dos depósitos judiciais entre privados.

Isso me parece um enorme risco para o futuro dessas unidades federadas pelo profundo desequilíbrio que elas possam enfrentar em lançar mão, em utilizar depósitos entre privados, e não mais só aqueles em que o Estado é parte.

A pergunta que eu faço a V. Exª é se alguma medida cautelar foi solicitada nas ADINs para que se evite a utilização desses recursos e, depois de utilizados, se crie um problema irreversível.

Portanto, são essas questões, especificamente, que eu gostaria de fazer a V. Exª e gostaria apenas dar ciência à Casa, de forma geral, que temos duas propostas de emenda à Constituição que abordam temas aqui tratados.

No início da sabatina, V. Exª fez um comentário sobre a prerrogativa de foro e, inclusive, chegou a dizer que, na sua opinião – se não for fiel a minha interpretação, corrija-me, por gentileza –, na visão de V. Exª, poderia haver, inclusive, uma limitação da prerrogativa de foro, e eu gostaria de ter a sua opinião sobre isso, porque eu sou o autor da PEC 10, Dr. Janot, que exatamente promove mudanças na prerrogativa de foro e, por uma coincidência, tramitava em paralelo com as investigações e o julgamento do mensalão. Eu achei oportuno retirar a proposta de tramitação da Casa para que não houvesse nenhuma ilação, nenhuma interpretação maldosa de que eu estivesse, com a PEC, tentando criar um obstáculo para um julgamento em andamento e, com isso, eventualmente, beneficiar réus do mensalão. Por essa razão, retirei a proposta. Mas agora, ouvindo a opinião de V. Exª, poderemos, no colegiado do Senado, voltar a discutir esse tema.

E, por fim, em relação à PEC 47, que está sob a relatoria do Senador Petecão – o Senador Petecão, se não está, esteve por aqui –, coloca no texto constitucional a regra da lista tríplice – havia, inclusive, uma dúvida se deveríamos permitir que todo o Ministério Público da União poderia participar desta lista, ou se apenas o Ministério Público Federal poderia –, gostaríamos também de ouvir a opinião de V. Exª.

E quero deixar claro, concluindo, Sr. Presidente, para respeitar rigorosamente o tempo dos meus dez minutos, que o Procurador-Geral da República é sabatinado no Senado, assim como também o são os Ministros do Supremo, em respeito ao art. 1º, da nossa Constituição, que diz que todo o poder emana do povo, de forma direta ou por seus representantes. Como nós temos a legitimidade do voto popular, passamos a ter legitimidade para fazer a sabatina, para autorizar, para permitir que o Procurador-Geral da República seja nomeado, assim como ocorre com os Ministros do Supremo Tribunal Federal, porque o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Poder Legislativo têm o sufrágio direto da população. O Ministério Público e o Judiciário, como todos nós sabemos, são legitimados exatamente por este momento, que é extremamente importante na República.

Cumpridos rigorosamente os meus dez minutos, escuto o nobre Procurador-Geral da República, e, depois, faço alguns comentários breves.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de passar a palavra ao Procurador-Geral da República, Dr. Janot, eu gostaria de formular um apelo para que, a exemplo do que o Senador Cássio Cunha Lima acabou de fazer, nós nos ativéssemos ao tempo estabelecido, de dez minutos, para a formulação das questões, assim como o Procurador, por sua vez, também dispõe de dez minutos para respostas. Quanto à réplica e à tréplica, tanto quanto for necessário, pode-se dispor de mais cinco minutos.

Com a palavra o Procurador Janot, para a sua resposta.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Cássio Cunha Lima, como eu já disse, eu não posso nem reconhecer a existência de uma colaboração do Sr. Ricardo Pessoa, porque, se houve, está sob sigilo. E, se houve, não foi ele que se sentiu ameaçado.

Quanto à questão das leis estaduais sobre precatório, houve, sim, a solicitação, em todas elas, de medida cautelar para suspender o dispositivo impugnado.

Quanto à questão da prerrogativa de foro, eu acho que hoje temos um rol enorme de pessoas com prerrogativa de foro e que, se mantida a prerrogativa de foro – e eu reconheço que a questão é muito delicada e é complexa –, o enxugamento desses nomes apenas para o de altos mandatários da República e outros seria o ideal para não sobrecarregar os tribunais nesses processos originários.

Quanto à PEC 37, dessa participação de outros ramos do MPU na escolha ou no concurso para o cargo de Procurador-Geral da República, eu só queria lembrar que, com exclusividade, o Ministério Público do Distrito

Federal e Territórios tem o seu Procurador-Geral recrutado dentro dos membros do Ministério Público Federal e Territórios, que o Ministério Público Militar tem, com exclusividade, o recrutamento do seu Procurador-Geral feito entre os membros do Ministério Público Militar e que o Ministério Público do Trabalho tem o recrutamento do Procurador-Geral do Trabalho feito exclusivamente entre os seus membros.

A seguir a linha do recrutamento amplo entre os quatro ramos, o único ramo que não teria o recrutamento específico seria o Ministério Público. Enquanto os outros manteriam o recrutamento específico dentre eles, eles teriam o recrutamento específico e concorreriam ao cargo de Procurador-Geral da República.

Eu acho que não é uma solução ideal, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Esclarecendo que a proposta contempla a escolha dentre os membros do Ministério Público Federal. A proposta tem esse objetivo. O que, seguramente, poderá ser discutido aqui no Senado, e já tivemos manifestações contrárias com boas argumentações, como as feitas, por exemplo, pelo Senador Roberto Requião, é se deveríamos já dar o passo adiante.

O que estou propondo é, digamos, a constitucionalização da lista ou se poderíamos dar um passo adiante, que é um novo sistema de escolha, sem a lista, onde o Ministério Público faça a sua indicação e poderemos ter um sistema de checagem... E, ao longo da tramitação da proposta, poderemos gerar esse aprimoramento que se faz necessário, nem que seja só com a formalização da lista, para que possamos dar esse passo adiante daquilo que foi previsto pelo Constituinte de 1988 – e eu lá estava, com muita honra, como Deputado Constituinte –, para que possamos, ao final e ao cabo desse processo tenso, duro da história brasileira, compreender que sairemos daqui um país mais forte, a partir da concepção de que na República não pode haver segredos. Sobretudo nós, homens públicos que optamos por essa via, temos até que, em alguns momentos, admitir a quebra da regra do ônus da prova em alguns sentidos pela necessidade que temos de prestar contas, de forma permanente e constante, da nossa atuação.

Então, que todos nós possamos compreender que somos humanos, que temos erros e acertos, e o Ministério Público não está protegido dessas falhas e desses erros. Mas o que é fundamental é que o Ministério Público Federal, através de V. Exª, receberá do Senado da República, como recebeu ao longo desta sabatina, uma manifestação expressa de confiança e de apoio, um apoio dado em nome da sociedade brasileira, que diz, de forma clara, "vá em frente, siga, prossiga, porque o Brasil haverá de melhorar, mesmo que erros, equívocos e mesmo abusos sejam praticados ao longo dessa caminhada". O resultado final será, com certeza, o nascer de um país melhor, sobretudo livre da corrupção, porque não se tem notícia, na história do Brasil e, talvez, do mundo, de uma investigação do porte da que se faz hoje na Lava Jato, com o desbaratar de uma estrutura criminosa que se ocupou do Estado brasileiro para tentar perpetuar um projeto de poder.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Ricardo Ferraço, Dr. Rodrigo Janot, nosso ilustre sabatinado desta tarde – e, ao que tudo indica, adentraremos a noite de hoje –, quero, antes das perguntas, fazer dois registros.

Primeiro: o Dr. Rodrigo Janot chega aqui, ao Plenário da CCJ e – se Deus quiser e for a vontade dos Senadores – chegará, depois, ao Plenário do Senado com a maior aclamação que um candidato à Procuradoria Geral da República teve nos processos eleitorais internos do Ministério Público.

Isso mostra um sentido de coesão do Ministério Público no momento crucial das ações que esta instituição tem desempenhado para a vida nacional.

Segundo destaque. A minha preocupação – foi por isto que apresentei uma questão de ordem – é baseada no seguinte: somente se houvesse concordância dos demais é que haveria a abertura da prerrogativa da tréplica, porque eu achava que boa parte das questões já estava esclarecida.

De qualquer forma, Sr. Presidente, quero reiterar que o processo, como está se dando atualmente e como ocorreu, anteriormente, na indicação do último Ministro do Supremo Tribunal Federal, só reforça o perfeito funcionamento das instituições, o que é melhor para a democracia brasileira.

Dr. Rodrigo Janot, passando diretamente às perguntas, quero me reportar a uma entrevista recente que V. Exª concedeu na qual afirmou que nosso atual sistema de investigações dos crimes de corrupção está ultrapassado.

Há uma pesquisa, Dr. Rodrigo, que corrobora essa sua premissa. É uma pesquisa que constata que somente 27% das investigações de crime de corrupção viram denúncias.

Eu pergunto: o que fazer para melhorar esse cenário? O inquérito policial na forma que temos hoje, que vem do século XIX, não está ultrapassado? Não precisaria ser extinto ou reformado o nosso processo penal?

No mesmo sentido dessa pergunta, Sr. Procurador, V. Exª, na campanha para a Procuradoria Geral da República, assumiu o compromisso público – foi promessa de campanha de V. Exª – da criação das procuradorias

nacionais anticorrupção. Como é uma proposta que considero da maior relevância, eu gostaria que V. Exª declinasse o conteúdo dessa proposta para os membros da CCJ, para o Senado e para todos os que nos assistem através da TV Senado.

Continuando nessa linha, Sr. Procurador, nos Estados Unidos, mais de 92% dos casos criminais são resolvidos por acordo, o que prestigia a chamada justiça restaurativa, que implica a aceitação da pena por parte do acusado, não por pura imposição do Estado, como ocorre no nosso sistema. Esse sistema adotado nos Estados Unidos tende a favorecer, caríssimo Procurador, a ressocialização e reduzir as taxas de encarceramento, além de diminuir os custos da máquina judiciária.

Pergunto por que, no Brasil, o Ministério Público não adota esse sistema que faz esse tipo de acordo para agilizar a Justiça? O que precisamos fazer no nosso ordenamento jurídico para adotar um sistema dessa natureza?

Também tramita aqui, no Senado, caríssimo Procurador, o projeto de lei da audiência de custódia. Pergunto a V. Exª como a audiência de custódia poderia representar um momento importante para o Ministério Público e para melhorar o nosso processo penal.

Muito foi falado aqui sobre a Operação Lava Jato, Dr. Janot. Percebemos que, na Lava Jato, temos um foco único na recuperação do dinheiro desviado da Petrobras, inclusive com sucesso por parte do Ministério Público. Não me recordo de ter ocorrido em outro momento alguma investigação que tivesse esse foco tão grande. Parece-me que a Lava Jato é exceção. Peço que me corrija se eu estiver enganado. Eu pergunto quais os projetos de V. Exª para situações como essa da Operação Lava Jato que ampliem ainda mais a recuperação do dinheiro da corrupção, que considero a ação mais importante desta ação do Ministério Público.

Aproveito para saudar a equipe que comanda a Operação Lava Jato, dirigida por um jovem Procurador, o Dr. Deltan, pois toda a equipe tem tido uma atuação, no meu entender, histórica e decisiva para o nosso País.

Por fim, duas questões, Sr. Procurador.

A primeira diz respeito à questão penitenciária, que, obviamente, é um problema real no Brasil por conta da violência, das mortes, de todos os problemas da administração dos estabelecimentos penitenciários. É comum, lamentavelmente, casos de grave violação dos direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro.

Eu pergunto qual poderia ser a proposta do Ministério Público e sua atuação – se Deus assim permitir e for a vontade, que eu acredito que é, do Plenário do Senado – nessa sua segunda gestão à frente da Procuradoria Geral da República?

E, por fim, nós temos visto, Sr. Procurador-Geral, problemas ambientais rotineiramente discutidos na imprensa e no Parlamento. Eu queria trazer a V. Exª dois temas diferentes. O primeiro trata de como pode o Ministério Público atuar efetivamente na questão do desmatamento. Os últimos dados sobre a Amazônia dão conta de que, no meu Estado do Amapá, lamentavelmente, houve um aumento do desmatamento. Seria importante, necessário e fundamental que, além da ação que o Ministério Público já tem, existissem outros mecanismos de ações concretas, diretas e efetivas.

Eu pergunto quais as estratégias que a instituição e V. Exª têm pensado que poderiam agilizar, além do processo judicial, e ter ações efetivas, diretas e concretas no combate ao desmatamento em nosso País.

O segundo ponto me parece ter, claramente, uma relação com o desmatamento. Qual a sua visão – e aí é uma questão também do meio ambiente –, qual a visão do Ministério Público sobre a gravíssima crise hídrica que enfrentam os Estados, principalmente os Estados do Sudeste do País? E como poderia haver uma atuação também do Ministério Público neste sentido?

Faço questão de trazer ambas as questões por saber que o tema do meio ambiente é muito caro a V. Exª. Faço estas duas últimas perguntas também como homenagem a V. Exª.

São estes os meus questionamentos, Dr. Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Randolfe Rodrigues, eu me referi à melhoria do sistema de investigação em áreas de corrupção porque essa é uma área que, enfim, demanda uma atitude diferente para desvendar os ilícitos praticados. Nós temos que usar muita tecnologia, temos que usar métodos novos, temos que ter bem presente a cooperação jurídica internacional, porque esses valores circulam por outros países, e temos que ter um relacionamento profissional mais próximo com a própria polícia para que possamos, então, melhorar o sistema de investigação. Eu centraria na tecnologia, em novas metodologias, na cooperação jurídica internacional e em um relacionamento mais próximo e mais profissional com a própria polícia.

A proposta da procuradoria nacional anticorrupção está sendo desenhada no âmbito da Procuradoria Geral da República. Nós estamos estudando algumas procuradorias que já atuam nesse sentido. Já fizemos visitas ao Ministério Público do Chile, já estamos em vias de enviar o nosso pessoal para conhecer a estrutura da Procuradoria Nacional Antimáfia, na Itália, desculpe, e um contato direto com os americanos nesta parte de investigação.

Hauridas essas sugestões, estamos formulando esta proposta, que deverá ser uma proposta legislativa, de modo que possamos atuar de maneira nacional, respeitando a independência funcional dos colegas, nesses casos de organizações criminosas que se espraiam por mais de um Estado da Federação.

Quanto à questão dos acordos penais. Eles realmente fazem com que os processos se resolvam de forma muito mais rápida e desafoguem o sistema do Judiciário para aqueles processos mais pesados em que não seja possível a realização do acordo.

V. Exª pergunta o que falta. O que falta é uma lei específica que nos permita fazer essas composições, em que limites e a forma desses acordos. Teria que haver, então, um regramento legislativo prévio a isso.

No que se refere à atuação do Ministério Público na Lava Jato, a cooperação jurídica internacional foi e tem sido, até agora, essencial para a recuperação de ativos. A atuação do Ministério Público, em conjunto com o DRCI, do Ministério da Justiça, propiciou, num período curto, a repatriação de mais recursos do que a atuação do DRCI em toda a sua existência. Isso se deu em razão da proximidade da cooperação jurídica internacional, do profissionalismo com que essa matéria está sendo tratada com os países amigos para onde esses dinheiros são levados.

A questão do problema penitenciário, Senador. Realmente, são enxovias, como já disse. A grande maioria dos presídios são enxovias. No precedente do Supremo que permite agora judicializar a implementação dessa política pública, a ideia é oferecer soluções e, se os Estados, enfim, não se interessarem por essas soluções, que a aplicação dessa política pública seja induzida com o ajuizamento de ações civis públicas de forma concertada em alguns Estados da Federação. A escolha desses Estados se daria objetivamente, pelos dados do Depen, naqueles piores dados do sistema carcerário. Então, seriam esses os escolhidos para a atuação judicial.

Na questão do desmatamento, eu lembraria que existe uma experiência que foi feita entre o Ministério Público Federal e o Ministério da Agricultura. Existe, hoje, e foi renovado agora por mais quatro anos, um órgão colegiado, que é o GAP, Grupo de Acompanhamento do Protocolo. Então, foi firmado um protocolo entre o Ministério Público Federal e o Ministério da Agricultura para que pudéssemos encaminhar soluções conjuntas que afetam a área de atuação dos dois. Poderíamos repetir essa experiência no âmbito do desmatamento. Nós temos projetos em curso, como, por exemplo, o Município Verde, nos Estados do Norte, onde, no começo, houve uma certa incompreensão do que seriam esses programas. Hoje, os Estados estão aderindo, as empresas privadas estão aderindo, e temos conseguido, enfim, evoluir na questão do desmatamento.

Há uma proposta também de criarmos ofícios regionais de atuação, o que poderia permitir, por exemplo, a atuação de um ofício regional em questões como de bacia hidrográfica. Então, para o reflorestamento de todo o Rio São Francisco na sua extensão, haveria, então, uma atuação concertada com a atuação dessa unidade regional de defesa do meio ambiente, no caso.

Quanto à crise hídrica, o que eu posso dizer é que o Ministério Público atuou efetivamente num processo em curso no Supremo Tribunal Federal em que contendem os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e conseguiu lograr um acordo para que houvesse a condução do problema do sistema hídrico que envolve esses três Estados.

Enfim, eu acho que é diálogo institucional. O Ministério Público tem que se colocar à disposição para a solução desses problemas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, só na réplica, rapidamente. Entre os temas abordados, eu esqueci o que eu considero mais importante também neste momento.

Eu queria saudar pela campanha das dez medidas anticorrupção, principalmente pela metodologia que o Ministério Público adotou. Ao que me parece, muitos desses projetos, se não os dez, já se encontram no Congresso Nacional, alguns aqui, no Senado, e outros na Câmara dos Deputados.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – E outros não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – E outros não. Perfeitamente.

Mas as dez medidas têm a forma... A mobilização que está sendo feita pelos procuradores da República nas diferentes instâncias, reunindo-se com câmaras de vereadores, reunindo-se com entidades da sociedade civil e buscando trazer ao Congresso Nacional assinaturas de apoio às dez medidas, parece-me, inclusive, diretamente relacionada ao tão falado princípio da nossa Constituição, que funda, em nosso País, uma democracia semidireta e participativa.

Então, queria saudar essa metodologia adotada pelo Ministério Público e, em especial, algumas, porque há algo que me causa espécie, Dr. Rodrigo – e isso aí é pouco autocrítica –, é que essas dez medidas não estão colocadas nem na agenda da Câmara nem na agenda do Senado. Aqui é uma autocrítica nossa. É lamentável essas dez medidas não estarem pautadas aqui na nossa agenda. Veja, está sendo falado muito sobre a Agenda Brasil, acho-a importante, nós temos uma crise econômica, temos uma crise política, mas nós temos também

claramente uma crise moral. Se nós não criarmos, no País, mecanismos concretos de combate à corrupção, nós não avançaremos nesse aspecto.

Eu queria só uma rápida consideração do senhor: o que o Congresso Nacional, em especial o Senado, poderia fazer para avançar nessas matérias, nas dez medidas propostas e lançadas pelo Ministério Público Federal?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª deseja usar da palavra?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Rapidamente para dizer que o Senado poderia abraçar, se não todas, pelo menos parte dessas medidas que podem auxiliar, e muito, no encaminhamento do enfrentamento da questão da corrupção no País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Exmo Rodrigo Janot, cujo um dos defeitos é ser atleticano, não é, Procurador, mas a gente releva isso aí, até porque eu tenho um irmão também atleticano, eu não consegui administrar isso em casa...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – A minha mulher é cruzeirense. (*Risos.*)

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Procurador, eu me preocupo muito com a questão da delação premiada. Eu reconheço ser o instituto da delação premiada um instrumento fantástico no combate à corrupção, para que se faça realmente justiça, e o senhor deu vários exemplos nesse sentido. Mas preocupa-me, às vezes, quando eu vejo um caso específico, um cidadão que rouba alguma coisa perto de R$300 milhões, usa esse dinheiro por 16 anos, viveu como rico por 16 anos, resolve fazer uma delação premiada e devolver esse dinheiro – e nós não sabemos se devolveu tudo, porque, normalmente, bandidos desse quilate têm outras ramificações, talvez ainda continuem como ricos – e esse cidadão pega três anos de cadeia em regime domiciliar País, parece-me pouco razoável, na minha interpretação. Em que pese eu reconhecer mesmo a importância da delação premiada, mas eu acho que deveria haver um critério mínimo para se discutir essas penas, para não se cometer, às vezes, injustiças, não com o bandido lá, mas com a sociedade, que foi lesada. É um negócio realmente que me preocupa muito.

Outra pergunta, eu não vou tomar o tempo de V. Exª: o senhor acha razoável que uma pessoa, principalmente o agente político, seja investigado por dez anos, para, no final de dez anos, este promotor não apresentar uma mísera denúncia ao Ministério Público – esse cidadão ficou dez anos com a pecha de investigado, obviamente com prejuízos políticos terríveis –, o senhor não acha demasiado esse prazo? Não deveria haver uma regulamentação do próprio Ministério Público que desse um prazo para que se oferecesse a denúncia ou a arquivasse? É normal um procurador arquivar uma denúncia depois de dez anos, quer dizer, arquivar um inquérito, um procedimento, depois de dez anos, sem apresentar uma única denúncia?

Essas são as perguntas que eu gostaria de levar a V. Exª.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador, no caso da delação premiada, o caso específico, eu não me recordo aqui do conteúdo do acordo, mas é importante que possamos, primeiro, alcançar esses valores desviados, recuperá-los para os cofres públicos. Nesses acordos, invariavelmente, o colaborador declara a inexistência de qualquer outro valor que não seja aquele obtido ilicitamente que ele restitui aos cofres públicos. Se se descobre que há um valor escondido, não revelado, quebra-se, automaticamente, o acordo, e o regime prisional passa a ser o regime gravoso, previsto no Código de Processo Penal.

No que se refere ao tempo de investigação, é óbvio que dez anos de investigação é tempo demais para se chegar a uma solução. Então, podemos ter alguns casos em que é a exceção que confirma a regra, mas hoje o Conselho Nacional do Ministério Público tem regramentos para as investigações, lembrando que, na investigação, nós temos dois tipos de investigação: uma que está a cargo do próprio Ministério Público, e outra que é o inquérito policial que está a cargo da autoridade policial.

Então, teremos que ver, nesse caso, se se tratou de inquérito policial ou se tratou de uma investigação própria do Ministério Público. Então, hoje já existe, no âmbito do Conselho Nacional, regulamentação para prazo para encerrar as investigações. Ninguém pode ficar esse tempo todo com a espada de Dâmocles no pescoço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, Sr. Procurador, Srªs e Srs. Senadores, a atividade que está sendo desenvolvida hoje pelo Senado, pela Comissão de Justiça propriamente dita, em sabatinar o Procurador-Geral da República, a fim de que ele possa dar continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo à frente daquela instituição.

Desejo cumprimentar V. Exª pela sua serenidade, porque não é fácil, pois são quase oito horas de sabatina, e o senhor me fez lembrar aqui o Ministro Fachin que, em nenhum momento, até em determinadas perguntas muito duras e confronto, não perdeu o equilíbrio, não perdeu a serenidade, numa prova inconteste de que, no exercício da atividade que os senhores estão investidos, têm que ter esse tipo de comportamento.

Não vou aqui, Sr. Procurador, enveredar pelo caminho de qualquer tipo de comentário político, até porque, como alguns companheiros informaram, nós não estamos aqui para discutir posicionamento político de partido A ou partido B. Nós estamos aqui exatamente para ouvi-lo, como já o fizemos, e agora fazermos algumas indagações para tirarmos dúvidas.

Vou-me restringir a perguntas de caráter eminentemente técnico.

Durante um seminário sobre combate à corrupção e ao crime de colarinho branco, promovido pela Escola Superior do Ministério Público, no último dia 17, V. Exª afirmou que o procedimento de investigação criminal deveria ser remodulado, em razão da sofisticação dos delitos hoje cometidos, tendo em vista que a investigação desses crimes, mais do que atividade especializada, necessita de interação, *expertise*, coordenação, método e articulação de ações.

Na opinião de V. Exª, quais medidas o Poder Legislativo poderia adotar a fim de viabilizar referido aperfeiçoamento do procedimento de investigação criminal?

Pergunta dois: no último dia 28 de abril, o Conselho Nacional do Ministério Público decidiu pela licitude do uso de grampos telefônicos em investigações conduzidas por promotores e procuradores. Não obstante, referida decisão é objeto de críticas, especialmente ao ser contrastada com o art. 144 da Constituição Federal, que atribui às Polícias Civil e Federal competência para exercer, com exclusividade, a função de Polícia Judiciária. Qual a opinião de V. Exª a respeito da licitude do uso de mecanismo de espionagem pelos membros do Ministério Público da União?

Pronto, Presidente, economia de tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador Janot para sua resposta às indagações formuladas por V. Exª.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Benedito de Lira, eu diria que o Congresso e o Senado podem auxiliar esse trabalho do Ministério Público na investigação desses sofisticados delitos hoje de corrupção. As sugestões constam das dez medidas, essas dez medidas são temáticas e, ali dentro dessas dez medidas, nós temos, aí sim, projetos de lei específicos. Na verdade, são 22 ou 23 – a gente se refere a dez, porque são dez temas que vão das nulidades processuais, que vão... Enfim, é uma gama de sugestões ao Congresso: penalização, criminalização de condutas, elevação das penas aplicáveis, inserção na categoria de crimes hediondos de alguns crimes de corrupção. Enfim, temos várias sugestões formuladas ao Congresso Nacional que estão dentro dessas medidas, que são temáticas, mas que, na verdade, se desdobram em 22 ou 23 projetos de lei.

No que se refere à licitude de interceptações telefônicas, quero deixar bem claro que, primeiro, o art. 144 da Constituição atribui à polícia a função de polícia judiciária. Isso não quer dizer que não possa existir investigação por outros órgãos que não sejam a polícia. O Supremo Tribunal Federal mesmo reconheceu, em julgado recentíssimo, a atribuição do Ministério Público Federal para investigação de crimes de forma própria.

Então, não se trata aqui de imiscuir-se na questão da Polícia Judiciária da União, mas de mais um órgão de investigação admitido a apurar eventuais ilícitos, como faz o Banco Central, como faz a Receita Federal, como faz a CVM, enfim, esses órgãos que têm investigação própria para apuração de ilícitos dentro das suas próprias áreas de atuação e tendo como destinatário o Ministério Público. Então, na verdade, essa é a questão, não se fala aqui de polícia judiciária.

A questão de intercepção telefônica, nós precisamos entender o seguinte: a interceptação telefônica só existe mediante prévia decisão da autoridade judiciária. Portanto, não se pode dizer que uma interceptação telefônica, com autorização judiciária, seja um ato de espionagem praticado pelo Ministério Público e, sim, um ato judicial de investigação, regrado em lei e autorizado, previamente, pela autoridade judiciária.

Já que o Supremo atribui ao Ministério Público a possibilidade de investigação, nós podemos praticar atos investigatórios e, desde que autorizados previamente pelo Judiciário, podemos, sim, elaborar, no meu entendimento, interceptações telefônicas controladas, volto a dizer, pelo Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Eu estou satisfeito com a resposta que o Procurador nos deu.

E que isso, realmente, seja objeto de até com autorização do Poder Judiciário, mas lógico que não há aqui nenhuma insinuação, apenas até por conta da vontade de querer apurar de qualquer jeito, não haja qualquer tipo de avanço no sentido de independentemente, até porque poderão dizer que demorar a sair e seja objeto de escuta telefônica, sem a prévia autorização do Poder Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Está ausente?

Ausente.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Procurador, eu quero, desde já, cumprimentá-lo e revelar o respeito que tenho por V. Exª e especialmente pela instituição que V. Exª comanda.

Quero ser breve. Vou lhe fazer duas perguntas bem objetivas.

Recentemente, houve notícias indicando que alguns membros do Ministério Público Federal passaram a discutir internamente a possibilidade de modificação na legislação processual penal pátria com o fito específico de autorizar a utilização da prova ilícita, como suposta medida de enfrentamento à corrupção, quando os benefícios decorrentes de aproveitamento se revelarem superiores ao potencial efeito preventivo trazido pela vedação constitucional.

V. Exª é a favor da utilização de prova ilícita como medida de enfrentamento à corrupção?

E a segunda pergunta: um dos grandes temas jurídicos de um país é a busca na legislação penal e processual penal de mecanismos que evitem a impunidade. Muitos juristas consideram que a legislação brasileira, nesta matéria, é extremamente permissiva, diferentemente de outros países nos quais a condenação, em primeira ou segunda instância, implica execução da pena.

V. Exª considera que a legislação deva ser alterada para que seja mais rigorosa a aplicação das decisões e a matéria penal? Por exemplo, a redução da maioridade penal, nos termos do projeto aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados e que tramita agora aqui no Senado Federal, qual a visão de V. Exª?

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Roberto Rocha, foi mal posta a questão da dita prova ilícita. O que se pretende é flexibilizar nulidades em que possam gravar eventuais provas obtidas em investigação criminal.

Vou dar um exemplo ao senhor: tem uma teoria americana que é a contaminação do fruto da árvore envenenada. Então, a árvore envenenada contamina o fruto, o fruto também está envenenado. Esse aforisma é trazido para o campo do Direito Penal. Então, toda prova de origem ilícita contamina a própria prova e ela não pode ser utilizada como prova no âmbito de um processo penal.

A questão está em delimitar o que é ilícito, o que não é ilícito. Então, vou dar dois exemplos para o senhor ter ideia da complexidade do tema. Essas questões são frutos de criação jurisprudencial da jurisprudência dos Estados Unidos, onde nasceu essa teoria da contaminação dos frutos da árvore envenenada. E a jurisprudência se deparou lá com algumas situações em que não se poderia ter, genericamente, esse entendimento da ilicitude da prova. E foram feitas então algumas flexibilizações, que é o que a gente propõe como projeto aqui nessas dez medidas, está lá a flexibilização das nulidades.

Vou dar dois exemplos para o senhor da evolução aqui no Direito brasileiro. Se um juiz de primeiro grau autoriza uma interceptação telefônica de um alvo que está sendo investigado, ela tem origem lícita, que é uma ordem judicial, e começa a interceptação. Num determinado momento, alguém, que não está interceptado, fala com essa pessoa e...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não estou ouvindo direito.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Está ouvindo?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Melhorou, melhorou.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Num determinado momento, alguém que não é alvo da investigação fala com essa pessoa que teve a sua interceptação telefônica judicialmente determinada e, depois, se descobre que essa pessoa era uma pessoa com prerrogativa de foro. Se o senhor faz a aplicação pura e simples dessa teoria da contaminação dos frutos da árvore envenenada, essa prova teria que ser descartada.

Então, a jurisprudência brasileira constrói o quê? Isso, houve um encontro fortuito de provas. A partir do momento em que se descobre que a pessoa que fala com o alvo é uma pessoa com prerrogativa de foro, você interrompe a produção da prova e encaminha para o tribunal competente, para prosseguir na investigação ou cindir, enquanto prossegue a investigação no que se refere à pessoa que tem prerrogativa de foro, o outro grau de jurisdição competente prossegue na investigação.

Então, isso foi uma evolução no encontro fortuito de provas? Não. Não é caso de nulidade. Então, não se trata aqui de usar a prova ilícita, mas de reconhecer que, nesse caso, não há nulidade.

Eu vou dar um outro exemplo para o senhor de um caso concreto. Um sujeito, dedicado à atividade de furto, comete um furto privilegiado, mediante arrombamento, e ingressa na casa de uma determinada e, ali, ele vai cometer o crime de furto, furto privilegiado, com arrombamento. Aí, ele pega lá relógio, televisão, caneta, celular. Aí, ele descobre uma mídia e, ao verificar essa mídia, ele vê que o sujeito praticava reiteradamente crime de pedofilia. Aí, esse sujeito que pega aquele negócio em uma atividade criminosa, porque ele estava furtando a casa da pessoa, pega aquilo e diz: "Aí não, espera aí. Eu sou ladrão, mas esse crime aqui eu não cometo, não". Pega esse material, leva a uma delegacia de polícia e o entrega para o delegado "Olha, eu sou ladrão, estive na casa tal, roubei isso, roubei aquilo. Agora, esse crime aí, eu estou fora. Então, vim trazer para os senhores isso aqui".

Bom, a origem da coleta da prova não é lícita. Foi produto, inclusive, de furto. O sujeito arrombou para entrar na casa da pessoa. Mas o Estado não foi atrás dessa prova, não foi o Estado que praticou uma ilicitude para obtenção da prova. A prova fortuitamente chega à mão da autoridade policial. E, nesse caso específico, o Supremo entendeu que a prova era ilícita, e o sujeito não pôde ser processado por pedofilia.

Então, esse, no nosso entendimento, é um outro caso em que não há de se incidir a nulidade segundo o sistema da teoria do fruto da árvore envenenada. Então, na verdade, a locução foi mal posta, que é a utilização de prova ilícita, não se trata disso, mas de verificar as hipóteses em que a prova é lícita. É verificar as hipóteses em que a prova tem... A flexibilização do sistema de nulidade tem que ser observada. E esses dois exemplos são dois exemplos concretos que aconteceram no dia a dia da atividade judiciária.

A outra é a questão da impunidade. Realmente, nós temos um sistema recursal que leva a finalização do processo às calendas. E nós temos que, enfim, dar uma organização nesse sistema de recurso, porque não pode haver recurso... Eu, lá no Supremo, vejo lá, no dia a dia, julgamento de embargos de declaração, de embargos de declaração, de embargos de declaração, embargos infringentes, em agravo regimental, em agravo de instrumento, em recurso extraordinário. Quer dizer, isso é um absurdo que esse sistema admita essa quantidade de recursos.

Quanto à redução da maioridade penal, eu não vou aqui me pronunciar sobre a constitucionalidade ou não porque isso, fatalmente, será levado ao Supremo e eu terei que me pronunciar. Eu vou dar a minha opinião como cidadão. Eu não acho que a redução da maioridade penal leve a alguma solução. Não acho. Esse vai ser um fato isolado que não vai ter reflexo nenhum na questão da segurança pública. A segurança pública merece outros enfrentamentos.

E, aqui, existe uma proposta do Senador Aloysio Nunes e a outra, parece-me, que é do Senador José Serra, se não me engano; uma é ampliar o prazo de internação do próprio ECA, e o outro, que é você, nessa matéria da menoridade penal, você flexibilizar que, em determinados delitos, o juiz da causa possa entender que aquele menor pode penalmente responder. Eu acho que essas duas soluções se colocam, para mim, de maneira mais eficaz do que a simples redução da maioridade penal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente, Maranhão.

Dr. Rodrigo Janot, como ficamos um pouco para o final, derradeiro, eu, na verdade, tinha algumas perguntas a fazer a V. Exª, mas os nossos competentes Senadores e Senadoras que me antecederam já as fizeram, portanto, eu já tenho as respostas.

Eu gostaria de me dirigir a V. Exª colocando, primeiramente, que a corrupção em nosso País está institucionalizada e já é sabido por todos nós brasileiros. Essa corrupção, esse dinheiro da corrupção tem matado nosso povo brasileiro. Eu tenho dito que mata mais do que qualquer guerra mundo afora.

No meu Estado, o Tocantins – é um pedido que tenho a fazer a V. Exª –, as nossas crianças, os nossos idosos e mesmo os jovens têm morrido nas filas por falta de uma consulta médica, devido a essa maldita corrupção, que tira o dinheiro da saúde, da educação e da segurança.

Dr. Rodrigo Janot, nos meus discursos aqui nesta Casa e nas minhas entrevistas, dificilmente eu não traçar elogios ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, exatamente por causa dessa danada corrupção. Nós não podemos tirar a autonomia das nossas autoridades. Nós temos que dar autonomia. E aquela PEC nº 37 muito me perturbou, mas, graças a Deus, não vingou.

Agora, Dr. Rodrigo Janot, eu tenho a consciência melhor ainda do que é o Ministério Público Federal. Sou Presidente da CPI do Carf aqui no Senado Federal e tenho trabalhado compartilhando informações com a Operação Zelotes, conduzida pelo competente, íntegro e sábio Dr. Frederico Paiva e sua equipe, juntamente com a Polícia Federal.

Portanto, não vou fazer perguntas. Não quero cometer aqui uma figura de linguagem, um pleonasmo. Eu quero fazer um pedido a V. Exª, Dr. Rodrigo Janot. Acabei de ser informado, agora, pelo meu assessor sobre um fato gravíssimo que ocorreu no meu querido Estado do Tocantins. No final do último mês de junho agora,

três adolescentes estupraram uma menina de sete anos e praticaram atos libidinosos com outra menina de cinco anos em um ônibus escolar no Município de Formoso do Araguaia, região sul do Estado. Somente agora eu fiquei sabendo.

Então, peço a V. Exª, Dr. Janot, que se valha do art. 109, inciso VI, §5º, da nossa Carta Maior, para pedir a federalização desse caso de violência abominável, a fim de que os fatos sejam investigados pela Polícia Federal e processados perante a Justiça Federal, mesmo que se trate, no caso, de crime cometido por menores.

Trata-se, sem dúvida alguma, de gravíssima violação dos direitos humanos, que merece todo o acompanhamento da Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal. Até porque as informações são de que, mesmo depois de iniciada a investigação pelas autoridades locais do meu Estado, os menores continuam a ser transportados no mesmo ônibus escolar, o que coloca em risco outras crianças.

Então, eu não tenho pergunta, eu tenho esse pedido a fazer a V. Exª, que é com base, ratifico, com base no art. 109, inciso VI, §5º, da Carta Maior. V. Exª veja esse caso com carinho.

E aí eu retorno novamente a essa corrupção que cantei aos quatro cantos do nosso País, e lá no nosso Estado não é diferente, lá a nossa saúde, a nossa segurança estão um caos.

Esse é o meu pedido, é a minha intervenção, e desejo a V. Exª que continue, como os Procuradores do Ministério Público, com seus erros e muitos acertos, continue nessa linha, porque o nosso povo brasileiro está sofrendo muito, Dr. Rodrigo Janot, principalmente no Norte do nosso País. Aqui nós temos o Randolfe, que é lá do Acre, Amapá, e outros. O nosso povo está sofrendo muito, está passando fome, está morrendo nos hospitais, e essa corrupção, V. Exª, que está no mais alto cargo do Ministério Público Federal, com o poder até monocraticamente falando de decisão, que V. Exª continue nessa linha em combate a esse câncer, em estado de metástase, que se instalou no nosso País, que é a corrupção.

E, ratificando, veja o nosso pedido desse caso que eu acabei de relatar.

E agradeço a atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Ataídes, quero dizer que concordo com o senhor, a corrupção mata mesmo. E vou pedir que a sua assessoria encaminhe a documentação para algum dos meus colegas, para que a gente possa analisar o que pode ser feito nesse caso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Será encaminhado a V. Exª.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, José Maranhão, pela ordem.

Só para uma breve consideração, até porque eu não faço parte desta Comissão, eu queria pedir aos meus pares que me permitissem. Dr. Janot, eu quero parabenizar a V. Exª.

Eu sou, nesta Casa do Senado Federal, o Senador mais jovem da história do Senado, quero dizer que o Ministério Público cumpre o seu papel, como todas as instituições cumprem o seu papel. Então, nós temos que defender o que está na Constituição, que o Legislativo fez.

Tenho certeza que V. Exª será reconduzido ao cargo, não tenho dúvida disso, desejar-lhe sorte e que os fatos sejam apurados o quanto antes, porque a sociedade brasileira quer, sim, uma resposta.

Então, nós precisamos disso, é o apelo que eu faço, e dizer mais ainda. Vi vários debates sobre a reforma política, uns a favor da reeleição, outros contra. O que eu acho que esta Casa tem que fazer é a união dos Poderes e fazer uma grande reforma política que atenda aos anseios da população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço ao senhor, Sr. Presidente, José Maranhão, por esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Chegou a minha vez.

Sr. Procurador-Geral da República, V. Exª também preside o Conselho Nacional do Ministério Público. Há uma coisa que nos preocupa a todos.

O Ministério Público costuma dar recomendações de procedimentos aos prefeitos e até aos governadores de Estado. Quero pedir a V. Exª que, de alguma forma, regulamentasse isso. Por quê? Porque essas recomendações, muitas vezes, tomam cunho de intimidação, e não têm grau de recurso. O Executivo não consegue recorrer disso. Os procuradores, às vezes, são jovens e, no entusiasmo, no ardor de cumprir a missão, às vezes extrapolam e não conseguem se colocar na situação de um prefeito, de um governador nas condições difíceis que hoje a vida nacional impõe. É uma situação constrangedora que, tenho certeza, o Ministério Público, V. Exª pode aperfeiçoar.

Outra coisa, Sr. Procurador, a natureza, a substância do cargo de V. Exª, a índole, a vocação de um promotor público, os bancos escolares, os livros, as lides, muitas vezes – perdoe-me, a crítica é construtiva – acabam

imprimindo na alma das pessoas a presunção da culpa e não a presunção da inocência. Digo isso porque tenho visto companheiros meus serem supliciados, mas não há grande homem público que não o tenha sido, desde a época dos Andradas que nos deram a independência. D. Pedro II, o mais conspícuo dos brasileiros, morreu longe da Pátria querida, com o coração estraçalhado de saudade, alma ferida, ulcerada de ingratidões. Se eu for por aí, vou passar por Getúlio, vou passar Tancredo, vou passar por Juscelino, vou passar por Washington Luís, vou passar por Otávio Magabeira, e por aí afora, uma constelação de gente.

Então, o líder político, já dizia Adenauer, que o melhor dom que Deus pode dar a eles é conferir-lhes couro de elefante. Quem senta nessa cadeira tem que ter, ou então é melhor desistir. Tenho a certeza de que tem altivez para suportar os suplícios da vida pública. Agora, essa característica da presunção da culpa eu diria por respeito às instituições, porque, amanhã ou depois, poderá ser um Himalaia de frustrações se, depois de levantar todos esses processos, não houver condenação ou se elas forem muito pequenas. O Ministério Público cairá no descrédito.

V. Exª, outro dia, foi sábio, numa entrevista, dizendo que há muitos processos que são uma porcaria. Parece que o sujeito está fazendo apenas por dever de ofício.

Na Operação Lava Jato há uma coisa, especialmente, que me deixou preocupado. Há certas instituições no nosso Brasil que devemos preservar. Essa é uma coisa, Sr. Procurador-Geral, que aprendemos até na família, a imagem da mãe é imaculada, mãe não tem defeito. A igreja é uma instituição que atravessa os séculos, a igreja, digo, de todos os credos, pode ser a Evangélica, a minha, pode ser a Católica do Senador Lobão, a Espírita, os diversos credos, mas a igreja é o lar da nossa alma, ela presta um papel extraordinário. Nós, no Governo, podemos fazer o Minha Casa, Minha Vida com dois milhões de unidades, mas somos incapazes de fazer um lar, um lar.

Um lar depende de valores, de princípios; depende de um pai e mãe capazes de fazer todas as renúncias, todos os sacrifícios em favor de seus filhos, de sua família. A família é outra coisa que nós devemos defender. E está aqui sentado ao meu lado o Senador Magno. E, se tivermos um problema na família, nós não vamos sair espalhando por aí; nós vamos resolver em casa. O pai, a mãe, os filhos e todas as famílias têm problemas. Há certas coisas que nós precisamos velar.

Recentemente, Sr. Procurador-Geral da República... Há um personagem em destaque que é evangélico. E eu não estou aqui para fazer a defesa dele. Ele a fará. Mas há personagens na Lava Jato que são de outras religiões que, felizmente, a imprensa não se despertou para citar, não se despertou para investigar, nem os repórteres fizeram plantão na porta da igreja, não tiraram fotografia, nem disseram o nome dos seus líderes! Felizmente! Felizmente!

Eu queria dizer uma coisa ao Sr. Procurador-Geral da República, à sua alma, ao seu coração de mineiro, às suas tradições. Sr. Procurador, é inverossímil que um pastor recebeu doação, em 2012, de uma empresa que, em 2015, estaria envolvida na Lava Jato. É um pastor, não é um profeta! Ele não é Isaías, Jeremias, Ezequiel, Daniel. Ele recebeu doação de uma empresa que, três anos depois, nós identificamos como cartelista, como empresa que faz sobrepreço e superfaturamento e que merece o repúdio de todos nós. Mas, à época, não. E o dinheiro foi contabilizado. Agora, é inverossímil o senhor imaginar, ou o senhor admitir que um mal-intencionado coloque dinheiro sujo na igreja, para depois receber na sua conta. Igreja não contrata consultoria! Onde é que está a triangulação, Sr. Procurador-Geral da República? Onde está? Como lavar dinheiro através de ofertas, dízimos em uma igreja? E como pode um líder descobrir, três anos depois... Então, nós colocamos em uma situação difícil. Quem? A Igreja Assembleia de Deus. É a minha igreja? Não, senhor. Eu sou da Igreja Universal. Mas a Assembleia de Deus, segundo o Censo 2010, tem dois milhões de brasileiros. São centenas de milhares de igrejas, são dezenas de milhares de pastores, bispos, diáconos, obreiros que se sentem vilipendiados, que se sentem entristecidos, não esperavam que fosse aparecer... Imaginem se eles iriam tomar conhecimento de navios sonda da Coreia superfaturados!

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É uma pena que nós não tenhamos muito tempo.

Eu queria pedir a V. Exª, em nome das mais caras tradições do nosso povo e da nossa terra, porque eu sei que V. Exª não tem o controle total. Há o entusiasmo dos nossos combativos guerreiros! Eles vão para essas acusações com o ímpeto, eu diria, de um bandeirante, com o arrojo de um legionário! Eles vão parecendo um gladiador. E V. Exª, na situação em que está, precisa conter os ímpetos. Mas não desmerece, não diminui o senhor no coração do povo se amanhã fizer um reparo. Um reparo que será, eu diria, um ato solene de revogação das injúrias e calúnias que arrojaram contra a igreja esse dilúvio de ódios e paixões que se tornou a Lava Jato!

Eu acho que a Lava Jato é clinicamente uma questão de sobrepreço e superfaturamento. Portanto, ela é matemática e legislativa. Matemática porque nós precisamos saber exatamente quanto eles roubaram, quan-

to superfaturaram e qual foi o sobrepreço. É questão para engenheiro, contador, é para gente que conhece os números e pode avaliar a época e com os câmbios quanto roubaram. .

É uma questão legislativa, e V. Exª tem prerrogativa de iniciativa legislativa. Eu gostaria de que V. Exª nos ensinasse. Eu gostaria de que V. Exª nos ensinasse, a esta Casa, ao Congresso Nacional, como é que podemos fazer para evitar uma tragédia dessas ocorrer novamente?

Porque os procuradores, certamente, estão conhecendo os melindres, os meandros de todas as companhias. Eu gostaria muito de votar uma lei de iniciativa do Ministério Público para nos redimir dessa tragédia.

Já estou concluindo, Sr. Presidente, V. Exª acha que houve constrangimento da advogada a Drª Catta Preta? Eu fiquei preocupado. Eu achei que ali, vamos dizer assim, terminou num melancólico crepúsculo, como dizia Manoel Bandeira, uma carreira que era radiosa. Eu fiquei triste com aquilo, quando li que ela desistiu, foi até embora do País.

V. Exª conhece bem o processo, eu gostaria de uma palavra.

E, por último, o meu Estado do Rio de Janeiro – foge um pouquinho aqui –, mas nós vivemos hoje uma tragédia, Sr. Procurador, que é a questão do crime de milícia.

Para o senhor ter uma ideia, há condomínios enormes que foram feitos pelo Minha Casa, Minha Vida, em que as pessoas foram expulsas de casa porque os milicianos resolveram tomar conta do condomínio; pessoas que compraram casas por R$50, R$60 mil, deram o Fundo de Garantia, pagaram e hoje não podem morar; já foram à Record, à Globo, já saiu em vários jornais, mas nós não conseguimos.

O crime de milícia é uma coisa impressionante porque, esse, sim, é uma metástase. Ele vem da força policial. E eu acho que chega um momento em que a gente devia começar a discutir aqui se não deveríamos federalizar o crime de milícia. Já mataram uma juíza no meu Estado. E eles são intimidadores! E armados! E são muitos!

Eu queria ouvir de V. Exª se realmente cabe a discussão de federalizar o crime de milícia.

Eu conto com a indulgência, com a boa vontade, com o espírito mineiro de V. Exª para entender das minhas angústias e responder as perguntas.

Muito obrigado, Sr. Procurador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Procurador Rodrigo Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Crivella, a questão das recomendações está sendo objeto de regulamentação, neste momento, no Conselho Nacional do Ministério Público, o regulamento já começou a ser votado, e nós estamos tratando desse assunto e, em breve, teremos uma regulamentação sobre a questão da recomendação.

A questão da atuação da presunção da culpa, isso viola frontalmente todas as garantias constitucionais e isso é inadmissível.

Eu costumo dizer, e fui diretor da nossa escola durante quatro anos, que processos não são números, processos contêm dramas de pessoas. E nós temos que entender que as pessoas estão ali e que são dramas humanos, e assim nós temos que nos comportar perante essas pessoas. Mas viola frontalmente qualquer garantia fundamental da Constituição. E não é admissível que se fale em presunção da culpabilidade.

As investigações realizadas, na questão da Lava Jato, eu posso lhe garantir que não houve investigação de nenhum credo. As investigações são de fatos e fatos tidos como criminosos. Nessas investigações também não se criminalizou igreja alguma, que é a expressão máxima da garantia constitucional da liberdade de expressão. Nasceu, aliás, com o livre exercício das religiões ou o livre exercício da liberdade de expressão. Então, posso lhe garantir que não houve criminalização de nenhuma igreja e que não houve investigação de ninguém pelo credo adotado por ele, por essa pessoa, para um credo, e para outra pessoa, outro credo.

Quanto ao fato específico citado por V. Exª, esse fato já está submetido ao Supremo Tribunal Federal. Eu tenho uma visão diferente. A empresa pode ter sido descoberta em 2015, mas o fato é apurado na época em que é praticado. Por isso, então, foi levado à denúncia, mas está submetido ao Supremo Tribunal Federal, que melhor dirá sobre essa questão.

No que se refere a medidas para auxiliar no combate à corrupção, eu voltaria a dizer que nós fizemos uma campanha, encaminhamos ao Senado e à Câmara dez medidas temáticas, que, na verdade, correspondem a 22 ou a 23 projetos de lei, que, se V. Exª assim entender de abraçar alguma delas, estará contribuindo com as sugestões feitas pelo Ministério Público Federal no combate à corrupção.

A questão da advogada Catta Preta, não posso lhe dizer. Essa é uma questão que ela mesma tem que responder.

Sobre a questão das milícias, eu gostaria depois, se for o caso, de nós conversarmos, porque queria entender um pouco mais para, enfim, me pronunciar sobre se a federalização auxiliaria ou não na elucidação desses fatos. Então, gostaria de ouvi-lo numa outra oportunidade, para que eu possa formar meu convencimento e aí, sim, expressar minha opinião sincera e minha opinião consequente sobre a questão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, desculpa. É só para...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É só para agradecer ao Procurador e dizer a ele que nós temos opiniões divergentes, mas pode ser que algum personagem queira fazer algum agrado a uma igreja ou outra e conseguir uma doação, mas o pastor jamais aceitaria e não teria como recusar e não teria também condições alguma de prever. Eu creio que o Supremo há de ver isso.

Mas quero dizer a V. Exª que o Brasil se orgulha. Aliás, o Estado de Minas se engrandece com V. Exª. Eu já votei, e votei favoravelmente. Peço a Deus que o ilumine, que lhe dê forças e que possamos esclarecer isso tudo e que nós todos tenhamos esse princípio de preservar. Há certas coisas que a gente só devia, realmente, declarar no último momento. Por quê? Porque são coisas que temos que preservar. Há coisas que não podemos, porque causa, realmente, um drama no coração e na alma das pessoas.

Mas, muito obrigado, Sr. Procurador. Muito agradecido pela sua generosidade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria só fazer um registro aqui. Muitos Senadores passaram o dia inteiro aqui esperando este momento e agora retiraram a transmissão da sabatina, o povo brasileiro inteiro querendo assistir a esta sabatina. O plenário está vazio e tiram a TV Senado, para mostrar o plenário vazio. Então, eu acho que é um desserviço à população brasileira. Eu queria fazer esse registro e esse protesto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, o senhor prestou atenção ao registro que foi feito aqui pelo nobre Senador José Medeiros de que o plenário está vazio e a TV Senado tirou esta reunião, tão importante, que estava ao vivo, para mostrar um plenário vazio. O pedido dos nobres Senadores, inclusive eu, o menor de todos eles, é que V. Exª requeira que esta reunião tão importante, presidida por um paraibano tão ilustre, volte a ser ao vivo, para que a sociedade brasileira, que estava acompanhando a reunião, possa continuar acompanhando.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Isso é preconceito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senado está em reunião, embora não haja número, e o Senado tem preferência para utilização dos serviços de transmissão da televisão. Eu não sou o Presidente, não posso revogar uma atitude sua, mas V. Exª está com a palavra e nós estamos atentos aqui às suas palavras.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Mas como pedir não ofende, V. Exª pode pedir?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Acabei de pedir a ele. Eu falei com ele agora pelo telefone.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pedir não ofende.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – É claro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Vai que eles atendam...

Sr. Presidente, eu gostaria que meus dois minutos voltassem, porque eu estava fazendo uma solicitação em nome de todos. Não sei se fizeram isso de estratégia para tirar meu tempo, mas, V. Exª, por favor, isonomicamente, dê-me meu tempo.

Dr. Janot, quero cumprimentá-lo. V. Exª sabe o respeito que lhe tenho, a Nação sabe do meu posicionamento com relação a V. Exª, à sua sabatina e, a despeito de qualquer outro advento que já tenha ocorrido com uma ação do Ministério Público Federal deste País, a Procuradoria Geral da República, o advento deste momento, ou seja, a Operação Lava Jato, V. Exª tem sido alvo dos olhos de uma Nação que torce e quer ver a Nação passada a limpo.

Neste momento, não conta, "Porque quando meu Partido foi, foi desse jeito; outro está no poder, agora é desse jeito. Não, mas esse aprendeu a fazer com o outro." Não conta nada disso. Nós estamos vivendo um processo depurativo absolutamente fedorento, porque tumor, quando vem a furo, o pus fede, mas só cura se tirar o carnegão. E o tumor da Nação brasileira veio a furo e é muito pus todo dia. O Ministério Público Federal, juntamente com a Polícia Federal... E até fico algumas vezes meditando quando vejo o Governo dizer que é neste Governo que o Ministério Público apurou mais, que a Polícia Federal... Como se o Ministério Público fosse mandado pelo Governo, que recebeu uma ordem para apurar e também a Polícia Federal.

O Ministério Público é uma das instituições patrimônio deste País que, de vez em quando, tem sido arranhado, não pelos sacerdotes da Justiça, mas pelos "concurseiros", que já fizeram dez ou quinze concursos, não passaram, passaram no do Ministério Público, depois viram o cavalo do cão. Aí, vira promotor, vai para o interior, faz gente de bem virar bandido, o sujeito é gente de bem e vira prefeito, no quarto ano já é bandido, porque o promotor é que manda, ele é que confisca... Eu acho que nessa instituição valorosa é preciso tomar providência no sentido de colocar freio nessas questões para não arranhar a instituição.

Mas nessa questão digo a V. Exª, neste momento em que a delação premiada tem trazido à tona fatos que nós desconhecemos... E eu conheço muito bem isso, porque, na CPI do Narcotráfico, caminhou este País comigo um motorista, maranhense, chamado Jorge Meres, a quem demos proteção como testemunha, demos a ele essa proteção, e, por conta das delações, que desbaratamos de Hildebrando Pascoal a Coronel Viriato, ao Deputado Caíca, ao Deputado José Gerardo do Maranhão e uma série de criminosos que foram desvendados, presos, continuam presos a partir das delações de Jorge Meres na CPI do Narcotráfico.

Pois bem, a delação premiada – eu ouvi V. Exª falando, estava na televisão ouvindo – é muito importante à medida que o indivíduo tem alguma coisa para dar. É por isso que Marcos Valério se lascou, porque podia ter delatado no começo, não quis, achando que iria ter proteção, todo mundo já cumpriu pena e ele continua preso, porque não existe delação depois da condenação. Correto? Depois da condenação, pode pedir que não há. Já existe? Mudou? Mas não existia. Condenado, não há mais delação. A partir desse momento, exatamente, o sujeito não pode dar uma delação daquilo que já falaram. Ou aquilo que ele quer falar acrescenta à investigação ou ele não terá. Uma outra coisa é a falsa comunicação de crime, como V. Exª falou. O que ele disser tem que bater vírgula por vírgula, porque, se não bater, recai contra ele, porque é uma falsa comunicação de crime.

Até aí penso que é o instrumento necessário. E aí V. Exª começa a ser atacado por alguns. Eu penso que, numa delação premiada, quando o indivíduo é atacado, quem não deve tem que der a indignação do justo. Qual é o homem público que nunca foi atacado? Eu já fui atacado de forma vil pelos Vedoin, pelo pai, pelo filho – dois canalhas, dois pústulas –, a partir do advento da prisão do Comendador Arcanjo, de Mato Grosso, que, junto com o Procurador Pedro Taques, ex-Senador e hoje Governador, os colocamos na cadeia e eles resolveram direcionar um ataque a mim em represália, por conta da prisão de Arcanjo. Eu ia para a tribuna do Senado e dizia: "O Deus me tira ou me mata. Esses pústulas, canalhas, nojentos, resto de gente, se provarem contra mim, renuncio meu mandato".

Agora, o sujeito em vez de atacar quem fez a delação, porque V. Exª não está envolvido na Lava Jato. V. Exª não foi preso, não pediu delação. V. Exª não delatou ninguém. O cara tem que fazer discurso é atacando quem delatou ele, e não V. Exª. É o ladrão que é preso em flagrante e depois quer condenar o policial.

Então, penso que há uma inversão em tudo isso, porque eu acredito na indignação do justo. E acho que esse instrumento é um instrumento de valor de fato, a delação premiada. Precisa de alguns aprimoramentos? Precisa. Agora, o que quero entender, Dr. Janot, é o que é lavagem de dinheiro. Porque lavagem de dinheiro é um bumerangue. E acho que aí precisa ter cuidados para não atacar honra de pessoas e não ter como voltar. Porque, na lavagem de dinheiro, você detecta o seu alvo, quem está sendo investigado, onde o dinheiro foi depositado; você tem que seguir o fluxo do dinheiro, seguir na investigação, achar a saída do dinheiro, para onde ele foi e como veio parar na mão do seu investigado. Porque, se ele não tem o efeito bumerangue, ele não veio e você não achou na mão do seu investigado, ninguém pode ir para o presídio condenado por um homicídio que não tem nem o corpo e nem a arma.

Então, eu pergunto: qual é o critério para dizer que alguém lavou dinheiro?

Porque o cara fala assim: "Não, porque fulano recebeu dois milhões, três milhões, cinco milhões". E encontrou na contabilidade do cara que passou 15 mil reais para não sei quem e tal. Um cara que se suja por 15 mil reais é um descarado. Recebeu tantos milhões... Veja esse caso: uma igreja recebe duas de 125, 250 mil reais. O sujeito usar uma igreja que tem 12 milhões de membros no Brasil para lavar 250 mil reais! A gente tem que raciocinar um pouco. Lavar 250 mil reais!

Então, tem que seguir o fluxo, seguir o fluxo nessa investigação. Tem a saída do dinheiro? Tem o retorno do dinheiro? Ele voltou, em efeito bumerangue, para quem era destinatário? Aí caracteriza. Porque, embora não conhecendo o Direito, não sou jurista, eu tinha vontade de ser advogado, fiz vestibular três vezes e não passei, doutor, eu não sou besta.

Então, veja: e aí eu pergunto o que é, qual é o critério para entender lavagem de dinheiro – qual é o critério para entender lavagem de dinheiro? É uma pergunta que faço.

A segunda é com relação à legalização do pequeno porte de maconha. Não vou fazer comentário do que V. Exª falou, porque V. Exª foi perfeito.

Porte de droga pode ser porte de cocaína, pode ser porte de ecstasy, pode ser porte de qualquer desgraça, e aí, nesse efeito formiguinha que V. Exª falou, vai virar igual a sacoleira. O cara não precisa mais fazer grandes plantações nem comprar tonelada no Paraguai, nem no polígono. Nesse efeito formiguinha, ele vai ter muita droga para vender. Mas eu pergunto... Não adianta falar de presídio cheio, porque o ordenamento jurídico do Brasil... Aliás, o Código Penal Brasileiro diz que quem compra carro roubado é receptor, é criminoso também, no Código Penal – não é, doutor? Mas o cara, o receptor comprou o carro roubado de quem? Do ladrão de carro, ele é receptor. Agora, o cara que compra pequena quantidade na mão do traficante não é criminoso? Ele não comprou nem no shopping, nem na minha casa; ele não comprou na lanchonete; ele comprou

na mão do contraventor. Quer dizer, nós temos que dizer daqui para frente o seguinte: quem compra carro roubado não é criminoso.

Quanto a pequenas quantidades de droga, nós vamos liberar isso? E aí eu pergunto: o senhor teria coragem de colocar um maconheiro para ser chefe de gabinete do senhor? Será que os Ministros do Supremo contratariam um estagiário para dar parecer de processo, sabendo que o cara é um compulsivo fumador de maconha, que vive com o bolso cheio? Se eles disserem: "Contrato!" É hora, então, de legalizar esse negócio.

O senhor contrataria um motorista maconheiro, que fuma maconha dentro do carro, levando o senhor? "Contrato!" Então, vamos legalizar esse negócio. Essa é a hora certa, mas se não tem coragem de contratar...

O senhor acha que alguém de sã consciência neste País contrataria um maconheiro contumaz para ser contador da empresa dele, se ele souber? Contrataria uma babá para tomar conta do filhinho dele, sabendo que ela tem pequenas quantidades, autorizadas pelo Supremo, para ela andar no bolso e fumar perto do seu bebê? Ninguém contrataria.

E, se essa autorização sair do Supremo, eles vão entrar na Justiça, dizendo que estão sendo discriminados, porque a lei falou que eles podem fumar maconha onde quiserem e têm que entrar no emprego fumando maconha. É outra celeuma que vamos arrumar.

Então, estou dizendo isso, porque sei que o Supremo todo está assistindo a V. Exª, está todo mundo assistindo a V. Exª – estou entrando no tempo da resposta dele, viu, Presidente? –, e é importante saberem o que nós pensamos.

Dr. Janot, há 35 anos que eu tiro drogados da rua. A posição de V. Exª é verdadeira, a posição de V. Exª, com relação à família, com relação à escola, com relação à nova geração, ao legado que vamos deixar nessa questão. Para tanto, eu peço a V. Exª que insista com os Ministros, de maneira que possamos não aprovar essa história, para não criarmos um problema neste País, porque essa matéria para esta Casa aqui, é como V. Exª disse.

Encerro a minha fala, perguntando a V. Exª sobre duas questões: primeiro, redução da maioridade penal. Eu imagino, nesses 35 anos de vida tirando drogados da rua – e há gente de todas as idades –, reduzirmos por reduzir, num país de fronteiras abertas, que precisava de um Ministério de Segurança Pública, com orçamento carimbado, de igual modo na educação, se reduzirmos por reduzir, não vamos reduzir a violência, porque, do grande bolo da violência no Brasil, a redução faz parte. Isso, porque este é um país em que o homem travestido de criança estupra, mata, sequestra, e tem que levar uma tarja no olho, porque ele é criança, com 17 anos, matando e estuprando.

Eu digo o seguinte, doutor, nós temos dois elencos de crime: o crime hediondo e o crime não hediondo. Você separa o crime que não é hediondo do crime que é hediondo, e você não precisa levar para aquilo que os defensores dos direitos humanos, que defendem direitos humanos nessa questão, como se os humanos não tivessem direito. Eles acham que a penitenciária vai fazer do marginal uma pessoa pior. Não vai! Ele piora é na escola técnica.

A escola técnica é a Fundação Casa, que, no meu Estado e no do Senador Ricardo Ferraço, chama-se Iase – Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Ali, sim, é escola do crime. Um menino que rouba um relógio vai para dentro dessa escola do crime junto com outro que já estuprou e é incendiador de ônibus. E esse que roubou o relógio fica igual ao outro para não morrer dentro do sistema. Separe esses dois meninos, separe o que cometeu o crime hediondo do que não o cometeu! E acabe com esse meio, acabe com essa escola técnica!

E isso deve ser projeto de Governo, e não reduzirmos por reduzir. A partir desse momento, criam-se centros de ressocialização, para a formação de campeões em esporte de alto rendimento para este País. Você tira o cachimbo de *crack* da mão, toma a escopeta da mão, ele cumpre pena dele, e você devolve um atleta para o Brasil, e não é para fazer esse menino morrer no sistema, esse menino ser marginalizado e jogado num calabouço.

Então, essa é uma proposta para salvar a vida cristã e inclusiva. E eu pergunto ao senhor: o senhor é contra por ser contra, ou o senhor acha que temos que buscar meio, no sentido de não tão somente responder à sociedade, mas evitar essa mortandade que ocorre nas ruas, todos os dias, e, de certa forma, responder também com um projeto verdadeiro para a sociedade brasileira?

Eu gostaria que V. Exª respondesse essas duas perguntas, a consideração que eu fiz com relação... E eu parabenizo V. Exª pela sua posição com relação à questão das drogas e à questão do aborto.

A minha pergunta a V. Exª, eu que sou Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família do Congresso Nacional, Senador Biu, eu estou dentro do meu tempo. Eu estou comendo o tempo dele agora. Daqui

a pouco, quando o nosso tempo se encerrar, V. Exª terá a palavra. Esse Senador de Alagoas aqui fica me dando... *(Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno.),* batendo aqui no relógio. Você vai quebrar o relógio.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não se pode mais retirar a palavra de V. Exª. O orador já concedeu a palavra.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Muito obrigado.

Senador Magno Malta, a definição do crime de lavagem de dinheiro é uma definição técnica. Basicamente é você trazer dinheiro, aurido ilicitamente, para uma circulação lícita.

Quanto ao caso específico, eu já disse ao Senador Crivella, ele está submetido ao Supremo e ao foro próprio que vai analisar essa questão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Mas eu só queria saber de V. Exª.

Quando você investiga que alguém lavou, ele lavou para voltar limpo para a mão dele. O dinheiro vai sujo e vem limpo para a mão dele. O fluxo não tem que ser acompanhado no efeito bumerangue para chegar até o seu investigado?

Essa é a minha pergunta.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador, a questão está submetida ao Judiciário. Então vamos deixar que o Judiciário...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não quero forçar a barra. Só quero que o senhor fale até onde o senhor pode falar. Fora disso não tem...

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – A definição da lavagem de dinheiro é uma definição legal, é um crime definido legalmente e, em tese, é isto: o dinheiro ilícito que passa a ser lícito.

A questão específica está submetida ao Judiciário. É o meio próprio que vai apreciar isso.

A legalização do pequeno porte, a minha posição já é conhecida. Fiz sustentação no Supremo Tribunal Federal.

A redução da maioridade penal. Eu não me manifesto aqui sobre a questão constitucional, porque isso deve chegar ao Supremo Tribunal Federal. Então não me manifesto sobre um assunto que eu terei que funcionalmente oficiar perante o Supremo Tribunal Federal, mas eu devo dizer ao senhor que sou contra, sim, a redução da maioridade penal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Reduzir por reduzir.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É. Reduzir por reduzir não leva a coisa alguma, não é?

E a questão do aborto, eu acho que a questão do aborto tem que ser tratada aqui, no Congresso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Correto, correto.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Nós temos hoje três hipóteses: a anencefalia, o aborto por estupro e o aborto terapêutico. E o Congresso é quem tem que deliberar. Esta é a Casa de se deliberar qual é a extensão do aborto ou não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu tenho quanto... O meu tempo se encerrou, Sr. Presidente? Não, não, estou perguntando... Sr. Presidente, eu tenho um minuto?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª, na realidade, se somar o tempo que usou já ultrapassa duas vezes o tempo concedido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É mesmo? Mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas esta Presidência é democrata, é tolerante...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Benevolente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...contanto que V. Exª assuma o compromisso de abreviar a sua colocação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É porque a mídia publicou, e deu em alguns *blogs,* com muita euforia, que o Dr. Janot havia dito que... O Procurador-Geral atendendo a uma provocação do Supremo de que o crime de homofobia teria que ser tratado como o crime de racismo é tratado no Brasil. E aí eu estive com o Dr. Janot.

Nós não temos esse tipo penal no Código Penal. O que é homofobia? Quem pode definir o que é isso?

Até hoje o que se sabe é que homofobia é quem quer matar, quer destruir, quer jogar a pessoa na vala. E isso não existe.

Eu estive com o Dr. Janot, e a palavra que o senhor me disse aquele dia: o Texto Constitucional diz que é crime discriminar cor, raça, sexo e etnia. É crime discriminar cor, raça, sexo e etnia. Está na Constituição Federal. E V. Exª me disse, naquela ocasião, que V. Exª passou a interpretação do Texto Constitucional, que é aquilo que está escrito lá.

Eu pergunto a V. Exª: é essa a convicção de V. Exª?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sim, discriminação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu agradeço muito, porque glamorizaram que o Procurador-Geral da República havia afirmado que agora essa discriminação se tornava crime de homofobia.

Esse termo que vulgarizaram tanto, nós não temos esse tipo penal no Código Penal Brasileiro.

Dr. Janot, muito obrigado, felicidades. Eu já votei. E votei no senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, questão de ordem: estou inscrito aí.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Há outros Senadores inscritos aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente; Sr. Relator, Ricardo Ferraço; Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot; Senadores, Senadoras, acompanhei de perto os pronunciamentos que foram aqui realizados, primeiro do meu apartamento, onde estou me recuperando – por recomendação médica, tive de ficar no apartamento a manhã inteira, mas fiquei direto na televisão, acompanhando com interesse o desenrolar dos debates que aqui foram travados,

Então, nesses dois períodos, no apartamento e aqui, notei que vários Senadores referiram-se ao instituto da federalização dos crimes contra os direitos humanos, mecanismo introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que permite o deslocamento de competência da Justiça comum para o âmbito da Justiça Federal de crimes considerados graves do ponto de vista dos direitos humanos. É o chamado incidente de deslocamento de competência previsto no art. 109, §5º, da Constituição Federal.

Nós temos observado, Sr. Procurador, que os grupos de extermínio estão-se multiplicando no Brasil, notadamente nos últimos tempos, nos últimos meses. Ocorreram, por exemplo, crimes como o do Bairro Cabula, na Bahia, onde foram assassinadas 12 pessoas; em Manaus, 37 pessoas; em Barueri e Osasco, no Estado de São Paulo, 18 pessoas foram trucidadas em poucas horas, menos de três horas. São os chamados crimes cometidos por justiceiros, pessoas que, por um motivo qualquer, até por vingança, unem-se para cometer atrocidades, e, infelizmente, correm notícias, na mídia, de que esses grupos de extermínio que se organizam vez por outra nascem no âmbito da polícia. Ora, se a polícia é o órgão instituído para dar segurança ao cidadão, podemos imaginar o quanto pais de família, mães de família estão sofrendo emocionalmente com mortes tão violentas que, por suspeição, ocorreram por conduta da polícia.

Eu gostaria de saber de V. Exª – já que é atribuição do Ministério Público, segundo a nossa Constituição, fazer esse deslocamento – quantas ações já foram propostas, desde 2004, visando a coibir ações de grupos organizados, notadamente feitos no âmbito da polícia, para destruição de vidas humanas.

É importante que saibamos da atuação do Ministério Público nesse setor, já que, no campo do combate à corrupção, da lavagem do dinheiro e da formação de quadrilha, o Ministério Público tem atuado de forma exemplar, merecendo os encômios e o reconhecimento da sociedade brasileira.

Sr. Relator, não por desconfiança, mas porque a própria Constituinte já vislumbrava uma maior participação da sociedade civil, não só do Ministério Público, nesses crimes, é que nós apresentamos uma PEC, uma proposta de emenda constitucional, estendendo esse deslocamento da ação federal a pedido não só do Ministério Público, mas também de outras entidades, como por exemplo a OAB e outros tantos órgãos da sociedade civil, que poderiam tomar a mesma iniciativa do Ministério Público Federal nesse campo de combate aos crimes contra os direitos humanos.

Que acha V. Exª dessa proposta? Não quero aqui elogio. Gostaria apenas de saber se V. Exª se conformaria, lógico, com essa amplitude, com essa ampliação do incidente de deslocamento de competência.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 402, de autoria de dois Senadores do Paraná, Roberto Requião e Alvaro Dias, e de um Senador de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira. Esse projeto, numa apertada síntese, busca tornar regra a prisão, após acórdão do tribunal de segunda instância, da pessoa que for condenada por crimes graves, como crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura, terrorismo, corrupção, peculato, lavagem de dinheiro ou participação em organização criminosa.

Eu tenho a dizer que há um primoroso parecer, realizado de forma inteligente e competente pelo Senador Ricardo Ferraço, que já foi lido nesta Comissão. Democraticamente, falando com ele, eu propus um pedido de vista e fazermos aqui uma audiência pública, com a participação de juristas, a fim de discutirmos esse assunto inovador, que é nada mais, nada menos do que a prisão, antes do trânsito em julgado, da decisão condenatória. Ela continuaria sendo denominada de prisão preventiva, mas não resta claro se seguirá regras próprias ou os mesmos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Então, o projeto tem um propósito louvável: dar celeridade aos processos criminais relacionados com os crimes a que me referi, mas, devido à importância dessa matéria, convidaremos aqui, através de um reque-

rimento, várias autoridades, inclusive o próprio Ministério Público Federal. E para nós seria uma honra a sua participação, e tenho certeza de que o Senado Federal lhe fará justiça, diante do trabalho exitoso que fez à frente do Ministério Público durante esses dois anos.

Quero dizer que V. Exª merece o nosso respeito, merece a nossa admiração pela sua coragem cívica, pelo seu equilíbrio e devotamento à função tão importante que lhe é delegada pela Constituição Federal.

Meus parabéns pela palestra e pela forma correta, cordial e cavalheiresca com que respondeu todas as perguntas das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores nesta Comissão. Esta, sem dúvida alguma, é uma reunião histórica de que V. Exª está participando com todos nós.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, dê a palavra ao Sr. Procurador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Procurador Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Antonio Carlos Valadares, foram cinco os IDCs (Incidente de Deslocamento de Competência) ajuizados, cinco. O primeiro foi emblemático, o assassinato daquela missionária Dorothy Stang, que foi brutalmente assassinada, crime de violação de direitos humanos. Essa federalização foi negada. Então, esse é um instrumento que nós precisamos cuidado para não banalizar; precisamos fortalecê-lo, pois é de extrema importância para a Justiça brasileira. A União responde perante as cortes internacionais sobre violação de direitos humanos e, na maioria das vezes, quem julga é a Justiça estadual e o Ministério Público estadual.

Nós tivemos agora, no que se refere à violência policial, dois grupos de extermínio, aliás, com participação de bando, dois em que tivemos sucesso. Foi um de Pernambuco, em que houve o assassinato de um promotor, e o IDC que se refere a Goiás, em que algumas investigações de Goiás vieram à esfera federal.

Então, foram cinco IDCs, sendo que, nos dois últimos, nós tivemos sucesso: o IDC 3 e o IDC 5, exatamente nessa área de bando, enfim, de crime, cinco.

No que se refere ao projeto de lei, com o maior prazer, o Ministério Público quer contribuir para essa tormentosa questão. Esse sistema infindável de recursos não pode continuar, senão há uma impunidade em que as decisões judiciais não são levadas a cabo. Dei um exemplo há pouco de recursos que vejo no Supremo: embargos de declaração de embargos de declaração de embargos de declaração de embargos infringentes de agravo de instrumento de agravo regimental. É uma loucura o sistema; é uma indústria de recursos, com certeza. Temos, sim, de organizar esse sistema recursal, lembrando que o Supremo agora já está permeável, pelo menos nas conversas que fazemos com os ministros, para rever a posição da presunção de inocência só com o trânsito em julgado definitivo da decisão. O Supremo hoje me parece permeável a esse tipo de discussão, o que seria muito bom para o efeito da aplicação da lei penal. Mas, com muito prazer, o Ministério Público estará presente à audiência pública, sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas me permita, Sr. Presidente, Dr. Rodrigo Janot, para informar ao Senador Antonio Carlos Valadares que, dessa audiência pública, também estará participando o Dr. Sérgio Moro, que fez contato conosco, com o Senador Roberto Requião, disponibilizando-se a trazer a sua visão e as suas impressões acerca do acerto desse projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou suspender a reunião por cinco minutos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... agradecer ao nobre Procurador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...para atender a uma necessidade básica do Procurador Janot.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... a atenção que teve...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A reunião está suspensa por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora, desculpe-me. Estou na tréplica. Somente para agradecer ao nobre Procurador e dizer que estaremos aqui no debate...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª poderá agradecer quando o Procurador voltar, e a reunião for...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... que será formulado, sem dúvida alguma.

Mas já... Não precisa voltar não. Já está agradecido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas a reunião já foi suspensa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado.

(Continua suspensa a reunião.)

(Suspensa às 19 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está reaberta a reunião.

Tem a palavra o Dr. Janot.

Tem alguma explicação a acrescentar?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Não, só agradecer as referências elogiosas do Senador Valadares.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Maranhão, pela ordem. Apenas para fazer um apelo a V. Exª, se houver anuência aqui dos nossos pares.

Eu já estou com o relatório aqui pronto e, assim que terminar a reunião,se houver anuência, a gente faria a leitura do relatório que trata da indicação do Dr. Marcelo Navarro para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vamos fazer uma vigília cívica aqui hoje. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu tenho quase certeza de que todos os pares estão de acordo; fazer uma leitura muito sucinta do relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Ler a conclusão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois bem, Sr.Presidente. Tentarei não gastar o tempo que me é permitido, porque, antes de mais nada, quero parabenizar V. Exª pela condução desta sabatina. Sob a sua presidência, temos batido recordes em sabatinas. Então, eu acho que o cansaço consome cada um de nós, especialmente os senhores que estão aí à mesa, porque eu já entrei, já saí, já entrei, já saí, já fui a alguns ministérios, já voltei, e os senhores estão aí permanentemente.

Parabéns, Presidente, pela condução, pela forma democrática como o senhor vem conduzindo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Estamos quase próximos do recorde de sabatinas, que foi de 12 horas e 40 minutos, a sabatina do Ministro Fachin, mas eu acho que esse recorde o senhor não vai bater, não, Dr. Janot. Está muito próximo.

Mas, Procurador, Dr. Rodrigo Janot, entenda que, embora o cansaço tome conta especialmente de vocês, isso é extremamente salutar, e não só para a Casa, não só para nós, Parlamentares, não só para o Ministério Público, mas, sobretudo, para o povo brasileiro. Isso é engrandecedor, isso mostra que o País está tomando outro rumo diante da crise, ou melhor, das crises que estamos vivendo. O País não vive apenas uma crise econômica, não vive apenas uma crise fiscal. Na minha opinião, é pior do que tudo isso: é uma crise ética, é uma crise moral, sobretudo no zelo, no cuidado, na condução, na responsabilidade da coisa pública.

E o senhor sabe do carinho e do respeito que nós temos pela instituição Ministério Público. Muito se deve, nos últimos anos, quanto à evolução democrática deste País, à instituição Ministério Público. É verdade que ela não está perfeita, não está acabada, mas sei que muitos de vocês, batalhadores, determinados, sonhadores, esperançosos, procuram, no dia a dia do cumprimento da missão, tornar isso perfeito. Então, nós, brasileiros, devemos muito à instituição, e as correções, com certeza, virão com todo esse aprendizado.

O provo brasileiro está sofrendo – está sofrendo muito! –, mas haveremos de sair dessas crises muito mais fortalecidos, tendo aprendido muito com tudo isso, sabendo que o voto é um instrumento de justiça e de transformação social. Este País tem jeito, e o jeito quem dá somos nós, com as nossas escolhas, sobretudo por meio daqueles que são responsáveis por conduzir este País. Como vivemos numa democracia, a responsabilidade sobre cada um de nós realmente encontra-se na nossa escolha.

Procurarei ser breve nas minhas perguntas, que serão apenas duas, e uma delas praticamente o senhor já respondeu, mas queria apenas algum detalhamento. Diante de tudo isso, diante de toda essa luta que o MP tem tido, no dia a dia, os instrumentos investigatórios e processuais atualmente existentes de maneira suficiente à eficácia na atuação do MP?

O senhor já falou aqui que, passados alguns dias próximos, vai nos dar sugestões. O senhor pode, de alguma maneira, adiantar algumas dessas sugestões, para que possamos realmente dar mais instrumentos; para que não só o Ministério Público, mas todas as instituições que cuidam, que são responsáveis pelo zelo, pela condução, pela proteção da coisa pública realmente funcionem melhor?

Essa é a minha primeira pergunta, e o senhor já a respondeu, dizendo que nos apresentará algumas sugestões. Só estou apenas cutucando e perguntando: o senhor já pode adiantar alguma coisa nesse sentido?

A outra pergunta, para ser breve, Procurador: alguns Estados vivem não apenas uma crise econômica, não apenas uma crise fiscal. Alguns Estados, como o meu e o do Senador Lasier Martins, vivem duas crises, a

crise federal e a crise estadual. Isso porque esses Estados estão quebrados, estão falidos, e tudo isso ocorre, muitas e muitas vezes, pela falta de cuidado, de zelo, mais uma vez, e de responsabilidade com a coisa pública.

Então, pergunto: alguns desses Estados têm buscado, de forma muito fácil, instrumentos, como os depósitos judiciais. E não apenas os depósitos, como o que foi aprovado aqui, recentemente, através da Lei Complementar nº 151, em que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são parte; pior do que isso, muito pior do que isso, o depósito judicial feito por qualquer cidadão, pobre ou rico – para que tenha o seu direito julgado, garantido, ele tem que depositar ali. E os Estados, num afã, numa forma muito fácil de resolver sua questão econômica, têm ido buscar do cidadão esse dinheiro, e sabe-se lá como vão pagar.

Entendo que o Poder Judiciário é o fiel cuidador desses depósitos judiciais. Como o senhor entende essa questão? Não se trata apenas daquelas em que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sejam parte, não. É pior do que isso, é muito mais amplo: com qualquer cidadão, mesmo o que tem ali o seu pouco recurso, tem o seu dinheiro depositado, confia na Justiça e espera que, ao ser julgado o seu direito, seja dado a ele o seu direito,e ele possa reaver aquele recurso que confiou à Justiça.

Os Estados têm ido buscar isso de forma muito fácil, para sair dessa crise econômica. Um deles é o meu Estado de Sergipe.

Embora contra a vontade do Poder Judiciário local, contra a vontade dos magistrados, realmente o Executivo tem ido buscar isso para contemplar ou para satisfazer os buracos financeiros e fiscais e cobri-los só por alguns dias.

Então, eu pergunto: se essa moda pegar, se essa moda se espalhar, isso não é preocupante para todos nós, para a nossa Justiça? O Ministério Público não tem que ter uma participação, uma opinião, uma defesa dessas questões? É porque é uma defesa coletiva.

Encerro aqui. Mais uma vez, rogo que o senhor mantenha aquilo que eu disse ao senhor dois anos atrás. O senhor tem, entre tantos outros desafios, um que é muito simples, que é o desafio do diálogo; é o desafio de conversar com as instituições, seja lá com quem for se as mazelas existem. Mas não se pode nunca abrir mão do diálogo com esta Casa, com outras instituições, para que, um dia, aquele princípio que está lá na nossa Constituição, que eu aprendi com os senhores, que é o princípio maior da nossa Constituição, o princípio da dignidade da pessoa humana seja verdadeiramente concretizado e chegue a todos os nossos lares, sobretudo aos daqueles mais necessitados do nosso País, os mais frágeis.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem a palavra o Procurador Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Eduardo Amorim, eu devo dizer que nós estamos a postos na bancada, mas que, por outro lado, o nível de adrenalina aqui é muito maior do que o dos senhores.

Então, a gente nem vê o tempo passar. Depois que a adrenalina abaixar é que a gente vai...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu percebi isso, Dr. Janot, pelo semblante. Como médico, dá para perceber.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – No que se refere às medidas legislativas para aprimorar o combate à corrupção, o que eu disse é que já existem aqui no Congresso dez medidas propostas pelo Ministério Público Federal que são tópicas, por assunto, e na verdade se desdobram em 22 ou 23 projetos de lei, todos voltados para a melhoria da investigação nos casos de corrupção.

Lembraria também algumas iniciativas em curso na Casa, quer dizer, tornar a perícia policial independente, a questão do ciclo completo da polícia... Então, já existem aqui também algumas iniciativas que podem contribuir para o aperfeiçoamento das investigações.

E, no que se refere à possibilidade do alcance dos Estados nos depósitos judiciais privados, não os públicos, eu devo dizer ao senhor que já ajuizei ação direta de inconstitucionalidade de legislação do Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba e Minas Gerais, todas com pedido de cautelar. Eu não sei se Sergipe já tem o projeto de lei ou a lei em curso...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Já foi aprovado.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Eu pediria que o senhor nos encaminhasse e que, em seguida, ajuizasse também..

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Infelizmente foi aprovado.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É, se o senhor puder me encaminhar a lei aprovada, eu já ajuízo a ADI, como fiz com Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba e Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, para economizar tempo, porque o cansaço, como eu disse, já bate e a hipoglicemia, também, nada a questionar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª pela compreensão.

Tem a palavra o Senador José Medeiros, previamente inscrito.

Está ali.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Sr. Procurador, com o advento da Constituição Cidadã, foram criados diversos direitos. Entretanto, a produção de riquezas no País não tem sido suficiente para fazer frente a tantas demandas que se apresentam. Na saúde, por exemplo, já existem filas de liminares.

Como V. Exª avalia essa situação e qual é a posição do Ministério Público, que tem dentre as suas atribuições a fiscalização do cumprimento da lei?

Pergunto isso porque hoje, Sr. Procurador, é difícil até encontrar pessoas que se disponham a enfrentar a nomeação para o cargo de secretário de saúde nos Municípios, porque já se consideram presos em potencial.

A segunda pergunta: ontem, o Senado aprovou um projeto substitutivo, sobre o qual, segundo informações, foi feito um acordo entre o Planalto e V. Exª. É um projeto nos moldes do PLC 28, em que está rodando na Casa outro projeto substitutivo, porque teria havido um acordo entre o Planalto e o Judiciário. Da mesma forma, teria havido um acordo entre o Planalto e a Procuradoria Geral da República para substituir o PLC 41, que era de aumento dos servidores públicos.

Eu queria que V. Exª falasse um pouco sobre como foi feito esse acordo, porque, como são muito similares, e deu muito o que falar o acordo que supostamente teria sido feito entre a Presidente da República e o Ministro Lewandowski em Lisboa, eu queria que V. Exª falasse sobre como se deu esse acordo, já que boa parte dos servidores que aqui aportaram disseram que não concordavam com o projeto substitutivo apresentado, pois teria sido feito um acordo de patrão para patrão, e não entre servidores e patrão.

Outro assunto, Excelência, diz respeito a um fato que aconteceu há poucos meses. Aliás, foi tema do último discurso nesta Casa do Senador Luiz Henrique da Silveira. Esse Senador, por 44 anos, exerceu a vida pública e, pelo que consta, teve uma vida proba, uma vida de sacerdócio na política; uma vida que construiu sobre os alicerces da moral, da honra e do respeito pelo Erário. Pois bem, em seu último discurso nesta Casa, em que foi aparteado pela maioria dos Senadores, ele disse que, certo dia, assistindo à TV em sua casa com os netos, viu, pelo Jornal Nacional, a notícia de que teria sido feito um pedido de abertura de inquérito investigatório pela Procuradoria Geral da República ao STF, que fora concedido, em que ele, em tese, era acusado de advocacia administrativa para fazer uma operação, para furar a fila do SUS. E ele explicou isso de forma muito clara, aqui neste plenário, e eu gostaria que V. Exª nos dissesse aqui alguma coisa sobre aquele fato, porque, pelos papéis que ele nos apresentou, pareceu-nos que houve uma infinidade de erros que culminaram com aquela malfadada notícia.

V. Exª já falou muito aqui sobre a questão do vazamento, mas o que nos deixa perplexos – e o Senador Luiz Henrique explicou aqui para o Senado – é que o fato ocorreu no auge da Lava Jato, quando todos os jornais do País, todos os *sites* estavam divulgando a lista do Janot. E aí o Senador disse que era interpelado pelos amigos, que lhe diziam: "Mas, rapaz, você está metido nisso também?" Porque as pessoas leem a notícia, mas geralmente leem a manchete. E o que se sabia era que ele tinha sido denunciado ao STF.

Eu me refiro a isso, Dr. Janot, porque pode parecer uma coisa simples, mas não é. V. Exª hoje trata de um assunto muito caro à Nação, e é imprescindível que não paire nenhuma dúvida relativa à qualidade e ao zelo com que o Procurador-Geral da República e o Ministério Público tratam essas informações, porque a honra, a moral, a dignidade – V. Exª, muito mais do que eu, sabe disso – demoram, por vezes, uma vida inteira para serem construídas. E, no caso do Senador Luiz Henrique, foram 75 anos para se construir, e, em uma noite, em apenas talvez dois ou três minutos de Jornal Nacional, aquilo foi ao chão.

E aí nos fica a preocupação, e eu queria que V. Exª falasse sobre isso, se teria havido brilho nos olhos àquele processo, àquela denúncia, por ele ser um Parlamentar. E eu digo brilho nos olhos nem só em relação ao Parlamentar, mas eu creio que isso é uma coisa que em qualquer cidadão não deveria haver esse brilho nos olhos.

Eu faço aqui até uma provocação ao perguntar se V. Exª acha correto, por exemplo, que uma pessoa seja agravada nesse nível e que os responsáveis por essa ofensa simplesmente não respondam por isso. Se não seria o caso de refletirmos um pouco sobre isso.

A outra pergunta – e já vou me encaminhando para o final, Sr. Presidente – é: sua reintegração ao cargo de Procurador-Geral da República resulta de um procedimento que abrange aspectos constitucionais, como o exercício pela Presidente da República de suas prerrogativas, e aspectos tradicionais, como a indicação de lista tríplice pelo Ministério Público. Diante disso, indago que alterações V. Exª proporia no sistema legal pertinente a tal indicação, de modo a lhe conferir maior adequação ao interesse público.

Por último, V. Exª tem algum impedimento, suspeição ou qualquer outra restrição de natureza legal ou ética para ocupar pela segunda vez o cargo de Procurador-Geral da República?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador José Medeiros, a questão dos servidores foi a seguinte: houve negociação, sim, com o Governo, para um reajuste com índices maiores do que os índices gerais concedidos aos servidores públicos federais. Isso se deve ao fato de que os nossos servidores tiveram um período de defasagem nas suas correções, o que não aconteceu com outras carreiras do serviço público federal. Daí o Executivo ter-se sensibilizado para conceder esse índice maior do que o índice geral de aumento do serviço público. Nós estamos falando do índice geral em torno de 21%, e este em torno de 41%. Houve, então, essa composição, sim, e nós primamos muito pelo paralelismo entre Judiciário e Ministério Público. Nós entendemos que o tratamento tem que ser isonômico para o Poder Judiciário e a instituição Ministério Público.

O projeto de lei do Judiciário foi aprovado pelo Senado da República, foi encaminhado à sanção e foi vetado. Existe um pedido de derrubada do veto aqui ao Parlamento.

Não teve melhor sorte o projeto de lei do aumento dos nossos servidores, que ainda continuava aqui no Senado, como continua; apresentei o substitutivo. Ele não tinha sido aprovado aqui, no Senado, como foi aprovado o do Judiciário.

Eu tinha um prazo para encaminhar o novo projeto de lei, que é o prazo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 28 de agosto. A proposta do Executivo foi levada ao conhecimento do sindicato, que recusou a proposta.

A estratégia do sindicato era a seguinte: vamos insistir na derrubada do veto ao processo do Judiciário;, em seguida, vamos obter a aprovação do nosso projeto no Senado da República; depois, com o novo veto que virá, nós vamos conseguir a derrubada desse veto no Parlamento e aí, sim, conseguiremos o aumento em torno de 50%, que é o que constava daquele projeto inicial.

O Supremo Tribunal Federal tinha o plano A e o plano B. Se o veto vier a ser derrubado por esta Casa, pelo Parlamento, prevalece o projeto inicial, com o índice de 50%. Se não houver, prevalecerá o projeto de lei, que já foi encaminhado e está em tramitação hoje na Câmara dos Deputados.

Eles têm o plano A e o plano B. Como o Senado não aprovou o projeto de lei dos servidores do MPU, eu não tinha o plano A. Eu só tinha o plano B: ou eu aceitava esse valor de 41%, que o sindicato recusava, e confiava nessa estratégia do sindicato de derrubar o veto, aprovar aqui nesta Casa o nosso projeto de lei, levar o projeto à sanção, o projeto vetado da Presidência, e depois derrubar o veto no Parlamento; e, caso esse longo processo não desse resultado, assumir o ônus de ter, a partir de janeiro, servidores com aumento de 21%. A cobrança viria para o chefe da instituição.

Como tinha o prazo até 21 de agosto, eu deliberei, em conjunto com todos os procuradores-gerais do Ministério Público da União, em tratar o substitutivo nos termos da proposta do Executivo.

Se houver a derrubada do veto, eu retiro esse projeto de lei – foi aprovado no Senado e está agora tramitando na Câmara – para que voltemos ao projeto inicial.

Então, o que se passou foi isso. Eu tinha que tomar uma decisão. Achei que a estratégia do sindicato era arriscada, e houve por bem, então, aceitar os 41%. Digo ao senhor que os servidores estão divididos. Isso não é uma questão fechada dos servidores, que estão divididos. Agora, tive de assumir essa decisão, porque, fatalmente, no caso de essa estratégia do sindicato não dar certo, essa cobrança viria, já em janeiro, ao Procurador-Geral, para melhoria dos salários que receberiam o aumento geral dos servidores públicos.

Foi exatamente isso que se passou no que se refere... Não foi um acordo de patrão em patrão. O sindicato estabeleceu uma estratégia que achei temerária, e tive de tomar uma decisão. O meu prazo era 21 de agosto. Eu assumi esse encargo da decisão, em conjunto com os demais procuradores-gerais do Ministério Público da União, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

No que se refere à questão do Senador Luiz Henrique, houve, sim, uma falha do serviço. Ele esteve comigo, nós conversamos longamente sobre isso. Nós recebemos uma notícia de advocacia administrativa. Que procedimento adotamos? Instauro – e o senhor já deve ter recebido esse tipo de expediente –, instauro a notícia de fato ou o procedimento preparatório, e é encaminhado ao Parlamentar, em mão, um pedido de informação com o prazo de 20 dias, para que possamos viabilizar a análise dessa questão.

Houve uma falha do serviço. No nosso registro constava que essa comunicação tinha sido entregue, mas, na verdade, não tinha sido entregue. Em razão da ausência da informação prestada, houve a instauração do inquérito.

O inquérito não corre sob sigilo judicial perante o Supremo Tribunal Federal. Qualquer requisição de instauração de inquérito no Supremo Tribunal Federal é aberta à consulta. Então, não houve vazamento. O que houve é que os jornalistas têm normalmente acesso a esse tipo de informação no Supremo Tribunal Federal, a não ser naqueles processos e investigações sob sigilo. Chegando ali, enfim, houve conhecimento do fato pelos jornalistas, e isso foi divulgado.

Não houve vazamento. O jornal teve acesso direto a esse tipo de informação, e posso lhe garantir que nenhum investigador tem felicidade ou brilho nos olhos, Senador, para investigar as pessoas. Sabemos que isso é um drama na vida das pessoas e não nos satisfazemos com esse tipo de atitude. Posso lhe garantir que não houve nem a remota possibilidade de brilho nos olhos, ainda mais com o Senador Luiz Henrique.

Ele esteve comigo, um pouco antes do óbito; nós conversamos longamente na Procuradoria. Nas explicações que lhe foram dadas – estava presente o Peterson, colega que trabalha na Secretaria de Relacionamento Institucional –, ele se satisfez com todas as informações prestadas. Tivemos uma conversa de duas horas, uma conversa franca, aberta, agradável. Ele saiu de lá feliz com as informações sabendo o que se tinha passado.

Infelizmente, veio a ocorrer o óbito alguns dias depois.

No que se refere à escolha do nome do Procurador-Geral, eu acho que está bem posta a questão: você tem uma interferência do Executivo e você tem uma interferência do Senado da República. O aprimoramento que eu acredito poderia ser feito é que o Ministério Público Federal é o único Ministério Público que não tem a lista oficial – a lista é extraoficial. Todos os outros ministérios públicos têm listas constitucionalmente previstas.

Então, uma forma de você aprimorar o sistema é fazer a previsão constitucional de transformar essa lista em lista oficial. Eu acho que seria o possível dentro sistema, mas me agrada essa forma de escolha assim: interferência do Executivo, sabatina e aprovação pelo Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, encerrando esta reunião.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para alívio de todos.

Muito obrigado, Presidente José Maranhão, Srs. Senadores.

Dr. Rodrigo Janot, antes de mais nada, cumprimento-o por sua resistência física, porque V. Exª está há mais de dez horas respondendo perguntas. Agora saiba que essa resistência é de todos estão aqui, tanto dos Senadores, como dos assessores parlamentares, dos jornalistas, dos fotógrafos, dos cinegrafistas. Estamos aqui pela importância desta sabatina.

Foi bom nós termos constatado sua resistência, Dr. Janot, porque V. Exª, quando disse hoje pela manhã que quer dar combate sem trégua à corrupção, vai precisar de muita resistência, porque se há coisa que não tem faltado no Brasil é corrupção. Então, há muito trabalho por fazer.

V. Exª disse aqui hoje também que está concorrendo à recondução porque quer servir à Nação. Então, é muito bom que V. Exª esteja com essa disposição.

V. Exª está enfrentando essa exaustiva sabatina, porque mostra estar consciente de que tem um papel transcendental como chefe supremo do Ministério Público brasileiro.

V. Exª tem o poder de contribuir decisivamente – por que não? – a uma depuração na vida brasileira, especialmente na política, hoje em dia bastante desacreditada. V. Exª pode transformar isso que se tem chamado de Operação Lava Jato na Operação Lava Brasil.

Eu tenho poucas perguntas a fazer, Dr. Janot, e, objetivamente, passo a elas.

Na semana passada, logo após ter oferecido denúncia contra o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Eduardo Cunha, e contra o Senador Collor de Mello, V. Exª recebeu uma insinuação do Presidente da Câmara pelos jornais de que estava procedendo com parcialismo, com seletividade, ante o rol de acusações que tem pela frente.

Disseram, principalmente disse o Sr. Eduardo Cunha, e não foi dizer, perguntou: "Por que eu primeiro?" "Por que nós primeiro?" E essa provocação, digamos assim, despertou natural curiosidade entre muitos.

Então, é a primeira pergunta que lhe faço: por que V. Exª começou por Eduardo Cunha e Collor de Mello, tendo à mão uma lista muito grande, e restringiu-se até agora a apenas duas denúncias? E bem que gostaríamos de saber – mas temo que V. Exª vá arguir que se trata de sigilo – mais ou menos quantos políticos o senhor tem para denunciar.

V. Exª disse aqui hoje que já tem mais ou menos de 50 a 60 delações – que V. Exª prefere chamar de colaborações – premiadas. Então, a primeira pergunta é esta: por que Eduardo Cunha e Collor os primeiros? E quando vêm os próximos? Quanto tempo ainda a população brasileira vai esperar pelos próximos denunciados?

E V. Exª disse depois – e é a minha segunda pergunta... Disse o óbvio, mas o óbvio é sempre importante dizer, sob o ponto de vista processual, e ainda mais pelo grau de V. Exª, como Procurador-Geral da República – que colaboração premiada, por si só, não é prova; quando muito, é indício. "Teoria não dispensa prova", disse V. Exª. E disse bem. Precisa da corroboração das provas. Então, a pergunta: os senhores, do Ministério Público Federal, que estão investigando ao lado de um proficiente trabalho da Polícia Federal, estão conseguindo as provas que corroboram essas 50 ou 60 colaborações premiadas? É uma curiosidade que o Brasil inteiro tem, de saber, porque é daí que os senhores vão montar as denúncias que brevemente encaminharão ao Supremo Tribunal Federal.

Então, se V. Exª puder me responder essa pergunta, ficaria muito satisfeito e tenho certeza de que todos que estão aqui ficariam satisfeitos. Se estão tendo corroboração das provas necessárias para consolidar, para basear as futuras denúncias.

E a terceira pergunta, Dr. Janot: aos poucos nós vamos tomando conhecimento, pelos jornais, pelo que se consegue filtrar das investigações policiais e do Ministério Público, que os delitos cometidos contra o dinheiro público brasileiro não se limitam à Petrobras. Inúmeras outras estatais também foram vítimas da sanha criminosa daqueles nomes que estão aí nos noticiários todos os dias. Então, eu queria saber de V. Exª se já há e em que estágio se encontram as investigações contra, por exemplo, BNDES, Eletrobras, Caixa Econômica, além dos fundos de pensão das estatais, com destaque ao Postalis, dos Correios, que teria sido objeto de grandes desvios.

E quero levar um pouquinho adiante essa curiosidade que todos nós temos, porque, se V. Exª está aqui hoje, com toda essa disponibilidade e paciência – e daqui a pouco votaremos a sua recondução a um outro mandato na Procuradoria Geral da República –, nós queremos ouvir sobre um outro fato a respeito do qual se comenta muito – jornais, capas de revistas, especulações insistentes. Refiro-me aos indícios que haveria de uma possível conivência, ou quem sabe mais do que conivência, de uma cumplicidade, com os empreiteiros já presos, do ex-Presidente da República Lula. Há inúmeras manchetes dizendo a todos os instantes: as investigações estão chegando perto do ex-Presidente; ou mais: estão chegando perto do Planalto.

O Brasil inteiro quer saber se isso é verdade, se essa investigação está acontecendo. Eu também gostaria de ouvir a sua resposta a este item de curiosidade nacional.

E a minha última pergunta, Sr. Janot, é um questionamento de outra ordem, que não dos escândalos, mas de um grande defeito institucional da gestão pública brasileira.

Aproveitando uma declaração sua hoje, perto do meio-dia, que é uma verdade, de que a União exerce uma hipertrofia tributária sobre os Estados, eu quero lhe perguntar isso, Dr. Janot.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tanto quanto o meu colega Amorim, aqui do Estado do Sergipe, o meu Estado do Rio Grande do Sul vive uma agudíssima crise financeira exatamente decorrente dessa hipertrofia tributária da União, o famoso centralismo dos impostos pela União Federal.

O Rio Grande do Sul hoje é um Estado que não tem recursos para nada, nem para comprar uma bicicleta se quiser; não tem de onde tirar: capacidade de endividamento esgotada; depósitos judiciais, exauridos; arrecadação, em queda vertical.

E o dilema é tão grande, Dr. Janot, que, se o Governador do Rio Grande do Sul, Sartori, paga a prestação mensal da União, ele deixa de pagar o funcionalismo, como deixou há bem poucos dias. É a escolha de Sofia. E ele deixou de pagar há poucos dias à União e sofreu uma intervenção, um bloqueio dos recursos do Rio Grande do Sul, porque tinha de pagar à União. Se pagasse aos funcionários, não pagava à União; se pagasse à União não pagava aos funcionários.

Como V. Exª tem a prerrogativa de dar parecer nas ações da União, quando a União exige o cumprimento dos contratos firmados com os Estados, e V. Exª disse aqui hoje que há uma hipertrofia tributária e sugeriu que se agisse aqui no Congresso para buscar o poder federativo mais favorável aos Estados, em uma situação dessas, como a do Estado do Rio Grande do Sul, como a do Estado de Sergipe e provavelmente de outros, brevemente, V. Exª concordaria com o bloqueio dos Estados, que pode levar à fome, ao descontrole da segurança pública, ao caos da saúde e da educação?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São essas as minhas quatro perguntas, e fico muito satisfeito se V. Exª puder respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Procurador Rodrigo Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Pois não, Senador. Posso afirmar-lhe com convicção plena que não houve nenhuma seletividade ou nenhuma composição para que fossem oferecidas essas duas denúncias.

A investigação é técnica e não se deixa contaminar por aspectos políticos. Os inquéritos foram instaurados todos ao mesmo tempo, o que não quer dizer que as investigações sigam o mesmo tempo. Com a colaboração, temos de seguir e obter provas, sim, porque a colaboração não pode servir de base para uma denúncia.

E você tem na colaboração alguns fatos mais detalhados e outros menos detalhados. Isso gera, então, um tempo diferente de amadurecimento dos inquéritos. Essas duas denúncias foram oferecidas, porque os inquéritos amadureceram na frente de outros.

No que se refere às delações, eu me expressei mal, então, Senador. Na verdade, foram celebrados 28 acordos até o dia 3 de agosto, sendo 10 deles firmados perante o Supremo Tribunal Federal. Não se trata de 50; são 28, contabilizados até o dia 3 de agosto.

Para que se ofereça uma denuncia no Supremo – o Supremo é a mais alta Corte de Justiça do País, e o grau de exigência do Supremo –, o grau de exigência do Supremo para receber denúncias dos mais altos dignatários da República é maior; esse grau de exigência é maior. Daí por que o equilíbrio e a calma na configuração da peça acusatória que tem de conter o menor número de erros possível.

Subir, sim, o nível de exigência para feitura de denúncias, em razão de o Supremo ser a mais alta Corte de Justiça do País.

Entre os processos que estão sob minha responsabilidade, não recebi ainda nenhum que envolva investigação que não seja a Petrobras.

Todas as notícias que saem sobre outras investigações se referem ao desenvolvimento do tema em Curitiba, em primeiro grau de jurisdição, e não ao Supremo.

Se existe conivência ou não existe conivência de autoridade ou de ex-autoridade com empreiteiras, isso é um fato que não está submetido à jurisdição do Supremo. Então, não posso dizer-lhe se isso é fato ou se não é fato. Não é do meu conhecimento, e essa questão da investigação não está submetida ao Supremo Tribunal Federal.

No que se refere à questão da Federação, eu disse que havia uma hipertrofia do ente federal central. O federalismo brasileiro é que tem um desenho que leva à hipertrofia do ente federado central. A distribuição de competência tributária é matéria típica de Constituição. E a Constituição estabelece a forma de repartição da arrecadação dos impostos.

Essa é uma questão que, para que possa ser alterada, depende do Parlamento. Está na mão dos senhores a possibilidade de propor seja uma nova reorganização dos Estados federados brasileiros, seja a distribuição de competência tributária.

Quanto à eventual manifestação minha em processos que poderão vir a ser ajuizados perante o Supremo Tribunal Federal, se eu dou a minha opinião agora, eu estou impedido de oficiar nos feitos. Então, infelizmente, não tenho como tecnicamente pronunciar-me sobre questão na qual eu serei chamado a intervir eventualmente, em processo em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu ousei perguntar, Dr. Janot, se V. Exª nos daria uma ideia de quando virão as próximas denúncias, quanto tempo.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador, é difícil fazer essa previsão, porque depende do amadurecimento das investigações. Sobre as investigações, temos lá um termômetro, uma marcação: investigação muito ruim, ruim, regular, boa e ótima. Quando ela chega em ótima, é quando está apta a ser judicializada. E temos que passar essas fases. A velocidade dessas fases é diferente.

Por exemplo, uma investigação dependendo da descoberta de um fato novo pode pular de uma vez só de muito ruim para ótima. Então, é difícil fazer essa previsão porque depende do amadurecimento das investigações.

O que posso dizer é que estamos empenhados em buscar provas sobre todos os fatos que chegaram ao nosso conhecimento. A investigação evolui, a expectativa é boa, mas infelizmente eu não tenho como fazer essa previsão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, está encerrado o debate, e vamos encerrar também a votação que, aliás, já conta com o quórum máximo, 27, ou a totalidade dos membros.

Esses 27 são todos eles titulares.

Está aí o quadro com o resultado. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou proclamar o resultado: 26 votos confirmando, e um voto não confirmando.

Está aprovado o nome do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, pelo escore que está exposto no painel.

A matéria vai ao plenário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Sr. Presidente, queria solicitar urgência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Urgência da matéria, Sr. Presidente; queria que colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria irá ao plenário com urgência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª, com a anuência aqui dos nossos pares, que eu pudesse fazer a leitura, aqui, do relatório que indica o Procurador, Dr. Marcelo Navarro, para o cargo de Ministro do STJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeções, concedo a palavra à Relatora do processo, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O. K., rápido.

Sr. Presidente, eu quero, aqui, primeiro, claro, dizer que muito me honra ter sido escolhida para relatar a indicação do Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ao cargo de Ministro do STJ, magistrado esse, Dr. Marcelo, que é lá de Natal, a capital do Estado que com muito orgulho represento aqui.

Quero aqui acrescentar que o Dr. Marcelo Navarro tem carreira de destaque no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, seja como professor universitário, seja como magistrado, uma carreira profissional respeitada, admirada.

Dr. Marcelo, sem dúvida nenhuma, seguirá os passos de seu pai, Múcio Vilar Ribeiro Dantas, já falecido, que foi, entre outros, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do meu Estado. E também teve uma brilhante e honrada carreira.

Tenho certeza, Senador José Maranhão, de que o Dr. Marcelo, aprovado que será por esta Comissão, pelo seu talento, pela sua seriedade, pelo seu preparo profissional, fará um excelente trabalho no Superior Tribunal de Justiça, da mesma forma que tem sido a sua trajetória como professor, como procurador e como desembargador no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Aqui está, Sr. Presidente, o relatório, por intermédio da Mensagem nº 61, 2015, e nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a" e parágrafo único da Constituição Federal.

A Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a juízes federais dos tribunais regionais federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Ari Pargendler.

De conformidade com o art. 104, parágrafo único, I, da Carta, os ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pela Presidenta da República, dentre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um terço dentre juízes dos tribunais regionais federais e um terço dentre desembargadores dos tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio tribunal.

E aqui segue em um relatório, Sr. Presidente. Consta aqui o currículo dele, bem como todas as certidões e declarações que o Regimento exige. Todo o currículo e todas essas declarações estão aqui anexadas.

Aqui tem um resumo, repito, da brilhante carreira jurídica de Dr. Marcelo, desde como advogado, procurador e chefe do setor jurídico do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Norte até a procurador da Assembleia Legislativa do meu Estado, promotor de Justiça, chegando a desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte e Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

Enfim, quero aqui também dizer que o Dr. Marcelo foi agraciado com diversas comendas.

Finalmente, aqui, a mensagem veio instruída pelos documentos e declarações previstas no art. 383 e no Ato nº 1, de 2007, desta Comissão. Há aqui a declaração dos parentes, a declaração de que participou de outras atividades.

É isso, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nós esperamos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão, sem dúvida nenhuma, venham a apreciar o nome do Dr. Marcelo na próxima reunião que V. Exª deverá anunciar.

Quero aqui, mais uma vez, Senador José Maranhão, agradecer a sua sensibilidade por ter-nos dado a honra de ser a Relatora do processo que trata da indicação do Dr. Marcelo para Ministro do STJ, por tudo que ele simboliza, pela sua carreira, pela sua trajetória profissional, homem íntegro e probo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que vai cumprir mais esta missão com muito brilhantismo, com talento, com dignidade e com muita seriedade e honradez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fica para a reunião da próxima quarta-feira a sabatina do Sr. Ministro indicado para o STJ.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 29 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores: **Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Raimundo Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro.** Justifica a ausência o Senador Paulo Bauer. Deixam de comparecer os demais Senadores. PAUTA – 1ª PARTE (INAUGURAÇÃO PAINEL EX-PRESIDENTES) O Presidente registra a presença do Coronel Fernando Fernandes, representando o General do Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, do Brigadeiro-do-Ar Rui Mesquita Chagas, representando o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, do Ministro da Embaixada da República Unida da Tanzânia, Senhor Nathaniel Daniel Kaaya, do Conselheiro da Embaixada da República Dominicana, Senhor José Loreto Julián Castillos, dos Senhores Embaixadores do Itamaraty José Carlos Fonseca e Octávio Cortes, e da Deputada Jô Moraes. O Presidente concede a palavra aos Senadores Ricardo Ferrraço, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Lasier Martins e Cristovam Buarque. Às dez horas e dezenove minutos a reunião é suspensa para a inauguração do painel dos ex-presidentes. Às dez horas e vinte e três minutos o Presidente declara reaberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica a realização do primeiro Ciclo de Debates sobre a situação da Indústria Brasileira de Defesa. Informa também que a Comissão receberá visita de Delegação de Parlamentares da Comissão de Defesa da Suécia. 2ª PARTE (AUDIÊNCIA PÚBLICA) para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. O Presidente convida o Senhor Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha, para compor a mesa e concede a palavra para que faça sua exposição. O Presidente registra a presença do Almirante-de-Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, do Contra-Almirante Jayme Teixeira Pinto Filho, do Contra-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, do Contra-Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, do Contra-Almirante André Luis Ferreira Marques, do Capitão-de-Mar-e-Guerra João Alberto Araújo Lampert e do Vice-Almirante Celso Luiz Nazareth, Chefe de Gabinete do Comandante. O Presidente concede a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Jorge Viana, Lasier Martins, Ana Amélia e Raimundo Lira. O Presidente concede a palavra ao convidado para expor suas considerações finais. Audiência Pública realizada. 3ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro." O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) que "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010." O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO (SF) Nº 20, de 2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul." O Presidente concede a palavra à relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo

de Embaixador do Brasil na República da Indonésia." O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Hélio José, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. É deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO (SF) Nº 36, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Georgia." O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Raimundo Lira, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria com uma emenda. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque. ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2015, de autoria da Presidência da República, que "Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU". O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Às doze horas e cinquenta e sete minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador João Capiberibe. Às treze horas e três minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Wellington Fagundes.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se compõe de duas partes. A primeira parte destina-se à inauguração do retrato do ex-Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, na Galeria dos ex-Presidentes, e a segunda parte será uma audiência pública.

Agradeço a presença entre nós do Comandante da Marinha do Brasil, o Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira; do Ministro da Embaixada da República Unida da Tanzânia, o Sr. Nathaniel Kaaya; representando o Comando do Exército Brasileiro, o General de Exército Eduardo Villas Bôas, o Assessor Parlamentar do Comando do Exército, Coronel Fernando Fernandes; representando o Comandante da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, o Chefe de Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica, o Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita.

Temos aqui também o Conselheiro da Embaixada da República Dominicana; o ex-Deputado, que vejo entre nós, meu querido colega Embaixador José Carlos Fonseca; o Embaixador Octávio Côrtes; representantes do Itamaraty e muitos convidados que nos honram com suas presenças.

Srs. Senadores, vamos inaugurar hoje, na Galeria dos ex-Presidentes, o retrato de um grande brasileiro: o Senador Ricardo Ferraço.

O Padre Antônio Vieira, em um de seus mais belos sermões, em que comenta o episódio da interpelação de João Batista pelos sacerdotes do templo, diz o seguinte: o homem é suas obras e nada mais.

Há muita coisa para falar a respeito do nosso homenageado, justificando a homenagem que todos nós lhe prestamos e que vai muito além da simples aposição do seu retrato na nossa galeria.

O Senador Ricardo Ferraço é um político que honra o seu mandato, é um homem de ideias claras, que exprime com firmeza, às vezes até exprimindo verdades incômodas, sem estridência, um homem de coragem, um homem fiel aos seus princípios, alguém que leva muito a sério tudo aquilo que faz. Basta que nos lembremos dos trabalhos parlamentares a que o Senador Ferraço se dedicou. Estuda as questões, tem opiniões sobre elas e sabe comunicá-las como ninguém, exercendo uma retórica clara, convincente, um grande Parlamente.

Foi também um extraordinário Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que todos nós admiramos. Ele, na Presidência desta Comissão, imprimiu um ritmo desafiador ao nosso trabalho, tanto a nós da oposição como ao próprio Governo. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ocupou-se de temas de grande repercussão. Realizou aqui audiências públicas sobre temas momentosos, como, por exemplo, o episódio da espionagem norte-americana.

Nunca deixou de pautar, nos debates desta Comissão, os grandes temas das relações exteriores e da defesa nacional, sempre procurando ressaltar o caráter, digamos, suprapartidário, o caráter essencialmente público, estatal, republicano desses temas. As sabatinas dos indicados para representação diplomática adquiriram novo formato, muito mais questionador, que exigiu de todos nós, não apenas dos que são sabatinados, mas daqueles que arguem os sabatinados, um esforço de clareza, de estudo e maior rigor.

Os trabalhos parlamentares do Senador Ferraço são memoráveis. O último deles, que foi apresentado perante esta Comissão, como Relator da pessoa indicada para representar o Brasil na Bolívia, é um exemplo disso. Trata-se de um relatório rigoroso, precedido de um trabalho político do mais alto estilo, que exigiu do Ministério de Relações Exteriores, agora sob nova direção, amplo esclarecimento dos incidentes que envolveram aquele episódio infame do confinamento do Senador Molina durante 453 dias na nossa Embaixada, sem que houvesse o mínimo de iniciativa por parte do Governo brasileiro, para obter para ele, em seu benefício, o salvo-conduto.

Refiro-me também ao projeto de lei da imigração, da minha autoria, cuja tramitação nesta Comissão foi conduzida com mão de mestre pelo Senador Ferraço, promovendo em torno dele um amplo entendimento, que garantiu a sua aprovação aqui nesta Comissão, sem que houvesse qualquer contestação depois no plenário, abrindo, preparando o caminho, para que esse projeto pudesse ser aprovado sem maiores percalços na Câmara dos Deputados.

Mas eu queria me referir a dois episódios que ficaram para sempre gravados na minha memória: o Senador Ferraço, em março, se não me engano, de 2013, desloca-se para o Altiplano boliviano, e vai visitar, na sórdida prisão de Oruro, 12 brasileiros que ali estavam detidos irregularmente. Sai do conforto do seu gabinete, vai até lá; quando volta, toma providências para que aquela situação fosse resolvida, de acordo com as regras do Direito. Nesse mesmo momento, nessa mesma visita, o Senador Ferraço foi até a Embaixada brasileira na Bolívia, em La Paz, para visitar o Senador Molina, que já se encontrava detido e confinado, sujeito a restrições inadmissíveis, e foi levar ali a sua solidariedade a esta pessoa, em homenagem a um princípio milenar que é o direito ao asilo, que distingue, há séculos, a civilização da barbárie.

Com isso, o Senador Ferraço demonstrou praticamente o seu apego a algo que deve estar acima de qualquer tipo de controvérsia partidária, que é a defesa dos direitos humanos, a defesa da dignidade do ser humano. E, mais ainda, ao tomar conhecimento, por um telefonema do nosso hoje colaborador Eduardo Saboia, de que, depois de uma façanha heroica, o Senador Molina já se encontrava em território brasileiro, o Senador Ferraço para lá se deslocou e colocou o Senador Molina sob a proteção da Comissão de Relações Exteriores do Senado, evitando que alguns arreganhos autoritários que já se faziam ouvir pudessem levar à deportação do Senador Molina.

Mais ainda, detenho-me sobre esse episódio, porque mostra como, em torno de determinadas causas, é possível que nos unamos todos, pois foi ele, na condução do processo da sabatina e da indicação do novo Embaixador em La Paz – um processo que demorou quase dois anos – que conseguiu capitanear um esforço conjunto desta Comissão, com a participação, a qual faço questão de mencionar, do Senador Jorge Viana e do Senador Sérgio Petecão, que culminou com a concessão do Estatuto do Refugiado ao Senador Molina.

Eu me refiro a esses episódios, meus caros convidados; meus caros Senadores; Deputada Jô Moraes, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara; para dizer que a posição desse retrato não é apenas uma formalidade, mas é uma homenagem a um político jovem, um político de grande futuro, que já fez tanta coisa pelo Brasil, pelo seu Estado, pelo Congresso Nacional e que merece a nossa homenagem permanente: o grande brasileiro Ricardo Ferraço. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª me constrange, do fundo do meu coração, com palavras tão generosas, nas presenças de dignos convidados, do colega Senador Flexa; da Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Constrange-me pela generosidade desse extenso pronunciamento que faz, que relata, de fato, os momentos que construímos aqui na Comissão de Relações Exteriores, que não foram obras individuais, mas coletivas, na medida em que o sentimento que inundava, e inunda, os nossos corações e as nossas convicções, era na direção de que precisávamos – e essa foi uma obra coletiva, e é sempre uma obra coletiva – elevar o protagonismo, por assim dizer, da Comissão de Relações Exteriores, coisa que estamos vendo acontecer em outros ambientes do Senado da República.

Vejam a sabatina do Dr. Rodrigo Janot, ontem, na Comissão de Constituição Justiça! Sabatinas que historicamente são uma espécie de confraria, ou mesmo uma reunião, para homenagens ao indicado transformaram-se em reuniões nem sempre civilizadas, mas democráticas, em que o indicado aos mais importantes cargos da República brasileira, seja na Procuradoria Geral da República, seja no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e assim por diante, como determina a Constituição Federal, submetem-se à sabatina. Foi assim com o Dr. Rodrigo Janot, em que o Senado fez e cumpriu, acho eu, o seu papel e a determinação constitucional; foi assim na sabatina do Dr. Fachin, indicado para ocupar uma cadeira na mais alta Corte do nosso País.

Então, o movimento de resgate desse espaço, para além das questões partidárias, das convicções que cada um deve recolher e deve exercer, tem a ver com o respeito que precisamos ter à delegação que a socieda-

de nos confiou. Mandatos políticos não podem e não são propriedade particular de quem os exerce. Isso não significa dizer que não tenhamos que ter a melhor convivência com os nossos pares; muito pelo contrário, a convivência deve ser cordial, deve ser civilizada, mas é preciso que, no âmbito do debate, a gente estabeleça toda essa divergência, todo esse contraditório, com o maior respeito.

É isso que tentamos fazer aqui, algumas vezes não compreendidos, mas entendendo que se fazia necessário que déssemos um passo adiante. E esse passo só foi possível porque encontramos aqui, no ambiente da Comissão de Relações Exteriores, conforto, estímulo e motivação dos nossos pares, para que, assim como em outros espaços do Senado, também a Comissão de Relações Exteriores fosse um pouco adiante. Historicamente, a Comissão também se acomodou, por assim dizer, nos últimos anos, por necessidade das mudanças naturais das nossas vidas, entendendo a conjuntura em que estamos vivendo e a necessidade de ampliarmos os nossos espaços, e eventualmente estabelecermos o estresse do debate democrático, para que a Comissão possa cumprir, de fato, a sua função.

Então, o período que passamos por aqui para mim foi um período muito rico, um período de extraordinário de aprendizado, e aprendizado com os colegas que compõem conosco a Comissão de Relações Exteriores; aprendizado com o tema da política externa, sua importância, suas consequências, suas oportunidades, riscos e ameaças para o País, para sociedade, sobretudo num mundo cada vez mais integrado, cada vez mais globalizado, diante dos enormes desafios que a política externa brasileira apresenta. A política externa, há algum tempo, deixou de ser monopólio, Senador Jorge Viana, de embaixadores, diplomatas, acadêmicos e profissionais, na medida em que as escolhas e as opções que um país faz, em relação política externa, têm um impacto muito grande no dia a dia das pessoas.

Então, é evidente que a política externa hoje está muito mais presente no dia a dia da sociedade brasileira. E eu espero e torço para que isso possa se intensificar cada vez mais.

E aí, nesse contexto, não apenas a Comissão de Relações Exteriores, mas também a Comissão de Relações Exteriores da Câmara têm um papel muito importante.

Então, esse período foi de extraordinário aprendizado. Deu-me a oportunidade de conhecer mais de perto a excepcional escola do Rio Branco, do nosso histórico Itamaraty, um desses órgãos que são órgãos de Estado, que não são órgãos de governo, a extraordinária especialização dos nossos profissionais, em que pese à eventual divergência circunstancial que tivemos aqui e acolá, por conta, a meu juízo, de equívocos na orientação política, mas esse é um outro debate.

O que me resta aqui, portanto, é agradecer a V. Exª a generosidade das palavras e a solidariedade de todos que compõem, conosco, o trabalho da Comissão de Relações Exteriores, nossos funcionários do Senado, nossos colegas Senadores, não apenas o Itamaraty, mas é importante também que possamos fazer um registro do papel estratégico das nossas Forças Armadas, porque esta Comissão trata de política externa e trata de defesa nacional, um tema nem sempre tão compreendido pela sociedade brasileira, Sr. Comandante, Almirante de Esquadra Leal Ferreira, pelos desafios da nossa sociedade, uma sociedade que clama por justiça, que clama por prosperidade compartilhada, que clama por acesso a uma saúde pública que possa ser universal e integrada, que clama por uma educação que possa produzir a ascensão e libertar os brasileiros do deserto da ignorância.

Como discutir, num ambiente como esse, a importância de um projeto como o Prosub, um projeto estratégico para o nosso País, por tudo que ele representa em torno da necessidade de melhorarmos nossa capacidade de guardar nosso oceano azul, pelas suas riquezas, pela sua biodiversidade, pela riqueza econômica e assim por diante? Nesse ambiente com tantos desafios, precisamos aqui discutir e fazer o enfrentamento necessário de programas como o Sisfron, do nosso Exército Brasileiro, um projeto que estabelece uma estratégia muito eficiente, muito inteligente de uma fronteira que é um desafio para nosso País, com milhares de quilômetros de fronteira seca, por onde crimes transnacionais são, a todo momento, identificados. Enfim, como trazermos aqui as questões relacionadas à nossa Aeronáutica, como fizemos semana passada, discutindo com o comandante o extraordinário projeto FX-2 e o KC-390? Enfim, como compatibilizar a necessidade do Estado brasileiro de enfrentar essas questões, vis-à-vis com as questões que estão relacionadas à política externa brasileira e ao dia a dia da sociedade brasileira? De modo que, para mim, foi um aprendizado extraordinário.

Quero, ao tempo em que agradeço a V. Exª e aos pares que compartilham conosco da tarefa coletiva da Comissão de Relações Exteriores, dizer que V. Exª, à frente desta Comissão, tem feito muito mais, não apenas mantendo esse protagonismo, que é uma coisa importante, mas o gabarito, a qualidade do mandato de V. Exª dá à Comissão de Relações Exteriores o contorno que o Senado da República demanda. De modo que agradeço a V. Exª a generosidade das palavras e compartilho a generosidade com os pares da Comissão.

Muito obrigado a V. Exª, muito obrigado às Srªs e aos Srs. Senadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, caríssimo amigo.

O Senador Flexa pede a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Deputada Jô, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal; nosso homenageado de hoje, Senador Ferraço; Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Leal Ferreira – na sua pessoa quero saudar a todos os integrantes da Marinha brasileira e também das outras Forças, Exército e Aeronáutica.

Senhores membros do Itamaraty, eu gostaria de ter falado antes do nosso homenageado, para dizer aquilo que V. Exª, Sr. Presidente, já adiantou, ele complementou, mas que é importante que seja registrado nesta reunião de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Sem demérito aos demais Senadores que presidiram esta importante Comissão do Senado Federal, na gestão do Senador Ricardo Ferraço, como ele bem disse, o Senado voltou a ter o protagonismo, por esta Comissão, em relação às questões de relações exteriores e defesa nacional do nosso País, inclusive fazendo a representação da sociedade brasileira naquilo que se contrapõe à ação do Executivo na área das relações exteriores, como V. Exª aqui colocou com relação à questão da Bolívia e outras questões, principalmente daqui, da América do Sul; com o Paraguai, quando houve também conflitos pelo problema do gás, Venezuela, e por aí foram vários. E sempre a Comissão se coloca a favor do Brasil, suprapartidariamente, ideologicamente a favor do Brasil.

E quero aqui dizer algo, Senador Ferraço, que V. Exª antecipou e já disse: V. Exª iniciou o protagonismo da Comissão e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao assumir a Comissão de Relações Exteriores... Foi um debate interno do PSDB com relação a qual Comissão que o PSDB, com direito à terceira escolha, iria querer, e o Senador Aloysio defendeu enfaticamente a de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E eu não era candidato a Presidente da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, defendeu dentro da Bancada qual a escolha, e depois a Bancada escolheu V. Exª como melhor nome do PSDB para estar aqui nos representando, como faz com competência e brilhantismo.

Então, V. Exª, como disse o Senador Ferraço, deu continuidade ao protagonismo da Comissão de Relações Exteriores, e não só isso, mas fazendo com que se elevasse ainda mais a importância da representação do Senado Federal na questão das relações exteriores e da defesa nacional.

Neste momento a gente homenageia o Senador Ferraço, fazendo a colocação do retrato do Senador Ferraço para ficar para a posteridade. Senador Ferraço, seus netos, bisnetos, quando forem Senadores da República e passarem aqui pela Comissão vão dizer "Olha, meu avô, meu bisavô, meu tataravô já foi..." Como também os do Senador Aloysio.

Então, quero parabenizar o Senador Ferraço e parabenizar V. Exª, porque dá orgulho ao PSDB a forma como V. Exª dirige a Comissão de Relações Exteriores e como representa com brilhantismo e competência o Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, meu querido amigo, Senador Flexa.

Senador Ferraço, o mal desses retratos é que, quando a gente os visita depois de passados muitos anos, a gente vê o quanto o tempo nos castigou. (*Risos.*)

Há um retrato meu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Eu passo por lá e digo "Ai, meu Deus!". (*Risos.*)

Os anos não passaram em vão.

Muito bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Posso apenas complementar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por gentileza, eu queria pedir desculpas a nosso convidado, o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, e a todos que o acompanham e queria me associar aos colegas que já homenagearam V. Exª, o querido e bom amigo Ricardo Ferraço, e fazer aqui um registro importante.

Esta Comissão, certamente, já teve grandes presidentes. Estamos diante de um grande Presidente agora. Eu peço licença para fazer minhas as palavras do Senador Flexa. Eu sei, conheço bem o bom amigo Aloysio Nunes. Ele não era candidato, mas o problema era o seguinte: como ele estava ajudando a decidir, naturalmente ele seria um dos candidatos, porque ele é um dos grandes quadros que nós temos no Senado. Não é o que o PSDB tem, é o que o Senado tem. Em todos os assuntos é autêntico, tem uma coragem, uma capacidade de buscar aperfeiçoar algumas matérias e elevar o nível do debate, que é para poucos aqui, nesta Casa.

O Senador Ricardo Ferraço é um grande Senador, preparado. Eu acho que o mais marcante, além de aprofundar os temas, que não são fáceis, são temas densos que nós tratamos aqui, nesta Comissão, nós tratamos de temas do Estado brasileiro, de política de Estado. Não é uma questão de governo, de preferência, e

o Senador Ricardo Ferraço fez com que esta Comissão trabalhasse do ponto de vista do Estado. Tivemos aqui debates duros, temas áridos sendo tratados, mas eu acho que V. Exª ajudou a resgatar o prestígio.

O Senador Flexa falou de protagonismo. Eu não vou repetir, mas é neste sentido mesmo: o prestígio da Comissão de Relações Exteriores, de que participo. Ela hoje goza de grande prestígio, tem peso, tem voz. No meu papel, eu tento ajudar e, por incrível que pareça, toda hora as pessoas vêm atrás dizendo que eu sou Líder. Eu não sou Líder de nada, eu sou só um ajudador. Então, nas comissões...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E como ajuda.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Um ajudador, eu me ponho assim, e me sinto feliz de estar ajudando. Eu vejo aqui, Senador Ferraço, que V. Exª foi um grande Presidente desta Comissão. Merece ter a sua imagem e o seu nome registrados, porque deixou uma marca muito positiva para o Estado brasileiro como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que trata das políticas de Estado, e não das políticas de governo só. Muito obrigado. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O Senador Lasier pede a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, demais colegas e Srs. convidados, eu quero apenas juntar a minha manifestação de regozijo com o que está sendo dito aqui na homenagem ao Senador Ricardo Ferraço. Eu sou o mais novo Senador entre os integrantes desta Comissão, porque cheguei aqui há poucos meses.

Desde o início, chamou-me a atenção a qualidade do Senador Ricardo Ferraço, a tal ponto que, quando preparei o meu primeiro projeto como Senador, já no primeiro mês, eu pensei imediatamente no Senador Ferraço, porque S. Exª chama a atenção de todos nós. É um homem culto, simples, comunicativo e sério, homem íntegro. Então, nós temos muito orgulho desse convívio, e, nesta homenagem que está sendo prestada, singela, é verdade, mas muito verdadeira, nós estamos cumprindo uma obrigação.

Eu quero confessar: se um dia, neste longo período de oito anos em que pretendo ficar aqui no Senado, se há uma Comissão que eu gostaria de presidir é esta. Não agora, lá adiante, quem sabe nos últimos dois anos, porque, realmente, é uma comissão fascinante, pelas matérias que trata e que tem, atualmente, o nosso Aloysio, outro homem muito preparado, dos melhores Senadores desta Casa.

Então, estamos de parabéns com presidentes desta qualidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Lasier.

O Senador Cristovam Buarque também gostaria de dizer algumas palavras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, só o prazer da minha satisfação de ter a foto do Ferraço ao lado da minha vai me fazer mais velho e menos bonito diante dessa figura aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, a foto dele aqui está muito bonita e muito jovem. Dizem que é uma foto da primeira comunhão. Agora, não sei. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aliás, eu acho que deviam nos autorizar a melhorar a nosso foto de vez em quando, fazer uma foto nova.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Reciclar a foto. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas eu espero que esta foto reflita, da primeira comunhão, que seja, uma característica importante, a meu ver, do Ricardo Ferraço, que é a ousadia como ele se comportou nesta Comissão, coisa que falta em muitos de nós. Nós somos muito acomodados. A ousadia, para mim, é uma qualidade. Até quando eu discordo do que foi feito ousadamente, eu respeito a ousadia. E o Ricardo, aqui, demonstrou ousadia. Não ficou quieto, não ficou apenas nos trâmites burocráticos normais, mas assumiu riscos e tomou posições firmes que engrandeceram esta Comissão.

Por isso, muito obrigado. É merecido que sua foto esteja ali, para que as pessoas que passem pelo corredor vejam sempre. E eu espero que cada um diga: este aqui é o Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, eu vou suspender a sessão por alguns minutos, para que possamos ir agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro, Senador Ferraço. Não fica só na palavra. Tem que fixar o retrato lá. Aliás, já está afixado. Nós vamos descerrar uma fita.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 10 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu dispenso a leitura da ata e a sua posterior aprovação.

Se não houver objeção, está aprovada a ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu queria fazer dois comunicados

Em primeiro lugar, lembro aos Srs. Senadores e também à Srª Deputada Jô Moraes, que nos honra com sua presença, que, no dia 21 de setembro próximo, na sede da Federação das Indústrias de São Paulo, vai ser realizado um ciclo de debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira. É um evento nesse ciclo de debates, melhor dizendo.

Esse debate vai ocorrer lá na Fiesp e decorre de aprovação, por este Plenário, do Requerimento nº 62, de 2015, de minha autoria e de autoria também do Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator do tema da política pública sobre a indústria de defesa do Brasil.

Então, é um evento muito interessante, no dia 21 de setembro, ao meio-dia – a que horas será? Começa ao meio-dia com um almoço e, logo em seguida, o debate, a audiência pública.

E também quero fazer o aviso de que receberemos a visita de uma delegação da Comissão de Defesa do parlamento sueco, no dia 2 de setembro, quarta-feira, às 15h30, no plenário da nossa comissão.

A comitiva será composta por dez parlamentares, que serão acompanhados pelo Embaixador da Suécia no Brasil. E eu convido os colegas a participarem desse encontro.

A presente reunião, que se comporá também de uma terceira parte deliberativa, destina-se a discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação desses projetos com a base industrial da defesa. E nós vamos dedicar, hoje, esta sessão aos projetos estratégicos da Marinha brasileira.

E convido, para que tome assento à mesa, o Exmo Sr. Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que é o Comandante da nossa Marinha.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, e as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Com muito prazer, passo a palavra ao Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha, para sua exposição pelo tempo de 20 minutos e, se precisar, V. Exª terá o tempo necessário para expor sua apresentação.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Bom dia, Senador Aloysio Nunes. Bom dia, Senador Ricardo Ferraço, autor do requerimento, Srs. Senadores, Deputada Jô Moraes, Presidente da Creden, senhoras e senhores.

É, para mim, Comandante da Marinha, motivo de muita satisfação estar aqui hoje. Quando olhamos para as democracias fortes e consolidadas, que têm um sistema de defesa também forte, existe sempre uma enorme participação da sociedade, em especial do seu Congresso no controle, no acompanhamento e na determinação dos rumos de sua defesa.

Então, eu vejo isso mais do que com satisfação, sinto-me extremamente orgulhoso de estar aqui hoje falando para os senhores.

Falarei sobre os projetos estratégicos, mais ou menos dividindo em quatro aspectos para orientação: uma pequena introdução, falarei especificamente sobre a nossa concepção estratégica e os projetos estratégicos propriamente ditos, a contribuição que eu vejo deles para o desenvolvimento nacional e algumas considerações finais.

Inicialmente, falando um pouco sobre a importância da Marinha no contexto brasileiro, nós vemos aí a nossa Amazônia Azul, com 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que nós agora mesmo, ontem, na ONU, apresentamos a pretensão de aumentar isso – numa apresentação que começou ontem na ONU. Tenho muita esperança – a apresentação de hoje foi para a área sul – de conseguirmos mais alguma coisa. Mas, muito mais do que essa área que é, vamos dizer, meio etérea, não dá para definir bem, é a importância daquilo que nós fazemos na Amazônia Azul. Nosso comércio exterior é quase que totalmente via marítima, e o Brasil é um ator de peso no mundo da indústria marítima.

Dos 8,5 bilhões de toneladas que foram transportados há dois, três anos – a estatística é de dois, três anos atrás –, mais de um bilhão de toneladas têm origem ou destino os portos brasileiros.

Nós também somos um grande produtor de petróleo. Dois milhões de barris de petróleo, pelo menos, saem das nossas águas todos os dias e, no caso do pré-sal, que é em águas profundas, somos definitivamente o País mais adiantado, com mais desenvolvimento e o maior produtor mundial.

Temos um grande patrimônio ambiental. A pesca é muito representativa, milhões de brasileiros vivem da pesca.

Nós temos enormes potencialidades científicas a desenvolver, muito a estudar, muito a pesquisar.

E, por último, a soberania. Não há dúvida de que, hoje – na minha avaliação –, qualquer grande ameaça à soberania do Brasil virá necessariamente pelo mar.

Dentro desse contexto, vamos estudar a parte geopolítica. Há algumas ameaças que podemos antever nesse Oceano Atlântico. O verdadeiro oceano pacífico é o Oceano Atlântico. Nós não temos grandes instabilidades, grandes conflitos externos, guerras, somos relativamente livres disso. Há uma grande estabilidade no oceano; em parte, graças à zona de paz e cooperação do Atlântico Sul, em que temos todos os países lindeiros ao Atlântico Sul participando dela.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Pois é. A pirataria lá no Golfo da Guiné existe um pouco, mas é muito localizada nas águas nacionais dos países do Golfo da Guiné. Não existe aquela pirataria internacional em alto mar, muito pouco.

Mas as ameaças que temos dentro do Atlântico Sul e que a Marinha contribui para combatê-las, seja em parceria ou apoiando outras agências, como a Polícia Federal e o Ibama, seja ela realmente fazendo o esforço principal: temos o tráfico de drogas; tráfico de armamento; a pesca ilegal – vem muita gente pescar em nossas águas jurisdicionais; temos agora o problema da imigração, alguns imigrantes vindos em navio mercante; tráfico de pessoas; e principalmente a defesa das nossas plataformas e bacias petrolíferas. Como digo, o homem vai à guerra ou sempre foi à guerra por três motivos: água, alimento e energia; e o Brasil tem muita água, muito alimento e muita energia. Então, nós temos que defender e, nessa defesa, eu acho que a Marinha tem um papel importante. E, acerca do nosso comércio marítimo, as linhas de comunicações, temos que garantir que elas estejam sempre abertas.

Então, interessa ao Brasil e interessa à Marinha que o Oceano Atlântico seja um oceano realmente livre dos grandes conflitos, e acho que essa é a nossa grande preocupação.

Dentro desse esquema, temos a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional, que são os grandes documentos orientadores da defesa da Marinha, da atuação da Marinha. Como é essa atuação, no caso mais extremo do conflito armado, não das atividades subsidiárias? É a negação do mar, que é impedir que o inimigo use o mar em seu proveito. Isso é feito basicamente com submarinos. Nós temos o controle de áreas marítimas, para garantir que usemos o mar da maneira que queremos. Os nossos principais meios para isso são os nossos navios de superfície, os porta-aviões, as fragatas, as nossas patrulhas e meios aeronavais.

E, finalmente, a projeção de poder sobre terra, quando vamos defender os interesses nacionais fora do território nacional. E aí são os nossos fuzileiros navais, uma tropa expedicionária por natureza, e o nosso poder aeronaval.

Então, essa é a atuação da Marinha, é assim que a Marinha costuma atuar. Por cima de tudo isso, existe a dissuasão, quer dizer, quanto mais capazes formos em fazer essas ações que estão ali apresentadas, mais capazes seremos de evitar que tenhamos que fazer as ações. Isso é dissuasão, é fazer com que aqueles que pensam de alguma maneira nos agredir pensem que o custo dessa agressão é tão alto que é melhor procurar negociar, procurar outros meios de entendimento com o Brasil, jamais o conflito armado.

Eu acho que essa é a grande atuação, e não há dúvida de que os 70 anos de paz no Brasil é de certa forma uma garantia de que, bem ou mal, estamos conseguindo fazer isso, conseguindo que o custo de uma agressão ao Brasil seja sempre maior do que os benefícios que ela possa vir a trazer.

Dentro desse conceito, procurando atender os documentos e a essa estratégia, temos dois núcleos de desenvolvimento dos nossos projetos estratégicos, que é para garantir a capacidade da Marinha de cumprir suas tarefas. Um é um núcleo, vamos dizer, mais ligado à base industrial de defesa – que, no caso, é o interesse dessa audiência pública –, que tem a ver com a consolidação do poder naval.

Então, é a construção do Núcleo do Poder Naval, é a obtenção da capacidade operacional plena desse poder naval. A esquadra que nós já temos hoje, que ela esteja pronta para operar sempre. E no futuro a implantação da segunda esquadra no norte do País, para que possamos também ter uma linha de defesa naquela região.

O outro eixo seria de pesquisa e desenvolvimento, tecnologia de alta densidade.

Nós temos o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que é o equivalente ao nosso Sisfron. Do monitoramento eu falarei um pouco mais adiante. E no outro extremo o Programa Nuclear da Marinha, também de alta capacidade de arrasto tecnológico e pesquisa. E, na interseção dos dois eixos nós temos a própria construção do Núcleo do Poder Naval e a manutenção da nossa capacidade operacional atual.

Vamos ver agora os principais projetos para ter uma ideia dos orçamentos, como subiu, o que aconteceu nos últimos anos com a evolução do orçamento da Marinha em termos de custeio e investimento, incluído o PAC e as despesas obrigatórias e despesas discricionárias. Não entram aí as despesas de pessoal.

Aí nós temos, para se ter uma ideia do esforço que a Marinha fez ao longo dos últimos anos, o percentual do orçamento dela empregado em investimento. Está em torno de R$3, 5 bilhões, em valores de 2012. Se fosse mantido esse valor, se conseguirmos manter mais ou menos esse valor, R$3,5 bilhões, por 12 ou 15 anos, nós seremos capazes de ter uma Marinha moderna, balanceada e equilibrada, capaz de cumprir as suas tarefas.

Esses foram os valores dos últimos quatro anos, que agora, devido aos cortes, caíram. Mas esse seria um valor que nos permitiria, conforme acabássemos o Prosub, partir para novas empreitadas e garantir esses projetos estratégicos.

Temos vários projetos estratégicos decorrentes daqueles dois eixos e, tendo em vista as atuais restrições orçamentárias, demos prioridade àqueles cinco de cima: Programa Nuclear da Marinha, Programa de Desenvolvimento de Submarinos, manutenção ou obtenção de nossa capacidade operacional plena, construção das corvetas classe Tamandaré e o SisGAAz.

O SisGAAz é o Sisfron do mar, é o nosso monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras.

Os outros projetos estratégicos são importantes também, mas, tendo em vista as restrições, ficaram para uma segunda oportunidade: a implantação da segunda esquadra, a obtenção de navio de superfície – e nós usamos a classe Tamandaré, que é um projeto mais barato -, a obtenção de navio aeródromo, de navios anfíbios, a consolidação da Brigada de Fuzileiros Navais. Os fuzileiros navais têm hoje uma força muito bem aparelhada, muito moderna, então eles podem esperar um pouco as novas oportunidades de avanço. E os nossos navios patrulha não são o que desejamos nem o que precisamos, mas, em vista dos outros projetos, nós podemos sacrificar um pouquinho no momento.

Vamos falar do nosso primeiro programa, o Programa Nuclear da Marinha.

É um programa que vem desde 1979. A necessidade atual em termos financeiros para que ele funcionasse a pleno vapor, atendesse a todas as nossas capacidades de desenvolvimento é de cerca de R$450 milhões a R$480 milhões.

Ele se divide em duas pernas, sendo a primeira o domínio do ciclo do combustível. Significa pegarmos desde a extração de urânio na mina até a pastilha que vai alimentar o reator e sermos capazes de produzir todas as fases desse domínio. Nós já temos isso em laboratório, mas agora estamos partindo para a fase industrial, para produzir em caráter industrial todas as fases. Para algumas das fases nós já temos essa capacidade, mas a nossa meta – e tem que ser assim se quisermos ter um submarino nuclear – é sermos capazes de produzir em todas as etapas.

A outra perna desse programa é o Laboratório de Geração de Energia elétrica Núcleo-Elétrica, que é a construção do reator propriamente dita. Inicialmente faremos um reator em terra. Está sendo feito lá em Aramar. Esse reator terá a capacidade de 11MW, o que equivale a uma cidade de cerca de 20 mil habitantes. É mais ou menos o tamanho do reator que nós futuramente colocaremos no nosso submarino nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – *(Fora do microfone.)* Já está na dimensão que vai ser usado?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Será mais ou menos a dimensão. Há diferença. Estamos fazendo um protótipo para, a partir dele, construirmos então. E vai haver provavelmente, até porque os requisitos vão estabelecer aquilo que pode ser... Com certeza o reator nuclear será menor do que ele.

A outra etapa, além do programa nuclear, é também em Aramar, onde está o forte do ciclo do combustível nuclear e da construção do reator, em Iperó.

Para se ter uma ideia do arrasto tecnológico, hoje temos trabalhando apenas no programa nuclear 31 doutores, 116 mestres e 200 engenheiros, tal a capacidade de arrasto tecnológico que temos nessa área.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É importante focar que é um programa que tem como objeto a produção de energia nuclear e não fonte nuclear para outras necessidades.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Não, sem dúvida. É o único programa nuclear militar do mundo que é auditado por agências internacionais. Não existe no mundo essa situação, exceto aqui. Isso nos dá uma garantia e é uma clara demonstração para todo o mundo das intenções do Brasil a respeito do uso da energia nuclear. Eu acho que nenhum outro país... Acho, não. Nenhum outro país submete o seu programa militar a inspeções de agências internacionais. Esse é um aspecto muito importante. O senhor apresentou bem.

O segundo programa estratégico de peso da Marinha é o Prosub, Programa de Desenvolvimento de Submarinos.

É necessário e importante começarmos a ter o projeto. Ninguém vai nos ajudar a desenvolver o submarino nuclear. Temos um acordo com os franceses em algumas áreas, mas o núcleo, o forte do submarino nuclear, o grosso do projeto terá que ser desenvolvido por nós. E, para isso, é preciso começar de baixo.

Temos esses projetos de submarinos convencionais que serão muito importantes. O submarino convencional ainda é uma grande arma, não está ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quer dizer que sou um marinheiro de uma única viagem, não de primeira, e recebi até o nome de batismo de Salmão, não é, Comandante? Viajei num submarino. Naveguei num submarino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Onde? Não posso dizer, porque é um segredo estratégico. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Senador, o senhor foi batizado como Salmão. Eu, que era aspirante, fui batizado de Bagre. Era aspirante na época. Agora eles me dariam um nome mais nobre.

Então, pretendemos fazer esses quatro submarinos. O projeto está correndo de acordo com o previsto para obtermos a capacidade de projetar e de construir o submarino nuclear. As datas são aquelas, mas são metas. Realmente, as dificuldades são muito grandes; os obstáculos, enormes. Nós não temos ajuda de ninguém. Aliás, pelo contrário, de vez em quando criam obstáculos que não esperávamos, mas tenho certeza de que esse é o caminho que nos permitirá chegar... Talvez não em julho de 2025, mas em algum momento, um pouco depois, teremos a capacidade de ter o nosso submarino nuclear com todos os benefícios que a tecnologia do desenvolvimento nos trará.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Uma justa homenagem ao Almirante Álvaro Alberto.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O Almirante Álvaro Alberto foi o criador do CNPq e tinha essa visão de futuro muito acentuada.

Eu tenho uma fotografia no meu gabinete, muito interessante, do Almirante Álvaro Alberto apertando a mão do Santos Dumont. Essa é uma fotografia rara. Foi um professor do ITA que me deu de presente, mas é uma fotografia extremamente significativa, um apertando a mão do outro.

Ele era moço. Na fotografia, não dá para saber, mas deve ter uns 30 e poucos anos. Eu não sei nem a data exata da fotografia, só considerei muito significativa a existência dessa fotografia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me só uma interrupção?

O Senador Cristovam Buarque preside a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu queria sugerir – e me veio agora a ideia – que tivéssemos uma reunião na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia sobre o papel do Almirante Álvaro Alberto no desenvolvimento da ciência brasileira. Seria algo muito interessante para que as pessoas saibam quem foi ele, o que ele fez e o que devemos a ele.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Muito obrigado.

A Marinha agradece.

Esse é o nosso projeto. A ideia é fazer isso. E, junto com o projeto, nós teremos, está em construção, e alguns dos senhores já tiveram oportunidade de visitar, o estaleiro e a base de submarinos. É um projeto também muito grande, muito importante para nós, porque tem um futuro importante. Nós também estávamos muito restritos ao arsenal de Marinha no centro do Rio de Janeiro. Isso vai nos permitir sair um pouco de lá. Então os benefícios que essa base vai trazer para a Marinha e para o poder naval brasileiro são muito grandes.

O custo anual do Prosub hoje está em R$2,5 bilhões.

Esses valores que estou dando é para que tudo corra de acordo com o previsto, de acordo com o cronograma.

Quanto aos benefícios, apenas na área da construção da EBN (Contrato Estaleiro e Base Naval), nós temos mais de 600 empresas nacionais envolvidas, sendo 190 como contratantes mais importantes, com maiores valores; prestam serviços, materiais, equipamentos e insumos. Estou falando apenas da base do estaleiro. Mas há a construção do submarino em si, e esse é que realmente nos vai trazer mais benefícios. Há empresas que estão participando ativamente na área de metalurgia, de informática, de eletrônica, de controle de sistemas. Nós precisamos... É um avanço tecnológico enorme o que representa a construção desses submarinos.

Um exemplo típico é o tubo de torpedo. O tubo de torpedo envolve uma metalurgia muito sofisticada, porque ora ele recebe, de fora para dentro, toda a pressão da água do mar, lá no fundo; ora ele recebe, de dentro para fora, toda a pressão, pois metade do tubo está para fora da água, metade está para dentro do submarino. Então, ao contrário, está toda aquela pressão lá dentro, e ele tem de resistir, porque está dentro do submarino também.

Essas são características que tornam esse projeto único e extremamente importante, que vai para a nossa engenharia, para a nossa tecnologia, para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – E ninguém nos ensina; nós temos que aprender.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Sim, nós temos de aprender. Ninguém nos ensina. Na parte de metalurgia, nós ainda conseguimos alguma transferência de tecnologia. Quando entra na área nuclear, não. Ninguém nos ensina, só nós.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Almirante, quais são as principais empresas que estão construindo esse submarino?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O projeto submarino nós temos feito pela ICN (Itaguaí Construções Navais), uma parceria da DCNS (Direction des Constructions Navales et Services), francesa, com a Odebrecht, no Brasil, e com a Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais), que tem a Golden Chair, por parte da Marinha do Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perdoe-me a indiscrição, mas o fato de estar hoje preso o presidente da Odebrecht tem afetado alguma coisa nesse trabalho de construção?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Não, não. Até agora, não tivemos problema algum. Até o momento e desde 2008, quando foi assinado o contrato, não tivemos problema algum com a Odebrecht. O relacionamento tem sido extremamente correto entre a Marinha e a Odebrecht. Não há o que falar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O terceiro projeto que nós temos é a obtenção da capacidade operacional plena. Esta é uma dificuldade que nós temos hoje: nossa esquadra está antiga. Nós temos um bom Corpo de Fuzileiros Navais, nós temos forças distritais que, se não são as ideais, atendem relativamente bem, mas a esquadra, o núcleo do nosso poder naval está obsoleto, está ultrapassado.

E aí nós temos três pernas desse problema: a degradação do próprio arsenal de Marinha, do apoio logístico. Desde a década de 80 que o arsenal de Marinha não se moderniza e, ao mesmo tempo, perdeu praticamente a totalidade do seu corpo de funcionários. Essa é uma dificuldade, e nós temos de esperar, se quisermos recuperar isso. É no Rio de Janeiro, e há uma série de dificuldades, basicamente falta de investimentos. A própria moldura legal em que se inseriu o arsenal dificulta muito trabalharmos hoje. É um problema a ser enfrentado e a ser superado.

O segundo aspecto é a parte da preparação do pessoal que cuida tanto da parte logística, quanto da operação. Isso, de certa forma, nós estamos fazendo bem. Nós estamos conseguindo enfrentar bem, e nosso pessoal está conseguindo se preparar para enfrentar os inúmeros desafios que ele tem.

A terceira é a esquadra propriamente dita. A esquadra é antiga. A esquadra é da década de 70, com navios cuja idade vou mostrar mais adiante. Nós temos, por exemplo, o NDD Ceará, com 59 anos. Um navio de guerra normalmente dura 30 anos, no máximo. As nossas fragatas, que é o núcleo mais importante do nosso poder naval, têm 35 a 37 anos em média; o Ceará tem 59 anos; o São Paulo, que é o nosso porta-aviões, 52 anos; o Almirante Saboia, 49 anos. São navios antigos. Isso nós temos que enfrentar, e não basta o submarino. O submarino não resolve o problema dos navios de superfície. Precisamos ter navios de superfície também capazes de fazer frente às ameaças que o Brasil tem que enfrentar.

A necessidade anual para manter esses navios e recuperar o passivo de alguns deles é de R$600 milhões por ano. Esse é o orçamento que nós teríamos de ter. Nós não conseguimos ter esse orçamento. Normalmente, recebemos R$200 milhões a R$300 milhões, e isso vai fazendo com que o passivo às vezes aumente. São navios que realmente precisam... É o que nós temos, também não adianta nós... Isso é o que nós temos, e vamos trabalhar com eles. Mas, para isso, exige-se um esforço muito grande de manutenção.

A corveta classe Tamandaré, em parte, é para resolver o problema desses navios. A vantagem desses navios é o custo de cerca de US$450 milhões por navio. Em termos de navio de guerra, é um preço baixo.

Ele será construído no Brasil, com um índice de nacionalização muito grande, com uma participação enorme da indústria brasileira em todos os setores, como foi a corveta Barroso, que é a base.

Nós construímos, há pouco tempo, a corveta Barroso. Foi o último navio que nós construímos. E saiu um grande navio! Um navio que está se comportando muito bem. Neste momento, ela está chegando ao Líbano para render as fragatas, e vai ficar operando na força marítima do Líbano. Essa corveta deu certo, e nós a estamos usando como base – claro que modernizada, tendo em vista a evolução – para a corveta classe Tamandaré. Nós precisamos urgentemente desses navios. O custo dele seria de US$450 milhões por navio, quatro navios em oito anos seria mais ou menos o que nós poderíamos fazer. O projeto está em fase final de acabamento, e agora ficaria dependendo muito da possibilidade financeira para tocarmos adiante.

O último projeto estratégico que é prioritário é o sistema de gerenciamento da Amazônia Azul, em que nós teremos a capacidade de acompanhar e monitorar todo o tráfego marítimo nas nossas águas jurisdicionais. É o Sisfron do mar. É importante, há os aspectos de defesa, mas há também os aspectos de salvamento da vida humana do mar, de segurança de navegação, acompanhar também a parte de produção de petróleo. O sistema é muito sofisticado. São três fases. A fase de concepção acabou, e estamos na fase de escolha do contratante; eles estão se apresentando, e, a partir do próximo ano, seria o desenvolvimento propriamente dito, mais uma vez dependendo da existência de recursos para que toquemos esse projeto.

Agora, não adianta termos uma capacidade de defesa boa se nós não tivermos a capacidade de acompanhar. Por outro lado, não adianta sabermos tudo o que acontece se não tivermos capacidade depois para impor a ordem no mar com os nossos meios. Essa é uma dualidade que nós temos.

Os outros projetos ficarão aguardando uma oportunidade. Quer dizer, todos dependem de recursos, mas estes aqui serão numa segunda fase. Assim que nós tivermos mais disponibilidade de recursos, nós avançaremos com aqueles primeiros.

Ali já estamos com o Prosub, já estamos com o Programa Nuclear...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, a campainha é automática. Fique à vontade, Comandante, por favor.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Agora nós temos o SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul), que depende muito de recursos, e a própria corveta também.

Então, essa é a nossa situação.

Falando sobre a Base Industrial de Defesa, eu acho que é muito importante para a Marinha tê-la. Não existe capacidade militar crível sem uma defesa por trás, uma base industrial de defesa que garanta essa capacidade. E isso funciona com irregularidade de recursos. Obviamente, outros pares que estiveram aqui já devem ter apresentado a enorme necessidade de haver uma regularidade de recursos, de haver um valor mínimo que garanta essa permanente dedicação da indústria de defesa aos projetos de defesa. As vantagens são inúmeras. Outro dia, a Abin esteve numa reunião e mostrou exatamente o quanto que cada real gasto no investimento de defesa produz de benefícios; a partir daquele investimento inicial, surgem outros benefícios.

A defesa gera capacitação de pessoal, gera visibilidade interna e externa, transferência de tecnologia. A Marinha tem uma credibilidade muito grande, não só na nossa população, mas externamente a Marinha tem essa popularidade. Então, a transferência de tecnologia, quando é feita para a Marinha, ou via Marinha do Brasil para indústrias locais, é feita sempre com mais facilidade, porque existe esse fator que facilita. Nós somos uma instituição que tem esse peso.

No desenvolvimento nacional, como eu disse, redução de custos, mas principalmente a importância é nos termos a regularidade.

A Inglaterra e a França, como eu já disse, são países exemplares nesse sentido. Eles chegam ao ponto – isso é muito claro na Inglaterra – de vender alguns navios que ainda poderiam ter vida útil, que ainda não atingiram o limite de sua vida útil. Ela vende navios antes de chegar ao seu limite de vida útil, de maneira a não acabar os seus estaleiros, não terminar encomendas. Então, eles pegam um navio de 15 anos, 20 anos de uso – nós até compramos alguns daqueles que estão ali –, e vendem para encomendarem novos navios. Isso é constante. Com isso, eles garantem uma indústria de defesa compatível com o peso estratégico do país.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Almirante, só uma pergunta: a nossa possibilidade de termos uma indústria de defesa capaz, digamos, não apenas de abastecer nossas Forças Armadas, mas também de exportar produtos para outros países depende de acordos de salvaguarda tecnológica? Como é que está?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Não, normal. Sempre temos alguma coisa importada do exterior.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E poderemos também vir a exportar, à medida que desenvolvamos nossa indústria.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Normalmente, há uma preocupação muito grande da Marinha no sentido de que, toda vez que assina um contrato de compra de um equipamento no exterior, exista no contrato que poderemos exportar para quem quisermos. Há essa preocupação de salvar, garantir.

Então, compramos um produto de um navio no exterior, às vezes, e pensamos: "posso usar esse projeto para vender para quem eu quiser". Ou então, eles, às vezes, dizem também no contrato: "você não pode vender para esse o aquele país porque é meu inimigo". Então, já sabemos. São regas relativamente claras acerca do que podemos.

E a Marinha sempre procura, ao fazer isso, já é automático nos nossos contratos, a certeza de que vamos poder usar esse, aquele projeto que estamos comprando ou aquela capacitação que estamos obtendo para exportar. E a exportação de defesa passa muito pelo país que a possui.

Por exemplo, o mundo hoje está sem navios desse tamanho, as marinhas de todo o mundo não têm navio dessa fase, de 2,5 mil toneladas. Os europeus partiram para o esquema de navios de 5 mil toneladas, os americanos, 7 mil toneladas. E esse tamanho, que é o tamanho para marinhas do nosso porte e para marinhas como as sul-americanas, poucos países têm.

Então esse projeto, sem dúvida nenhuma, se adquirirmos, vamos ter uma grande capacidade de exportar, primeiro porque sabemos que é um bom navio, e, segundo, porque é um preço, metade do preço de um navio que normalmente é fornecido em outros países.

Agora, existe a ligação clara entre aquilo que compramos e aquilo que conseguimos exportar.

Não sei se respondi a pergunta do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claramente.

Eu queria registrar ...

Perdão, o senhor já terminou?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah, pois não. Desculpe-me

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Só mostrar aqui alguns exemplos da construção naval no Brasil, que hoje é tão pujante.

Ela começou não só no Arsenal de Marinha, em 1773, mas na década de 50. A base da indústria naval que existe hoje começou na década de 50, com Juscelino Kubitschek, que se baseou basicamente na mão de obra que veio do Arsenal de Marinha. Eram centenas de oficiais de Marinha, que saíram da Marinha, mas que foram fundar os estaleiros. Eram mão de obra, engenheiros navais, operários, da Ishikawajima, foram trabalhar na Ishikawajima, na Verolme, na época, e que, depois, evoluiu. Então, a Marinha, realmente participou muito da consolidação da indústria naval no Brasil.

A informática, outro detalhe, é importante, mas a primeira a se preocupar com computador no Brasil foi a Marinha, a Cobra Computadores, na década de 70. Nós compramos as fragatas, e a primeira fábrica de computadores no Brasil, que acho que ainda existe... Até a Cobra, que hoje é do Banco do Brasil, foi feita junto pela Marinha em parceria e deu um desenvolvimento muito grande na área de informática.

E, mais uma vez, voltando a falar no Almirante Álvaro Alberto, o grande entusiasta da energia nuclear e da pesquisa, foi o criador do CNPq e hoje é um ícone para todos nós não só por seu ponto de vista de oficial de marinha, mas como pesquisador e como brasileiro.

Então são exemplos da nossa contribuição pretérita ao nosso desenvolvimento nacional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente, na exposição, o Almirante falou da questão da segurança e da defesa que a Marinha faz na região de fronteira, acima das 200 milhas marítimas da pesca por embarcações estrangeiras.

Qual é a procedência em maior número, em número dessas embarcações?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Ultimamente, houve uma época, há uns 15 anos, havia muita gente da Guiana Francesa, agora, o problema inverteu, nós é que estamos indo para lá, nossos pesqueiros é que estão sendo apreendidos na Guiana Francesa. Agora existe muito asiático, muito país asiático vem pescar aqui irregularmente. Talvez eu diria que hoje é o nosso maior problema, quando detectamos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Também há uma coisa: a zona econômica exclusiva tem limite. Se não pescamos, temos que deixar os outros pescarem. Então, existem cotas a serem cumpridas. Isso é uma coisa tão importante, desenvolver a pesca brasileira para que não percamos o direito de pescar no nosso País, porque, se não usarmos todo o potencial de pesca de uma determinada região, temos que ceder o excedente para que outros países venham pescar.

Eu não conheço os detalhes legais nesse negócio, mas a nossa preocupação maior é que quem esteja pescando esteja efetivamente autorizado a pescar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria registrar a presença, Srs. Senadores, do Almirante de Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, que é o Coordenador-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear, também do Contra-Almirante Jayme Teixeira Pinto Filho, que tem a mais, digamos, tranquila das tarefas, que é a gestão orçamentária da Marinha. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

Nós temos também aqui o Contra-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, que é o Diretor de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha; o Contra-Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, que é Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha; o Contra-Almirante André Luís Ferreira Marques, que dirige o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; o Capitão de Mar e Guerra, João Alberto de Araújo Lampert, que é Assessor Chefe de Relações Institucionais do Gabinete do Comandante da Marinha; e também o Chefe de Gabinete do Estado-Maior da Armada, Celso Nazareth.

Pois não. O primeiro inscrito é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Comandante, primeiro é um grande prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – V. Exª sabe da minha admiração por todo o trabalho da Marinha, não só submarino como na Antártica, de cuja comissão parlamentar tenho prazer de ser – eu acho que há uns dez anos – Presidente. Então, recebê-lo aqui, para mim, é uma grande satisfação.

Eu tenho três perguntas, mais ou menos na mesma linha. Uma não. Uma é diferente.

Para um não especialista, a sensação que a gente tem ao ler, ler, ler é de que a guerra do futuro vai ser vencida por quem tiver mais condições de manipular as tecnologias de informação. A sensação que eu tinha era que os generais são *hackers* hoje em dia. São aqueles que vão ser capazes – se é que isso vai ser possível, e minha pergunta é nesse sentido – de desviar o rumo de um submarino ou de um avião de um lugar para outro, só por mensagens de informática, já que os pilotos serão cada vez mais automáticos. Então, se eles são automáticos, recebem ordens de fora, não de seres humanos. Se eles recebem de fora, de vez em quando é capaz de ele confundir a mensagem que vem do comandante que fabricou com a do outro comandante que não fabricou e que é o inimigo. Mas termina comandando as armas do inimigo.

Eu pergunto se há esse risco ou se isso é um simples delírio da ciência, ficção? Há o risco de que as tecnologias de informação manipulem as armas, mesmo daqueles que desenvolveram e têm as armas? Isso é verdade? E, se for, se estamos preparados? Se vamos construir um submarino nuclear, vamos ter certeza de que ele será conduzido, funcionará sem riscos de manipulações de informáticas vindas de fora? Então, essa é a primeira pergunta.

A segunda é se há ou não dificuldades de mão de obra, especialistas, especialmente cientistas e engenheiros. É um problema de salários na concorrência?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É isso. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... desses técnicos que trabalham no programa, como por exemplo esses que são desenvolvidos em Aramar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então é isso, a dificuldade de mão de obra e os salários, se são compatíveis para atrair a mão de obra de qualidade de que precisamos?

Acompanho muito o ITA, e sinto que o ITA vai ter problema em breve. Já fui falar com o Ministro Wagner sobre isso. Em breve, com a aposentadoria, vai ter dificuldade de repor, porque aqueles geniozinhos dele estão ganhando fortunas e fortunas no mercado financeiro. Também fui uma vez a esses meninos que ficam jogando com o dinheiro do mundo e fui perguntando. Uma boa parte saiu do ITA. Então, quero saber se é um problema.

E terceiro: em que áreas somos frágeis? Em que áreas, daquelas científicas, necessárias para fazer um submarino nuclear, somos frágeis – não dentro da Marinha, mas frágeis no Brasil?

São as três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos fazer então por blocos. É a sugestão do Senador Jorge Viana.

O Senador Ferraço também pediu a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, meu caro Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, é com muita alegria e com muita honra que recebemos V. Exª, nosso Comandante da Marinha. Não apenas V. Exª, mas esse conjunto extraordinário de oficiais que acompanham V. Exª e que compartilham dessa nobre tarefa...

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... de fazer a gestão de um trabalho tão importante e tão relevante como esse que o senhor faz.

A minha tarefa aqui não é pequena. O senhor viu que aqueles elogios todos que o Senador Aloysio me fez não são sem sentido, é porque a carga de trabalho que ele me impõe é muito grande, então a forma de ele me compensar é com esses elogios.

Mas o fato objetivo é que a Lei Complementar nº 136, de 2010, de Sua Excelência a Presidente da República, estabelece que o Poder Executivo encaminhará à apresentação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de quatro em quatro anos, as devidas atualizações relacionadas com a Política de Defesa Nacional, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional. Ou seja: em 2016, o Poder Executivo estará encaminhando ao Congresso Nacional a atualização, o desdobramento, o desenvolvimento, tudo aquilo que foi proposto lá atrás, ainda em 2008, quando houve uma radical inclinação na estratégia de defesa, a partir de um conjunto extraordinário de diretrizes que foram concebidas, políticas, que deram ao nosso País uma extraordinária expectativa, substituindo a tradição de comprarmos na prateleira e de firmarmos alianças e cooperações que pudessem dar ao nosso País a condição do domínio tecnológico, do domínio de produção.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está se antecipando a isso, e fui designado como relator, para apresentar – e eu creio que, até o final de outubro, eu possa apresentar – à Comissão o nosso relatório. Nesta Comissão, o Presidente Aloysio acaba de declinar, porque terá, na Fiesp, uma importante reunião, em que estaremos conversando com a chamada base industrial da defesa brasileira, que reúne um conjunto de empreendedores do nosso País, que, de certa forma, topou a convocação feita pelo Estado brasileiro. Nós vamos conversar também com o setor privado, que é um parceiro importante na construção desse ambiente.

Então, eu não tenho como esgotar, numa sessão como essa, até por questão de cordialidade com os meus colegas, o conjunto de questões que eu preciso levantar na condição de Relator.

Nós recebemos aqui, na semana anterior, o comandante da Aeronáutica e fizemos a ele a mesma solicitação. Na prática, Sr. Presidente, precisamos é de constituir um grupo de trabalho, constituído aqui pela nossa equipe, com a equipe de V. Exª, para que possamos nos desdobrar em relação aos diversos projetos que foram apresentados aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª apresentou os projetos, as necessidades do projeto, mas há uma distância enorme entre as necessidades e a nossa realidade. Nós estamos mergulhados numa crise econômica sem precedentes, com consequências em todas as áreas da atividade governamental, e não seria diferente com as nossas Forças Armadas.

Então, conhecer o detalhe, o estado da arte, em que fase estamos em relação ao Prosub, ao Programa Nuclear da Marinha, ao SisGAAz, ao Prosuper, é muito importante. Eu tenho necessidade de uma reunião mais detalhada para conhecer, na prática, o que está acontecendo. Nós precisamos de um diagnóstico. Para que possamos contribuir nas linhas, alternativas e sugestões, é preciso um bom diagnóstico. Onde estamos? O que planejamos lá atrás? De que maneira vamos chegar? Como vamos chegar? Como essa crise econômica está afetando os projetos e os programas que estão submetidos à Marinha? O que isso gera como consequência em torno da obsolescência tecnológica, da oportunidade de mercado, quer dizer, de que maneira, a cadeia empreendedora brasileira está sendo afetada em função desses atrasos sistemáticos em nossos cronogramas financeiros?

Isso não está acontecendo apenas na Marinha. Está acontecendo na Aeronáutica, está acontecendo no Exército e, evidentemente, está acontecendo em outras áreas da atividade do Governo, em programas importantes, como o Pronatec, o Fies, Ministério da Saúde.

Mas a minha tarefa aqui, o instrumento que eu preciso tocar, a designação que me foi dada é apresentar um projeto, é apresentar um relatório que anteceda essa necessidade de revisão ou de revisitação da política, da estratégia e do Livro Branco, em 2016.

Para tanto, Sr. Presidente, eu queria solicitar aqui formalmente a V. Exª, aproveitando a oportunidade, o privilégio e a honra de receber V. Exª, para que possamos constituir um grupo de trabalho e eu pudesse conversar com a equipe que V. Exª determinar acerca desses vários objetivos que constam dessa nossa tarefa e agendar também visitas, que precisam ser feitas, como, por exemplo, ao Polo Naval de Itaguaí. Assim, poderemos ver em que fase as coisas estão, qual é a conexão e a sinergia que há entre o cronograma físico e financeiro, o que foi estabelecido na partida, de que forma esses cronogramas estão sendo impactados pela crise fiscal que vive o Governo brasileiro. Enfim, são muitas as questões relacionadas a essa missão.

E a minha pergunta é basicamente, neste momento, esta: se nós temos condição de contar com a colaboração de V. Exª, da equipe de V. Exª, até porque este trabalho que estamos fazendo é um trabalho absolutamente institucional, cujo limite é o de nos anteciparmos a um debate que vamos fazer em 2016. E a ideia é não aguardar que 2016 chegue, é antecipar ao debate, para que, à luz da verdade e da realidade, possamos contribuir.

Esse relatório será meu, num primeiro momento, mas, num segundo momento, será submetido a exame da Comissão, para que as Srªs e os Srs. Senadores possam avaliar. Então, a solicitação que faço, em torno de uma pergunta, é se podemos contar com a perspectiva e a possibilidade de um grupo de trabalho desta Comissão com a Marinha, para que possamos fazer um mergulho nas águas ultraprofundas desses extraordi-

nários projetos, que não são importantes apenas para a Marinha, porque muitos deles ou grande parte deles têm utilização dual. E V. Exª deu demonstração aqui do que a inovação e a tecnologia na defesa podem representar de avanços no dia a dia da sociedade.

Então, peço a V. Exª que possamos constituir esse grupo de trabalho para desenvolvimento dessa tarefa que me foi designada por S. Exª o Presidente Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – A Marinha estará sempre pronta para recebê-lo com uma equipe e prestar todas as informações que o senhor precisar a qualquer momento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se possível já na próxima semana. Solicito uma audiência com V. Exª, para que possamos constituir e fazer, portanto, o esforço nessa direção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Comandante Eduardo, cumprimento V. Exª, os colegas Senadores, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O nosso País criou, construiu a Estratégia Nacional de Defesa. Eu tive alguma convivência, até intensa com isso. Posso dizer que o Senador Ferraço está fazendo esse trabalho, mas temos, de fato, uma construção, nas três Forças, muito interessante, no sentido de implementar essa Estratégia Nacional de Defesa.

Quer dizer, há projetos estratégicos bem definidos, há uma concepção desse projeto baseada no nosso País, no perfil que o Brasil tem, no papel que ele tem a desempenhar no mundo. Mas estamos entrando numa quadra muito delicada, que não estava programada quando a Estratégia Nacional de Defesa foi construída. Temos agora a questão da China; Estados Unidos e a Europa passaram por crise; e o nosso País está vivendo um momento, entrando talvez num momento muito delicado.

Toda estratégia nacional de defesa obrigatoriamente tem que ter muito investimento para manter a capacidade operacional, que já tem dificuldades e é cara. Os equipamentos são obsoletos. Vimos aqui navios que deveriam ter em média 30 anos, mas que estão em média com 40 anos, alguns com mais de 50 anos. E o custo certamente se amplia muito quando se lida com uma situação como esta, além da insegurança para cumprir as missões. Mas, além disso, as nossas três Forças – a Marinha especialmente, conforme disse o Senador Cristovam – trabalham muito com pesquisa, desenvolvimento. E é assim que tem que funcionar. Nosso projeto de submarino nuclear é o exemplo clássico de todo esse processo de verticalização.

Mas entendo que talvez tenhamos que criar um projeto estratégico de como as Forças vão ter que se entender para revisar, revisitar a nossa estratégia nacional de defesa, para atravessar esse período. Certamente, vamos ter dificuldades orçamentárias nos próximos anos maiores do que já estávamos tendo. Eu queria, então, dizer que não vamos ter como fugir.

Esse trabalho que o Senador Ferraço está fazendo é de muita importância, porque não é apenas dizer que está faltando, que há projetos que estão atrasados. Eu acho que nós vamos ter que revisar nessa estratégia nacional de defesa e colocar um plano de ação para atravessar esse período conturbado. É uma sugestão, uma opinião.

Mas eu queria maior manifestação de V. Exª, comandante, sobre a Amazônia. O Exército brasileiro, por exemplo, passou por uma reestruturação, inclusive do soldado. Nós temos um soldado profissionalizado, que fica sete anos, que é um guerrilheiro de selva. Toda a estratégia do Exército gira em função de uma concepção, que é recente, na época ainda do Governo do Presidente Fernando Henrique para cá, e mudou completamente a maneira do adestramento, do trabalho, dos equipamentos do Exército brasileiro, pensando na Amazônia.

Nós tivemos aqui uma audiência com a FAB, com o comandante da Aeronáutica e falamos do papel que eles têm. Hoje cresceu no mundo o papel da Força Aérea, porque o Exército trabalha, mas a Marinha trabalha intensamente.

Eu vejo assim: o nosso País tem rios enormes, os maiores rios, o maior volume de água, é uma região estratégica. Eu não sei se é uma percepção errada, mas acho que a Marinha ainda não aprofundou como lidar com a Amazônia. Não sei se isso é falta de recurso, se está em gestação uma estratégia, porque ali nós temos sérios problemas. Temos muita água. Temos um papel enorme para a Marinha. Eu conheço bem as dificuldades que a Marinha tem para estar presente lá, inclusive do ponto de vista orçamentário.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais da estratégia, aprofundasse mais sobre a estratégia em relação à Amazônia, Marinha/Amazônia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Aloysio.

Comandante Eduardo Bacellar Ferreira, gostei muito da sua exposição dos projetos estratégicos. Agora, inevitavelmente, fica uma dúvida com relação à consecução diante da série crise econômica que o País está

vivendo e onde há uma palavra de ordem que diz o tempo todo em contingenciamento em todos os setores. Se possível, gostaria de ouvir de V. Sª aquilo que é mais urgente, o que é viável, o que está sendo feito. Eu gostaria que, mesmo que o senhor tenha falado de passagem, repisasse um pouquinho.

Já que é importantíssima a defesa das fronteiras marítimas, o País tem sido alvo de muito tráfego de armas e drogas. Eu vi V. Sª dizer de passagem acerca dos navios-patrulha. Ouvi uma frase que gostaria que o senhor explicasse melhor: "é uma área que pode sacrificar no momento".

Será que eu ouvi bem? Disponibilidade de navio-patrulha de tal modo que pudesse coibir, neste Brasil de fronteiras tão extensas, e o País sendo invadido por tantas armas e tantas drogas, o que tem sido possível fazer?

São as duas perguntas que eu tinha para lhe fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Lasier. E finalmente a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Colegas Senadores, caro Comandante, se o senhor tivesse nascido em Rio Grande, lá no 5º Distrito Naval, o Rio Grande do Sul estaria hoje liderando o Comando Militar Brasileiro, porque o Comandante da Aeronáutica é gaúcho... (*Falha na gravação.*)

O Comandante do Exército é o General de Exército Villas Bôas. E teríamos o nosso Comandante Almirante de Esquadra Eduardo Ferreira também representando o Rio Grande.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Senadora, eu teria muito orgulho de ser gaúcho. Mas, lamentavelmente, sou carioca.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois é, eu vi. O sotaque demarcou bem a fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora é uma das comandantes aqui do Senado. Eu me considero um soldado às suas ordens.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Se eu fosse homem, seria militar, sem dúvida, porque eu gosto de ser disciplinada.

Mas aqui muito foi dito, mas eu não vou deixar de mencioná-la, que é a questão do pré-sal.

O pré-sal saiu da pauta. Deixamos de falar do pré-sal. Parece que deixou de ser um projeto, digamos, importante, pelas circunstâncias todas que o País está vivendo. E a Marinha tinha, nesse projeto, um papel muito importante na questão da defesa. Não só a Marinha, mas todo o complexo das Forças Armadas. Então, quero saber como é que está isso e se ele ficou em segundo plano.

Quanto à questão orçamentária, costuma-se dizer que, em casa que falta pão, todos discutem e não têm razão. Quais são os critérios que a Marinha trata para definir o que vai cortar mais ou menos? Isso é feito de forma colegiada? Quem faz parte do *board* dessa equipe? São estabelecidos critérios de prioridade de projetos pelo adiantamento do projeto? Por exemplo, se um projeto está com 80% realizado, a prioridade é concluir esse que está com 80% e deixar o que está com 40% para mais tarde? Então, quais são os critérios objetivos que são usados na definição dessas prioridades?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Nós recebemos algumas perguntas que vem pelo nosso Portal. Há uma pergunta a respeito exatamente da reserva do pré-sal no litoral norte de Santa Catarina e qual é o valor estimado para isso. Eu penso que é uma questão que tem que ser encaminhada ao Ministério de Minas e Energia. Entendo não ser algo da competência da Marinha.

Há uma pergunta da parte do Sr. Creosolino Silveira, que diz o seguinte:

> Bom dia, gostaria de saber do Comandante da Marinha,como ele vê as ameaças feitas pelo presidente da Bolívia em invadir o Brasil? E como a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem se pautado neste caso?

Seguramente esse cidadão se refere a uma declaração do presidente da Bolívia, Evo Morales, que, em uma cerimônia, ou discurso, ou comício, ou coisa que o valha, teria feito uma exortação às Forças Armadas brasileiras para que as Forças Armadas saiam em defesa do mandato da Presidente Dilma, que estaria sendo ameaçado por forças golpistas. É uma coisa maluca, evidentemente. É uma fanfarronada sem nenhum cabimento. Não há nenhuma ameaça desse senhor da Bolívia de invadir o Brasil. As Forças Armadas brasileiras não obedecem ao Presidente da Bolívia, mas obedecem à Constituição da República Brasileira. E não há nada que ameace a democracia brasileira.

Ameaças, sim, existem aos direitos democráticos do povo boliviano por esse senhor, que sufoca a imprensa, que persegue adversários políticos, que manieta o judiciário. No mais, é folclore, fanfarronada e ridículo. Aliás, em matéria de ridículo, existe um precedente na Bolívia: a Bolívia teve um presidente, um Caudilho,

que dominou Bolívia em meados do século 19. Ele era presidente da Bolívia, tinha esse título, quando eclodiu a Guerra Franco-Prussiana. Ele chamava-se Mariano Melgarejo.

Ele, então, reuniu um grupo, uma força expedicionária para socorrer as tropas francesas ameaçadas pela Prússia nessa guerra. Ele queria ajudar o exército francês, as forças armadas francesa a defender Paris. E ele constituiu, então, uma força expedicionária, a cavalo, para atravessar o Brasil e chegar até Paris para defender a França contra as tropas prussianas. Imagina o senhor. É uma pessoa bastante interessante. Mariano Melgarejo.

Outra proeza dele foi expulsar da Bolívia o embaixador da Grã-Bretanha. Ele expulsou e fez esse pobre embaixador montar em um burro, de costas, para ser expulso nessa condição de humilhação do território boliviano. Mas esse é um precedente que faz tempo que aconteceu, apenas ele é hoje uma figura folclórica, como folclórica é essa fanfarronada desse Sr. Morales.

A Comissão de Relações Exteriores se preocupa, sim, com esse tipo de insulto, que tem que ser respondido pela Diplomacia brasileira, e não pelas Forças Armadas. Preocupamo-nos com o fato de a Bolívia ter sido um lugar de predileção de receptadores de veículos roubados no Brasil. Já tivemos inclusive audiência pública sobre esse tema na Comissão de Relações Exteriores. Preocupa-nos o fato também do amplo cultivo de coca na Bolívia. Estima-se que haja cerca de 30 mil hectares, hoje, dedicados ao consumo de coca, quando o consumo tradicional, que é corrente na população do altiplano, no máximo absorveria a produção de cerca de 6 mil hectares, e lá eles têm 30 mil hectares. E isso vai para algum lugar, para algum lugar, inclusive para o Brasil. Então, essas são as preocupações nossas, mas nunca a invasão do Brasil e muito menos a conclamação das Forças Armadas brasileiras para qualquer aventura.

Temos uma outra pergunta, que vem do Sr. Cláudio da Cunha e Silva Filho:

> Pergunto ao Comandante Eduardo como ele pretende manter um navio aeródromo diante das condições operacionais precárias do Navio São Paulo e quais os planos e dificuldades de fabricação brasileira de fragatas de 6 mil toneladas e de corvetas.

É o texto da pergunta que nos chega.

Então, V. Exª tem já um conjunto alentado de questões, e estamos prontos para ouvi-lo.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Bom, mais uma vez muito obrigado pela oportunidade de estar aqui falando, respondendo a essas perguntas, são interessantes, é uma chance que eu tenho de a gente mostrar a posição da Marinha em vários aspectos. Mas, também, às vezes, ajuda-me a organizar, pois, ao receber a pergunta, eu sou obrigado a organizar as minhas ideias a respeito de uma porção de assuntos, que, às vezes, a gente vê muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Comandante, o senhor me permite, chega mais uma pergunta agora: quais são os planos de desenvolvimento de mísseis navais de cruzeiro?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Então, começando pelas perguntas do Senador Cristovam Buarque, a respeito da cibernética, o senhor está com toda razão. É uma vulnerabilidade. Hoje, a guerra cibernética domina tudo.

No caso específico da Marinha do Brasil, a nossa grande preocupação com a guerra cibernética está nos sistemas de comunicações. A capacidade que um *hacker*, ou um país, ou um inimigo, ou um adversário de interferir com o nosso sistema de comunicações. Os nossos sistemas ainda não são suscetíveis, até pelo grau de automação que os nossos sistemas têm, não são suscetíveis a esse tipo de interferência. Os nossos navios ainda são operados por tripulações, não são remotamente controlados. Os nossos mísseis não são de longo alcance, apesar de que existe isso já há muito tempo, o bloqueio eletrônico, mas não é cibernética, é o bloqueio eletrônico dos nossos mísseis, de radares. Isso é uma situação que a gente está sempre trabalhando contra e a favor.

Também estamos desenvolvendo a nossa capacidade de bloquear eletronicamente um míssil que esteja atacando a nossa Força, mas isso é no nível tático muito pequeno. Num nível mais estratégico, operacional, a grande preocupação que nós temos hoje no momento, a maior preocupação nossa é a defesa cibernética capaz de interferir com a nossa capacidade de dar ordens, de disseminar informações, de disseminar alarmes, ou de confundir todo o sistema. Isso no caso da Marinha.

Obviamente, de acordo com a estratégica nacional de defesa, a instituição líder nesse setor é o Exército. Ele é o responsável maior pela guerra cibernética. A Marinha tem as suas preocupações individuais, mas juntos estamos fazendo um trabalho de nos preparar para uma situação de maior gravidade. Tendo sempre a preocupação, sim, com as estruturas críticas do Brasil: sistema elétrico, sistema de telefonia, de comunicações. Esses hoje são talvez mais vulneráveis a um ataque de *hackers* do que... Mas eu não conheço muito essa área, não é o meu setor. Eu não ousaria falar muito, mas eu vejo com preocupação essa... Quanto aos navios em si, é essencialmente o sistema de comunicações.

A segunda pergunta do senhor, sobre mão de obra e salários, na parte dos engenheiros ligados ao Programa Nuclear e ao Programa Submarino, esse problema foi relativamente bem resolvido na parte dos engenheiros civis, porque foi criado a Amazul, uma companhia que está apoiando, e nós podemos contratar os engenheiros pelo preço, pelo valor de mercado, o que é muito importante. São pessoas extremamente qualificadas, extremamente capazes e que precisam receber aquilo que eles valem no mercado. A Amazul nos permitiu isso e, de alguma maneira, isso está nos ajudando. Aos poucos, nós estamos completando a mão de obra que nós precisávamos e que antes não tínhamos para os nossos programas de construção de submarino e nuclear.

A dificuldade maior, às vezes, é no pessoal militar. Os salários dos militares, desse pessoal, são abaixo do mercado. De vez em quando, perdemos gente muito qualificada que pede demissão da Marinha e vai trabalhar fora, mas também não é num nível hoje que nos chegue a causar grandes impactos. O nível de evasão nesse setor existe, mas não é... Ao contrário do ITA. O ITA, acho que é o problema mais sério dos militares.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...Comandante, porque nós estamos aqui, no Senado e no Congresso, muito sujeitos a pressões salariais de vários setores do funcionalismo público. Atualmente existe uma... Será incluído, na pauta do Congresso, um projeto de lei relativo à remuneração do pessoal do Judiciário. Eu andei indagando a remuneração de alguns e, se compararmos com a remuneração dos engenheiros que estão lá em Aramar... Eu até tive a curiosidade de obter uma informação. Está sujeito a caução evidentemente, mas o engenheiro que está trabalhando lá no desenvolvimento do nosso programa nuclear, nosso combustível nuclear, o ciclo do combustível nuclear, começa com R$6.500,00, com periculosidade. Depois de muitos anos de serviço, ele vai ganhar uma coisa de R$15 mil, no máximo. Então, talvez seja por aí, mas eu tenho a impressão de que essa é a ordem de grandeza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por aí. E são pessoas altamente qualificadas. Muita gente tem doutorado, tem mestrado, como foi demonstrado há pouco pelo Comandante.

Eu acho que é sempre bom termos esse critério de comparação quando submetidos a pressões, muitas vezes ruidosas, aqui, no Congresso Nacional, a respeito de remunerações de servidores públicos. Existe uma enorme anarquia salarial, no Brasil, no serviço público brasileiro, e essa anarquia não pode ser resolvida só com pressões, digamos, tópicas. É preciso ter realmente uma política pessoal bastante abrangente, sob pena de perpetuarmos injustiças e dificultarmos a presença, no serviço público, de pessoas altamente qualificadas.

Na Marinha brasileira, eu tive contato com alguns colegas seus, inclusive com V. Exª, e é gente que se estivesse aí fora, trabalhando para a iniciativa privada, ganharia muitíssimo mais, pelo grau de qualificação que tem, do que ganham hoje no serviço público.

Desculpe a interrupção.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade. É verdade. Eu me referi a esse projeto, mas há outros, sim, inclusive aqui do Legislativo.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – É até bom clarear, porque realmente não fiz uma comparação de salários. A comparação de salários da Amazul, que é a grande empregadora do nosso pessoal hoje empregado no Prosub, é com o mercado de trabalho em que eles teriam aí fora, não com o serviço público. E aí está mais ou menos compatível.

Os militares ganham menos. Talvez a média dos militares está ganhando menos do que eles. Agora essa diferença não está sendo a causa maior da evasão causada. Agora existe insatisfação, existe tristeza, desmotivação a partir das dificuldades financeiras que são enfrentadas. Mas não está sendo motivo para que as pessoas... Até porque existe também, ao mesmo tempo, um idealismo, uma vontade de fazer alguma coisa. Então, eles superam essas dificuldades financeiras com muita vontade de fazer isso.

Agora, eu não comparei com outras categorias, comparei com o mercado de trabalho que eles provavelmente teriam, se tivessem saído para trabalhar na iniciativa privada, no momento atual em São Paulo, por exemplo. Realmente, as diferenças salariais eu não tenho dados para comparar com outros setores que fazem essa pressão.

Com os militares também tenho alguma dificuldade. Realmente está uma situação difícil. O Governo está tentando ajudar, ver o que pode ser feito, mas existe uma diferença maior. Agora, nesse setor específico, talvez pela motivação de estar trabalhando em alguma coisa que achem muito importante, a motivação faz com que eles, de alguma maneira, enfrentem essas dificuldades e continuem conosco.

Em que áreas nós somos frágeis? Senador, é interessante: nós temos vulnerabilidade em toda área tecnológica. Somos um País de nível tecnológico menor do que aquele que talvez nossos sonhos nos fazem ousar. Então, temos muitos obstáculos a vencer para chegarmos ao submarino nuclear. Agora, nós temos também a capacidade para chegar lá. Temos capacidade de superar essas vulnerabilidades na área da própria energia nuclear, desenvolvimento de controle, sistemas de controle, isso é muito importante no projeto nuclear, são sistemas de monitoração, de controle. Isso é muito sofisticado. Talvez isso seja uma das áreas mais difíceis para gente. Mas nós vamos lá. Quando conseguimos, em algum setor, obter isso no exterior, ganhamos tempo, mas quando não conseguimos, vamos em frente assim mesmo e acabamos desenvolvendo por nós mesmos.

O potencial do nosso pessoal, das nossas universidades, da Universidade de São Paulo, o potencial dos nossos institutos de tecnologia é muito grande para superar esses obstáculos. Agora, temos muito a vencer, porque ainda temos, eu diria, um nível de desenvolvimento tecnológico médio, tanto na parte de metalurgia como de sistemas de controle, informática, eletricidade. Agora, não são obstáculos insuperáveis. Podemos vencê-los.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Almirante, o Senador Raimundo Lira, que estava em outra comissão, chega agora e gostaria também de fazer uma pergunta ao senhor, interrompendo a sequência de suas respostas.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Comandante Bacellar, eu, quando jovem, fui aluno, por cinco anos, de um colégio Salesiano, depois dois anos nas escolas preparatórias de cadetes de Fortaleza e Campinas. Portanto, tenho a minha vida educacional toda voltada para a disciplina, organização e hierarquia.

Aplicando esses valores, eu posso dizer, por avaliação dos meus amigos, que fui e tenho sido empresário bem-sucedido, adotando sobretudo esses critérios que aprendi nessas instituições.

Ao chegar aqui no Senado Federal, na Constituinte, eu tive o cuidado muito grande de me transformar num defensor das Forças Armadas brasileira, na Comissão de Defesa, lutando e rejeitando todas aquelas emendas e propostas que enfraqueciam o papel das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica.

Em 1994, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, verificando que, ano a ano, a participação das Forças Armadas estava diminuindo no Orçamento da União, verificando também que os salários dos membros das Forças Armadas, dos oficiais que entraram pelas escolas preparatórias, academias militares, fizeram cursos de Estado-Maior, cursos no exterior, com alto nível de especialização, não recebiam os salários compatíveis com a sua especialização, com a sua dedicação e até com o seu patriotismo.

E aí eu fiz um movimento, naquela época, 1994, no sentido de defender uma melhoria significativa, substancial e permanente desses salários. E fiz, no plenário do Senado Federal, uma reunião, na época com o ministro do Exército, porque ainda não havia sido criado o Ministério da Defesa, com o ministro da Marinha, com o ministro da Aeronáutica e com o Comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, que também era um ministério, para que eles viessem, ali na comissão, com seus técnicos, defender os interesses das Forças Armadas no Orçamento da União.

Infelizmente, esse trabalho não teve continuidade porque a nossa presença nessas comissões é transitória. A gente passa um, dois anos em comissões, a exemplo do Senador Aloysio, que vai passar dois anos presidindo esta Comissão, e aí, muitas vezes, um trabalho que a gente inicia não tem continuidade.

Sempre me revoltou e me constrangeu esse desequilíbrio de salários existentes no Poder Público brasileiro, salários, às vezes, incompatíveis com o grau de intelectualidade e de profissionalismo que a pessoa recebe, como bem frisou o Presidente, o Senador Aloysio. Mas isso era apenas um registro histórico.

E falando ainda de registro histórico, e imitando um pouco o Presidente da Comissão, o Senador Aloysio, o continente latino-americano tem sido vítima de novas ideias e mudanças, muitas delas sempre no sentido de sermos obrigados a regredir um pouco na nossa trajetória.

E aqui eu queria rememorar um fato histórico, já citado pelo Senador Aloysio, de que o nosso continente começou a sofrer esse tipo de investida desde que, no dia 16 de novembro de 1532, o aventureiro, denominado colonizador Francisco Pizarro, espanhol, chegou ao Peru, especificamente na cidade de Cusco, acompanhado de 200 ladrões, assaltantes, assassinos e facínoras, e mais 27 cavalos, e destruíram o império milenar dos Incas.

Você já imaginou como essa civilização teria sido importante para o crescimento, o engrandecimento e a história do nosso continente, se essa civilização não tivesse sido destruída dessa forma? Então, o continente latino-americano tem sido vítima desse tipo de predação.

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas para imitar um pouco o nosso Presidente. Mas aqui eu vou entrar em uma questão específica e em uma questão prática, Comandante Bacellar.

Eu sempre defendi e achei que a Marinha do Brasil deveria criar a guarda costeira nacional. Por quê? Porque a guarda costeira tem um papel policial e separaria, apesar de ser toda treinada, comandada e dirigida pela Marinha do Brasil, a Marinha ficaria preservada desse papel de prender piratas, contrabandistas, que é um papel muito policial.

Então, nós faríamos uma guarda costeira a exemplo do que existe nos Estados Unidos. E teríamos um trabalho muito mais efetivo na fiscalização da costa brasileira e dos nossos portos, fazendo um trabalho talvez até com o auxílio da Polícia Federal, mas, sobretudo, um trabalho profissional, por aqueles militares de carreira, voltados e treinados exclusivamente para esse tipo de serviço, porque o treinamento das Forças Armadas é sempre voltado para a defesa do Território nacional. Então, é um treinamento diferente do treinamento policial, do treinamento da fiscalização, do acompanhamento.

Eu sempre fui contra as Forças Armadas irem atrás dos madeireiros, ocuparem favelas, porque isso tira o papel específico dela. Muitas vezes, aqueles oficiais que comandam os batalhões que invadem as favelas são treinados em escolas de alto nível. O melhor ensino brasileiro são as escolas militares do nosso País, a exemplo do Colégio Militar.

Então, aqueles oficiais que são treinados com essa linha de atuação, na defesa dos valores nacionais, terem que subir, como policiais, favelas, para lutarem, para invadirem e para se confrontarem com bandidos, sempre considerei uma coisa errada e exótica, que não deveria acontecer. E é por esse mesmo raciocínio que eu entendo que a Marinha do Brasil deveria ter, ao invés do seu papel das capitanias dos portos, um papel da guarda costeira nacional.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Almirante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na sequência das indagações e dos questionamentos feitos pelos Senadores, tem a palavra o Almirante Eduardo Bacellar.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Muito obrigado, Senador.

Senador Ricardo Ferraço, estamos sempre disponíveis e será muito bom se pudermos estreitar esse contato. Lembrando sempre que hoje a proposta de atualização da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional está a cargo do Ministério da Defesa. A Marinha atua fornecendo os elementos que o Ministério da Defesa precisa.

Então, especificamente nesses documentos, talvez o melhor interlocutor para o Senador Ricardo Ferraço é o próprio Ministério da Defesa, mas nos demais, naquilo que ele quer saber sobre os nossos projetos estratégicos, sobre as nossas dificuldades, sobre o que está acontecendo, estaremos sempre dispostos. E, na semana que vem, se Deus quiser, poderemos nos encontrar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perdão, mas com relação ao Senador Ferraço, ele precisou se retirar. Mas como esta reunião está sendo gravada, ele me deixa um pedido, Comandante Eduardo, para que V. Exª dê ênfase a essa questão da dificuldade dos cortes financeiros que estão sofrendo, para o trabalho, para o relatório que ele está fazendo.

Ele mandou os seguintes questionamentos: se V. Exª pode nos falar sobre os cortes recentes; sobre a extensão e valor em que a medida pode afetar os principais programas estratégicos da Marinha; e se pode falar sobre os riscos dos atrasos. Corremos o risco de obsolescência tecnológica devido a esses atrasos? Como a Marinha planeja enfrentar essa questão? A Marinha pagará multas por esse atraso? E como estão os pagamentos à Itaguaí Construções Navais, Odebrecht, e à sócia francesa DCNS?

Já que V. Exª está respondendo a ele, me deixou essas perguntas aqui.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O.k. Então, juntarei essas perguntas às do Senador Jorge Viana, que são parecidas, qual seja: como atravessar a crise?

Efetivamente, a Marinha sentiu fortemente o corte. Nós saímos de um orçamento de R$5,2 bilhões para um orçamento de R$3,9 bilhões, e com grande redução exatamente do PAC deste ano. Mas estamos enfrentando. No entanto, há dois aspectos: o primeiro é estabelecermos prioridades claras. E, mais uma vez, respondendo a pergunta do senhor sobre o que é mais urgente. Então, a nossa prioridade é o programa nuclear, o Prosub (Programa de Desenvolvimento de Submarinos), dentro dos limites. Porque não adianta iniciarmos programas e deixarmos outros parados no meio. Esses já estão no meio e já estão avançados, nós vamos continuar antes de tudo com eles. E, assim que pudermos, atacamos as corvetas e os SisGAAz. A nossa outra prioridade tem a ver com a manutenção do nosso poder combatente, de manter a nossa esquadra operando como pudermos fazer.

Essa é a mais urgente para nós.

E, dentro disso, atravessar essa crise com esse corte de orçamento, realmente isso vai implicar atrasos. Mesmo nos limitando ao Prosub e ao Programa Nuclear da Marinha, como prioridades, isso vai envolver muito certamente atrasos nesses programas, porque nós passaremos a gastar menos com eles.

Há alguns riscos de multas. Até agora não estamos nos situando com isso, mas, com certeza, é um aspecto a ser visto no reescalonamento dos pagamentos. A Marinha foi muito pega no contrapé, porque temos muitos contratos que não adianta agora interrompê-los, porque foi feito há três anos. O equipamento está chegando. Então, no contrato que nós assinamos há alguns anos, que está para ficar pronto e que nós teremos de pagar agora, é difícil fazer qualquer tipo de reescalonamento de pagamento na medida em que o equipamento está lá. Não existem restos a pagar de uma coisa que nós recebemos. Nesse caso, passa a ser atraso de pagamentos.

Então, essa é uma dificuldade que a Marinha está enfrentando, que é séria, para poder fazer frente ao corte orçamentário. Estamos conversando com os nossos fornecedores, estamos conversando com os franceses, com a Odebrecht para poder administrar essa dificuldade que, provavelmente, vai se estender pelo ano que vem. Agora, não somos únicos nisso. Acho que está todo o Governo. Não podemos ser diferentes do resto, nós temos que trabalhar juntos de acordo com essa perspectiva, e estamos fazendo o máximo de nossos esforços.

Agora, o mais urgente para nós ou o prioritário é exatamente aquilo que nós já começamos a fazer. A interrupção significaria perder mão de obra extremamente qualificada. Um engenheiro desses que está trabalhando em um projeto nuclear, se ele sair, depois ele não volta, ele vai fazer outra coisa. Então, não podemos perder esse envolvimento, independente das questões salariais, ele tem motivação, ele tem aquele fogo sagrado de fazer aquilo. Se ele sai, às vezes muda de cidade – e lá em São Paulo, a dinâmica é muito grande. Então, temos que ter esse cuidado. Essa é a nossa grande preocupação no momento.

Vamos atrasar alguns programas. Vamos adiar o inicio de outros. Estamos conversando, no limite das nossas possibilidades, com os nossos fornecedores para fazer frente a essa dificuldade decorrente dos cortes orçamentários.

Respondendo à pergunta do senhor – estou misturando mais ou menos as respostas, mas é para ter uma continuidade – sobre o navio-patrulha. Não é que os navios-patrulha... Já temos alguns navios-patrulha. Temos 12 navios-patrulha de 250 toneladas, temos dois navios-patrulha de 500 toneladas, já estamos construindo cinco navios-patrulha de 500 toneladas. Então, frente aos problemas da esquadra, nós estamos relativamente capazes que fazer a patrulha que nos é determinada. Então, podemos esperar alguns anos e recomeçar, dentro exatamente dessa dificuldade e prioridade.

A patrulha naval não é uma tarefa que esteja sendo impedida de ser realizada por falta de meios no momento. Ao contrário. Mais uma vez eu digo, dos nossos navios da Esquadra, que já estamos começando a deixar de fazer algumas tarefas que precisávamos fazer.

Então, a patrulha naval é importante, realmente faz parte das obrigações da Marinha, mas estamos cumprindo essa tarefa. Agora, a dificuldade é mais na questão de combustível, do operacional do dia a dia exatamente pelo corte. Mas não perdemos a capacidade de fazer isso.

E juntando a pergunta do senhor sobre a guarda costeira, que seria essencialmente para a patrulha naval, eu acho que um País com as dificuldades orçamentárias do Brasil seria aumentar uma despesa para uma coisa que a Marinha está fazendo dualmente, é o emprego dual da Marinha. Temos helicópteros, temos navios-patrulha, temos uma porção de meios que nós usamos tanto para a questão de uma crise de maior intensidade como para o dia a dia. E usamos a Polícia Federal, o Ibama em parceria. Colocamos agentes deles sempre que existe uma informação de que existe droga ou armamento. Quer dizer, há uma parceria muito grande entre a Marinha e as demais agências.

Eu acho que se formos dividir em guarda costeira, como os Estados Unidos – os Estados Unidos são muito ricos, não dá para comparar –, mas os países do nosso porte que dividiram acabaram perdendo um pouco da capacidade de guarda costeira e perderam muito da capacidade militar. Eu acho que podemos economizar muito dinheiro se mantivermos a estrutura que temos hoje.

E acho que o problema de patrulha, de armamento, é muito mais de informação, porque não ficamos parando todo navio. É impossível parar todos os navios e inspecionar todos os navios. Isso é muito mais uma questão de inteligência, de informações. Recentemente, apreendemos um veleiro – tínhamos informações. Nós fomos lá, com a Polícia Federal, e apreendemos o veleiro, que estava com muita cocaína, no Nordeste do País. Então, este é o trabalho que fazemos em conjunto com a Polícia Federal.

Mas eu acho que a guarda costeira não seria, no momento atual, com todas as dificuldades, nós estaríamos dividindo recursos, numa área em que já temos extrema carência de recursos. Eu acho que a Marinha pode continuar fazendo isso sem problemas ou com os problemas que nós já temos. Mas não vamos aumentá-los mais ainda.

A Senadora também falou dos critérios. Repetindo mais ou menos a mesma coisa, os nossos critérios, como nós decidimos, existe o Almirantado, que decide os caminhos internamente as prioridades. Todas as decisões que são tomadas, obviamente a responsabilidade é minha. Cabe ao Comandante da Marinha a responsabilidade final por tudo que acontece. Mas eu sempre ouço a opinião de todo o Almirantado, que são os Almirantes de Esquadra que comandam a Marinha. Então, eles que, vendo a situação, fazem as escolhas e me propõem as escolhas a serem adotadas. Eles, no momento, são os meus oito braços direito, que estão sempre dando os pareceres. Realmente facilita muito o meu trabalho ouvir a experiência e a opinião do Almirantado. É assim que eu trabalho dentro da Marinha. E acho que é mais ou menos um processo parecido na Força Aérea, com o Alto Comando, no Exército, com o Alto Comando, e, na Marinha, nós chamamos de Almirantado.

A respeito do que o senhor falou sobre GLO (Garantia da Lei e da Ordem), nós cumprimos as determinações. Faz parte da Lei Complementar o emprego da Marinha em GLO. Nós temos uma dificuldade hoje muito grande, que temos que enfrentar. Nossos homens são atacados, estão em uma tarefa militar. E a grande dificuldade é que já houve caso de soldados nossos, no momento, soldados do Exército, irem a júri popular ao fazer a GLO. Isso é uma coisa que está dificultando muito a nossa atuação.

Eu acho que existe a Justiça Militar. A Marinha acredita que a Justiça Militar é o fórum adequado para julgar aquelas situações decorrentes do emprego da GLO. Não é possível nós mandarmos lá o soldado, darmos ordem a ele para cumprir uma missão e, como resultado da missão, ele vai a júri popular, como está acontecendo e pode acontecer agora. Então, esta é uma preocupação que nós temos, uma dificuldade grande nossa. Obviamente, se ele cometeu um erro, a Justiça Militar vai puni-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Funciona rapidamente.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – É célere a Justiça Militar.

Nós não podemos deixar que isso... Porque, realmente, no caso, a GLO é feita sob muito controle. O esquema que é montado em torno de uma GLO, a liberdade de ação de um grupo de soldados é muito pequena. Existe o controle da quantidade de oficiais empregados, a cadeia de comando é muito rigorosa, com regras extremamente claras e rígidas de como é que podem ser empregadas. Como o senhor bem disse, não é vocação das Forças Armadas. Então, ao fazermos isso, temos que tomar muito cuidado, e tomamos, para que não haja problema. Mas, às vezes, os problemas acontecem, e nós temos que ter, então, a certeza de que o desenrolar será de acordo com o que nós estamos treinados a fazer, que é via Justiça Militar. Isso é uma preocupação muito grande hoje dos três Comandos de Força.

Eu acho que acabei respondendo tudo, Senador. Agora, faltam aqui essas de São Paulo, se o senhor me permitir falar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, por favor.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – A respeito da pergunta do Cláudio da Cunha e Silva Filho, planos de desenvolvimento navais de cruzeiro, nós estamos desenvolvendo, com a Avibras e também com a Mectron, mísseis de médio alcance. Isso é um desenvolvimento, uma meta. Nós temos a Diretoria de Sistema de Armas da Marinha trabalhando nisso, mas nós não temos nenhum desenvolvimento, na Marinha, hoje, de mísseis de cruzeiro com as características que nós conhecemos de mísseis de cruzeiro.

Pode ser que acabemos entrando na onda do Exército, porque mísseis são mísseis, não é? Mas a nossa prioridade em termos de mísseis, no momento, são os mísseis equivalentes ao Exocet.

A outra pergunta é o problema do Navio São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É a manutenção do São Paulo.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Realmente é um problema. O São Paulo é um navio antigo, já está há alguns anos parado, e nos vimos com a possibilidade...

O reparo, pelas condições normais do São Paulo, não é mais possível. Não há como recuperar mais a instalação de máquinas do São Paulo. Então, nós optamos e estamos desenvolvendo o projeto de fazer uma nova instalação de máquinas. Mas é mais barato recuperar o São Paulo, existe maior potencial de emprego do navio do que, no momento, nós partirmos para a construção de um novo porta-aviões.

O São Paulo é um reparo caro, ainda está sendo estudada a exequibilidade da sua realização. Mas como a capacitação que o Brasil adquiriu de operar aviação embarcada é muito grande, nós não podemos perder isso. Então, nós faremos um esforço, pelo menos temos planos. Vamos manter o São Paulo ali parado, mas na ativa, até que decidamos, tenhamos condições de executar o reparo dele quando houver uma folga orçamentária.

O casco dele acabou de passar por uma inspeção e tudo indica, ainda não tenho os resultados finais, mas tudo indica que o casco do São Paulo está em excelentes condições. É um navio que tem 50 anos de idade, mas que dura mais 50 se for o caso. É um casco muito, muito bom. Então, a gente não pode jogar fora tudo isso. Se a gente puder utilizar isso com um novo sistema de propulsão, e nós estamos desenvolvendo isso junto com a engenharia francesa e a engenharia brasileira – é um trabalho em conjunto. E, aí, nós vamos ter o plano feito.

E na hora que eu houver oportunidade financeira, nós o faremos. Mas não perderemos a capacidade de operar asa-fixa, que é muito difícil. Tem uma frase famosa do John Glenn, que foi um dos primeiros astronautas americanos e que era piloto de porta-aviões. Perguntaram a ele: "Você teve medo lá em cima?" Ele disse: "Olha, medo eu tinha quando pousava em porta-aviões, porque, perto disso, andar no espaço é fácil."

E realmente essa capacitação nós adquirimos e não podemos perder. E o nosso esforço, enquanto nós não pudermos colocar o São Paulo na ativa, nós também não vamos desmontar o São Paulo; vamos mantê-lo, na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quer dizer, o casco do São Paulo, que tem 50 anos, está bem, assim como o casco de algumas pessoas que têm 70 também está muito bem. (*Risos.*)

Nós vamos encerrar agora, porque nós temos a parte deliberativa da reunião. Eu agradeço imensamente a presença do Comandante da Marinha, a presença da sua equipe aqui entre nós, os esclarecimentos que deu, e a continuidade do trabalho que será agora sobre os projetos estratégicos e a repercussão sobre a base industrial da defesa, já com o agendamento do encontro solicitado pelo Senador Ferraço.

Eu peço aos meus colegas que permaneçam em plenário porque nós teremos, agora, algumas deliberações a tomar, acerca de projetos que estão na pauta e que têm urgência para serem apreciados pela Comissão.

O senhor é de casa, eu não vou lhe acompanhar até a saída.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade, Senador, a oportunidade de todos, e me colocar à disposição. Para nós, é do maior interesse da Marinha e acho que é uma obrigação nossa, antes de tudo, estar atento ao Senado e a tudo aquilo que vem aqui dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor é sempre bem-vindo!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Comandante, aguardo, então, a oportunidade de agendarmos essa reunião técnica com a equipe de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu acompanho o Comandante até a saída.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Você o acompanha? Ótimo, Raimundo! Você que é quase um militar. Você o acompanha? Faça-me esse favor.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Muito bem.

Srs. Senadores, nós temos, aqui, duas perguntas que chegaram pela internet. Elas já foram, em grande parte, respondidas pelo Almirante. Uma delas sobre recursos destinados à Marinha, que já foi respondida quando o Almirante se referiu aos problemas orçamentários. E há uma questão sobre caças chineses, que, eventualmente, tenham sido adquiridos pela Venezuela, será encaminhada à Força Aérea.

Vamos, agora, à parte deliberativa da nossa reunião.

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – É só leitura. Eu vou dar um pulinho ao gabinete, porque estão me chamando lá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu acho que você está relatando alguma coisa. Você não quer ficar um pouquinho, só, mais?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não tenho nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não tem nada. Bom, eu vou fazer *ad hoc* tudo que houver aqui. Vou fazer assim.

Obrigado. Você, sempre, muito gentil e prestativo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vai lá cuidar.

Vamos ao item 1.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. Eu não vou retirar de pauta não. Eu mesmo relato, se for o caso.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador Cristovam, de V. Exª puder, em doses telegráficas, uma vez que o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin será publicado, se puder exercer a relatoria *ad hoc*, uma vez que a Senadora se encontra no plenário da Casa, eu agradeço muito.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aloysio, em mensagem telegráfica, para comunicar que chegou a esta Casa a indicação da Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

O Ministério das Relações Exteriores enviou currículo da Embaixadora, mostrando o seu preparo, a sua qualificação, enviou também dados sobre as relações bilaterais do Brasil com aqueles países.

Diante dos dois fatos, tanto das relações comerciais e das relações diplomáticas do Brasil com aqueles países, quanto de acordo com as informações relacionadas ao currículo da nossa Diplomata, chegamos à conclusão, a Senadora Vanessa e eu, de que os integrantes desta Comissão possuem dados suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Atendendo ao nosso rito regimental, agendaremos oportunamente a sabatina.

Peço ao Senador Ferraço que seja o Relator *ad hoc* do item 2.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Talvez possamos levá-lo a Plenário ainda hoje.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela aprovação
Observações:

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com fundamento no disposto do art. 49 da Constituição, o Chefe do Poder Executivo, por meio de Mensagem nº 36, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Moçambique, firmado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

Acho importante, Sr. Presidente, que possamos esclarecer aos contribuintes brasileiros que nos acompanham, à sociedade brasileira, que temos procurado, aqui no Senado, tratar essas matérias com muita celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. É importante lembrar isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Porque acordos internacionais não são acordos firmados entre presidentes de plantão, que estejam exercendo mandatos delegados pela população. São acordos entre Estados nacionais. Portanto, um acordo feito em 2010, somente hoje estamos trabalhando com ele. Acordo que ainda tem que ir a Plenário, porque, ao longo desses anos todos, ou houve inércia na tramitação burocrática por parte do Poder Executivo, ou na Câmara dos Deputados. Aqui no Senado Federal não foi e não será.

O acordo inicialmente foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto por decreto legislativo, decorrente da mensagem e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Vindo ao Senado, a matéria foi distribuída a este Colegiado, cabendo-me a tarefa de sobre ela emitir parecer.

Segundo esclarece a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial de 8 de junho de 2012, que o acordo visa a incrementar os laços de amizade, entendimentos e cooperação entre os dois países signatários. Acrescenta-se que são esses os resultados esperados da adoção de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e Moçambique e para além desses, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação, entre outras.

Pelo ato internacional em tela, cada parte concede a outra parte os direitos nele especificados, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no quadro de rotas que figura em anexo ao referido acordo.

Assim, as empresas aéreas, designadas por cada uma das partes, gozarão dos seguintes direitos e deveres: sobrevoar o território de outra parte sem pousar, fazer escalas no território da outra parte para fins não comerciais, fazer escalas nos pontos de rotas especificados no quadro de rotas do acordo para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal, separadamente ou em combinação. Os demais direitos especificados no acordo.

Segundo determina o art. 3º, cada parte terá o direito de designar por escrito a outra parte, através dos canais diplomáticos, uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação.

Ao receber tal designação e o pedido de autorização de uma operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada parte concederá autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, observadas as seguintes condições: a empresa aérea deve ser estabelecida no território da parte que a designa; o efetivo controle regulatório da empresa designada seja exercido e mantido pela parte que a designa; a parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições referentes à segurança operacional e segurança da aviação, conforme estipuladas nos arts. 7º e 8º do presente acordo; e a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas, segundo as leis e os regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional, pela parte que recebe a designação.

O acordo representa, outrossim, Sr. Presidente, interessante iniciativa a beneficiar a aviação civil dos dois países, sob a égide da Convenção sobre Aviação Civil Internacional de que são signatários e a estreitar os laços de cooperação e amizade entre as duas nações pertencentes à comunidade lusófona.

Com base neste exposto, consideramos ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2015.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Em discussão o Relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Próximo item é o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, DE 2015
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, trata-se de um projeto de resolução do Senador Marcelo Crivella, que eu recebo com muita satisfação, gostaria até de ter sido eu o autor dessa proposta que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos.

O projeto foi distribuído a este órgão em abril de 2015, e busca fazer com que nós, Parlamentares, Senadores, nos juntemos para incentivar e desenvolver relações bilaterais entre os Poderes Legislativos deste País e do Marrocos.

O Marrocos é um País que tem uma proximidade com o Brasil, afinal, quando a gente olha ali o mapa, só tem separando um pequeno riachinho chamado Atlântico e um pouquinho mais lá em cima. Ou seja, é um país com forte tradição no Brasil, pela imigração que nós tivemos, nos séculos 19 e 20, especialmente de judeus marroquinos e, mais que tudo, para o Pará, alguns deles conhecidos como Gilberto Dimenstein, descendente desse pessoal. Então, eu creio que seria muito interessante que pudéssemos ter esse Grupo Parlamentar, e eu quero dizer que, sendo aprovado aqui, eu serei um dos primeiros a me associar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem, temos dois então.

Então, diante do exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 20, por sugestão do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo objeção, está aprovado.

A matéria, então, vai à Comissão Diretora.

Vamos ao item 4.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Mensagem Presidencial nos convoca à manifestação sobre a indicação do Sr. Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

De acordo com o currículo elaborado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado ingressou no Instituto Rio Branco, em 1985; concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, do mesmo Instituto, em 1996; e o Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu a tese: "A política externa do Governo Sarney: o início da reformulação das diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia".

Destacam-se como importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na administração federal, os cargos de assistente da Divisão de Comunicações; de assistente da Divisão de Transmissões Internacionais; de Assessor da Secretaria-Geral; de Assessor da Coordenação de Modernização e Planejamento; de Assessor do Departamento de Serviço Exterior; de Assessor do Gabinete do Ministro de Estado; de chefe substituto da Divisão de Europa I; de Assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado; de Assessor Especial do ex-Presidente da República; e de Chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Nas missões permanentes no exterior, destacam-se a Embaixada de Washington, a Embaixada em Assunção, a Embaixada em La Paz, a Embaixada em Tóquio, a Embaixada em Amã e a Embaixada em Bagdá, onde se encontra lotado até o momento.

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem Nacional do Mérito, Romênia, com o grau de Comendador; a Ordem do Mérito Naval, no Brasil, no grau de Cavaleiro; a Medalha do Mérito Alvorada, no Brasil; a Medalha do Pacificador, também no Brasil; a Ordem do Rio Branco, também no Brasil, com o grau de Oficial; e a Ordem do Mérito da Defesa, também no Brasil, no grau de Oficial.

De acordo com o relatório encaminhado pela Chancelaria a esta Casa, as relações bilaterais com a Etiópia ganharam novo impulso após a reabertura da missão diplomática permanente brasileira, em 2005, que teve por objetivo também promover o diálogo com a União Africana. A Etiópia correspondeu à iniciativa e abriu sua missão permanente em Brasília em 2011. Desde esses dois marcos, os contatos de alto nível tornaram-se mais frequentes.

A atração de investimentos brasileiros, sobretudo em infraestrutura, energia e mineração, é um dos objetivos etíopes na relação bilateral, bem como a cooperação para a estruturação da produção de etanol, que é a alternativa à dependência nacional das importações de combustíveis fósseis. Todavia, consigna-se terem sido negociados e pactuados, há três anos, quando houve visita ministerial àquele país, cinco tratados, nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde. Nesse ensejo, destaca-se a cooperação humanitária com vistas à segurança alimentar por meio, por exemplo, da recuperação das capacidades cooperativas.

Entretanto, em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral ainda continua incipiente. O país está na lista de beneficiários da Lei nº 12.429, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional. Aventa-se a cooperação bilateral nas áreas de gestão de águas e de combate à desertificação e na área de saúde, agricultura, água, irrigação de áreas rurais, educação, solidariedade nacional, eletricidade nas áreas rurais, pesquisa científica e capacitação. No âmbito da cooperação em infraestrutura, há espaço para a participação de empresas privadas brasileiras na construção e modernização de portos no Djibuti, país de localização estratégica entre o Chifre da África, o Mediterrâneo e o Índico.

Finalmente, quanto ao Sudão do Sul, cumpre destacar ser um país em conflito civil. Esse cenário dificulta, quando não obsta, a manutenção de relações regulares e o aprofundamento da cooperação. Não constam, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação.

É o que cabe aduzir no âmbito desse relatório, submetendo-o a V. Exª e às Srªs e aos Srs. Senadores esse relatório, dando fé pública, para que nós possamos marcar, em data determinada por V. Exª, a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos, então, agendar oportunamente a sabatina.

Concedo vista coletiva, segundo o nosso Regimento.

O próximo item é o item 5.

Trata-se de uma questão delicada que estamos resolvendo agora: o novo Embaixador do Brasil na República da Indonésia. Essa indicação estava na nossa Comissão há um bom tempo, mas, como todos se lembram, houve aquele incidente envolvendo o Embaixador da Indonésia no Brasil, que ia apresentar as suas credenciais logo após o fuzilamento daquele brasileiro na Indonésia. A Presidente Dilma, então, desmarcou a audiência prevista para a entrega de credenciais. Durante algum tempo, foi suspensa a indicação, a formalização, digamos, pela aquiescência do Senado do novo Embaixador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, foi mais grave do que desmarcar uma audiência, porque a audiência era com diversos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E os outros foram recebidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os outros foram recebidos.

Foi um incidente bastante grave.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não foi nem cancelar a audiência...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. V. Exª tem toda a razão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... foi mandar para casa, recusar-se a receber.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sem considerar a indelicadeza, porque o Embaixador já estava fisicamente no recinto do Palácio do Planalto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Já estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele estava lá, acompanhado no nosso Ministro de Relações Exteriores. Foi um horror!

Enfim, já que estamos em época de virar páginas, creio que essa aqui seria também mais uma página virada.

O Embaixador, que foi grosseiramente dispensado da entrega de credenciais naquele dia; entregará credenciais proximamente, se não me engano no dia 3, e nós estamos agora em condições de dar sequência à indicação do novo Embaixador, que é o Sr. Rubem Antonio Correa Barbosa.

A Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann, que se encontra em plenário, neste momento, e pede-me que designe o Senador Hélio José como Relator *ad hoc*, caso S. Exª concorde.

Item 5.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.
Observações:
Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Concordo, Sr. Presidente.

Passo a ler o relatório da nossa querida Senadora Gleisi Hoffmann, dispensando o início, o cabeçalho das credenciais da nossa Comissão para poder fazer o relatório, vou direto à descrição.

O Sr. Rubem Antonio Correa Barbosa, nascido em 14 de janeiro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, é filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa.

Concluiu a graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes, em 1974, mesmo ano em que frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, conclui o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982); e o Curso de Altos Estudos (1995), no qual defendeu a tese com o título de "O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela".

O Diplomata indicado tornou-se 3º Secretário, em 1974, e 2º Secretário, em 1978. Por merecimento, chegou a 1º Secretário, em 1983, e a Conselheiro, em 1991. Em 2000, passou a Ministro de Segunda Classe e, em 2008, a Ministro de Primeira Classe.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de 1º Secretário em Lisboa (1986-1989); Assessor da Divisão da Europa I (1989-1991); Chefe da Divisão do Oriente Próximo I (1991-1993); Conselheiro da Embaixada em Bogotá (1993-1996); Cônsul-Geral Adjunto em Los Angeles (1996-1999);

Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça (2003); Chefe da Divisão da América Meridional II (2003-2005); Assessor Especial do Ministério de Minas e Energia (2005-2010); Embaixador em Camberra (2010).

Recebeu, ainda, as seguintes condecorações: Ordem do Niger, Nigéria, e Ordem do Rio Branco, Brasil, nos graus de Cavaleiro e Grande Oficial, respectivamente.

Também em cumprimento à citada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Indonésia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratado celebrado, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Cuida-se de República presidencialista, com parlamento bicameral, situada no Sudeste Asiático, o país, cuja capital é Jacarta, conta com população de mais de 240 (duzentos e quarenta) milhões, sendo 88% (oitenta e oito) por cento de adeptos do islamismo.

Independente desde 1945, a Indonésia viveu, por mais de cinco décadas, sob governos militares, até 1998, quando iniciou a transição para o regime democrático. As primeiras eleições diretas para presidente ocorreram em 2004. Apesar da importância do fator religioso na política indonésia, existe distinção clara entre Estado e religião.

A contenção de movimentos separatistas e o combate ao terrorismo e à corrupção estão entre os grandes desafios para o governo da Indonésia.

No que tange a sua política externa, vale relembrar o papel de liderança exercido pela Indonésia entre os países do "Terceiro Mundo" a partir da histórica Conferência de Bandung, no ano de 1955. No campo econômico, desde meados da década de 1980, a Indonésia vem buscando se destacar, tendo, inclusive, tomado a frente do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec) e sido um dos fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), em 1967. Após ter sofrido desgaste em sua imagem internacional em razão do processo de independência do Timor-Leste, a Indonésia vem alcançando nova projeção, com destaque para mediação em disputas regionais. Além disso, a condição de ser, de um lado, o maior país muçulmano e, de outro lado, se mostrar comprometido com o regime democrático e pluralista, coloca a Indonésia como ponte entre as nações islâmicas e ocidentais.

Quanto ao aspecto bilateral, as relações entre Brasil e Indonésia iniciaram-se em 1953, quando foi criada a Embaixada brasileira em Jacarta. Nos últimos anos, houve trocas de visitas presidenciais e outras de alto nível.

As trocas comerciais cresceram significativamente nos últimos anos: acima de 460% (quatrocentos e sessenta por cento) entre 2003 e 2013. Mesmo com a queda de 3,6%, em 2013, a Indonésia foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Asean. E, entre janeiro e agosto de 2014, houve incremento de mais de 20% (vinte por cento) no comércio bilateral. A pauta de exportação brasileira é, em grande parte, composta por produtos básicos, com destaque para açúcar, farelo de soja, cereais (milho), algodão não cardado, ferro e aço semimanufaturados e fumo em folhas secas. Nas importações, destacam-se borracha natural, gorduras e óleos (de dendê e de palmiste) e fibras sintéticas ou artificiais. Há expectativa de alterações da pauta com a exportação, pelo Brasil, em virtude da inclusão de aviões da Embraer e de lançadores de foguetes do Sistema Astros, da Avibras.

Em outubro de 2009, foi assinado o Plano de Ação da Parceria Estratégica, o qual prevê tópicos como comércio e investimentos; energias renováveis; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; cooperação científica e tecnológica; e temas no plano multilateral.

Ressalte-se a importância da relação entre Brasil e Indonésia, sobretudo por se tratar de dois países emergentes, que devem cooperar para obtenção de maior participação e inserção nas principais discussões nos fóruns regionais e multilaterais e de governança global. Nesse sentido, considerando a posição de destaque que o Brasil tem dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Indonésia na Asean, não há dúvidas de que ambos os países reúnem condições e ferramentas para estimular o adensamento das relações entre os dois blocos. Ademais, trata-se de duas democracias em consolidação, que compartilham de semelhanças no que diz respeito à extensão de território, diversidade humana, social e de meio ambiente, o que certamente faz com que detenham interesses comuns a serem defendidos no âmbito regional e multinacional.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, a não ser pela admissibilidade da indicação do nosso querido Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa para Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Indonésia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em discussão o relatório do Senador Helio José. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva, em razão das normas regimentais.

Eu sou o autor do próximo item. Trata-se da instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia.

Eu me interessei pela Geórgia a partir de um depoimento do Senador Cristovam Buarque que havia visitado este país, e me interessei e me apaixonei pela história da Geórgia, um país que tem uma cultura muito forte, tem alfabeto próprio, uma identidade nacional consolidada há séculos e que há muito tempo vem lutando para preservar a sua independência, pois já esteve sob domínio do império russo, depois integrada à União Soviética, agora, muito ameaçada pela Rússia, pelos apetites da Rússia.

De modo que propus a criação desse Grupo Parlamentar. Ela é representada aqui por um embaixador muito interessante, com o qual já estivemos, Cristovam Buarque, eu e outros colegas. Então, a instituição desse Grupo Parlamentar foi uma iniciativa minha.

Eu pediria ao Senador Raimundo Lira, se pudesse exercer a relatoria *ad hoc*, ficaria muito grato.

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Para um comentário. Faço-o antes ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Depois.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Gostaria de fazê-lo antes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Faça-o antes então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, essa viagem que fiz à Geórgia, e que, ao fim, terminei trazendo para esse grupo de simpáticos, tem um fato que, para mim, é demonstrativo, Senador Ricardo Ferraço, do que é um país pequeno, mas que tem uma história cultural e educativa.

É um país muito pequeno que, por 70 anos, foi colônia total, mais do que colônia, foi incorporado à União Soviética, que, ao ficar independente, readquiriu suas culturas, mas perdeu, se não me engano, um terço do território invadido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente, um terço do território.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E um país pequeno.

Pois bem, tem um fato que é marcante. Eu fui visitar o ministro da educação e levei um presente para ele. O presente era uma escultura indígena da Amazônia, do Amazonas, que, para mim tinha um grande simbolismo, e, de fato, tem, e é bonito do ponto de vista cultural. Mas a minha surpresa é que ele botou a mão do lado do sofá onde estava, pegou um saquinho e me deu um presente, e disse: "Esse é o computador que toda a criança das nossas escolas recebe".

Embora eu fiquei satisfeito de dar um produto cultural, do ponto de vista histórico dos nosso indígenas, mas fiquei impressionado, porque eu dava um presente produzido pelas nossas culturas indígenas e ele me dava um computador. E computador que todas as crianças recebem no país, apesar de que o seu mercado ser voltado para a Rússia, perdeu, por causa da invasão, devia a integração com a União Soviética, perdeu tudo isso, e consegue ter todas as crianças na escola, recebendo um pequeno computador que, de fato, quando a gente visita e conversa é usado plenamente. Ou seja, é um país que mostra uma resistência forte, uma riqueza própria cultural e uma ênfase à educação e a sua cultura.

Por isso que também que sou muito simpático a esse pequeno país.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado pelo seu depoimento.

É um país que merece realmente o apoio, o nosso apoio, Senadores, o apoio que vem faltando por parte do Poder Executivo, do Governo brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de entrar no propriamente no relatório, eu gostaria de fazer aqui apenas um adendo às considerações do nosso Prof. Cristovam Buarque, o grande defen-

sor da educação aqui no Senado Federal, e rememorar aqui que a Coreia do Sul, em 1950, tinha mais de 90% da população analfabeta e, 25 anos depois, tinha menos de 1%.

Esse é o sonho do professor Cristovam Buarque.

Presidente, fico muito honrado em ser o Relator *ad hoc* de um projeto apresentado por V. Exª.

Essas considerações todas a respeito da Geórgia são interessantes, históricas, e que, realmente, são de fundamental importância e vêm engrandecer o Congresso Nacional, com a criação desse Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia.

Relatório.

Vem a esta Mesa Diretora o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia.

O projeto foi distribuído a este órgão Colegiado e à Comissão Diretora e a mim encaminhado para relatar em 11 de agosto de 2015.

A proposição em epígrafe institui como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Legislativos.

O art. 3º enumera os instrumentos por meio dos quais se dará a cooperação interparlamentar, entre eles as visitas parlamentares; a realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de vários tipos; permuta de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares; incentivo do aprofundamento das relações comerciais entre os países envolvidos, bem como outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

O art. 4º dispõe que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Segundo estipula o art. 5º, as atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo deverão ser publicados no *Diário do Congresso Nacional*. Ademais, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados receberão comunicação com respeito a todas as reuniões, atas e atividades do Grupo.

Na Justificação, o autor destaca a instalação, no Parlamento Georgiano, de grupo de amizade com o Brasil no qual constam 20 (vinte) membros.

Análise.

Vem-se ampliando a participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como o Parlamento do Mercosul, a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano, em razão do interesse maior, entre os Parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

Na justificação, o autor lembra que, no início da década de 1990, o Brasil reconheceu a independência da Geórgia, seguindo-se, dez anos mais tarde, a abertura recíproca de embaixadas, seguida de visitas de autoridades e a assinatura dos primeiros acordos para o estímulo das relações turísticas e comerciais mútuas. Nesse quadro, reveste-se de particular importância a atenção a ser dada pelos parlamentos nacionais às relações bilaterais nascentes.

Portanto nada mais adequado do que institucionalizar, na forma regimentalmente possível de Grupo Parlamentar, o relacionamento entre membros do Congresso Nacional brasileiro e do Parlamento da Geórgia.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Voto.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2015, oferecendo apenas emenda de redação que modifica o inciso V do art. 3º, com o fito de harmonizá-lo gramaticalmente com o restante do referido dispositivo.

Emenda nº – CRE

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2015.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Não havendo objeção, está aprovado.

Vejam Srs. Senadores que coisa interessante: nós temos entre nós, na nossa galeria, o Prof. Clóvis Araújo, é um professor da rede pública do Distrito Federal, professor há 34 anos. Ele faz uma observação a algo do qual não tinha me dado conta, não sei se os senhores se deram conta. É que este mapa-múndi, que está aqui atrás, está muito defasado no que diz respeito às fronteiras. E mais: está escrito em língua inglesa. Brazil com z. Vejam só. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – *United States*, e por aí afora.

Então, o professor chama a nossa atenção e pede que nós possamos substituir esse mapa-múndi por outro que seja mais atualizado e com as menções aos países etc., em língua portuguesa.

Não sei se isso é possível, se podemos encontrar isso aqui. Este mapa é da *National Geografic*, vamos ver, se conseguirmos outro, é urgente a mudança.

Agradeço muito a observação.

Não sei se algum dos senhores tinha se dado conta disso.

O Cristovam Buarque não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ao fato que não tivemos observação disso. É muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não observamos. Pois é. A verdade é que eu estou de costas. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É muito grave que nós não estejamos atentos ao fato de que usamos em inglês...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, a gente vê o conjunto... Mas, olha, agradeço muito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Parabéns a esse professor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Precisamos, com muita humildade, aceitar o puxão de orelhas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Peço desculpas, porque nós nem percebemos isso. É porque tomamos como algo absolutamente natural. É triste.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nem isso, a gente vê o conjunto e não vê o pormenor, que não é um pormenor, é a língua portuguesa.

Vamos ver se a gente encontra algo dessa qualidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas uma sugestão, Sr. Presidente.

Se, eventualmente, não tiver um em português, um nacional, então deixe este aí mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, vamos procurar substituí-lo.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí, nós temos a justificativa de que é uma Comissão internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antes que V. Exª se encaminhe para o encerramento da nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

Eu tenho mais uma matéria, que está em urgência constitucional, e hoje é o último dia para ela ser apreciada, o prazo se esgota hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu desejaria merecer de V. Exª uma explicação para um requerimento que aprovamos aqui nesta Comissão, convidando S. Exª, o Chanceler Mauro Vieira, para que ele pudesse estar conosco. Salvo melhor juízo, assinamos, deliberamos, melhor dizendo, sobre esse requerimento ainda antes do recesso, e até agora não temos uma programação, não temos um planejamento.

Existem fatos novos, novíssimos na política externa brasileira e se faz necessária a presença do Embaixador e Chanceler Mauro Vieira nesta Comissão.

A questão que coloco para V. Exª é o que está faltando para nós marcarmos a vinda do Chanceler? Já estamos aguardando há meses. Quero confessar aqui o meu constrangimento, porque o Chanceler esteve aqui

uma vez e se disponibilizou a um franco e aberto debate, diálogo com esta Comissão, mas não é isso que está acontecendo. Ou ele não está considerando o nosso requerimento, ou talvez nós tenhamos que evoluir para a convocação.

V. Exª, como nosso Presidente, talvez possa nos falar algo a respeito porque não é possível, Sr. Presidente! V. Exª me perdoe, mas não é possível um requerimento dessa natureza, 120, 150 dias, sem merecer uma resposta ou a presença aqui do Chanceler, haja vista os relevantes fatos da realidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ferraço, V. Exª faz bem em levantar essa questão.

Eu ainda ontem conversei com o Chanceler Mauro Vieira, que tem sido muito solícito. O problema é que a agenda dele está muito comprometida com viagens e com solenidades aqui, recepção a chefes de Estado, que têm coincidido, infelizmente, com a nossa reunião ordinária, das quintas-feiras.

Eu até aventei a possibilidade, e o Chanceler concordou com isso, que nós possamos fazer uma reunião extraordinária para tratar de temas, como o balanço da viagem dele aos Estados Unidos, a viagem da Presidente aos Estados Unidos, ele ficou de voltar aqui para falar sobre esse assunto, além de outros assuntos em pauta, como o andamento das negociações entre Mercosul e a União Europeia, a Conferência do Clima, que se aproxima, a quantas anda a preparação disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O posicionamento do Governo brasileiro em relação às eleições na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – As eleições na Venezuela, uma vez que o Brasil, o Governo brasileiro integra uma comissão da Unasul, que visa a observar, enfim, a funcionar como observador das eleições.

Enfim, são temas importantes, e ainda ontem falei com o Chanceler, que já esteve aqui, aliás, duas vezes, para que nós possamos, o quanto antes, marcar essa audiência, inclusive, se for caso, uma reunião extraordinária.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu gostaria de incluir ainda, que possamos ouvir do Ministro a situação de nossas relações com as Nações Unidas e suas instituições.

Primeiro, o que tenho lido, pelos jornais, que não estamos cumprindo o pagamento de nossas contribuições a diversos órgãos das Nações Unidas – o que a gente pode fazer para ajudar? Segundo, qual tem sido nosso envolvimento no setor de refugiados, na Organização das Nações Unidas que cuida dos refugiados, que é esse problema fundamental da humanidade nos tempos de hoje, na Síria, no Oriente Médio, em geral, e agora nas relações entre a Europa e África, pelo Mediterrâneo.

Então esse é um tema que gostaria de ouvir o Ministro.

E seria conveniente que a gente já o alertasse disso, para ele vir preparado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito. Uma boa sugestão.

A boa vontade do Ministro é total. Há, realmente, esse problema de agenda que precisa ser contornado, ainda que possamos agendar essa reunião extraordinariamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E gostaria de sugerir também que nós procurássemos conversar com a representação das Nações Unidas aqui, o Dr. Jorge Chediak que é um homem que está aqui há muito tempo, que tem feito grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele é representante da Ofpra ou das Nações Unidas?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, das Nações Unidas.

Eu creio que seria interessante a gente aproximar, talvez um grupo de nós Senadores irmos à representação, belo prédio que ele construiu, um almoço, é capaz de ele oferecer ou convidá-lo a um almoço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se o senhor pudesse cuidar disso, eu ficaria muito grato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Farei com muito prazer, por fazer parte do grupo de Senadores ligados às Nações Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O último item da nossa pauta é um projeto que está em urgência.

Seguramente, o Senador Cristovam Buarque se lembra do nosso saudoso amigo, o Guilherme Lustosa da Cunha, que, durante muito tempo, representou a Organização das Nações Unidas para refugiados aqui no Brasil, na Argentina, no Peru, em vários lugares do mundo, desenvolvendo extraordinário trabalho na defesa dos direitos humanos.

Quem é que vai relatar *ad hoc* para mim? (*Pausa.*)

Senador Cristovam, por favor.

Vamos ao item 7.

O Relator é o Senador Anastasia, sempre muito assíduo, mas hoje o Senador Anastasia está fazendo uma palestra sobre reforma do Estado, lá na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e justifica assim a sua ausência. Assim sendo, peço ao Senador Cristovam que possa funcionar como Relator *ad hoc*.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2015
- Não terminativo -

Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação
Observações:

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, mais um linha do telegráfico, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Telegráfico; exato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O relatório...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Telegráfico ou fulminantemente. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem por finalidade o exame nesta Comissão de um projeto que disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Capítulo I define os objetos e proposições.

O Capítulo II detalha o modo como se concretizarão, no Brasil, as resoluções de indisponibilidade.

O Capítulo III aponta o caminho a ser adotado para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas seja comunicado acerca das providências adotadas.

O Capítulo IV encerra a proposição, convidando a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e estabelecendo a cláusula de vigência.

A Presidente da República, por meio da Mensagem nº 210, de 2015, encaminhou para a Câmara dos Deputados o projeto em causa.

A justificativa foi exposta pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, em conjunto com o Ministro da Fazenda, Joaquim Vieira Ferreira Levy. Eles apontam a importância do que estamos julgando.

Lembro, ainda, que o Brasil, além de ser membro fundador da Organização das Nações Unidas, é um dos países que mais vezes foi escolhido para integrar o Conselho Nacional das Nações Unidas.

Ponderam que a exigência de os países possuírem ferramentas jurídicas que viabilizem a tramitação adequada de medidas de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo está em consonância com as Recomendações nºs 6 e 7 do Grupo de Ação Financeira Internacional.

Advertem que, atualmente, o Brasil incorre em grande atraso na efetivação de resoluções internacionais.

A Câmara dos Deputados aprovou o inteiro teor do texto encaminhado pela Presidente, com algumas modificações: alterou o art. 4º, a fim de atribuir à Advocacia-Geral da União, e não ao Ministério Público Federal, a competência; ajustou os arts. 9º e 10, para substituir a expressão "Ministério da Justiça" por "União"; adaptou o §3º do art. 5º, para colocar a AGU com a incumbência de receber comunicações; acrescentou parágrafo único ao art. 8º, para se referir à necessidade de homologação, pelo Superior Tribunal de Justiça.

A matéria foi remetida ao Senado Federal.

Nesta Comissão, foi-nos outorgada a relatoria.

Nenhuma emenda foi apresentada.

Alerte-se que a presente proposição sujeita-se ao regime de urgência constitucional de que cuida o §1º do art. 64 da Constituição.

A matéria não apresenta vício de regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade formal e material, não há nada a opor.

No que concerne à juridicidade, é preciso verificar se a proposição atende aos seguintes requisitos, o que foi feito.

No mérito, a proposição é incensurável.

Ante o exposto, votamos pela aprovação deste PLC nº 95, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Não há mais nada a deliberar. O objeto da reunião está esgotado.

Eu agradeço muito a presença dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia três de setembro dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lindbergh Farias, Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA: 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia." Sabatina realizada com indicação apreciada. 2) MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores para comporem a mesa e concede a palavra para fazerem as suas exposições. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente declara aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para arguição dos indicados. Usam da palavra os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Jorge Viana, Ana Amélia e José Agripino. O Presidente concede a palavra aos Senhores Embaixadores para responder às perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. O Presidente designa o Senador Fernando Bezerra Coelho para ser Secretário na apuração. O Presidente informa o resultado da votação com a aprovação dos indicados. Às dez e vinte e quatro minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho . Às dez e vinte oito minutos a presidência é reassumida pelo Senhor Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater a política externa brasileira, em atendimento ao art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Convidado: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Mauro Luiz Icker Vieira. O Presidente convida a compor a mesa o Ministro Mauro Vieira. O Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino, o qual faz a leitura de uma carta da Deputada venezuelana María Corina Machado. O Presidente concede a palavra ao Ministro Mauro Vieira para fazer a sua exposição. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, José Agripino e Lindbergh Farias. O Presidente faz a leitura de material recebido via e-cidadania. O Presidente concede a palavra ao Ministro Mauro Vieira para responder os questionamentos apresentados pelos Senadores. Às doze horas e quarenta seis minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Lasier Martins. Às doze horas e quarenta sete minutos a presidência é reassumida pelo Senhor Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente agradece a presença do Ministro Mauro Vieira. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta reunião, Srs. Senadores, está destinada à sabatina de dois diplomatas indicados pela Senhora Presidente da República para ocuparem cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia e junto à República de Honduras. São eles o Sr. Raymundo Santos Rocha Magno e Breno de Souza Brasil Dias da Costa.

Convido, então, os nossos sabatinados para que se instalem aqui ao meu lado, para darmos início à sabatina. (*Pausa.*)

Passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Breno de Souza da Costa, indicado para representar o nosso País na República de Honduras, para sua exposição inicial, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de fazer esta apresentação perante esta Comissão. Queria agradecer igualmente a indicação do meu nome pelo Ministro Mauro Vieira e certamente a designação, caso aprovado por esta Comissão, pela Presidente Dilma Rousseff.

Nos últimos três anos e meio, tenho atuado como encarregado de negócios da missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. Nesse período, tive uma experiência única na carreira e creio ter conseguido uma visão muito mais acurada da realidade do continente americano. Caso, evidentemente, tenha confirmado meu nome, pretendo utilizar essa experiência não apenas com relação a esse conhecimento sobre o continente americano, mas também aos meus quase 30 anos de trabalho no Itamaraty para exercer as minhas funções como Embaixador do Brasil em Honduras.

Nós temos, nesse período, um desenvolvimento muito interessante, e pretendo fazer uma divisão da minha exposição hoje em duas partes. Na primeira, trataria da situação interna e das relações externas de Honduras. E, na segunda parte, eu trataria das relações Brasil/Honduras.

No que diz respeito à situação interna em Honduras, nós vemos que, entre 2009 e 2011, Honduras viveu um período de instabilidade política, com uma crise muito séria, inclusive com a saída do ex-Presidente Zelaya do poder. Esse período se estendeu. Honduras foi suspensa da OEA por unanimidade, e essa situação só se reverteu em 2011, quando, através de um acordo alcançado, o chamado Acordo de Cartagena, o país conseguiu, então, criar condições para retomar a normalidade da sua situação política e pôde, então, retornar à OEA como membro pleno.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor poderia explicar um pouquinho mais essa crise – como ela ocorreu, como foi?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Sim. Essa crise, na verdade, começou em 2009, quando o Presidente Manuel Zelaya pretendeu fazer uma consulta popular a respeito da reeleição presidencial. Evidentemente isso foi muito criticado, porque havia uma cláusula na Constituição que proibia a reeleição.

A intenção do Presidente, então, era fazer uma consulta popular para que, caso aprovado, fosse realizado um plebiscito nas eleições de novembro de 2009. Quando ele ia realizar essa consulta popular, no exato dia 28 de junho de 2009, os militares o retiraram do poder e o levaram para a Costa Rica. Então, ficou criada essa situação de impasse, que só foi resolvida dois anos depois.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas houve pronunciamento da Justiça nesse caso? Foi acionado o Tribunal?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Naquele momento, sim. A Corte Suprema entendeu que o Presidente estava infringindo uma norma da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É importante o senhor salientar isso, me parece.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Exatamente, exatamente.

Enfim, como eu dizia, com esse Acordo de Cartagena, Honduras voltou à OEA, a situação se normalizou e, no dia 1º de junho de 2011, então, o Brasil retomou plenamente as relações com Honduras, indicando o nome do Embaixador Zenik Krawctschuk, que continua em Tegucigalpa até hoje.

Restabelecida essa situação, na verdade, em novembro de 2009, ainda no meio da crise, nós tivemos eleições em Honduras e foi eleito o Presidente Porfírio Lobo, que cumpriu integralmente seu mandato até o final, embora ainda com muita resistência internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Embaixador, desculpe interromper novamente. Essa crise é interessante. Houve aquele episódio desse Presidente Zelaya, que se instalou na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e fazia comícios. Qual é a sua apreciação sobre esse episódio?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Na verdade, quando ele foi expulso do país, em junho de 2009, ele ficou na Costa Rica e depois voltou escondido ao país, em setembro de 2009. Foi quando ele, então, pediu asilo na Embaixada do Brasil. E ficou instalado na Embaixada durante quatro meses, até janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fazendo comício?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Sim. Justamente em janeiro, quando o Presidente Porfírio tomou posse, autorizou a saída do ex-Presidente Zelaya e ele pôde então deixar a Embaixada do Brasil.

Mas, em novembro de 2013, acontecem então as primeiras eleições, já depois de superada a crise. E é eleito o atual Presidente Juan Orlando Hernández, que está no poder, começou o seu mandato em janeiro de 2014 e deve terminá-lo em janeiro de 2018. Só que nesse processo todo, sobretudo a partir de 2013, esse movimento político todo que aconteceu foi caracterizado por alguns pontos, alguns elementos que eu considero muito importantes e que eu gostaria de destacar aqui, três elementos.

O primeiro foi o fato de que aconteceu, nessas eleições de 2013, uma reestruturação político-partidária em Honduras. O ex-Presidente Zelaya criou um partido chamado Libre (Libertad y Refundación), e se transformou, depois dessas eleições, na segunda força política do país. Além disso, há outro aspecto nessa questão da reeleição. Recentemente, em abril deste ano, para a surpresa de muitos, a Sala Constitucional da Suprema Corte, da Corte Suprema de Justiça, simplesmente indicou ou considerou inaplicável o art. 239 da Constituição que justamente proibia a reeleição presidencial. Então, isso já gerou uma nova situação que, evidentemente, nas próximas eleições, terá consequências fundamentais.

E o último aspecto que eu queria destacar é a questão do combate à corrupção. O Governo de Honduras enfrenta agora uma oposição muito acirrada de uma parcela da população que ficou conhecida como os "Indignados". Essa parcela da população tem realizado manifestações em todo o país, no que ficou conhecido como Marcha de las Antorchas, ou seja, a Marcha das Tochas, porque todos caminham com tochas na mão. Essas manifestações têm exigido maior transparência por parte do Governo e também um combate mais efetivo à corrupção e à impunidade. Há uma queixa muito grande não apenas em relação ao Executivo, mas também ao Poder Judiciário.

Mais diferentemente do que vem acontecendo na Guatemala, onde o Presidente Pérez Molina tem enfrentado uma oposição muito forte e tem alguma possibilidade de, inclusive, sofrer um *impeachment*, no caso de Honduras, o Presidente Juan Orlando foi muito mais proativo e tratou de buscar um diálogo nacional que ele diz ser sem incondicionalidade alguma. E, de maneira muito viva, ele buscou o apoio da OEA e da ONU para esse acordo, para esse diálogo nacional.

A ONU não quis se envolver muito e tem trabalhado mais na parte da supervisão desse diálogo. Já a OEA, sim, está mais diretamente envolvida e indicou um facilitador, que é o Embaixador John Biehl, que está atuando nesse caso agora.

Bom, então, como os senhores podem ver, caso o meu nome seja confirmado, eu terei muito o que fazer em Honduras, acompanhando esse processo todo, que, certamente, terá desdobramentos importantes para as eleições de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Está marcado para o começo do ano?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Novembro de 2017.

No que diz respeito à política externa, eu gostaria de destacar apenas um elemento, que é a Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte. Este é um projeto conjunto de Honduras, Guatemala e El Salvador, em resposta a essa leva de imigrantes que tem ido para os Estados Unidos, inclusive, com crianças desacompanhadas, o que tem gerado uma crise humanitária na região.

Em negociação com o Presidente Obama, eles conseguiram uma promessa de US$1 bilhão de ajuda dos Estados Unidos. Essa proposta está sob análise do Capitólio, que até então não se definiu a favor dessa cooperação.

Vou passar, agora, à parte das relações bilaterais. Como nós vimos, superada aquela crise de 2009, nós retomamos as nossas relações em nível pleno e excelente. No que diz respeito ao comércio bilateral, nós devemos reconhecer que ele ainda é pouco expressivo. No ano passado, nós tivemos cerca de US$131 milhões de comércio. Mas há dois aspectos muito importantes que eu gostaria de destacar aqui. O primeiro é que esse é um comércio extremamente superavitário para o Brasil. Ou seja, desses US$131 milhões, nós exportamos US$113 milhões e importamos US$17,5 milhões – 86% de superávit para o Brasil. E mais importante do que isso, é que, das nossas exportações, 92% delas são de produtos manufaturados, ou seja, produtos com alto valor agregado. Isso, então, faz um diferencial em relação ao nosso comércio com os Estados Unidos, Europa ou China.

Honduras tem um interesse muito grande pela participação do Brasil em projetos de infraestrutura naquele país, sejam portos, ferrovias, estradas, aeroporto. O Presidente Juan Orlando tem sido muito enfático em relação a isso. Havia algumas empresas brasileiras trabalhando em Honduras. Atualmente, só a Queiroz Galvão permanece lá, e tem financiamentos do BNDES da ordem de US$145 milhões para construção de uma parcela do que eles chamam de canal seco, que vai ligar o Atlântico e o Pacífico, ou seja, de Puerto Cortés, no norte do país, até Amapala. E, também, há outro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Exatamente. Aí no mapa dá para ver melhor, bem em cima, perto da fronteira com a Guatemala, onde está escrito San Pedro. Mais no litoral está Puerto Cortés e, dali, vai ser feita uma linha até aquele golfo ali embaixo, onde está escrito San Miguel. Teremos uma estrada de 390km, e a Queiroz Galvão está construindo 54km desse canal seco. A empresa conta também com financiamento do BNDES para uma renovação da malha viária de Honduras no valor de US$150 milhões. Havia um

terceiro financiamento da ordem de US$270 milhões para a Odebrecht construir duas represas hidrelétricas, mas, infelizmente, por falta de uma contrapartida do governo hondurenho, esse projeto acabou não podendo se realizar.

Mas, como eu dizia, há um interesse muito grande do Presidente Juan Orlando. Ele tentou, inclusive, um contato com a Presidente Dilma na Cúpula das Américas, em abril, no Panamá, mas, infelizmente, por um problema de agenda dos dois mandatários, esse encontro não aconteceu, mas, obviamente, o interesse é muito grande, e temos uma cooperação muito intensa com Honduras.

Para finalizar, a nossa cooperação existe tanto na parte técnica... Temos projetos com a participação da Embrapa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; temos assistência, cooperação em termos de ciência e tecnologia com a adoção por Honduras do sistema nipo-brasileiro de televisão digital; temos assistência em matéria de energia renovável, recentemente, foi inaugurado um projeto-piloto para a produção de etanol; temos cooperação militar com instrutor brasileiro na Escola de Comando do Estado-Maior de Honduras; e temos também assistência humanitária, ou seja, o Brasil tem doado dezenas de milhares de toneladas de arroz que fazem parte, agora, da merenda escolar hondurenha. Essa cooperação, então se dá tanto no plano bilateral, diretamente via Embrapa, via Ministérios brasileiros, ou de maneira trilateral: temos uma cooperação Brasil, Honduras, Estados Unidos, que atua na parte de biocombustíveis, de produção de gergelim, de apicultura; temos uma cooperação trilateral com o Japão, a Polícia Militar de São Paulo capacita a polícia hondurenha, segundo a filosofia japonesa de polícia comunitária; temos, também, uma cooperação trilateral com a FAO para garantir a segurança alimentar e nutricional, ou seja, há uma intensa atividade na área de cooperação e certamente há muito que nós podemos fazer ainda tanto em termos comerciais como de cooperação com Honduras.

Sr. Presidente, acho que esses eram os pontos principais que eu queria destacar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fale sobre a economia hondurenha.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Sim. A economia hondurenha no momento está até muito bem. Eles têm crescido, mais ou menos, nos últimos anos, a uma taxa média de 3%; têm uma inflação que está em torno de 6% neste momento; uma taxa de desemprego de 4,5%.

Eles, evidentemente, têm dificuldade de contar com recursos para investimentos. Mas, recentemente, o FMI, que já tinha feito um empréstimo ao governo hondurenho, esteve lá no país para uma avaliação desse empréstimo, ou seja, do que se comprometeu o país a cumprir, e considerou que o resultado foi muito bom, tanto que renovou esse empréstimo por mais alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço o Embaixador por sua exposição.

Vamos ouvir, agora, o Embaixador Raymundo Santos Magno, que foi indicado para representar o Brasil na Bolívia.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Muito obrigado, Presidente Aloysio Nunes; Sr. Senador Ricardo Ferraço, Relator da minha proposta.

Antes de iniciar, eu gostaria de dar uma palavra de homenagem ao saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, que, entre outras inúmeras funções que teve, foi presidente do lado brasileiro do Grupo de Amizade Brasil-Romênia, país onde eu estou trabalhando agora. E ajudou muito em diversas funções, em diversas oportunidades, especialmente num acordo específico que é muito importante para o comércio bilateral.

Eu gostaria de fazer breves comentários sobre aspectos da política interna, da política externa, da economia, do relacionamento bilateral e repassar, rapidamente, temas que poderiam – e devem – ter a minha atenção na hipótese de V. Exªs aprovarem o meu nome para o cargo de Embaixador na Bolívia.

O nome oficial do país é Estado Plurinacional da Bolívia. Isso foi uma movimentação que houve e que resultou na aprovação de uma nova Constituição em que há uma atenção prioritária às nações e aos povos originários indígenas.

O país tem 1 milhão de quilômetros quadrados, mais ou menos o dobro do território do Estado de Minas Gerais; um PIB, para as dimensões, razoavelmente bom, de US$32,5 bilhões; uma renda *per capita* de US$3 mil – essa renda *per capita* em 2000 era, para uma comparação, de US$900.

Na política interna, Evo Morales foi eleito em 2005 com o objetivo de promover uma chamada revolução democrática e cultural, e fundar um Estado plurinacional. Foi reeleito em 2009 e agora reeleito em 2014. De 2013 para 2014, houve uma decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional que considerou que a primeira eleição, tendo sido feita, ainda, sob a égide da Constituição anterior, não valia. Então, ele teria as duas – quer dizer, foi contada a partir da segunda.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dizem que ele está querendo uma terceira agora?

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – É. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade! Dizem que ele está querendo uma terceira. Isso é um problema sério!

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Eu nem vou comentar isso.

Bom, segundo os dados disponíveis, no período Morales, tem havido uma estabilidade econômica e política. Há, como nós bem sabemos, uma nacionalização dos recursos naturais. E esse terceiro período de mandato, em que ele teve 61% de apoio, se dá muito em função do aspecto econômico que está, como nunca esteve, positivo no país.

Logo em seguida, ou junto com as eleições de 2014, nas eleições parlamentares, houve, também, maioria de dois terços. Ou seja, eles têm, o Governo, maioria no Congresso. Houve depois eleições departamentais. Houve maioria de dois terços em todos os departamentos e o partido MAS (Movimiento al Socialismo) ganhou em seis dos nove departamentos o governo do respectivo departamento.

Existe, como o Presidente disse agora, uma polêmica muito grande entre oposição e situação por uma eventual – eventual não, muito provável – reforma da Constituição. E essa reforma pode prever mais uma eleição para o Presidente, ou seja, mais uma postulação. Eles agora falam, o governo e o partido, em postulação e não reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Candidatura.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Candidatura. É, porque postulação é em espanhol. Na verdade, é candidatura. Eles falam na candidatura do Presidente, mais uma vez, ou como uma alternativa, que vai ser também examinada, uma candidatura ilimitada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ilimitada?

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Ilimitada, ilimitada.

Bom, política externa. O governo tem muita atuação na política externa, bem ativo. Eles promovem muitos conceitos e costumes ancestrais, os direitos dos indígenas, eles participam ativamente de mecanismos multilaterais, como a convenção sobre entorpecentes. Tiveram, em 2014, a presidência do G77+China, com bons resultados tanto de organização como de parte substantiva. Oferecem sedes para abrigar reuniões da ASA, da Celac, da Unasul, do próprio Grupo 77, e se envolvem muito em mecanismos regionais. Eles são membros da Alba, Associação Bolivariana. Eles são, agora, membros do Mercosul e também se envolvem muito no assunto, participam muito da Celac e da Unasul.

Como disse, o Grupo 77 teve resultados bons no ano passado. Os focos da política externa são promoção do desenvolvimento com respeito a recursos naturais, integração com países vizinhos, diversificação de parcerias diplomáticas com países de outras regiões.

Na América do Sul, como sabem, a Bolívia foi aprovada e formalmente passa a integrar, a partir da cúpula do Mercosul de Brasília, agora em meados do ano, tema que vai merecer a atenção do Parlamento brasileiro para aprovação dessa medida que já foi assinada pelos Chefes de Estado e de Governo.

Bom, do ponto de vista ainda da América do Sul, há relações muito próximas com a Venezuela e, como já disse, com a Alba e com Cuba. Eles não mantêm relações diplomáticas com o Chile por um evento, uma guerra que ocorreu, a chamada Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883, em que eles perderam o acesso ao mar, e isso é um tema, talvez seja o único, que une oposição e situação. Eles, realmente, trabalham em uníssono quando se trata desse assunto.

Do ponto de vista hemisférico, eles tiveram uma relação muito desgastada, a partir de 2006, com os Estados Unidos. Houve a expulsão de embaixadores, expulsão de órgãos e coisas mais. Houve a expulsão de órgãos americanos e outras iniciativas. Recentemente houve um encontro entre o Presidente Evo Morales e o encarregado de negócios dos Estados Unidos e a partir daí estão começando a relançar o relacionamento bilateral com possibilidade de virem a trocar embaixadores em um futuro não muito longínquo.

Com a China, eles têm uma relação cada vez mais intensa – cada vez mais intensa. A China faz financiamentos baratos e tem conseguido levar uma quantidade de iniciativas e de projetos na área de infraestrutura.

Com a Rússia, eles trabalham muito em gás natural e, recentemente, fizeram um acordo com a Rosatom, porque eles têm, também, um objetivo de desenvolver a energia atômica para fins pacíficos. Eles falam muito em equilíbrios transcontinentais, que são as chamadas aproximação com a Rússia, aproximação com a China e aproximação com o Irã.

Recentemente, houve uma visita do Vice-Ministro iraniano, na qual o Presidente Morales confirmou que participará, em novembro, do terceiro foro de Países Exportadores de Petróleo em Teerã. Morales comentou que espera que, dessa vez, o seu avião não seja bloqueado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele é um bolivariano de resultados, como diria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raymundo Santos Rocha Magno) – Revistado, exatamente.

Bom, do ponto de vista de economia, como eu disse no início, a economia está muito estabilizada, os indicadores econômicos são muito bons, eles têm reservas internacionais de US$15 bilhões, o que corresponde a quase 50% do PIB...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com o FMI tudo bem?

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Boas relações com o FMI, exatamente.

Reservas internacionais altas.

A economia é baseada em exportação de *commodities* e 90% do valor são exportados para Brasil e Argentina. Então, há uma dependência que nem sempre é muito saudável desse ponto de vista.

A conjuntura macroeconômica é considerada estável. A Bolívia tem um discurso anticapitalista e fez nacionalizações em empresas estrangeiras, mas adota práticas extremamente ortodoxas do ponto de vista da gestão da economia, especialmente na área fiscal.

Muito recentemente, em maio, a Standard & Poor's aumentou o grau de risco da Bolívia, ou seja, melhorou a aprovação de BB- para BB. Foi seguida pela Fitch Ratings muito recentemente, em julho.

Lançou bônus soberano da dívida do país, coisa que não fazia há cem anos. Há cem anos estavam fora do mercado de bônus soberano.

Tudo isso mostra que eles se orgulham muito do que chamam de "modelo econômico social comunitário produtivo", um modelo basicamente estatizado.

Seguindo aqui, com a redução do preço do petróleo, o que se está verificando é que está havendo uma redução de arrecadação, mas o Ministro da Economia já deu declarações dizendo que estão tomando providências no sentido da abertura de novos mercados para os seus produtos, industrialização de recursos naturais, investimentos, incentivos à exploração de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Com empresas privadas.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Exatamente. Com empresas privadas que virão e são atraídas. Eles querem atrair as empresas privadas, só que a gestão é do governo, é do país. O território e o solo são do governo, do país, e tem que haver sempre uma colaboração com YPFB, que é a companhia de petróleo e gás do país.

Comércio exterior. Eles têm uma balança superavitária, exportam 12,8 bilhões e importam 10 bilhões. Os principais destinos das exportações são: primeiro, Brasil; depois, Argentina; e depois mais alguns. Origem das importações: pela primeira vez, em 2014, nós perdemos o primeiro lugar como país exportador para a Bolívia, perdemos para a China. O Brasil é o único país com o qual a Bolívia tem superávit. Com a maioria dos outros países, nós temos superávit, como meu colega Breno acaba de assinalar.

Com o câmbio estável há quatro anos, os exportadores estão fazendo pressão para que haja progressivas desvalorizações – coisa que o governo, por enquanto, tem negado peremptoriamente.

Do ponto de vista... Bom, para terem uma ideia, o volume, nos últimos dez anos, de *commodities* de gás aumentou 647%, mas o preço, o valor aumentou em 4.039%. Portanto, aí se vê que, menos do que uma ampliação da produção de gás, o que houve foi aumento de preço muito grande de gás.

Do ponto de vista do relacionamento bilateral, nosso relacionamento, é um país vizinho, portanto, existem áreas de interesse estratégico para nós e, obviamente, para eles também. Eu citaria aqui: a integração energética, a cooperação fronteiriça, o combate a ilícitos transnacionais. Quanto ao gás boliviano, para eles a nossa importação é vital para toda essa bonança econômica que o país está vivendo.

Uma boa notícia que eu tive muito recentemente e que foi confirmada anteontem pelo Senador Roberto Requião é a de que foi aprovada a abertura de um depósito franco para a Bolívia no Porto de Paranaguá. A Bolívia sofre essa questão da insularidade, então, um gesto como o que nós fizemos agora, recentemente, depois de 25 anos de o tema estar correndo, é um resultado realmente muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – São 25 anos, mas, na nossa Comissão, uma semana apenas. (*Risos.*)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Não. Passou uma semana aqui – passou uma semana aqui!

Bom, eu não quero me estender, mas áreas para um diálogo construtivo que eu desenvolveria e teria muita atenção na hipótese de ser aprovado são, como disse: cooperação técnica, cooperação de recursos hídricos, energia, infraestrutura, integração, comércio, investimentos, combate a ilícitos transnacionais, integração

fronteiriça, cooperação consular – e esse é um tema delicado – e o diálogo parlamentar, que a mim me parece muito importante do ponto de vista de *confidence building*.

Então, eu tenho aqui alguns comentários sobre as áreas específicas.

Os ilícitos internacionais, ou seja, o trabalho de combate ao narcotráfico e outras atividades ilícitas tem sido muito positivo, com bons resultados, boa disposição. Os bolivianos sempre agradecem a nossa participação e a nossa colaboração nisso. É importante que o Brasil cumpra as promessas feitas e em tempo hábil nessa cooperação, porque isso é em benefício não só da Bolívia, mas especialmente do Brasil.

A cooperação internacional, da qual participamos também, é uma cooperação que envolve, em um caso trilateral, também os Estados Unidos, e, em outro caso, o Peru. Existe uma reunião, como sabem, chamada Bolpebra, que é a região em que os três países fazem limite, a tríplice fronteira. Aquela região é uma região...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Exatamente.

É uma região, como o Senador sabe bem, delicada do ponto de vista de narcotráfico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Bolpebra é fronteira dos três países?

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Bolívia, Peru e Brasil, exatamente.

E cooperação fronteiriça. Seria importante haver uma reunião de vice-ministros que avalizasse a primeira rodada de cooperação fronteiriça, porque existe cooperação em quatro pontos de fronteira e se iniciaria uma segunda rodada de cooperação fronteiriça.

Há cooperação técnica bilateral muito intensa. E o Brasil é extremamente prestigiado; todas as instituições, a Embrapa e outras instituições brasileiras são muito prestigiadas e elogiadas no Brasil e na Bolívia. Seria importante que o Brasil pudesse continuar com o trabalho de cooperação técnica, tendo em vista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, por favor.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – ... que se trata de um país que realmente necessita e pede a nossa cooperação.

Quanto aos cortes orçamentários, vamos ter que ser criativos nesse assunto.

Relações culturais são muito boas, muito intensas. Eles têm muito interesse na cultura brasileira. Existe um Centro Cultural Brasil-Bolívia que está muito bem instalado numa parte central da cidade, num prédio tombado, que é, segundo vi em fotografias, uma beleza, e que trabalha intensamente nessa área cultural.

A rede consular brasileira, como sabem, em que há temas bastante complexos, é uma rede bastante ampla. Os brasileiros residentes na faixa de fronteira são uma questão delicada. Há a questão da regularização dos estudantes universitários. São 21 mil estudantes universitários brasileiros, a maioria deles estuda Medicina na Bolívia. E há o tratamento a brasileiros detidos em penitenciárias. Há uns 130, e a maioria deles com prisão preventiva. Como conhecem, há dois episódios recentes, um deles tipicamente de área consular, que são a prisão dos torcedores do Corinthians e a questão do asilo diplomático do Senador Roger Pinto.

O relatório que V. Exªs receberam tem um apanhado das atividades da Embaixada nos diversos setores – eu acho que não vou me ampliar sobre isso – do ponto de vista de dificuldades. Obviamente, a Embaixada precisa se adequar aos cortes orçamentários que houve.

Eu diria que, em conclusão, o governo Morales é um governo que está com considerável apoio popular. Ele venceu as eleições com bastante distância do segundo colocado. O país tem importantes recursos naturais. As relações comerciais com a Bolívia são importantes pelo que representam em termos de fornecimento de energia.

A Bolívia é um país vizinho, e o relacionamento com vizinhos é, por definição, prioritário. Esse relacionamento deve ser conduzido de uma maneira construtiva, cuidadosa, como, em geral, o Brasil faz com os demais sócios da América do Sul. O Brasil tem um papel preponderante na região, ele deve desempenhar esse papel de forma a contribuir para o fortalecimento da integração e do crescimento econômico com justiça social, o respeito à soberania dos vizinhos e aos princípios democráticos que regem a vida do subcontinente. Nós devemos usar o nosso *soft power* para, de uma maneira suave, projetar uma boa imagem e alcançar os nossos objetivos diplomáticos. Tudo isso num espírito de respeito mútuo, não aceitando pressões de nenhum de seus parceiros, regionais ou não, para concessões unilaterais que deixem em segundo plano o interesse nacional brasileiro. Solidariedade e generosidade são dois conceitos importantes na política externa dentro de certos parâmetros. O Ministro Mauro Vieira e o Secretário-Geral, Sérgio Danese, são diplomatas brilhantes e experientes. Eles conhecem bem esses princípios e saberão me instruir se eu vier a ser confirmado no cargo.

Nesse cenário, é muito importante a atenção parlamentar. Eu sei que terão a atenção da Comissão de Relações Exteriores as iniciativas que passarem pelo Parlamento em benefício do relacionamento bilateral. Convites a Parlamentares criam um bom ambiente para construir a confiança mútua, a que, às vezes, é necessário prestar atenção. A Embaixada, como sabem, está à disposição dos Srs. Senadores e Deputados para eventuais iniciativas junto ao Parlamento boliviano. Se eu vier, obviamente, a merecer a aprovação de V. Exªs, contem com meu empenho também quanto a isso.

Muito obrigado pela atenção das Srªs e dos Srs. Senadores.

(Soa a campainha.)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Fico à disposição para responder a eventuais perguntas e para ouvir comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Eu queria, antes de começar a rodada de intervenções dos membros da Comissão, submeter à deliberação dos senhores a ata da reunião anterior, propondo a dispensa de sua leitura.

Aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Eu quero também comunicar aos senhores que o processo de votação já está aberto. Vamos iniciar já.

Depois dessas duas excelentes palavras de abertura, vamos dar a palavra aos Senadores que se inscreveram. O primeiro inscrito é o Relator da indicação do Embaixador da Bolívia, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Posso só fazer uma pergunta, Senador, já pedindo desculpa por ter interrompido?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O senhor poderia trabalhar com blocos de intervenções? Porque eu tenho, inclusive, um compromisso. Isso facilitaria um pouco para nós e, ao mesmo tempo, talvez até a resposta, apesar de entender que o Relator tem um estudo maior do que todos nós. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não tenho nenhuma objeção.

Hoje nós temos um problema logístico: é que o plenário do Senado vai passar por um processo de troca de carpete. O carpete está cheio de ácaros. Será preciso trocar o carpete para o benefício da saúde dos Senadores e dos servidores do Senado. Então, a partir das 14h, o plenário vai estar fechado para esse trabalho necessário e urgente. Por isso, temos que trabalhar no sentido de darmos maior concisão e objetividade aos trabalhos da Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Até porque, Presidente, pela ordem, às 11h, 11h30, nós temos uma sessão deliberativa no plenário. Então temos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso, exatamente. Também é mais uma...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas tudo isso não pode turvar a importância da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tudo isso não impede a importância da sabatina.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dai a César o que é de César.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Presidente do Senado permite que a sessão consiga... E só abre a Ordem do Dia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mas o Presidente da sessão está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...quando encerrarmos os trabalhos da Comissão.

Senador Ferraço, V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos com calma porque o santo é de barro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Embaixador Breno de Souza da Costa, Embaixador Raymundo Santos Magno, gostaria de começar me dirigindo a S. Exª o Embaixador Breno de Souza Dias da Costa, indicado por Sua Excelência a Presidente da República para a coordenação da missão diplomática em Honduras. Nós estamos aqui inegavelmente diante de um Embaixador com uma extensa folha de serviços, com uma experiência muito longa, muito rica, muito...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...muito diversa. Seguramente, essa longa trajetória, permita-me, do Embaixador Breno o habilita a conduzir os interesses do nosso País, a nossa missão diplomática em Honduras.

A primeira questão que faço é a seguinte: os jornais hoje dão conta de que o Presidente da Guatemala renunciou, e a Guatemala é um país que está inserido na região de Honduras. Renunciou por incompetência declarada, admitida, por não estar conseguindo responder aos desafios do país. Renunciou porque está mergulhado em denúncias de corrupção de toda ordem. Essa renúncia traz algum tipo de impacto, na avaliação de V. Exª, na região? Quais são os impactos desse tipo de atitude? Há alguns anos que não a observamos aqui na América do Sul. Não sei se teremos outros casos, mas esse caso começa a sinalizar-se emblemático: jogou a toalha. "Não estou dando conta do recado, não estou conseguindo conduzir o meu país, estou mergulhado em corrupção".

A justificativa assentada pelo presidente da Guatemala é que, para não colocar a institucionalidade do país em risco, ele sai de cena para que as coisas possam ser conduzidas. Eu queria indagar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Há seis meses houve eleição, foi em janeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o nível de deterioração dos valores...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já estava proibido de sair do país. Já estava caindo pela tabelas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A deterioração dos valores, dos princípios, enfim, produziu esse ambiente, que é um ambiente fora da curva da realidade das regras institucionais.

Eu queria perguntar, inicialmente, a V. Exª se isso traz algum tipo de impacto na região e qual é a avaliação que V. Exª tem.

Em segundo lugar, cotejando aqui o currículo de V. Exª, no ano de 2012, V. Exª foi Conselheiro, encarregado de negócios na missão diplomática junto a Organização dos Estados Americanos(OEA). Esta Comissão e eu próprio fizemos aqui várias reuniões, vários debates, recebemos aqui lideranças políticas, lideranças da imprensa reprimida pelo governo da Venezuela, recebemos aqui parlamentares que foram cassados, como é o caso da Deputada María Corina, que fora cassada sem direito à defesa, ao contraditório, ao devido processo legal. Pessoalmente, sob a coordenação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós fomos até Caracas, em que pesem as restrições todas que nós enfrentamos, e pudemos identificar, enfim, que todo esse conjunto de problemas são reais, são problemas concretos.

E chama-me a atenção, e eu gostaria de pedir um esclarecimento a V. Exª, porque V. Exª atuou na Organização dos Estados Americanos quando a então a Deputada María Corina Machado lá esteve e tentou levar para o âmbito da OEA os problemas relacionados à escalada da violência, ao déficit de democracia, de liberdade de expressão, de direitos humanos, e assim por diante, na Venezuela, aliás, salta aos olhos que esta semana, Sr. Presidente, o Governo brasileiro, mais uma vez, se omitiu na Organização dos Estados Americanos, oportunidade em que o governo da Colômbia tentou colocar o assunto em debate na OEA. Por omissão do Governo brasileiro, que declinou do voto, por um voto, o tema dos problemas da fronteira entre a Venezuela e a Colômbia não foi levado à Organização dos Estados Americanos; por omissão do Estado brasileiro. De novo o Brasil, de novo a Argentina, de novo Bolívia atuaram em linha, impedindo que a Organização dos Estados Americanos pudesse trabalhar e atuar como mediadora desses conflitos na fronteira entre Colômbia e Venezuela.

Mas salta aos olhos uma afirmação de V. Exª, na condição de representante brasileiro na Organização dos Estados Americanos – e V. Exª tem o direito de exercer as convicções como bem pensa, como eu tenho de discordar; isso faz parte do processo democrático e civilizado, graças a Deus! V. Exª fez coro ao chavismo, quero crer que ou por convicção pessoal ou por orientação política do Governo brasileiro, desqualificando o depoimento da Deputada María Corina Machado. As palavras de V. Exª – abre aspas –, V. Exª teria dito: "O objetivo desta reunião não é transformá-la em um circo para o público externo". A imprensa traz essa afirmação como de V. Exª. V. Exª confirma essa afirmação? Por que razão essa escalada da violência, da ausência de liberdade de expressão, de democracia evidente e efetiva na Venezuela não foi acompanhada do apoio do Governo brasileiro, para que a OEA, de larga tradição democrática, pudesse fazer uma avaliação dos acontecimentos?

Por que V. Exª considerou inadequado, inapropriado? Quais são os valores que movem V. Exª na direção de não permitir que uma Deputada que teve o seu mandato conquistado democraticamente e cassado de maneia autoritária, unilateral, sem que lhe tenha sido dado sequer o direito de resposta... Ou seja, a voz e a vez que ela não teve na OEA ela teve aqui, nesta Comissão, que é a Comissão que sabatina V. Exª. Esta Comissão a recebeu, e ela fez aqui as suas manifestações em relação a tudo o que ocorreu na Venezuela. E não apenas ela, mas também a esposa do Leopoldo López, que é preso político. Em nenhum país civilizado do mundo, nos tempos atuais, nós temos preso político. Preso político é exceção.

Então, eu queria ouvir de V. Exª, de viva voz, pois é a oportunidade que nós temos... Eu sei que V. Exª está indo para uma nova missão, mas V. Exª foi nosso representante na OEA. Então, eu gostaria de merecer de V. Exª uma manifestação a respeito do contexto e da circunstância em que V. Exª exerceu essa opinião, dizendo se foi por convicção própria ou se foi por orientação, evidentemente, política do Governo a que V. Exª serve na condição de profissional.

Eu gostaria de merecer de V. Exª essa consideração e de me dirigir rapidamente ao Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno.

De igual forma...

Eu faço esta observação, Sr. Presidente, porque eu considerei essa manifestação do Embaixador Breno um ponto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – ... pronunciou a palavra "circo" para se referir...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É isso. Nós estamos diante de um profissional qualificado, habilitado, experiente, formado por uma das nossas melhores instituições brasileiras, que é o Instituto Rio Branco. Quer dizer, é um ponto fora da curva.

Quais são as razões que levaram V. Exª a esse tipo de manifestação e qual é a avaliação que V. Exª tem sobre o ambiente democrático na América do Sul?

Essa pergunta, evidentemente, vale também para o Embaixador Raymundo, que, de igual forma, tem um currículo extenso, tendo ocupado importantes funções da chancelaria brasileira mundo afora.

V. Exª é chamado para ser embaixador num país com o qual nós temos uma larga tradição de relacionamento. Ninguém melhor do que o Senador Jorge Viana, ex-Governador do Acre...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E que tem uma avó boliviana. A avó do Senador Jorge Viana é boliviana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Minha bisavó. Era uma grande matriarca.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A bisavó dele, a grande matriarca da família.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Jorge Viana foi Governador do Estado do Acre, o importante Estado do Acre, fez um excepcional governo, se transformou em referência nacional para todos nós e para a nossa geração pelos valores que cultivou e exerceu, com o Departamento de Cobija, que faz fronteira com Pando...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – ... Parte da Grande Rio Branco. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A região metropolitana de Rio Branco.

Ele exerceu, enfim, grande relação e assim por diante.

Nós temos uma fronteira de quase 16 mil quilômetros quadrados a oeste. Com a Bolívia, são quase 3,6 mil quilômetros. Enfim, em que pese o nosso País ter que exercer a solidariedade, ter que exercer todos esses princípios necessários... O Brasil, como país mais importante da região, precisa ser solidário, sim, com os seus irmãos. Mercosul não é opção, mas destino, e assim por diante. Há, inclusive, a possibilidade, agora, de a Bolívia fazer parte do Mercosul.

Mas o fato objetivo é que nós temos uma fronteira bastante problemática com a Bolívia. São 3,6 mil quilômetros de fronteira, onde temos identificado crimes transnacionais de toda ordem: tráfico de droga, roubo de carro... Enfim, o desafio de V. Exª não é pequeno, é um desafio complexo, que vai exigir de V. Exª muito equilíbrio. Eu não quero aqui entrar no mérito dos antecedentes que levaram o nosso Pais a ficar praticamente dois anos sem embaixador na Bolívia. Nós trabalhamos durante dois anos aqui, nesta Comissão, mas, infelizmente, não foi possível, mas agora estamos virando uma página. Mas virar uma página e abrir outra não significa esquecer aquelas páginas que foram viradas e que foram escritas para que essa construção com a Bolívia se dê em outro patamar, porque, até aqui, nós tivemos muitas dificuldades de compreensão de protocolos que o nosso País assinou.

A nossa Constituição estabelece que asilo político é uma precondição, que move a nossa política externa. E asilo político não tem sido respeitado pelo Presidente Evo Morales, em que pese o esforço do excelente profissional que antecedeu V. Exª, o Embaixador Marcel Biato, que está sendo castigado nos corredores do Itamaraty simplesmente porque não conseguiu dar solução. Mas não havia como dar solução, porque a orientação política era para não dar solução, era para se omitir, era para não cobrar salvo-conduto e assim por diante.

Eu não quero entrar mais nesses detalhes, mas quero chamar a atenção de V. Exª para conhecer um pouco da sua visão em relação a essa condução geopolítica estratégica. Tudo bem, vamos exercer o *soft power*.

Vamos e devemos! Essa é uma natureza e uma característica dos brasileiros, mas isso tem limite. O Brasil não pode submeter, subordinar os seus interesses nacionais aos interesses ideológicos, pontuais do governo de plantão, até porque S. Exªs cumprem função de Estado, não função de governos.

Então, eu gostaria de merecer de V. Exª uma avaliação sobre a quadra da nossa relação com a Bolívia, os antecedentes dessa relação, e como V. Exª espera navegar nesse mar e nesse oceano com muitos desafios.

Essas são as questões para as quais eu gostaria de merecer a atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Senador Jorge Viana, V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, primeiro, cumprimentar os Srs. Embaixadores Breno e Raymundo Santos.

Também quero cumprimentar o meu colega Ricardo Ferraço e agradecer as suas palavras.

Sei que hoje estamos cumprindo um momento muito especial nesta Comissão, depois de dois anos, fazendo a sabatina com o profissional que, delegado pela Presidência da República – não tenho dúvida de que essa delegação será recepcionada nesta Comissão e também, espero, no plenário da Casa –, vai fazer com que o Brasil possa estar de novo com um embaixador na Bolívia, este país que é tão importante e que é nosso vizinho.

Sei do esforço do Senador Ferraço e dos problemas que tivemos, mas eu queria deixar registrado aqui o seu trabalho. Agora, como Relator da indicação, com o próprio relatório, estou acolhendo e endossando essa indicação do Embaixador Raymundo Santos. De alguma maneira, é uma voz do conjunto desta Comissão. O Presidente, Senador Aloysio, também se empenhou bastante. Nenhum de nós, independentemente das razões, estava confortável com essa situação de o Brasil não ter um representante na Bolívia, independentemente da visão que cada um tenha, do que ocorre na Bolívia ou dos problemas que nos levaram a isso.

Então, eu acho que hoje é um dia especial na Comissão. Estamos, de fato, virando uma página. Fizemos, eu acho, uma boa leitura dessa página, que é parte da história que pode ser consultada.

Mas eu queria pedir ao Embaixador Breno, se pudesse... Nós tivemos uma quadra, há alguns anos, em que a América Central era o foco, o centro do debate, especialmente na América Latina. Já se vão alguns anos, mas eu gostaria de um comentário sobre a presença do Brasil na América Central, naquela região.

Hoje, passado aquele período, vivemos um momento em que temos a consolidação da democracia ali. Estrategicamente, que papel um país como o nosso... Nós temos o México por um lado e temos os Estados Unidos por outro, e até mesmo o Canadá, que tem uma presença muito forte no Caribe e em todos os lugares, mas, em relação ao Brasil, eu sinto um pouco essa necessidade. Não sei se é uma percepção equivocada minha, mas gostaria de ouvir um comentário de V. Exª.

E eu queria dizer ao Embaixador Raymundo Santos que essa questão da insularidade boliviana... Quer dizer, V. Exª falou algo que é verdadeiro: se há um tema que unifica a Bolívia, independente do momento político que ela esteja vivendo, é essa questão da saída para o mar ou de um diálogo. Daí a importância desse gesto da Comissão, do Brasil em relação ao Porto de Paranaguá. Mas o Porto de Paranaguá...

Eu queria até que voltasse aquele outro mapa grande que coloca a Bolívia, se possível, que estava aí na apresentação.

Eu estive, recentemente, com...

Não, mais longe, deixa mais longe para termos a noção da Bolívia ali, inclusive com os dois oceanos ali, por favor.

Eu fiz, recentemente, uma visita ao Jorge Quiroga, ex-Presidente da Bolívia. Quando eu era Governador, ele era o Presidente, antes do Carlos Mesa. Incrível: o Jorge Quiroga, do ponto de vista político, tem divergências abissais com o Evo Morales, mas ele, hoje, trabalha numa coordenação, em nome do governo boliviano, num grupo de trabalho buscando estabelecer diálogo, especialmente com o Chile, tentando construir, junto à OEA, no sentido de...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, ele dialoga nos Estados Unidos, ele dialoga tentando criar um ambiente...

Eu li. Ele me deixou, inclusive, um documento.

Eu gostaria de colocar e ouvir o posicionamento de V. Exª aqui: o Brasil não deveria ter um papel de maior protagonismo na busca de encontrar essa mediação?

O Brasil foi fundamental num conflito entre Peru e Equador, o Brasil tem se colocado – ou se colocou, num primeiro momento – com o Irã numa questão nuclear, mas, aqui, tão próximo, há um tema que é tão importante para pacificar definitivamente o entorno do nosso País, na relação entre Chile, Peru e Bolívia...

Eu fui mochileiro, andei naquela região em 1981. Subi aquilo ali de mochila, andei um mês, na época do Sendero Luminoso, e fui até Arica, no Chile, e depois para Charaña, na Bolívia, que é o lugar mais frio a que eu já fui na minha vida e onde existe um trem que passa fazendo a conexão do Pacífico com La Paz. Fui num trem que ficou absolutamente lotado. Eu fiquei até 11h da noite... Só havia um jeito de voltar para casa, que era pegando esse trem de Charaña até La Paz, um trem lento, nos Andes, complicado. E ficamos ali o dia inteiro tomando *té* de coca, conversando, uma turma de jovens daqui dos países vizinhos. Às 11h da noite, o trem encostou. E lá na estação havia lonas cobrindo volumes enormes. A gente não sabia o que havia debaixo das lonas, vários volumes ali, e ninguém aparecia. Quando o trem parou, vimos o que eram aqueles volumes enormes de coisas. Eram caixas de uísque, caixas de todo tipo de material, e elas eram passadas pela janela. E o trem ficou absolutamente lotado, ninguém andava. Quem estava acomodado numa cadeira ficava ali sem se movimentar, porque era um transporte da produção que chegava, dos produtos que chegavam na costa e iam até Charaña. E o interessante é que, de manhã, bem cedo, quando o trem estava chegando a La Paz – uma noite não dormida, todos imprensados –, ele para numa estação antes de La Paz, em El Alto. Eu nunca vi um descarregamento de trem tão rápido como aquele. Era feito até pela janela. Em pouco tempo, meia dúzia de jovens ficaram donos do trem, dos vagões, porque ninguém chegou a La Paz, todos desceram uma estação antes.

Então, até hoje funciona assim. Até hoje, a relação é de fechar os olhos, porque não há relação, como foi colocado aqui, do Chile com a Bolívia. E ninguém, talvez por... Enfim, por ser a Bolívia o maior beneficiário de uma solução para isso, assume. Eu acho que...

Eu queria um comentário para ver se não dava para, na prática, por fim a essa insularidade boliviana, criando corredores para exportar, para negociar. Eu acho que o mundo de hoje tem ambiente para isso. Aconteceram coisas que ninguém acreditava que aconteceriam: a reunificação da Alemanha, o fim do Muro, a transformação da União Soviética... E, aqui, ao nosso lado, não acontece algo que é tão importante para pacificar definitivamente. Eu também poderia citar a questão do Paraguai com o Brasil. Mas eu gostaria, especificamente, de ouvi-lo nesse sentido.

Outro aspecto. Eu moro ali na região, conheço bem. Quando eu era Governador, era comum, na área de Bolpebra, que é exatamente a Tríplice Fronteira, Senadora Ana Amélia, que a senhora conhece, andou lá, pois V. Exª também é uma andarilha e gosta de conhecer profundamente, nós não tínhamos um policiamento, porque era uma área isolada em Assis Brasil, a estrada não existia... Nós fizemos a estrada no nosso governo, com a ajuda do Presidente Fernando Henrique, e, com a ajuda do Presidente Lula, concluímos ponte e fizemos a Interoceânica, que é, talvez, uma das maiores passagens de tribos de motociclistas. Eles mandam as motos de caminhões, de carros, para subir os Andes. Sobem pelo Acre, por Assis Brasil, exatamente em Bolpebra.

Mas, na época – eu estou falando de 15 ou 16 anos atrás –, eu tinha só um agente policial, chamado Padilha. E o Padilha, de tempos em tempos, encontrava – e eu recebia uma mensagem – 40, 50 quilos de cocaína, não quando ia fazer a diligência policial, mas quando ia pescar, porque era tudo pacífico, era muito tranquila a cidade de Assis Brasil. Ele encontrava 40, 50 quilos de cocaína num toco, numa beira de praia, e aí a pessoa que era proprietária corria. E ele, que era o único agente, recolhia aquilo e ligava para lá: "Olha, estou com 50 quilos de cocaína. Tenho que tirar daqui e preciso de escolta." Aí não tinha pista, não tinha nada...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aí o pessoal dizia: "Vai pra casa, Padilha! Leva essa coca pra casa." (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu mandava uma força policial num aviãozinho que descia numa pista que era uma ladeira, e lá a Polícia Militar, nossa força policial, fazia a escolta dessa droga, porque a Polícia Federal não era presente.

Então, eu queria ouvir um pouco mais sobre essa questão da droga na Bolívia, porque nós moramos ao lado de grandes produtores – Colômbia e Bolívia – e a entrada... Parece-me que hoje há uma mudança... O Senador Ferraço falou muito bem, nós temos uma fronteira enorme com a Bolívia. Eu não estou aqui fazendo nenhuma... Até porque tenho uma admiração enorme pela Bolívia, um compromisso de trabalharmos juntos, mas trabalhar esse tema da entrada de arma no Brasil e trabalhar a questão da droga é fundamental hoje.

O Supremo, por ausência do nosso Congresso, está fazendo a decisão sobre porte para consumo de drogas, cujo debate deveria ter sido feito aqui. O Presidente Fernando Henrique tem teses interessantíssimas para serem debatidas. E eu gostaria de ouvir V. Exª um pouco mais sobre isso: como podemos trabalhar numa parceria com a Bolívia, não só comercial, como temos, não só para acolher os mais de 200 mil bolivianos que temos em São Paulo, que enfrentam dificuldades... E eu também queria ouvi-lo um pouco sobre essa vinda de bolivianos a São Paulo, que passam das centenas de milhares. Isso é importante para mim e não ouvi sobre isto na sua explanação.

Também quero ouvi-lo sobre essa questão de como o nosso País pode atuar junto ao Peru, à Bolívia e à Colômbia para que essa questão da droga e da entrada de arma no Brasil possa ter uma ação mais efetiva do nosso Governo, não só criando barreiras ou armando o lado de cá, mas estabelecendo uma relação diplomática.

Acho que a explanação de V. Exª foi uma aula sobre a Bolívia, foi resultado de um estudo – quero parabenizá-lo por isto –, mas eu gostaria de ter um aprofundamento pelo menos desses temas que eu apresento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. Foram duas intervenções muito abrangentes, dos dois Senadores que usaram a palavra. Creio que temos agora um amplo leque de questões a serem respondidas pelos nossos sabatinados.

Inicialmente, o Embaixador Breno Souza Costa.

Dez minutos.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Está ótimo.

Sr. Presidente, é um prazer poder responder às perguntas que me foram formuladas. Vou começar com as perguntas do Senador Ferraço.

A primeira delas diz respeito à renúncia do Presidente da Guatemala e aos impactos desse ato na região. Evidentemente, essa era uma grande preocupação no caso do Presidente de Honduras. Como todos sabíamos, o efeito dominó que se pode criar com uma situação dessa é evidente.

A situação do Presidente da Guatemala não se compara à do Presidente de Honduras: a oposição ao Presidente Molina, na Guatemala, era muito maior e essa consequência já era quase que esperada. Ou seja, a questão do *impeachment* ou, no caso, de uma renúncia já era algo que se previa no horizonte. Talvez até por isso e vendo essa situação, o Presidente de Honduras foi muito mais proativo no sentido de tentar agir de maneira rápida para evitar que essa crise crescesse em Honduras. E foi justamente isto que levou o Presidente Juan Orlando à OEA para conversar com o Secretário-Geral e buscar o apoio da OEA para essa atuação como facilitador de um diálogo nacional. Com isso e também com um acordo feito com a ONU, ele conseguiu, de certa forma, frear o avanço dessas manifestações e, mais do que isso, manter sob o seu governo o controle desse diálogo, o que já não acontecia na Guatemala.

Essa Comissão Internacional contra a Impunidade que foi criada na Guatemala, que tinha, na sua composição, membros de outros países, evidentemente, teve um poder muito grande de atuação, tanto que várias autoridades guatemaltecas já foram punidas pelo trabalho dessa Comissão.

O Presidente de Honduras buscava, evidentemente, que isso não se repetisse em seu país e, até agora, tem conseguido isso. Não se sabe até quando ele vai conseguir manter o controle dessa situação, mas está tentando, através desse diálogo, que ele diz sem condicionalidades, com o apoio de organismos internacionais, buscar uma solução para criar esse sistema de combate à impunidade.

Da mesma forma, temos visto esse tipo de problema acontecendo também em El Salvador. Ou seja, a situação na Guatemala espirra ou reflete em outros países da região, como era de se esperar. Então, tanto para Honduras quanto para El Salvador, essa é uma questão que preocupa muito o Executivo.

A sua segunda pergunta diz respeito à Venezuela na OEA e à participação da então Deputada Maria Corina Machado. Quero deixar claro aos senhores que não houve, em momento algum, por parte do Governo brasileiro, a intenção de proibir a fala da Deputada Maria Corina Machado. Tanto é assim que ela se manifestou na OEA, ela se pronunciou. Entretanto, o que foi alvo de críticas não apenas do Brasil, mas de vários países, e não só de países bolivarianos, foi a maneira como se deu esse procedimento. E aí a frase do circo, que, certamente, foi uma palavra infeliz, mas que não se dirigia à Deputada Maria Corina Machado, mas, sim, ao Secretário-Geral da OEA.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só para esclarecer: o episódio que o senhor qualificou como circo foi o quê? Foi a tentativa da Deputada Maria Corina Machado de usar a palavra na OEA?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Não, é exatamente isso que estou tentando explicar agora. Não se referia ao direito da Deputada de manifestar-se no plenário; relacionava-se à maneira como esse processo se deu. Houve uma série de falhas nesse processo. O primeiro deles foi que a Deputada Maria Corina Machado foi inscrita como delegada do Panamá. Ou seja, já foi uma atuação um tanto estranha aos regulamentos da OEA.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas ela tinha alternativas, uma vez que ninguém dava voz a ela?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Bom, essa era uma das questões. Mas o grande problema nem foi essa questão, que já tinha precedentes, pois isso já ocorreu na OEA. A grande questão dizia respeito à atuação do Secretário-Geral. Por quê? Primeiro, ele permitiu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Exatamente. À época, o Sr. José Miguel Insulza era o Secretário-Geral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Ah, perfeito!

O Secretário-Geral da OEA permitiu que a Deputada desse declarações à imprensa dentro da OEA, em uma sala da OEA, o que é proibido pelas regras da instituição. Então, ele foi contra uma regra que existe na Organização. Evidentemente, se a Deputada quisesse dar declarações nas escadas da OEA, não haveria o menor problema nesse sentido. Declarações à imprensa, não no Conselho, onde, evidentemente, ela poderia falar.

O fato de trazer essa conferência de imprensa para dentro da OEA e de ela ter dado a entrevista com uma bandeira da OEA atrás de si trouxe para a OEA um problema, que era a grande crítica ao Secretário-Geral da época, de perda da credibilidade da OEA. Ou seja, se a OEA já não era vista pelos atores envolvidos nesse processo da Venezuela como um órgão legítimo para atuar como facilitador do diálogo nacional, essa credibilidade acabou naquele dia, porque exatamente ficou claro que o Secretário-Geral tinha uma posição.

Não estou dizendo aqui que era uma posição errada ou certa, mas, simplesmente, que essa posição eliminava qualquer possibilidade de a OEA atuar como intermediária num processo de diálogo na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que era, aliás, talvez, o desejo ardente do Governo brasileiro, que a OEA participasse desse processo de diálogo como intermediário, provavelmente.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Não só o Governo brasileiro, Presidente, mas vários países, inclusive o Canadá, o Chile, tinham interesse em que a OEA também se envolvesse nesse processo de maneira que pudesse atuar com resultados concretos.

A partir do momento em que o Secretário-Geral toma uma posição muito definida, ele retira da OEA qualquer possibilidade de atuar nesse processo.

Então, essa era a crítica feita.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, o caminho está aberto para a OEA participar ativamente do processo de diálogo na Venezuela, inclusive mandando representantes para acompanhar o processo eleitoral.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Exatamente. O novo Secretário-Geral, Luis Almagro, tem sido muito enfático nisso. Ele tem se oferecido, tem posto a OEA à disposição do governo venezuelano justamente para participar desse diálogo. Ele quer, inclusive, enviar uma missão de observação eleitoral para as eleições do final do ano. Até agora, ele não teve resposta do governo venezuelano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem gente que não quer.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O governo venezuelano disse que não quer, deu uma resposta: "não, não queremos".

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Inclusive, no Twitter, o Secretário-Geral tem, repetidas vezes, declarado que a OEA está à disposição, que a OEA está interessada em participar do processo de diálogo nacional na Venezuela.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas a palavra "circo", então, V. Exª acha que foi infeliz?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Eu creio que sim. Eu creio que sim, porque, na verdade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dita por V. Exª.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Sim, exato, porque ela não deu a exata noção do que eu queria dizer naquele momento. Ficou parecendo exatamente que era uma crítica à Deputada, quando não era esse o caso. Era uma crítica à atuação do Secretário-Geral, que tinha simplesmente perdido o rumo da sua atuação no sentido de impedir que a OEA atuasse.

O que aconteceu em diversas ocasiões? Nós tentamos trazer o tema, vários países tentaram trazer o tema para a OEA, mas, por meio da atuação infeliz do Secretário-Geral, isso se via impedido, porque a Venezuela atuava rapidamente e, junto com os demais países bolivarianos, criava uma rede de resistência muito grande a qualquer discussão no âmbito da OEA com relação a esse tema.

Então, nós ficamos simplesmente sem possibilidade de tratar do assunto.

O senhor mesmo acabou de dizer que esta semana, mais uma vez, a Colômbia tentou trazer o tema à OEA, mas não foi possível, mais uma vez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até porque o próprio Governo brasileiro se omitiu. Não votou.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – É, eu soube disto quando eu estava aqui em Brasília, justamente, enfim...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esses fatos se sucedem tanto e tão permanentemente que salta aos olhos. Quer dizer, como fortalecer a OEA se a OEA se oferece para mediar a relação de Colômbia e Venezuela e o Brasil não vota? Que conversa é essa de que o Brasil quer fortalecer a OEA se ficou quase dois anos sem embaixador lá? Vamos ser claros e sinceros!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ferraço, eu creio que esse é um tema de que nós podemos tratar na presença...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos tratar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... do Ministro Mauro Vieira, que já está a caminho da nossa Comissão.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Faltou só uma resposta para o Senador Jorge Viana, com relação à presença do Brasil na América Central.

Eu concordo plenamente com V. Exª. Eu acho que nós ainda temos muito a fazer na região.

A América Central é vista por todos na região como uma área de influência seja dos Estados Unidos, seja do México, que tem uma atuação mais direta ali. E talvez o Brasil, por sua atuação mais centrada, mais focada na América do Sul, tenha deixado a América Central um pouco sem a atenção devida, sem a atenção que ela merece.

Eu acho que, se aprovado aqui, eu tentarei justamente atuar no sentido de reverter, no caso de Honduras, um pouco essa situação mostrando exatamente todo o potencial de cooperação que nós temos com aquela região.

Como os senhores sabem, a participação, a cooperação do Brasil nessa região se dá, de maneira fundamental, através de financiamentos, a maioria deles, no caso, do BNDES. Ou seja, esse tipo de atuação também é muito importante não apenas para os países da América Central, mas também para os países do Caribe.

Ou seja, é fundamental que nós tenhamos uma presença, e nesse sentido a ABC, Agência Brasileira de Cooperação, tem buscado justamente atuar de maneira coordenada...

Evidentemente, diante de um quadro de restrição orçamentária, essa cooperação se vê mais limitada. Mas ela tem que ser, por isso mesmo, planejada de uma maneira que nos permita atuar nessa região sem que a nossa atuação diplomática se veja comprometida por uma restrição orçamentária.

Eu creio que são essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agora o Embaixador Raymundo Santos Magno, por favor.

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Obrigado, Presidente.

Bom, eu gostaria de começar respondendo, tentando responder aos comentários do Senador Ferraço.

V. Exª disse que a fronteira Brasil-Bolívia é de 3,6 mil quilômetros. É verdade! É a maior fronteira que nós temos. É maior que a fronteira dos Estados Unidos com o México.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Exato.

E, ao todo, nós temos uns 16 mil quilômetros, como V. Exª também mencionou.

A questão dos crimes transnacionais – basicamente, eu resumi em três ou quatro itens – é uma questão muito, muito, muito pesada, séria, delicada, e exige, pelo que eu entendo... Aconteceram, recentemente, reuniões de nível consular para tratar desses assuntos.

Eu sou muito, muito, muito favorável a diálogo. E multilateral também... Eu trabalhei na OEA em alguns momentos e trabalhei na Oaci, Organização de Aviação Civil Internacional, tendo sido o primeiro civil chefe da delegação. Ali, eu coordenava o trabalho do Itamaraty, o trabalho do Ministério, na época Comando da Aeronáutica, da Anac e da Polícia Federal. E consegui, com determinados mecanismos, estabelecer um diálogo entre os órgãos através de nós, e isso foi uma maneira favorável de obter, primeiro, uma tranquilidade para trabalhos nas áreas que correspondiam a cada um dos órgãos e, principalmente, que todos sentissem que estavam integrados.

O Senador Ricardo Ferraço pergunta como eu vou navegar...

Ali não é oceano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Não é oceano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Pois é.

Mas ele pergunta como eu vou me orientar em um relacionamento tão delicado.

Primeiro, como eu disse em minha exposição, eu tenho o privilégio de ter dois chefes que vão me orientar, me instruir. São homens da maior qualidade. Se não fossem, não estariam na função em que estão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um deles até já está aqui. (*Risos.*)

O SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Então eu vou falar menos.

São eles o Ministro Mauro Vieira e o Secretário-Geral. Eles, certamente, me orientarão em todos os momentos em que eu necessitar.

Agora, eu acho importante também – uma coisa que não existe, que, surpreendentemente, não existe – estabelecer e criar um foro de interlocução política. Esse foro de interlocução política existiu de 1988 a 1994, mas, depois, parou. Existe mecanismo de coordenação política do Brasil com a Romênia, por exemplo, que está tão longe, mas não existe com a Bolívia.

Então, uma das minhas ideias, caso meu nome venha a ser confirmado, é propor isso. Como? Propor em nível de vice-chanceler, um nível alto, mas que não ocupe o chanceler o tempo todo. E isto é uma válvula de escape. No momento em que há um problema, reúne-se esse foro periodicamente, fala-se sobre os assuntos e se deixa escapar aquele crescimento do mal-estar. Porque, com mal-estar e falta de interlocução, o problema vem, seguramente.

Então, basicamente, era isto que eu gostaria de dizer com relação aos comentários, que, aliás, eu agradeço. Devo dizer que estudei, V. Exª pode imaginar que eu estudei com detalhes o seu relatório, que, como disse o Presidente, vai entrar para os *Anais do Senado* e vai ser estudado em cursos de relações internacionais.

Bom, com relação aos comentários que fez o Senador Jorge Viana, essa questão da insularidade da Bolívia é uma questão que... O problema foi criado na guerra de 79 a 83 mas, basicamente, se estabeleceu com o tratado de 1904.

O que se pode fazer? O que o Brasil pode fazer hoje em dia, depois de cem anos de problema permanente?

Houve, no passado, e eu venho acompanhando isto já há dois anos, de certa forma já com certo nível de detalhe... Nos anos 30, 40, 50, até os anos 70, houve pelo menos sete tentativas, sete oportunidades em que os chilenos apresentaram propostas de solução. Por razões umas e outras, nunca foi para frente. E, mais recentemente, o Presidente Morales, em 2014, entrou com uma demanda junto à Corte Internacional de Justiça, na Haia. Essa questão, de certa forma, congelou a possibilidade de outros atores entrarem no tema, porque passou a ser um tema que deve ser objeto de deliberação da Corte Internacional de Justiça.

O Papa esteve na Bolívia recentemente. Primeiramente, ele não iria falar sobre o assunto, mas falou, e falou em termos de diálogo. E a questão realmente é muito complicada. É tão complicada que o Presidente Evo Morales convidou cinco ex-Presidentes – que são, como se pode imaginar, Presidentes de oposição e, em termos políticos, às vezes um pouco críticos ao atual governo –, entre os quais está o Presidente Quiroga, que estão com a função de irem aos países e convencerem os países que eles consideram mais importantes dos seus argumentos. Mas a definição do assunto está congelada e aguardando a definição na Corte Internacional de Justiça.

Do ponto de vista de problemas, de grandes questões como o narcotráfico, nós temos um trabalho, como eu disse na exposição, muito positivo com bons resultados numa comissão mista que se relaciona com todos os tipos de crimes de fronteira, dos quais o principal é o narcotráfico. Agora, nós podemos, além de participar e dar elementos e ajudar e orientar... Por exemplo, estamos estabelecendo o primeiro laboratório de lavagem de dinheiro, mecanismo que nós temos dentro do Brasil. O primeiro que vai para o exterior será na Bolívia. Então, isso é uma coisa positiva. Agora, outras coisas podem ser feitas. Por exemplo, na região do Chapare, é melhor negócio plantar coca a qualquer outro produto. Na medida em que pudéssemos facilitar as nossas importações de banana, por exemplo, daquela região, estaríamos contribuindo para que as autoridades locais pudessem convencer os cocaleiros a entrarem em outro tipo de atividade.

Outro exemplo que é bastante recente: piscicultura na área do Acre. O Senador Viana esteve em uma reunião que houve recentemente com altas autoridades da Bolívia que querem importar tecnologia para a Bolívia desenvolver a piscicultura com o mesmo objetivo: tentar demover os cocaleiros do trabalho na área do Acre.

E, rapidamente, com relação à entrada de haitianos pela Bolívia, houve uma reunião muito importante do Ministro da Justiça, recentemente, em La Paz, em que se estabeleceram diversos mecanismos, e, depois, houve reuniões aqui, em Brasília, quadrilaterais, e o assunto está sendo conduzido dentro dos limites da possibilidade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu que agradeço a V. Exª, Embaixador.

Agora, vou apurar o resultado.

Antes, consulto o Plenário sobre se não há objeção quanto a mantermos a reunião aberta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu gostaria, Senador, antes de V. Exª abrir o placar, de fazer uma observação, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... ao Embaixador Raymundo.

Ele apresentou agora a ideia de uma conversão econômica na área da coca.

No dia 25 de agosto, foram apreendidos 480 quilos de cocaína na fronteira do Rio Grande do Sul, uma nova rota, por avião. A Polícia Federal tem a convicção, na investigação, de que isso veio da Bolívia. Então, já sabemos que esse é um ponto extremamente grave.

E o Embaixador Raymundo falou em compramos banana da região cocaleira para uma reconversão, para substituir.

Eu ouvi de um grande líder boliviano, Jaime Paz Zamora, do partido socialista – eu fiz uma entrevista sobre esse tema com ele quando ele era pré-candidato à Presidência da República sobre esse tema –, que nós reclamamos, mas que os fornecedores dos químicos para transformar a folha da coca em cocaína vêm do Brasil. Foi a primeira observação.

A segunda observação que ele fez foi que não se pode – falou como político do país dele, que tem como Presidente um cocaleiro, Evo Morales – dizer para um produtor de coca que vá plantar feijão, pois a renda do feijão é muito menor que a renda da coca. Então, o caso da banana me lembrou o feijão do Jaime Paz Zamora. Do ponto de vista ideal, seria ótimo, mas, do ponto de vista prático, não se pode, como ele me disse, obrigar um produtor a ganhar menos do que aquilo que ele recebe. São as questões da lógica.

Eu queria apenas manifestar uma posição, renovar a minha posição – V. Exª não precisa fazer nenhuma observação – como Senadora do Rio Grande do Sul, manifestar minha indignação com as declarações do Sr. Evo Morales a respeito de invadir o Brasil se houver um risco à estabilidade pela saída da Presidente Dilma Rousseff.

Quero dizer, quero dizer e repetir o que eu disse da tribuna: "O Brasil tem instituições funcionando regularmente num regime democrático que nunca esteve tão consolidado como hoje". Não só o Poder Judiciário, mas o Ministério Público, a Polícia Federal e o Congresso Nacional funcionam com toda a liberdade. A imprensa brasileira diz o que quer na mídia, sejam os veículos de radiodifusão, sejam os veículos impressos.

Então, vir aqui tentar intimidar com palavras de medo não serve, nem uma bravata desse tipo. Eu diria que, para um país que está entrando no Mercosul como membro, como parte, não apenas como observador, participante ou associado, é uma, digamos, tentativa de intimidar, o que não aceitamos de maneira alguma.

Falo isto como Senadora do Rio Grande. Eu queria manifestar, renovar essa manifestação, porque o Brasil não é a Bolívia, com todo o respeito que tenho pela Bolívia. O Brasil não é a Bolívia. Por isso, eu queria manifestar e ratificar isso.

Presidente Aloysio Nunes Ferreira, ontem, a Senadora Vanessa Grazziotin fez um requerimento, que também assinei, de pesar pela morte do General de Divisão José Luiz Jaborandy, que estava comandando a unidade nas Nações Unidas, no Haiti, uma figura muito respeitada. Ele faleceu precocemente, aos 57 anos de idade, deixando a esposa, dois filhos e quatro netos. Ele estava vindo do Haiti para Manaus, onde a família mora. Eu queria endossar isso em homenagem às Forças Armadas, em especial ao Exército Brasileiro, que perde um grande general, uma figura que esteve aqui, na Comissão das Relações Exteriores, como assessor parlamentar do Exército junto ao Senado Federal. Eu também queria, nesta Comissão, endossar a manifestação da Senadora Vanessa Grazziotin de pesar não só à família dele, mas também ao Exército Brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós todos nos incorporamos a manifestação de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu acho que seria oportuno, até para aproveitar a presença dos sabatinados, futuros embaixadores na Bolívia e em Honduras, eu proceder à leitura de uma carta...

Vamos receber aqui, agora, S. Exª o Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Podemos, talvez...

Eu sei o teor da carta. É uma carta da Deputada Maria Corina.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª poderia fazê-lo na presença do Chanceler, que já está aqui, na antessala da Comissão. Seria mais... Se V. Exª me permitir...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Perfeito.

Eu pediria, então, aos embaixadores que, se pudessem, ficassem para ouvir o teor da carta, que acho que é importante, porque tem muito a ver com a OEA.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Era a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço a V. Exª.

Vamos passar agora apuração.

Fica, se V. Exª concordar, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Prontamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª poderia atuar como secretário do nosso escrutínio.

Vamos fazer a apuração dos votos, sempre com a colaboração prestimosa do Senador Fernando Bezerra Coelho, que atua como secretário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço desculpas, mas eu estava exatamente fazendo sala ao Embaixador Mauro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei que V. Exª estava ouvindo atentamente, falando com o Ministro e ouvindo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se eu tivesse os dois, eu estaria, mas só tenho um. Não deu dessa vez.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... Com o ouvido bom voltado para cá.

Ambos os embaixadores estão confirmados pela nossa Comissão.

Vamos procurar, com a ajuda de sempre do Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado, levar ao Plenário já na próxima semana ou na outra, assim que tivermos sessão deliberativa.

Agradeço a V. Exªs e desejo felicidades.

Muito bem, Senador Jorge Viana, já que V. Exª estava fazendo sala ao Ministro, peço que V. Exª o conduza ao plenário da nossa Comissão, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, tenho a honra de receber aqui, no plenário da nossa Comissão, o Chanceler Mauro Vieira. É a terceira vez, penso, que o Ministro das Relações Exteriores vem à nossa Comissão, o que atesta o bom diálogo que esta Comissão tem mantido com o Ministério das Relações Exteriores. E já é uma tradição do Ministro chegar de madrugada de uma longa viagem internacional e, depois de um rápido descanso, tresnoitado, mas sempre lúcido, vir à presença da Comissão para se colocar à disposição dos Senadores para a continuidade desse diálogo.

Ficamos todos muito honrados com a sua presença, mais uma vez, entre nós, meu prezado amigo Ministro Mauro Vieira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Se V. Exª me permitir, na presença do Ministro Mauro Vieira, eu poderia proceder à leitura da carta da Deputada cassada Maria Corina, porque acho que é importante que os membros da Comissão e o Ministro dela tomem conhecimento, até para trocarmos ideias com relação, entre outros assuntos, a esses temas das relações Brasil/Venezuela, Venezuela/OEA, da democracia no continente, enfim, de todo o contexto que faz parte da discussão e da presença, sempre honrosa do Ministro Mauro Vieira, a quem desejo cumprimentar de forma efusiva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, a ex-Deputada Maria Corina mandou uma carta para a Presidente Dilma Rousseff fazendo observações sobre o regime autoritário do Presidente Maduro e cobrando do Brasil sua presença como observador nas eleições parlamentares que vão ocorrer no dia 5 de dezembro.

Nós sabemos que a Venezuela não vive nenhum modelo perfeito e acabado de democracia, e o caminho para a democracia passa pelas eleições. E a primeira das eleições é a eleição para o Parlamento, que vai acontecer.

Ela faz uma carta à Presidente Dilma...

O Brasil, Ministro Mauro Vieira, queira ou não queira, é o país líder da América do Sul. Uma sinalização do Brasil, queira ou não queira, é ouvida por quem quer que seja, dos Estados Unidos à Venezuela. Essa manifestação é evidente. E a carta que a Maria Corina mandou até hoje não foi respondida. É uma carta candente, respeitosa, bem-educada. Eu gostaria de tornar a Comissão ciente dos termos da carta para que isso pudesse embasar pelo menos parte dos nossos debates.

Senhora Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para expressar minha profunda preocupação diante da acelerada deterioração da situação econômica, social, institucional e política da Venezuela. Nossa nação atravessa crise humanitária que se manifesta no colapso do sistema de saúde pública, a queda abrupta da renda familiar, a escassez crítica de insumos básicos e uma violência sem limites que se ampara numa quase total impunidade. Em vez de lidar com essa situação arriscada, o regime de Nicolás Maduro adotou, nos últimos dias, ações que exacerbam o mal-estar social e a conflitividade em todo o país. Entre as ações mais alarmantes está a de ter decretado estado de exceção que suspende garantias constitucionais em seis municípios fronteiriços do estado de Táchira e que ameaça estender-se a outras áreas do território nacional. Essa ação foi acompanhada da deportação de centenas de cidadãos colombianos, violando seus direitos humanos, bem como o ordenamento jurídico nacional e internacional. Também ordenou o fechamento da fronteira com a República da Colômbia, o que afeta sensivelmente a vida familiar e a atividade laboral, comercial e cultural de dezenas de milhares de famílias colombo-venezuelanas.

Tendo em vista essa situação de que padece a Venezuela, as eleições parlamentares do próximo dia 6 de dezembro representarão um momento crucial para lograr a transição para a democracia em paz, que permita alcançar a cooperação entre os distintos setores nacionais para a realização das reformas econômicas e políticas que já são impostergáveis e, assim, avançar na reconciliação dos países e na restituição de relações harmoniosas com nossos países irmãos.

Conscientes disso, organismos internacionais, como a OEA e a União Europeia, manifestaram recentemente sua firme intenção de participar, no dia 6 de dezembro, como observadores eleitorais em conformidade com os padrões internacionais na matéria.

A negativa do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e de Nicolás Maduro em admitir a presença de observação qualificada agrava a já crítica situação política e acentua a desconfiança da população venezuelana em relação à imparcialidade e legitimidade do processo eleitoral em curso. Os venezuelanos, que em sua maioria avassaladora aspiramos a uma mudança política urgente e profunda, não permitiremos que nessa oportunidade se viole novamente o exercício da soberania popular e se nos arrebate o direito de decidir nosso futuro.

Estimada Senhora Presidente, todos esses elementos tornam indispensável que seu Governo contribua para preservar os valores essenciais que sustentam a paz no hemisfério, a democracia e os direitos humanos. Com a devida consideração e respeito, me atrevo a sugerir-lhe que chegou a hora de manifestar a sua solidariedade com a nossa luta, de acompanhar os venezuelanos na reconquista da liberdade e que a OEA honre seus princípios essenciais.

Assina Maria Corina Machado. Ela foi a Deputada Federal mais votada da Venezuela – foi cassada recentemente de forma arbitrária – e mandou esta carta, que não obteve resposta da Presidente Dilma Rousseff até o momento.

É um apelo candente pela observação da OEA, do Brasil, da União Europeia, por uma manifestação do Brasil perante o governo da Venezuela para que aceite a presença, o que não é nenhum fato anormal – em muitos países da América do Sul, isso já aconteceu.

A nossa responsabilidade continental é um fato. Então, a manifestação que S. Exª, a Deputada Maria Corina, faz é de apelo ao Governo do Brasil para que se manifeste junto à OEA ou junto a quem possa para se fazer presente como observador nas eleições que se avizinham – acontecerão em 5 de dezembro.

É a comunicação que faço, com a permissão de V. Exª, aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado. Muito oportuna essa manifestação de V. Exª.

Eu havia já antecipado ao Ministro Mauro Vieira que esse seria um dos temas desta nossa audiência com ele. Lembro-me de que o Ministro esteve aqui no dia 24 de março e declarou que a Presidente da Comissão Nacional Eleitoral solicitou uma missão de longo prazo.

Cito as palavras do Ministro:

Ela disse que não gostaria que uma missão de observação chegasse quatro dias antes e que não visse nada. Ela pediu uma missão técnica para as prévias que tivesse o acompanhamento de todo o processo, de toda a verificação de todo o processo eleitoral, e que, depois, também, para a realização das eleições legislativas no final do ano, houvesse uma missão também técnica e política num acompanhamento prévio com bastante antecedência da realização das eleições.

Prosseguiu o Ministro dizendo o seguinte:

Eu devo dizer que tudo isso foi também confirmado pessoalmente pelo próprio Presidente Maduro, que, em reunião que tivemos com ele antes da partida, nos disse e confirmou que já tinha conhecimento do andamento do processo eleitoral e confirmou, inclusive, o convite à Unasul para se fazer representar nessa missão de observação.

Isto foi no dia 24 de março.

No dia 23 de junho, depois que a presidente do Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela, que tem a incumbência de fixar o calendário das eleições, determinou que as eleições se dariam no dia 6 de dezembro, o Governo brasileiro saudou a confirmação do convite oficial para que a União de Observação das Nações Sul-Americana (Unasul) acompanhe o processo ao longo do período, que culminará com o pleito do dia 6 de dezembro.

Também na visita da Senhora Presidente da República aos Estados Unidos, os dois Presidentes, Dilma Rousseff e Barack Obama, também saudaram a realização das eleições como um marco importante no processo desejável de reconciliação da Venezuela, e insistiram na importância de termos lá – não sei qual seria o termo adequado – observação, acompanhamento ou o que seja, mas a presença de gente, de observadores isentos para acompanhar o processo.

Então, esse é um tema que seguramente será objeto de indagação pelos membros desta Comissão, no sentido de esclarecermos que medidas concretas o Governo brasileiro – que faz parte de um grupo de países da Unasul encarregado exatamente de acompanhar esse processo – está tomando até agora.

Hoje, Ministro, inclusive, foi publicado um artigo meu em *O Globo*, em que me lembrei que o Governo brasileiro teve um papel muito positivo, tanto na época do Presidente Fernando Henrique, quanto na época do Presidente Lula, como facilitador de um diálogo entre as forças políticas em conflito, por ocasião da tentativa de golpe contra o Presidente Chávez, e depois também por ocasião do referendo revogatório. Eu penso que o Brasil dispõe de meios diplomáticos para novamente desempenhar um papel impositivo dessa natureza. Esse é um dos temas.

Temos também, já havia adiantado ao Ministro, um balanço da viagem aos Estados Unidos. O senhor sabe que a nossa Comissão até contribuiu para o êxito dessa missão, aprovando, de uma maneira muito célere, os acordos internacionais firmados entre Brasil e Estados Unidos.

Outros temas também do nosso interesse seriam um balanço da visita da Primeira-Ministra da Alemanha, Merkel; a quantas andam as negociações Mercosul-União Europeia; e a preparação da Conferência do Clima. Enfim, são temas muito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A todo momento, somos alcançados aqui pelas consequências da crise fiscal no funcionamento do Itamaraty, em sua infraestrutura, em seus meios, de modo que preocupa a esta Comissão a condição precária com que as nossas missões diplomáticas estão operando em face desses problemas todos – o que não é uma exceção. Não apenas o Itamaraty, mas nós precisamos nos aprofundar em relação a esse tema que causa perplexidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

Agravado, inclusive, com a valorização do dólar, uma vez que o seu orçamento é fixado em reais. (*Risos.*)

Então, Ministro, o senhor tem a palavra por 30 minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Antes do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, claro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Acho que houve a omissão de outra agenda que foi muito importante e realizada pelo Governo brasileiro, que foi a visita, se não me engano, do Primeiro-Ministro chinês ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Neste momento em que o País está mergulhado numa grave recessão, em que nós estamos precisando ampliar o comércio externo, precisando atrair investimentos diretos, eu acho que essas três agendas que foram protagonizadas pelo Itamaraty e pela própria Presidenta Dilma – a visita aos Estados Unidos, a recepção aqui do Primeiro-Ministro chinês, e a visita da Chanceler Angela Merkel –, de certa forma, abrem oportunidades promissoras no intercâmbio do Brasil com essas três potências econômicas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem dúvida nenhuma; sem dúvida nenhuma!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, queria saber o que, de concreto, digamos assim, já podemos assinalar como fruto dessas visitas das delegações que visitaram o nosso País recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem lembrado.

V. Exª está vendo, Ministro, que nós já estamos antecipando praticamente a participação dos Senadores na audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por isso é que V. Exª não pode ficar tanto tempo sem vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, ele vem sempre! (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Chegando do Senegal esta madrugada, tem a palavra o Ministro Mauro Vieira por 30 minutos.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. É sempre um prazer vir a esta Casa e a esta Comissão, ser recebido sempre de forma tão cordial e aberta para um debate que é sempre muito estimulante e sempre muito produtivo com os Srs. Senadores. É efetivamente a terceira vez que venho, desde que assumi as funções de Ministro do Exterior, na qualidade de Ministro, a esta Comissão.

É sempre um prazer renovado. Nos meus constantes contatos com os Srs. Senadores e com o Sr. Presidente, sempre me coloco à disposição e sempre nos falamos bastante para transmitir, entre uma presença e outra, informações que ajudam os trabalhos desta Comissão.

Eu efetivamente cheguei, nesta madrugada, de uma viagem de cinco dias a quatro países na África. Foi a segunda viagem, o segundo périplo que fiz à África. Dessa ocasião, dessa feita, eu visitei a República Democrática do Congo, não só a capital, como Goma, sede da missão da ONU, a Monusco, comandada por um general brasileiro. Eu estive também em Camarões, estive em Cabo Verde, e o último ponto foi Senegal, no dia de ontem, voltando à noite. Foi uma visita sobre a qual posso, depois, me expandir um pouco mais.

Eu queria dizer que esse diálogo-convite – e sei que é um convite permanente, constante; sinto aqui a receptividade e as portas abertas – é motivo de satisfação e de estímulo, para que o Itamaraty continue desenvolvendo suas ações e tenha um canal de diálogo com o Senado, através desta Comissão.

Eu queria, então, agradecer mais esta oportunidade e começar fazendo o registro da consternação pela perda prematura que tivemos. Eu recebi a notícia, enquanto me encontrava na África, da morte do General José Luiz Jaborandy, que comandava a Minustah, a Missão da ONU no Haiti, que, desde o início, desde do seu estabelecimento, foi comandada por oficiais-generais brasileiros. Já mais de 30 mil homens das Forças Armadas brasileiras participaram dessa missão tão importante. Queria deixar o registro e dizer que o Ministério expressou à família e ao Exército o nosso sentimento de pesar por essa perda.

Queria dizer que, desde que assumi o Ministério, tive sempre o apoio e as instruções da Presidenta Dilma Rousseff para desenvolver uma linha de ação ativa, pragmática e de resultados à frente do Ministério, e tenho tentado seguir essas instruções o mais próximo possível.

Eu creio que possa começar o meu relato falando um pouco das visitas da Presidenta, de forma um pouco resumida e rápida, porque, senão, demoraria muito tempo evidentemente. Mas, depois, estarei aberto às perguntas dos Srs. Senadores.

Eu gostaria de lembrar que, no curso deste ano, até o final do ano, a Presidenta terá recebido ou visitado os chefes de Estado ou de Governo das quatro maiores economias do mundo. Ela esteve com o Presidente Obama. Ela recebeu o Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, e recebeu duas vezes, neste ano, o Vice-Presidente da República da China, para a cerimônia de posse e depois para a reunião da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) a comissão mista bilateral Brasil-China. Recebeu, mais recentemente, a Chanceler Angela Merkel e estará, no mês de dezembro, no Japão, onde se encontrará com o Primeiro-Ministro Abe.

Eu creio que esse conjunto de encontros de alto nível mostra o interesse e a preocupação em justamente deixar clara a presença do Brasil junto aos principais países, às principais economias, e abrir ou manter os novos mercados neste momento de grande turbulência na economia mundial.

Com relação aos Estados Unidos, eu gostaria de dizer que a viagem foi extremamente bem-sucedida. As relações bilaterais são as mais antigas e sólidas possíveis. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Já são tantos os investimentos bilaterais brasileiros – e dos Estados Unidos muito maiores – e americanos no Brasil, a troca de visitas de chefes de Estado. Todo o conjunto, o acervo da relação bilateral é enorme, é muito grande.

E sempre uma visita presidencial é a ocasião de novas iniciativas, às vezes até cobradas pela imprensa, como foi o caso da visita da Chanceler Merkel, em que também a situação também é muito parecida.

Mas, só para dar uma ideia dessa densidade, já houve 17 visitas de chefes de Estado brasileiros aos Estados Unidos e 14 visitas de chefes de Estado americanos ao Brasil, começando, a primeira, em 1928, do Presidente Hoover. E, daí para frente, praticamente todos os presidentes americanos, desse período em diante, estiveram no Brasil.

Isso mostra densidade. Os investimentos bilaterais são enormes, o estoque de investimento americano no Brasil é algo em torno de U$125 bilhões, e os investimentos brasileiros, sobretudo, recentemente, nos últimos dez anos, cresceram exponencialmente, estando na casa dos – um pouco acima – U$20 bilhões. Isso em setores muito importantes e que geram também um movimento econômico muito importante nos Estados Unidos e que ajudam a manter uma quantidade gigantesca de empregos. Mais de 100 mil empregos na economia americana são mantidos por investimentos brasileiros, seja pela aquisição, seja pela instalação de novos investimentos.

Nessa viagem específica, ficaram acertadas colaborações e cooperações mais amplas na área educacional, científica, tecnológica e da inovação, em vários aspectos. Também foi acertada uma fase nova e mais abrangente do Programa Ciência sem Fronteiras. Eu gostaria de dizer que, até hoje, 32 mil estudantes brasileiros já passaram pelas universidades americanas no âmbito desse programa. E eu posso dizer isso porque testemunhei: era embaixador em Washington quando foi criado o programa e quando começaram os primeiros alunos a chegar.

E o sucesso desse programa é excepcional, criando, inclusive, oportunidades de formação de mão de obra, não só a formação universitária, mas a formação de mão de obra porque esse programa prevê os estágios no período de verão em empresas afins com as áreas dos estudos de cada um dos alunos.

Também esse programa prevê um aspecto muito interessante, que é o da vinda ao Brasil, por até quatro semestres, que não necessitam ser necessariamente simultâneos, de pesquisadores americanos para desenvolver pesquisas na área científica e tecnológica com universidades brasileiras, o que tem um efeito multiplicador importantíssimo, tão grande quanto esse número tão importante de alunos que passaram pelas universidades americanas.

Foi acertada também, como resultado da visita da Presidenta, a abertura da carne bovina *in natura* para os Estados Unidos. Já foram identificados em um esforço e em um trabalho conjunto do Ministério da Agricultura com o Itamaraty, através da embaixada em Washington.

Eu também participei, até fins do ano passado, nessas negociações e nos contatos constantes que tivemos com o Departamento de Agricultura, com o próprio Secretário de Agricultura. Então, creio que isso é uma conquista importante e que dá um selo de qualidade, sem dúvida, à exportação brasileira de carne bovina.

Foi assinada uma série de memorandos de entendimento para promover a cooperação em educação profissionalizante, como eu mencionei. E também foi aprovada uma declaração conjunta dos dois chefes de Estado com relação a uma posição, um acerto de posições, para chegarmos em dezembro, no início de dezembro, à COP 21, com uma série de pontos assentados em comum.

Da mesma forma, a visita, e mencionei, dos dois líderes chineses, o primeiro-ministro e o vice-presidente, também foi um momento muito importante da nossa política externa. Foram anunciados investimentos da ordem de U$50 bilhões em fundos que serão criados fundos bilaterais de investimento – estão sendo criados e alguns já implementados – com o Brasil.

Uma parcela desses recursos está sendo dirigida para os estudos de pré-viabilidade e, depois, execução do projeto, de uma interligação ferroviária entre o Brasil e o Pacífico, e o Peru, mais especificamente. Sem dúvida alguma, é uma iniciativa importante, que reduzirá em muito o custo do frete e o tempo do transporte de mercadorias brasileiras, sobretudo de *commodities* agrícolas do Centro-Oeste brasileiro, que chegarão mais rapidamente ao Pacífico e serão escoadas para os mercados da Ásia.

A relação do Brasil com a China cresceu exponencialmente nos últimos dez anos. Para dar uma ideia, há dez anos, o comércio bilateral era da ordem de US$4 bilhões, e, em 2014, nós fechamos com US$78 bilhões, o que é um volume expressivo. É o nosso primeiro parceiro comercial bilateral.

Os esforços todos foram feitos no sentido de enfrentar o grande desafio da diversificação das exportações brasileiras. Evidentemente, elas estão concentradas em minério de ferro, soja, petróleo, *commodities* em geral, mas há um grande esforço, de ambos os lados também, no sentido de ampliar essa gama de produtos para outras áreas em que já haja mais valor agregado. Há também, evidentemente, a participação da Embraer no mercado chinês – já foram muitas aeronaves vendidas –, mas só aeronave não é suficiente para que haja um comércio com maior valor agregado. É evidente que é muito importante, é um produto, um item, de elevado valor agregado, mas não pode ser o único. Nós estamos também desenvolvendo grandes esforços no sentido de produtos do agronegócio. Creio que haverá aí uma ampla gama de iniciativas que estão sendo implemen-

tadas e que permitirão que cheguemos a um comércio maior e também equilibrado. Ele é até a nosso favor, porque nós temos um importante superávit, mas com um componente de valor agregado mais importante.

A Chanceler alemã Angela Merkel visitou o Brasil, como os senhores sabem, nos dias 19 e 20. E foi a primeira reunião do mecanismo de consulta de alto nível entre governos. Ela veio com oito ministros e quatro vice-ministros e teve uma série de encontros. Houve um primeiro jantar com as duas delegações oficiais, com a Presidenta e com a delegação brasileira. Houve uma série de entrevistas bilaterais no dia seguinte entre os ministros alemães com os seus homólogos brasileiros; posteriormente, uma reunião das duas chefes de Governo e de Estado; depois, uma reunião ampliada; tudo culminando com um almoço de encerramento no Ministério das Relações Exteriores.

Além disso, houve também um fórum empresarial bilateral. A Presidenta Dilma recebeu, na véspera da chegada da Chanceler Merkel, um grupo entre 15 e 20 grandes empresários brasileiros nas áreas mais variadas, com interesses específicos na Alemanha, no mercado alemão. Eu participei junto com o Ministro Armando Monteiro desse primeiro encontro, que foi uma espécie de preparação para os encontros que se seguiram, da mesma forma que a Chanceler Merkel, no primeiro dia de sua visita, se reuniu com dez empresários alemães que têm grande interesse no mercado brasileiro. Nós tratamos de uma série de temas, os mais variados.

Nós também tratamos de uma declaração sobre clima, que aprovamos, para a COP 21. Isso foi feito também com a China; ou seja, com os três grandes atores, China, Alemanha e Estados Unidos, as três grandes economias que têm um papel, uma participação importante na economia mundial, nós fizemos uma declaração de clima em que se assentam bases comuns para uma atuação na reunião da COP 21. Isso não quer dize que haja um acordo absoluto, mas são bases comuns para uma negociação.

Eu gostaria ainda de mencionar que, com relação à visita da Presidenta Merkel, examinamos investimentos também em várias outras áreas. Agora, é um dado interessantíssimo que se aplica também à relação com os Estados Unidos: é uma relação tão intensa, tão antiga e tão profunda na área econômica que a nossa criatividade e o nosso empenho têm gerado resultados.

Mas, só para dar uma ideia, o patrimônio que já existe de relações econômicas é impressionante: existem 1600 empresas alemãs instaladas no Brasil. O nosso comércio é importantíssimo, é altíssimo, os investimentos são enormes. O grande interesse da Alemanha por investimentos no Brasil e por relações mais intensas com o Brasil é evidente. E temos também relações muito antigas com a Alemanha, que datam em torno de 1830, quando as cidades da Liga Hanseática reconheceram a independência do Brasil.

Eu gostaria ainda de me referir à próxima visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Japão, que está acertada para o mês de dezembro. Aliás, neste ano, comemoramos 120 anos de relações diplomáticas com o Japão e receberemos a visita do Príncipe herdeiro Akishino, que virá ao Brasil, numa longa viagem de uma semana, quando visitará uma série de Estados brasileiros e de cidades onde há uma presença da imigração japonesa muito grande, nessa celebração. Mas a Presidenta estará com o Primeiro-Ministro Abe no Japão, em dezembro. Da mesma forma, visitará também o Vietnã, logo após a visita ao Japão.

Outro dado importante da nossa execução da política externa foi a visita também neste ano, em abril, da Presidente da Coreia, que, como os senhores sabem, também é um grande polo de inovação, de desenvolvimento científico e tecnológico, que logrou um avanço enorme.

E, com vários desses países, especificamente, com o México, onde a Presidenta esteve, houve avanços numa série de entendimentos na área econômica e comercial também. Primeiro, firmamos um acordo de cooperação e facilitação de investimentos, que é um modelo novo, elaborado em conjunto por um grupo de trabalho interministerial. Redigimos, então, um novo modelo de acordos de facilitação de investimentos, que, inclusive, superam as dificuldades que existiram no passado e que não permitiram a aprovação legislativa nas duas Casas do Parlamento brasileiro dos acordos anteriores, em que havia cláusulas que foram consideradas prejudiciais ao capital nacional pois favoreciam, beneficiavam o capital estrangeiro. Por isso, não tiveram aprovação. Esses acordos têm sido negociados com vários outros países também. Com o México, já assinamos e também com Angola e com Moçambique, países em que temos grandes interesses comerciais e grandes investimentos. E estamos negociando com outros países, inclusive com o Vietnã. Isso também é um esforço conjunto do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Indústria e Comércio, com quem trabalhamos muito proximamente na execução de uma política externa de resultados comerciais.

Com relação à América do Sul, rapidamente, eu poderia me referir à questão da cúpula do Mercosul, que se realizou em Brasília, no mês de julho, que foi muito exitosa. Acho que mantivemos o espírito do Mercosul com a renovação do Focem, Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, que é um instrumento fundamental e indispensável para que as assimetrias dentro do Mercosul sejam superadas e criem possibilidades de que os países possam trabalhar e buscar novos mercados juntos. Além disso, também, devo registrar com satisfação os avanços na área social do Mercosul, com as declarações sociolaborais e com o Mercosul social.

Mas eu gostaria de referir a um aspecto que, creio, é muito importante e que foi mencionado, agora, pelos Srs. Senadores e pelo Presidente quando conversamos sobre esta visita, que é a questão da negociação Mercosul-União Europeia.

A presidência brasileira do Mercosul, no primeiro semestre deste ano, empenhou-se muito no avanço dessas negociações, e logramos, até o fim da presidência brasileira, retomar o diálogo com a União Europeia, quando houve a Cúpula Celac-União Europeia, em Bruxelas, à qual compareceu a Presidenta Dilma. E, numa reunião ministerial Mercosul-União Europeia, acertamos que retomaríamos as negociações concretas do acordo comercial Mercosul-União Europeia no último trimestre deste ano e que retomaríamos os trabalhos que estávamos fazendo intrazonas, trabalhos dentro da União Europeia e do Mercosul, de compatibilização das ofertas individuais de cada país. Havia um compromisso de que essas ofertas, sobretudo de parte do Mercosul, deveriam ser superiores aos níveis alcançados quando houve a interrupção das negociações, por volta de 2005, e que estariam entre os pontos de oferta em que tínhamos ficado em 2005, no momento da suspensão das negociações, e, em 2010, quando voltamos a conversar sobre uma possível retomada da negociação.

Nós estamos trabalhando intensamente com os parceiros do Mercosul, que irá, unido, apresentar essas ofertas. A oferta, em nível nacional, está concluída e praticamente – eu diria 99,5% – concluída em nível de Mercosul. Têm havido intensas reuniões no primeiro semestre aqui no Brasil e, a partir da cúpula do Mercosul, quando passamos a presidência *pro tempore* para o Paraguai, essas reuniões têm-se realizado naquele país. Agora, em fins de setembro, talvez início de outubro, haverá uma reunião técnica entre o Mercosul e a União Europeia para se estabelecerem, então, as bases para a reunião do último trimestre – imagino eu que seja alguma coisa entre fins de outubro, início de novembro – para troca efetiva das ofertas.

Essas ofertas, evidentemente, têm de ser – e é um teste para os dois lados – aceitas pelos dois lados. No nosso lado, ser aceita quer dizer que haja uma abertura europeia para a agricultura. Nós não podemos, evidentemente, fazer um acordo em que a agricultura brasileira não seja contemplada, com acesso ao mercado europeu e em que a União Europeia nos peça ainda maiores esforços na área de produtos industrializados. Tem de haver um equilíbrio que satisfaça os dois lados.

Com relação a esse acordo, devo dizer que a Presidenta Dilma ouviu da Chanceler Merkel todo o apoio, e todo o entusiasmo da Alemanha nos foi manifestado nesse tipo de negociação. A União Europeia negocia em bloco, e, obviamente, a voz alemã é importante, mas é uma das vozes. Nós estamos confiantes de que vamos poder chegar a essa reunião do final do ano com os pré-requisitos de cada lado cumpridos, e que a União Europeia esteja também, como conjunto, em condições de chegar nessa mesma situação e de fazer a troca de ofertas. Isso não quer dizer que o acordo vá ser concluído no final do ano. É o início, e é um acordo complexo, difícil. Vai haver uma longa negociação ainda. Se fosse fácil, a negociação União Europeia-Estados Unidos já estaria concluída há muito tempo, e não é o caso. Há grandes dificuldades, grandes dúvidas. Muita gente tem dúvida de que se chegará a algum tipo de acordo, porque, sobretudo com relação aos Estados Unidos e União Europeia, já não é mais uma negociação de tarifa; é uma negociação de regras e de normas, porque as tarifas já são bastante reduzidas e bastante baixas.

Ainda nesse aspecto, gostaria de fazer menção às negociações da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial de Comércio). Nós temos um desafio, que é chegar ao final do ano e, na reunião de Nairóbi de dezembro, poder concluir essa negociação. Os sinais são controversos. Os países industrializados continuam exigindo um nível de abertura da agricultura dos países em desenvolvimento, dos países emergentes, que é considerado alto por vários atores.

O Brasil tem tido um papel de bastante equilíbrio e com bastante presença. O Brasil é, sem dúvida, um interlocutor e um ator importantíssimo nessa negociação, e, assim o foi, desde o início, desde o velho GATT, criado logo depois da guerra. O Brasil tem um papel e tem uma voz muito ativa.

Estamos ainda num processo negociador. Agora, em princípios de outubro, há uma reunião ministerial aqui. É uma chamada miniministerial, em que são convocados alguns dos países; são convidados alguns dos principais atores na área, uma reunião bem reduzida, em que estaremos presentes também.

Com relação à América do Sul, eu diria, rapidamente, para não tomar muito tempo dos senhores, que a Presidenta também deve viajar à Colômbia, em outubro próximo, a convite do Presidente Santos, quando devemos ali concluir – esperamos que se possa concluir, estamos em negociação – o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. E também estamos fazendo um trabalho de aprofundar e ampliar a cobertura do acordo bilateral que temos Brasil-Colômbia, no âmbito da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração). O Mercosul permite, em alguns casos, em casos de acordos preexistentes ou que já estavam em negociação, que se possa seguir em velocidade diferentes. Isso é o que o Brasil tem feito em alguns casos. O nosso comércio, por exemplo, com o Chile já está totalmente desgravado e, até 2019, com o Peru; e esperamos que, agora,

com a Colômbia também, assim esteja. O Presidente do Peru deverá visitar o Brasil proximamente. A data ainda está sendo fixada pela via diplomática.

Evidentemente, eu poderia me estender muito, falar sobre as negociações externas do Mercosul com outros países, mas creio que possa também enviar aos senhores, se for do interesse, por escrito, para que não ocupe tanto a parte desta nossa conversa de hoje.

Com relação, ainda gostaria de falar rapidamente, aos BRICS, houve a reunião da Cúpula dos BRICS na Rússia, na Cidade de Ufá, recentemente, em julho, e foi uma reunião muito importante, porque foi a ratificação e a instalação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o banco dos BRICS, que tem um capital de US$100 bilhões, e também do arranjo contingente de reservas que também tem uma previsão de US$100 bilhões, ambos mecanismos importantíssimos. O Novo Banco de Desenvolvimento é aberto também à participação de países não membros dos BRICS e será destinado ao financiamento de projetos de desenvolvimento de infraestrutura, e o Acordo Contingente de Reservas é entre os países do BRICS, justamente para ser uma espécie de pequeno fundo monetário ou uma rede de proteção, de segurança, dos países-membros, para que, em casos de dificuldade de balança de pagamento, possa haver recurso a esse grande volume de recurso que são US$100 bilhões, em que a contribuição é feita diferentemente.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não é como no banco, em que todos têm o mesmo capital, uma parcela idêntica de capital. No caso do Arranjo Contingente de Reservas, há uma parcela maior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Pois é, já foi aprovado. Inclusive, foi excelente, e agradeço a forma célere com que foi aprovado pelo Legislativo. A Presidenta pode comunicar, na ocasião, que já estavam cumpridos todos os requisitos do trâmite legislativo.

Na volta de Ufá, a Presidenta esteve também, na Itália, com o Presidente da Itália e com o Primeiro-Ministro Renzi, com quem também tratamos da questão de todos os acordos bilaterais e da importantíssima presença da Itália no Brasil, não só do ponto de vista da sociedade, da contribuição feita à sociedade brasileira, mas também de todos os investimentos.

Bom, tantos outros temas como a Cúpula do G 20, que acontecerá na Turquia, a COP 21, em que a presença do Brasil é importante, fundamental. Há uma grande expectativa sobre a conclusão de uma nova convenção do clima, e o Brasil tem feito um enorme exercício diplomático de concertação com outros países.

Estamos trabalhando intensamente na elaboração, absolutamente dentro dos prazos, da contribuição brasileira, que será apresentada segundo os prazos estabelecidos pelas Nações Unidas até outubro. Esse esforço tem sido feito, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, como não poderia deixar de ser, mas com a participação de todos os ministérios envolvidos: o Ministério das Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento, sociedade civil, com o Legislativo, com todas as áreas, para se construir uma posição de consenso.

De minha parte, também, nas minhas viagens, nos meus encontros bilaterais, me atenho às instruções recebidas pela Presidenta da República e tenho feito um grande esforço para levar a presença do Brasil e reafirmá-la em duas regiões que são fundamentais para a nossa atuação, que são a América Latina e a América do Sul, e a África.

Volto agora desse segundo périplo. Já estive, no primeiro, em Angola, Gana, Moçambique, São Tomé e Príncipe. E acabei de estar, como mencionei, na República Democrática do Congo, Camarões, Cabo Verde e Senegal; Tenho ainda mais uma missão neste ano que deve englobar mais quatro países da África Subsaárica, além de também mais dois do Maghreb, e, em todos eles, constato uma grande abertura com relação ao Brasil. Todos têm uma grande demanda, querem o Brasil, querem a presença do Brasil. Todos esses países da costa atlântica da África se sentem muito identificados com o Brasil, e lá a presença brasileira já é enorme, já é muito grande.

A presença brasileira é enorme não só na formação de recursos humanos. Para dar uma ideia, Cabo Verde, que é um país pequeno, em termos de população, tem 3,5 mil alunos que, nos últimos dez anos, cursaram universidades, graduação ou pós-graduação no Brasil. Um grande número das altas autoridades, ministros de Estado e primeiros-ministros que já ocuparam e desempenharam altas funções têm sua formação feita no Brasil, nas mais diferentes áreas. Há uma grande abertura também, não só em Cabo Verde, não só em países de Língua Portuguesa, mas em todos os outros países.

Na próxima semana, eu devo ir ao Irã. Tenho um convite do governo iraniano para uma visita bilateral, momento em que vamos tratar, em que há essa retomada... Há um grande número de visitas que se voluntariam ao Irã. Acho que foi uma coisa muito honrosa. Não poderia deixar de atender, porque, no nosso caso, foi

um convite. O Brasil tem uma relação importante, e tivemos uma relação comercial importantíssima que sofreu uma queda de quase 50% nos últimos anos em consequência das sanções unilaterais americanas e da União Europeia que nos afetou em muito. Eu acho que há um momento de retomada dos esforços, e, sobretudo, para nós é importantíssimo, neste momento, voltarmos aos níveis anteriores.

Finalmente, com relação à América do Sul, eu diria... Bom, poderia mencionar ainda a viagem que fiz à França, o contato que tive com o meu homólogo, Ministro Laurent Fabius, e também na OCDE, em que assinamos um protocolo de uma aproximação mais intensa para examinarmos as perspectivas, o que pode nos oferecer a OCDE.

Mas eu gostaria de falar rapidamente da nossa relação com os países da Unasul, especificamente sobre o caso da Venezuela, que foi levantado pelos senhores. Sr. Presidente, as eleições da Venezuela, na última vez em que estive aqui, não haviam sido convocadas ainda. Agora, já o foram: dia 6 de dezembro. Continuamos a trabalhar no projeto de uma missão de acompanhamento. Essa missão está sendo negociada... A presidência *pro tempore* da Unasul cabe ao Uruguai, que, nessa condição, está negociando os termos de referência da missão. Isso tudo tem de ser negociado. Qual vai ser a conformação da missão? Quantos membros por país? A que terão acesso? O que farão? Quando chegarão? Mas tudo, até o momento, nos leva a crer, tudo que me foi adiantado, e não só a mim, mas também ao Chanceler da Colômbia e ao Chanceler do Equador, que todas as condições se mantêm e que todas as manifestações são de que...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...o governo venezuelano recebe de bom grado essa missão da Unasul. Nós estamos exatamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O processo já está em curso. Há candidaturas já impugnadas, há uma série de coisas que estão acontecendo. Se nós esperarmos chegar às vésperas das eleições, haverá uma frustração total. Essa é a nossa inquietação em relação a isso.

E o nosso apelo é para que o Governo brasileiro impulsione esse processo, porque, senão, nós vamos ficar nessa negociação de ter referência se eternizando, porque é evidente a má vontade do governo Maduro em relação a qualquer tipo de observação, e, finalmente, podemos chegar lá na véspera das eleições e não vamos poder exercer um papel que, eu penso, é dever do Brasil exercer.

Esta é a minha observação.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Agradeço ao senhor o seu comentário, mas queria dizer justamente que essa também é a nossa intenção e, acredito eu, do governo venezuelano, porque estamos negociando esse protocolo entre a Unasul e a Venezuela, que vai dar, então, as bases para essa missão.

Agora devo dizer que já houve uma missão, porque houve eleições prévias na Venezuela. Pela legislação venezuelana – e acho que me referi a isso da última vez em que estive aqui – as prévias podem ou não podem realizar-se, depende da decisão dos partidos. E podem se realizar em alguns dos departamentos, dos distritos eleitorais, ou em todos. O governo realizou prévias em todos e a oposição, se não me engano, em 15 Estados ou distritos. Não sei exatamente, não tenho os detalhes se são distritos eleitorais que correspondem a Estados ou como é. Mas elas foram realizadas.

E, inclusive, eu me referi, da última vez em que aqui estive, ao fato de a oposição ter aceitado a organização de suas prévias pelas autoridades eleitorais ser um sinal, para mim, muito positivo, auspicioso, porque mostrava, sem dúvida, uma manifestação de aceitação – eles não estavam obrigados a fazê-lo – de uma instituição do governo. A Comissão Eleitoral é um dos cinco poderes do Estado venezuelano. Eu tomei isso como um fato positivo, auspicioso.

Essas eleições já se realizaram. Houve uma missão da Unasul, uma missão técnica, o Tribunal Superior Eleitoral enviou representantes, e nós esperamos agora.... As eleições são em 6 de dezembro, nós estamos negociando, não sei com que prazo será, mas, sendo com pelo menos um mês e meio ou dois meses de antecedência... A manifestação que eu tive das autoridades venezuelanas foi de que eles queriam exatamente uma missão que chegasse a tempo de examinar e que não fosse uma coisa de último momento.

Então, eu creio que esse aspecto está bem encaminhado. Eu tenho tido constantes contatos com o governo venezuelano, com a minha colega Ministra das Relações Exteriores, Delcy Rodrigues, e com os outros ministros das Relações Exteriores sul-americanos, membros todos da Unasul. Hoje mesmo, antes de vir aqui, já falei duas vezes com a Ministra Delcy Rodrigues, que se encontra na China, falei com o Ministro do Exterior do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, falei com o da Argentina também, o Ministro Timerman, e tentei falar – não foi possível pela diferença de fuso horário, pois a Colômbia está duas horas atrás – com a Ministra do Exterior da

Colômbia, com quem pretendo falar agora para continuar justamente nessas iniciativas nossas, mas também com o apoio da Unasul, de não só apoiar as eleições, mas também com todo o diálogo que existe da Unasul com o governo venezuelano através da Comissão de Ministro do Exterior dos três países.

Os sinais que temos são positivos. A Unasul não é um tribunal que vá julgar o país. A Unasul está lá para promover o entendimento, para aproximar as partes e criar um clima de descompressão que possa levar à realização das eleições, que todos reconhecem que é fundamental e indispensável para a normalização da vida nacional, inclusive para a implementação de um programa econômico sólido, robusto que possa solucionar os problemas. Manifestamos, em todas as ocasiões, que a Unasul e, particularmente, o Governo brasileiro desejam participar desse esforço e, sobretudo, resguardar as instituições e a ordem constitucional, o que é fundamental.

Os sinais são positivos, todos estão muito empenhados. A Argentina, o Uruguai, o Paraguai, todos os países querem contribuir, e o Brasil tem, evidentemente, um papel importante, e eu tenho tentado me desempenhar para promover um entendimento e, cada vez mais, uma discussão dos assuntos. Esses meus telefonemas, inclusive feitos ainda da África, com grande dificuldade de comunicação e de fuso horário, eram no sentido de realizarmos um esforço maior para a conclusão desse acordo que vai dar as bases para a missão de acompanhamento e de uma reunião prévia em que possamos examinar bem esses temas.

Sei que já abusei do tempo, Sr. Presidente, mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito útil.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ... então, me desculpar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não! Não!

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ... e encerrar dessa forma...

Eu queria fazer menção, rapidamente, a um feito importantíssimo.

Este ano, em novembro, comemoramos 30 anos da Declaração do Iguaçu, que se realizou na cidade de Foz do Iguaçu, num encontro histórico entre o Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín.

Queremos comemorar esse feito histórico porque foi ele que marcou, depois do retorno à democracia nos dois países, a aproximação entre Brasil e Argentina, que desmontou os espíritos, que desmontou toda a retórica de rivalidade que havia entre os dois países, que abriu portas para uma série de programas de integração, de cooperação que foi uma semente do Mercosul e que nos levou a uma distensão de todo o clima que havia no sul do nosso continente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desde o tempo da Colônia.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Desde a Colônia, sem dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço ao Ministro Mauro Vieira pela exposição, que dá um belo panorama da atividade ampla do Itamaraty, agora sob nova direção.

Meus parabéns, Ministro!

Eu sou parlamentarista, assim como alguns colegas aqui presentes. Eu estou propondo uma audiência pública que, além de obedecer às regras regimentais, obedeça à prática dos países parlamentaristas: pergunta e resposta, um tiro certo, no sentido retórico. Ninguém vai... Assim, cinco minutos para interpelação, cinco minutos para resposta, dois minutos para réplica e dois minutos para tréplica, para nós darmos mais agilidade ao prosseguimento da audiência pública.

O primeiro inscrito é o Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu gostaria de me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, com a economia processual...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... que V. Exª determina...

Sr. Chanceler, é sempre um prazer receber V. Exª aqui. Aqui, emitimos sinais de reconhecimento pelos esforços que tem feito para, a meu juízo, reconduzir a política externa brasileira para esses princípios... V. Exª falou que recebeu orientação da Presidente em relação à política pragmática de resultados que possa considerar o conjunto dos interesses do Estado brasileiro, e não as identidades ideológicas e assim... Então, é nesse sentido que eu gostaria de perguntar a V. Exª.

Eu gostaria de entender um pouquinho as razões de o Brasil ter... O Brasil se absteve, recentemente, numa reunião da Organização dos Estados Americanos, no assunto que dizia respeito ao conflito entre a Colômbia e a Venezuela. Inclusive, o Brasil, a Bolívia, etc... O Uruguai, não, mas o Brasil se absteve. Ou seja, ao se abster, por um voto, não se tratou do tema, importante, relevante, dos conflitos entre Colômbia e Venezuela na OEA, porque o Brasil se absteve. Qual o sentido, qual a orientação desse posicionamento de o Brasil não ter exercido o seu voto?

A segunda questão... Eu vou adiante. V. Exª foi embaixador, e bom embaixador, do nosso País em Washington durante anos. Em que pese as relações do Brasil com os Estados Unidos estarem hoje, pós-Snowden, numa situação bem estável, eu fico com um sentimento de que, historicamente, há um quê de preconceito e de ideologia em relação a americanos do norte por parte dos americanos do sul. O que há de cultural nisso que impede o nosso País de fazer uma aliança? A aliança vai bem. O.k. Os números vão bem. O.k. Mas poderiam ser muito melhores. Quais são as barreiras que impedem definitivamente uma aliança robusta do nosso País com os Estados Unidos da América para alguém como V. Exª, que foi nosso Embaixador em Washington? E volto a afirmar: as coisas vão bem? Vão. Poderiam ir melhor? Acho que muito melhor.

A outra questão é que o Brasil fez uma opção, Sr. Ministro, pela política multilateral, e o que a gente tem observado mundo afora, nos últimos anos e meses, é a preponderância de acordos regionais, de acordos bilaterais, não num sentido tarifário, mas num sentido não tarifário de todos os gargalos que impedem, em função de padronização e outros critérios, acessos a mercados. Nós continuamos muito restritos aqui a acordos bilaterais, também com acordo com Egito, acordo com Israel, acordo com Palestina, estamos presos à questão do Mercosul, não podemos fazer acordo se o Mercosul não fizer, o que me parece que retira, de certa forma, a soberania comercial do nosso País de evoluir nesses acordos que são necessários para que a gente possa ampliar as nossas participações no momento em que a gente olha para o mundo e vê a Parceria Transpacífica avançar, em que vê a Parceria Transatlântica avançar, o Atlântico perdendo o vigor, o Mediterrâneo já perdeu esse vigor, e todo o comércio mundial migrando para o Oceano Pacífico, para a Ásia. O Brasil assiste a isso tudo com que tipo de visão? Que tipo de resultados V. Exª espera produzir e colher, considerando a necessária velocidade com que essas coisas estão acontecendo?

Outra questão importante, Ministro, diz respeito ao nosso modelo de integração regional.

Eu olho para o Mercosul... Eu disse aqui anteriormente, e vou repetir, uma frase que não é minha, mas do Professor, Embaixador, ex-Chanceler Celso Lafer: "Mercosul não é opção, é destino". O.k. Mas, da forma como está, nós estamos acabando com o Mercosul. Fica evidente para mim que o Mercosul não tem futuro se continuar como está, porque nós não saímos do lugar. Nós estamos, há muitos anos... V. Exª fez menção aqui ao acordo Mercosul/União Europeia, mas o fato objetivo é que não temos nenhuma sinalização concreta, e eu não sou a favor também, evidentemente...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ..., de que se faça acordo de qualquer maneira. Acordo por acordo... Tem que se considerar o interesse nacional. Mas o fato objetivo é que nesses anos todos o Mercosul não conseguiu se conectar com o mundo. A impressão que passa é de que nós estamos olhando pelo retrovisor, e não pelo para-brisa, como se o mundo fosse aguardar pelo Brasil, e o mundo não está aguardando pelo Brasil.

Então, eu gostaria de que V. Exª fizesse um avaliação sobre o Mercosul, seu passado e seu futuro, sobre o que consta, enfim, no plano de trabalho de V. Exª em relação a isso.

A terceira e última pergunta diz respeito às condições de funcionamento do Itamaraty. V. Exª acabou não abordando isso no seu tema. Parece que o Itamaraty não tem problema na sua área fiscal, financeira ou econômica, mas os relatos que nós estamos recebendo são de que a situação é – vou usar uma expressão aqui que talvez não seja comum no linguajar de V. Exª, mas é no nosso – "de vaca não conhecer bezerro em curral pequeno". Está faltando dinheiro para pagar luz, está faltando dinheiro para pagar aluguel, o nosso orçamento no Itamaraty está completamente deteriorado... Em tempo algum o Itamaraty esteve tão sem prestígio na linha e na priorização dos seus recursos, das suas receitas, e num momento em que precisamos integrar o Brasil. Como é que V. Exª espera responder por esses desafios todos? Evidentemente, não é só a pasta de V. Exª que passa por essa crise. O Governo todo está mergulhado numa crise sem precedentes por conta dos equívocos que vimos nos últimos anos, mas o fato é que isso está se traduzindo em um prejuízo muito grande para a *performance* da política externa brasileira.

Eu gostaria que V. Exª pudesse nos dizer, para que nós pudéssemos ajudá-lo, como enfrentar a crise sem a perda de participação da nossa política externa, dos nossos embaixadores e diplomatas, que estão além-mar, sem horizonte daquilo que vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Ferraço.

Eu realmente me penitencio, porque o senhor havia pedido que eu abordasse isso no conjunto das observações que tinha, mas, sobretudo em função do tempo, deixei de fazê-lo. Mas eu que queria dizer ao senhor que, é evidente, o Ministério sofre, como todo o Governo, como todo o País, como todos os Estados e Municípios, um momento de contingenciamento, de ajustes orçamentários que nos impõem uma série de sacrifícios e medidas de adaptação às instruções e às orientações.

O caso do Itamaraty é particularmente sensível porque 89% do nosso orçamento são executados no exterior, seja em dólar, seja na moeda que for, passando, às vezes, por mais de uma taxa de câmbio. Então, realmente, isso é uma coisa difícil.

Eu – inclusive, eu já disse isto aqui antes também –, no dia em que fui convidado pela Presidente para assumir o Ministério, me referi a esse aspecto, e ela me disse e tem comprovado que tem toda a compreensão para esse fato, para esse aspecto. E, inclusive com as autoridades diretamente envolvidas, do Ministério do Planejamento e da Fazenda, temos trabalhado intensamente, e todos reconhecem que não é possível, evidentemente, com a defasagem cambial que houve do início do ano para cá, com os mesmos valores, executar um orçamento mínimo que fosse. E tenho tido resposta. O Governo tem dado créditos suplementares. Inclusive, a atuação do Senado e da Câmara tem sido fundamental. Agradeço muito pelo apoio de todos, essa preocupação, que é expressa, mas vamos precisar de outros créditos suplementares até o final do ano para fazer face, evidentemente, às necessidades imediatas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas qual é o tamanho do problema de V. Exª?

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – O problema é, sobretudo, da taxa de câmbio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – O tamanho.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Nós recebemos, recentemente, um crédito, agora – eu estava viajando –, de 127 milhões, que dá para fazer face a uma série de compromissos, mas outros serão necessários. Eu não posso dimensionar exatamente agora, primeiro porque não tenho todos os números, mas posso lhe mandar tudo isso, com muito prazer, mas, sobretudo, porque nós temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro, eu queria falar...

Presidente, se o senhor quer uma coisa dinâmica, temos de fazê-la dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que eu estava aguardando a inscrição do Senador Ferraço.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas vamos fazer de forma dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos lá!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu estou falando da falta de recursos, sobre o tamanho e sobre uma questão de que já tratamos aqui. Pergunto se V. Exª já pensou em fechar alguma dessas. É uma quantidade gigantesca de postos de embaixada, de embaixadas da área lulista...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, não é só na África, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu pensei que fosse voltar novamente à tese de fechar embaixadas na África.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, é porque, quando falei de embaixadas pequenas, vocês, petistas, quiseram desmerecer meu comentários dizendo que eu me referia à África, que eu era contra os africanos. Faz parte da tática petista sempre tentar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas não é isso. Por exemplo, em Trinidad e Tobago, no Caribe... Existem, no Caribe, embaixadas abertas em países que têm uma população menor do que a de Quixeramobim, no Ceará, que o Ministro Lobão conhece... (*Risos.*)

Não tem nenhum sentido. Por que não fechar alguns consulados? Vamos participar desse esforço fiscal e, ao mesmo tempo, prestigiar aquelas áreas do Itamaraty que todos queremos prestigiar e que, estrategicamente, têm mais valor neste momento, não desprezando nem menosprezando nenhum país e nenhum povo.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não, só terminando a observação do Senador Ferraço, eu não posso dizer de...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...quanto eu precisarei neste momento, porque com a variação atual da taxa do dólar...

Agora, o orçamento aprovado no ano passado para este ano ficava um pouco abaixo das necessidades e já me tinha sido prometida, desde o início do ano, uma complementação, o que se fez mais necessário e mais urgente ainda por causa da diferença da taxa de câmbio. E temos recebido, para fazer frente às necessidades...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...e temos também desenvolvido um programa de ajustes. Estamos apertando o cinto, estamos tomando uma série de medidas. Sou contra fechamento de postos que já existem; sai muito mais caro do que mantê-los. Os postos no Caribe são pequenos, muito reduzidos, de um valor muito reduzido, valor financeiro, monetário, mas de um grande valor político. A presença do Brasil em todos os países do Continente Latino-americano, do Canadá, Argentina, passando por todo o Caribe, é muito bem recebida, aplaudida e até invejada por muitos outros países. Constantemente, recebemos pedidos de apoio de outros países, por exemplo, na recente eleição do Secretário-Geral da OEA. Se não fosse o Brasil, com seus postos em todos esses países, dar apoio, fazer gestões e procurar o apoio dos países caribenhos, teríamos perdido, não teríamos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Vai haver debate? Porque...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Tasso Jereissati, V. Exª está inscrito, já o inscrevi de ofício.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas é porque está no assunto. Depois, para voltarmos a ele, fica desinteressante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Faça o favor, por gentileza.

Mas é que V. Exª está querendo que se feche embaixada em um País, em um Governo que não sabe se fecha ministérios depois de anunciar que ia fechar dez ministérios. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se não sabe quais ministérios, quanto mais embaixadas!

Permita-me discordar de V. Exª, mas o fato de ter conseguido votos... hoje, ter despesas para conseguir um voto aqui, outro voto ali, é absolutamente irrelevante diante da circunstância nacional que estamos vivendo. E não é só Caribe, é em qualquer parte do mundo, seja Caribe, seja África, seja até no leste europeu, em que há países que não têm o menor significado comercial para nós, o menor significado. E podemos fazer, como fazemos em várias outras partes, embaixadas adjuntas, não sei como se chama...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Cumulativas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Cumulativas, que têm a mesma presença e não têm gastos e nem despesas a mais. Na circunstância em que estamos, Ministro, não existe despesa pequena. O montante de despesas pequenas dá uma despesa grande, que pode ser usada melhor no próprio Itamaraty e na nossa política externa, que V. Exª tão bem conduz.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado, Senador.

Só para complementar, eu gostaria de dizer ao senhor que eu não creio...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...que o fechamento de embaixadas possa resolver a questão. É muito caro fechar, sai muito mais caro. Já vimos, no passado. Em 2001, foram fechadas várias embaixadas pela mesma razão, em 2000/2001. E, um ano e meio depois, tivemos que reabri-las todas, foram oito ou nove, a um custo altíssimo, porque, quando se fecha, temos que vender – todas eram em países em que os imóveis eram alugados – pagar indenização dos funcionários, distribuir os móveis, que eram próprios, nacionais. Resultado: custou, saiu muito mais caro. Acho que é muito mais importante haver uma racionalização dos gastos, o que temos feito constantemente.

Tenho dados, e posso mandá-los para o senhor, sobre os países caribenhos. A presença do Brasil nos últimos oito ou dez anos em todos esses países abriu muitas portas e criou muitas condições comerciais, oportunidades comerciais. Houve um crescimento exponencial. Há um estudo, um documento – eu não o tenho aqui infelizmente, não vim preparado para isso, mas posso lhe mandar – mostrando o grande aumento que houve.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Diminuiu, tenho um estudo. Diminuiu.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – O meu deve ser outro, porque, no meu, aumenta.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O meu me foi mandado pelo Itamaraty.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não, esse no Caribe e nos países...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – ...nas últimas embaixadas.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Isso me surpreende. Vou verificar com os meus, mas os dados divergem de alguma forma.

Eu só gostaria de dizer que estamos fazendo uma série de esforços, sim, mas, acerca de fechar as embaixadas, enquanto puder, eu resistirei, porque acho que se podem fazer esforços em outras áreas e redistribuir os recursos.

O orçamento do Itamaraty é menos de 0,1% do orçamento federal. É tão pouco, e acho que, com tão pouco, nós fazemos muito.

Por exemplo, estive em muitos países africanos. E nós estamos presentes em 36 ou 37 países. A demanda que há pelo Brasil, pela presença do Brasil, e a penetração que as embaixadas e os embaixadores têm nesses países é gigantesca.

Eu estive agora quatro, e já tinha estado em quatro outros, e, em todos eles, fui recebido da forma mais gentil e aberta, para reuniões com os meus homólogos, Ministros do Exterior. E, em todos eles, fui ver os Primeiros-Ministros e os Presidentes da República, e todos só tiveram palavras de elogio sobre a presença do Brasil, a aproximação, e foram até palavras afetuosas. Todos querem ter mais vínculo com o Brasil, do ponto de vista de educação, de formação de recursos humanos, de cooperação técnica e evidentemente de investimentos e de programas da nossa Agência Brasileira de Cooperação, que, evidentemente, no momento de restrição orçamentária, tem que ser diminuída...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite-me, por favor.

É necessário respeitarmos minimamente algumas regras ou, então, não será possível fazer esta reunião, na formalidade de uma Comissão que tem regras a seguir e várias pessoas querendo falar. Então, o apelo que faço aos colegas Senadores e também ao Sr. Ministro é o de que possamos ser sucintos e objetivos nas nossas manifestações, para que possamos caber dentro do tempo, porque, senão, será impossível. Desculpe, eu interrompi V. Exª, mas só para podermos nos entender sobre as regras de funcionamento. V. Exª pode concluir, por favor.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Pois não.

Passo para o tema das perguntas do Senador Ricardo Ferraço – posso, em outra ocasião, mandar por escrito todos os dados necessários. Mas, Senador Ricardo Ferraço , V. Exª me perguntou sobre o voto na OEA. O nosso voto foi de abstenção, porque o projeto de resolução que estava sendo votado não previa a presença dos dois lados, a reunião era convocada, mesmo que um dos lados não pudesse estar presente, o que nós acreditamos que não iria contribuir para o debate, para o entendimento, para o objetivo a que se destina a OEA – seria um monólogo.

Agora, eu quero chamar atenção para o número. Não tenho aqui, mas eu vi... Foi anteontem, se não me engano, que se deu essa votação, e eu recebi os votos.

E os países, inclusive alguns dos países mais próximos da Venezuela, abstiveram-se, e outros também muito próximos da Colômbia abstiveram-se. Justamente por isso, porque a proposta não era uma proposta que permitiria um entendimento. Só iria acirrar as posições.

Então, o esforço que estamos fazendo, no âmbito do Unasul, creio que pode produzir efeitos.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Eu estou pronto e possivelmente viaje em data próxima para uma reunião da Unasul que está sendo preparada, está sendo convocada. Estamos fazendo as consultas necessárias, para que todos os países possam estar presentes e fazer uma discussão realmente que jogue um pouco de luz sobre os problemas, e que se encontre algum tipo de solução, pelo menos de sugestão que possa ser examinada e aceita pelos dois países. Volto a dizer, nós não podemos, a Unasul não pode impor nada e não é juiz dos países.

Com relação ao que V. Exª mencionou sobre as relações bilaterais com os Estados Unidos, elas são realmente excelentes, são muito boas. Os Estados Unidos são um país – estou chovendo no molhado ao dizer que é uma grande potência, a maior economia – que tem interesses múltiplos, variados, no mundo inteiro. E eles também têm circunstâncias que permitem mais aproximação, ou menos aproximação.

E eu acho que, com o Brasil, é excelente. A questão da espionagem foi um caso encapsulado durante esse período. Eu estava lá todo o período e não deixamos de ter visitas de alto nível, de ter reuniões de mecanismos bilaterais, para que tudo continue, e houve muitas decisões.

Não houve talvez a visita naquele momento, que não deixou de ser...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – As relações de Taiwan com a China, em que pese as diferenças serem muito mais amplas, economicamente são muito maiores do que entre países como o Brasil e os Estados Unidos. Eu também acho que são boas, mas acho que poderiam ser muito melhores.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Melhores sempre podem ser, mas não depende de nenhuma...

E não é decorrência de nenhuma atitude tomada pelo Brasil no sentido de se isolar, de se fechar, de forma alguma. Nós avançamos em conversas em muitos aspectos, em muitos setores, seja político, seja econômico, seja de investimentos, enfim, em todos os setores.

Nós trabalhamos muito com os Estados Unidos sobre questões de Nações Unidas, e eles pararam um pouco antes do apoio total à reforma do Conselho de Segurança... Não à reforma; eles reconhecem a necessidade da reforma, mas eles também nunca deram o apoio total ao Brasil, como já deram a outros países emergentes que são candidatos. E isso é independente de todo o bom entendimento, de todo bom diálogo e frequente.

Eu já assisti a inúmeras visitas de chefes de Estado, sempre com o melhor entendimento, mas há circunstâncias, evidentemente, que limitam a atuação de um ou de outro. Os Estados Unidos mesmo têm limitações em diversas áreas e têm interesses tão grandes em outros países, em outras áreas, o que limita as suas iniciativas.

Agora, eu gostaria, com relação ao multilateralismo, ao regionalismos, de dizer que o Mercosul tem, na nossa área imediata, que é a América do Sul, um conjunto muito grande de relações e de acordos, acordos esses que avançam, porque são importantes, como eu mencionei. Com o Chile nós já estamos num sistema de livre comércio, e tanto outros. Agora, mesmo os Estados Unidos, que têm uma rede bilateral de acordos de livre comércio... É evidente que, sendo a maior economia do mundo, sendo a maior potência do mundo, eles dirigem para áreas específicas. Agora, nós temos de levar em conta também que... Podíamos achar, então, que a União Europeia está isolada também, porque ela só negocia em grupo, e o acordo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – ... não negocia...

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Sim, e nós...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – ... únicos que negociamos.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Mas estamos retomando as negociações. As negociações, especificamente com a União Europeia, foram um caso à parte, foram suspensas por outras razões, e razões também do lado da União Europeia. Mas eles não concluíram, até hoje, um acordo com os Estados Unidos. E há dificuldades enormes; há muitas dúvidas de que essa negociação chegue a bom termo. Não sei; temos que ver; temos que esperar.

Agora, o Brasil e também o Mercosul já começaram, no passado, negociações de um acordo marco com os Estados Unidos, e estamos sempre abertos. Agora, também é preciso, para uma negociação, que os dois lados estejam interessados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Ministro.

Senador José Agripino.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tenho aqui, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, V. Exª tem direito à réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu gostaria, então, que V. Exª mandasse para esta Comissão o relatório do Itamaraty com relação ao exercício financeiro de 2015, e qual é o plano de ajuste que V. Exª e sua equipe estão imaginando para que nós possamos atravessar essa turbulência que o País está vivendo e o Itamaraty também, porque os relatos que recebemos, mundo afora, é de alugueis atrasados, enfim, é de uma situação dramática.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E também sobre nossas cotas de participação em organismos internacionais que estariam atrasadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E, além de um relatório econômico-financeiro do exercício de 2015, também um relatório sobre como andam as nossas contas com as agências multilaterais. Há informações de que o Brasil deve mais de US$1 bilhão a essas agências, o que traz desprestígio, evidentemente, ao nosso País.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª – o tempo aqui é escasso – que pudesse enviar a esta Comissão esses relatórios.

E o último ponto da réplica que faço, Sr. Presidente, diz respeito à ordem interna que partiu do Diretor do Departamento de Comunicação e Documentação do Itamaraty, que ganhou grande evidência na imprensa brasileira, o Ministro João Pedro Corrêa da Costa, depois que foi procurado e demandado pelos meios de comunicação, solicitando que colegas do Itamaraty tornassem sigilosos documentos reservados de Ministros, Presidente, ex-presidentes, considerando que, ao subir de patamar, reclassificando esses documentos como

secretos, o que seria disponibilizado para a sociedade, dando conta da transparência em cinco anos, vai para 10, vai para 15 anos.

Qual é o sentido de se impedir que essas informações, que são estratégicas, possam circular e possa haver a reclassificação dessas informações, que são importantes para a sociedade brasileira e para qualquer governo republicano e transparente?

Muito obrigado.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Pois não; muito obrigado.

A atitude ou a consulta feita cumpre absolutamente o estabelecido na Lei de Acesso à Comunicação, que estabelece que, quanto a documentos de um determinado nível de sigilo, passado o tempo em que possam ser liberados, antes da liberação, haja uma consulta às áreas específicas que são responsáveis, para renovar ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Refiro-me à reclassificação.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Sim, mas podem ser... A lei estabelece isso, a lei aprovada pela Câmara e pelo Senado estabelece esse mecanismo de consulta e de classificação, porque, inclusive, em alguns casos, há comentários sobre questões internas de outros países que podem ainda, pela proximidade, criar grande dificuldade, grande constrangimento. Já vimos isso em passado não muito distante, mas o que foi feito foi absolutamente de acordo...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...com a Lei de Acesso à Informação. Essa consulta está estipulada num determinado artigo da lei – eu não tenho aqui – que estabelece que tem que haver essa consulta para que seja liberada. Esse é o texto da lei.

E todos os consultados votaram a favor da liberação, e foi efetivamente liberado. Dá até a impressão de que foi liberada, porque saiu na imprensa, mas não... O vazamento que houve de um expediente classificado do Itamaraty não mudou a nossa atitude em nada que diga respeito à legislação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A iniciativa, a tentativa de reclassificação que não foi a cabo.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não, mas houve uma consulta sobre a necessidade ou não de reclassificar ou de estender o prazo de classificação, no nível em que estava, que é o que está na lei. A lei estabelece isso, dita que tem que haver uma consulta e ser examinada ou a extensão do prazo de liberação ou a reclassificação num nível mais alto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, a partir do momento em que a imprensa demandou, é que houve a reclassificação. É disso que eu estou...

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não, desculpe, Senador, mas foi o vazamento de um documento sigiloso do Itamaraty, que é esse que faz a consulta. Aconteceu que houve o vazamento desse documento, mas estava no processo de exame pelas respectivas áreas, pelos respectivos setores, que são as subsecretarias envolvidas. E a conclusão foi a de que deveria ser divulgado, e foi divulgado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, se V. Exª puder, envie a conclusão desse tema para a Comissão, para que possamos fazer uma análise, por gentileza.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – A que tema V. Exª se refere?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Refiro-me a esse tema da reclassificação que houve, a consulta e a avaliação a que o jurídico do Itamaraty chegou. Solicito que V. Exª, junto com os demais Relatores, envie, se possível, uma conclusão desse fato...

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Com muito prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, Ministro, nós estamos aguardando esse documento e também essa informação a respeito da situação orçamentária, das necessidades e das pendências que existem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Se é que existem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se é que existem.

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Em quanto tempo, o senhor acha que poderia nos enviar essa documentação, Sr. Ministro?

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – É necessário consultar as áreas e ver... Quer dizer, sobre a questão orçamentária, é evidente que há dificuldades e há problemas. Como eu disse, os créditos suplementares, quando chegam, fazem face a coisas que estavam pendentes de pagamento, compromissos que estavam pendentes. E estamos atuando assim...

O grande e principal problema é a variação cambial, que nos impõe evidentemente... O que se poderia fazer, no início do ano, com x, agora é necessário fazê-lo com dois x. Por isso é que, evidentemente, torna-se difícil projetar.

Eu não posso dizer quantos reais eu vou necessitar até o final do ano, para cumprir com todas as obrigações. Mas o nosso esforço é neste sentido, de fazer um exercício de contenção em muitas áreas internas, para fazer face a essa necessidades. E há emergências, porque sempre há emergências, na vida de todo mundo há: pode haver um terremoto, pode haver um incêndio, pode haver necessidade de um reparo urgente de uma embaixada, e tem que se fazer frente a isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Mas isso é muito fácil, posso mandar. Quanto ao outro, tenho que ver todas as condições, mas mandarei evidentemente para o Senado Federal, não deixarei de mandar. O que não posso precisar é em quanto tempo, mas virá o mais rápido que for possível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Ministro, pegando aqui a colocação do Senador Ricardo Ferraço , há muito tempo temos uma convicção de que o Mercosul não foi um grande negócio para o Brasil por circunstâncias diversas. Por exemplo, na relação Mercosul-União Europeia, é imperativo: você só pode fazer acordo comercial bilateral do Mercosul inteiro com a União Europeia inteira.

O Chile foi esperto, não entrou. O Mercosul tem não sei quantos acordos bilaterais com quem ele quer e está nadando de braçada. Eu acho, e queria ouvir a sua opinião, que nós vamos passar o resto da vida tentando encontrar ponto de confluência Brasil-Argentina e nós temos pontos de confluência quase insuperáveis, até porque nós temos entre nós, Brasil-Argentina, quem dirá Brasil-Argentina com a União Europeia.

Então, eu gostaria de ouvir, está se tentando e em outubro vai haver uma nova rodada de negociações, a União Europeia tem as suas dificuldades, é verdade que está saindo da crise, e o Mercosul tem monumentais dificuldades, porque a economia da Argentina vai mal, a do Brasil vai mal.

Então, é aquela história em que casa que falta pão ninguém tem razão. Vai ficar muito difícil, mas qual é a sua expectativa, qual é a sua visão? Vai haver alguma expectativa de acordo por mínimo que seja entre Mercosul e União Europeia? E, assim sendo, na sua opinião, vale a pena insistir no Mercosul? Porque essa é uma colocação que é feita e o Senado tem hoje essa grande interrogação. Vale a pena insistir no Mercosul? Vale a pena? Vale a pena insistir no Mercosul? E eu remeto essa minha preocupação à recente passagem da premier, da Chanceler Angela Merkel que, é claro, a Alemanha tem monumentais investimentos no Brasil, como a Itália tem, como a França tem, como a Espanha tem e seriam parceiros privilegiados de acordos bilaterais, mas não há, porque nem a União Europeia permite, nem o Mercosul permite, mas resta a visita de grupos de empresários de um País e do outro que venham e que façam negócios e os viabilizem, pela via da informalidade.

Uma coisa que me preocupa – e eu gostaria também de ouvir a sua opinião – é que na saída... Foi meio meteórica a passagem de Angela Merkel aqui, pelo que eu entendi, foi muito rápida, veio com muita gente, mas foi embora muito rapidamente.

E o que eu vi e que preocupou é que dos empresários que vieram, vieram empresários robustos, quando foi perguntado se ficaram definidos investimentos e disseram: "Nós estamos com boa disposição, mas no aguardo da normalização da situação econômica". Claro, econômica e política, ou seja, vieram, viram um quadro deteriorado e foram embora. Aquela oportunidade que é rara, uma chanceler vir com um grupo de empresários e não produzir resultados concretos, é uma perda de oportunidade.

Então, eu gostaria de saber se eu li certo ou se eu li errado, na declaração que eu li na imprensa brasileira de porta-vozes da delegação que disseram que vinham, que tinham a intenção, mas iam aguardar a normalização da situação econômica.

E por último, para não tomar o tempo de V. Exª, eu gostei muito da... V. Exª vinha nadando de braçada na sua exposição sobre os temas que estavam propostos. Quando chegou na questão da Venezuela, o meu sentimento é de que V. Exª ficou vítima de um incômodo que é a situação Brasil-Venezuela e a provocação do Senado em relação ao chanceler do Brasil. E rapidamente colocou – e isso me agradou – os contatos feitos da África com Colômbia, Argentina, vários países, como que para se associar a outros, para não ter um confronto direto, Brasil-Venezuela...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... dentro de uma coisa que interessa ao Brasil, que é, na sua legítima posição de líder, ocupar uma posição de vigilância sobre o processo eleitoral na Venezuela, procurando, portanto, a cobertura de outros países e V. Exª – com as ligações que fez – demonstrou que os

tempos mudaram no Itamaraty, porque, olhe, V. Exª não era chanceler e nós já éramos Senadores e ocupamos a tribuna, não sei quantas vezes, condenando a entrada da Venezuela no Mercosul, várias e várias vezes, por uma razão simples o não preenchimento da cláusula democrática. A Venezuela é um país onde a corte suprema de justiça é feita artificialmente, foi aumentada, enfim, as eleições não são livres, a economia vai mal por tutela. Era o tempo do barril de petróleo de U$100 e era um tempo do quilo ou da tonelada do minério de ferro nas alturas, com a soja nas alturas.

Os dois países viviam bonanças e tinham uma relação robusta, era o Bolivarianismo em alta na relação do Brasil com a Venezuela. E, mesmo nesse momento, nós ficamos contra o ingresso da Venezuela, porque na Venezuela de Chávez, na época – o grande líder Chávez –, não se respeitava princípio democrático.

E o Ministério das Relações Exteriores não dava muita bola para aqueles que condenavam o bolivarianismo.

Hoje, com o barril de petróleo a US$30, a Venezuela é um barril de pólvora. A crise humanitária lá é real. Nós estivemos lá. O Senador Aloysio Nunes, o Senador Ferraço e eu estivemos lá e fomos vítimas de uma arapuca real! Uma coisa que nos incomodou muito, porque o embaixador que nos recebeu claro que sabia do que estava preparado. E nós fomos levados à situação até de risco pessoal. Então, nós vimos o que se passa.

Lá, pessoas contratadas estavam, no início do trânsito interrompido, esperando para agredir, para açular o grupo. Coisa constrangedora!

Isso provocou uma reação que eu suponho... e Deus queira que esteja motivando o Governo brasileiro a prestar atenção nas relações do Brasil com a Venezuela, para que o Brasil não fique diminuído na sua estatura. No Brasil os governos passam, o País fica. Então, agradou-me saber que V. Exª está procurando a cobertura dos seus colegas para levar para a Venezuela não apenas uma colocação do Brasil. O Brasil capitaneando, mas outros chanceleres quererem, sim, que a OEA vá lá. A União Europeia decide, ela só.

Que o Brasil chegue lá. Que a carta que foi lida por mim tenha resposta, para que, na relação continental, a Venezuela não signifique um cancro onde a relação do Brasil foi contestada com ele, no passado, mas que signifique na verdade um desrespeito às cláusulas democráticas, de um sócio do Brasil num bloco econômico e político que deve dar exemplo, no contexto continental e no contexto internacional.

Eu queria ouvir de V. Exª se eu estou certo nessa apreciação. Se a atitude do Governo brasileiro mudou. Se V. Exª pretende realmente, de verdade, junto com seus colegas, exercer o papel de vigilância nesta eleição, porque isso será uma mudança de rumo que nós vamos... Eu tomarei a iniciativa de aplaudir, na medida em que sinta confiança, sinceridade na presença brasileira na Venezuela não como um parceiro que está alinhado no bolivarianismo, mas num parceiro que tem consciência de sua responsabilidade e que deseja fazer valer o seu papel de fiscal não de intromissão, mas de fiscal do regime democrático no plano internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador.

Enquanto V. Exª falava, eu via uma troca de mensagens entre o Senador Ferraço e o Senador Tasso Jereissati, que dava conta de que agrava a situação orçamentária do Ministério: o dólar bateu R$3,8.

Mas eu não quero tirar a serenidade de V. Exª. Nós teremos tempo para discutir essas questões.

Com a palavra o Sr. Ministro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quero me inscrever. Serei rápida.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Ministro, por favor.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Pois não. Muito obrigado.

Eu já tinha tido a notícia, chegando aqui, de que o dólar tinha chegado... não, não tira o sono, não me tira a tranquilidade, porque acho que temos de enfrentar a cada dia as circunstâncias do dia, e como eu sempre tenho essa mensagem, esse sinal das autoridades dos outros Ministérios de que vamos ter uma recomposição da taxa cambial, sobretudo dentro de um orçamento que é tão pequeno... Evidentemente é uma ocasião de preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor contará sempre com o nosso apoio.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não tenho dúvida.

Eu queria dizer ao Senador José Agripino que não me sinto desconfortável nesta Comissão e nesta Casa. Sempre sou tão bem recebido. Mesmo no assunto não me sinto desconfortável, porque...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – V. Exª é estimado e respeitado. Pode estar certo disso. Estimado e respeitado!

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Da mesma forma, eu tenho grande apreço e relações pessoais de amizade com vários dos senhores e também respeito muito esta Casa e esta Comissão. Por isso mesmo me sinto muito à vontade para tratar de todos os assuntos, mesmo em áreas em que possam haver divergências.

Eu queria dizer que com relação a essa questão da Venezuela, os meus constantes contatos... E a diplomacia mudou muito, ultimamente. A diplomacia... Quando eu entrei para o Itamaraty, os chanceleres viajavam pouquíssimo; e hoje em dia é constante a viagem. Eu cheguei ontem de uma longa viagem. Tinha feito, pouco tempo antes, uma longa viagem à Ásia.

A questão é que tem de estar sempre comprometido em viajar e levar a posição do Brasil. Levar o Brasil e também as posições do Brasil a todos os cantos do mundo.

Agora, eu continuo sempre, evidentemente, em contato – e tenho contatos constantes – porque o esforço é no seio da Unasul, que é uma construção brasileira e de todos os países da região, criar um espaço para negociação, para o consenso, para a descompressão.

Já houve no passado, a Unasul tem uma história que é recente, mas que já tem o testemunho de ser um mecanismo de grande utilidade. No passado, recentíssimo, foi a Unasul que distendeu a situação entre o Equador e a Colômbia, num incidente fronteiriço grave.

A Unasul teve um papel importante também na solução de um grande impasse político na Bolívia. Os chanceleres tiveram, isso no passado, eu assistia a isso de longe, porque estava em funções na Argentina, nos Estados Unidos. Então, é comum e é natural, nós nos falemos frequentemente e constantemente. A Presidência *pro tempore* da Unasul, que é rotativa, como V. Exª sabe, que está hoje com o Uruguai, eu tenho contato constante com o Chanceler Rodolfo Nin Novoa, que foi vice-presidente do Uruguai também, é um político de grande experiência, nos falamos muitas vezes por semana, como com todos os outros, porque nós temos que fazer, evidentemente, criar posições de consenso e permitir que na Unasul haja um diálogo, que crie um diálogo.

Evidentemente, o Brasil tem uma posição muito clara que é defesa dos princípios democráticos e temos feito e temos apoiado todas as iniciativas com relação à Venezuela, porque acreditamos que esse diálogo vai levar a uma solução democrática para uma crise que existe e que essa solução democrática vai poder criar condições, inclusive, para uma retomada do desenvolvimento.

Agora, quero deixar claro que o Brasil não tem posições ideológicas ou principistas de só apoiar um lado ou só apoiar outro – de forma alguma –, inclusive, todas as notas mais recentes do Ministério a respeito da situação da Venezuela, como também em muitos outros casos, são muito claras e há uma evolução de posições.

Então, eu quero deixar claro isso, que não é uma questão principista ou ideológica, é, sim, de participar e de levar – como V. Exª mesmo manifestou – o Brasil e a voz do Brasil, que é muito respeitada e é esperada.

Não sei se deixei de responder algum...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Há um pedido de que o Brasil esteja presente. O Brasil não poderia deixar de estar presente e, por isso que eu tento, sempre que possível, contribuir ou tentar articular, quando há um impasse que não pode ser solucionado de outra forma.

Com relação à visita da chanceler Angela Merkel. Ela ficou o tempo previsto. Desde o início, estava prevista a chegada em algum momento na tarde do dia 19. Ela chegou até um pouco mais tarde, porque estava sendo votado no parlamento alemão o pacote de ajuda à Grécia e, evidentemente, é um tema importantíssimo em que a Alemanha tem um papel fundamental. Ela atrasou um pouco a chegada, mas em nada afetou alguma parte do programa.

Os empresários brasileiros, todos se manifestaram muito positivamente a todos os encontros que tiveram com seus homólogos e eu não ouvi de nenhum uma queixa, seja por falta de estabilidade jurídica, falta de interesse.

Agora, evidentemente, cada empresário, cada área, tem direito a ter suas próprias posições e ter sua própria avaliação da situação. Eu gostaria de dizer ao senhor que a visita foi muito positiva e criou, abriu canais novos e muito promissores. E a relação entre o Brasil e a Alemanha é tão intensa, são tantos mecanismos e tantas empresas já presentes que uma ocasião como essa gera, abre novas portas, abre novas possibilidades e foram muitos os entendimentos. E existe uma declaração conjunta que eu, infelizmente, não a tenho aqui, mas posso também oferecer ao senhor e dizer que não foi em nada uma ocasião perdida, ao contrário, foi um momento importante de consolidação de um mecanismo de consulta política de altíssimo nível, que era o objetivo, e ao lado, à margem dessa concertação política houve uma intensa troca de reuniões dos setores privados que, evidentemente, levará a um aprofundamento maior ainda dessa relação bilateral.

Não sei se deixei de responder a...

Do Mercosul, sim; Mercosul e Chile.

O Mercosul tem ganhos enormes. O Mercosul, o nosso comércio da criação do Mercosul até hoje cresceu exponencialmente. Era o comércio intra Mercosul algo em torno de US$10 a US$12 bilhões no ano da criação

e, hoje em dia, é de mais de US$60, esse comércio intra Mercosul. Esse comércio é intenso, importante, é o comércio de maior valor agregado do Brasil. Diferentemente de com outras regiões...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Cresceu 617% de 2012 para cá.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Agradeço o aparte do Senador Lindbergh, porque esse é o dado preciso, quer dizer, tendo chegado a mais de US$60 bilhões.

Há muitas acusações de que o Brasil se isola, que a Aliança do Pacífico é uma grande solução, que tem um grande dinamismo. Eu queria dizer a V. Exª que é evidente que são países importantes para o Brasil, países próximos, que admiramos e com os quais temos grandes relações. Só que o comércio intra-regional da Aliança do Pacífico é reduzidíssimo. São 5% apenas, enquanto o Mercosul é 22% de todo o comércio. O Mercosul é muito mais forte e muito mais pujante do que a Aliança do Pacífico. A Aliança do Pacífico... Mas também, nós não nos negamos, por qualquer questão principista, a conversar, dialogar. Há uma iniciativa que foi levada à frente pelo Brasil, proposta pelo meu antecessor ano passado, de um diálogo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Houve um primeiro diálogo, se não me engano, em Santiago do Chile em outubro do ano passado e há um outro previsto agora, no nível de ministros, já houve uma série de reuniões técnicas, para se ver, para se examinar a possibilidade de maior contato, de maior integração, sendo que, no caso do Brasil especificamente, com três deles nós já temos um cronograma de liberação comercial que é: Chile, já 100% implementado; Peru e Colômbia, até 2019; e com o México, com o resultado da recente visita da Presidenta Dilma Rousseff ao México, assinamos esse acordo de cooperação e facilitação de investimentos e estamos negociando um acordo bilateral de envergadura que cubra muito mais do nosso universo tarifário, porque o atual acordo, que vem de vários anos, cobre algo como 15% e nós gostaríamos de ampliá-lo ao máximo, o que fizemos com relação ao setor automotivo. Concluímos este ano, no início do ano, um acordo importantíssimo, que vai permitir o acesso de carros terminados e autopeças ao mercado mexicano, o que é um grande avanço.

Portanto, eu não acho que o Brasil esteja preso ao Mercosul ou esteja limitado em suas ações com o Mercosul. Eu acho que o Mercosul é um instrumento de integração regional e de participação em outras áreas de o mundo. É muito melhor o Brasil estar com o seu entorno, com os países que formam o Mercosul e que possam ir juntos numa negociação do que estar isolado, apesar do tamanho do Brasil. Mas o Mercosul é setenta e tantos por cento do território, da população e do PIB da região, então, é algo muito importante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sem querer comentar, Embaixador, rapidamente, as avaliações: "Ah, os negócios dentro do Mercosul cresceram exponencialmente tantos por cento", a colocação que se faz é: se está bem, poderia estar muito melhor. Até porque, se fizer a avaliação de quanto era o comércio exterior do Brasil na época do Marco Zero para cá, vai ver que o comércio internacional do Brasil cresceu, e cresceu muitíssimo, só que a minha percepção, eu posso estar enganado, é a de que o Mercosul hoje significa para nós uma espécie de âncora. Não que eu advogue o fim do Mercosul, mas os ajustes, a oxigenação do diálogo. Basta olhar para a relação Brasil/México, por exemplo. Só um acordo bilateral em torno de automóveis deve significar hoje, já significou mais, uma barbaridade, porque o México e o Brasil têm economias potentes. O Chile, não. O Chile é arrumado, mas a economia do Chile é do tamanho da indústria de automóveis do Brasil.

O PIB do Chile equivale mais ou menos à indústria de automóveis do Brasil. É muito menor; é diversificada, mas é muito menor.

Mas, com uma Colômbia, que está caminhando para passar a Argentina, em matéria de PIB; com o Peru, país que está crescendo; com o México que já é muito grande e se beneficia da fronteira com os Estados Unidos, esses, sim, têm de ser objetivos fundamentais da política de integração do Brasil.

Menos Mercosul e mais isso. Não é que se vá esquecer o Mercosul, mas vamos nos render às evidências: o Brasil e a Argentina vivem às turras – a linha branca, o protecionismo... Enfim, não vamos aqui recordar essas coisas.

Então, é uma opinião que quero colocar, como preocupação que eu tenho e que, talvez, seja preocupação daqueles que fazem esta Comissão...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – E, ao final, perguntar a V. Exª se acha que está caminhando para um bom desfecho o seu acordo, a sua conversa, com os seus colegas chanceleres, para que, não na véspera, mas com o espaço de tempo anterior, se acerte com a Venezuela a presença de uma comissão isenta, de observação das eleições que vão ocorrer no dia 6 de dezembro. Porque eu vi V. Exª falar, acho, que em 16 províncias da Venezuela foram feitas eleições primárias – 16 de 25, talvez.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Pela oposição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Isso, pela oposição.

Talvez, se estivesse garantida a presença de observadores, em todos os 25 tivesse eleições primárias, porque isso daria segurança, daria confiabilidade. As oposições estariam se situando sabendo que, disputando voto, iriam alcançar êxito. O fato de não haver essa segurança dá insegurança ao eleitor, insegurança ao candidato. Tudo faz parte de uma lógica, e, quanto antes se conseguir a segurança da presença de observação isenta na eleição da Venezuela, melhor para a Venezuela e para o regime democrático venezuelano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ministro, em relação ao Mercosul, V. Exª já exprimiu a sua posição. Se pudesse concentrar-se na segunda parte da interpelação, da réplica do Senador Agripino, eu agradeço.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Pois não.

Então, seguindo a solicitação do Presidente, com relação à Venezuela, a legislação venezuelana em vigor estabelece a decisão de cada partido fazer ou não as prévias, as primárias. Essas prévias foram realizadas em 12 Estados, por opção, por escolha dos partidos de oposição.

Em ocasião anterior, quando estive em Caracas, no âmbito da Comissão Trilateral da Unasul (Brasil, Colômbia e Equador), me entrevistei com a oposição e com o próprio Governador Capriles, que é o governador do maior Estado da Venezuela. Ele foi candidato à presidência, derrotado, mas teve uma votação exponencial – teve 48 ou 49% da votação. Então, é um porta-voz e um líder mais do que claro e mais do que autorizado da oposição. Ele disse que queriam fazer em 12, mas não alegou nenhuma razão de segurança ou de dúvidas. Eles disseram inclusive, e parece que – não sei, não sou conhecedor a fundo da legislação eleitoral da Venezuela – um dos objetivos das prévias é,....

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...quando há mais de um candidato ou não há muito clara uma tendência, determinar os candidatos em cada distrito eleitoral. E eles só viram necessidade de se apresentar em 12. E o governo fez em todos. Também não tenho nenhuma informação específica de por que teria feito em todos.

Mas eu gostaria de dizer isto ao senhor, dizer que não creio que tenham deixado de ser realizadas prévias em outros Estados, em outros distritos, especificamente por essa justificativa, porque não foi o que nos disse a oposição. Estive lá, estive com 12 ou 14 partidos que compõem a Mesa da Unidade Democrática: nove estavam presentes à reunião, e tivemos um diálogo, uma troca de informações muito clara, muito aberta. Já tive ocasião de me referir a isso antes aqui nesta Comissão, e inclusive o próprio Governador Capriles veio me dizer, privadamente, depois de encerrada a reunião, que ele fazia uma profissão de fé na eleição, porque ele acreditava que o sistema eleitoral fosse a solução para a crise política e, posteriormente, econômica da Venezuela, e fez um apelo para que o Brasil apoiasse, o que nós temos feito até então.

Eu estou, no dia de hoje, em conversações, como disse, com outros colegas da região para ver se, a curtíssimo prazo, fazemos uma outra missão à Venezuela para tratar de todas as questões que dizem respeito à realização das eleições.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Meus cumprimentos a V. Exª, com os meus agradecimentos.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro Mauro, eu, primeiramente, queria lhe dizer que aplaudo o trabalho de V. Exª até determinado ponto. Aplaudo porque percebi claramente, de sua gestão para cá, uma guinada na política externa brasileira. Há uma guinada sensível na política externa brasileira. V. Exª pode dizer que não, mas, por exemplo, a visita da Chanceler Angela Merkel ao Brasil e a visita da Presidente Dilma aos Estados Unidos, ao Presidente Obama, significaram, para mim, avanços significativos, já que nós estávamos, até o final do ano passado, até as eleições, se não me engano, do ano passado – as eleições são o marco da guinada em tudo... Eu me lembro, por exemplo, da Presidente Dilma fazendo uma declaração extremamente agressiva, pessoal até, à Chanceler Angela Merkel, ensinando a ela como ela deveria se portar diante de crises, etc. Houve até um mal-estar, imagino – V. Exª não estava nesse posto –, mas a relação foi muito tensa e desagradável. Em relação aos Estados Unidos, então, as piadas e bravatas feitas pela Presidente Dilma, pelo Presidente Lula e pelo seu ainda companheiro na política externa Marco Aurélio são inúmeras. Inúmeras, inúmeras, inúmeras! Eu até me lembro de que, durante a convenção do PT, o Chico Buarque disse que a Presidente Dilma fala grosso com os Estados Unidos e fala fino com a Bolívia, algo desse tipo. Essas bravatas criaram um clima que a gente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, o que ele disse foi que vocês falavam grosso com a Bolívia e fino com os Estados Unidos. Essa foi a afirmação do Chico Buarque.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não foi, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Foi.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Foi, literalmente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Literalmente, "os 'tucanos' falam grosso com a Bolívia e fino com os Estados Unidos".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Chico Buarque já fez coisas melhores na vida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ah, essa foi ótima!

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... ótima. O espírito do Governo foi de falar grosso com os Estados Unidos... Além de falar grosso – foi exatamente o que ele disse –, faz grosserias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É que a política externa de vocês era dependente dos Estados Unidos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pois é.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esse é ponto. Eu vou entrar depois nisso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É isso aí. É aquele espírito juvenil dos anos 50 de ir contra o imperialismo americano, que fez com que... E aí entra o X da questão. Essas questões são menores. O X da questão é que a nossa participação no comércio internacional é insignificante em relação ao tamanho da economia brasileira. Esse é o grande ponto.

O segundo grande ponto é que, hoje, mais do que nunca, com a crise econômica que nós vivemos, é fundamental para o País poder recuperar-se dessa crise econômica através de exportação. Nós, durante esses dez anos, Ministro, tivemos um processo de isolamento, praticamente, por causa dessa retórica anti-imperialista, contra o Primeiro Mundo, etc. Nós nos afastamos de qualquer aproximação maior com esses países que tem um poder...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... efetivo de compra e de fazer negócios e de aumentar o comércio internacional, mas agora me parece que V. Exª está dando essa guinada para tentar retomar essa reaproximação com países que são nossos parceiros antigos.

E nós chegamos a essa participação, que hoje jé vital: ou exportamos ou morremos, porque o momento em que essa retórica, essa bravata era legal era quando parecia que o Brasil era o melhor país do mundo. Então, se ensinava à Angela Merkel como fazer política; lembro-me do Presidente Lula dizendo como o Obama deveria lidar com a crise financeira. Toda essa retórica levou a isso.

Precisamos, efetivamente, ter isso concretamente e para valer. E aqui quero parabenizá-lo, sei que V. Exª vai dizer que não mudou nada, que sempre foi assim, o Marco Aurélio sempre acreditou, o Ministro Marco Aurélio, que a relação com os americanos sempre foi maravilhosa, que Angela Merkel e Dilma se adoravam, sei que V.Exª vai dizer isso, faz parte seu papel hoje, mas não é verdade.

O que pleiteamos hoje? O que nós, brasileiros pleiteamos hoje? Que essa política seja cada vez mais efetiva e concreta. Que possa realmente ser um apoio, um suporte fundamental para que a economia brasileira saia da crise essa nova relação com os países desenvolvidos do mundo, os países com os quais podemos crescer efetivamente.

Aqui vou voltar ao ponto menor, mas aqui faço questão de esclarecer: é a questão das pequenas embaixadas. Vou lhe dar alguns números aqui, que me foram cedidos pelo Itamaraty. O que chamo de novas embaixadas são 42 novas embaixadas, 17 consulados gerais, dois consulados, dois vice-consulados, duas delegações, duas missões e um escritório de representação. Instalação: US$13 milhões; gastos mensais com manutenção? US$8,8 milhões. Até aqui, tudo bem. Especificamente, sobre o Caribe, que discutimos aqui, das oito embaixadas abertas, Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Domínica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves. São Vicente e Granadinas, e Granada, tivemos uma diminuição do intercâmbio, à exceção de Bahamas, em que crescemos as nossas exportações de US$2 milhões em 2004 para US$4,65 milhões em 2014. quer dizer, crescemos US$2 milhões. Em todas as outras, tivemos diminuição. Mesmo que tenhamos crescimento, esse esforço é muito maior do que os resultados que podemos obter.

A nossa política internacional deveria estar, desde 2002, como já vinha até 2002, virada para o mundo, para o mundo em desenvolvimento, em que trocamos não só mais comércio em termos de volume de dinheiro, mas também trocamos tecnologia e avanço. Nenhum preconceito e nada contra os países mais pobres. Claro que devemos ter a boa relação. Com aqueles com quem temos relação cultural mais intensa, essa aproximação

deve ser maior, mas, do ponto de vista comercial, do ponto de vista da economia brasileira, é essa a visão que devemos ter, e não temos tido até agora.

Às vezes, Presidente Aloysio... o Presidente Aloysio compreende isso, porque, nos anos 50, ele também andava com a bandeirinha vermelha, contra o imperialismo americano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu nem era nascido nos anos 50. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O que queremos é: qual é a estratégia? A estratégia é pragmática ou ideológica?

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Até agora, tivemos uma estratégia ideológica dentro de uma visão que privilegiava países com os quais tínhamos alguma afinidade ideológica com o nosso Governo.

Preocupa-me esse voto da OEA, porque parece que há uma recaída. Eu estava vendo aqui os países que votaram a favor – e foi falado aqui – foram os países que estão bem na economia na América do Sul. Os países que votaram a favor da proposta colombina de que a OEA participasse, que mandasse uma missão para intermediar a questão da fronteira.

Os países que apoiaram foram: Costa Rica, que é o país mais próspero da América Central; El Salvador; Estados Unidos da América do Norte; Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ...México; Paraguai; Peru, que é um país que, reconhecidamente, tem uma equilibrada situação econômica; Uruguai, Bahamas, Bardados, Canadá e Chile.

Países que se abstiveram de votar com o Brasil: Granada; Panamá; República Dominicana; San Cristobal e Nieves – e é um desses casos em que, provavelmente, por causa da nossa presença, não votou, porque somos o único país importante que tem embaixada em San Cristobal e Nieves, Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, paisinhos, não têm. E, aí, V. Exª diz que eles invejam. Devem estar com inveja, realmente, porque não têm representação diplomática lá.

Então, continuando: San Vicente, Grenadine, Suriname, Trinidad e Tobago, Antígua e Barbuda. Belize, Brasil e Argentina – a Argentina kirchnerista.

Só esses que acompanharam. Nenhum país dentro dessa relação de países em desenvolvimento, emergentes ou desenvolvidos das Américas acompanhou.

Então, é essa a preocupação que nós temos.

E, quando nós falamos também sobre essa questão das embaixadas, eu quero deixar bem claro que, ao contrário do que possa parecer, o nosso objetivo é prestigiar o Itamaraty, ajudar o Itamaraty, porque é inaceitável, por exemplo, que haja notícias – e não sei se é verdade – de que nós estamos atrasados com os nossos compromissos com a ONU. Não sei se é verdade isso de nós estamos atrasados.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA (*Fora do microfone*.) – Estamos, como vários outros países também. Não é só o Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não; eu sou Senador pelo Brasil. Ainda não sou de outros países. Sou do Brasil.

Então, estamos atrasados.

Qual é o valor? Poderia saber?

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – O valor da contribuição...

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Do que nós estamos atrasados.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ... é de mais de US$70 milhões por ano.

Isso não quer dizer que não se tenha pago nada. Paga-se, às vezes, em parcelas. Porém, em grandes organismos, como é o caso da ONU, o maior devedor não é o Brasil; de longe, é outro país. E o Brasil está devendo a sua cota deste ano; fez um pequeno pagamento. Agora, há outros países que devem muito mais e há muito mais anos que o Brasil – países grandes.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro, eu não esperava de V. Exª essa resposta. Esperava mais do Marco Aurélio; sua, não.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não é que eu tenha desejo de que o Brasil não pague, mas, diante das circunstâncias... E sempre fomos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Essa é a resposta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas, Senador Tasso, é uma defesa dos Estados Unidos assim insistente. Poxa vida!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Claro!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dizer que um país grande que deve mais irritou V. Exª.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – A mim, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Parece que irritou.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – A mim, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Estou falando...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Quem está irritado é V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Irritou V. Exª. Está demais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Lindbergh, eu não sou a pessoa mais indicada para pedir um pouco de calma a todos, até porque, muitas vezes, eu baguncei reuniões presididas por V. Exª na CAE. Mas, agora, vamos esperar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, mas eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª terá a palavra logo em seguida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª disse que não esperava isso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se V. Exª me permitir, eu vou pedir a ele que se exalte, que não tenha calma. (*Risos.*)

Exalte-se, por favor! Assim, com raiva dos Estados Unidos. Esse seu discurso de estudante – eu me lembro – era uma beleza!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não fiz discurso de estudante...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Cara pintada contra os americanos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu disse o seguinte, Senador Tasso... Não é isso...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... e defendendo a situação hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sabe que eu te respeito, mas...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Respeito a que V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quando ele diz que há países grandes...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Até agora eu só ouvi V, Exª dizer bobagens aqui sobre essas coisas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O senhor é que só falou bobagens!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu vou te mostrar com números.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O senhor nem números tem. São distorcidos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Espera eu falar! Espera eu falar!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Então, V. Exª falará em seguida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu fico impressionado...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O senhor é de uma ideologia...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... porque S, Exª disse "um país grande"...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – "... onde há países maiores", e V. Exª diz: "Não esperava uma resposta dessas".

Por que não esperava?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Porque essa resposta com risinho é típica desses comunistazinhos ultrapassados que veem nos Estados Unidos o mal do mundo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esse é um discurso do neomacartismo.

Só falou de Venezuela, de Cuba...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, vejam, o discurso é o seguinte: quem deve tem que pagar. Só isso! Isso é milenar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, não. Eu faço questão: essa irritação dele... Aliás, é uma exaltação que a gente tem visto com frequência no plenário do Senado.

V. Exª se irritar, gritar, fazer discursos completamente fora do tom, defendendo uma realidade... V. Exª está sendo processado porque está recebendo dinheiro da Petrobras neste momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª está baixando o nível. Vou mostrar que não tem nada a ver com isso.

Senador Tasso. V. Exª está baixando o nível.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu não. A Polícia Federal! Não sou eu, é a Polícia Federal. Mostre esses números.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou mostrar...

V. Exª perdeu completamente o senso. Desculpe.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, não! A própria Polícia Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Meus caros colegas, vamos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª tem que primeiro saber o seguinte, que uma pessoa quando se abre... Eu não sou nem denunciado, eu só tenho um inquérito aberto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª tem que respeitar!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Tudo bem. Vou respeitar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu não sou condenado e nem vou ser!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Está bom.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª vai ver!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agora, V. Exª perdeu completamente o senso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Meus caríssimos colegas, vamos voltar aqui ao tema da nossa reunião.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E eu vou mostrar a V. Exª esse inquérito...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu estava...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...que não vai dar em nada, porque eu não fiz nada errado! E V. Exª vai ver!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu estava inquirindo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Espero que peça desculpas, depois, aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Vou pedir, com todo prazer...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Espero que peça. Espero que peça!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ...porque reconheço sua história, reconheço sua ideologia inteiramente equivocada, mas V. Sª tem uma ideologia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro que tenho!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E eu o respeito por isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me chamou de comunista como... É um macaquinho... Esta Comissão, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não! Por favor. Vamos agora...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – V. Exª... Não. Aqui... V. Exª vai me deixar falar! Quem está com a palavra aqui sou eu!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pare de gritar!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Você que pare de gritar! Quem está com a palavra aqui sou eu!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª perdeu a linha completamente!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, quem estava com a palavra?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Tasso Jereissati. Ele vai prosseguir.

V. Exª está inscrito logo em seguida. Terá toda oportunidade de rebater a argumentação do Senador Tasso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Perdeu a linha! Desrespeitou!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas agora vamos voltar ao tema da nossa audiência pública.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu posso falar sem ser interrompido?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu estava inquirindo ao embaixador. Não estava me referindo a V. Exª em momento nenhum! Absolutamente! Quando V. Exª me interrompeu, irritado e exaltado, sem nenhum direito a essa interrupção, porque eu disse ao Ministro que não esperava dele esse tipo de resposta. E V. Exª se irritou e me interrompeu exaltado. A falta de respeito começou aí. Falta de respeito!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª veio para o ataque pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por favor.

Senador Tasso, V. Exª continua com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pela falta de respeito com que V. Exª me tratou, vai para o ataque pessoal também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não! Veja bem, o Senador Tasso está com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu dou por encerrado aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi interrompido. Agora retome, por favor, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É essa a minha questão. Eu dou por encerrado.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado.

Bom, com relação às embaixadas em países pequenos, Senador Jereissati, eu gostaria de dizer que o nível de crescimento do Comércio, evidentemente, tem que ser proporcional às economias de cada um desses países. Então, US$2 milhões pode ser pouco comparado com o tamanho do comércio exterior do Brasil, mas é relevante com relação a esses países.

Quanto ao custo de abertura e de manutenção dessas embaixadas, também é muito pequeno dentro do conjunto todo de embaixadas que nós temos.

Há embaixadas caríssimas em outros países e não há dúvidas de que não podemos deixar de ter, como sempre foi o caso das economias da Europa, Estados Unidos, Japão, onde o custo de manutenção é muito maior. Mas todo mundo, inclusive países muito pequenos fazem grande esforço para manter suas embaixadas.

Eu queria agradecer as referências elogiosas que o senhor fez à minha gestão no Ministério, mas queria dizer que sou apenas o principal assessor de política externa da Presidenta Dilma Rousseff e do chefe de Estado. Dela recebi essa instrução, desde o início, para que a política externa fosse ativa, pragmática e de resultados. E isso tem tentado imprimir essa orientação.

Portanto, com relação a essas embaixadas em postos menores, acho que é muito importante o Brasil estar presente. Creio que o custo é muito pequeno, relativamente, dentro do orçamento do Itamarati, e dentro do orçamento do Itamarati com relação ao orçamento federal. É menos de 0,1%.

Portanto, acho que é um investimento político, porque todas as embaixadas são antes de tudo grandes investimentos políticos. E também investimentos econômicos, comerciais, em áreas de ciência, tecnologia e demais.

Com relação às contribuições e aos organismos, evidentemente o ideal é estar em dia, como qualquer compromisso, como qualquer dívida. Agora, não é também um fenômeno atual. Isso vem de muitos e muitos anos. Desde o meu ingresso na carreira diplomática, o Brasil tem pagado as suas contribuições sempre de acordo com cronogramas de desembolso ao longo do ano. E devo dizer que isso é uma característica também de muitos outros países. De muitíssimos outros países.

Se formos ver uma análise da situação financeira dos organismos internacionais, sobretudo os grandes, nenhum deles tem as contribuições todas em dia, muitas são feitas aos poucos, na medida das necessidades orçamentárias de cada País e examinando o plano geral.

Acabamos de fazer, no Ministério, um alentadíssimo estudo da participação do Brasil em organismos internacionais. Infelizmente, não tenho os números aqui comigo, mas são mais de 100 organismos, todos muito relevantes, dos maiores aos menores, há alguns que são específicos, e o que eu queria dizer a V. Exª é que fizemos um levantamento e um mapeamento justamente para discutir com as áreas envolvidas do Governo Federal uma forma de continuar efetuando esses pagamentos, de forma que o Brasil faça frente aos seus compromissos, sem dúvida nenhuma.

Agora, evidente que é um esforço também muito grande, é um esforço enorme; 90% dos organismos, ou melhor, os 20 maiores organismos internacionais consomem 90% da contribuição, correspondem a 90% da contribuição brasileira, todos eles somados, o que deixa um número de cerca de 90 outros organismos de diferentes áreas com um peso de apenas 10% sobre o nosso orçamento de contribuição.

É muito importante estar presente também, da mesma forma que é importante estar presente em todos os países possíveis, e nisso seguimos até o exemplo dos Estados Unidos, que têm embaixadas nos postos mais remotos. Talvez não tenham em todos do Caribe, mas têm em quase todos, pode ser que não tenham em um ou outro, porque a presença do embaixador, a bandeira do País é sempre uma forma de defender os interesses do País e, sobretudo, em ocasiões as menos esperadas.

Eu tinha visto, recentemente, um dado relativo à Embaixada do Brasil no Nepal, que também já tinha sido criticada. No momento de um infeliz acidente, que foi o terremoto que afetou o Nepal recentemente, a Embaixada do Brasil teve um papel fundamental porque acolheu mais de 250 brasileiros que estavam de passagem pelo Nepal, que não se sabia, não se tinha nem ideia.

Então, acho que há uma amplíssima gama de atuação das embaixadas, que não é só a representação política, econômica, consular, humanitária, mas é tudo, é um conjunto. E acho que um País do tamanho do Brasil deve estar presente na maior parte possível dos países com uma representação diplomática permanente residente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ministro, a Comissão aguarda, então, que o senhor envie essa relação dos débitos do Governo brasileiro, Itamaraty, em relação aos organismos internacionais.

Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – V. Exª não respondeu a minha pergunta fundamental que é a seguinte: qual é a nossa estratégia de política internacional em relação ao momento que vivemos e o suporte que a nossa política internacional pode nos dar para sair desta crise inédita devido à corrupção, devido à incompetência, devido à má gestão, devido ao aparelhamento do Estado e à ideologia que aconteceu nos últimos Governos? Ela vai ser pragmática, a fim de ajudar a aumentar a participação do País no comércio internacional, ou vai ter um viés ideológico forte, como teve até agora?

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Sr. Senador, eu gostaria de dizer a V. Exª que pensei ter respondido em parte. Executo a política externa, cujas linhas centrais, as instruções são dadas pela Presidenta Dilma.

Estou convencido de que a nossa linha de atuação é e foi, no passado... Sou diplomata de carreira, tenho 40 anos de carreira e sempre vi o pragmatismo ao longo de todos os Governos em que estive servindo no Itamaraty, e acho que é muito evidente. Neste momento, temos, como relatei aqui, uma atuação em todas as áreas, temos dado grande importância à relação com os países desenvolvidos, o fato de a Presidenta ter ainda, no futuro, até o final do ano, contato com os quatro chefes de Estado e de Governo das maiores economias do mundo, eu acho que isso é um sinal de pragmatismo, é um sinal de interesse em todas as áreas.

Agora isso também não exclui que se esteja presente e que se tenha também relações importantes com outros países. Se formos contar, por exemplo, esse tipo de encontro bilateral, a Presidenta, ao longo da reunião da cúpula presidencial dos BRICS, em Ufá, que foi agora no mês de julho, teve contato também com todos. Foi mais um contato com o Presidente Xi Jinping; esteve também com o Primeiro-Ministro da Índia, quando foram tratadas questões políticas, mas também questões econômicas, comerciais, de investimento, de cooperação em ciência e tecnologia em todas as áreas.

Isso não impede que também, com outros países, de outros continentes, países em desenvolvimento ou países de pequeno desenvolvimento, desenvolvam-se ações, porque somando todas essas ações, evidentemente, nós teremos um resultado melhor, maior e mais abrangente. Mas, de forma alguma, deixamos de privilegiar um pelo outro. Ao contrário, acho que atuamos em todas as áreas e essa atuação permite somar e aumentar a inserção internacional do Brasil e o comércio, coisa que tem acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ministro, na discussão da Venezuela, parabenizar pela sua atuação, porque a gente escuta muito aqui no Senado que o Governo brasileiro está sendo omisso em relação à situação da Venezuela. Eu sempre disse nas minhas falas que o pior que poderia acontecer para o Brasil, para a América Latina, seria a Venezuela descambar para um processo de guerra civil. E eu estou falando porque houve duas Comissões, e eu fui em uma dessas Comissões para a Venezuela. Nós tivemos o cuidado de conversar com todos os setores da Oposição e do Governo, e tivemos, em especial, uma conversa longa com o Governador Caprilles.

O Governador Caprilles, na conversa que teve comigo, com o Senador Requião e com a Senadora Vanessa, falou do papel do governo brasileiro, em especial, de V. Exª, em uma reunião da Unasul, em que ele disse abertamente: se não fosse o papel do Chanceler brasileiro, nós não teríamos participado daquela reunião. Eu acho que esse tem que ser o espírito do Governo brasileiro neste momento, tentar assegurar, ao máximo, contribuir para a legalidade democrática.

Eu acho que inclusive nós, aqui no Senado, em outras oportunidades – eu já conversei com o Senador Aloysio –, na existência de outras missões, temos todas as condições de fazer missões unitárias em que a gente consiga ter uma atuação conjunta nesse caso da Venezuela, então esse era o primeiro ponto.

O segundo: em relação ao Mercosul, ao debate da política sul x sul, na verdade, sinceramente, na minha opinião é visão ideológica de alguns, que continuam enxergando um mundo que não existe mais. Houve uma mudança significativa na geopolítica mundial, com a ascensão de países emergentes, e os números aqui são muito fortes para a gente falar sobre isso. Eu falo de 2002, em relação somente ao Mercosul: as nossas exportações subiram 617%. Mas vamos a outros números. Saldo comercial acumulado, vejam bem, Mercosul, de 2003 a 2014: 90 bi. Juntando com a Aladi, a Associação Latino Americana de Integração, 137 bi. O déficit aqui não é nada ideológico, nós temos que melhorar a relação com os Estados Unidos, o Ministro e a Presidente Dilma estão tentando fazer isso. O déficit comercial com os Estados Unidos, de 2009 a 2014, foi de 45 bi.

Ou seja, comercialmente, foi fundamental nós sairmos de uma postura que era de dependência na política externa extremamente acentuada dos Estados Unidos e da Europa e olhar o mundo inteiro. O Brasil saltou sua participação no comércio mundial de 0,88% para 1,4% do comércio mundial, o que é um salto muito significativo para um período curto da história.

Há mais, Senador. Na questão do produto manufaturado, a gente vive dizendo que o Brasil não pode virar exportador só de matéria-prima, que esse é um problema nosso, há desindustrialização. Então, exportação de produtos manufaturados: 90% do que nós exportamos para o Mercosul e para o países que compõem a Aladi, 90% são produtos manufaturados, isso é estratégico. Em relação à União Europeia, nós exportamos 36%, temos que lutar para exportar mais produtos manufaturados; para a China, 5%, e, para os Estados Unidos, 50%.

Esse debate, a meu ver... Faço um debate com o Senador Serra sobre esse tema do Mercosul e tenho falado muito nisso. Tenho os números até do Estado de São Paulo aqui, Senador Aloysio. O Estado de São Paulo é um Estado muitíssimo beneficiado pelo Mercosul. Hoje, inclusive, vale dizer, com toda essa crítica, sabe qual o país com que o Brasil teve o maior saldo comercial no mundo? Não foi a China, não, em 2014. Foi a Venezuela, com US$3,5 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Volto a dizer: são produtos manufaturados.

Quanto à indústria de São Paulo, ao Estado de São Paulo, entre 2013 e 2014, as exportações, juntado o Mercosul e outros países da América Latina, foram de US$35 bilhões, superior a tudo que foi para a União Europeia e para os Estados Unidos da América.

Pergunto: quem está com uma visão ideologizada aqui? Quem é que está com essa visão ideologizada? É como se isso não valesse nada! O debate não está sendo feito em cima de questões comerciais.

Então, eu queria levantar isso aqui. Eu queria até corrigir a frase de Chico Buarque que eu citei. Não é aquela. Diz: "Esse é um Governo que não fala fino com os Estados Unidos nem grosso com a Bolívia." O conceito que ele quis trazer é o de que se fala igualmente com todos.

Não estou com nenhuma posição antinorte-americana, muito pelo contrário. Agora, se não entendermos que o mundo mudou e que países emergentes tiveram grande papel na economia nesse período... Precisamos diversificar nossas importações. E, centralmente – já entro em outro ponto, Ministro –, há a questão dos produtos manufaturados.

Acho, sinceramente, que a política externa brasileira vai entrar em novo patamar pelas exigências da economia. A gente sabe que, com a mudança do câmbio agora... Primeiro, sabemos dos problemas: a desaceleração econômica da China, a queda do preço das *commodities*, em especial as de minério e de petróleo. Mas, por outro lado, houve a mudança do câmbio. Essa é uma crítica que vem desde o governo Fernando Henrique Cardoso e que passa por todos os governos. Isso atrapalhou muito a nossa indústria e as nossas exportações. Mas, com a mudança do câmbio agora, começamos a ver que todos os indicadores econômicos mostram que estamos numa desaceleração profunda. A única coisa, o único setor que aponta resultados positivos é a exportação.

Então, neste momento de crise econômica, o papel do Ministério das Relações Exteriores, neste momento em que nossos produtos ficam com preços mais atrativos no mundo, muda de patamar.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho, sinceramente, que mudou o papel do Ministério das Relações Exteriores nas questões comerciais. Havia um papel, que ficou para trás. Temos de agir agora de forma muito agressiva, porque pode haver outra situação completamente diferente. Passa a ser o setor que pode mais puxar a nossa economia, o setor mais dinâmico. Acho que aumenta muito a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Só para concluir, em 30 segundos, falo da questão dos imigrantes. Ontem e hoje, o mundo inteiro ficou chocado com a foto daquele garoto sírio de três anos. Isso é fruto de uma política de intervenção desastrada das potências ocidentais tanto na Líbia quanto na Síria.

Agora, eu queria saber como o Brasil está vendo a situação em torno do Mediterrâneo, que parece o mar da hipocrisia, e também a situação dos refugiados aqui, no Brasil. O Brasil tem recebido muitos refugiados sírios. Eu queria que V. Exª falasse um pouco dos imigrantes aqui, no Brasil, dos haitianos e de tudo mais. Eu queria saber a visão do Governo brasileiro sobre o que está acontecendo na Europa, em torno do Mediterrâneo.

Muito obrigado. Essa era a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra, o Ministro, por favor.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Muito obrigado.

Senador Lindbergh, a questão migratória no mundo, evidentemente, é grave e causa muita apreensão, muita preocupação em todos. As cenas que vemos diariamente nos jornais e essa a que V. Exª se referiu, evidentemente, tocam-nos a todos. É uma tragédia, resultado de uma crise, sem dúvida, política, mas também econômica muito grave.

As políticas de contenção de fronteiras também não se provaram, em nenhum momento da história, efetivas. Não é a vigilância, não é o bloqueio, não são as barreiras nas fronteiras que terminam com esses problemas tão graves. Acho que o que termina com isso é a fixação dos cidadãos em cada um dos seus países, são programas de desenvolvimento e de cooperação, enfim, é a solidariedade internacional, coisa que o Brasil tenta fazer. Um componente importante da sua política externa é, evidentemente, a cooperação com os países, dentro das medidas de nossas possibilidades, com nosso entorno imediato e com a África.

Voltei de uma viagem à África e estive em quatro países. Já tinha estado, na minha visita anterior, em outros quatro. Nenhum desses quatro países existiam, por exemplo, quando a ONU foi criada. Na costa ocidental da África, havia um governador da África ocidental, que mandava em tudo. Aliás, a sede era no Senegal, em Dakar. Eram todos províncias das potências europeias, o que leva o mundo a uma situação muito estranha hoje em dia; quer dizer, há uma crise do sistema político através da Organização das Nações Unidas, que precisa ser reformadas rapidamente, e faz-se necessária uma reforma sobretudo dos grandes órgãos de tomada de decisão, como o Conselho de Segurança.

Quando foi criada a Organização das Nações Unidas, havia cinquenta e poucos países no mundo. Hoje, são 192. Então, há uma sub-representação, uma falta das vozes desses países que são tão importantes. Na costa ocidental da África,está uma concentração enorme de população, de riquezas; os países são enormes. Por exemplo, a República Democrática do Congo é maior do que o México; tem a segunda maior bacia hidrográfica do mundo, depois do Amazonas; tem a segunda maior floresta do mundo, depois da Floresta Amazônica, país com riquezas intermináveis minerais. Quer dizer, todos os países... A África não é representada no Conselho de Segurança. A América Latina também não é.

Precisamos promover essa reforma para encontrar soluções políticas para essas crises que nos afligem.

No caso do Brasil, que uma legislação muito específica, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira tem um projeto que está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já foi aprovado aqui no Senado em decisão terminativa na nossa Comissão, e agora está na Câmara. A mudança no Estatuto do Imigrante.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Do Imigrante. E a nossa atuação atualmente é de acordo com a legislação em vigor. O Brasil dá o *status* de refugiado aos que chegam e dá também vistos para a reunião familiar.

E temos feito um grande esforço justamente para atender essa grande demanda, que vem sobretudo do Haiti, país em que temos participação enorme. Primeiro, sempre apoiamos e sempre desenvolvemos programas de cooperação intensos, grandes, importantes, há muitos anos. Depois, a partir da criação da força das Nações Unidas para Estabilização, a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), em que comandamos a força e temos o maior contingente, também com um envolvimento muito grande...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – ...um envolvimento enorme. Fizemos doações humanitárias, de alimentos, doações financeiras para um número infindável de iniciativas, de projetos de cooperação, inclusive para a construção de obras de infraestrutura, justamente para criar condições de fixar os cidadãos haitianos no território haitiano e evitar esse deslocamento tão grande para o Brasil.

A Embaixada do Brasil tem feito um grande esforço, e estamos concedendo cerca de 2 mil vistos por mês. Houve um enorme esforço, físico inclusive, porque a Embaixada tem evidentemente recursos limitados, mas tem feito um grande esforço, todos os funcionários – do embaixador a todos os funcionários – para concessão de

vistos a um número muito mais alto. É um trabalho muito complexo. As pessoas, às vezes, não têm verdadeira noção do que envolve um visto – exame de documentos, verificação da legitimidade dos documentos e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na Síria?

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Não, estou dizendo no Haiti, por enquanto.

E formando inclusive longas filas na porta da embaixada. Temos feito um grande esforço para atender essa demanda, reduzir essa espera e reduzir as filas, dentro do que estabelece a lei.

Na Síria, temos evidentemente também, e recebemos, mas até num nível menor, imigrantes, o que não é nada de estranhar, porque já recebemos um contingente enorme desde o fim do império otomano, da época da Primeira Guerra Mundial. São cerca de quatro milhões de brasileiros de origem síria que têm contribuído ativamente, no Estado de São Paulo, sobretudo, uma colônia. Não se pode mais chamar de colônia porque são brasileiros já, totalmente, de segunda, terceira e quarta geração, que se integraram perfeitamente à sociedade brasileira e deram uma contribuição muito importante.

Eu acho que o Brasil, como país aberto e generoso que é, deve continuar a receber esses contingentes e sempre de acordo com a legislação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Segundo os números que tenho aqui, o Brasil recebeu 1.700 sírios, refugiados, recentemente. É o maior número na América Latina. Acho que temos que continuar com essa política num momento de gravidade da situação internacional, em especial daquela região síria.

O SR. MAURO LUIZ ICKER VIEIRA – Eu não tenho dúvida de que é o gesto que podemos fazer em cooperação e em apoio à situação humanitária tão grande, já que não temos outros meios, porque somos pela solução pacífica e negociada, pela via diplomática das controvérsias, dos conflitos, e não temos uma participação, uma voz que seja definitiva em outros organismos. Não estamos, no momento, no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente, porque há um rodízio, evidentemente, e nesse momento não estamos, mas acho que essa atuação é fundamental. Acho que é o gesto que podemos fazer para essas populações desatendidas, muitas das quais têm parentes próximos do Brasil.

Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de fazer um registro, até para pedir que V. Exª requeira essas informações, porque os números que eu tenho aqui do Ministério da Indústria e Comércio – portanto, acredito que oficiais – não estão batendo com outros números que foram dados. Refiro-me ao fato de que, neste ano, as exportações brasileiras, de janeiro a agosto, caíram 16,7% em relação a 2014.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – De janeiro a agosto deste ano.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – De janeiro a agosto deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E as importações caíram 21,3%.

Portanto, se esses números do MDIC forem verdadeiros e baterem com outros números, eu gostaria de saber se batem com os números do Ministério das Relações Exteriores. Nós temos um saldo comercial crescente em função da queda das importações, que é típica de um país em recessão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para registrar, Sr. Presidente, que os números que falei antes são de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não falei nada de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos fazer essa apuração.

Agradeço aos Srs. Senadores, agradeço imensamente a presença do Ministro Mauro Vieira, como sempre muito prestativo e muito esclarecedor nas suas apresentações aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Às dez horas e doze minutos do dia dez de setembro dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Roberto Requião, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da vigésima oitava reunião e da reunião anterior, que são dadas como lidas e aprovadas. Passa-se à PAUTA: 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul." Sabatina realizada com indicação apreciada. 2) MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores para comporem a mesa e concede a palavra para fazerem as suas exposições. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para arguição dos indicados. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Tasso Jereissati, Hélio José e Antonio Anastasia. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responder às perguntas. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. O Presidente indica o Senador Tasso Jereissati para atuar como Secretário da reunião. O Presidente registra a presença em plenário do Sr. Renè Heyvaert. Às onze e vinte e oito minutos a presidência é assumida pelo Senador Hélio José. Às onze e meia a presidência é reassumida pelo Presidente, Senador Lasier Martins. 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall." O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Tasso Jereissati, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger." O Presidente concede a palavra à relatora *ad hoc*, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Senadora Ana Amélia faz a leitura da Nota nº 411/23-010-681de 28 de julho de 2015 do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 70, de 2015, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço, Lasier Martins e Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos dos arts. 73 e 74, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para avaliação dos 25 anos do Mercosul. Os convidados serão informados oportunamente.

Lido o Requerimento. . Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS
Presidente eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, assessores, jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 28ª Reunião e da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório.
Observações:
1 - Em 27/08/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque.
Observações:
1 - Em 27/08/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Os indicados já se encontram presentes aqui.

Os Senadores que quiserem se inscrever para uso da palavra, após a manifestação dos embaixadores, já poderão fazê-lo.

Como disse, já presentes aqui o Sr. Embaixador e a Srª Embaixadora.

Convido o Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, indicado para a República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, para a República do Djibuti e para a República do Sudão do Sul, para fazer a sua apresentação aos nossos Senadores.

Proponho, Embaixador Octávio Henrique, um prazo de 15 minutos, e, se V. Exª entender necessário, prorrogáveis por mais cinco.

Bom dia ao senhor.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, muito obrigado. Bom dia! É uma honra estar presente perante esta Comissão.

Para nós, diplomatas, a aprovação de nossos nomes pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal é mais do que a aprovação das nossas indicações para chefiar representações diplomáticas brasileiras no exterior; ela dá um selo de apoio parlamentar, que é fundamental para as nossas atividades, para o desempenho das nossas atividades fora das fronteiras brasileiras.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Exmo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por ter indicado o meu nome para a Senhora Presidente da República para ser Embaixador do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Agradeço à Senhora Presidente da República ter encaminhado o meu nome para a aprovação por esta Casa.

Esta reunião tem um significado especial para mim porque eu tive o privilégio de, entre 2003 e 2005, ter sido convidado pelo Presidente José Sarney para assessorá-lo no tratamento de temas internacionais aqui na Presidência do Senado Federal. Então, na verdade, eu volto a esta Casa – a primeira vez como sabatinado –, pois já tive a experiência de assessorar os trabalhos da Casa. Tive, portanto, a oportunidade de reconhecer a seriedade e a sensibilidade com que os Senadores cuidam e avaliam os trabalhos feitos pelo Itamaraty e pelo seu corpo diplomático.

Muito me honra ainda a presença de amigos e colegas que se fazem presentes aqui nesta sala. Eu queria agradecê-los na pessoa do Embaixador Pedro Borio, que se enquadra nessas duas categorias.

Tentarei ser breve, Sr. Presidente.

A República Democrática Federal da Etiópia é herdeira de uma civilização milenar. Ela é mencionada, inicialmente, ainda na Bíblia pela Rainha de Sabá; passa pela extensão do Reino Aksumita, no início do século I; depois, pelas vitórias militares do Imperador Melenik II; encerra um longo período monárquico com a deposição do Imperador Haile Selassie, em 1974; e se consolida como uma democracia parlamentar no século XX.

É um país com 92 milhões de habitantes, cujo número indica ser o segundo país mais populoso do continente africano, atrás apenas da Nigéria. Tem um PIB por volta de US$50 bilhões, o que o torna um país pobre, mas apresenta índices de crescimento relativamente altos. Esses números têm sido consistentes nos últimos dez anos, o que dá projeções otimistas para o futuro do país.

O país elegeu o Cristianismo ainda no século IV e hoje abriga a maioria da sua população pela igreja ortodoxa. Existe uma série de etnias no País, das quais as três mais importantes são: oromo, amhara e tigray.

No campo político, com a queda do Imperador Selassie, nos anos 70, o país passou por um regime militar autoritário, que acabou sendo vencido pelas forças de oposição, em 1991, quando, então, se consolida um sistema parlamentar que está vigente e está sendo aperfeiçoado gradativamente.

Uma figura importante nesse período é o Primeiro-Ministro Meles Zenawi, que foi chefe de governo em sucessivas eleições, desde 1995, e faleceu em 2012, sendo substituído por chanceler, o atual Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn.

O sistema político está baseado na divisão do país em nove províncias, duas municipalidades, num congresso forte, um Senado com 110 membros, uma Câmara de Representantes do Povo com 547 membros. Os representantes do povo são eleitos por voto direto da população; e os Senadores, eleitos pelas administrações provinciais. E esses mandatos são de cinco anos.

Como forma de dar maior transparência, o sistema federal, esse grupo de etnias, pressupõe um equilíbrio entre os diversos agentes políticos, e, como forma de deixar isso mais transparente, em 2012, o Primeiro-Ministro fez uma reforma administrativa e criou três cargos de Vice-Primeiro-Ministro, que foram dados para representantes das três etnias mais representativas do país.

O Presidente da República tem funções protocolares. E o Chefe de Governo é, efetivamente, o Primeiro-Ministro, que conduz o país.

O país tem uma Constituição, votada em 1995, que está vigente, perfeitamente vigente.

No campo econômico, apesar desses números de pobreza – um PIB relativamente pequeno e uma população grande, de modo que o PIB *per capita* da Etiópia é de aproximadamente US$570, ficando abaixo dos níveis de PIB *per capita* dos outros países da África subsaariana –, os índices de crescimento que têm sido vistos no país – de 10% ao ano nos últimos dez anos e que se projetam para anos futuros – subsidiam estudos que

dão conta de que a Etiópia será, em 2050, a quinta maior economia da África. Hoje ela é a nona. Ela, portanto, galgará quatro degraus e terá uma expressão econômica condizente com a sua expressão política internacional.

Cinquenta por centro do PIB do país é da agricultura, agricultura essa que emprega 70% da mão de obra. Isso se traduz numa realidade que mostra que o país tem uma taxa de urbanização baixíssima, abaixo de 20%. Para se ter uma ideia, enquanto no Brasil essa taxa é de mais de 80%, na Etiópia é abaixo de 20%. O setor agrícola é o principal da economia daquele país, sendo os principais produtos cultivados ali o café, pelo qual o país é conhecido – é a origem da cultura do café –, e a soja.

O governo é muito atuante na economia, tanto como interventor, no controle de preços, na regulamentação de mercados, quanto como planejador. Ele estrutura as suas iniciativas econômicas com planos econômicos quinquenais, que visam basicamente o desenvolvimento socioeconômico da população e grandes obras de infraestrutura para melhorar as condições de inserção internacional do país.

Neste momento, o país está investindo na construção de uma grande usina hidroelétrica sobre o Nilo Azul, que fará com que o país passe dos atuais 2 mil MW de geração de energia para 10 mil MW, o que não só vai suprir as necessidades elétricas do País, hoje muito dependentes do petróleo importado, como também tornará a Etiópia um exportador de energia elétrica para a região, o que vai melhorar a sua pauta exportadora.

O segundo projeto de infraestrutura importante é a modernização, no fundo a reconstrução, de uma ferrovia ligando Adis Abeba, no centro do país, à República do Djibuti, que se transformou na grande porta de entrada e saída do comércio exterior etíope.

Esses são os dois grandes projetos.

A balança comercial do país é cronicamente deficitária. O país exporta na casa dos US$3 milhões e importa na casa dos US$10 milhões.

Como forma de equilibrar essas contas, a Etiópia é hoje o maior beneficiário de ajuda externa do continente africano. Estima-se que tenha recebido US$4,5 bilhões no ano de 2014, sendo que os Estados Unidos são o maior contribuinte para esta ajuda oficial para o desenvolvimento, que são transferências unilaterais. O Reino Unido, por suas antigas ligações, é responsável por quase US$1 bilhão de transferências. E a União Europeia, em uma escala menor, na faixa de US$300 milhões.

A China é o principal parceiro comercial da Etiópia neste momento e é um grande investidor, tem apostado muito no desenvolvimento do país, inclusive construiu a sede da União Africana, que está sediada em Adis Abeba.

No plano internacional, a Etiópia é uma referência para os demais países do continente, porque, em toda sua história, foi o único país africano que não foi colonizado. Ele chegou a ser invadido pela Itália no início da Segunda Guerra Mundial, mas os italianos foram repelidos pelo imperador Selassie. O país, mesmo ocupado, nunca foi colonizado. Este fato, que é um símbolo para a África, reflete-se no fato de que as cores da bandeira etíope – o verde, amarelo e vermelho – foram copiadas em outras bandeiras do continente.

Adis Abeba tem um papel, depois de seu retorno à democracia, após os anos 90, muito importante em termos de estabilidade e de busca de soluções políticas para os conflitos que ocorrem em seu entorno.

A Etiópia está situada no Chifre da África, que é uma região extremamente conturbada, com problemas tanto na Eritreia, quanto na Somália, quanto nos vizinhos, primeiro, Sudão, hoje em dia Sudão e Sudão do Sul. E a Etiópia tem desempenhado um papel político de promotor de diálogo e tem contribuído com efetivos militares nas missões de paz tanto da União Africana quanto das Nações Unidas. A Etiópia hoje é o maior contribuinte com efetivos militares para missões de paz das Nações Unidas, quase chegando a dez mil soldados.

Além deste papel estratégico, Adis Abeba já havia sido escolhida, em 1963, para sediar a organização da unidade africana. E continuou sendo a sede da União Africana, que foi criada em 2002, como sucessora da OUA. A União Africana desempenha um papel mais ativo, enquanto a organização anterior estava mais voltada para a descolonização, luta contra o apartheid, a União Africana hoje tem um objetivo muito mais claro e ativo na busca da inserção do continente, dos seus países-membros no cenário internacional e do desenvolvimento socioeconômico dos seus países-membros.

Além disso, tomou para si a busca de soluções políticas para os conflitos militares e políticos que ocorrem no continente. Por isso, o papel da União Africana tem sido reconhecido por vários países.

Essa importância tem sido fundamental e tem transformado Adis Abeba na capital diplomática da África. Adis Abeba tem hoje 137 representações diplomáticas, enquanto Brasília, por exemplo, tem só 133.

Vou falar rapidamente da relação bilateral, que começa com o estabelecimento de uma legação brasileira junto à Etiópia ainda com sede no Cairo, em 1951. Em 1960, o Imperador Selassie faz uma visita ao Brasil, que abre uma Embaixada Residente em Adis Abeba. Embaixada esta que é fechada, por vários problemas locais, e reaberta em 2005, quando todo esse vigor etíope já está sendo reconhecido, não só por sua importância política regional, mas também como sede da União Africana.

Então, nós reabrimos a embaixada em 2005, e, se eu tiver o privilégio de ter meu nome aprovado pelo Senado Federal, eu serei o terceiro embaixador brasileiro nessa nova fase de relacionamento.

Nós temos um comércio pequeno, mas com um potencial gigantesco, tanto comercial como de investimentos, e temos sido convidados pela União Africana para participar como país observador nos trabalhos da Organização, que se reúne duas vezes por ano, com seus chefes de Estado e chefes de Governo, e temos mantido programas de cooperação. Nós temos um acordo de cooperação com a União Africana, sobre o qual estão sendo desenvolvidos alguns projetos. É uma unidade muito importante para o Brasil.

Rapidamente, o Djibuti é um país situado em uma região estratégica, uma região conturbada. É um país pobre. Hoje, é a porta de entrada e saída do comércio com a Etiópia. Tem sido escolhido para sediar uma série de unidades militares de outros países que estão lutando contra a pirataria na região. O Japão, por exemplo, tem a sua única base militar, fora do Japão, situada no Djibuti. Há perspectivas de investimentos. Há capitais árabes e turcos para expansão de refinarias na área, para o refino de petróleo da Península Arábica e para servir também como *back up* das refinarias lá existentes.

O Sudão do Sul é o país mais novo da África, resultado de um diálogo patrocinado pela União Africana, pelas Nações Unidas, com forte participação etíope e do Quênia. Houve um plebiscito feito na região do Sudão do Sul, em 2010, plebiscito este que mostrou que 98% da população queriam sua independência. E, em 2011, o país é reconhecido como independente. Nós temos interesses, e eles têm interesses de manter relações com o Brasil – e ainda é um relacionamento bastante novo com Juba.

Queria só encerrar com um dado que considero muito relevante: a Etiópia, em 2013, estabeleceu a linha... Eles possuem uma empresa aérea estatal, a *Ethiopian Airways,* que tem se transformado na empresa aérea mais importante da África. Essa empresa estabeleceu um voo direto entre Adis Abeba e São Paulo. Esse voo, inicialmente, fazia escala em Lomé e, desde junho último, passou a ser direto, ligando São Paulo a Adis Abeba – um voo diário e direto –, o que facilita, de forma extraordinária, o contato bilateral, mas facilita, também, o contato aéreo com todo o resto da África, porque Adis Abeba tem se transformado num *hub* aéreo.

Eu não gostaria de me estender mais, mas estou aberto para qualquer questão que eu possa esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Embaixador Octávio Henrique. Daqui a pouco, o senhor poderá ampliar mais as informações com as perguntas dos sabatinadores.

Vamos ouvir, agora, as considerações da Embaixadora Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, que está indo, se aprovada aqui, para a Sérvia e, cumulativamente, para Montenegro.

Embaixadora Isabel Cristina, bom dia!

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Bom dia, muito obrigada!

Exmo Sr. Presidente desta Mesa, Senador Lasier Martins; Exmos Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; Exmo Embaixador Octávio Henrique Côrtes; senhores representantes da mídia; senhores convidados; senhoras e senhores, em primeiro lugar, permita-me dizer o quão me sinto honrada em comparecer perante esta nobre Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional para ser submetida à sabatina no contexto da indicação de meu nome, a ser considerado por V. Exªs, para servir como Embaixadora na República da Sérvia e, cumulativamente, junto à República de Montenegro.

Além de honrada, sinto-me igualmente feliz por esta oportunidade de encontrar os integrantes da CRE para poder dialogar sobre a Sérvia, país para o qual o meu nome está sendo proposto.

Sinto-me igualmente feliz pela oportunidade de apresentar algumas ideias iniciais para a intensificação do relacionamento bilateral Brasil-Sérvia. Desde já, antecipo que o concurso de V. Exªs a essas ideias iniciais será muito bem-vindo.

Antes de entrar no âmago da questão, gostaria também de agradecer a todos os amigos e colegas da Afepa, aqui presentes, pelo modo seguro com que conduziram todos os preparativos para a realização desta sabatina no dia de hoje.

Começarei essa apresentação sobre a República da Sérvia relembrando alguns fatos essenciais, de natureza geográfica, política e econômica, sobre o país, a fim de estruturar o pano de fundo sobre o qual se constroem as relações bilaterais Brasil-Sérvia.

Situada nos Bálcãs, em uma área de 88,361 mil quilômetros quadrados, a Sérvia, excluído o Kosovo, tem uma população do 7,498 milhões de habitantes, dos quais 1,639 milhão vive na Capital, Belgrado.

A religião principal é a ortodoxa, assim como na Etiópia. Ela é praticada por cerca de 80,48% da população. A religião muçulmana é professada por 2,8%; e, depois, há cultos diversos praticados por cerca de 2,89% da população; e 9,66% da população declaram-se agnósticos.

Do ponto de vista histórico, os sérvios teriam chegado aos Bálcãs no século VI d.C., e isso é extremamente importante para se entender posteriores desdobramentos da história contemporânea da Sérvia. Na atualida-

de, desde 1980, os desdobramentos na Sérvia têm sido muitos e profundos, dramáticos, sangrentos. O mais dramático deles, a questão do Kosovo, que permeia todo o relacionamento, tanto do ponto de vista interno, como externo da Sérvia.

Em termos históricos, então, em 1389, a Sérvia é dizimada pelos chamados turcos de Murat, na Batalha de Kosovo, o que a leva a ser absorvida por quatro séculos pelo Império Otomano. Isto é, do século XV ao século XVIII. O país só volta a existir como tal em 1878, após a realização do Congresso de Berlim.

Em 1918, ao término da Primeira Guerra Mundial, forma-se o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, o qual, em 1929, é renomeado Reino da Iugoslávia.

Em 1945, portanto após o término da Segunda Guerra Mundial, a Sérvia se torna uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia.

Transcorridas, então, um pouco mais de quatro décadas, em 1991, após a queda do Muro de Berlim, começa a dissolução da Sérvia, com a separação da Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia Herzegovina.

Em 1992, Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia.

Em 1995, em paralelo, estavam acontecendo conflitos entre a Sérvia e a Bósnia Herzegovina. Assim, nascia o Acordo de Dayton, que põe fim a esta guerra. No entanto, em 1998, inicia-se a guerra do Kosovo.

Em 1999, começam os bombardeios da Otan, sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que leva à rendição sérvia, e, em seguida, a que o Kosovo torne-se um protetorado da ONU, permanecendo fora da Sérvia.

Em 2000, ocorre a renúncia de Slobodan Miloševic.

Essa história, então, na atualidade continua conturbada, e, em 2003, a Iugoslávia é renomeada União da Sérvia e Montenegro.

Em 2006, Montenegro declara independência, e a atual Sérvia surge em 05 de junho de 2006, como a República da Sérvia. Portanto há pouco mais de nove anos.

Em 17 de fevereiro de 2008, ocorre um novo elemento dramático na história da Sérvia, o fato de que o Kosovo declara sua independência unilateralmente. Naturalmente, Belgrado declara esse movimento ilegal, mas o fato é que uma boa parte da comunidade internacional, não só os Estados Unidos mas também a maioria dos países da União Europeia, reconheceram a independência do Kosovo. Nesse caso, é importante ressaltar a posição do Brasil, que é o não reconhecimento da independência do Kosovo. Esse é um fator importante de aproximação entre o Brasil e a República da Sérvia.

Essa situação da declaração unilateral da independência do Kosovo criou uma forte tensão na comunidade internacional que deixou a Sérvia em uma posição muito fragilizada, levando-a à mesa de negociações em Bruxelas, onde a União Europeia atuou como mediadora da situação. Desse modo, foram levadas a efeito 10 rodadas de negociação em Bruxelas até que, finalmente, fosse assinado o acordo de princípios que regulamenta o relacionamento entre as duas entidades – o Kosovo não é reconhecido como um país internacionalmente – e que permitiu, finalmente, que a Sérvia pudesse ter considerada a sua candidatura à União Europeia, o que efetivamente começou a ocorrer a partir de janeiro de 2014.

Retornando às características políticas da atual República da Sérvia, podemos dizer que se trata de uma república parlamentar, com separação de poderes, com regime de autonomia para o Kosovo, Metohja e Vojvodina. Sua Constituição é de 08 de novembro de 2006.

Essas 10 rodadas de negociação ocorridas em Bruxelas, naturalmente, provocaram um forte desgaste das autoridades envolvidas, de modo que, sendo uma democracia parlamentar, em 2014, quando houve eleições no país, observou-se, digamos assim, uma mudança importante no partido que venceu as eleições, porque o Partido Democrata Sérvio, que é de tendência europeísta e que, digamos, esteve mais à frente das negociações em Bruxelas, perdeu, de modo significativo, representação, passando realmente para um segundo plano, enquanto o Partido Progressista Sérvio, o SNS, tomou a primazia como nunca visto antes. O partido teve um percentual de 63% dos 250 assentos no Parlamento. Então, realmente, uma vitória esmagadora.

No entanto, apesar disso, houve boa vontade no sentido de formar uma coalizão com o seguindo partido, o Partido Social Democrata, e isso tem criado uma situação de harmonia, de funcionamento interno.

Externamente, o fato de ser um governo, digamos, mais nacionalista provoca naturalmente um certo impacto no entorno do país, especialmente com a Bósnia e Herzegovina, e criam-se tensões com a Croácia.

Por outro lado, com a Albânia está se criando uma distensão, o que é muito benéfico para o entorno, para a criação de um ambiente de paz e segurança. E, nesse contexto de um governo com uma identidade mais eslava, está sendo criada uma relação privilegiada com a Rússia.

Eu falarei agora um pouco sobre a situação econômica, sobre a economia da República Sérvia.

A economia, depois da crise financeira de 2008, passa por grandes desafios, desafios de dívida pública, desafios de crescimento, de endividamento externo, mas continua com projetos de crescimento e tentando

equilibrar a sua economia. Este ano, um fato significativo foi o de, em janeiro, haverem assinado um acordo com o FMI.

Uma outra característica da economia sérvia – e por isso é importante esse acordo com o FMI – é que se trata de uma economia chamada economia de transição, pois ainda há muitas características da época socialista, com empresas públicas que, hoje em dia, estariam obsoletas e que necessitariam passar por um processo de modernização para que o país pudesse competir em igualdade de condições com o mundo globalizado.

No que diz respeito às exportações da Sérvia, mais da metade destina-se à União Europeia. Outros destinos, individualmente, são: Alemanha, 11,6%; Itália, 10,6%; Bósnia e Herzegovina, 9,5%; e Romênia, 8,2%.

Os principais fornecedores de bens para a Sérvia são a Rússia, com 10,9%; Alemanha, com 10,9%; Itália, com 9,7%; e China, com 7,3%.

Nessa categoria de principais fornecedores de bens para a Sérvia, o Brasil aparecia, em 2012, em 36ª posição, o que estatisticamente representa 0,4% desse grupo de fornecedores.

Obtive uma informação mais recente a esse respeito no sentido de que o Brasil teria passado para a 33ª posição como fornecedor de bens para a Sérvia, o que representaria, agora, 0,5% dos bens fornecidos.

Pois bem, nesse cenário, em que o Brasil estaria agora na faixa de 0,5%, eu acredito que um dos principais objetivos de trabalho seria aumentar o máximo possível o total das exportações brasileiras para a Sérvia...

(Soa a campainha.)

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – ... ou seja, que nós adquiríssemos um melhor papel nisso.

Resumidamente, as exportações do Brasil para a Sérvia, no ano passado, foram de US$122 milhões, e apresentaram um crescimento de 8,18%; o principal produto exportado pelo Brasil é o café. No ano passado, houve uma novidade: a exportação de resíduos de soja para ração animal atingiu um total de US$20 milhões. Normalmente, os produtos que mais vendemos são tabaco, suco de laranja, estanho, calçados, celulose, ferro liga e compressores para aparelho de refrigeração.

Com relação à política externa da Sérvia, observa-se que ela, hoje, tem dois objetivos: um é o relacionamento dela com a União Europeia e o seu acesso, outro é o seu relacionamento também com a Rússia e, subsidiariamente, melhorar o seu relacionamento com os vizinhos e diversificar esse seu relacionamento. Isso porque a Sérvia está tentando diversificar e procurar alternativas para os principais atores que têm atuado na sua história recente.

Nesse sentido, o Brasil tem uma expressão que eu considero particularmente muito bonita mesmo. O Brasil e a Sérvia têm um legado de proximidade. Esse legado de proximidade se inicia na época do Movimento dos Não Alinhados, onde o Brasil atuava como observador. Então, isso já criou um vínculo muito grande com o país.

Um segundo vínculo importante com o país resulta do fato de que o Brasil foi um dos poucos países que, durante os bombardeios da Otan, manteve sua embaixada aberta em Belgrado, em 1999. Isso é um elemento, digamos, que dá um peso muito especial ao relacionamento bilateral.

A Sérvia tem uma grande expectativa em relação ao Brasil. A Sérvia vê o Brasil como um ator global capaz de promover a paz e o desenvolvimento socioeconômico e desejaria estreitar o máximo possível esse relacionamento.

Eu vou deixar outras questões já que o tempo está se esgotando. Fico à disposição para responder a outras perguntas sobre a política externa da Sérvia.

Eu só queria falar um momento sobre Montenegro. Montenegro é cumulativa com a Sérvia. O Embaixador que será designado cobrirá também esse país.

Nós temos uma pauta, uma agenda a ser desenvolvida com Montenegro. Basicamente, Montenegro tem dois elementos importantes em termos econômicos: um é a infraestrutura; o outro é o turismo. Eu acredito que a questão do turismo é um assunto que poderia merecer um tratamento, digamos, mais aprofundado por parte da Embaixada do Brasil na Sérvia, através de contatos, realização de seminários específicos sobre turismo, de modo a aumentar o fluxo turístico para esse país.

Sr. Presidente, se o senhor me permitir, ficaria por aqui e começaríamos, então, a interação com a distinta Assembleia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não. Muito bem.

Ouvidos o Embaixador e a Embaixadora, nós vamos para a sabatina.

Eu quero submeter à deliberação do Plenário se pretendem votar antes da arguição ou não. Se não houver nenhuma objeção, se estiverem de acordo, pode-se processar a partir de agora também a votação, que ocorrerá na urna eletrônica na cabine à direita.

Dito isso, os Senadores pretendem alguma pergunta aos Embaixadores?

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador e Srª Embaixadora.

Mais uma vez, fico satisfeito de estar numa sabatina em que o Governo brasileiro mantém essa tradição dos últimos anos – aliás, de sempre, com raras exceções – de manter indicados para embaixadores entre os membros do corpo diplomático profissional. Eu creio que isso é uma boa prática que os governos brasileiros têm tido e que dá retorno sempre, porque são pessoas extremamente bem preparadas.

Eu tenho tido uma tradição aqui de, quando venho para a sabatina para países que têm relações muito fortes com o Brasil, fazer perguntas específicas sobre o Brasil, sobre a relação. No caso de outros, gosto de fazer perguntas do ponto de vista global. Qual é o papel de cada um desses países – Etiópia e Sérvia – diante dos grandes problemas que o mundo atravessa?

Então, faço uma lista grande desses problemas, mas o Sr. Embaixador e a Srª Embaixadora podem se sentir à vontade para falar sobre eles, porque alguns podem não ter nada a ver com o respectivo país.

Um deles é o problema da migração, por exemplo, um problema mundial da maior importância. E, a meu ver, a Sérvia, hoje, está na rota por onde transitam muitos dos migrantes que vêm do Oriente Médio. E a Etiópia, de certa forma, também, pela experiência, que até gostaria de ouvir, da migração de judeus etíopes em direção a Israel, como foi aquela migração positiva. Então, o tema migração.

O outro ponto que interessa muito é saber se são países – eu creio que nenhum dos dois seja, mas é a lista que sempre faço – que têm a ver com base para lavagem de dinheiro. Isso é muito comum em países muito pequenos ali do Caribe, que não têm grande importância comercial, mas que são paraísos fiscais.

O outro ponto é sobre base para terrorismo. Há países, sobretudo na África, que não têm grande importância do ponto de vista do comércio, mas que, de repente, são países que mexem na realidade mundial ao abrigarem terroristas e darem suporte a essas atividades.

Um outro item é a possibilidade de serem países com um alto grau de pobreza – e acho que aí tem a ver com o caso da Etiópia, e não da Sérvia, embora em fique curioso em saber como é a desigualdade de renda e a pobreza na Sérvia –, ou seja, se são países que têm esse problema muito forte, até porque é um item em que o Brasil poderia ter cooperação por algumas práticas que nós temos.

Um outro item de que eu gostaria de saber é sobre recursos naturais. Às vezes, é um país muito pobre do ponto de vista econômico, da renda, mas que tem uma riqueza em recursos naturais que podem servir ao Brasil. Eu não sei se é o caso dos dois.

O outro é quanto aos direitos humanos. Se são países que o Brasil, mais dia, menos dia, vai ter de ter uma posição sobre o respeito aos direitos humanos.

Finalmente – e também acho que não deve ser problema em nenhum dos dois, mas tem muito a ver com uns países vizinhos nossos –, o problema da droga. Se são países que estão no circuito seja da produção, seja do comércio de drogas.

Então, eu gostaria de ouvir de cada um dos dois com veem esses problemas globais a partir da posição que cada um vai ocupar da sua respectiva embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador quer ouvir quem primeiro?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tanto faz. Pode seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, com a palavra o Embaixador Octávio Henrique.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Cristovam.

A Etiópia tem, sim, um papel muito importante em termos globais por ser um país que se tem revelado, um governo que se tem revelado um propulsor de soluções políticas para questões tanto socioeconômicas quanto de segurança ali na região e, por assim dizer, para o resto do continente.

No que se refere especificamente a migrações, o senhor recordou, existiam – e não sei se ainda existe algum remanescente – os falacha, que são negros considerados judeus. E houve uma operação militar israelense no final dos 70 para transferi-los para Israel, e essa operação foi exitosa.

Eu não tenho sequer como confirmar isso, mas vi um documentário, há algum tempo, mostrando que, ainda hoje, há um grande problema de incorporação dessa comunidade falacha em Israel. Mas isso é o que eu sei.

Etiópia já foi uma origem, uma fonte de migração pelos índices de pobreza. O país é muito dependente das condições climáticas. Tanto a queda do Imperador, em 1974, quanto a deposição do Derg, em 1990 ou 1991, foram associadas não só a problemas socioeconômicos, mas a condições climáticas muito adversas que provocaram grandes períodos de fome no país.

Então, isso não acontece agora. A origem de migrações para a Europa, nesses últimos casos que temos visto pela televisão, é basicamente da Eritreia. Há registros muito pequenos de etíopes.

Quanto à questão da lavagem de dinheiro, não acredito nem que a Etiópia, nem que Djibuti, nem que o Sudão do Sul estejam envolvidos ou sejam reconhecidos como fontes de problemas nessa área. Bases de terrorismo, sim, mas pela função oposta.

A Etiópia e o Djibuti são países voltados para a guerra contra o comunismo. Desde o atentado nas Torres Gêmeas, que, amanhã, vai completar 15 anos, a Etiópia tem sido escolhida pelos Estados Unidos como parceiro estratégico na região para combater ações terroristas. A Somália, que ainda apresenta enormes desafios para se consolidar como país, é uma fonte. O Al-Shabaab, que é um grupo terrorista ligado ao Estado Islâmico e que tem vinculações ao Boko Haram, da Nigéria, tem sua sede, ou suas sedes, na Somália. A Etiópia tem efetivos militares em missão de paz na Somália para combater o terrorismo. Existe o registro não oficial de que há uma base americana para *drones* na Etiópia.

Djibuti, sim, abriga bases militares de vários países que operam contra o terrorismo. Aí o terrorismo é muito específico. É a pirataria no Chifre da África, que já foi um problema endereçado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Há uma operação em curso para a proteção do tráfego marítimo comercial. Há filmes sobre isso. É um caso conhecido.

Quanto ao alto grau de pobreza, sim, na Etiópia, hoje, o índice até varia, pelos estudos que li: é o 173º ou o 176º país com menor Índice de Desenvolvimento Humano do mundo. Senador, esse é um desafio gigantesco para o país. É um país muito pobre em recursos naturais. Existem algumas expectativas de prospecção de minerais e de petróleo, mas é um país pobre em recursos naturais e tem usado ao extremo o que possui, que é energia elétrica, energia hidráulica, o que provoca, inclusive, problemas com seus vizinhos Sudão e Egito, que são altamente dependentes das águas do Nilo. Parte do Nilo nasce na Etiópia. O Nilo Azul nasce na Etiópia, e sobre ele está sendo construída esta enorme represa hidrelétrica: a Grande Represa do Renascimento Etíope.

Na questão de direitos humanos, há críticas quanto à transparência do governo etíope nos seus processos eleitorais. Há uma oposição muito difusa e muito desarticulada na Etiópia contra a coalizão que hoje comanda o país. Há críticas tanto da União Europeia quanto dos americanos, mas são críticas ainda bastante comedidas, mais no sentido de solicitar que o governo seja mais transparente nas suas ações.

Acho que, com isso, concluo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra, a Embaixadora.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Vou tentar responder às perguntas pela ordem em que foram apresentadas, Senador.

Com relação à migração, nós todos temos podido seguir, pelo noticiário internacional, que a Sérvia tem sido um local de passagem basicamente para os imigrantes. Contrariamente a um dos seus vizinhos que tem sido criticado por sua postura um pouco beligerante em relação aos imigrantes, a Sérvia tem atuado de maneira equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Fale mais perto do microfone, por favor.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Está bem.

Contrariamente a um dos seus vizinhos que tem sido criticado enormemente pela União Europeia, a Sérvia tem se comportado de modo muito equilibrado em relação ao tratamento da questão.

Acredito que a Sérvia, por sua condição – vou seguir aqui os números ordinais – de ser o 86º país quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, não tem condições efetivas de absorver essa demanda. Provavelmente, consiga absorver uma pequena parcela, não mais do que isso, já que 20% da população jovem da Sérvia estão desempregados. Então, isso colocaria um ônus, um peso adicional sobre o país.

Com relação às perguntas seguintes, que tratam do país como base para lavagem de dinheiro e como base para terrorismo, quero dizer que a Sérvia, desde janeiro de 2014, como mencionei anteriormente, está se preparando para ingressar na União Europeia. Para isso, é necessário obedecer a uma série de critérios muito rígidos, em termos de respeito a princípios democráticos, combate à corrupção, etc., ou questões paralelas, conexas, como lavagem de dinheiro. Isso, até onde pude me informar sobre a Sérvia, lendo relatórios, tanto internacionais quanto internos do Itamaraty, não consiste um problema. Não se comenta, não surge, como se diz em inglês, um nicho. Não é.

Agora, quanto à base de terrorismo, bom, no Kosovo, houve – terrorismo não é bem o termo –, no passado, um levante, e havia movimentos clandestinos para promover a independência do Kosovo, mas era muito ligado a esse objetivo específico de não ao Isis ou Deash, ou coisas assim.

Quanto à pobreza, a Sérvia tem, de modo geral, uma situação razoável, o que não é o caso do Kosovo. O Kosovo é uma região extremamente pobre, com 45% da população abaixo da linha de pobreza e 15% extremamente pobre. Então, é uma província da Sérvia cujos índices de desenvolvimento se aproximam de muitos dos países africanos.

Mas a situação do Kosovo é tão especial que, apesar de todas as questões de déficits de desenvolvimento social, nós, que temos desenvolvidas certas tecnologias sociais, não podemos, realmente, atuar, porque o país, hoje, vive um estatuto especial com uma missão das Nações Unidas responsável pelo Kosovo, uma missão da União Europeia responsável pela parte administrativa da província e pela parte judiciária. Esse é o contexto econômico do país. O país vive praticamente de remessas externas e de ajuda internacional. Tudo isso apesar de todos os maciços investimentos europeus no país.

Acho que, em relação aos recursos naturais, já respondi um pouco à sua pergunta. O Kosovo praticamente não tem nada, e a Sérvia, tampouco. Em termos de energia, a maior parte da energia provém da Rússia, que fornece gás e petróleo, óleos de um modo geral.

Problemas de direitos humanos. A Sérvia, justamente com o objetivo de ingressar no seio da União Europeia, tem efetuado todos os esforços possíveis para se adequar aos padrões estabelecidos pela União Europeia.

Então, acredito que, nesse momento, não há registros – e, se houver, será em prejuízo do seu interesse profundo de pertencer à União Europeia – de desrespeito aos direitos humanos. Aliás, a Sérvia tem envidado todos os esforços possíveis para resolver as questões políticas de forma negociada e com respeito aos direitos humanos.

Sobre o problema de drogas, desta vez eu me dei conta de um relatório – eu não sabia que era parte das suas preocupações – das Nações Unidas sobre drogas. Devo lê-lo para poder dar-lhe uma resposta sobre isso. Também não tenho registro sobre essa questão.

Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, permite-me uma pergunta rápida, para aproveitar que a Embaixadora está com o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A Iugoslávia tinha um bom sistema universitário, especialmente a universidade de Dubrovnik, Montenegro. O que foi feito do sistema universitário iugoslavo depois da grande tragédia?

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Eu não tenho maiores informações ainda sobre isso, mas, naturalmente, essa é uma pergunta da maior importância e, tanto quanto eu saiba, não há informações dizendo que elas deixaram de existir.

O que eu acho importante no contexto da sua pergunta é que o Brasil tinha um acordo de cooperação acadêmica com a antiga Iugoslávia. Agora, a sucessora dos direitos e acordos da antiga Iugoslávia é a Sérvia, e o acordo expirou e não foi renovado. Eu acho que seria o caso de se pensar na renovação desse acordo, no contexto de aproximação entre povos e no contexto também de interesses de ordem econômica e científica. Por exemplo, os sérvios têm grande capacidade em termos de lançamento de foguetes a curta distância e construção de veículos blindados, e, da parte brasileira, haveria interesse em desenvolver algum projeto nesse sentido. Então, eu acho que a renovação desse acordo poderia ser uma boa ocasião para retomarmos contato com a realidade universitária do país, que, tanto quanto eu saiba, continua viva e ativa. Mas não poderia dar maiores detalhes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A senhora poderá completar depois que estiver lá, até porque o Senador Cristovam, a senhora sabe, foi reitor da Universidade de Brasília e é muito interessado em universidades. Sugiro-lhe que, mais tarde, complete a informação.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Sr. Presidente, agradeço muito sua intervenção e os termos em que ela foi feita, e, sim, terei o maior prazer. Eu acho que o campo da educação é fundamental no relacionamento entre os povos e na criação de relacionamento interpessoal.

De modo que, sim, será minha grande preocupação dar uma especial atenção a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Embaixadora.

O Senador Tasso Jereissati já está inscrito, e inscreveu-se, logo que chegou aqui, a Senadora Ana Amélia. Então, vou seguir a ordem, e depois V. Exª fala, bem como o Senador Hélio José.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito brevemente, o Embaixador Octávio falou, se ouvi adequadamente, sobre o projeto de uma usina hidrelétrica no Rio Azul?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES (*Fora do microfone*.) – Nilo Azul, um dos afluentes do Rio Nilo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nilo Azul. Porém, azul é o nome.

O senhor já conhece?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES (*Fora do microfone*.) – Não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É que todos os azuis... O Danúbio Azul... (*Risos.*)

Eu tive uma decepção quando vi que esse Danúbio Azul não era azul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É barrento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É barrento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu também tive essa decepção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E há uma cidadezinha encravada numa região do Rio Grande do Sul chamada Barra do Rio Azul. Vejam que nome bonito: Barra do Rio Azul. E, para minha surpresa, quando cheguei lá, não havia nada de Rio Azul. Então, não sei o porquê dessa palavra. Talvez pela água...

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES (*Fora do microfone*.) – É basicamente por oposição ao outro afluente do Nilo, que é o Nilo Branco, que percorre o Sudão e nasce no Lago Vitória.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ah, sim. Apenas para identificar as posições disso. E depois o senhor manda uma foto do rio, Embaixador, para entendermos por que dão o nome de Rio Azul, quando, na realidade, o rio não é dessa cor.

Mas já foi mencionado aqui – e minha Assessoria me informou sobre o tema – o terrorismo na região conflagrada, na Etiópia, e o Presidente americano, Barack Obama, esteve lá recentemente e fez até uma exortação sobre a questão do combate aos terroristas do grupo Al-Shabaab, que é um braço da Al-Qaeda. E houve também informação da área de inteligência do Brasil, que identificou aqui o recrutamento de alguns jovens brasileiros nesse processo – houve até um caso no Rio Grande do Sul –, porque são figuras que não estão, digamos, envolvidas politicamente e teriam mais facilidade de acesso para chegar a lugares para eventualmente cometer um ato terrorista, largando uma bomba ou uma mochila com explosivos. Então, dentro desse espectro, eu só queria saber quais são as atitudes brasileiras em relação e essa situação, e queria ouvir a respeito do risco de termos outros jovens envolvidos nisso, como esse que já foi identificado.

E pergunto à Embaixadora Isabel Cristina sobre a Sérvia. Parece que o país tem um dilema interno: ao mesmo tempo em que quer entrar na União Europeia, há um sentimento da Sérvia no sentido de estar mais vinculada à Rússia, aliada histórica, do que propriamente à União Europeia. Então, em que medida essa divisão – e estamos vivendo um problema grave no caso da Ucrânia – pode perturbar o ambiente interno no país?

Eu gosto sempre de dar uma justificativa. Certa vez, eu fui a Erechim, uma cidade no Rio Grande do Sul, no alto Uruguai, terra de empreendedores. Fui lá falar sobre comércio exterior. E o organizador do evento, um jovem, professor da universidade, tinha uma pequena empresa de confecções femininas. Na viagem do aeroporto de Passo Fundo até Erechim, eu fui conversando para me inteirar da realidade do comércio exterior da região, onde há fábricas de ônibus... Erechim é uma cidade muito próspera, empreendedora – o Senador Lasier conhece bem. E, na viagem, para minha surpresa, ele disse: "Nós estamos exportando para Montenegro". Quando ele falou Montenegro, eu pensei: "Para Montenegro, não é exportar". Há um Município cujo nome é Montenegro. Mas ele disse exportando. Eu perguntei: "Como é que vocês fazem? Vocês têm agente para vender os produtos?" Ele disse: "Não; fazemos tudo pela internet. Colocamos o catálogo dos nossos produtos na internet, e Montenegro compra". E eu disse: "Como vão os produtos?" Ele respondeu: "Pelo catálogo, eles veem as fotos todas, colocamos os modelos no texto da língua lá e vendemos". E eu disse: "E o pagamento?" Ele disse: "Nunca tivemos nenhum problema no pagamento". Veja que é uma coisa singela, mas dá uma ideia do dinamismo e da forma criativa de superar distâncias. Por exemplo, é uma forma de produzir uma coleção de roupa íntima feminina e Montenegro comprar de Erechim.

Eu queria lhe falar desse exemplo, para pedir à senhora que, sempre que puder, envolva os interesses de Estados como o nosso, o meu e do Senador Lasier, o Rio Grande do Sul, no sentido desse protagonismo. Há muitas coisas boas...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A empresa é a Comil. Vamos fazer o comercial aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A de ônibus.

A de roupa íntima tem outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aí eu ignoro. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Devia conhecer, Senador. Faz muito bem.

Eu queria apenas dizer isso.

Vi os números do comércio. Houve uma oscilação muito grande: numa hora, estávamos vendendo – claro que são valores, comparativamente aos da Europa, pequenos –, mas houve uma queda muito brusca. Então, também nesse aspecto, temos de ver a razão dessa oscilação: se é por problemas internos, por dificuldades ou por uma falta de ativismo de nossa parte.

Muito obrigada.

Desejo sucesso aos dois nessas missões tão desafiadoras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quer fazer alguma colocação?

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito a presença da Senadora nesta reunião, porque, senão, eu só poderia dizer Senadores, não há uma outra Senadora. Eu, particularmente, acho que isso é um grande significado para nós profissionais mulheres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O mesmo vale para as embaixadoras, Embaixadora Isabel Cristina.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Muito obrigada.

Com relação à primeira questão que a senhora colocou do relacionamento Sérvia-União Europeia e Sérvia-Rússia, sim, é verdade. Isto é registrado: esse movimento pendular da Sérvia em relação a esses dois polos de atração.

Suas análises levam a pensar que isso, talvez, possa causar algum prejuízo à situação política, à estabilidade etc. O que eu vejo é que os sérvios estão, neste momento... A maior dos sérvios, na minha avaliação, é a perda do Kosovo. Essa é uma dor profunda. E eu diria "perda" entre aspas, porque isso ainda não reconhecido por todos os países internacionalmente, e não acredito que o será, mas essa é outra questão. Enfim, isso os levou para a órbita da União Europeia, porque é a União Europeia que tem os recursos econômicos para apoiar o desenvolvimento da Sérvia.

A Sérvia, hoje, tem uma indústria obsoleta, não tem infraestrutura. E, enquanto isso, a Rússia é o segundo maior parceiro da Sérvia, o comércio do ano passado registrou um movimento de US$1,8 bilhão. A Rússia importou US$400 milhões da Sérvia e o restante foi de exportações de gás e petróleo para a Sérvia. Então, ela não pode, desse lado muito concreto, prescindir de um relacionamento privilegiado com a Rússia.

Voltando ao Kosovo, o que acontece? Quem é o *firewall* da Sérvia no Conselho de Segurança das Nações Unidas? A Rússia. E, num segundo momento, a China. Quer dizer, esse apoio deles é fundamental para que a Sérvia possa manter essa pretensão, associado a uma questão cultural, associado a uma questão linguística e associado a uma identidade eslava.

Então, não vejo, momentaneamente, um quadro de alteração nesse movimento pendular. Eu acho que isso vai continuar a caracterizar a Sérvia ainda pelos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Quando a senhora percorrer as ruas de Montenegro, vai avistar ônibus brasileiros, fabricados no município gaúcho de Erechim, o que para nós é um grande orgulho.

Senador Tasso Jereissati.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT (*Fora do microfone*.) – E o será para mim também.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Senador Lasier, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, eu tenho a impressão, Senadora Ana Amélia, que é a primeira embaixadora que sabatinamos este ano aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ao que me consta é a primeira.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Então, eu queria parabenizá-la.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Reforço, com grande honra, com grande peso e força, o que o senhor está dizendo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – As perguntas feitas pelo Senador Cristovam e pela Senadora Ana Amélia já foram bastante abrangentes, mas há algumas questões a mais que eu queria colocar, tanto para o Embaixador Octávio quanto para a Embaixadora Isabel Cristina.

A Etiópia, como foi dito aqui, é um dos países mais pobres do mundo e deve ser, em termos de população e renda *per capita*, o mais pobre do mundo. O maior país pobre do mundo, com esse nível de pobreza, sem dúvida nenhuma. A minha questão é se esse conjunto de população e de pobreza também não é um vasto potencial de fornecimento para o terrorismo, não só aquele ligado às facções do Al-Qaeda, mas também do Estado Islâmico...

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES (*Fora do microfone*.) – A Etiópia é basicamente cristã.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – A Etiópia é, basicamente, cristã ortodoxa.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Não há registros significativos de recrutamento, inclusive porque o governo desempenha um papel muito importante na repressão do terrorismo no seu entorno regional e dentro do país. De todo modo, não é reconhecido, não é significativo como fonte de recrutamento terrorista.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E, quanto à pobreza, que papel o Brasil pode desempenhar no sentido de ajudar o desenvolvimento ou cooperar para que a Etiópia saia desse nível tão baixo de desenvolvimento humano que V. Sª acabou de relatar?

Quanto à Embaixadora Isabel Cristina, a minha pergunta é: basicamente, o foco de tensão que resta na região é apenas a questão entre a Sérvia e o Kosovo, essa não aceitação da "independência" do Kosovo ou ainda existem outros focos de tensão na região?

Por que especificamente houve uma certa aceitação internacional, uma certa facilidade da independência de todos os outros países, mas não do Kosovo? É uma quase unanimidade, me parece, mas a maioria dos países do mundo não aceitaram ainda o Kosovo como um país independente? Que identidades tão fortes existem, econômicas ou culturais, entre a Sérvia e o Kosovo para que haja essa resistência e, como a senhora mesmo disse, faça com que seja a grande ferida, a grande dor que ainda tem na Sérvia. E eu queria uma palavra a mais sobre o Montenegro, a renda *per capita* e o potencial de... Fora os ônibus de Erexim, no Rio Grande do Sul, e as roupas íntimas que o Senador Lasier parece que conhece melhor do que revela.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não. Já afirmei que desconheço. Não vou a tanto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Então, é isto que quero: uma palavra a mais sobre o Montenegro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor começa.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a sua pergunta, porque o senhor me permite ter oportunidade de falar sobre a cooperação do Brasil com a Etiópia, porque não tive tempo na minha exposição inicial.

O Brasil, sim, debaixo de um acordo de cooperação guarda-chuva, desenvolve uma série de projetos na tentativa de ajudar, de cooperar com Etiópia para reduzir os seus índices, de melhorar os seus índices de desenvolvimento humano, com programas sociais.

Um programa muito importante é o PAA Africa (Purchase from Africans for Africa) que procura fazer com que a produção local de alimentos, que é um problema sério no país, seja vendida para os próprios habitantes do país, fazendo com que se reduzam as dificuldades enfrentadas por essas condições climáticas muito variantes.

Além disso, temos uma lei de 2012, que permite ao Governo brasileiro exportar, fazer doações de estoques de comida governamentais. Nós já fizemos três operações relativamente significativas de doação de arroz e feijão para a Etiópia. Isso tem sido uma preocupação constante nossa. Mas a preocupação verdadeira, o cerne, é o acompanhamento dessa implantação de políticas sociais, de auxílio social, para minimizar os problemas que a Etiópia enfrenta. Nós temos sido muito ativos nessa área e pretendemos dar continuidade a esses programas de cooperação.

Eu acho que é isso.

No que se refere ao terrorismo, acho que eu já havia respondido que a Etiópia não é reconhecida como uma fonte significativa de recrutamento. Pelo contrário. É um país muito importante, considerado uma ilha de estabilidade na região e um participante ativo no combate ao terrorismo, seja pirataria nos mares ali da...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A visita do Presidente americano deve ter sido sintomática.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – A visita do Presidente americano é muito significativa e, acho, dá um peso muito importante, um peso muito verdadeiro para a importância da união africana, que, aqui no Brasil, ainda não teve reconhecido o seu verdadeiro papel de atualmente, que é muito diferente da organização anterior. Eu acho que a visita do Presidente americano imprime esse selo de importância a isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço a pergunta do Senador Tasso porque o senhor mencionou que o arroz é do Rio Grande do Sul.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – É do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Srª Isabel Cristina, quer fazer alguma consideração?

Presidente, reassumo. Obrigado.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Senador Tasso, se o senhor me permite, eu ainda gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia em relação ao movimento pendular da Sérvia, em relação à Rússia e à União Europeia. Só quero complementar que um caso bem interessante no sentido de mostrar esse movimento pendular é em relação à Crimeia, em que a Sérvia tem se esquivado de fazer qualquer declaração a respeito. Essa é apenas uma nota que mostra muito bem essa situação, quase esse dilema que eles vivem.

Com relação à sua questão sobre foco de tensão, registro que os acordos de Bruxelas, entre outros itens e não só o relacionamento entre a Sérvia e o Kosovo, especificamente, estabelecendo um regime de entendimento entre as quatro províncias do norte, majoritariamente sérvias, e o restante da província, preconiza também que a Sérvia desenvolva um bom relacionamento com a sua vizinhança, ou seja, uma boa parte dela, as ex-integrantes da então Iugoslávia.

De todo modo, como disse anteriormente, com as eleições ocorridas em março de 2014, com a vitória do partido progressista, o presidente é de um partido que busca reafirmar a identidade sérvia nacionalista. De modo que isso cria problemas. Com a Croácia, por exemplo, isso cria tensões, porque, entre outras coisas, o presidente Tomislav Nikolic, quando foi próximo de Milosevic, organizou grupos militares para lutar na Croácia. Isso é um fato. Eles nunca se encontraram desde que ele foi eleito, quer dizer, ele continua, desde que o novo governo foi eleito no ano passado.

Com relação à Bósnia e Herzegovina, também há um problema, por conta do não reconhecimento por parte da Sérvia da existência de um genocídio. Então, isso cria uma fricção entre as duas partes. Positivamente, há uma distinção entre a Sérvia e a Albânia, neste momento.

De modo que, basicamente, o quadro é esse. No entanto, como eu disse, o acordo de Bruxelas, que é a condição *sine qua non* para que a Sérvia aceda à União Europeia, impõe, entre outras condições, um bom relacionamento com os demais países em torno. De modo que me parece que o país está conseguindo ultrapassar isso. Eu estava até conversando com o seu homólogo ainda há pouco, que me disse que viajou pela região e observou haver um sentimento muito negativo contra os sérvios em geral, mais por parte dos países que foram essas províncias.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi o Senador Anastasia, que, daqui a pouco, lhe vai fazer perguntas também. O Senador Anastasia esteve, há bem pouco tempo, em toda região da Sérvia, Montenegro.

Conclua.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Muito obrigada, Senador.

Eu não quis ser indiscreta, dizendo o nome. Foi unicamente por isso, mas agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas como eu sei que ele vai lhe perguntar, já fui antecipando.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Sobre Montenegro, que o senhor me perguntou: há uma desproporção entre o Brasil e Montenegro, uma desproporção geográfica, populacional, econômica. É um país com 600 mil habitantes, 14 mil quilômetros quadrados, e a economia do país é esta, são US$4,4 bilhões de PIB por ano. No entanto, vão-se descobrindo campos possíveis onde o Brasil pode atuar com vantagem. Montenegro comprou quatro aviões da Embraer para sua companhia aérea. Para mim, foi uma grande surpresa.

Eu não pude determinar, pelas informações que eu tive, mas me parece promissor e me parece significativo no sentido de que as relações entre a Sérvia e Montenegro são muito próximas. E isso poderia gerar, assim, uma tendência para a Embraer, no sentido de vender equipamentos aéreos para a Sérvia e para outros países da região. Montenegro não tem embaixada aqui. A embaixada de Montenegro encontra-se na Argentina, porque há uma grande migração montenegrina para a Argentina. Então, a embaixada deles está situada aqui, o Embaixador apresentou suas cartas credenciais, cópias figuradas, aliás, o ano passado.

Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Complementando aqui, o que prende a Sérvia ao Kosovo, ainda, essa relação que é reconhecida internacionalmente como legítima, é uma questão cultural ou uma questão econômica, geográfica, política?

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Bem, em primeiro lugar, voltando, o Kosovo nunca fez parte, por mais de 200 anos, da atual Sérvia, não é?

Ela, por 200 anos, foi parte do reino de Nemanjic, reino que existiu e que foi derrotado e absorvido pelo Império Otomano. Então, ambos estavam dentro do Império Otomano. Acredito que existe um sentimento, no norte do Kosovo, além de tudo, além de haver essa comunidade relativamente importante de sérvios, existe

uma parte importante do patrimônio histórico e arquitetônico ortodoxo que está ali naquela região. Eu acredito que isso seria uma das razões pelas quais a Sérvia não pode conceber a perda do Kosovo, além das quatro comunidades.

Mas, além disso, há um sentimento de injustiça, verdadeiramente, porque o caso do Kosovo é sempre apresentado como um caso único, *sui generis*, por todos que participaram. Dar uma resposta ao senhor acerca do que mencionou ontem, me perguntou anteriormente por que esse...

Nós temos um colega diplomata, que é Ministro-Conselheiro na nossa Embaixada na Sérvia, que escreveu um livro excelente: "Kosovo: país ou província?", onde ele procura responder a todas as questões jurídicas envolvendo o relacionamento Sérvia-Kosovo. E chega um momento – e ele dá explicações excelentes – que não se compreende. Ele diz: "Não se identifica claramente por que os Estados Unidos e a União Europeia saíram em defesa, em apoio, à declaração unilateral de independência do Kosovo". Todas as explicações estão em torno, mas o porquê não fica claro. Não se consegue perceber exatamente por quê.

E agora, sim, há um sentimento – fica claro, segundo o que escreve esse colega – de que houve uma violação da Carta das Nações Unidas. O ataque da Otan foi sem autorização, e a Comissão de Viena, inclusive, em dois de seus artigos, 51 e 52, preconiza que um acordo não pode ser obtido à força, no caso, a desistência da Sérvia – qualquer acordo. Esta foi uma justificativa utilizada pela NATO: "Nós vamos fazer isso, com o fim de obter um acordo entre as duas partes".

Mas a Comissão de Viena diz justamente nos seus arts. 51 e 52: "Não se pode obter um acordo nessas bases. Qualquer acordo obtido nessas bases é um acordo nulo". E, no entanto, a comunidade internacional continua... quer dizer, continua não, mas naquele momento houve um número significativo de reconhecimento.

Nesse livro que recomendo fortemente também fica bem claro que nem todas as condições de reconhecimento internacional para o Kosovo estão preenchidas. Tentou-se criar uma explicação *post factum* para a questão do Kosovo. Acredito que esse seja basicamente o motivo, além de uma questão mais básica da natureza humana, de possuir a sua propriedade, de perder uma região que historicamente pertenceu a eles e perdê-la nessas circunstâncias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma curiosidade: a senhora já esteve na região?

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas está conhecendo bem.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Cumprimentar o Sr. Octávio Côrtes, a Srª Isabel Cristina pela tarefa que vão assumir.

Realmente, o Ministério das Relações Exteriores tem um quadro profundamente preparado, qualificado para assumir esses postos. Vemos isso aqui pelo currículo, pela carreira, por todo o trabalho feito e também pelas exposições aqui feitas, pelo conhecimento técnico e por todo o comprometimento com o País e com a nossa necessidade de cada vez estar expandindo mais.

Eu acho que o Octávio, que ganhar de presente essa ida para a Etiópia, tem um grande desafio, porque a Etiópia, com essa população de quase cem milhões de habitantes muito pobres, numa situação até bem mais desfavorável do que a situação do nosso País, realmente está carente de algumas políticas que aqui já estão mais avançadas com relação às questões sociais.

O Cristovam, por exemplo, é um entusiasta do Bolsa Escola, que depois virou Bolsa Família no Brasil. Eu acho que essa é uma experiência que de repente pode ser melhor discutida lá com a Etiópia. A Etiópia é um país importante no sentido de abrir para o Brasil o mercado africano, as exportações. Esse é um país onde há sol o tempo inteiro como no nosso País. Eu, durante todo tempo, falo em energia alternativa, em energia solar. Eu acho que tal qual o Brasil, que está incipiente nessa questão, a Etiópia também deve estar na mesma situação. Eu acho que devemos discutir uma forma de ambos os países também avançarem, porque, sem energia, ninguém consegue ter uma indústria ou desenvolvimento para o povo.

Então, acho que valeria a pena pensarmos em alternativas com relação a esse setor. A nossa Embaixadora Isabel Cristina, que está saindo da Etiópia e indo para a Sérvia, acho que é uma pessoa bastante aberta para dar uma contribuição no sentido de continuar as vitórias que o Brasil possa estar tendo na Etiópia.

Eu queria até ouvir de você sobre esse período – foram quatro ou cinco anos que você ficou na Etiópia – quais foram os avanços principais, para que o nosso Octávio continue ampliando esses avanços no sentido desse intercâmbio maior com o Brasil. Acho que um país com 90 milhões de habitantes, tendo o Brasil com esse potencial turístico... porque, queira ou não, há lá uma classe média, alguém que queira viajar, passear. Acho

que a nossa indústria turística, que é tão pouco explorada no mundo, deve ser também melhor vendida para um país desse porte, lá na África.

A mesma coisa serve também para a Sérvia. Nós temos uma identidade muito grande com os sérvios, com todo o pessoal dos Bálcãs, porque todos adoram futebol, nós adoramos futebol, temos uma relação muito próxima de paixão futebolística. Os times da Sérvia, de Montenegro, da Croácia sempre foram bons times de futebol, bons times de basquete. Eles sempre tiveram uma relação muito boa com o Brasil. Acho inclusive, Isabel, que um dos seus desafios para melhorar essa balança comercial brasileira, nessa tarefa agora de estar nos representando em Belgrado, é a questão de vender melhor o turismo brasileiro.

Eu tenho inclusive discutido com os nossos Ministros do Turismo e da Indústria e Comércio essa questão. Eu até estou apresentando um projeto da criação de uma Agência Brasileira de Negócios, a Invest Brasil, exatamente no sentido de nos relacionarmos melhor, buscando investimentos e também propiciar que o mercado brasileiro seja mais vendido lá fora.

O nosso PIB brasileiro com essa dificuldade toda, precisamos trazer investimentos para cá.

Acerca da crise Kosovo, por exemplo, eu sinceramente sou favorável à posição de que Kosovo tem que ser independente – essa é minha posição pessoal –, acho que não tem sentido ficar oprimindo ou prendendo o povo que não quer ficar numa situação porque há algumas identidades. Há, mas se o pessoal lá acha prudente e quando vemos que países importantes como Canadá, Austrália, Japão, Turquia, Estados Unidos, 110 países do mundo já reconheceram essa independência de Kosovo, acho que o Brasil precisa melhor discutir essa questão, de ainda não reconhecer essa independência.

Não sei se isso é muito razoável, tudo bem, melhora a nossa relação com a Sérvia, mantém-se bem, mas acredito que, sobre direitos humanos, vemos a situação de impacto de toda a questão de Kosovo. Quando olhamos a situação das pessoas, dos kosovares e a opressão que recebem, vemos que é bastante razoável a posição dos 110 países que reconheceram a independência de Kosovo. Cada um respeitando as suas fronteiras e respeitando as suas identidades, eu acho que não teria nenhum tipo de problema.

Os Bálcãs sempre foram um ponto de crise, a primeira guerra mundial, as outras guerras sempre começam ali, mas agora, com a independência das várias nações, a situação acalmou. Acho que a última crise que falta superar é essa de Kosovo. Acabando essa, acho que tudo vai bem. Você vê como é que foi a independência de Montenegro da Sérvia. Foi tranquila, pacífica; primeiro estavam juntos; depois se separou, tudo na paz.

Houve aquele confronto grave lá com a Croácia e os outros países, o genocídio que você colocou. E é verdade, na Bósnia Herzegovina, onde há identidades bem diferentes do resto do povo dos Bálcãs, houve uma situação caótica, mas hoje a Europa está mais em paz, por causa dessa paz dos Bálcãs.

Então, quero saber de V. Exª, Embaixadora, como é que vai ser essa relação, para que o Brasil possa contribuir a fim de realmente garantir a paz nessa região tão importante da Europa e melhorar suas relações com todos. Sabe-se que há essa problemática realmente da Sérvia com os vizinhos, porque a Sérvia era a sede da antiga Iugoslávia; os vizinhos foram se separando e pacificando tudo. Então, há um sentimento de perda evidentemente. Mas acredito que foi uma perda no bom sentido, porque hoje temos paz nessa região, uma paz que não existia há pouco tempo. É uma região com potencial turístico grande, aonde brasileiros vão o tempo inteiro, por exemplo, em Medjugorje, que, se não me engano, fica na Bósnia. Então, é uma região complicada, mas que o Brasil frequenta muito.

Eu só queria desejar a você, Isabel, muito sucesso, que você consiga realmente vender o nosso País de uma forma melhor lá na Sérvia, que é um país que tem um bom poder econômico, cristão, em sua maioria, igual a nós, que somos cristãos, igual lá na Etiópia, são cristãos também como nós. Temos uma identidade muito próxima também para fazer isso. Então, que vocês tenham sucesso, consigam melhor vender o nosso País. E que possamos contribuir para a melhoria do povo etíope, para que tenham uma vida melhor, para que os kosovares não fiquem tão oprimidos, para que os sérvios tenham a tranquilidade de conviver com suas fronteiras e nós melhoremos o nosso intercâmbio comercial.

Quero agradecer. Muito obrigado.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Com relação ao seu comentário, no início de minha apresentação, mencionei que seriam importantes essas reflexões iniciais sobre como conduzir a gestão da Embaixada do Brasil na Sérvia, caso o meu nome venha a ser confirmado. Disse que seriam muito bem-vindas as sugestões que procedam da Comissão de Relações Exteriores e Defesa. Agradeço muito a sua sugestão, no sentido de promover o turismo.

Acho que o turismo, principalmente, é, hoje, uma das maiores indústrias em nível mundial. Eu só quero complementar, dizendo que sei, de acordo com as informações de que disponho, que os sérvios têm uma grande simpatia pelo Brasil, por razões políticas, mas também razões culturais. Então, acho que isso facilita muito esse caminho.

Eu queria dizer também que um aspecto que me chamou muito a atenção, em termos de possíveis investimentos, é o fato de que a Sérvia está com um projeto da ordem de €22 bilhões para a construção de infraestruturas em vários setores: ferrovias, estradas, hidrelétricas, vias fluviais que poderiam abrir um importante espaço para as empresas brasileiras.

Nesse sentido, acredito, em coordenação com o meu Ministério, em contactar atores, provavelmente serão atores sérvios e da União Europeia, para discutir e verificar como é que o Brasil, eventualmente, poderia participar desse processo de desenvolvimento de infraestrutura em geral da Sérvia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Registro, Excelência, Senador Lasier, que, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura que sou, e engenheiro, que quero ser parceiro na questão de fazermos um debate com os interessados sérvios e brasileiros, no sentido de propiciarmos esse intercâmbio da infraestrutura, que é essencial para ambos os países e ambos os povos. Estou à disposição para isso, a senhora que vai ser nossa Embaixadora lá, agora.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Excelência, fico extremamente feliz com a sua reação. Pode estar certo de que, junto com o meu Ministério e com V. Exª, envidarei os esforços que forem necessários, porque é muito dinheiro, €22 bilhões é uma senhora quantia, respeitável.

E, como eu disse em outra parte da minha apresentação, há a vontade da Sérvia de diversificar os parceiros, e o Brasil aparece como um dos parceiros, digamos assim, mais desejados entre os existentes hoje em dia no mundo.

De modo que é uma oportunidade e fico muito grata de poder contar com o seu apoio para levar esta ideia adiante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Embaixador Octávio Henrique.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Senador, obrigado pela oportunidade de falar sobre duas coisas. Sobre o turismo, acho que, essa linha aérea que liga Brasil à Etiópia é um ponto fundamental e facilitador significativo de incremento de turismo. Claro que vamos defender o turismo brasileiro, mas acho que, neste ponto, a Etiópia é até um concorrente porque é reconhecidamente um dos principais pontos de turismo da Europa, as visitas às cidades históricas etíopes, mas, obviamente, o Governo brasileiro sempre trabalhou, sempre apoiou o turismo brasileiro, porque sabe que é uma fonte de recurso muito importante. Sobre a existência dessa linha aérea, volto a dizer, infelizmente, ela é operada apenas por uma empresa etíope. Seria melhor se pudéssemos também ter linhas brasileiras atuando nessa região, o que não é possível.

No que se refere ao uso de energias alternativas, não tenho registro de cooperação na área solar, mas tenho, sim, do início de uma cooperação no setor sucroalcooleiro para a produção de etanol, o que significaria uma redução da dependência energética da Etiópia, e isso está caminhando. Além de ser um ato generoso brasileiro, vai contribuir também com a exportação de material de equipamento, que é o forte da nossa pauta para a Etiópia.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria só, Senador, registrar aqui, que também sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo.

O nosso Presidente da Frente Parlamentar Mista é o Deputado Herculano Passos, de São Paulo. E também estaremos totalmente à disposição para debater esse assunto, talvez um *workshop* ou alguma coisa que vocês quisessem, para a gente poder fazer.

Muito obrigado, Senador Lasier, muito obrigado Embaixatriz Isabel e muito obrigado Octávio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Embaixadora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Ah, Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Embaixatriz é a esposa do embaixador.

A senhora quer fazer um arremate?

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Se o meu colega e amigo Octávio me permite, quero fazer um comentário sobre a Etiópia. Lá, eu tive o prazer e a alegria de participar do voo inaugural da companhia, em 2012. E é uma companhia surpreendente, em termos de qualidade do *business plan* que eles têm. Eu gostaria somente de salientar esse fato, porque eu acho que é importante, do ponto de vista do quão representativo ele é, de uma visão econômica que norteia as ações do governo da Etiópia.

E, quando o *business plan* foi feito, levaram em conta que o Brasil é um dos BRICS, levaram em conta que também a costa ocidental e oriental da África jamais foram conectadas. Isso, de um lado. Do outro, a existência de dois BRICS na Ásia. Essa foi a ideia base da abertura da linha aérea, de modo que hoje o Brasil pode se conectar facilmente com a Índia e a China, principalmente, mas também com o Japão e vice-versa.

E, nesse sentido, acredito que foi realmente um movimento muito oportuno e que traz uma grande contribuição para o desenvolvimento do relacionamento entre os povos e para o desenvolvimento econômico e comercial entre as regiões e os respectivos países.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, Embaixadora Isabel Cristina, não tivesse a senhora demonstrado tanto conhecimento sobre a região da ex-lugoslávia, eu sugeriria que a senhora perguntasse ao Senador Antônio Augusto Anastasia, que recentemente, no recente recesso de julho, usou todo o período para visitar aquela região por inteiro.

Então tem a palavra o Senador Antônio Augusto Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Lasier Martins, com a gentileza e a simpatia de sempre.

Primeiro, quero me escusar de não ter acompanhado toda a inteireza da exposição de ambos os eminentes embaixadores, pelo fato de não termos o dom da ubiquidade, porque está havendo, neste mesmo momento, a CCJ. E como eu disse, eu sou Relator de um dos sabatinados para o CNJ, um desembargador mineiro que está sendo apresentado na sala contígua. Então peço escusas ao Presidente, às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, pela minha ausência involuntária.

Mas a minha primeira ponderação é uma homenagem ao nosso Presidente. Uma coincidência feliz que o Senador Lasier Martins está presidindo esta Comissão de Relações Exteriores, Senadora Ana Amélia, seu conterrâneo, exatamente na sabatina do futuro Embaixador da Etiópia e da atual Embaixadora da Etiópia, já que o seu nome, Lasier, homenagem que o senhor seu pai, trabalhista histórico, um homem vinculado às lutas sociais, na década de 1930, no Rio Grande do Sul, homenageou a figura do Imperador Haile Selassie, os negros da Etiópia, o chamado Leão de Judá, descendente da Rainha de Sabá e do Rei Salomão de Israel. O cartório não soube a grafia correta de Haile Selassie e grafou Lasier. Então, ele mesmo nos contou esse episódio. Mas veja que é uma coincidência...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso era um segredo para o grande público.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É, mas agora está público.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, é. De fato, meu pai queria que eu me chamasse Selassie, e o escrivão não sabia escrever, e ficou Lasier. Em resumo é isso.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então é uma coincidência histórica, com a presença dos dois embaixadores, aquele que foi uma das figuras políticas mais expoentes do século XX, inclusive na organização da Unidade Africana, como certamente aqui já foi mencionado.

Eu não tenho perguntas, Sr. Presidente, porque percebi que já foi exaurido. Mas não posso deixar de fazer aqui dois comentários.

Primeiro, ao Embaixador Octávio, quero cumprimentá-lo, as melhores referências que tenho, de pessoas próximas a mim, na chancelaria, do seu desempenho e da inteligência de V. Exª.

Certamente, será um grande embaixador em um país importantíssimo: a Etiópia. Eu dizia à Senadora Ana Amélia que a Etiópia – e falava isso com o Embaixador Tasso também – está em nosso imaginário, desde o tempo do Prestes João, da presença cristã no interior, um grande conterrâneo meu, mineiro e, por coincidência, o fotógrafo Sebastião Salgado, de renome internacional, fez uma obra magnífica com fotos do interior da Etiópia. É um país populoso, extenso e sofrido. Foram dois os países africanos que não foram colonizados no século XIX: a Libéria e a Abissínia. Os italianos até tentaram, não conseguiram e foram derrotados. Só conseguiram depois, com Mussolini, no século XX, e daí a importância, mais uma vez, de Haile Selassie.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Abissínia é a atual Etiópia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sim. A Abissínia é a atual Etiópia. Naquele tempo, um pouco maior que a atual, porque havia a Somália, Somalândia, o Djibouti era francês, mas a parte da costa pertencia ao Império da Abissínia.

Mas, Embaixador, evidentemente, os pontos em comum são grandes. Tenho certeza de que V. Exª vai intensificar essas relações, atualmente encetadas com brilho por nossa Embaixadora Isabel Cristina, com o objetivo de garantir uma cooperação técnica, que é o primeiro objetivo em uma nação pobre, inclusive em relação à União, como V. Exª mencionou, mas queria acrescer só a participação dos Estados federados. Como Governador de Minas, tive a oportunidade de estimular, por exemplo, que nossa Companhia de Águas fizesse em Luanda, Capital de Angola, um trabalho brilhante em relação à perda d'água. Então, são temas que, certamente, V. Exª vai desenvolver bem, e eu rogo muito sorte e muito êxito agora em suas funções em Adis Abeba, uma metrópole planejada, poucos sabem disso, capital da Etiópia.

Nossa eminente Embaixadora Isabel Cristina deixa a Etiópia, vai para a Sérvia e já demonstrou aqui, à saciedade, um conhecimento extremamente amplo sobre essa região conhecida como o "barril de pólvora da Europa", pelo menos no passado, felizmente agora superado. Como mencionou o Senador Lasier, nessa vilegiatura que fiz, recentemente, aos Bálcãs, em caráter privado, pude perceber que os nervos estão à flor da pele. Sarajevo, por exemplo, é uma cidade que um terço dela é cemitério. Lá, observa-se, um certo rancor, digamos assim – uma palavra até leve –, em relação aos sérvios, o que é natural com a cicatriz de uma guerra tão recente, Senador Delcídio, lamentavelmente.

Tenho certeza de que o Brasil, com sua tradição pacífica, com nossa cultura de identidade e unidade religiosa, nosso sincretismo que é tão positivo, na pessoa de V. Exª levará essa palavra de paz. É evidente que na Sérvia, Montenegro, Eslovênia, a própria Croácia, a dimensão econômica é pequena em relação ao Brasil. Lá mesmo, o papel potencial político me parece até mais relevante com uma participação firme de uma palavra brasileira pela paz. A corrente imigratória, que vem da Síria, está passando pelos Bálcãs – e esse é um problema que a senhora vai certamente, V. Exª vai colaborar muito.

Montenegro é uma nação que nos evoca sempre a opereta *Viúva Alegre*, porque foi inspirada nisso, com a figura do famoso Rei Nicolau, "o sogro da Europa", que casou suas filhas, as princesas, com as casas reais mais importantes da Europa. É uma nação interessantíssima, porque há um decálogo – eu estive lá em viagem, recentemente... O montenegrino tem fama de gostar de uma vida assim menos trabalhosa, vamos dizer. Há decálogos dos quais decorei um só e que diz o seguinte: "Descanse bem à tarde para dormir bem à noite." (*Risos.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É um dos símbolos do país. É um país turístico maravilhoso. Eu não fui à Sérvia, mas as outras nações demonstram bem essa beleza.

Mas acho que o papel brasileiro lá, eminente Embaixadora Isabel Cristina, é exatamente este: a palavra "pacífico". E, evidentemente, essas potencialidades que temos e como já mencionou V. Exª, inclusive em relação à infraestrutura e até, e aí puxando para meu Estado de Minas Gerais, lembrando a questão de que temos de proteger – e os Bálcãs são exemplos disso – a paz, mas também em matéria de armamentos, porque nós temos uma fábrica de blindados, O Guarani, que sua exportação é muito importante para a balança comercial brasileira pela tecnologia incorporada. Pertence à Iveco, à Fiat, e a presença italiana na região é muito forte.

Certamente, são oportunidades de negócios que V. Exª, na Sérvia e em Montenegro, tentará apresentar entre outras tantas oportunidades que nós teremos em uma região tão importante para a Europa e para o mundo. Desejo, igualmente a V. Exª. muitas felicidades na função de Embaixadora em Belgrado. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nossa! Foi uma dissertação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Presidente, eu só queria registrar nessa dissertação extraordinária de nosso querido Senador Anastasia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É que o Selassie também serviu de referência para o Bob Marley. A gente não pode esquecer. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E estava aqui quando tentaram dar um golpe nele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Foi. Juscelino emprestou.

Mas eu quero dizer, Senador, que sempre considero que essas sabatinas são momentos de aprendizado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, muito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sempre digo que é uma aula.

Mas eu sempre achava – estava enganado – que os meus professores aqui eram os embaixadores, mas aqui o meu colega Anastasia me deu uma aula maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Até porque o Senador é professor. É uma pessoa com quem dá gosto viajar. Estive viajando, há pouco tempo, numa missão do Senado, e se aprende muito com o Senador Anastasia. Aliás, também com V. Exª e o Senador Tasso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O Tasso disse, há pouco, que o Anastasia é uma enciclopédia ambulante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É verdade. Não é embaixador porque preferiu ser Senador.

A senhora queria fazer alguma consideração?

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer as palavras do Senador Anastasia em todos os sentidos. Em particular, devo admitir que comecei a ficar muito curiosa em relação a esse decálogo de Montenegro. O senhor poderia repetir?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Descanse à tarde para dormir bem à noite.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Descanse bem à tarde para dormir bem à noite. Esse é o mais leve deles. A senhora vai conhecer visitando Montenegro. É feito com efeitos turísticos, mas é muito simpático.

A SRª ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT – Enfim, eu gostaria de agradecer todas as palavras e informações que o senhor transmitiu.

Em particular, gostaria de comentar a questão da fábrica de blindados Guarani. Uma das minhas preocupações em relação à atividade diplomática é somar a parte cultural e, como o senhor aconselhou-me e faz parte da minha natureza, até como mineira, ser a mensageira da paz e da amizade entre os povos, considero isso indispensável e básico. Mas acho que, hoje em dia, mais do que nunca, as nossas atividades diplomáticas têm que ser sustentáveis o máximo possível. E como alcançar essa sustentabilidade? Essa sustentabilidade passa exatamente pela questão do desenvolvimento das relações comerciais e de investimento. De modo que eu gostaria de deixar esta mensagem: na Sérvia, Senador, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, todos os Estados brasileiros têm uma Embaixadora com disposição e com interesse em desenvolver essa agenda.

Era isso que queria dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Embaixador Octávio Henrique, ainda tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Queria agradecer as palavras do Senador Anastasia. Eu tive o privilégio de conhecer o Senador quando ele foi a primeira autoridade brasileira – eu estava servindo no Japão – que visitou o Japão depois do grande terremoto de 2011, ainda em condições de segurança bastante questionáveis por causa da radiatividade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, encerrada a fase de sabatina, eu queria consultar os Srs. Senadores e a Senadora se continuamos a reunião aberta para apuração da votação ou vamos para o que tem sido praxe do nosso Presidente desta Comissão, o Senador Aloysio Nunes, que teve um compromisso hoje pela manhã e me pediu que o substituísse, o que muito me honrou.

Então, com o auxílio do Sr. Secretário Alexandre, nós podemos partir para a apuração dos votos com relação à indicação da Embaixadora Isabel Cristina para a Sérvia e do Embaixador Octávio Henrique para a Etiópia.

Se não me engano, tivemos 13 votos na urna eletrônica. Já vamos saber do resultado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não funciona. Meu computador não funciona.

Presidente, pela ordem.

Gostaria que logo entrássemos na deliberativa, porque tenho uma relatoria importante, do Embaixador que vai servir à representação brasileira no Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está aí o resultado.

Isabel Heyvaert, 13; Octávio, também 13. Portanto, unanimidade na indicação. (*Palmas.*)

Eu queria indicar o Senador Tasso Jereissati para a assinatura do resultado.

V. Exª aceita, Senador, assinar o resultado, conforme a formalidade?

Agradeço também a presença aqui do Sr. René Heyvaert, que lá está ao fundo, de roupa clara, e que é o esposo da Embaixadora Isabel Cristina. É de origem belga.

Dito isso, os senhores estão dispensados, a senhora e o senhor. Agradecido.

Sucesso na Etiópia.

Nós temos aqui, no item 3, a Mensagem nº 64, não terminativa.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor

HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: pronto para deliberação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, renovo o desejo de sucesso ao Embaixador Octávio Côrtes e à Embaixadora Isabel Cristina.

É uma alegria muito grande a relatoria do Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna para a representação da Embaixada brasileira no Uruguai, um país que faz fronteira com o Rio Grande do Sul, com o qual nós, gaúchos, temos uma relação muito afetiva, afetuosa, econômica e histórica.

A Mensagem que chega da Presidência da República traz um currículo rico, feito pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a biografia do indicado para a representação.

Ele ingressou no Itamaraty, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1986 e, em 2003, no Curso de Altos Estudos, em que defendeu a tese "O Confronto entre Conservacionistas e Caçadores na Regulamentação Internacional da Caça da Baleia: Considerações para a Atuação do Brasil na Comissão Internacional da Baleia".

Destacam-se importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty, na Esplanada dos Ministérios. São vários cargos que ele desempenhou, todos com muita atenção.

Eu sublinharia a assessoria no Departamento de Integração Latino-Americano; a chefia da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço e da Divisão do Meio Ambiente; também, a diretoria do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos; e o cargo de Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial.

Ele teve muitas missões importantes, temporárias e permanentes no exterior, entre as quais, a Delegação Permanente em Genebra; a Embaixada em Quito; a Delegação junto à Associação Latino-Americana de Integração; a LIII Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Londres; a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres; a II Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Montreal; a Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul; o *road show* a respeito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em Santiago e Lima; o Fórum Ministerial Vietnã-América Latina; a Conferência Internacional de Alto Nível para Apoiar o Desenvolvimento do Mali, Bruxelas; as Missões de Promoção Comercial ao Azerbaijão, ao Cazaquistão e à Geórgia; o Fórum Econômico de Astana, Cazaquistão; a II Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria, Budapeste; reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc Brasil-União Europeia sobre temas econômicos, Bruxelas; a reunião do Grupo de Trabalho sobre o Comércio e Investimentos, Brasil-Alemanha, e várias outras missões.

Foi homenageado com o Mérito Tamandaré, a Ordem do Mérito Naval, também a Ordem de Rio Branco, Medalha do Pacificador; a Ordem Nacional da Legião de Honra, na França, grau de Comendador.

E, com relação ao Uruguai, um país, como disse, temos uma afetiva relação e afetuosa relação. O relatório encaminhado pela chancelaria retrata que as relações bilaterais são marcadas pelo excelente grau de entendimento político com grande concertação política nos âmbitos do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, e da União das Nações Sul-Americanas, Unasul.

Em 2012, foi criado o Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai, com o foro responsável para coordenar a implementação dos projetos bilaterais prioritários, sobretudo para facilitação do comércio, a integração produtiva de infraestrutura e circulação de pessoas.

Durante as reuniões plenárias, foram assinados acordos nas áreas de livre circulação de pessoas (Acordo de Residência Permanente); b) livre circulação de bens e serviços (regulamentação de procedimentos de facilitação do comércio bilateral); c) integração produtiva (Acordo Naval); d) integração previdenciária (Memorando de Entendimento para futura integração dos registros previdenciários); e e) facilitação da circulação de trabalhadores (plano de elaboração conjunta de Memorando de Entendimento com medidas de promoção à circulação de trabalhadores).

Outro mecanismo importante da relação bilateral é a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil e Uruguai. No campo multilateral, convém mencionar a candidatura uruguaia para o assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, a redução do contingente uruguaio na missão da ONU para o Haiti e as negociações internacionais sobre mudanças climáticas.

A integração energética é uma das áreas mais promissoras do relacionamento bilateral. No que toca à integração física, destaca-se o projeto de construção da segunda ponte internacional sobre o Rio Jaguarão, entre as cidades de Rio Branco e Jaguarão, que leva o nome do rio; a melhoria do tráfego internacional de transporte de carga e de passageiros. Não há registro de empréstimos ou financiamento oficial para o tomador soberano do Uruguai.

Quanto às relações comerciais bilaterais, em 2014, ano passado, foram atingidos recordes históricos em todos os indicadores em relação às exportações.

Nesse aspecto, cabe destacar que são grandes os investimentos brasileiros no Uruguai, particularmente no setor agroexportador. Capitais brasileiros representam 54% das exportações de arroz, 40% do abate bovino e 50% das exportações de carne.

Como falei antes, o Rio Grande do Sul e o Uruguai são – vou fazer uma brincadeira – "países amigos".

Por isso, queria, com muita honra e com muita alegria, dizer que esse é o voto, aprovando, com louvor, a indicação do Embaixador Hadil Fontes da Rocha Viana para representação do Brasil no Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais quem queira discutir a indicação do nome do Sr. Hadil Viana, para a Embaixada do Brasil, no Uruguai, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno.

Temos ainda a Mensagem nº 63, de 2015

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório.

Como não está o Relator, peço a gentileza do Senador Tasso Jereissati para apresentar o relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Srª Presidente da República faz do Sr. Rodrigo do Amaral Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República do Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

A Mensagem Presidencial que submete as referências do indicado é encaminhada pela Exposição de Motivos Nº 00383/2015, do Ministério das Relações Exteriores.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Indicado ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1982, tendo ingressado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), do mesmo Instituto em 1990, e no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2005, onde defendeu a tese *Moeda Única do Mercosul: Devaneio ou Objetivo Factível? Lições da Experiência Européia.*

Destacam-se os importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na Esplanada, como os de oficial de gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (1984-1985); de assistente da Divisão da América Meridional II (1985-87); de assistente da Divisão de Comércio Internacional e de Produtos Avançados (1990-91); de assistente da Divisão de América Meridional-I (1992); de assessor e oficial de gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (1993-1995); de assessor da Secretaria-Geral (1995); de diretor do Departamento de Administração-Geral da Fundação Alexandre de Gusmão (2003-05); de chefe da Divisão de Oriente Médio-I (2005-2008); de chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política II (2008-2010); de chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-11); de diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2011).

Das missões permanentes e temporárias e reuniões no exterior, cabe mencionar a Embaixada em Buenos Aires (1987-1990); o Consulado na Ciudad Guayana (1993); a Embaixada em Bridgetown (1994); a Embaixada em Santiago (1995-2000); e a Embaixada em Roma (2000-03).

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem de Rio Branco, grau de Grande Oficial (2010).

O Relatório encaminhado pela Chancelaria retrata que as Filipinas foram o 6º parceiro comercial do Brasil na Associação do Sudeste Asiático (ASEAN) e o 15º na Ásia e na Oceania. O comércio bilateral apresentou tra-

jetória de crescimento até a crise internacional de 2008. Seguindo a tendência geral, a estrutura do comércio é concentrada em produtos básicos, do lado das exportações brasileiras, e em produtos de maior valor agregado, no lado asiático.

As Filipinas têm interesse em importar gado bovino e bubalino vivo do Brasil para fins de aprimoramento genético. Contudo, o governo filipino vem restringindo a importação de animais provenientes do Brasil, uma vez que pretende obter, junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o reconhecimento das Filipinas como país livre de febre aftosa sem vacinação.

A principal empresa brasileira naquele país é a Vale, que abriu a subsidiária Vale Exploration Philippines, em 2008.

Quanto às perspectivas de investimento, as Filipinas ocupam a posição de quarto maior construtor naval mundial, em tonelagem, após China, Coreia do Sul e Japão. Pode haver interesse na instalação, no Brasil, de unidades produtivas. Em contrapartida, há interesse de empresas brasileiras, a exemplo da Marcopolo, produtora de ônibus, em ganhar maior acesso ao mercado filipino.

As Filipinas têm incentivado a entrada de investimentos relacionados à tecnologia da informação, mineração, turismo, imobiliário, agronegócio, farmacêutico, indústrias do conhecimento e indústrias criativas.

O governo filipino anunciou plano de substituir suas antigas aeronaves e pré-selecionou quatro, uma delas o Embraer A-29 Super Tucano.

No que atine às relações com as Ilhas Marshall, elas foram estabelecidas em 2010, não tendo sido ainda firmados tratados bilaterais.

Como setor potencial de investimentos, as Ilhas têm interesse no desenvolvimento do turismo.

Quanto ao comércio bilateral, praticamente inexistente em 2003, cresceu vertiginosamente, embora tendo alcançado patamares globais ainda modestos.

Na seara multilateral, interessam-lhes as negociações sobre a mudança do clima.

Quanto às relações com a Micronésia, também foram estabelecidas em 2010, não tendo logrado o comércio bilateral nenhum patamar digno de nota.

O governo micronésio demonstrou interesse na cooperação para o desenvolvimento da agricultura e a possibilidade de abertura de vaga no Instituto Rio Branco para a formação de diplomata micronésio.

As negociações multilaterais sobre mudança climática também lhe são de importância na agenda diplomática.

Finalmente, quanto a Palau, as relações bilaterais foram estabelecidas em 2005. A mesma dificuldade em se incrementar as trocas comerciais aferida nos casos anteriores é verificada no fluxo com Palau.

Não há acordos bilaterais, tampouco registro de concessões de crédito e financiamentos oficiais.

É o que cabe aduzir no âmbito deste relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Tasso.

Não havendo quem queira discutir a indicação do Sr. Rodrigo do Amaral Souza com relação ao relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Por fim a Mensagem nº 48, que indica o embaixador brasileiro para Benim.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Benim e, cumulativa, na República do Níger.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre a indicação presidencial.

Como não está presente o Senador Lindbergh, peço a gentileza de a Senadora Ana Amélia ler o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com muito prazer faço a relatoria *ad hoc*.

Vou simplificá-lo; foram muitas as informações relativas à atividade profissional do candidato à nossa Embaixada Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos.

Ele ingressou na carreira diplomática em 1981. No exterior, teve missões em Lisboa, Bogotá, Estocolmo, Viena, Bruxelas, Adis-Abeba, Washington e Luanda, onde está até o momento – Luanda, a capital de Angola.

Em 2011 apresentou a tese "A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira", como requisito para a conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

O Itamaraty encaminhou um breve histórico das relações bilaterais, de que eu sublinharia que, em 1960, o Brasil reconheceu a independência da República Daomé, que posteriormente se tornaria a República do Benim.

Há uma relação histórica em relação aos escravos brasileiros da época muito bem relacionada. Eu tenho certeza de que na sabatina ele vai mencionar essa relação histórica entre o continente africano e o Brasil.

O relacionamento bilateral entre o Benim e o Brasil integra o contexto amplo das parcerias de nosso País, que procura estabelecer com os países do Sul, em geral, e com os africanos, em particular. Existem possibilidades de aproximação em especial na área de cooperação técnica, amparada no "Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica" entre os dois países, como o projeto que visa o resgate do patrimônio cultural compartilhado do Brasil e do Benim, por meio de intercâmbio de conhecimentos da metodologia desenvolvida pelo Iphan.

Em 2011, a cooperação brasileira com o Benim se solidificou por meio da assinatura de três projetos: "Projeto Piloto na Área de Doença Falciforme", "Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benim nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo", e "Inclusão Social por meio da prática esportiva do futebol".

A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado "Cotton 4 + Togo" – quer dizer, na área de algodão –, que, além do Benim, beneficia também a Burkina Faso, o Mali, e o Togo. Sua meta é fortalecer a produção algodoeira nesses quatro países africanos por intermédio de investimentos em sementes e em capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa que as adquiriu das condições do solo de clima regional. Há ainda projetos de cooperação em outras áreas, como jurídica, educação, energia, defesa.

No que diz respeito ao comércio bilateral, entre 2005 e 2014 as trocas entre o Brasil e Benim cresceram 277%, de US$ 32 milhões para US$ 120,5 milhões, com saldo favorável ao nosso País.

O Brasil exportou para o Benim, em 2014, açúcar – 40,8% do total –, carnes de peru, arroz, carnes de frango e preparações de carne bovina. As importações originárias do Benim em 2014 foram, sobretudo, algodão e cilindros laminados, forjados, de aço.

Quanto ao Níger, as relações diplomáticas do Brasil com aquele país foram estabelecidas em 1986. Embora não haja acordo bilateral de cooperação, os dois países têm conduzido diálogo na área de alimentação escolar. O Níger é também um dos países beneficiados pela parceria entre o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos para apoiar os esforços da agência na concepção, expansão e melhoramento de programas nacionais de alimentação escolar em países em desenvolvimento. É de se ressaltar que o programa Fome Zero serviu de inspiração para programa do Governo do Níger, intitulado "Iniciativa 3 N – Nigerinos Nutrem Nigerinos", que visa a alimentar a população carente do país.

O comércio bilateral é inexpressivo – somou, em 2014, apenas US$1,1 milhão. O Brasil tem amplo superávit. Entre 2005 e 2014, entretanto, o comércio entre o Brasil e Níger cresceu 96%. As exportações brasileiras foram compostas, no ano passado, sobretudo por carnes (78%), açúcar (6,2%) e cacau (3,6%).

Existe uma possibilidade de diversificação das exportações brasileiras para esse país, sendo os seguintes os produtos com maior possibilidade de inserção no mercado local do Níger: automóveis e autopeças; partes de aviões e helicópteros; partes de máquinas de sondagem ou de perfuração do solo; leite em pó; medicamentos; açúcar; tratores; aparelhos decodificadores digitais; barras de ferro ou aço laminadas.

No que se refere a assuntos consulares, a comunidade brasileira no Níger se resume atualmente a trinta brasileiros, todos eles missionários ou seus familiares.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão têm elementos suficientemente embasados para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É o meu relatório, Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não havendo quem queira discutir o relatório da indicação do Embaixador Luís Ivaldo Gomes para essas duas repúblicas africanas – Benim e Níger –, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

E para concluir essa reunião...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Antes da conclusão, eu queria só fazer um lembrete. Ontem, eu tive a honra de receber a visita do Embaixador da Ucrânia no Brasil. Nós aqui nesta Comissão o recebemos em um momento grave do país. Há muitos ucranianos que vivem no Rio Grande do Sul; a colônia maior está no Paraná. São muito integrados ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na região de Erechim, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É. Então... Até porque, no ano de 2016, o ano que vem, será celebrado um século e um quarto de tempo, 125 anos, da integração entre a Ucrânia e o Brasil. Então isso é muito relevante.

E ele me entregou a cópia de uma mensagem que o Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia encaminhou à representação brasileira, que eu tomo a liberdade de ler, porque eu acho que é um agradecimento a posição brasileira em relação à representação diplomática junto aos organismos internacionais da Ucrânia, com a informação do regime de entrada em território temporariamente ocupado da Ucrânia, de responsabilização de infração pela legislação correspondente.

A Embaixada da Ucrânia renova oportunidade para reiterar para o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Departamento da Europa, protesto da sua mais elevada estima e consideração e o agradecimento. Na verdade, a nota que o Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia fez e apresentou foi no dia 4 de junho de 2015. O gabinete de ministros da Ucrânia emitiu o Decreto nº 367, aprovando o regime de entrada e saída no território temporariamente ocupado da Ucrânia, que estabelece, entre outras coisas, as normas de entrada em território temporariamente ocupado da Ucrânia e a saída dele para estrangeiros e apátridas com base na lei da Ucrânia sobre as garantias de direitos e liberdades de cidadãos e regime jurídico em território temporariamente ocupado da Ucrânia.

Em outras normas, o regime mencionado estabelece que a entrada em território temporariamente ocupado da Ucrânia e a saída para estrangeiros e apátridas realiza-se através de postos oficiais de controle de passagem, ao apresentar passaporte nacional e licença especial emitida por um órgão territorial do serviço estatal de migração, lista pontos de controle e especifica no Anexo I o sistema e esse regime. A violação da ordem de entrada, instalada pelo regime decidido por eles, implica ao infrator a responsabilidade estabelecida pela legislação.

O Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia solicita que seja comunicada a informação sobre o regime de entrada à República Autônoma da Crimeia e à Cidade de Sebastopol para a consideração das autoridades nacionais e da sociedade civil.

O Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia aproveita a oportunidade para reiterar as missões diplomáticas e representações dos organismos internacionais da Ucrânia, os protestos de sua elevada estima e consideração.

E faço isso em homenagem às famílias ucranianas que vivem em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E essa manifestação do Embaixador do Ucrânia constará da Ata desta reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para terminar, um requerimento do Senador Ricardo Ferraço. Trata-se do Item nº 04 da reunião de hoje.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 70, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para avaliação dos 25 anos do Mercosul. Os convidados serão informados oportunamente.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço, Lasier Martins e Ana Amélia

Como o Senador Ricardo Ferraço não está presente, subscrevo este requerimento na sua ausência.

Portanto, ele será oportunamente cumprido por esta Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão sobre este requerimento.

Aprovado o Requerimento do Senador Ricardo Ferraço, para avaliar os 50 anos do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Encerro também a reunião de hoje, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores: Jorge Viana, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente manifesta sua solidariedade ao povo chileno pela ocorrência de outro terremoto. O Presidente registra a presença em Plenário da Deputada Jô Morais. PAUTA - 1ª PARTE (AUDIÊNCIA PÚBLICA) para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. Convidados: o Sr. Sami Hassuani, Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial; e o Sr. Renato Galvão Flôres Junior, Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV. O Presidente concede a palavra ao Presidente da Avibras Sami Hassuani, para a sua exposição. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Professor Renato Flôres, para fazer sua exposição. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço. O Presidente concede a palavra aos convidados para exporem suas considerações finais. Audiência Pública realizada. 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Tunísia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador *ad hoc* Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 339, de 2015, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM), que "Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital de Lesoto, em 3 de abril de 2009. " O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DO SENADO FEDERAL (SF) Nº 1062, de 2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias que "Requer, nos termos do art. 13 e § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º da Resolução nº 01, de 2011-CN, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro de 2015, a fim de participar da reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça. Comunica ainda a ausência do país no referido período." O Presidente designa relator o Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO (SF) Nº 24, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências." Adiado. Às doze horas e dez minutos a presidência é assumida pelo Senhor Senador Ricardo Ferraço. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2015, de autoria da Presidência da República que "Altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo." O Presidente concede a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação da matéria, com as emendas nºs 1 e 2 - CRE. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quinze minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS
Presidente eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores. Saudando os presentes, vamos dar início à nossa reunião de hoje, um pouco prejudicada por eventos concorrentes, mas que não impedem a sua realização.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma contestação, está aprovada.

Na abertura dos trabalhos, eu quero registrar, em nome da Comissão, a nossa solidariedade ao povo chileno, que sofreu um terrível abalo sísmico na data de ontem; um terremoto de 8,3 pontos na Escala Richter, com 11 réplicas, causando a morte de, pelo menos, oito pessoas.

Esse abalo sísmico foi tão violento que teve repercussão, inclusive, na Região Sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, estendendo-se até parte de São Paulo. O Chile, país vizinho, como se sabe, é um país associado do Mercosul. Então, a solidariedade desta Comissão.

Quero aproveitar também para registrar a presença na nossa reunião da Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Seja muito bem-vinda, Deputada Jô.

A primeira parte desta reunião tem a finalidade de discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa do Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2015-CRE, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço, que está presente, e Aloysio Nunes Ferreira, que está em viagem.

Para participar desta reunião, convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Sami Hassuani, Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial e Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), e o Sr. Renato Galvão Flôres Júnior, Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Por favor. (*Pausa.*)

Eu quero dizer aos senhores e aos presentes que, embora a nosso quórum esteja prejudicado, esta reunião está tendo transmissão, ao vivo, pela TV Senado, de modo que os senhores estarão falando para milhares de telespectadores do Brasil inteiro, uma vez que a TV Senado vem alcançando grande audiência.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com a palavra para sua exposição, o Sr Sami Hassuani, Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial, e Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).

Vou lhe propor, Dr. Sami, o tempo de 15 minutos. Se houver necessidade de prorrogação, nós a concederemos, e, depois, teremos as perguntas, principalmente do proponente desta audiência pública, o Senador Ferraço.

O senhor tem a palavra.

Bom dia.

O SR. SAMI HASSUANI – Eu cumprimento o Senador Lasier Martins, a Deputada Jô, através dos quais estendo o cumprimento a todos os presentes – por uma questão apenas de tempo, então não vou nominar todos. Eu agradeço demais o convite em nome da Avibras, que é a empresa de que sou Presidente, em nome da Abimde, que é a nossa Associação que congrega 220 empresas do setor de defesa.

Eu acho que o momento é importante para que a gente entenda, no quadro econômico, o que a indústria de defesa pode contribuir ao País para que revertamos esse cenário econômico de dificuldade.

Pode passar, por favor.

A indústria de defesa e segurança no Brasil engloba aspectos estratégicos – de que não vou falar muito – de soberania, mas, especialmente, aspectos de impacto socioeconômicos. Muita gente me pergunta: "Será que a indústria de defesa agrega algo economicamente ao País?" Ninguém tem dúvida de que agrega soberania. É que, infelizmente, só sentimos falta da soberania quando a perdemos. Então, ela é difícil de se explicar, mas ela por si só já é suficiente para movimentar uma indústria de defesa. Porém, achamos importante que conseguíssemos medir se a indústria de defesa é ou não importante para o ciclo econômico do Brasil. Então, vamos nos concentrar hoje em não olhar aspectos estratégicos ou aspectos de soberania, mas aqueles aspectos econômicos. Economicamente, se investirmos em defesa, em alta tecnologia, isso ajuda ou atrapalha o País a sair da crise?

Há uma crise econômica. E estamos hoje com uma palavra chamada corte. Empresarialmente, não olhamos corte; falamos assim: "Eu tenho menos dinheiro. Eu tenho de escolher onde vou investir". Então, precisaríamos, em vez de pensar só em cortar – o corte é inerente e vai ter de ser feito –, pensar em uma reengenharia. Qual é a reengenharia? A partir de amanhã, eu não vou gastar mais nada, eu vou escolher onde eu vou gastar. Então, é uma questão de escolha. Na crise, tem de se escolher onde gastar e o que fazer com seu dinheiro, para que não se gaste tanto.

Pode passar.

O que nós fizemos? Nós encomendamos um trabalho. Até hoje, no Brasil, ninguém havia realizado um trabalho científico de qual é o impacto econômico e social no momento em que investimos em defesa. Então, fomos à Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que tem um renome, que faz trabalhos, o tempo todo, para o Governo.

Pode avançar.

A Fipe, em São Paulo, é ligada à Faculdade de Economia e Administração e foi fundada em 1973. Olhem que interessante: desde lá, ela foi criada para fazer um debate sobre os problemas econômicos e sociais do Brasil – o que está muito na moda hoje, acho que é uma prioridade hoje repensar isso –, pensar no crescimento econômico, fortalecer o sistema produtivo, aumentar a competitividade do País, melhorar a distribuição de renda e eliminar a pobreza, ou seja, tudo que nós estamos discutindo em 2015 no Brasil tem tudo a ver com o que a Fipe pensa. E aí se pensarem os contratos públicos e privados que sejam mais eficientes.

Eu não vou gastar muito tempo aqui, não, eu vou me ater aos 15 minutos, mas vou falar um pouco da metodologia da Fipe, porque, se a metodologia não for científica, o resultado é falso. A metodologia é aquela de insumo/produto, que permite que se considerem todas as atividades do setor de defesa e o seu impacto na economia. Esse trabalho foi coordenado pelo Professor Guilhoto, que já fez um monte de trabalhos para a área econômica do Governo, na parte de hotelaria, no setor sucroalcooleiro. Ele também foi avalizado pelo Professor Delfim Netto. O Professor Delfim Netto avalizou esse trabalho, deu as orientações maiores e fez alguns comentários que, depois, vou repassar ao longo desta palestra.

A pesquisa mostrou que a atividade de defesa e segurança tem um impacto de 3,7% no PIB nacional. E há algo mais importante que isso. Nós estamos aqui, no Senado, e o Congresso aprovou o Livro Branco de Defesa Nacional, que mostra o que o Brasil pretende investir em defesa em 40 ou 50 anos. Então, a Fipe também mediu o que acontece na sociedade se o Livro Branco de Defesa Nacional for executado, ou seja, se ele acontecer. E ela criou módulos. Internacionalmente, quando se fala em investimento... Fala-se em investimento de 40 bilhões, mas pode ser que não haja 40 bilhões. Então, eles criam módulos de 10 milhões de investimento, e se vê o impacto daqueles 10 milhões. Depois, por regra de três, faz-se a propagação do impacto. Eu vou explicar isso numericamente mais à frente.

Pode passar.

Bom, eu queria que você apertasse umas oito vezes, até a imagem se formar, porque eu não quero perder muito tempo.

Está bem aí.

Esse primeiro eslaide refere-se à metodologia da Fipe. Ela usa o fluxo circular de renda, em que, em cima, nós temos o mercado consumidor e, embaixo, o mercado de produção. Esse é só um modelo, porque a gente, de repente, vai ter um economista aqui na sala, e eu não vou explicar o modelo, mas a Fipe usa um modelo de insumo-produto, que é a base mundial para se medir o impacto econômico do investimento.

Quando você investe, você muda o consumo das famílias, você gera uma atividade econômica. Quando você paga salário, é a mesma coisa. A pessoa que recebe o salário contrata professor de tênis para o seu filho, aula de balé, ou seja, existe uma movimentação da economia.

Avance, por favor. Você pode apertar umas dez vezes o *enter*.

Não vou perder tempo.

Então, essa é a matriz de insumo-produto, que os economistas conhecem bem. Essa formação vai estar disponível no *site* do Senado, e está no nosso *site* também, mas a gente vê que você tem, por exemplo, em azul, o consumo, que pode ser consumo de família, uma produção corrente, pode ser uma exportação e, embaixo, a maneira de se medir o movimento na economia. Tudo que está em vermelho é insumo doméstico, é o trabalho, é o capital, é a mão de obra, é a terra, é a maneira com que a Fipe modela essa matriz de insumo-produto, que não é, vamos dizer assim, a tese que estamos defendendo aqui, mas é apenas para mostrar que o modelo é científico e internacional.

Avance mais umas... Pode ir avançando até aparecer uma matriz,

Obrigado.

Isso tudo, na hora em que interage no mercado, gera do ponto de vista matemático...

Avence mais um pouco. O. k.

Então, esse é o último eslaide da Fipe, em que essa movimentação econômica, depois, é formatada matematicamente numa matriz. Por isso que ela se chama matriz insumo-produto. E a minha ideia não é apresentar essa matriz, mas só legitimar os resultados que vêm no próximo eslaide.

Pode avançar.

Avence mais um pouco.

Eu acho que aqui nós temos um eslaide importante.

Não sei se nós temos um apontador *laser*. Haveria um apontador *laser*? Não há fácil. O. k.

Um ponto importante – e isso chamou a atenção do Professor Delfim Netto. Vou mostrar uma coisa que o Sr. Delfim Netto olhou, e ele ficou chocado nesse quadro. De 2009 a 2014, essas barras referem-se ao impacto, ao tamanho da atividade de defesa e segurança no Brasil... O que está em azul corresponde à segurança privada, que de R$22 bilhões no PIB – olhem 2009 lá, R$22 bilhões à esquerda –, no último quadro à direita, ela representou R$30 bilhões. Então, a segurança privada cresceu quase 50% no PIB em termos de atividade econômica, em cinco anos.

Depois, o restante refere-se à segurança pública estadual, que é o que está em laranja. Ela saiu de R$41 bilhões – não consigo ler ali –, mas acho que ela chega a R$46 bilhões/ano.

Perdão, essa é a estadual – a estadual laranja –, que gasta quase R$46 bilhões/ano. Depois, temos a segurança pública federal, que é a próxima cor, cinza; e defesa é só o amarelinho de cima.

Então, se a gente olhar a defesa nacional no PIB, veremos que ela vem estável em R$25 bilhões, desde 2009 até 2014, repito, com R$25 bilhões do PIB, enquanto a segurança privada ou a segurança pública consome 80% da atividade econômica.

Quando vimos isso, juntamente com o Professor Delfim Netto, no lançamento, ele disse: "Gente, nós estamos de ponta-cabeça, porque a atividade que gera riqueza é aquela que está em amarelo". Aquela laranja, que corresponde à segurança pública estadual, é a que dá segurança interna, e a gente continua gastando muito mais – mas muito mais! – em segurança interna do que em segurança nas fronteiras.

E, se a gente olhar também o que está em azul, vemos que é o mais crítico. A segurança privada, que cresceu 50%, hoje representa – se a gente olhar a última coluna – R$31 bilhões. Ela é muito maior do que a própria defesa nacional, ou seja, nós estamos usando, na segurança privada, um monte de gente jovem que não gera nada para o País e é guarda costa de empresários e autoridades.

Esses números chocaram a Fipe e chocaram o Professor Delfim, que disse: "Nossa, gente! A gente não pode estar gastando tudo isso com gente que podia estar produzindo!" E esse pessoal da segurança privada não está produzindo nada! O número da segurança privada é de R$31 bilhões em 2014.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está produzindo segurança para as pessoas, na falência de um modelo do Estado brasileiro que não produz.

O SR. SAMI HASSUANI – Perfeito!

Então, é algo para a gente refletir; é algo para a gente refletir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agora, esse conjunto, aí, é que produz aquele peso no PIB, de 3,7 ou 4,7?

O SR. SAMI HASSUANI – É isso; é a soma de todas essas rubricas.

Então, a defesa, em si, não está pesando 3,7; ela só é a parte amarelinha de cima do gráfico. No entanto, o que aquele amarelinho pode dar de resultado para a empresa? Foi isso que a Fipe mediu, porque, lá, a gente produz e a gente exporta.

Avança, por favor.

Então, a estimativa dos impactos econômicos que a Fipe estimou – eles viram emprego direto, emprego indireto, a movimentação direta da economia e a movimentação indireta –, no último parágrafo: "Por fim, foram estimados os impactos de cada módulo de 10 milhões investidos no Paed" – então, se a gente fizer o Paed, que é o Programa de Aparelhamento e Equipamento da Defesa, que está no Livro Branco (eu estou tentando focar no Livro Branco porque é uma peça do Congresso) – se o Paed for executado, não importa a sua dimensão – porque ali está escrito R$100 bilhões e pode não haver R$100 bilhões, mas pode haver R$10 bilhões –, então a Fipe estimou módulos de R$10 milhões e eles dariam o seguinte impacto na economia:

Avança um, por favor.

Olhem que interessante: um investimento de R$10 milhões em programas de alta tecnologia tem o efeito direto na economia, ele movimenta R$18,6 milhões na economia diretamente. E por que 10 movimentam 18? Porque é uma empresa que compra da outra, que compra da outra, e você tem a circulação, que é aquele modelo que eu falei – a matriz insumo-produto. O efeito de PIB incrementa em 9,7; ocupa 175 pessoas por ano; e tem um efeito indireto – e o que é o efeito indireto? É aquele salário grande que contrata o professor de tênis para os filhos; enfim, é o efeito indireto na economia – de mais R$33,4 milhões; induz no PIB mais R$18,6 milhões; e ocupa mais 352 pessoas por ano.

Então, esses são números interessantes. Ou seja, quando se investe em tecnologia ligada à defesa, para cada R$10 milhões, a gente cria empregos diretos, 174, e, na última linha (empregos indiretos), 352 empregos/ano.

Eu estou colocando o resumo, mas esse trabalho está disponível, é um trabalho científico, que pode ser auditado e a Fipe pode tirar dúvidas para a gente poder apurar um pouco mais.

Avança mais um.

Bom; se a gente olhar, então, a atividade de defesa e segurança, veremos que elas são muito intensivas em salários se comparadas a outras áreas da economia. E, como os salários pagos no complexo de defesa e segurança estão muito acima da média econômica, então, eles têm um efeito induzido muito grande. A gente pode ver que aquela segunda parte: o efeito induzido indireto é muito grande na economia. E os impactos de longo prazo desse sistema ajudam o Governo a se planejar.

Então, será que é interessante investir em defesa e tecnologia?

Avança mais um eslaide.

Eu estou chegando, já, ao meu último eslaide e vou tentar fazer um sumário aqui.

Hoje, nós temos uma crise econômica. O País precisa voltar a crescer – acho que ninguém tem dúvida –, precisa iniciar um novo ciclo de desenvolvimento e tem que estar alicerçado, hoje, em inovação e tecnologia de ponta. Não adianta a gente fazer um ciclo econômico, hoje, voltado ao sucroalcooleiro. Não que eu tenha alguma coisa contra, mas ele emprega muita gente? Emprega, mas, no longo prazo, ele não alavanca a economia. Quando a gente investe em segurança e defesa, você tem produto novo e você tem exportação. Então, os investimentos em inovação e em tecnologia de ponta geram produtos de alto valor agregado e com grande capacidade de competir no exterior.

E, aí, vem um amplificador, que é esse último parágrafo.

Nós temos uma estatística na associação que mostra que, para cada real que o Governo investe em desenvolvimento de defesa... E o que é investimento de defesa? Eu vou desenvolver um novo avião, eu vou desenvolver um novo míssil, eu vou desenvolver um novo radar.

Então, cada real que a gente investe em defesa, no Orçamento, volta dez vezes mais em exportação.

Nós temos a estatística e consultamos as empresas exportadoras, como a CBC, a Condor, a Avibras, a Embraer e outras. Se investimos R$1 milhão no Brasil, geramos R$10 milhões em exportação.

Então, o que a gente vê nesse trabalho da Fipe? A gente tem que ser muito mais seletivo na crise para saber onde gastar o dinheiro.

Temos que cortar? É lógico que temos que cortar, mas cortar, na nossa concepção, significa saber onde vou gastar o pouco que tenho. Portanto, nós temos que ser inteligentes o suficiente para economizar e investir no lugar certo que possa dar um retorno maior.

Hoje, a nossa sugestão, olhando o trabalho da Fipe, é que a gente continue investindo em tecnologia, que é o setor de defesa, gerando aqueles 500 empregos de alto nível para cada R$10 milhões – para cada R$10 milhões, são gerados 500 empregos de alto nível. E a gente exporta dez vezes esse valor.

Em que setor eu faço investimento e gero exportação? No mundo, as áreas de alta tecnologia são poucas. Por exemplo, há aeronáutica e defesa, que é uma área de alta tecnologia – o Brasil tem aeronáutica e tem defesa –; área de fármacos – o Brasil não tem indústria de fármacos para poder fazer essa alavancagem de exportação –; tecnologia da informação, que também é uma área muito importante que dá para alavancar a exportação; e a área de transgênicos.

Então, nós temos que ver em que área o Brasil já tem uma indústria pujante que tem esse multiplicador de exportação e, talvez, fazer os investimentos mais seletivamente nessas áreas que podem ajudar a exportar.

Passe o último, por favor.

Eu fiz apenas um breve relato da metodologia e dos resultados, mas as pessoas podem dizer: "Eu não acredito nisso." Então, é preciso ir lá avaliar a metodologia e os resultados. A pesquisa toda a Fipe está disponível no *site* da Abimde (www.abimde.org.br).

Espero não ter excedido o tempo, porque eu acho que mais importante, talvez, até seja o debate depois do que explanação em si.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, Dr. Sami.

São muito interessantes os dados que o senhor nos trouxe aqui.

Com a palavra, o Professor Renato Galvão Flôres Junior.

Bom dia!

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Bom dia, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Bom dia aos ilustres Senadores, aos ilustres Deputados e ao público presente nesta audiência.

É com muita alegria e muita honra que eu volto à Comissão, cumprindo um dever de cidadão para discutir temas importantes para o nosso País.

Eu acho que o mais importante dessas audiências é exatamente a parte do debate, são as perguntas.

Não vou fazer uma apresentação. O que eu vou fazer é destacar seis pontos, que me parecem muito importantes, com relação ao tema da nossa reunião, pontos que nos preocupam e que, às vezes, infelizmente, não são devidamente atentados.

Eu começo com uma questão geral. A indústria de defesa é um motor de crescimento? É; pode ser, sem dúvida. Mas isso não é uma coisa imediata. Há várias razões para isso, e uma irônica é que todos os países, menos os Estados falidos, hoje em dia, têm, bem ou mal, uma indústria de defesa, querem desenvolvê-la e querem exportar.

Então, é muito engraçado. Vai-se à África do Sul, vai-se à Indonésia,vai-se à Malásia, ao Vietnã, e todo mundo quer exportar alguma coisa que faz. De certa forma, temos o que se chama, na lógica, de uma falácia de composição. É como num jogo de futebol, quando de repente alguém se levanta na arquibancada para ver um lance mais emocionante, todo mundo se levanta, e ninguém consegue ver de novo. Ou seja, se todo mundo que quer exportar achar que a sua indústria de defesa vai ser bem-sucedida, é impossível, porque não há demanda para isso.

Então, o que isso quer dizer? Que nós estamos enfrentando e vamos, cada vez mais, enfrentar um mercado competitivo em que há oportunidades, mas as oportunidades não são evidentes e demandam esforço e inteligência. Além do mais, porque as nações desenvolvidas onde se encontram as empresas mais performantes têm sistematicamente reduzido seus orçamentos de defesa, o que tem obrigado as suas empresas, as suas firmas a exportar mais. Então, a competição é acirrada, e é importante ter isso em mente.

Pode ajudar, sim, é uma solução, mas não é um paraíso, é uma luta competitiva.

Número dois. A indústria de defesa se guarda, é inevitável; não é uma coisa que possa ser destacada da economia. Ela guarda uma interação, uma sinergia grande com a indústria dita civil.

Na época da guerra fria, o que acontecia? Havia grande desenvolvimento da pesquisa militar, e esses produtos, essas descobertas na área militar extravasavam para a área civil. Esse é o padrão durante toda a guerra fria e um pouco depois.

Hoje em dia, é o contrário. Basta lembrar, por exemplo, os desenvolvimentos na área de telecomunicação e informática. A liderança nessa área está com quem? Com a Apple, dos Estados Unidos, com a Samsung, na Ásia, e com outras firmas. Ou seja, hoje em dia, quem tem alimentado de tecnologia a indústria da defesa é a indústria civil.

Então, não podemos esquecer que não se pode falar esquizofrenicamente de um desenvolvimento da indústria da defesa. Ela tem de ir em paralelo com desenvolvimentos na indústria civil. Isso é muito importante.

Terceiro ponto. Ninguém, tirando talvez os Estados Unidos, ninguém, hoje em dia, é capaz de sozinho desenvolver totalmente um produto de defesa. Ele vai precisar de repente de um insumo químico, de um componente eletrônico extremamente sofisticado, que não vai achar no mercado doméstico.

Ou seja, a indústria de defesa necessita de parcerias para ser competitiva e eficiente. Ela necessita de acordos, de uma visão aberta em termos de comércio internacional, em termos de aquisição de insumos. Há vários insumos que é melhor adquirir fora do que fazer internamente, senão se vai fazer um produto muito caro e pouco competitivo.

Isso significa que há que criar plataformas. E nós temos um exemplo de excelência em nosso País nisso, que é a Embraer, que é uma plataforma de produção de aviões. Os senhores sabem que a Embraer se apropria de vários insumos, de vários componentes em diversos países do mundo.

Então, o caminho da indústria de defesa, não de todas, mas muitas de delas, é através de plataformas e de parcerias inteligentemente seladas, porque, como a indústria de defesa é delicada, de repente, se tenho um parceiro... Há casos concretos. Se, por exemplo, adquiro um determinado gás para uma pistola de uso da Polícia Civil, e esse gás vem de um outro país. Eu faço essa pistola de uma maneira muito eficiente, começo a vender muito e posso atrapalhar o mercado de quem está me fornecendo aquele insumo: ele corta o fornecimento.

Então, há toda uma parte muito delicada de inteligência nessa questão da criação da plataforma e da aquisição de insumos que não são produzidos domesticamente.

Terceiro ponto. Agora passo a falar, de modo mais explícito, sobre a questão das exportações, porque há muita euforia em termos da possibilidade de exportação, que, repito, existe, mas é preciso também critério.

A primeira coisa é que nós temos, nesse ambiente competitivo, de criar nichos. E, no nosso caso... Cito um exemplo que me parece interessante para o Brasil, que é o exemplo russo. A Rússia é produtora de uma série, de um enorme portfólio de equipamentos de defesa, que primam pela robustez e simplicidade. Não é à toa que a Kalashnikov é a Kalashnikov. É um fuzil-metralhadora utilizado até hoje, é o maior *best-seller,* talvez, da indústria de defesa. Lamentavelmente, uma Kalashnikov pode ser montada e desmontada por um pré-adolescente, e é uma arma de uma robustez tremenda.

Eu acho que o Brasil, o nicho da nossa indústria é muito – é claro, sempre sem total exclusividade – de produtos simples, robustos e adaptados às nossas condições tropicais e geográficas. O Cascavel e o Urutu, que são hoje em dia blindados quase que históricos no percurso da nossa indústria de defesa, são citados hoje em dia em livro-texto como blindados simples, sem grandes sofisticação e de grande utilidade em todos os países e em condições topográficas semelhantes às nossas.

Quinto ponto: a questão dos nichos geográficos.

Ouve-se também muitas vezes dizerem: "vamos, agora, explorar...", "o Iraque está com uma necessidade de pistolas", "o grupo 'não sei o que' precisa de tantas armas".

A questão da exportação da indústria de defesa, sem querer me alongar muito em um assunto que é bastante delicado, envolve a imagem do País e envolve também uma dimensão moral. É preciso cuidado em relação a para quem nós vamos exportar. De repente, uma arma que foi para um determinado país é apropriada por outro grupo, e está com certo grupo aí dando tiros com pistolas, com fuzis, com granadas brasileiras. Sem exagero, mas com isso é preciso cuidado. Nós temos visto, às vezes, descobertas de grandes nichos que não são nichos.

Nesse caso, nos parece que nós temos um entorno muito importante de ser explorado, que é o entorno da América do Sul. Nós temos a Unasul, que, nós sabemos, é um esforço de integração que tem áreas que não têm andado tão bem quanto se queria, mas há outras áreas que têm andado muito bem, nomeadamente a área da saúde e a área da defesa. Então, eu acho que a América do Sul é um mercado importante e que nós devemos nos empenhar muito mais com relação a esse mercado. E o outro mercado é, obviamente, a África, que me parece extremamente importante.

Finalmente, uma última coisa, uma última observação: exportar, uma vez que se tem um produto, é uma questão de preço, prazo e de oferecer um sistema de acompanhamento, de manutenção e de reposição eficiente. Parte das nossas empresas da base industrial da defesa são empresas governamentais, sujeitas a diversos constrangimentos legislativos, que são comuns a todas as empresas governamentais.

Este meu último ponto eu acho que é muito importante para esta Casa, quer dizer, como é que nós podemos exigir... Eu dou um exemplo de uma empresa muito performante, que inclusive faz coisas muito especiais, de grande qualidade: a Imbel. Como é que nós podemos exigir que a Imbel, por exemplo, seja uma exportadora performante se, em um processo de produção, se ela tem um problema e precisa comprar o novo equipamento, substituir o material, ela tem que seguir a lei da licitação, tem que seguir todas as normas impostas a uma empresa governamental? Ela não tem conta bancária! Como é que se pode fechar uma operação financeira de exportação?

Então, eu terminaria com esse último ponto, que diz respeito mais às empresas da base industrial de defesa que pertencem ao Governo. É necessária, a nosso ver, a criação de um dispositivo legislativo que libere de certos constrangimentos legais as empresas da base industrial da defesa governamentais. Senão, por melhor que sejam os seus produtos, por mais interessantes, tropicalizados, robustos e simples que sejam seus equipamentos, ela estará sempre em desvantagem para oferecer um preço competitivo e, o que é pior, cumprir o que promete em termos de entrega e no devido prazo.

Esses são os seis pontos provocativos. Eu gostaria muito de ouvir as críticas e as perguntas dos senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ofereço a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, proponente desta audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, a minha manifestação de agradecimento à presença dos nossos convidados, o Dr. Sami, Presidente da Avibras, mas também Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde). De igual forma, também o nosso agradecimento ao Professor Renato Galvão Flôres, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas.

Muito obrigado pela presença de V. Sªs aqui, na Comissão de Defesa.

Sr. Presidente, me permita, antes fazer uma espécie de introdução, para que possamos nivelar o sentido de uma reunião com esta, para os brasileiros que estão nos acompanhando pela TV Senado, para que nós possamos contextualizar o sentido e o objeto deste debate. Pode ficar a impressão de que, em meio à mais complexa crise moral, política e econômica, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira, o Senado está a discutir um tema que, à primeira vista, não é e não pode ser percebido como um tema estratégico e importante para a sociedade brasileira. Na prática, nós estamos discutindo segurança pública, nós estamos discutindo defesa nacional.

Eu faço essa primeira e superficial observação porque, quando nós discutimos segurança e defesa pública, estamos chamando a atenção do País para a necessidade de o Governo brasileiro levar a sério a necessidade de políticas efetivas.

Qual o impacto e a relação direta disso, no dia a dia, para as pessoas? É importante. Por que os representantes populares estão aqui discutindo um tema como esse, com pessoas que têm uma especialidade no tema, como foi aqui abordado? Porque isso tem uma conexão direta com um tema muito caro para a sociedade brasileira, que é o tema da segurança pública.

Aliás, ontem, votamos no plenário do Senado da República uma proposta, por acaso de minha autoria, mas que mereceu a atenção do conjunto dos Srs. Senadores – pasmem! –, mas a Constituição brasileira não consagrava e não consagra ainda, porque precisamos aprovar essa emenda constitucional na Câmara dos Deputados. O Constituinte estabeleceu como competência comum entre União, Estados e Municípios temas que são essenciais à atividade humana, como o tema da saúde, o tema da educação, mas a segurança pública não estava, como não está, consagrada como um tema que deve ser enfrentado pelos entes federados. Segurança pública tem sido uma tarefa e uma responsabilidade dos Estados brasileiros e de alguns poucos grandes Municípios brasileiros, que têm capacidade e estrutura para enfrentar esse problema.

Por essa emenda constitucional aprovada ontem, passa a ser responsabilidade também do Governo Federal o tema da segurança pública. O Governo Federal trata das fronteiras – trata mal –, eu vou falar um pouquinhos sobre isso aqui. A Polícia Federal tem um papel importante, assim como a Polícia Rodoviária Federal, mas a segurança pública, o dia, a dia, o policiamento ostensivo, isso é tarefa de Estados. Então, a segurança pública tem, no seu núcleo de preocupação, as questões que estão relacionadas a esse fenômeno da civilização humana, com a presença do tráfico e do consumo de drogas, que está no núcleo dos elevados indicadores de homicídio, violência e criminalidade em nosso País.

Essas drogas não são produzidas em nosso País: essas drogas são importadas de países que fazem fronteira com o Brasil. Os países e as regiões são absolutamente conhecidas.

O Governo Federal, em algum momento, colocou de pé um programa muito importante chamado Sisfron, para dar à fronteira seca brasileira – aos mais de 14 mil quilômetros de fronteira seca brasileira – uma presença inteligente e efetiva. E por que é importante isso? Porque você precisa combater o tráfico de drogas na fronteira, e não combater o tráfico de drogas na cidade. Quando o Governo brasileiro não combate na fronteira, não apenas o tráfico de drogas, mas outros crimes transnacionais, que têm frequência permanente na fronteira brasileira, esses problemas são transportados da fronteira para o dia a dia das cidades brasileiras. Então, é disso que se trata.

Estamos aqui discutindo temas, por exemplo, como o Sisfron, que é um programa extraordinário, excepcional, conduzido pelo Exército brasileiro; mas, na ausência de recursos e devido à desorganização fiscal do Governo brasileiro, um programa que, projetado para ser implantado em dez anos, poderá ser implantado e efetivado em 50 anos. Esta é a consequência prática e efetiva da desorganização fiscal do Estado brasileiro, conduzido, ao longo dos últimos anos, pelo Governo da Presidente Dilma, que usou e abusou da ausência da disciplina, da responsabilidade fiscal e das boas escolhas públicas para conduzir a nossa sociedade.

De modo que esse é o tema, esse é o pano de fundo daquilo que estamos aqui, Sr. Presidente, Senador Lasier, discutindo na Comissão de Defesa. E por que fazemos isso? Porque esta Comissão, anualmente, identifica um tema como prioridade para debater e para estudar. Este ano, a Comissão estabeleceu que o tema de defesa será aquele sobre o qual, ao final do ano, apresentaremos um relatório, e para tanto fui designado Relator. Ou seja, sobre o tema da defesa, ao final de outubro, novembro, no máximo, estaremos entregando nosso relatório, que vai fazer um sobrevoo sobre as políticas de defesa em nosso País.

Estamos praticamente fazendo dez anos do importante esforço que foi conduzido pelo ex-Ministro Nelson Jobim, então como Ministro da Defesa, ao lançar as bases de uma importante política, estratégia e diretriz de colocar a defesa como uma atividade estratégica importante para o nosso País. Essas políticas foram lançadas em 2005 e, posteriormente, já em 2010, a Lei Complementar nº 136 estabeleceu que a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, que foi fortemente registrado pelo Dr. Sami, em 2016 terá de ser revisado.

Assim, estamos nos antecipando ao imperativo legal para que, em 2016, essas políticas sejam revistas. Ou seja, estamos nos antecipando para, ainda em 2015, entregar à sociedade brasileira, ao Governo brasileiro, a nossa visão sobre a política de defesa do nosso País. E, evidentemente, as preocupações são muito grandes, na medida em que o Governo brasileiro, através dessas iniciativas do então Ministro Nelson Jobim, mobilizou forças para que a indústria da defesa pudesse existir em nosso País.

Na verdade, quando o Dr. Sami fala que a defesa é 3,7% do Produto Interno Bruto, temos de separar segurança privada, segurança pública, enfim, da defesa. E, olhando para o mundo, quando observamos países

como a França, por exemplo, vemos que só a defesa, lá, representa 15% do Produto Interno Bruto, que é o conjunto das riquezas do país. Portanto, essa é uma cadeia enorme que pode gerar oportunidades para o Brasil.

Contudo, qual é a nossa preocupação? Nossa preocupação é fazer uma avaliação de como caminhou, nesses dez anos, aquilo que foi projetado e aquilo que está sendo efetivamente feito, porque nós estamos aqui um pouco cansados dos projetos do tipo PowerPoint do Governo Federal.

As intenções são muito boas, mas, reiterando, a desorganização fiscal do Estado brasileiro impede que as coisas possam acontecer. O fato objetivo é que cadeias econômicas foram mobilizadas, estimuladas, motivadas a participarem de um programa que, na prática, têm como cliente o Governo Federal, e se esse cliente tem problemas no seu cronograma físico financeiro, de compromissos, isso gera, em toda a cadeia econômica, um conjunto de consequências e problemas.

O que eu gostaria de merecer de V. Sªs é uma avaliação, muito sincera e muito franca, do estado da arte das políticas brasileiras relacionadas à política de defesa e as consequências que nós estamos tendo no segmento empreendedor, que acreditou no Governo, que se mobilizou, que se organizou, que fez alianças inclusive mundo afora, ainda porque muitas das empresas nacionais formaram alianças com empresas internacionais, e as informações que nós temos é que está havendo um efetivo atraso em todos os programas, em todos os cronogramas, o que gera um conjunto de dificuldades e problemas relacionados, por exemplo, à obsolescência tecnológica, à oportunidade de mercado, ao desemprego e assim por diante.

Eu gostaria de merecer de V. Sªs uma avaliação muito contextualizada sobre aquilo que foi projetado, aquilo que foi planejado e aquilo que está acontecendo.

Dirijo-me ao Dr. Sami e ao Dr. Renato no sentido de que pudéssemos merecer uma avaliação, enfim, passados dez anos desse esforço extraordinário inaugurado pelo Ministro Nelson Jobim, o melhor e maior dos nossos Ministros da Defesa, pela sua experiência, pela sua visão, pelo seu comprometimento, pelas bases que ele deixou. Mas, lamentavelmente, como ensinava o Padre Vieira: "O nosso legado são as nossas obras, e quem fala com palavras fala ao vento, quem fala com obras toca o coração".

Enfim, nós precisamos saber, no campo prático, o que está acontecendo com a indústria de base da defesa brasileira, se é que está acontecendo alguma coisa.

O SR. SAMI HASSUANI – Acho que está acontecendo, eu diria assim, uma infinidade de posicionamentos.

Mas eu vou fazer um retrospecto, porque houve um ponto de inflexão muito positivo a partir do Ministro Jobim – então, vamos pensar de 2003 para frente.

Esse ponto de inflexão se deu exatamente porque os temas da defesa eram cercados de mitos, vamos dizer assim; a defesa era vista como algo dos militares. Acho que a gente precisa se libertar das amarras dos mitos, e, de fato, houve uma mudança desse pensamento na gestão do Ministro Jobim, em que defesa é da Nação.

Não só o Ministro Jobim, mas o Ministro Mangabeira Unger, que participou da preparação da Estratégia Nacional de defesa, dizia o seguinte: "a diplomacia brasileira é extraordinariamente competente, extraordinariamente influente no mundo, porém, ela não é suficiente. Em alguns fóruns, você só diz não se você tiver uma defesa organizada, Forças Armadas organizadas". A partir dali, a defesa passou a ser algo da sociedade civil.

Só estou voltando um pouco no tempo, mas eu vou chegar ao dia de hoje.

Mas por que houve a inflexão? A inflexão positiva aconteceu porque a sociedade disse: defesa não é mais dos militares. E nunca foi, mas havia esse ranço de que defesa era algo dos militares – que deixou de ser – e defesa é algo da sociedade civil. Daí apareceu a Estratégia Nacional de Defesa, o Livro Branco da Defesa Nacional.

E nós, na indústria, sentimos uma movimentação extremamente positiva. Independente do partido que governa, mas pensando no Estado brasileiro. O Estado brasileiro mudou o *status:* a defesa é do Estado, o Estado precisa da defesa para apoiar a diplomacia, porque, como nós somos um país pacífico, temos de ter a condição de dizer não.

Eu vou, de novo, citar o Professor Delfim Netto – então, a frase é dele, eu não vou dizer que é minha. Ele disse assim: "Não adianta entregar a Deus. Deus só protege quem se protege". Então, vamos nos proteger, para que a gente possa pedir a proteção divina. Então, é preciso investir; é estratégico.

Nós sentimos isso. As empresas se alinharam ao Paed, que está no Livro Branco, e os programas se iniciaram. E, com respeito a programa de defesa de alta tecnologia, você leva de cinco a dez anos para mobilizar meios e mobilizar pessoal para vencer os *gaps* tecnológicos – e nós vencemos em várias áreas.

Chegando aos dias de hoje, os programas estão instalados, as empresas estão andando com os programas, e isso caminhou com algumas dificuldades, mas andou muito bem até, eu diria assim, 2012, início de 2013. E, em 2014, eu diria que o orçamento, que precisaria ser maior, foi ainda, de um ponto de vista, razoável; todavia, neste ano, nós tivemos um fortíssimo contingenciamento que chegou, em algumas áreas, a 40% do orçamento. Todas as emendas estão contingenciadas também na LOA.

Então, Senador, eu resumiria assim o estado atual da indústria: o que se plantou durante os últimos cinco anos e o que se investiu durante os últimos cinco anos estão em risco, porque, se o programa for interrompido, quando o dinheiro voltar, o programa não volta.

Alta tecnologia não é igual à mineração. Na mineração você extrai o minério. Se não dá para extrair, você para de extrair. Quando volta a energia, você liga a máquina e extrai o minério. Com o petróleo é a mesma coisa; o petróleo está lá. Com a tecnologia, não. Ela desaparece. É a gestão do conhecimento. O conhecimento faz o *fading*, isto é, ele se esvanece se não houver continuidade. As pessoas saem da indústria de defesa e vão para o banco, ou vão fazer algo no comércio...

Então, qual é o risco hoje? Todos os programas estão sofrendo um impacto cuja dimensão a gente não conhece. Então, esse é um outro problema: além do impacto da falta do orçamento, a gente não consegue determinar, hoje, qual o impacto final. A gente vai fazer um replanejamento baseado em quê? Não se sabe o que nos espera na PLOA de 2016. Na LOA de 2015, o setor está comprometido; e, quanto à PLOA de 2016, não se sabe qual a extensão do impacto.

Na Abimde, que representa o setor, a gente já vem sentindo, internamente, uma dificuldade tremenda nos associados. Alguns poderão sucumbir, alguns poderão falir ou pedir o que a gente chama de recuperação judicial, mas há um conjunto de empresas que está muito bem. Apesar de todo esse cenário econômico terrível, nós temos algumas empresas que estão muito, muito bem, que são as exportadoras.

Então, eu vou fazer aqui um paralelo com a exportação também, porque a gente ouviu do Professor Flores algumas provocações interessantes sobre, por exemplo, como as estatais vão exportar. Mas de que maneira nós, do setor privado, vemos a estatal? Ela está lá para preencher lacuna de mercado. O Governo tem que entrar e gastar dinheiro onde há lacuna de mercado. Onde o setor privado atua, não é preciso fazer nada. Deixa o setor privado andar; deixa que ele gera riqueza.

Então, eu não vejo essa necessidade imperativa de as estatais exportarem. Algo que ninguém quer fazer – e o Estado precisa que seja feito – o Estado faz. Onde alguém do setor privado tem condição de fazer, deixa o setor privado fazer. Invista no setor privado. Então, eu não vejo isso como problema.

Na exportação – eu gostei demais da provocação, porque permite a gente falar um pouco da estatística –, o Brasil não atua na simplicidade e na parte de robustez. O Brasil atua em nichos, concordo plenamente, mas de altíssima tecnologia. Se a gente olhar as munições da CBC, vai ver que elas competem com empresas de toda a Europa e dos Estados Unidos; competem em Singapura e ganham as licitações, porque elas têm uma qualidade *premium*. Eles controlam até o brilho da munição, não só a dimensão, se é numerada, serial etc., não; eles controlam até o brilho da munição.

Os aviões da Embraer são *fly-by-wire*. É tecnologia em estado da arte. Ela compete com Bombardier, com Airbus, com Boeing. E a Avibras, como exemplo, e a Condor competem, nos seus nichos, com Lockheed Martin, com empresas de grande expressão da Europa, ou seja, estamos em nicho, sim, mas em nichos de altíssima tecnologia.

Então, essas empresas – voltando, Senador, ao cenário aqui do Brasil – que conseguiram abrir o mercado externo estão muito bem. Elas estão até criando empregos, porque aquela conta de que falei, de um para dez, está acontecendo. Por exemplo, no caso da Avibras, que presido, tivemos um contrato do Exército que propiciou o desenvolvimento de um novo míssil e, com isso, estamos exportando.

Então, hoje a falta do orçamento no Brasil nos incomoda, nos cria problemas mas ela é 20% do faturamento da empresa; 80% vem do mercado externo, e o dólar em alta – o que é terrível do mesmo jeito porque o dólar em alta é bom até certo ponto; depois, de certo ponto é perigoso – está ajudando o exportador.

Dentro da Abimde, temos um arcabouço de centenas de empresas. A grande maioria ainda não está em condição de exportar, estão sofrendo o risco de ter um colapso e sofrer de mortalidade. Nós vamos ter uma mortalidade infantil porque os programas não estão com volume suficiente para gerar exportação, nem todos, e, se não dermos uma solução para a LOA naquilo que foi contingenciado ou cortado... não sabemos se o contingenciamento já é um corte, tudo indica que sim, e não sabemos da PLOA, mas seria importante que na PLOA 2016 esse setor fosse olhado com muito cuidado.

É o que eu disse: cortar não é cortar, é saber onde gastar. E o nosso é um setor que, se gastarmos bem na PLOA 2016, no setor da defesa, podemos manter todos esses programas em curso e continuaremos gerando exportação. Então, talvez ano que vem eu esteja aqui. Hoje temos talvez seis empresas muito bem – são grandes, que exportam – e o restante em águas profundas porque esses programas podem ter uma descontinuidade, e o Brasil não se recupera mais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...diagnóstico mais preciso sobre a realidade do conjunto dos empreendedores, das empresas que compõem essa cadeia, nós estamos falando de

um universo de centenas, estamos falando que 20% disso conseguiu exportar, mas tantas outras dependem do funcionamento. Qual é a consequência disso?

Nós gostaríamos de perguntar a V. Sª se seria possível termos, por parte da associação que V. Sª preside, uma informação mais precisa das consequências. Por exemplo: com os problemas fiscais que vive o Governo do Brasil, o Governo da Presidente Dilma, o que vai acontecer com programas como o Prosub, com o Sisfron, o KC-390 e assim por diante?

O SR. SAMI HASSUANI – Nós vamos encaminhar essa estatística.

Eu não disponho do dado hoje e vou dizer o porquê: temos um sentimento, temos informações das empresas, mas as empresas, do ponto de vista comercial, não repassam a informação comercial para a Abimde por uma questão até de segredo comercial.

As empresas estão dando a suas soluções de maneira individualizada, e a Abimde está recebendo um extrato. Então, prometo e me comprometo a encaminhar para a Comissão um resumo um pouco mais preciso já que as empresas industriais – a Abimde tem 220 associadas, as industriais são cerca de 80 e, dessas 80, talvez 50 sejam de pequeno porte e médio porte é que vão sofrer a grande consequência.

As grandes empresas sofrem, mas elas sobrevivem, elas reduzem o ritmo, elas reduzem o passo, mas as médias e pequenas entram em colapso. Então, vou tentar fazer esse extrato e vou colher um pouco mais de informação com o empresariado, porque até certo limite eles guardam um pouco de reserva já que têm uma negociação direta com seus clientes. Por exemplo, a Embraer tem um setor que já negocia direto com o Governo, assim como a Avibras, a CVC etc. Se V. Exª nos permite, encaminharíamos num curto prazo isso para a Comissão.

Eu acho que este é um ponto importante que V. Exª tocou: se não investirmos na fronteira, que é defesa – lembrem do quadrinho que eu mostrei em que tínhamos uma coluna em que a defesa era um impacto pequeno no PIB e a segurança privada e estadual era muito grande –, se não controlarmos a fronteira gastando pouco, vamos ter que gastar muito mais depois em segurança pública para fazer o controle dentro do País. Então, talvez se gastarmos R$1 bilhão no Sisfron, economizaremos R$10 bilhões na segurança pública e privada para fazer o controle do desarranjo que isso causa na nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se o senhor me permite, eu gostaria de aproveitar esse gancho, Professor Sami, para lhe fazer uma pergunta, antes de passarmos para o Professor Renato Flores Júnior.

Em primeiro lugar, congratulando-me com o Senador Ferraço, que, muito oportunamente, propôs esta audiência pública e disse bem que, em um momento de tantas crises, poderia parecer estranho estarmos nos preocupando com Defesa, mas, exatamente pelo que os senhores disseram aqui hoje, pela relevância que tem, sobretudo pelos dados importantíssimos que os senhores trouxeram.

Por exemplo, nesse item que o senhor estava comentando agora, em resposta ao Senador Ferraço, o senhor disse, a certa altura da sua fala inicial, que nós gastamos muito em segurança interna e pouco nas fronteiras. E o senhor disse aqui que a segurança privada cresceu, no Brasil, nos últimos cinco anos, 50%. O Senador Ferraço lembrou, muito oportunamente, muito apropriadamente, que, se nós não gastamos lá na fronteira, nós vamos gastar internamente, pela proliferação de armas, de drogas. Então, isso virou um círculo vicioso: não cuidamos das entradas; temos que cuidar de dentro de casa. É o que nós vivemos.

Eu estava lendo aqui uma pergunta que eu tinha lhe trazido, para formular, que uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União, em um acórdão de julgamento do Tribunal de Contas da União, propôs que se fizesse um levantamento dos recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório das atividades da fronteira e seus encargos, para garantir também a segurança interna. Então, eu lhe pergunto: Os senhores têm um levantamento disso? De certo modo, o senhor já expôs um pouco.

Uma outra afirmação que o senhor disse, há pouco, e me deixou impressionado – não sei se eu ouvi bem – foi de que a defesa não é mais da área militar, é da sociedade civil. Ora, mas por que nós gastamos tanto com a área militar, que, vez por outra, atende à ordem e à segurança interna do Haiti ou de países da Ásia; faz a segurança na Copa do Mundo; vai fazer a segurança das Olimpíadas daqui a pouco. Nós precisamos tanto dessa ordem, dessa segurança nas fronteiras, e o senhor nos confirma aqui que as fronteiras estão mal atendidas. Por que isso?

O SR. SAMI HASSUANI – Deixa eu me explicar um pouco com respeito à sociedade civil. Quando a gente diz que, a partir de 2003, 2004, a Defesa passou a ser algo da sociedade civil, é no sentido da sua definição, porque, até pouco antes do ano 2000, eu diria até o Congresso, ou o próprio Governo, ou o País dizia: "Olha os militares. Nós temos Ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, e eles conduzem a política de Defesa". Então, estava um pouco relegado a um segundo plano.

Nesse momento, a partir de 2003, 2004, a sociedade civil, através do Congresso e do Executivo, chama a si a definição da Defesa. Isso não significa que não vamos ter Forças Armadas. Mais do que nunca, nós vamos ter as Forças Armadas, como executante da política de Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas por que não se faz essa segurança nas fronteiras? Por que a Polícia Rodoviária Federal não fiscaliza mais a entrada de armas e munições e drogas? Por que a Aeronáutica não fiscaliza mais os aeroportos clandestinos que se disseminam pelo País, por onde entram também esses produtos ilegais?

O SR. SAMI HASSUANI – Eu diria, obviamente, que existe essa atuação toda. A nossa Polícia Federal vem atuando; a Aeronáutica atua; as Forças Armadas estão atuantes; a Marinha, em toda parte ribeirinha. Existe uma atuação, sem dúvida nenhuma, só que o mundo é dinâmico. Conforme o mundo é dinâmico, os dois lados jogam, e o crime vai se sofisticando, vai entrando por onde não entrava, cria e usa tecnologias novas, usa a internet. Mesmo os Estados Unidos não conseguiram evitar o 11 de Setembro. Então, é uma competição, ou seja, a gente precisa ter um pouco mais de investimento, e esse investimento, com muito planejamento.

Eu acho importante fazer um registro de que não adianta se gastar sem planejamento.

As nossas Forças Armadas têm um planejamento extraordinário, submetem planejamentos que não são só anuais, quinquenais, mas as Forças pensam por 30, 40, 50 anos. Então, há um planejamento robusto, isso precisa ser levado ao fórum, que é o Congresso, e, assim, aprovados os orçamentos e a escolha daquilo em que queremos investir. Mas planejamento há, um memorial do que se fazer a mais há, e nós precisamos evoluir, porque o crime evolui do outro lado.

Mas eu acho que não é só o crime, Senador. Eu acho que não é só o crime na fronteira, nós temos problemas de soberania. Nós olhamos ameaças externas. O Brasil hoje tem recursos de água extraordinários. Então, as Forças Armadas, além de investir na fronteira, tem que investir em outras áreas, para termos essa segurança no longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Ferraço, o senhor quer questionar também o nosso Prof. Renato?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – ...as impressões e as percepções dez anos depois.

Eu concordo plenamente com o Dr. Sami que houve uma importante inflexão, conduzida pelo Ministro Nelson Jobim. Mas essa importante inflexão está se perdendo no tempo.

Nós estamos aqui para fazer uma avaliação sobre esses elos perdidos ou faltantes desse tempo, na medida em que as políticas não estão tendo continuidade e essa descontinuidade está produzindo consequências. Quais são essas consequências é que nós vamos ter na chamada base industrial de defesa.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Pois não. Antes de mais nada, Senador, eu gostaria, sem nenhuma demagogia, de cumprimentá-lo, porque nos parece que a sua iniciativa é importantíssima. Essa é uma área crucial.

Começando a responder a sua pergunta, e eu temo que não responderei no detalhe que o senhor gostaria, a nossa avaliação é que nós estamos num ponto crítico no setor. As razões para estarmos nesse ponto crítico, boa parte delas, o senhor levantou. A primeira é a questão da gestão orçamentária, que, se o senhor me permite, é um problema que transcende o setor da Defesa.

Na Fundação, nós temos várias equipes que estudam o Orçamento. E mais do que o Orçamento, a maneira como o Orçamento é construído, acompanhado, e depois analisados os seus resultados. E eu acho que essa é uma área de extrema preocupação de todos os brasileiros.

Parte das falhas da nossa democracia vêm de que o nosso processo orçamentário é conduzido de uma forma muito carente, muito deficiente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E o coroamento disso que V. Sª está explicitando vem inacreditavelmente com a formalização, em 2015, do Governo para 2016 apresentando um Orçamento com déficit da ordem de R$30 bilhões. O Governo antecipadamente sinalizando para o mercado que não tem condições de honrar as despesas que contratou. É algo surreal! É o coroamento.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Temos um problema estrutural aí, e obviamente o setor de Defesa sofreu. Então a primeira parte é isso. E isso é grave, porque, como disse o Dr. Samir, não só as empresas privadas envolvidas na Defesa, como as empresas estatais, têm sofrido de todas as formas. Então o momento é crítico. Não é catastrófico, e eu vou dizer por que, mas é crítico.

A sua preocupação é inteiramente cabível e é importantíssima. Eu acho que todos nós que estamos envolvidos com o setor agradecemos esta sua iniciativa e esperamos que ela tenha desdobramentos, porque a situação é crítica. Número um.

Número dois. Como eu falei no início, o setor de Defesa, Senador, tem dois clientes. Ele tem o cliente doméstico e tem o cliente externo. O cliente doméstico é o Governo em 100% na visão clássica.

Na visão que temos evoluído, como bem mostrado pelo trabalho da Abimde, temos agora toda parte que se chama paramilitar e a parte de segurança privada. Acerca dessas, compartilho, com o senhor e com todos, a surpresa desse aumento, que é o indicador indireto de outra falha do sistema, mas, na realidade, o cliente inicial é as Forças Armadas, é o Governo. Portanto, temos uma contração de mercado.

E pior que a contração de mercado é a falta de incentivo para investimento. Estamos com um problema: no mercado doméstico, contração da demanda em que pese esse aumento da demanda das armas paramilitares, porque, pelo menos até agora, nenhuma segurança privada está comprando tanques e bazucas. Pode ser que, daqui a cinco anos, comece a comprar, lamentavelmente. Ninguém está comprando submarino, as polícias não estão comprando submarino. Atende a um segmento, mas não atende a todo o setor. Esse é o segundo ponto.

Terceiro ponto: vamos para a exportação. Concordo em gênero com o que falou meu colega e explicou muito bem, Dr. Sami, e tenho pequenas *nuances* em número e em grau. Estamos exportando, sim, mas, no geral, quando olhamos a possibilidade e os nichos possíveis, seja de qualidade, seja em produtos mais tropicalizados, a nossa avaliação, sujeita a debate, é que a nossa exportação é extremamente tímida. Temos, sim, sendo um pouco maldoso, exceções que confirmam a regra.

A primeira exceção é a Embraer. A Embraer é uma coisa que se destaca de um panorama da indústria de defesa brasileira. É uma exceção, fez uma plataforma espetacular, como todos sabem, é um trabalho de décadas que se inicia com o trabalho estratégico de formação de quadros técnicos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, quer dizer, a Embraer começa como uma firma de quintal, ligada ao ITA, e, depois chegou ao que ela é.

A Embraer é quase como uma exceção. Há outras, em particular, a Avibras, capitaneada pelo Dr. Sami, mas é muito pouco, na nossa avaliação. O que se exporta é muito menos do que se poderia exportar. Por quê? Várias razões. Novamente entramos na questão interna, então temos entraves burocráticos para o setor, que começaram a ser equacionados, mas esse movimento parou por questões internacionais, também azar, digamos. A competitividade internacional aumentou, porque está havendo redução de orçamento de defesa em todos os países, então, podemos estar no mercado hoje, amanhã podemos perdê-lo, não há nenhuma garantia, principalmente com os volumes que exportamos e com a alta qualidade dos nossos competidores. Quer dizer, a situação, repito, não é catastrófica, mas é uma situação que também inspira preocupação.

Aí só queria nuançar um pouco a observação do Dr. Sami: temos empresas estatais que, é verdade, teoricamente, devem entrar quando há uma falha de mercado. Primeiro, o setor de defesa já é atípico; e, segundo, no nosso País, ele quase que foi iniciado pelas estatais.

Temos, por exemplo, a Imbel, que é, junto com companhias chinesas, a única fornecedora de pólvora no mundo. Se há vários tipos de pólvora, a Imbel é uma das poucas fornecedoras no mundo. Ela tem, por exemplo, um fuzil que substitui o Fal, que é um fuzil extremamente competitivo, um fuzil requisitado por forças armadas de vários países.

Não vejo nem que as estatais estão exportando, nem que elas tiram mercado de suas coirmãs privadas, nem vejo nenhum dano à nossa economia. Pelo contrário. Isso foi completamente descartado, não se tem atenção nenhuma, sejam as estatais, sejam as privadas, que estão tentando achar mercados no exterior, muitas vezes, sem apoio.

Ha outra coisa, Senador: a abertura dos mercados externos, mesmo para uma empresa privada, também vem de um trabalho diplomático, no melhor sentido da palavra. Não estou falando de *lobbies*, estou falando de trabalhos diplomáticos, pelas embaixadas. Quer dizer, no Ministério das Relações Exteriores, há uma série de órgãos que têm que ajudar esse esforço de exportação. Com isso, também para a indústria de defesa, houve uma desaceleração.

O senhor gostaria – e tem toda razão – de números. Eu, infelizmente, não tenho números para lhe fornecer. Faço minhas as palavras do colega. Se o senhor estiver interessado, podemos buscar respostas numéricas, alguns detalhes mais precisos para a sua pergunta, mas o que eu diria é que o momento é crítico. É necessário atitude de uma parte do Governo na parte da gestão e do apoio à exportação.

O senhor citou dois programas que nos são muito caros. Um é o Sisfron. Novamente eu me alio ao que o senhor disse: nós consideramos o Sisfron – nós conhecemos muito bem, ajudamos um pouco no desenho do Sisfron para as Forças Armadas – um programa crucial para o nosso País.

Então, o Sisfron, por exemplo, não pode sofrer solução de continuidade, isso é gravíssimo. Então, se essa iniciativa do senhor já conseguir recuperar o atraso do Sisfron, o senhor já fez um trabalho extraordinário. E o senhor citou um outro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu fico, às vezes, perplexo, porque acho que está faltando indignação.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Exatamente. O Sisfron é de gerar indignação. O senhor tem toda a razão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está faltando indignação pela falta de zelo, pela falta de compromisso com um programa como esse, que é decisivo no controle do tráfico de drogas, que está no centro do problema da criminalidade e da violência em nosso País.

Um programa que foi planejado para ser entregue em dez anos, não vai ser entregue em 50, e não há reações de indignação de parte alguma com relação a isso.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Não diga 50, pelo amor de Deus, porque não é possível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu estou dizendo efetivamente. Se o senhor considerar o desembolso que houve em 2014 e o desembolso que está havendo em 2015, considerar os preços e fizer uma avaliação de moeda constante, o número 50 anos não é aleatório.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Já vem de um cálculo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É um cenário que precisamos fazer. É esse tipo de interlocução que a Comissão de Defesa está tentando com os senhores, na medida em que os senhores são acadêmicos, na medida em que os senhores representam entidades, que têm centenas de associados, associados que acreditaram no Governo, associados que investiram.

Eu vejo o caso, por exemplo, da Helibras, com o programa do helicóptero H-XBR. Foi feita uma associação com empresas internacionais, para a aquisição de 50 equipamentos, adquiriu-se, até agora, alguma coisa em torno de 15, e dos outros não se fala, dos compromissos internacionais que se fizeram, assim como a CNO fez com a DCNS francesa. E é tudo normal.

Eu não vejo indignação nem da parte dos empreendedores, que foram mobilizados e convidados pelo Governo e investiram, acreditaram e que agora estão com a brocha na mão. Ou eu não estou vendo a realidade? Ou não estou interpretando a realidade como ela é?

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – O senhor citou um outro que é extremamente preocupante, que é o Prosub.

O Prosub é um acordo, dentro das dificuldades para acordos desse tipo, praticamente modelar de transferência de tecnologia. Esse acordo é patrimônio, não pode sofrer interrupção, não pode sofrer atraso.

Quer dizer, essas coisas são muito graves.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas está sofrendo.

É para isso que chamo a atenção, esse é o fato concreto da vida real.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Essas coisas são muito graves, porque a outra questão sobre a qual nós estávamos conversando ali, antes, aguardando o início da sessão, que o senhor também mencionou duas ou três vezes, é a questão das cadeias. Um Sisfron, um Prosub criam oportunidades para uma série de outras empresas privadas, estatais, geram conhecimento, geram até pesquisas universitárias.

No momento em que se desacelera isso, como ele falou muito bem, o conhecimento evapora. Então, acho que só o Sisfron e o Prosub, só eles justificam um esforço enorme, porque são fundamentais. Não podem parar, independentemente de todo o resto, de toda a situação crítica do setor. Eu acho que aí eu o congratulo. E estamos ao seu lado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu preciso mais. Eu preciso que V. Exª não apenas se congratule com a Comissão. Eu preciso que V. Sªs possam nos dar os elementos e as informações, porque o Brasil está buscando a verdade.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E nós precisamos buscar a verdade dessa inclinação que foi feita em algum momento e que está ficando pelo tempo. A grande empresa, como o Dr. Sami disse, se resolve. Mas nós temos centenas de pequenas e médias empresas, *startups*, que acreditaram no Governo, que fizeram associações, alianças e que estão literalmente com a brocha na mão. Ou eu estou equivocado?

O SR. SAMI HASSUANI – O senhor me permite, Senador? O senhor me permite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por favor.

O SR. SAMI HASSUANI – Eu acredito que, do ponto de vista analítico, para sermos muito efetivos e pontuais da maneira como V. Exª está nos colocando, existe um trabalho um Abimde, e vamos fazer no curto prazo, para determinar em que condições se encontram as empresas, se as empresas estão sofrendo, qual é o impacto nas empresas. A minha sugestão para termos um quadro cem por cento, se o senhor me permite, seria a comissão solicitar às três Forças, que têm um escritório de projetos estratégicos. E, dentro do escritório estratégico de cada Força, eles cuidam de todos. Por exemplo, no Exército, eles cuidam do Astros, que é Avibras, do Sisfron, que é contratado da Embraer, eles cuidam do...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Isso já está em curso?

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Porque eles têm analiticamente, a previsão original, o que foi efetivamente gasto, o que foi alocado, sem que a empresa precise fazer esse sumário. Eles têm até no Siafi talvez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós recebemos aqui na Comissão a presença dos três comandantes das três Forças, da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, e solicitamos ao escritório de projetos de cada uma das Forças, na pessoa dos nossos comandantes, que pudéssemos receber o estado da arte desses projetos de acordo com o gerenciamento que os escritórios de projetos fazem. Isso está o.k.

O SR. SAMI HASSUANI – Excelente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que nós estamos querendo é a visão do empreendedor, é a visão da entidade. A visão do Ministério nós vamos ter.

O SR. SAMI HASSUANI – Entendi. Eu acho que a posição do senhor está perfeita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu preciso ter a visão dos senhores.

O SR. SAMI HASSUANI – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Sªs acharem que devem, evidentemente.

O SR. SAMI HASSUANI – Estaremos juntos. Eu acredito que, com isso, nós temos a visão do Estado,que as Forças vão dizer o impacto do ponto de vista doutrinário-operacional, porque eles olham a doutrina e a operação. Eles têm uma missão. Eles não vão conseguir cumprir a missão, por essas falhas, e vamos gerar um caos na economia e no desemprego. Então, talvez usando essas duas informações, o quadro está perfeito. Portanto, vamos tentar agilizar do nosso lado, para que o senhor já receba essas informações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço ao Dr. Sami e ao Professor Flôres, porque, enfim, me dou por satisfeito, Sr. Presidente, até por conta da expectativa que fico de que, a partir desta Comissão, poderemos contar efetivamente com informações, com elementos que possam contribuir para que, ao final do mês de outubro, novembro, no máximo, possamos dizer à sociedade brasileira o que está acontecendo, o que foi planejado, o que foi contratado, quais são as consequências, as ameaças e as oportunidades que o nosso País está perdendo, em função de um desafio que lançamos, mas que efetivamente, como de resto, estamos vendo desmilinguir. Essa é que é a verdade. Esta Comissão não será omissa. Ela apresentará um relatório, e tudo aquilo de que precisamos é do apoio de V. Sªs em elementos, informações, para que o nosso relatório possa sintetizar a verdade dos fatos. Eu agradeço a V. Sªs.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado por sua rica contribuição, como sempre. E agradecemos muito aos senhores, que foram muito prestimosos ao virem aqui, o Dr. Sami Hassuani o Professor Renato Galvão Flôres Júnior. Os senhores estão dispensados, com o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento.

O SR. RENATO GALVÃO FLÔRES JUNIOR – Obrigado.

O SR. SAMI HASSUANI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu vou pedir a gentileza do Senador Ricardo Ferraço para o próximo item da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Tunísia.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.
Observações:

Leitura do Relatório nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Peço ao Senador Ricardo Ferraço que, como Relator *ad hoc*, faça a leitura do relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O convite de V. Exª é uma convocação, e nós vamos aqui cumprir com muito prazer a designação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 54, de 2015, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Estanislau do Amaral Souza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Formou-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em 1980. Em 1983 ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1984, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 1988, a Primeiro-Secretário, em 1996; a Conselheiro, em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Em 2010 defendeu a tese "Usos da História: Política Externa Contemporânea dos Estados Bálticos", aprovada como conclusão de seu Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

No exterior, atuou na Embaixada no México, como Segundo-Secretário, entre 1991 e 1992; na Embaixada em Copenhague, como Conselheiro, de 2007 a 2009; na Delegação junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, como Ministro-Conselheiro, de 2009 a 2013; e, na Embaixada em Damasco, como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, de 2013 até o presente.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República da Tunísia conta com população de em torno de 10,9 milhões de habitantes, e área de 163,6 mil km^2 (um pouco maior que a área do Estado do Ceará). Seu Produto Interno Bruto em poder de compra (PIB-PPP) alcança em 2015 o montante de US$ 132,17 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita em poder de compra de US$ 11.986.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia em 1956. No mesmo ano, foi aberto Consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

Enfim, de resto, dá-se conhecimento da evolução e da *performance* das relações bilaterais entre o Brasil e a Tunísia.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós apresentamos, *ad hoc*, o relatório do Senador Tasso Jereissati, dando fé pública e conhecimento, para que, a partir da vista coletiva, nós possamos, na primeira oportunidade, marcar a sabatina de S. Exª o Embaixador José Estanislau do Amaral Souza Neto, por esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu que agradeço.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno, dessa indicação do Sr. José Estanislau do Amaral Souza Neto para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil junto à Tunísia.

Eu quero pedir também a V. Exª, Senador Ferraço, que faça, *ad hoc*, o relatório desse projeto seguinte, que diz respeito ao Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 339, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 251, de 8 de julho de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto revisto, em português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira

da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do Mercosul na Costa do Sauípe, Bahia – por incrível que pareça, Sr. Presidente – em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, embora tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 2010, por meio do Decreto Legislativo nº 807, o referido ato internacional não foi ratificado por terem sido identificados erros de tradução na versão em português.

À luz da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, as Partes Signatárias do Acordo concordaram quanto à formulação de uma Ata de Retificação. Essa Ata, não tendo sido objeto de ressalvas pelos sócios do Mercosul, foi aprovada pelo Conselho de Ministros da SACU, em abril de 2013. Em julho seguinte, a Ata de Retificação foi registrada e autenticada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, depositária provisória do Acordo.

A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores solicita a simples republicação do referido Acordo pelo Congresso Nacional, com fundamento no inciso III do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 199 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cuida-se aqui, sucintamente, da revisão de um Acordo de Comércio Preferencial que, firmado em inglês, passou por tradução para o português, onde foram, posteriormente, identificados vários erros.

É relevante destacar entretanto, alguns aspectos que merecem no mínimo uma reflexão: como é possível que um problema de tradução não tenha sido detectado pelas instâncias envolvidas anteriormente à aprovação do Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional? Por outra face, por que a tramitação de um acordo supostamente vantajoso para o País, atrasou tanto, de 2009 a 2015. Se era tão importante ou se é tão importante, por que a burocracia se encarregou de produzir esse atraso,sem que os setores empresariais envolvidos buscassem acelerar sua aprovação? Isso nos remete à dúvida sobre os reais benefícios a serem alcançados, evidentemente, em face da inércia das partes envolvidas.

Neste misto de falhas burocráticas e desinteresse empresarial, deu-se o encaminhamento do presente acordo, que diga-se de passagem, trata-se de um acordo de preferência, não de livre comércio, o que seria muito mais interessante. Nesta modalidade, o que temos é uma limitação de benefícios a determinados bens, enquanto poderíamos ter envidados esforços para uma negociação muito mais ambiciosa.

Lamento concluir que, nesse específico processo, encontramos as mesmas carências e falhas que observamos na condução da economia e da política externa observados nos últimos anos. Por outro lado, custa-me crer que as condições do mercado e a conjuntura internacional de hoje não sejam evidentemente diferentes daquelas que motivaram originalmente a celebração do presente acordo. Se eram propícias naquele momento, imaginam quantas oportunidades o Brasil teria perdido ao longo de tanto tempo aguardando a sua entrada em vigor.

Mesmo assim, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, que agora nos tem procurado revelando a urgência da aprovação do Decreto, estima que o Brasil se beneficiará consideravelmente da entrada em vigência do referido ato internacional, uma vez que em 2014 as exportações brasileiras para a região somaram US$1,256 bilhão, das quais mais de 80% são de bens industrializados.

Conforme aponta o parecer aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o Governo brasileiro, em linha com os objetivos do Plano Nacional de Exportações, "tem a intenção de negociar o aprofundamento do acordo, objetivo que somente poderá ser alcançado após a devida internalização do presente instrumento. "

Cabe lembrar, ademais, que o Brasil é Presidente único País signatário do ato internacional em pauta que ainda não o ratificou.

Destarte, mesmo considerando inconcebível que um acordo internacional como esse, sinalizada sua importância pelo Ministério da Indústria e Comércio, firmado inicialmente em 2009, Sr. Presidente – passaram-se seis anos –, tenha sido conduzido de maneira tão desastrada, de modo que somente agora, em 2015, tenha sido concluída sua tramitação. Cedemos, portanto, à fundamentada argumentação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Chamamos a atenção do Governo brasileiro, dos ministérios envolvidos, de que esse tipo de acordo, quando conduzido e consolidado, não se trata de um acordo entre presidentes, mas se trata de acordo entre Estados-partes.

Portanto, não é possível e não é razoável que esses acordos continuem demandando esse tipo de tempo.

Com base no exposto, voto, ainda assim, pela aprovação do texto revisto do Acordo de Comércio preferencial entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral, integrada pela República da África do Sul, Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015, na perspectiva, Sr. Presidente, de que possamos interromper essa inércia que se tem caracterizado e que tem marcado a consolidação dos acordos entre o nosso País e os outros países com os quais mantemos relações.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Requeiro a V. Exª, se considerar oportuno em função do atraso que estamos criticando aqui duramente – foi um acordo feito em 2008, e estamos em 2015 –, considerando a urgência, que possamos submetê-lo ao Plenário ainda hoje, Sr. Presidente, para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Será encaminhado. Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...resgatar esse lapso temporal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Será encaminhado.

Vou pedir mais uma vez sua gentileza, Senador Ferraço. Há um requerimento extrapauta, nº 1062, de 2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 1062, de 2015

Requer, nos termos do art. 13 e § 1º do Regimento Interno do Senado Federal,combinado com o art. 14, § 2º da Resolução nº 01, de 2011-CN, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro de 2015, a fim de participar da reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça. Comunica ainda a ausência do país no referido período.

Designo o Senador Ricardo Ferraço para relatar a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Requer o Senador Lindbergh Farias autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro de 2015, a fim de participar da reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça.

O objetivo da missão é participar da sessão parlamentar por ocasião do Fórum Público Anual da Organização Mundial do Comércio, que ocorrerá em Genebra, Suíça, de 30 de setembro a 2 de outubro vindouro, conforme documento que se encontra anexo aos autos do processado, visando a uma reflexão sobre o funcionamento do sistema funcionamento de comércio multilateral e analisar o avanço da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação e submetemos a V. Exª o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Há um outro item que será transferido.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do projeto
Observações: *A matéria vai à Comissão Diretora.*

Vai para uma próxima reunião.

Por fim, peço mais uma vez a sua generosidade, Senador Ricardo Ferraço, para assumir por instantes a presidência para que eu possa fazer a relatoria do projeto que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo, do relator Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) –

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação, com duas emendas de redação.

A palavra é de V. Exª, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trata-se de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 120, de 2015, da Presidente da República, que altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo; Relator, Senador Antonio Anastasia.

Vou me ater apenas à análise que, por si, é bastante esclarecedora.

O Ensino Profissional Marítimo, de responsabilidade do Comando da Marinha, tem por objetivo habilitar e qualificar pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, bem como desenvolver o conhecimento do domínio da Tecnologia e das Ciências Náuticas.

Abrange estabelecimento e organizações navais, criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a utilização de seus recursos humanos e materiais.

O projeto apresentado pelo Poder Executivo está de acordo com o art. 84, inciso V, da Constituição Federal (CF), que prevê competência privativa do Presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

Uma vez que os alunos das escolas de formação equiparam-se aos militares, a proposição atende também ao art. 142, § 3º, da Constituição Federal, o qual prevê que a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência dos militares para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. É, portanto, constitucional e legal.

No mérito, sob a perspectiva de relações exteriores e defesa nacional, entendemos como de extrema importância o fomento à formação de quadros para a Marinha Mercante brasileira. Nesse sentido, convém destacar o papel da Marinha do Brasil, capitaneando esse processo e formando quadros qualificados.

E como assinalamos no relatório apresentado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em um País como o Brasil, de dimensões continentais, com extenso litoral e com mais de 90% do volume de comércio exterior processado por via marítima, a Marinha Mercante é de suma importância. Assim, realizar as tarefas a ela atribuídas demanda consistente formação e contínua atualização do pessoal aquaviário que compõe as tripulações dos navios mercantes, dos barcos pesqueiros e das embarcações que operam nos rios e águas interiores. Assim, é pertinente e necessário dispor de mecanismos legais que garantam a efetividade das ações educativas empreendidas pelo Sistema de Ensino Profissional Marítimo, motivo pelo qual acreditamos que o projeto pode dar significativa contribuição ao País.

Portanto, sob a ótica das relações exteriores, e da defesa nacional, o projeto merece acolhida e as alterações na lei proposta certamente contribuirão para a promoção do Brasil no cenário internacional.

Finalmente, conforme propusemos, na Comissão de Educação, sugerimos, a título de aperfeiçoamento da redação, nos termos do inciso III do art. 3º da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que os itens de revogação se agrupem no art. 3º da proposição.

Voto

Ante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015, com as seguintes emendas de redação.

Emenda: Dê-se a seguinte redação ao art. 10 da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015:

.....

"Art. 10. Os níveis de ensino das diferentes modalidades de cursos do Ensino Profissional Marítimo serão estabelecidos na regulamentação desta Lei e deverão ser compatíveis com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996."

Outra emenda: Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015:

.....

"Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II e III bem em como o parágrafo único, do art. 10, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015.

É o relatório, Sr. Presidente, eventual desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais o que tratar, vamos encerrar a presente reunião.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSEIS DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dalírio Beber, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Hélio José, Romero Jucá, Dário Berger e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 23ª Reunião, que é dada como aprovada. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 33, de 2015 – CDR. "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. Para tanto convidamos: O Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Sr. André Horta Melo; Os Secretários Estaduais da Fazenda do Mato Grosso do Sul, Sr. Márcio Campos Monteiro; de Goiás, Sra. Ana Carla Abrão Costa; de Santa Catarina, Sr. Antônio Marcos Gavazzoni; do Pará, Sr. Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, de Minas Gerais, Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; e da Bahia, Sr. Manoel Vitório da Silva Filho; Um representante do Ministério da Fazenda; Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 34, de 2015 – CDR. "Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no próximo dia 16.09.2015, com o objetivo de discutir as consequências, para a economia das regiões menos desenvolvidas do País, e, portanto, para o aprimoramento do equilíbrio federativo, da eventual aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, da Presidência da República, à luz do Relatório e do Substitutivo apresentados nesta Comissão pelo Senador Wellington Fagundes, além de demais assuntos correlatos, com os seguintes convidados:• Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Sr. Afonso Lobo Moraes;• Secretário-Adjunto de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul, Jader Rieffe Julianelli Afonso;• Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro Morais." Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 35, de 2015 – CDR. "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 34/2015 – CDR de autoria da Senadora Simone Tebet, a inclusão do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Manuel dos Anjos Marques Teixeira." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 36, de 2015 – CDR. "Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. Roney Sharly Faria Martins, Presidente da Associação dos Moradores do Setor Universitário quadra 88 (ASMO88) e o Sr. Orlando Afonso Valle do Amaral, reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) para debaterem a situação dos moradores da Quadra 88, no Setor Universitário, na Cidade de Goiânia-GO." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM 05 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427 DE 2014 - Não Terminativo - "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste." Autoria: Senador Aníbal Diniz. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com a emenda apresentada pela Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado o Relatório com a Emenda 01/CDR. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2011 - Terminativo - "Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela rejeição. Resultado:

Rejeitado o Projeto, por 08 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 – Terminativo –" Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Emano Férrer. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do Relator. EXTRA-PAUTA: ITEM 08 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 38, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aditado o tema da audiência pública com a finalidade discutir o Programa de Aviação Regional, aprovada por meio do Requerimento nº 26, de 2015, para incluir também em seu escopo a escalada de preços das passagens aéreas para a Região Norte, bem como para acrescer os seguintes convidados aos anteriormente convocados: 1. Presidente da Passaredo Linhas Aéreas, Sr. José Luiz Felício Filho; 2. Presidente da Avianca Linhas Aéreas, Sr José Efromovich. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 09 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 39, de 2015. " Requer, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil , Sr. ELISEU PADILHA, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, a fim de prestar informações acerca do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, instituído pela Lei º nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e da alta generalizada de passagens aéreas para a Região Norte." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado, com alteração de "convocação" para "convite". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Antes de iniciarmos a reunião, comunico a esta Comissão que a audiência pública que estava programada para a data de hoje, com o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, foi cancelada. A audiência pública teria como objetivo prover os membros desta Comissão de informações que possam subsidiar as discussões sobre políticas públicas e proposta de redução das desigualdades regionais e desenvolvimento nacional, nos termos do Requerimento nº 30, de 2015, de minha autoria. Foi cancelada, naturalmente, pelo pedido de exoneração do Ministro. Portanto, como não é mais Ministro na data de hoje, não caberia a realização de audiência pública. Determinei que fosse cancelada a audiência pública e o requerimento.

Também recebemos da Secretária do Patrimônio da União, a Srª Cassandra Maroni Nunes, tabela com os lançamentos de taxas e foros do ano de 2015, conforme solicitado pelos Senadores, na audiência pública da semana passada, em que debatemos os terrenos de marinha. O montante lançado, no ano de 2015, foi de R$761 milhões. E a tabela, que está à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na mesa, foi formada por quantidade de terrenos e por valor da unidade da Federação.

Essas informações encontram-se também disponíveis para a consulta dos Senadores na Secretaria de Apoio da Comissão. Determino à Comissão que seja encaminhado ao gabinete dos Senadores que fazem parte da Comissão, por meio eletrônico, ao término desta reunião.

Quero também passar aos Senadores e Senadoras alguns convites que a Comissão recebeu e perguntar aos Senadores e Senadoras se há interesse de algum dos membros desta Comissão de participar dos referidos eventos: a 43ª edição da Abav Expo Internacional de Turismo, que se realiza de 24 a 26 de setembro e acontecerá no Pavilhão de Exposições do Anhembi em São Paulo, e consiste no maior evento da indústria do turismo nas Américas.

Em comemoração à Semana Mundial do Turismo, a Câmara dos Deputados promoverá o Seminário Fomento do Turismo: Oportunidade de Desenvolvimento para o País, no dia 23 de setembro de 2015, a partir das 9h, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Portanto, solicito aos Senadores e Senadoras que porventura tenham interesse em participar tanto do evento da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), em São Paulo, quanto representando esta Comissão no evento da Câmara dos Deputados, no Seminário Fomento do Turismo: Oportunidade de Desenvolvimento para o País, que possam encaminhar solicitação à Presidência.

Passamos para o item 1 da pauta, que é o Requerimento nº 33, do Senador Wellington Fagundes.

Na reunião da semana passada, houve três requerimentos, apresentados pelos nobres Senadores Wellington Fagundes, Simone Tebet, Ronaldo Caiado e Donizeti Nogueira, e a proposição foi retirada da pauta da semana passada em virtude de um entendimento que se estava buscando, por parte dos autores dos requerimentos, para que, em vez de fazermos duas audiências públicas para debater o mesmo tema, pudéssemos debatê-lo em uma audiência. E, portanto, precisávamos reduzir o número de participantes da referida audiência pública.

Então, indago ao Sr. Senador Wellington Fagundes e à Srª Senadora Simone Tebet se houve um entendimento para que pudéssemos aprovar os requerimentos de maneira conjunta, unificando os itens 1, 2 e 3 da pauta, Requerimentos nºs 33, 34 e 35, em um único requerimento, já com a aprovação do Senador Donizeti Nogueira, que esteve há pouco aqui e que concordou no sentido de unificarmos as duas audiências e as transformarmos em apenas uma.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

A Senadora Simone Tebet está inscrita primeiro.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em comum acordo com o autor do Requerimento nº 33, que é o item 1 da pauta – Item 1, não; seria o próprio item 2 da pauta – Senador Wellington Fagundes, chegamos à conclusão de que aprovaríamos os dois requerimentos como estão, mas com o compromisso de, convidando os secretários de Fazenda – porque nós sabemos que nem todos poderão e terão agenda livre no dia determinado pela Comissão –, com o compromisso de trazermos no máximo quatro. Quando nós chegarmos a esse número, nós pararemos os convites. Porque muitas vezes nós poderíamos estar selecionando quatro secretários e, desses quatro, de repente, dois no dia não poderiam vir, o que comprometeria a audiência pública.

Então, nós aprovaríamos como estão os dois requerimentos, com todas essas autoridades, que são oito ou nove, mas faríamos o convite e teríamos a certeza de quatro secretários presentes na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – O Senador Ronaldo Caiado deseja...?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sim.

A linha de raciocínio é exatamente essa, Sr. Presidente, de não ultrapassarmos esse limite, mas realmente de podermos estender um pouco mais esse debate para que tenhamos uma análise bem mais aprofundada desse momento tão delicado que vivem os Estados – e agora o Governo querendo levar essa crise também para os Estados em desenvolvimento, que dependem, de uma maneira condicionante para poder sobreviver, do incentivo fiscal. Daí a necessidade de termos uma avaliação mais detalhada.

O nobre Senador Wellington Fagundes é Relator de uma matéria importante da Resolução nº 1, e acredito que essa audiência pública dará cada vez mais argumentos para que possamos aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional, produzir um texto que seja capaz de tranquilizar todos os Estados e que, ao mesmo tempo, não crie uma situação de insegurança num momento de crise. Ou seja, se nós estivéssemos fazendo essas alterações em um momento em que o Brasil estivesse no melhor momento da sua economia, vivendo com tranquilidade, com o Governo podendo amparar aqueles Estados que seriam penalizados, seria até aceitável, Sr. Presidente. Mas, diante de um quadro como esse, nessa crise instalada, de proporções inimagináveis, num quadro de total apatia por parte de qualquer investidor no País, acho que não é correto não tomarmos uma decisão que não seja muito equilibrada e também de muito bom senso neste momento.

Por isso, a linha de raciocínio é exatamente esta, não ultrapassarmos o número máximo estipulado pela Comissão, mas podermos dividir isso em mais audiências, a fim de que possamos ter uma boa fundamentação dessa matéria, que é complexa. E teremos aqui, lógico, pessoas que poderão se posicionar a favor, outros contra, e acredito que alguns trazendo propostas alternativas.

Essa é minha posição, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Primeiro, quero colocar aqui que, como Relator dessa matéria, realmente, como disse o Deputado Caiado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu disse deputado? Senador Caiado, é o saudosismo da convivência, na Câmara dos Deputados, que tive por muito tempo com V. Exª, que sempre foi um Parlamentar de destaque naquela Casa, e aqui não está sendo diferente.

Então, quero colocar, primeiro, que meu relatório já está disponível para todos os Senadores, com o objetivo, inclusive, de que seja aperfeiçoado individualmente e também por sugestão da Senadora Tebet – lembro sempre de seu pai, por isso o Tebet é muito forte. Quanto mais houver oportunidade de ouvir, da minha parte, acho importante, até porque esse relatório, acredito, para ir para votação, tem que ter, realmente, uma maioria absoluta de apoiamento, tanto por parte dos Estados quanto por parte daqueles que vão votar. É bem claro, está especificado no relatório que ele só terá validade após aprovarmos constitucionalmente os fundos, ou seja, de forma que o fundo tenha fundo, e não seja um fundo que se encontre, depois, nessa situação do FEX, que, inclusive, aprovamos ontem.

Tive oportunidade de ser Relator na Comissão de Constituição e Justiça, indicado pelo Presidente Renan, a quem agradeço e que, inclusive, está fazendo aniversário hoje, nosso Presidente da Casa. Também a Senadora Lúcia Vânia trabalhou muito nessa matéria. Mas, claro, foi um trabalho feito por várias mãos, por todos os Estados exportadores, principalmente de *commodities*, agrícolas e minerais, matérias não industrializadas, que têm que exportar esses produtos para ajudar muito o Brasil na balança comercial, e que têm feito isso, mas exportam de forma desonerada, ou seja, os Estados não recebem diretamente os impostos. A Lei Kandir estabelecia uma situação de devolução automática. Com o FEX, o Governo não é obrigado a devolver esse dinheiro, por isso nossa luta. E ontem, foi aprovado. Tivemos muitas audiências com o Ministro Levy, com a própria Presidente Dilma, que se convenceram de que o Brasil tem que ter alguma forma de estimular a exportação, principalmente dessas *commodities*. Portanto, ontem houve a aprovação.

Meu Estado de Mato Grosso é o que mais recebe os recursos do FEX, quase 21%, o que dá quase R$500 milhões. Então, nesse momento em que estamos numa crise econômica, onde as receitas da União, dos Estados e dos Municípios estão diminuindo, a maioria dos Municípios brasileiros passa por certas dificuldades, inclusive para fechar o ano, assim como os governos dos Estados. Por isso, Mato Grosso e todos os Estados, à exceção do Distrito Federal e Amapá, receberão recursos. Exceto esses dois, todos os outros Estados receberão. No caso de Mato Grosso, é um recurso extremamente volumoso, importante nesse momento. E aqui todos nós não discutimos cor partidária, cada um trabalhou no sentido de fazer com que esses recursos fizessem justiça aos Estados exportadores. Esse trabalho se dá pela capacidade de produção, pelos índices de produtividade alcançados, principalmente, no nosso caso, pela Região Centro-Oeste.

Então, da minha parte, penso que fazer dessa forma está ótimo.

E ainda depois, se for o caso, na segunda etapa, até por sugestão também da Senadora Tebet, façamos também com o Confaz e com o Ministério da Fazenda. Eu penso que, quanto mais discutir, melhor.

Ontem mesmo, numa reunião que tivemos com as Lideranças da Base, a repatriação dos recursos, que estava pronta para votar, de repente já não votamos. Agora, parece que o Governo já tem uma posição mais firme de buscar politicamente trabalhar para que esses recursos possam chegar ao Brasil.

Penso que este momento é muito bom. Com o dólar alto, muitos brasileiros levaram o dinheiro lá para fora e até compraram, por exemplo, nos Estados Unidos, com uma condição muito favorável. Então, vender lá fora e aplicar no Brasil hoje é extremamente lucrativo. Claro, muitos também têm essa condição dos recursos que não foram declarados.

Mas o que estamos aqui na iminência de votar nessa repatriação é o pagamento de multa e também o imposto devido. Penso que é uma oportunidade, porque muitos outros países já fizeram. Aqui não estamos falando de dinheiro sujo, dinheiro do narcotráfico. Estamos falando de dinheiro que tem, pelo menos, essa origem, que ainda vamos discutir muito no plenário.

Então, Sr. Presidente, da minha parte, como Relator, mas como proponente desse relatório, desta audiência pública, eu concordo aqui com os dois Senadores; aliás, concordo que temos que discutir o máximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, tentando encaminhar, ouvindo o Senador Caiado e o Senador Wellington, eu acredito que possamos, então, fazer duas audiências. A primeira, Senador Caiado, com o secretários de Fazenda, dentre aqueles que quiserem comparecer. Nós sabemos que vamos convidar, talvez, seis a oito, mas vão comparecer, num primeiro momento, quatro. Num segundo momento, ouviríamos o representante do Confaz e do Ministério da Fazenda. A partir daí, se novos elementos surgirem e houver necessidade de outros questionamentos, audiências, idas a ministérios, claro que esta Comissão não vai se furtar à responsabilidade, diante de um tema tão complexo e polêmico, que envolve, principalmente,

as finanças de pelo menos 9 Estados da Federação brasileira, que estariam perdendo recursos com essa unificação da alíquota.

Então, para encaminhar, questiono o Senador Caiado e o Senador Wellington se foi esse o entendimento. A princípio, começamos com duas audiências públicas. Uma, para ouvir Secretários Estaduais de Fazenda, e outra, para ouvirmos representantes do Confaz e o Ministério da Fazenda ou o seu representante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, não só concordo. Talvez a presença do representante da Confaz, para que nós tivéssemos ali o contraponto, ou também do Ministério da Fazenda, nas duas reuniões, fosse interessante, para que não tivéssemos apenas o lado da posição dos nossos Estados, ou seja, os Estados perdedores. Eu acredito que é fundamental que possamos também contra-argumentar ou utilizar aqui da réplica e da tréplica, para tentarmos chegar a um acordo com o Ministério da Fazenda e com o Confaz.

Eu acho que, se pudéssemos não ser uma audiência apenas dos que irão defender aquilo que nós – Senadora Simone, Senador Wellington e eu – defendemos, a sobrevivência dos nossos Estados, que pudéssemos fazer aqui o contraditório e também refutar algumas posições apresentadas por eles, que muitas vezes desenham para todos os brasileiros como se nós estivéssemos sobrevivendo com o benefício de uma guerra fiscal. Então, uma coisa é uma concorrência fiscal, o que é aceitável, sabendo as diferenças que existem das várias regiões do País. Isso é aceito, está previsto na norma constitucional brasileira. Outra coisa é realmente ficar rotulando os Estados como se estivessem se utilizando de algo ilícito ou que estariam provocando um prejuízo enorme à Nação.e que isso seria motivo para provocar todo este momento de dificuldade da recuperação da economia brasileira.

Quer dizer, precisamos ter aqui a oportunidade do debate, do enfrentamento, para solicitar ao Ministério da Fazenda dados que saberemos aqui contraditar, para mostrar que o que estão querendo é simplesmente desviar o foco do problema e que podemos achar uma solução. Essa solução pode ser intermediária, mas que não será apenas tentar ganhar o jogo com a tese de satanizar os Estados, de que isso seria inconstitucional, isso seria desleal junto com os outros Estados.

Então, Sr. Presidente, acho que é o momento oportuno de colocarmos aqui todos os argumentos que temos. O único adendo que eu faria à pauta apresentada pela Senadora Simone Tebet é em relação, talvez, a termos alguém da Fazenda nas audiências, para que haja o debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Simone, há uma sugestão também do Senador Donizeti Nogueira, antes de V. Exª usar a palavra. Assim, vamos resolvendo por partes a nossa discussão dos três requerimentos.

Ficou a sugestão de V. Exª de quatro representantes dos Estados, das Secretarias. O Senador Donizeti deixou um pleito solicitando para que fosse por Região. Assim, aumentaríamos um. Convidaríamos um secretário de cada Região, ficando o limite de até cinco; convidaríamos seis, sete, oito, mas ficávamos neste acordo de até um por Região, se fosse possível.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não vejo problema, Sr. Presidente, mas, na linha do Senador Caiado e para atender a todos os colegas, acho que este é um tema de discussão que se está iniciando, mas não tem data para terminar.

Já que esta é a Comissão de Desenvolvimento Regional e que visa, principalmente, diminuir a desigualdade das Regiões menos desenvolvidas, por que não ouvirmos, neste momento, um representante do Norte, um do Nordeste e um do Centro-Oeste, com o representante do Confaz e do Ministério da Fazenda?

Então, teríamos cinco e, a partir daí, poderíamos ouvir novamente o Sul e o Sudeste com os representantes do Ministério da Fazenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, estamos vendo como este tema é extremamente complexo. E aqui se discutiu muito; o Senador Romero Jucá também relatou esta matéria em outro momento, e a grande preocupação é a insegurança jurídica dos incentivos.

Ontem, no meu Estado, foi decretada a prisão de dois ex-Secretários de Fazenda, ex-Secretário também da área de indústria e comércio, inclusive do Governador, e o tema é exatamente incentivos fiscais.

Isso aconteceu ontem no meu Estado, e, assim como em Mato Grosso, muitos outros Estados fizeram realmente incentivos, eu diria, em larga escala. No meu Estado, há casos de indústria que foi montada com 25 anos de isenção. Ao se calcular só essa isenção, viu-se que seria suficiente para construir cinco vezes o investimento. Ou seja, o Estado demorará 25 anos naquele empreendimento para, pelo menos, recuperar ou empatar.

Aí existem as discussões: "mas gera emprego". No entanto, em muitos casos, Senador Caiado, existe empresa que causa um impacto social, no sentido de chegar com mil, dois mil trabalhadores, exigindo assim muito também do Município em termos de saúde, educação e tudo mais. E a isenção é única e exclusivamente decisão do governo do Estado. O governo do Estado decide com um conselho que normalmente os Estados têm, mas os próprios Municípios não têm muita força para decidirem isso.

Lembro-me do caso de Vinhedo, São Paulo, quando uma empresa queria se instalar – isso há uns 20 anos–, com a geração de dois mil empregos, e o Prefeito, à época, não aceitou, porque ele estava preparando a cidade de Vinhedo para ser inclusive uma cidade dormitório, uma cidade vocacionada para os grandes condomínio habitacionais.

Assim, Vinhedo se transformou numa das cidades de melhor qualidade de vida, e não foi atraindo geração de empregos de baixo valor. Então é um exemplo.

No Brasil, de um modo geral, principalmente no interior, nos Estados mais distantes não há esse privilégio. Temos que buscar as empresas e sempre se discute a questão da geração de empregos. Por isso, essa insegurança jurídica, acredito, é outro tema que precisamos debater mais ainda, inclusive do passado, porque isso está acontecendo agora, recentemente, no meu Estado, e me causa uma preocupação muito grande, porque, daqui a pouco, vai haver outra Operação Lava-Jato em cima de empresários em outra área, em cima de incentivos fiscais.

Aliás, o meu Estado, neste momento, tem também uma CPI dos incentivos fiscais. Então, vejam a gravidade que representa esse tema.

Por isso, agradeço à nossa Comissão e a V. Exª, Senador Davi, de me dar a oportunidade de relatar esse projeto, dada a importância que ele representa não só no meu Estado, mas em todo o Brasil, principalmente nos Estados que têm a condições de exportação desonerada de forma muito expressiva.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Ronaldo o Caiado, depois Senador Dalírio.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, essa matéria já foi aprovada no Senado Federal e está na Câmara, a matéria da convalidação. Então, acerca assunto trazido pelo Senador Wellington, concordo com essa insegurança, mas essa é uma matéria já superada aqui no Senado Federal. Nós já aprovamos essa matéria e ainda não foi pautada na Câmara dos Deputados, apesar de toda a articulação feita por nós para que essa matéria fosse votada. Esse é um assunto. A convalidação desses incentivos que já foram dados é uma matéria já resolvida em relação ao Senado Federal.

O que estamos discutindo aqui é um outro momento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas que pode voltar, não é, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Como?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Que pode voltar para o Senado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, ela pode voltar ao Senado, mas, pelo menos aqui na Casa, conseguiu, se não me engano, unanimidade, não é isso Senadores? Unanimidade na Casa. É uma matéria que já foi muito bem trabalhada, e esse ponto não seria mais um ponto de discórdia entre nós.

Acho que a discussão seria exatamente como estipular essa unificação de alíquota, neste momento, em que todos nós sabemos aqui... Ninguém aqui precisa exercitar muito as informações que temos no dia a dia para diagnosticar que o Governo hoje não dá conta de apresentar sequer um orçamento equilibrado. Como é que ele vai apresentar a criação de um fundo? Quer dizer, é uma utopia, é uma miragem. Se estamos discutindo miragem, é difícil, porque em miragem podemos ter qualquer visão dela.

Agora, sobre o fato concreto, se o Governo não tem condições sequer de ter um orçamento que tenha receita e despesa equilibrados, como é que vamos imaginar, nessa hora, que criaremos ainda algo que não será usado pelo Governo Federal, para o seu superávit primário, e que ele vai criar um fundo de desenvolvimento para os Estados, para equilibrar, ao mesmo tempo um fundo de compensação?

Quer dizer, é uma utopia.

O que fica claro nesse projeto é que aquilo que o Ministro da Fazenda está priorizando neste momento não tem nada a ver com o quadro que estamos vivendo. Até porque, posso falhar aqui talvez em 1% a mais ou a menos, mas pergunto: o que representa o mercado das mercadorias desses Estados que têm incentivos fiscais, tomando em consideração todo o volume comercializado no Brasil? É irrisório, não chega a 15%. Então, estamos fazendo uma tempestade em copo de água. A realidade hoje é muito mais complexa.

O Governo hoje vive, por incompetência, um verdadeiro inferno astral, e não consegue sequer ter sintonia entre os seus próprios Ministros e, de repente, querer colocar como tábua de salvação a unificação das alíquotas de ICMS. Quer dizer, única e exclusivamente, ele quer transferir também a crise para os governado-

res, que já têm uma proporção inimaginável, para amanhã ficar totalmente ingovernável e aí, sim, criar uma situação semelhante à da União.

Acho que é este o sentimento do Governo: criar um colapso generalizado. Então, o Governo Federal está incapaz de governar, e também vamos disseminar isso para que todos os Estados se transformem em um Rio Grande do Sul, e aí todos nós estaríamos numa situação, em que o foco já não seria mais a incompetência da União, mas seria aí a generalização da incompetência dos demais.

Por isso, acho que isso aqui não é nada relevante, não tem nada de urgente. Nós já passamos por muitas crises no País, isso nunca foi a pauta número um. Isso aqui é uma obsessão, é meio uma paranoia do Ministro da Fazenda, que quer simplesmente levar adiante algo que ninguém prioriza como fundamental ou como alicerce de uma grande mudança que vai apresentar do ajuste fiscal para o País.

Então, Sr. Presidente, concordo, na pauta, em que devamos continuar com aquilo que foi aqui aprovado, uma primeira reunião com os secretários de fazenda e também representantes do Confaz e do Ministério da Fazenda, o segundo também, e aquilo que foi acertado entre nós, em duas audiências, para que possamos elucidar mais e debater esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Partindo do pressuposto do acordo formalizado pelos Senadores autores dos Requerimentos de nº 1, de nº 2 e de nº 3, com as manifestações feitas pela Senadora Simone, Senador Ronaldo Caiado, Senador Wellington, aprovamos o requerimento das duas audiências públicas, ...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Colocamos em votação ...,

Ah, Senador Dalírio, perdão.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas solicitaríamos ao Senador Wellington e à Senadora Simone, que mantivessem, digamos, o convite ao Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, conforme estava no primeiro requerimento do Senador Wellington, até porque o Senador Luiz Henrique da Silveira era, digamos, um dos que trabalhou muito essa matéria, e acho que seria até uma maneira de homenageá-lo. O secretário tinha uma sintonia perfeita com o Senador Luiz Henrique da Silveira e, com certeza, trará contribuições para esclarecer todos os Senadores.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Concordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dalírio, V. Exª faz uma referência muito importante, fundamental para colocarmos em votação os requerimentos, unificando os três requerimentos em duas audiências públicas. É esse o entendimento a que chegamos aqui. Convidaremos, primeiro, os Secretários do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, com o representante do Confaz, e do Ministério da Fazenda, na primeira audiência pública, até para ver o que o Senador Ronaldo Caiado colocou, que é a posição contrária na mesma audiência pública. Em seguida, faremos o convite ao Secretários do Sul e do Sudeste e, em homenagem ao Senador Dalírio, o requerimento feito por ele verbalmente, convidaremos também para essa audiência o Secretário de Fazenda de Santa Catarina.

Portanto teremos cinco participantes na primeira audiência e cinco participantes na segunda audiência. É esse o entendimento?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – De acordo, Sr. presidente.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 33, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.Para tanto convidamos:
O Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Sr. André Horta Melo;
Os Secretários Estaduais da Fazenda do Mato Grosso do Sul, Sr. Márcio Campos Monteiro; de Goiás, Sra. Ana Carla Abrão Costa; de Santa Catarina, Sr. Antônio Marcos Gavazzoni; do Pará, Sr. Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, de Minas Gerais, Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; e da Bahia, Sr. Manoel Vitório da Silva Filho;Um representante do Ministério da Fazenda;

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:
- Requerimento subscrito pelo Senador Davi Alcolumbre;
- Constou na pauta da 23ª Reunião, em 09/09/2015.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no próximo dia 16.09.2015, com o objetivo de discutir as consequências, para a economia das regiões menos desenvolvidas do País, e, portanto, para o aprimoramento do equilíbrio federativo, da eventual aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, da Presidência da República, à luz do Relatório e do Substitutivo apresentados nesta Comissão pelo Senador Wellington Fagundes, além de demais assuntos correlatos, com os seguintes convidados:• Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Sr. Afonso Lobo Moraes;• Secretário-Adjunto de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul, Jader Rieffe Julianelli Afonso;• Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro Morais.

Autoria: Senadora Simone Tebet e outros
Observações:
- Requerimento subscrito pelos Senadores Ronaldo Caiado e Donizeti Nogueira;
- Constou na pauta da 23ª Reunião, em 09/09/2015.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 34/2015 – CDR de autoria da Senadora Simone Tebet, a inclusão do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Manuel dos Anjos Marques Teixeira.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Observações:
- Constou na pauta da 23ª Reunião, em 09/09/2015.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em votação a proposta feita pelos Senadores.

Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, com as alterações propostas pelos nobres Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Romero Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria pedir vênia a V. Exª e à Comissão, para que pudéssemos votar agora o item da pauta, vou precisar me retirar para uma reunião no Ministério do Planejamento.

É o Projeto 427, do Senador Anibal Diniz, que é um projeto extremamente importante para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é exatamente uma fixação e obrigatoriedade de o FUST investir em tecnologia para internet, para o acesso a esse recurso, que é difícil nas nossas Regiões.

O projeto do Senador Anibal Diniz fixa um patamar mínimo obrigatório de investimento. Nós sabemos que parte dos recursos do FUST é sempre contingenciada para tentar cumprir o superávit primário, com o que discordamos porque é um Fundo Que tem uma finalidade específica.

E, a esse projeto, a Senadora Simone Tebet apresentou uma emenda ampliando o percentual do Centro-Oeste, que era menor na proposta do Senador Aníbal, era muito menor, e nós então demos parecer favorável, exatamente atendendo à Senadora Simone e fixando um padrão que possamos cobrar à Anatel e às empresas de telefonia.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª, se pudesse... Eu acho que não é matéria polêmica, porque beneficia as três Regiões que têm um serviço péssimo de Internet. Eu posso falar pelo meu Estado de Roraima. É um problema. Eu acho que não é diferente na maioria dos Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste. É um pouco

melhor no Nordeste, nas grandes cidades, mas temos que ter Internet para o Brasil todo e com igualdade de oportunidades e de qualidade para todos os brasileiros.

Então, eu solicitaria a V. Exª, se pudesse...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Realmente, em relação ao projeto em que o Senador Romero Jucá é Relator, não há, da nossa parte, nenhuma oposição, Sr. Presidente.

Mas eu gostaria só, antes de passar pela ordem da Comissão, que pudéssemos apreciar exatamente o Item nº 4, de cujo requerimento eu sou autor. É uma matéria que já está tramitando na Justiça e seria fundamental que eu pudesse encaixar, ter a aprovação dos nobres pares para debater essa situação dos moradores de uma quadra...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu concordo com a proposta do Senador Caiado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Então vamos passar... Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, também logo após os dois Líderes, Romero Jucá e Ronaldo Caiado, eu tenho um complemento extrapauta ao qual peço aquiescência do Plenário e de V. Exª.

Trata-se, Sr. Presidente, da audiência pública que já foi aprovada aqui nesta Comissão, para debater o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional, que foi aprovado, no ano passado, aqui pelo Congresso Nacional. E quero pedir explicações – é este o termo – do Ministro da Aviação Civil, pela não implementação do plano.

Então, tenho dois requerimentos, Sr. Presidente. Um é de convocação de S. Exª, do Ministro da Aviação Civil, para uma audiência em separado sobre o Plano Nacional de Aviação Regional, sobre a sua implementação. O outro é para uma audiência pública. Além dos "atores" que já foram aprovados em requerimento anterior, incluir o convite ao Sr. Presidente da Passaredo Linhas Aéreas e ao Sr. Presidente da Avianca Linhas Aéreas.

No momento em que convier a V. Exª e ao Plenário, eu solicito submeter esses requerimentos à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Aproveitando o quórum da Comissão, eu gostaria de solicitar aos Senadores e Senadoras que concordam com inclusão dos dois requerimentos do Senador Randolfe Rodrigues como extrapauta, na pauta, que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão dos requerimentos na pauta, os quais serão, ao final da reunião, colocados em votação.

Apenas votamos a inclusão do extrapauta na pauta.

Agora vamos passar rapidamente para o Item nº 4, cujo autor é o Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 36, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. Roney Sharly Faria Martins, Presidente da Associação dos Moradores do Setor Universitário quadra 88 (ASMO88) e o Sr. Orlando Afonso Valle do Amaral, reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) para debaterem a situação dos moradores da Quadra 88, no Setor Universitário, na Cidade de Goiânia-GO.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Caiado, para o encaminhamento do requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Rapidamente, Sr. Presidente, peço o apoio de todos os nobres pares no sentido de aprovar esse requerimento.

Quando Goiânia foi construída, essa região do Setor Universitário era distante, hoje é uma área dentro da cidade de Goiânia. Como tal, essa área inicialmente foi definida para a Universidade Federal de Goiás, depois a Universidade foi realocada para uma outra área, bem mais ampliada, em condições de fazer todo o trabalho de pesquisa e atendendo a todas as faculdades ali que compõem o *campus* universitário de Goiás, a UFG.

Existe exatamente uma discussão, no campo jurídico, dessas pessoas que lá habitam. São pessoas de baixa renda, que já estão instaladas lá desde a fundação da nossa cidade. Nós queremos buscar um acordo, um entendimento e uma compensação, para que essas pessoas não sejam desalojadas nem retiradas desse local.

É com esse objetivo que quero trazer representante dos moradores e também da universidade federal, para que possamos construir um entendimento e para que o Estado possa compensar a Universidade Federal de Goiás, não tendo que hoje retirar todas essas 88 famílias, que estão lá hoje morando nesse local.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em votação, o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Requerimento nº 36 está aprovado.

Passamos agora para o item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com a emenda apresentada pela Senadora Simone Tebet.
Observações:
- Constou na pauta da 14ª Reunião, em 25/05/2015; e da 23ª Reunião, em 09/09/2015.
- A matéria segue às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT; e de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, depois do sucinto e breve, mas competente, resumo de V. Exª, eu só posso registrar que essa matéria é extremamente importante, atende a uma dificuldade grande das nossas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, portanto o parecer é favorável, com a emenda da Senadora Simone Tebet, que faz justiça ao Centro-Oeste.

Portanto, a matéria é importante, o voto é favorável, e eu peço aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão, a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas para fazer um agradecimento especial ao Relator da proposição, Senador Romero Jucá, por ter entendido a posição do Centro-Oeste.

Dos 70% agora a serem aplicados pelo Fust (Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações), agora incluindo a internet, principalmente nessa questão muito sensível no País, que é a questão da banda larga, havia se colocado apenas 8% para o Centro-Oeste. Não podemos esquecer que, por exemplo, o norte de Mato Grosso, Estado vizinho ao meu, Estado do Senador Wellington Fagundes, tem particularidades muito específicas e próprias da Região Norte do País.

Então, tendo em vista essa situação, apenas procuramos tirar 2% do Norte, 2% do Nordeste e passar para o Centro-Oeste. O Centro-Oeste passou de 8% para 12% do percentual, ficando a Região Nordeste com 26%; e a Região Norte, com 32%.

Eu agradeço, portanto, de forma especial e peço a compreensão e o apoio dos Srs. Senadores para que seja aprovado o projeto juntamente com essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero aqui também manifestar-me favoravelmente a esse projeto, inclusive com o acatamento da emenda da Senadora Simone. No entanto, quero deixar a preocupação à Senadora Simone e ao Senador Caiado: esse é mais um fundo que o Governo Dilma – e não é o Governo atual, desde o Governo Fernando Henrique – vem utilizando como colchão.

Eu me lembro bem de que, lá no meu Estado e no Estado do Pará, nós saímos de carro de Cuiabá até Santarém com o Ministro Pimenta da Veiga, à época, e ele anunciava que iria utilizar os recursos do Fust para construir a BR-163. Ele estava numa pré-campanha como candidato a Presidente da República. Olhem só: utilizar os recursos do Fust para construção de uma estrada. Para nós, de Mato Grosso, é claro que queríamos isso, mas, infelizmente, esses fundos não têm sido utilizados com a finalidade específica.

Portanto, Senadora Simone, acho que a discussão do fundo de compensação do ICMS realmente precisamos fazer, não só de tê-lo constitucionalmente, mas da obrigação de que esses recursos sejam utilizados para aquela finalidade, porque, senão, criamos, como tem acontecido em outros Estados, fundos específicos, e esses fundos são desviados para outra utilização.

Nesse caso, quem acaba perdendo, principalmente, são os Municípios, porque a maioria dos fundos criados não vão para o Município: ou é para o Governo Federal ou para o governo dos Estados.

Gostaria aqui, Senador, não fiz emenda, mas não sei se ainda seria possível o Relator pensar nessa questão da obrigatoriedade que esses recursos fossem utilizados especificamente para o fim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então ótimo, mas não há obrigação. Não gastar o recurso, aí ficam lá como os colchões famosos para o equilíbrio das contas do Governo. É essa a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, também na mesma linha do Senador Wellington Fagundes, esse debate sobre os fundos nos faz repensar um pouco o quanto é necessário trabalharmos o pacto federativo, porque temos uma realidade que é e uma que deveria ser.

A grande verdade é que, ontem, aprovamos, por unanimidade, ali no plenário do Senado Federal, a autorização para que fosse pago o Fecs (Fundo de Compensação de Perda dos Estados) aos Estados exportadores que não podem arrecadar ICMS sobre o que exportam. Na verdade, foi uma luta, é um fundo que foi criado e o Governo paga assim quase que numa moratória, "devo, não nego; pago quando puder". E ontem foi aprovada essa Lei para repassar aos Estados, mas já fica a preocupação: de 2015, já venceu agora em setembro.

Só, como exemplo, Sr. Presidente, o Estado de Mato Grosso, são R$400 milhões. Veja se um Estado carente como aquele poderia se dar ao luxo de ficar sem esse recursos; os Municípios todos com pires na mão, alguns nem conseguindo pagar a folha, e o dinheiro aqui na União, Na verdade, estava sendo uma espécie de apropriação indébita, porque não é um dinheiro da União, é um dinheiro dos Estados que estava retido.

Os fundos têm sido tratados como um particular, o Governo não tem dado a real importância para eles, porque pode não ser tão importante para o Governo Federal, agora, para o Estado é extremamente importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação, o relatório que conclui pela aprovação com a emenda apresentada pela Senadora Simone Tebet.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Ciência e Tecnologia para as providências cabíveis.

Solicito ao Senador Romero Jucá três minutinhos para votarmos dois projetos terminativos, já foram lidos e discutidos. Só há um inclusive, porque o outro o Senador Elmano Férrer pediu retirada de pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2011
- Terminativo -

Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Pela rejeição.

Observações:

- Durante a 22ª Reunião, em 02/09/2015, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a deliberação;

- Constou na pauta da 23ª Reunião, em 09/09/2015;

- Votação nominal.

Passamos agora à votação nominal.

Senadora Simone Tebet, o parecer do Relator é pela rejeição, portanto, se votar "sim", vota a favor da rejeição do projeto.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou votar "sim" e vou justificar, Sr. Presidente, rapidamente.

Essa justificativa do proponente, Senador Donizeti – louvo até pela iniciativa – hoje, na prática, não tem mais efeito; já fui prefeita, já tive oportunidade de discutir essa questão.

Na realidade, hoje, quem vender um imóvel, automaticamente, como é o cadastro único da Caixa Econômica Federal, está bloqueado de conseguir uma nova habitação. Então, essa questão de protelar por 15 anos o registro do imóvel pensando nas pessoas de boa-fé por conta de outro caso de pessoas que, por má-fé, vendem o seu imóvel, a sua casa pensando em adquirir outra pelo sistema financeiro da Caixa Econômica, não procede. Por isso é que eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – No caso, a orientação da Secretaria é votar "não", para quem votar "não" porque como o projeto de lei é terminativo o voto do Relator...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela rejeição da proposição voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – O voto da Senadora Simone é "não".

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Voto com o Relator, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Vota "não"?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, realmente dentro daquilo que o projeto propõe, já está definido pela Caixa Econômica como sendo condicionante, ou seja, o cidadão não poderá ter acesso mesmo a uma segunda aquisição de uma casa pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, com isso, realmente estaríamos sendo redundantes aqui em relação à aprovação desse projeto.

Como tal, se é matéria já definida, não tem porque aprovarmos algo que vem em cima da legislação vigente. É o voto pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – "Não".

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Vota "não".

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Davi Alcolumbre, "não", com o Relator.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Resultado da votação.

O quórum era nove que necessitaríamos para votar o projeto. A votação, 8 NÃO, 0 SIM e um voto do Presidente NÃO.

Está rejeitado o projeto.

A Presidência do Senado Federal será comunicada da decisão do colegiado.

O próximo item da pauta, o Item 7 foi retirado pelo Relator do projeto.

O Senador Elmano Férrer encaminhou uma solicitação à Presidência da Comissão para que nós retirássemos de pauta o projeto. Portanto, está retirado o projeto.

(É o seguinte o projeto retirado:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
- Durante a 22ª Reunião, em 02/09/2015, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a deliberação;
- Constou na pauta da 23ª Reunião, em 09/09/2015;
- Votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Passamos agora para o item extrapauta que foi aprovado no início da reunião.

ITEM 8
Requerimento Nº 38, de 2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aditado o tema da audiência pública com a finalidade discutir o Programa de Aviação Regional, aprovada por meio do Requerimento nº 26, de 2015, para incluir também em seu escopo a escalada de preços das passagens aéreas para a Região Norte, bem como para acrescer os seguintes convidados aos anteriormente convocados:

1. Presidente da Passaredo Linhas Aéreas, Sr. José Luiz Felício Filho;
2. Presidente da Avianca Linhas Aéreas, Sr José Efromovich
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra o ilustre Senador Randolfe Rodrigues para defender o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, na verdade, é o complemento de um requerimento que já foi aprovado anteriormente nesta Casa. Além de debatermos o Plano Nacional da Aviação Regional, acrescento – no requerimento anterior estava presente o representante da Azul Linhas Aéreas e da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, além do Sindicato Nacional da Aviação Civil – duas empresas regionais nesse requerimento, a Passaredo e a Avianca, notadamente pela especialidade dessas empresas da aviação regional e para debatermos.... No ano passado, Senadora Simone, esta Casa votou o Plano Nacional da Aviação Regional e, entre outros pontos, concluiu que se precisava favorecer a aviação em nossas Regiões, no Centro-Oeste e na Amazônia, principalmente onde o avião não é um meio de transporte de luxo, é um meio de transporte indispensável.

Ocorre, Sr. Presidente, que, como V. Exª muito bem sabe, Senador do nosso Estado do Amapá, que V. Exª é, o plano não foi implementado, as Regiões mais distantes do País, Estados que dependem da malha aeroviária, têm tido a redução das opções de voos. Por conta disso, é necessário ouvirmos o setor aqui em audiência pública, porque, além da redução das opções de voos, e, por consequência da redução, nós temos tido o aumento demasiado...

Só no nosso Estado do Amapá, o aumento da passagem aérea chega a quase 40%, tornando um meio de transporte fundamental em um luxo para poucos. E em um Estado como o Amapá, como Rondônia, Acre e Roraima, essa ação chega a ser criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.
Em votação o Requerimento nº 38.
Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado o aditamento ao Requerimento nº 26, com a participação dos referidos convidados.
Passamos para o Requerimento Extrapauta nº 39.

ITEM 9
Requerimento Nº , de 2015

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil, Sr. ELISEU PADILHA, para que compareça à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, a fim de prestar informações acerca do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, instituído pela Lei º nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e da alta generalizada de passagens aéreas para a Região Norte.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Com a palavra o nobre Senador Randolfe Rodrigues para defender o Requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, é pela mesma razão. Como se trata do Ministro da Aviação Civil, não vamos trazê-lo para uma audiência com todos. O Ministro, pela prerrogativa de Ministro, necessita estar em uma audiência em separado, aqui, com os membros desta Comissão.

Notadamente, nós já tínhamos tentado, em outras oportunidades, trazer o Ministro aqui, e não foi possível. Como o Ministro da Aviação Civil, nós sabemos muito bem, Senador Davi, ultimamente não tem sido atualizado sobre quais são os Senadores do Estado do Amapá – tendo em vista o evento de retomada das obras do Aeroporto Internacional de Macapá, que aconteceu na última sexta-feira, em que nenhum dos três Senadores foi convidado –, é uma oportunidade também de o Ministro ser atualizado também, aqui, no Plenário, sobre quem são os Senadores do Estado Amapá.

Então, na verdade, Sr. Presidente, tem que cumprir dois objetivos: o primeiro é convocar o Ministro para falar o porquê de o Plano Nacional de Aviação Regional não ter sido implementado, e segundo, quem sabe, o Ministro ser apresentado para nós, Senadores do Estado do Amapá – já que eu acho que ele não tem conhecimento dessa informação.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho louvável a preocupação do Senador Randolfe. Acho que realmente a questão da Aviação Regional, como toda a política de logística deste País, está ultrapassada. Em pleno Século XXI, nós estamos ainda com uma logística de transporte, não é nem do Século XX, eu acredito que seja do Século XIX. Acho que temos questões essenciais, como, por exemplo, a implantação de ferrovias, duplicações de rodovias. Precisamos mesmo regionalizar a Aviação deste País.

Eu, como Prefeita, tive a oportunidade de construir um receptivo aeroporto municipal na minha cidade. Consegui levar primeiro a Passaredo – e faço aqui um agradecimento especial. Foi a primeira a acreditar no meu Município, um Município de pouco mais de 100 mil habitantes. Em seguida a Azul, que também hoje opera lá.

A única consideração que eu faço – eu não tenho nenhuma objeção ao Requerimento Senador Randolfe – é de que pudéssemos transformar esta convocação em convite. E eu digo o porquê, Senador Randolfe. Nós já tivemos a oportunidade de convidar o Ministro, e ele esteve aqui já, este ano, na Comissão Desenvolvimento Regional.

Faremos o convite, e se, porventura, ele recusar e refutar.... eu não acredito que ele vá recusar o convite, ele foi muito bem recebido da outra vez aqui, no primeiro semestre.

É um Ministro que já passou pelo Parlamento, sabe da importância do debate, das discussões. Se nós não conseguirmos, por meio do convite, eu serei a primeira a apoiá-lo e, em menos de uma semana, de quinze dias, estaremos fazendo a convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Como dizer não a uma proposta vinda de V. Exª, Senadora Simone? Convertido.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigada, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão o requerimento do Senador Randolfe, com a proposta feita pela Senadora Simone de alteração de convocação do Sr. Ministro para convite ao Sr. Ministro, com o adendo, também colocado pela Senadora Simone de que, caso S. Exª, o Sr. Ministro, não compareça na data do convite, eu serei o segundo, juntamente com V. Exª, a assinar o requerimento de convocação.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação, com as alterações propostas pela Senadora Simone Tebet.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional.

(Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vincentinho Alves, Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Telmário Mota e Eduardo Amorim. Comparece à reunião o Senador Wellington Fagundes, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 56/2015-CCT, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Lasier Martins, destinada a analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jaime Martins de Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília - UnB; Henrique Luiz Cukierman, Pró-Reitor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Emília Maria Silva Ribeiro Curi, Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; e Márcio de Castro Silva Filho, Diretor de Programas e Bolsas no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Lasier Martins e José Medeiros. Faz uso da palavra o senhor José Carmine Dianese, Professor Emérito da UnB. Neste momento, os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Hélio José requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos e Projetos de Leis, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 55 de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a municipalização da comunicação no Brasil por meio das Rádios e TVs Comunitárias, das TVs Universitárias e do Canal da Cidadania, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Sr. Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM); Sr. José Luiz do Nascimento Sóter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO); Sr. Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU); Sr. Octávio Penna Pierante, Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações." O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 58 de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer "..., nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública nesta CCT para discutir o PLS nº 200/2015, de autoria da senadora Ana Amélia , que 'Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas'. Para tanto, sugerimos sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Jardeson Socrátes Lima – Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasi; Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica; Dr. Jorge Alves de Almeida Venancio - Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; Dr. Rodrigo Stabeli – Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz; Prof. Dr. Fernando Medina – Chefe do Setor de Transplante Renal da Unifesp e do Hospital do Rim; Profa. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência." O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 3: Requerimento n.º 59, de 2015-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que "Nos termos regimentais, requeiro a realização, no dia 22 de outubro próximo, de Audiência Pública para debater o tema 'Desenvolvimento de tecnologia na área de saúde', devendo-se convidar o Professor Doutor Alysson Moutri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, de San Diego, Califórnia, nos Estados Unidos da América, e outros que os senhores senadores indiquem." O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 131, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESP), que "Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros", que tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto. Após a leitura do relatório, é

concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta que é a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 1º de setembro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Senador Lasier, obrigado pela presença.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 56/2015, desta Comissão, subscrito pelo Senador Lasier Martins.

Destina-se esta audiência a analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação.

Eu nem deveria precisar chamar a atenção para a importância desta audiência para discutir os cortes de recursos na área de ciência e tecnologia. Qualquer corte de recursos em infraestrutura traz problemas para o futuro, neste caso um dos setores mais importantes da infraestrutura da economia que quiser estar adaptada ao século XXI, que é o de infraestrutura para criar a base do capital do futuro, que é o conhecimento.

Por isso, escolhemos convidados que vão poder falar, sim, da situação em que nós estamos. E, mais oportuna ainda esta audiência diante do fato de termos recebido ontem a proposta orçamentária do Poder Executivo que vem com um déficit de mais de R$30 bilhões, jogando no colo do Congresso a tarefa de fazer os cortes. E não tenham dúvida de que essa é uma rubrica que vai tentar os Parlamentares a cortarem dinheiro ainda mais. Não tenham dúvida disso!

Então, daí a importância desta audiência para mostrarmos ao Brasil quais as consequências de termos cortes nessa área.

Eu chamo, para compor a Mesa, o Professor Márcio de Castro Silva Filho, Diretor de Programas e Bolsas no País da Capes, o Professor Jaime Martins de Santana, Decano de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Brasília, o Professor Henrique Luiz Cukierman, Pró-Reitor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Srª Emília Maria Silva Ribeiro Curi, Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Obrigado aos convidados, que já tive oportunidade de cumprimentar anteriormente na sala de espera.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de passar às exposições, eu quero dizer que, neste momento, estamos realizando uma audiência na Comissão Senado do Futuro, da qual eu faço parte. Desse modo, eu terei de me retirar em um certo momento, mas aqui o nosso Vice-Presidente ficará.

Ainda teremos, quase que simultaneamente, porque iniciarão um pouco mais tarde, reunião da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Econômicos, mais dois colegiados dos quais eu faço parte e, provavelmente, também o Senador Hélio e o Senado Lasier. Entretanto, esclareço que estamos com muita atenção para esta audiência – nós, pessoalmente –, que será transmitida pela televisão. Em função disso, haverá um debate nacional. A comunidade acadêmica, certamente, vai participar.

E, já que temos aberto o espaço para perguntas por escrito, se houver tempo e alguém do plenário quiser fazer perguntas, eu abrirei essa possibilidade aqui, até para que possamos ter um debate mais intenso.

Durante o curso da audiência, nós, Senadores, poderemos fazer intervenções e os que estão presentes também poderão fazer a exposição que desejarem.

Não definimos o tempo de cada expositor. Assim, pergunto se 15 minutos são suficientes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Serão 15 minutos, mas sem nenhum exagerado rigor. Na medida em que tiverem o que falar, podem continuar falando. Soará uma campainha, que é automática, mas não é uma campainha expulsória, por assim dizer.

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Professor Jaime Martins de Santana.

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – Srªs e Srs. Senadores, prezados colegas da Mesa, bom dia.

É uma honra participar desta audiência. Agradeço muito a deferência do convite.

Eu confesso que esperava falar por último, depois dos dados da Capes e do CNPq, mas vamos lá.

Eu não preparei dados porque, como sei que a Capes, o CNPq e o MCTI estão aqui hoje e têm os dados oficiais, fica muito mais fácil pegar os dados deles para se ter uma ideia mais clara do que acontece.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, apesar das dificuldades, as universidades têm sempre um excelente diálogo com o MCTI, com o CNPq e com a Capes. O nosso Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação tem uma estrutura administrativa bastante robusta e com uma participação da comunidade científica bastante intensa.

O fomento, particularmente para a pós-graduação, vindo da Capes e do CNPq, mas principalmente da Capes – eu vou falar principalmente da Capes – é para bolsas para alunos de mestrado e de doutorado. Há tanto bolsas nacionais quanto internacionais, por exemplo, com doutorado pleno no exterior e, principalmente, "doutorado sanduíche". E o consumo é para diárias, passagens, algum material para pesquisa, serviços – serviço de terceiros, pessoa física e pessoa jurídica – e equipamentos, equipamentos para pesquisa.

Para se ter uma ideia, a Universidade de Brasília é uma universidade que não é a maior do Brasil, mas que também não é a menor – está entre as dez maiores – e tem 8 mil alunos. Então, o Proap, que é o Programa de Apoio à Pós-Graduação, que é o dinheiro para consumo, fora bolsas, que vêm da Capes, para as senhoras e os senhores terem uma ideia, é da ordem de R$4 milhões e é da ordem de R$12 milhões para bolsas. Isso perfaz R$16 milhões, que nós recebemos por ano para a Capes para bolsas nacionais e custeio da pós-graduação: diárias, passagens, material de consumo, etc.

Se dividirmos esse número por 8 mil alunos, nós teremos R$2 mil por ano por aluno de pós-graduação na Universidade de Brasília, e esse é o número nacional, porque não é diferente para outras instituições. Não importa o tamanho delas. É por aí. Esse valor de R$2 mil por aluno de pós-graduação que vem da Capes realmente é um dinheiro bastante pequeno, Prof. Cristovam Buarque, mais é um dinheiro muito bem aplicado, que nos faz muita falta e tem um grande rendimento. Realmente não podemos ficar sem esse dinheirinho. E nós reconhecemos o trabalho da Capes em preservar ao máximo esse orçamento.

Hoje, nós temos, em média, no Brasil, diferentemente do que foi anunciado inicialmente, 50%, em média, de corte. Mesmo esses 50% – e isso é pelo trabalho cuidadoso que a Capes tem tido, o que nós reconhecemos – fazem uma diferença muito grande, porque é necessário dizer que algumas instituições ficaram, efetivamente, com 25% e outras, não. No caso da UnB, ficamos com 100%. No caso de outras instituições, 25% apenas. Então, isso é algo que temos de levar em consideração.

E o que a gente faz com esses R$4 milhões de custeio?

Por exemplo, um gasto básico é com bancas examinadoras. Nós trazemos de outras instituições um pesquisador renomado para fazer parte das bancas examinadoras de doutorado. Isso é obrigatório na nossa instituição. A Capes praticamente exige isso de todos os programas de pós-graduação do País, inclusive. Vamos supor que tenhamos mil bancas examinadoras por ano, sendo R$1.000 por vez, teremos R$1 milhão de gasto com bancas examinadoras. É pouco dinheiro, mas faz-se uma oxigenação do sistema.

Por que é importante trazer para a Universidade de Brasília um colega da USP, da Universidade Federal do Rio de Janeiro ou do exterior? Porque o olhar externo vai criticar o trabalho com um olhar diferente e porque, após a defesa, tem o papo com os alunos, a conversa com os professores, a possibilidade de parcerias entre as universidades, entre os grupos de pesquisa, o que faz com que o sistema seja alimentado. Novas ideias surgem, há novas possibilidades de fomento, etc. E também o recebimento de visitantes.

Olha, a internacionalização está cada vez mais presente no nosso sistema universitário. Isto é pedido pelo Governo, pelo Ministro da Educação – o Dr. Mercadante pedia isso, o atual Ministro pede isso e o que vier também vai pedir isso.

Para a internacionalização, precisamos de mobilidade, tanto de estudantes quanto de professores. Precisamos que os nosso trabalhos, feitos nas nossas instituições, sejam apresentados nos congressos nacionais e internacionais e precisamos enviar os nossos alunos não só para fazer "doutorados sanduíche" no exterior, mas para fazer visitas pontuais, para resolver um problema técnico específico, para fazer uma visita de 15 ou

20 dias a uma instituição nacional ou internacional. Tudo isso custa algum dinheiro, sobretudo agora, com o aumento do dólar.

Essa mobilidade internacional de estudantes e professores faz com que as universidades tenham cada vez mais visibilidade, com que apareçam novas parcerias institucionais e com que melhorem a sua qualificação e seu posicionamento nos *rankings* internacionais. É uma medida realmente de qualidade. Ou seja, a universidade não é mais, como era no passado, voltada para si mesmo; ela está cada vez mais voltada para a empresas e para outras instituições internacionais de ensino e pesquisa.

Se pegarmos cinco dias de viagem ou uma semana nessas visitas, pagamos, R$4 mil de passagens e R$4 mil de diárias, R$8 mil. Se mando 120 alunos dos 8 mil que a Universidade de Brasília tem, vou gastar R$1 milhão. E eu vou mandar só 120 de 8 mil! Então, temos que escolher muito quem mandar e como mandar. E nós, que somos gestores, dissemos muito mais "não" do que "sim".

Além desses 8 mil alunos, tenho 1,3 mil professores. "Ah, mas o professor tem que viajar com seu próprio financiamento, com seus próprios *grants*". Isso acontece muito, quando eles, efetivamente, conseguem, mas hoje o nosso sistema nacional de ciência e tecnologia de fomento está também com uma dificuldade financeira muito grande, e não é de hoje que isso acontece, por causa dos cortes, isso já vem acontecendo há alguns anos.

Além de tudo, temos que fomentar os congressos internos com esse dinheiro da pós-graduação. Temos que pagar a um visitante estrangeiro, pagar diárias, passagens... Não pagamos pró-labore para ninguém, zero de pró-labore. Se recebemos um Nobel na Universidade de Brasília, procuramos a embaixada para pagar a primeira classe para ele, porque nós não pagamos. Vamos receber um prêmio Nobel na Universidade de Brasília agora, no dia 29 de outubro, mas a universidade não vai gastar um tostão com isso. No entanto, nem sempre é possível arranjar um financiamento fora da instituição ou fora das instituições oficiais de fomento.

Muito bem. Outro fator importante para que usamos esse dinheiro, senhoras e senhores, é o pagamento de publicações. O sistema de produção de conhecimento no desenvolvimento tecnológico e inovação exige, primeiro, a pergunta, o fomento para desenvolver, a obtenção dos dados, o tratamento dos dados. Aí vem a segunda parte da produção de conhecimento, que é a publicação dos dados. Sem essa publicação, o conhecimento não serve para nada, é um conhecimento de prateleira.

Senador, só na Universidade de Brasília temos 1,3 mil professores credenciados em programas de pós-graduação. Se cada um faz uma publicação por ano, o que é mínimo – fazemos mais –, e se temos uma conta simples de US$2 mil por artigo ou de US$2 mil por livro – o senhor publica muitos livros e sabe que custa muito mais do que isso –, teremos – 1,3 mil vezes R$5 mil –, só aqui, R$6,5 milhões, e recebemos da Capes R$4,3 mil. Então, como o senhor pode ver, fazemos uma ginástica enorme com o dinheiro que obtermos dos órgãos de financiamento oficiais.

Quero terminar dizendo que algo que preocupa muito mais do que os cortes que vieram da Capes, que foram poucos, 11%, é o sistema de fomento para a pesquisa propriamente dita, que custa dinheiro. Não digo que é caro, mas o preço é alto.

Com a diminuição do CT-Petro, com a diminuição de toda porcentagem do FNDCT, Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que perdeu 28% – passamos de R$4,5 para R$3,2 milhões ao todo –, houve um impacto extremamente negativo no financiamento da pesquisa feita nas universidades e nos institutos de pesquisa.

Por exemplo, para os institutos nacionais de ciência e tecnologia, edital que saiu no ano passado no CNPq, seu julgamento foi adiado, e acreditamos que seja porque não havia dinheiro. E não vamos receber nenhum dinheiro neste ano. E não sabemos quanto vamos receber no ano que vem. Nós não temos edital universal, aquele edital de demanda espontânea em que todo mundo pode fazer a sua pergunta e concorrer. O CNPq tem dificuldade de pagamento de vários editais do passado. Só agora, por exemplo, estamos recebendo da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, que foi de 2012.

Então, todos esses impedimentos do financiamento continuado na ciência brasileira têm um impacto muito negativo na qualidade da formação dos doutores, na qualidade da associação das universidades com as empresas e na qualidade das publicações. Nós poderíamos ter muito mais sucesso se tivéssemos efetivamente um financiamento continuado.

Em épocas de crise financeira, como a que estamos passando hoje, países que têm um planejamento a longo prazo investem principalmente em educação, ciência e tecnologia. É a área que recebe o menor dos cortes, ou quase nenhum corte. Infelizmente, ainda não estamos nessa situação no Brasil. Mas somos otimistas. Temos dois anos difíceis pela frente, mas temos de fazer a melhor gestão possível dos nossos recursos financeiros, temos seguir com um diálogo muito aberto e franco com os nossos colegas que têm a responsabilidade de dirigir o MCTI, a Capes e o CNPQ, e isso a comunidade tem, e deixamos aqui o nosso registro da necessidade de que, no Orçamento do ano que vem, o Congresso Nacional tenha, por favor, uma atenção especial à

ciência, tecnologia e inovação, porque, sem isso, de forma continuada, não teremos o Brasil que precisamos ter nas próximas décadas.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O próximo orador seria, para não sair da sequência...

O Jaime falou muito bem.

Obrigado, Jaime.

Henrique Luiz Cukierman,•Pró-Reitor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Bom dia, Srs. Senadores, colegas da Mesa, plateia presente.

É uma honra e uma satisfação estar aqui nesta audiência pública interativa para apresentar, muito brevemente, a grosso modo, a situação da Universidade Federal do Rio de Janeiro diante dos recentes cortes.

Primeiro, somos uma universidade com 114 programas de pós-graduação, uma universidade que preza pela excelência da sua pós-graduação, que é bastante bem ranqueada pelos indicadores que a Capes coloca como medida de excelência e de qualidade da pós-graduação brasileira.

Realmente, estamos começando agora... Entramos numa situação angustiante, e não é difícil entender isso. Eu trouxe, brevemente, para vocês entenderem, o orçamento do Proap, que é o dinheiro que entra para os chamados Programas 3, 4 e 5. Não estou aqui incluindo o Proex.

Só fazendo uma linha do tempo aproximada, em 2010, tínhamos R$4,1 milhão de Proap/ano; em 2011, R$4 milhões, aproximadamente; em 2012, R$4,8 milhões; em 2013, R$5,128 milhões; em 2014, R$4,8 milhões; em 2015, R$1.258.400,00. Nós fomos atingidos por um corte de 75% dessa verba, tanto o Proap quanto o Proex, que é a verba que financia os programas de excelência, chamados Programas 6 e 7 da Capes.

Diante dos cortes, a gente solicitou aos coordenadores de programas que nos dissessem brevemente quais seriam os impactos desse corte. Eu trago aqui uma compilação de, aproximadamente, metade dos coordenadores de programas que nos responderam, quase 50 respostas, para que vocês tenham uma noção exata de qual é o efeito deste corte de 75% nas atividades da nossa pós-graduação.

Para tornar a exposição mais arrumada, eu dividiria em dois planos. O primeiro plano seria a produção de conhecimento e, num outro olhar, a circulação e as trocas desse conhecimento.

Então, em termos de troca e circulação – e aí a gente está falando, basicamente, do dinheiro de passagens, diárias –, os efeitos seriam os seguintes.

Primeira coisa, participação de docentes externos em bancas.

Os docentes externos não vêm só para as bancas propriamente ditas. Esse seria, talvez, o único item minorável, na medida em que se poderia pensar em fazer a participação do docente externo por instrumentos tecnológicos de teleconferência. Mas é de se levar em consideração que a presença do docente externo não é só uma presença na banca, pois ela, geralmente, é seguida de palestras, de encontros com grupos de alunos, de encontros com grupos de pesquisa. Tem-se a oportunidade de se desenvolver um contato, um diálogo, o que é muito importante para as trocas, para a circulação de conhecimento, para o estabelecimento de parcerias, para as possibilidades de trabalho cooperativo.

Outra coisa é a participação em encontros científicos nacionais e internacionais, totalmente prejudicada, porque não há como se mandar os docentes e os alunos para participarem desses eventos.

O terceiro impacto é na produção de eventos científicos nacionais e internacionais pelos programas. Os programas promovem eventos também, desde painéis menores até encontros mais importantes, que são promovidos, produzidos e dependem desse dinheiro para acontecer. Então, novamente, a gente tem um impacto bastante importante na questão do diálogo, da circulação e da troca de conhecimentos.

Também fica prejudicada a própria representação institucional dos programas. Quer dizer, determinados eventos em que... Até mesmo, por exemplo, no recente encontro promovido pela Capes para a avaliação dos programas de pós-graduação, houve uma questão interna na URFJ sobre se os programas viriam ou não, por conta da dificuldade do custeio das suas viagens. Eu diria que alguns, muitos, para corrigir, vieram com recursos próprios, do seu próprio bolso.

Também ficam prejudicadas, na fronteira entre a circulação de conhecimento e a produção de conhecimento, todas as pesquisas de campo, que são suspensas ou interrompidas, o que é um prejuízo imenso à pesquisa.

Do ponto de vista do estabelecimento de condições de produção de conhecimento, a gente tem aí, em primeiro lugar, toda a aquisição de materiais de consumo, desde o básico: limpeza, higiene, escritório, materiais de informática, *toner*, cartucho, papel, disco externo, *pen drive*, materiais para laboratório, reagentes para manutenção dos biotérios, *softwares* importantes para o desenvolvimento de pesquisa, aquisição de livros... Tudo isso fica cortado, fica suspenso, com graves prejuízos à pesquisa.

A manutenção dos laboratórios também é outro quesito importante. Nisso vão ar-condicionado, equipamentos de informática, manutenção de equipamentos de informática...

Outra área também extremamente impactada é o apoio à publicação. Como apoio à publicação entende-se, em primeiro lugar, o apoio à publicação de artigos em periódicos. Aí, estamos falando de tradução, revisão, taxas de publicação, e estamos falando também da produção de periódicos por parte de dois programas. Estou-me referindo aqui à revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, por exemplo, à revista *Mana*, uma revista referência na área de antropologia, à revista *Alea,* à revista *Ágora*. São publicações científicas sustentadas pelos programas, que precisam de regularidade para serem reconhecidas e financiadas como publicações científicas e que, com os cortes, ficam absolutamente prejudicadas.

Também é importante, em termos de publicação, lembrar que os programas têm *sites* que são fontes importantes de consulta, de informação. São *sites* que também divulgam ao público interessado não só a produção, mas, especialmente, os programas de seleção, a atração de novos candidatos... Tudo isso fica absolutamente ameaçado com os cortes.

Essa é uma breve síntese que produzimos a partir do retorno de quase 50 programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Percebemos como muito importante ter neste momento difícil um diálogo produtivo com a Capes, com o CNPq e com o MCTI. Começamos a conversar um pouquinho ali atrás com o Márcio sobre algumas possibilidades, algumas medidas.

Eu acho que nenhum dos impactos aqui citados, com um corte de 75%, pode ser superado com criação ou inventividade. A única coisa que poderia ser superada seria a presença de membro externo em banca, mas eu já coloquei o que se perde também.

Enfim, não vou tomar muito mais tempo dos senhores, mas quero dizer que estamos, de alguma forma, ainda perplexos. É muito difícil atender, neste momento, a uma perplexidade no sentido de saber como vamos responder às demandas de qualidade e excelência da Capes se agora não temos recurso nenhum para produção de excelência e para produção de qualidade acadêmica. Nós estamos tentando inventar maneiras de superar essas dificuldades, embora não saibamos, neste momento, como.

A situação é grave, é difícil, é penosa, e a UFRJ espera que encontremos soluções em médio prazo, que haja alguma nova liberação orçamentária. Este seria o apelo. E reforço o apelo do colega da Universidade de Brasília para que os Senadores, na apreciação do Orçamento de 2016, sejam bastante generosos em relação ao orçamento das universidades e da pesquisa no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de agradecer ao Henrique Luiz Cukierman e passar para o nosso próximo palestrante, a Srª Emília Maria Silva Ribeiro Curi, nossa Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Obrigado, Emília.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Obrigada.

Bom dia a todos.

Bom dia Presidente Senador Hélio José, meus colegas de Mesa, Senador Lasier, do Rio Grande do Sul, senhoras e senhores.

Nós do Ministério da Ciência e Tecnologia também não temos problemas diferentes dos de outros colegas do Governo. Essa é uma questão nacional, a economia dos órgãos públicos hoje é uma exigência da situação atual do País. Nós procuramos fazer com que esses cortes existentes hoje no nosso orçamento tivessem o menor impacto possível nas áreas de pesquisa, porque sabemos, como todos aqui sabem, que o Ministério da Ciência e Tecnologia é estratégico para sairmos da crise, é um dos pontos importantes, porque não há como se falar em sair de crise no setor industrial sem o desenvolvimento, sem o conhecimento, sem a pesquisa, sem a ciência.

Dada essa preocupação, o Ministro Aldo Rebelo deu a orientação para que nós preservássemos os programas existentes hoje no Ministério o máximo possível.

Então, eu fiz aqui, em cima das perguntas da Comissão, algumas respostas pontuais.

Uma das primeiras perguntas é sobre como foram operacionalizados, em cada uma das áreas, os cortes orçamentários decididos pelo Governo.

Pela primeira vez na gestão em que eu estou no Governo Federal, deu-se a opção de o Ministério apontar onde vai cortar. Nós, até então, não tínhamos essa opção. Nos governos passados se fazia aquele corte linear. Mas esta vez se tomou o cuidado de se consultar os Ministérios sobre onde se poderia acomodar o orçamento.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, preocupado com o caso específico das bolsas e também com o programa do CNPq... O CNPq é um órgão cinquentenário que atua no setor de pesquisa no País, é bem conhecido da comunidade científica e abrange todas as áreas do conhecimento. Se podemos dizer que existe uma pesquisa

fina, a pesquisa fina, pura, dedicada, ela é feita dentro do CNPq. Ele tem seu tempo dedicado exclusivamente a essa área, dentro do Ministério. Os recursos previstos para 2015 que complementam a parte de alguns dos programas principais, como o edital universal... Esse edital é feito todos os anos pelo CNPq e trata de pesquisas isoladas. São pesquisadores seniores e juniores que se candidatam com trabalho específico, é um produto específico, e o CNPq aporta recursos da ordem de R$200 milhões, de R$100 milhões, dependendo do ano e na questão orçamentária. Este ano, nós já pagamos R$106 milhões, nesse programa. Nosso objetivo, como falei, é não abrir novas bolsas. Nós ainda não abrimos o edital universal no ano de 2015 porque queremos saldar o passado, que está em andamento. Nós precisamos regularizar os programas que estão em andamento e não abrir novos. Essa era uma cultura que ia acumulando programas e programas, e, no final, nós tínhamos uma dívida que não poderíamos compensar.

Então, adotou-se uma gestão mais passiva, mais responsável para com os pesquisadores, porque não dá para criarmos uma expectativa e depois interrompê-la. Então, com todo esse cuidado, nós estamos executando o programa do edital e também o programa Ciência sem Fronteiras. Já viemos a várias sessões daqui, do Congresso Nacional, para explicar o programa Ciência sem Fronteiras dentro do FNDCT, que é um dos fundos setoriais, e também dentro CNPq.

O Ciência sem Fronteiras é um programa do Governo Federal que trata de graduação, que não estava especifico dentro do programa do CNPq, que só trata de pós-graduação, mas, mesmo assim, o CNPq o executou integralmente, não houve corte. Nós executamos 1.036 bolsas de pós-graduação no exterior, sendo que 20% dessas bolsas ainda vão ser iniciadas agora no mês de outubro, e elas se prolongam no ano seguinte. No Orçamento de 2016, foi dado a nós o complemento e o encerramento dessa graduação de bolsa do Ciência sem Fronteiras sem nenhum corte. Então, todos os alunos que foram ou que estão com previsão de ida estão com compromissos cumpridos. O Ministério não deixou de cumprir esse programa. Ele não sofreu corte de forma nenhuma.

A outra pergunta é: como essa operacionalização ocorreu no campo da pós-graduação, formação e fomento à pesquisa? Que critérios foram utilizados para aplicação dos cortes?

Como eu já falei, nós preservamos todos os programas que estavam e ainda estamos estudando a possibilidade de abrir o universal este ano, mas não o faremos enquanto não liquidarmos os programas passados. Vamos honrar todos os contratados, todos os pagamentos de bolsistas. Os recursos estimados nesse sentido já são da ordem de R$1,1 bilhão, todos previstos, guardadinhos, sem nenhum problema.

Quais foram os impactos conjunturais e estruturais desses cortes na formação de quadros de alto nível, de mestres e, sobretudo, doutores, e no andamento das pesquisas nacionais? Quais os prejuízos que podem ser constatados?

Bom, em relação aos programas tradicionais do CNPq, como falei, de 2015, visamos garantir os recursos para o pagamento de bolsa de pós-graduação no exterior, com níveis até 2014, vamos liquidar o financiamento de 5.537 projetos aprovados na chamada do universal, da ordem de 200 milhões, e estamos liquidando a manutenção do pagamento e concessão de bolsa de pesquisador, PQ, e o Programa de Iniciação Científica, também nos mesmos patamares. Repito que estamos cumprindo todos os nossos programas que já estavam em andamento e ainda sem perspectiva ainda de abrir novos, Estamos aguardando a questão orçamentária.

Para todos saberem, a demanda do Universal é um programa muito importante para a comunidade científica, que fica esperando isso o ano inteiro. Trouxemos aqui um quadro de abrangência de todas as áreas que ele alcança: astronomia, biologia geral... Foi da ordem de 3 bilhões de projetos financeiros.

Recebemos esses programas, que estão, todos, em análise, o CNPq ainda não concluiu estas análises.

Cumprir esse programa demanda uma série de estudos, o que é feito gradativamente. Esse é um programa pelo qual pretendemos atender 128 projetos com os recursos que temos, de R$641 milhões, que são parcerias, sendo R$100 milhões do CNPq, como vou mostrar na planilha à frente, e outros órgãos também alcançam o programa.

Ele foi lançado em 6 de junho de 2014 e obteve uma inscrição de 345 projetos advindos dos melhores grupos de pesquisadores brasileiros. Como já disse, é uma tradição. Cada projeto terá uma duração de 72 meses, com recursos totais de R$641 milhões, e essas propostas estão em julgamento por consultores estrangeiros *ad hoc*. Não são consultores brasileiros que os selecionam, dada a especificidade de cada área. E há aí também a questão da isenção da análise, para não se trazer certos questionamentos quanto a se beneficiar A, B, C e D. Esses estrangeiros vêm e fazem as análises, e não há nenhuma interferência do Governo.

O financiamento do CNPq é da ordem de R$100 milhões, valor que já está previsto, o MCT, através do FNDCT, também já resguardou os R$100 milhões, a Capes participa desse programa com R$100 milhões e as Fundações de Amparo à Pesquisa participam com R$341 milhões, o que dá um total de R$641 milhões.

Esse edital prevê etapa de negociação, os potenciais parceiros, que são a Petrobras, o BNDES, a ANP e outras empresas, estão dentro desse programa, um programa bastante amplo, e, após quatro anos, mediante avaliação de desempenho proposta com ampliação das metas, poderão ser concedidos aditivos, inclusive no valor inicial. Aí vai do andamento de cada projeto e da análise que vamos seguindo.

Está aqui a demanda das INCTs, que são os nossos institutos de ciência e tecnologia. Temos 125 INCTs no Ministério, que produzem ampla pesquisa também nessas áreas de conhecimento. Fiz questão de detalhar aí os valores, também da ordem de R$3 bilhões, são os projetos que as INCTs analisam para nós, também no ano de 2014 e também estamos com esse programa em andamento sem corte.

Forma de minimizar os prejuízos produzidos e quais medidas estão sendo tomadas nesse sentido.

Bom, várias formas de minimizar. É claro que os recursos que entram para ciência, tecnologia, inovação e pesquisa nunca são suficientes, porque temos, no País, uma carência enorme para esse setor. O Ministro Aldo tem tentado buscar alternativa de recursos para que a gente possa ampliar os nossos projetos e os nossos programas e não encerrá-los.

Temos um projeto em andamento com o Ministério do Planejamento aguardando... Inclusive, haverá uma reunião da Cofiex agora, no dia 9 de setembro, e espero que entre nessa reunião o empréstimo do BIRD, da ordem de US$2 bilhões, para esse projeto, que esperamos executar em seis anos. Há um estudo bastante extenso com relação ao programa, que vai ajudar muito as INCTs, que vai reforçar a pesquisa no País. Vamos tentar ver o setor produtivo em primeiro lugar, na questão da inovação, para que nossas indústrias se desenvolvam.

Nós também estamos fazendo gestão junto ao Ministério da Fazenda para que não seja interrompido o financeiro, porque não é só a questão orçamentária. Temos problemas também na interrupção do financeiro. Nós temos tido um amparo do Governo Federal no que diz respeito aos órgãos que tratam da questão orçamentária, tanto do Planejamento, como do Ministério da Fazenda, temos tido todo o apoio para não se interromperem os programas existentes.

Então, corte há, houve o corte. Dificuldades nós temos com todos os programas existentes, mas nós adotamos o princípio de não prejudicar as pontas do Ministério, os nossos institutos, as nossas unidades de pesquisa, as organizações sociais. Elas não terão interrupção nenhuma este ano. Todas terão o cumprimento do Orçamento de 2015, conforme nos foi dado, claro que tirando a parte de contingenciamento, sendo que tomamos o cuidado de fazer esse contingenciamento em programas que ainda iriam ocorrer. Por isso, o impacto no Ministério, em termos de paralisação, é muito pequeno. Tentamos preservar pautas importantes, como a parte do CT-Infra, do FNDCT, que atenda às universidades e estamos fazendo gestão nos órgãos que tratam do nosso orçamento para que o FNDCT tenha, até 2019, o total descontingenciamento.

Hoje, o FNDCT para 2016 está contingenciado em 75%. Nós estamos trabalhando para que esse descontingenciamento ocorra gradativamente nos próximos anos para que ele esteja limpo até 2019, para que, a partir daí, possamos avançar nos programas existentes e nos programas futuros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu é que agradeço a sua presença aqui representando o Ministro, de certa forma, e dando a opinião oficial.

Eu fiquei fora da reunião, pois estava numa reunião muito interessante sobre a Comissão Senado do Futuro, e, por isso, pergunto quem já falou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Professor Márcio.

O SR. MÁRCIO DE CASTRO SILVA FILHO – Muito bom dia a todas e a todos.

Também me sinto honrado em participar desta audiência pública.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, os meus colegas de Mesa, os Senadores aqui presentes, as senhoras e os senhores.

Vou fazer uma rápida apresentação sobre a agência à qual estou vinculado, a Capes.

A Capes é uma fundação que está vinculada ao Ministério da Educação. Ela foi fundada em 1951, juntamente com o CNPq, e tinha como missão principal estruturar a pós-graduação brasileira, haja vista que, em 1951, havia apenas cinco universidades no Brasil e um sistema de pós-graduação muito incipiente, quando já contávamos, inclusive na América do Sul, com universidades com mais de 300 anos de existência, sem falas das universidades milenares da Europa. Então, a Capes teve uma função e um papel fundamental no desenvolvimento e na consolidação da pós-graduação brasileira.

Esse processo começa com o envio de milhares de pesquisadores ao exterior, para a conclusão dos seus doutoramentos. E um fato importante é que mais de 98% desses pesquisadores retornaram ao Brasil e, junta-

mente com aqueles que já estavam sendo treinados no Brasil, constituíram essa grande rede da pós-graduação brasileira.

A Capes também tem um dos mais importantes sistemas de avaliação da pós-graduação existentes no mundo. É um processo que dura já mais de 30 anos. É um exemplo, não só para o Brasil, mas para o mundo, essa avaliação quadrienal, que avalia todos os programas de pós-graduação.

Ela também.... Até então, sua missão central é a formação de recursos humanos, tanto no Brasil, quanto no exterior. Ela apoia, financia e estimula a cooperação científica nacional e internacional. Em 2009, ela adquire uma nova missão, que é formar professores da educação básica – isto em 2009 –, um aspecto fundamental para a agência e também no ensino a distância. E ela tem uma característica única: a oferta do Portal de Periódicos, a maior base de conhecimento científico do mundo, disponível gratuitamente para mais de 424 instituições do Brasil. Nenhum lugar no mundo tem o que a Capes oferece em termos de divulgação do conhecimento científico. Além disso, o fomento à pós-graduação e o estímulo de áreas estratégicas.

A Capes tem um orçamento, então, para 2015, da ordem de R$6 bilhões e uma força de trabalho de cerca de 437 servidores. Isso consome, do nosso orçamento, por volta de 2,5%, o que é um modelo em termos de gestão não só no Brasil, mas também no exterior. Mas isso se deve, basicamente, ao fato de ela ter uma interação fortíssima com a comunidade. Nós dizemos que a Capes somos nós – sou professor universitário também da Universidade de São Paulo –, com uma participação muito forte, então, dos colegas na avaliação das propostas, dos projetos e dos programas de pós-graduação.

Para mostrar o crescimento da pós-graduação brasileira, eu gostaria de destacar, nesse período de 2006 a 2014, o fantástico crescimento que houve na pós-graduação brasileira. Em média, nós tivemos um aumento de 62% no número de programas de pós-graduação, distribuídos da seguinte forma: 99% na Região Norte, 87% na Região Nordeste, 43% na Região Sudeste, 75% na Região Sul e 92% na Região Centro-Oeste.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO DE CASTRO SILVA FILHO – *Stricto sensu*.

Isso é muito importante porque mostra o crescimento e a descentralização. Foi uma das ações importantes da Capes apoiar o processo de interiorização do ambiente acadêmico brasileiro, com a expansão dos programas de pós-graduação, principalmente em áreas menos consolidadas.

Quando nós olhamos também a expansão dos pós-graduandos, nós observamos que, também nesse período de oito anos, nós tivemos um crescimento realmente espetacular, com 75% de crescimento no Brasil, com um crescimento de 158% na Região Norte, de 135% na Região Nordeste, de 49% na Região Sudeste, de 98% na Região Sul e de 120% na Região Centro-Oeste.

Quando nós olhamos o número de titulados também nesse período, vemos que tivemos um crescimento de 61% no Brasil. Então, nós tivemos, no ano passado, quase 67 mil mestres e doutores formados, ultrapassamos a marca de 15 mil doutores formados em 2014, e houve também um crescimento muito forte na Região Norte, de 111%, de 133% na Região Nordeste e de 37% na Região Sudeste – é claro, porque aqui há uma maior densidade, onde há programas mais consolidados. Mas é importante observar-se um crescimento também forte na Região Sul e na Região Centro-Oeste, mostrando a expansão do sistema de pós-graduação no Brasil.

Com relação à Capes, o apoio, que eu disse, em termos de financiamento da pós-graduação é também muito significativo e mostra, nessa janela de dez anos, o financiamento na concessão de bolsas no País, só pela Capes. No mestrado, nós atingimos 48 mil bolsas, no caso de doutorado, quase 40 mil, e no de pós-doutorado, quase 7 mil bolsas. São números realmente muito marcantes, muito expressivos, no financiamento, na expansão do sistema da pós-graduação brasileira.

Com relação às questões que nos foram colocadas sobre como foram operacionalizados, em cada uma das áreas, os cortes decididos pelo Governo, quero dizer que nós também seguimos essa orientação, que a Profª Emília já apontou, de termos a flexibilidade de gerir e termos a autonomia na indicação, na priorização desses cortes.

Evidentemente, a Capes hoje gasta 86% do seu orçamento em bolsa. Então, foi uma grande conquista, o sistema está em expansão, e nós optamos por preservar 100% das bolsas, de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Eu acho que essa é uma conquista muito importante para o sistema em expansão no Brasil.

Outra coisa que nos pareceu também fundamental na hora da priorização desses cortes, nesse ajuste do nosso orçamento, foi a manutenção do Portal de Periódicos. Não sei se os senhores e as senhoras têm a dimensão do que significa esse portal. Ele é acessado mais de 300 mil vezes por dia, para se baixar artigos científicos das principais editoras, das principais revistas cientificas do mundo. São mais de 100 milhões de *downloads* por ano. E nós optamos também por manter, de norte a sul, em todas as instituições, inclusive com acesso remoto, o acesso e a democratização do acesso a esse conhecimento científico que é tão importante e um dos

balizadores do crescimento, não só quantitativo, mas também qualitativo, da pós-graduação brasileira. Então, nós optamos também por não efetuar cortes no Portal de Periódicos. Só para se ter uma ideia, o orçamento do portal é em dólares. Então, vocês podem imaginar a nossa situação atual, pois precisamos, cada vez mais, de mais reais para cobrir o portal.

Evidentemente, preservando as bolsas e o Portal de Periódicos, houve poucos graus de liberdade para podermos efetuar os cortes. E aí nós optamos por, neste ano, não repassar os recursos para financiamento de capital – neste ano, então, nós não fizemos um grande programa estruturante que começamos em 2005, que é o Pró-Equipamentos – e entramos no custeio das instituições. Eu vou mostrar mais à frente que, em média, o repasse de custeio para a ponta ficou em cerca de 50%. A Capes não só financia as universidades, pois tem parcerias, por exemplo, com todas as fundações de amparo à pesquisa no País. São recursos da ordem de R$1,4 bilhão, até 2020. Dois terços, Capes, e um terço, em média, com as fundações. Então, há essa parceria forte, inclusive com outras agências, com o CNPq, com a Embrapa... Nesse caso, nesses acordos com os parceiros, nós também fizemos cortes no repasse de custeio e de capital.

Como é que podemos minimizar os prejuízos decorrentes desse ajuste no Orçamento de 2015 e quais as medidas que nós estamos tomando para tentar minimizar esses efeitos dentro do sistema? Uma das questões é, como já foi colocado pelo Prof. Jaime no início, que nós temos uma forte participação e interação com a comunidade. Então, atualmente, nós estamos flexibilizando os gastos, remanejando bolsas – nós vamos autorizar agora remanejamento de bolsas entre os programas de pós-graduação – e estamos flexibilizando também os recursos de uso de uma modalidade de apoio, que é o Programa de Excelência, o Proex.

E, também, um aspecto importante, Senador, é que, atualmente, nós estamos fazendo o seminário de acompanhamento de meio termo dos programas de pós-graduação. Como eu falei, avaliação é um processo quadrienal. Neste ano, nós cumprimos a metade desse processo. E nós estamos tendo a maior adesão da história das avaliações na Capes, pois 80% dos mais de quatro mil programas estão presentes. Nesta semana, temos a participação dos programas das ciências agrárias. Mais de 80% deles são presenciais. E há uma coisa que nós estamos inovando – e é preciso destacar a nossa parceria com a RNP –: mais de 12% da participação via webconferência. Então, para aqueles que, porventura, não puderam participar, houve também adesão muito forte na participação dos eventos, porque as reuniões estão sendo transmitidas para todo o Brasil.

Destaco novamente que nós priorizamos a manutenção do Portal de Periódicos, pois não houve corte nenhum dos conteúdos, de mais de 37 mil revistas científicas, todas as bases de patentes do mundo, e 250 mil *e-books,* a manutenção das bolsas de estudo, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Fizemos um repasse inicial de recursos de custeio e estamos estudando a possibilidade de, em setembro ou outubro, fazermos um segundo repasse, em função de um novo remanejamento de recursos dentro do Ministério. Esperamos realmente, e eu posso dizer isso porque faço parte da comunidade também, pois oriento alunos da pós-graduação e sei o que isso representa...

Evidentemente, não repassamos recursos de capital este ano. Nós tivemos, com relação ao Portal de Periódicos, a manutenção integral do seu conteúdo, inclusive com ajuste da desvalorização do dólar, a manutenção das bolsas, mais de 95 mil bolsas no País... Todas as bolsas do exterior foram mantidas, não ligadas ao programa Ciência sem Fronteira, mas as bolsas de "doutorado sanduíche" aprovadas pela Capes, foram mantidas.

No caso do custeio, fizemos um repasse inicial da ordem, em média, de 50%. Todo o processo de avaliação não teve nenhum efeito sobre o orçamento, de maneira que nós temos aí cerca de 92% do orçamento mantidos na pós-graduação.

Acho que tivemos a sabedoria, a serenidade para fazer as opções, já que nos foi dada essa possibilidade de estudar quais ações poderíamos adiar, por exemplo, o que foi feito no caso do Pró-Equipamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO DE CASTRO SILVA FILHO – Para finalizar, como eu falei, a Capes somos nós todos, a comunidade. Uma coisa muito importante, que a agência preza muito, é essa interação e essa abertura que ela tem com a comunidade, com os coordenadores, com os pró-reitores, com os alunos de pós-graduação. Dessa forma esperamos passar esse período. Com muita criatividade, nós conseguimos nos ajustar a este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, professor.

Eu não resisto a assumir aqui que o portal foi criado quando eu era Ministro da Educação. Está aqui a Emília, que trabalhava na época, que se lembrou também. Ainda chequei isto com ela.

Bem, temos inscritos... Em primeiro lugar, dou a palavra ao Senador Lasier, um dos que pediram esta audiência. Depois, falará o Senador José Medeiros.

Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Minha saudação aos senhores que compõem a Mesa.

Eu queria começar dizendo, senhores, que me parece que cabe aqui uma palavra de solidariedade aos senhores que sofrem as consequências dos cortes, palavra tenebrosa que vem caracterizando a gestão pública nacional. Houve corte em tudo que é setor, e nós ouvimos aqui o Reitor Henrique dizer que, sem recurso financeiro, não é possível obter qualidade acadêmica.

Ouvimos aqui também depoimentos um pouco conflitantes. Os professores Jaime e Henrique pintaram aqui o quadro do caos na educação superior, a Drª Emília, que nós conhecemos aqui, do Senado, uma pessoa otimista, muito prestativa, muito educada, nos dá uma ideia um pouco melhor e o Dr. Márcio nos dá uma ideia de que as restrições aos cortes foram pequenas.

Agora, pelo que nós estamos vendo, pelo que nós estamos conhecendo, a situação é constrangedora para todos nós em relação à educação, que é a maior carência brasileira, e isto justamente no momento em que a palavra de ordem no mundo é inovação, inovações científicas e tecnológicas.

Como chegaremos a isso se estamos tendo essa crise tão grande também no ensino, com 75% de corte na área da pesquisa, do ensino, onde até mesmo, pelo que eu consegui anotar aqui, não há verba para passagens dos alunos e para busca de discentes que, obrigatoriamente, deveriam comparecer às provas e que estariam sendo obrigados a fazer os contatos pelo Skype.

Inclusive, Dr. Márcio, eu queria mencionar o caso particular de uma universidade, justamente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Temos um relato:

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a contenção é tamanha que as defesas de tese e dissertação não têm mais verba para pagar diárias de professores de fora da instituição para participação em banca, sendo que ter pelo menos um discente externo é item obrigatório na maioria dos cursos. A solução tem sido realizar conferências via Skype.

Aluno de doutorado em engenharia química na mesma universidade Alan Ambrosi, 30 anos, viajou para Boston, nos Estados Unidos, para apresentar um trabalho em um congresso. O auxílio financeiro no valor de R$3.822,67 havia sido aprovado para ele e outra colega, mas seria repassado somente após a viagem.

"Tivemos a infelicidade de retornar e ouvir que não havia sinais de ressarcimento do valor aprovado. As contas de inscrição, passagens, diárias chegam e nos desdobramos para poder pagá-las", afirma.

A bolsa para um doutorando é de R$2,2 mil e para mestrando, de R$1,5 mil. Mas esses valores são destinados a gastos pessoais básicos, como moradia, alimentação e transporte.

Para Guilherme Rollim, coordenador geral da Associação de Pós-Graduandos da UFRGS, uma vez que existe a exigência de apresentar trabalhos em eventos para concluir a formação, o corte de verbas para viagens comprometerá a conclusão de trabalhos, além de impedir pesquisas de campo. "Pagaremos para trabalhar."

É um exemplo.

Senhores, não adianta ficarmos aqui nos lamentando, que é o que, aliás, temos feito nestas Comissões do Senado, onde, repito, a tenebrosa palavra "cortes" é o que domina.

Hoje, nós estamos diante de mestres, reitores, professores, pessoas que constituem a parte superior da intelectualidade brasileira. Os senhores são formadores de doutores, são produtores de conhecimento. Então, com todo respeito, acho que podemos ir um pouco adiante, porque ouvirmos aqui relatos dos cortes não adianta nada. Nós entendemos, tanto no Senado como nas universidades, que temos uma obrigação a mais nesta época de crise profunda que vive o País: a de avaliarmos por que aconteceu isso e como vamos sair dessa. E os senhores têm uma contribuição muito grande, porque são a inteligência da sociedade. Com a busca, com a produção de conhecimentos... Os senhores sabem tanto ou muito mais do que nós que estamos no Congresso por que chegamos a este estágio terrível, sem sabermos para onde vamos, qual a perspectiva.

Ainda hoje, tomamos conhecimento de que o Orçamento mandado para o Congresso pela Presidente da República, ineditamente, prevê mais de R$30 bilhões. Qual a nossa perspectiva?

Eu gostaria que V. Exªs dessem um passo à frente, que não se limitassem aos relatos que nos fazem aqui e nos dessem também suas opiniões críticas. Por que chegamos aqui? Para onde vamos?

A minha primeira pergunta é para o Reitor Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Reitor Henrique, para ganharmos tempo processual, o senhor poderia anotar as perguntas para passarmos para os outros Senadores inscritos, para fazermos uma bateria de respostas? É possível?

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – É possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O senhor tem mais alguma pergunta, Senador?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, eu queria essa avaliação dos nossos convidados de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ..., porque nós precisamos ver as saídas. Não adianta ficarmos aqui nos lamentando sobre o ponto a que chegamos, de 75% de cortes nessa área do ensino superior, da qual depende o nosso futuro. Inclusive, eu ouvi uma declaração do reitor de que, se nós não acharmos uma solução, nós não teremos lá adiante o Brasil de que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

Senador Medeiros, com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores componentes da Mesa, um bom dia a todos, assim como a todos que nos veem pela TV Senado e também aqui.

Vou direto ao ponto, para a gente não demorar tanto.

As mensagem da Capes a universidades públicas e programas de pós-graduação comunicando cortes no repasse das verbas do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) de até 75%, enviadas na primeira semana de julho mobilizaram diversas entidades científicas. Uma das principais queixas, além do drástico corte orçamentário, é claro, é que tal medida não teria sido devidamente debatida com a comunidade acadêmica. Afinal, a decisão da Capes teria sido anunciada tardiamente, em um momento em que as instituições já haviam assumido compromissos. Por exemplo, a Universidade Federal da Bahia, da Bahia da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro, divulgou uma nota comunicando a suspensão das atividades do seu programa de pós-graduação após ver seus valores de custeio, que chegavam aos R$4 milhões, reduzidos para cerca de R$1 milhão, quantia insuficiente para pagar as dívidas já assumidas pela universidade, que chegam a R$2 milhões.

Além da Universidade Federal da Bahia, pelo menos cinco outras universidades públicas se posicionaram contra medidas tomadas pela Capes, entre elas as federais do Espírito Santo, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a Rural do Rio de Janeiro, além das estaduais da Paraíba e do Ceará.

Como se vê, o corte prejudica especialmente os programas localizados em universidades fora da Região Sudeste, justamente aquelas que são mais dependentes de recursos federais, o que significou um aumento das desigualdades regionais.

Diante desse contexto e ciente de que o corte no orçamento afetará atividades centrais aos programas de pós-graduação, como a participação em bancas de avaliação de dissertações e teses e a presença em reuniões de comitês nacionais de pesquisas, fóruns e congressos, indago à representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que medidas estão sendo tomadas para evitar a paralisação dos programas, especialmente aqueles fora da região. Essa pergunta vai diretamente para a Drª Emília.

No mesmo sentido, num momento de reajuste e escassez de recursos como o que vivemos hoje, um corte orçamentário dessa monta na educação não é, no mínimo, contraditório ao *slogan* da Pátria Educadora?

Segunda questão. Foi divulgado ontem que cientistas da Universidade de Brasília desenvolveram uma droga capaz de alterar a estrutura do DNA e, assim, evitar a multiplicação das células com câncer. A pesquisa, que começou há quatro anos, agora aguarda a liberação de R$170 mil para prosseguir com o estudo. Eu acabei de ouvir isto na rádio CBN e fiquei me perguntando se seriam R$170 mil mesmo. Eu gostaria que o representante nos confirmasse se é isso mesmo.

Vou repetir para todos que estão nos ouvindo: trata-se de uma pesquisa, que está sendo desenvolvida pela Universidade de Brasília, de uma droga capaz de alterar a estrutura do DNA, Senador Lasier Martins, e, assim, evitar a multiplicação de células com câncer. Então, imaginem a importância dessa pesquisa! A pesquisa começou há quatro anos e está ali aguardando a liberação de R$170 mil. Dá vontade de fazer uma vaquinha, não é?

No entanto, esse é apenas um exemplo, pois é certo que diversos outros projetos da mesma relevância estão estagnados em outras universidades, como aquelas aqui representadas, por falta de recursos.

Assim, eu gostaria de saber dos representantes das universidades se já há a quantificação de pesquisas prejudicadas por restrição dos recursos e se há alguma forma de evitar a paralisação dos programas e das respectivas pesquisas.

Senador Lasier, Senador Aloysio e Senador Ataídes, eu acho que, no tema que está sendo tratado aqui, a gente até mantém a fleuma, mas é de extrema indignação. É de nos causar indignação, porque se está falando nesses últimos meses de crise, de crise. A gente vê a situação sendo tratada meio sem rumo, mas, ao mesmo tempo, a gente vê os efeitos deletérios disso tudo.

Nós estamos matando nosso futuro, nós estamos arrebentando com a possibilidade de sermos protagonista no cenário internacional.

E mais: eu ouvi uma notícia agora na CBN – e fiquei indignado com isso – que até espero não seja verdade. Espero que o Dr. Jaime possa dizer: "Olha, Senador, foi uma tremenda falha da imprensa. Isso não existe e não é realidade".

Eu me recuso a acreditar que nós tenhamos chegado a tal ponto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Medeiros, obrigado.

Senador Aloysio, Senador Ataídes, vocês querem fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Dando sequência aqui, o e-Cidadania mandou-nos sete perguntas que serão lidas aqui. Se vocês quiserem, eu peço cópia para cada um.

O Felipe Rodrigues Macedo faz a seguinte pergunta: "Com os novos cortes de orçamento do Ministério da Educação, o Governo pagará os 75% das verbas do Proap que ainda deve aos programas de pós?". Ele pergunta se, com os cortes, o Governo pagará os 75% das verbas do Proap, que ainda são devidos aos programas de pós.

A Srª Mariana Cerigatto faz a seguinte pergunta:

Eu gostaria de perguntar aos convidados, especialmente aos representantes da Capes e do MCTI, qual a perspectiva de retomar a inscrição do PDSE da Capes. Não há nem uma previsão de quando o programa será reativado? Não seria melhor reabri-lo, mesmo com uma cota de bolsas menor?

A Katia Calligaris, de Pernambuco, pergunta: "Quando começará? Ainda estou sem acesso". Deve ser exatamente os programas que pedimos anteriormente.

A Kátia Silva Cunha, também de Pernambuco, pergunta se houve algum atraso e quando começa.

Não sei o que ela quer dizer aqui. Eu acho que é esse programa do PDSE.

A Andrea de Souza Lobo, do Distrito Federal, pergunta:

Fala-se pouco dos programas de pós-graduação de excelência financiados pela Capes no âmbito do Proex. Esses são os programas mais bem avaliados no processo de avaliação da Capes. O corte sofrido no custeio interrompe pesquisas e diálogos acadêmicos fundamentais para a excelência.

Ainda de Pernambuco, aquela mesma Srª Kátia Silva Cunha:

Excelente síntese de Henrique Luiz Cukierman. Estamos de fato todos perplexos, e como vamos responder as demandas de qualidade e como seremos avaliados diante dos cortes? Como manter a pesquisa?

Entendeu, Luiz?

Ainda da Kátia, que responde:

Sim, houve expansão, mas como garantir a qualidade da formação. Não basta garantir a expansão. Temos que ter processos de incentivo que garantam a permanência dos programas e estes se consolidem.

Essas são as perguntas que vêm do e-Cidadania. Pode-se até reproduzir uma cópia para cada um responder com mais tranquilidade.

Quero fazer uma rápida consideração. É lamentável – não é, Senador Medeiros? –, que as universidades brasileiras, com tanta capacidade de produção técnica, esteja convivendo com essa situação tão complicada de Orçamento, tendo de cortar exatamente na área da tecnologia, na área em que o Brasil tem condições de fazer a diferença, o que já demonstrou em várias oportunidades com pessoas bastante criativas.

Essa questão que acaba de ser colocada sobre a pesquisa sobre o câncer que pode estar parada por causa de R$170 mil é lamentável!

Só temos de lamentar e ouvir a sugestão de nossos professores, de nossos executivos que estão no Ministério, ver como podemos ajudar, porque nós, agora, com essa possibilidade de ter que cortar R$30 bilhões no Orçamento, isso é brincadeira! Como é que nós vamos fazer aí? Sacrificar o pouco que existe de investimento na área científica? Não tem a mínima condição! Não é, Lasier?

Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, são R$30 bilhões no Orçamento Geral?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso. É muita coisa para cortar, não é?

Então, é lamentável.

Eu queria parabenizar a Emília, e que isso sirva de exemplo para todos os gestores dos ministérios, que façam priorização, que façam aquilo que já está devidamente encomendado e já programado antes de fazer a inovação, porque a situação está muito difícil para a gente ficar definindo o que cortar e o que deixar de cortar, porque já não tem nada para cortar.

Como o Senador Cristovam tinha colocado e eu também coloco, além do Professor José Carmine Dianise, professor emérito da UnB, mais alguém quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Então, Professor, por gentileza, com a palavra por três minutos.

Por favor. Pode falar, Professor. É só o senhor apertar o botãozinho.

O SR. JOSÉ CAMINE DIANISE – Srs. membros da Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, foi-me concedido o uso da palavra pelo DD. Senador Cristovam Buarque, e, na verdade, eu não pretendo falar de recursos, mas, sim, de aspectos que têm implicação no uso de recursos oficiais. E eu vou ler uma mensagem que eu gostaria de deixar a escrita para os registros desta Comissão.

Os malefícios dos cortes sofridos pela pós-graduação nacionalmente são óbvios e merecem atenção de todos nós. Não se pode prescindir de um mínimo de recursos que, além de permitirem o custeio do dia a dia com reagentes, reforma de equipamentos e outros, merece atenção a impossibilidade de se contar com a composição de bancas examinadoras com participação interinstitucional, o que reduz em muitos casos a qualidade da crítica das dissertações e teses, crítica essa sem a qual se perde a chance de valorizar o trabalho produzido.

No entanto, o contexto é mais amplo, e erros primários de planejamento na gestão dos recursos da educação cerceiam a liberdade de se buscar no âmbito federal alternativas para a solução da crise atual. Um dos investimentos que se constitui, em minha opinião, no uso pouco conveniente de recursos públicos é o programa Ciência sem Fronteiras. O Brasil, infelizmente, carece há tempos de estratégias de desenvolvimento realmente originais e pragmáticas. Assim, se, de um lado, fomos capazes de desenvolver uma importante indústria aeronáutica, do outro, perdemos oportunidades óbvias de desenvolver ramos industriais para os quais estamos munidos de toda a base teórica e tecnológica necessária.

Os chineses, por outro lado, a exemplo dos coreanos sem tradição, por exemplo no setor automobilístico, começam uma célere invasão do mercado brasileiro de automóveis. Nós, por outro lado, sentados em uma indústria siderúrgica avançada, não tivemos a coragem de montar um primeiro projeto de automóvel elétrico nacional.

Nada fizemos para desenvolver uma indústria de produção de drones, que preferimos importar, e que os nossos estudantes fabricam no fundo de quintal. Preferimos nos colocar na posição de eternos importadores, meros consumidores finais da indústria estrangeira, satisfeitos em ter recursos públicos do Tesouro através do Banco do Brasil, a financiar superprodução de soja, para ser importada a baixo custo e ser transformada no exterior, o mesmo ocorrendo com os nossos minérios.

O que fizemos com o Ciência sem Fronteiras em nada imita o que os chineses praticam há várias décadas. Não existe meninada chinesa viajando mundo afora, fazendo intercâmbio cultural às custas do governo.

Existe, na verdade, um enorme contingente de jovens cientistas chineses engajados em programas de doutoramento integral nas melhores universidades do mundo. Nos Estados Unidos, que eu conheço relativamente bem, em suas melhores universidades, povoadas de prêmios Nobel, mais do que em qualquer país do mundo, não existe sequer um laboratório no qual não esteja presente um doutorando chinês.

O Brasil, por outro lado, em que pese a oferta de relativamente poucas bolsas integrais no exterior, oferecidas pela Capes e CNPq, investiu alguns milhões no envio de alunos de segundo ou terceiro ano de universidades para buscar inspiração no exterior, nem sempre em centros ou países de alto nível científico.

Na realidade, o programa se presta em boa escala ao financiamento de intercâmbio cultural com dinheiro público, quase sempre beneficiando jovens provenientes de famílias com competência financeira para oferecer aos filhos bons cursos de língua estrangeira, tornando-os candidatos mais competitivos.

Esses recursos, em minha opinião, seriam mais bem empregados na ampliação dos programas de bolsas de doutorado integrais no exterior. Como os chineses, os recursos deveriam ter sido dirigidos prioritariamente a bolsas de doutorado integrais no exterior, porém, em universidade de nível A, selecionadas previamente pela Capes e pelo CNPq, localizadas naqueles países que são reais berços da ciência mundial.

Seria interessante manter o Ciência sem Fronteiras realmente como um programa à parte. Assim, selecionadas as áreas prioritárias, o Ciência sem Fronteiras deveria oferecer e dar oportunidade real para que os primeiro e segundo lugares dos formandos nas universidades federais e estaduais recebessem bolsa para doutorado integral no exterior. Aqui a escolha dos candidatos seria objetiva...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CAMINE DIANISE – ...impessoal, pois as *performances* dos candidatos durante os quatro a seis anos de duração dos cursos de graduação é que seriam o critério de seleção dos bolsistas. Mantido esse critério por vários anos, haveria um estímulo à competição acadêmica nos cursos de graduação e automaticamente se exigiria das universidades a adoção de critérios de avaliação efetivos, implicando inclusive o combate à cola – o vírus universitário responsável pelo treinamento básico de políticos e profissionais corruptos.

Uma das principais razões desse redirecionamento do Ciência sem Fronteiras está no combate à consanguinidade acadêmica hoje presente no corpo docente de nossas universidades, e o combate à padronização do corpo docente das universidades em nível acadêmico pouco satisfatório no País em geral.

Seria importantíssimo a Capes medir e divulgar o nível de consanguinidade dos cursos de pós-graduação. Assim, nesse aspecto, o CSF deveria funcionar também como ciência sem porteira, aumentando a possibilidade de entrada de pessoas qualificadas no Brasil, abrindo-se inclusive nas universidades a efetiva possibilidade de parte das vagas docentes serem disputadas em nível internacional. Assim, por exemplo, em cada universidade, de 10 a 20% das vagas da carreira docente estariam abertas à competição internacional. Evidentemen-

te, aí, seria afrontar diretamente os interesses da corporação sindical docente, porém a percentagem poderia ser negociada. Caso se consigam 5%, já seria ótimo para o País. Para isso, seria necessário alterar as regras dos concursos para docentes, que atualmente entregam, nas mãos de três examinadores, sem participação alguma de colegiados amplos, o destino de vagas que irão quase sempre permanecer preenchidas por 30 anos. No Brasil, concurso para professor universitário segue hoje regras primárias semelhantes à seleção do pessoal técnico. No entanto, tudo isso deve ser adiado, pois a inflação e o câmbio desfavorável tiram do País qualquer possibilidade de competir por jovens talentos provenientes do Primeiro Mundo. Porém, fica aqui a ideia e a preocupação de quem dedicou mais de 40 anos de vida à universidade.

Assim, filosoficamente, é importante uma alteração básica no Ciência sem Fronteiras, um instrumento importante para revolucionar nossa pós-graduação a médio prazo. É mister mudar-se a ênfase do intercâmbio cultural para investimento na formação de uma elite acadêmica de padrão internacional.

Assim, em relação à pós-graduação, esta é a hora de se encarar também um programa menor, mas que fala a favor do lado obscuro de nosso subdesenvolvimento. Vejam os senhores que existe, por exemplo, nas ciências agrárias, uma farta reserva de mercado oficiosamente mantida nas seleções para admissão em cursos de pós-graduação e nos concursos para professores universitários.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CAMINE DIANISE – Só mais um minuto, por favor.

Existem áreas afins na graduação que oferecem aos alunos todos os conhecimentos básicos para participar de vários cursos de pós-graduação em ciências agrárias.

Por exemplo, alunos graduados em Agronomia, Engenharia Florestal, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental e etc., todos eles têm condições de concorrer a vagas em cursos de pós-graduação de todas as mesmas áreas. As limitações que ocorrem hoje são absolutamente ridículas e merecem ser removidas.

Vejam senhores que existem cursos de pós-graduação, por exemplo, em Fitopatologia, o estudo das doenças de plantas, e Entomologia Agrícola, nos quais se exigem diplomas em Agronomia ou em Engenharia Florestal e até mesmo o número de registro dos candidatos nos respectivos CREAs, sob o argumento de que um biólogo, por exemplo, com doutorado nessas disciplinas, não teria oportunidade de concurso para docentes de Agronomia ou Engenharia Florestal, ou mesmo pesquisador da Embrapa, porque lá os editais exigem graduação em Agronomia ou Florestal. Ou seja, dá-se ênfase, também nos concursos, ao diploma de graduação em vez de exclusivamente ao diploma de doutorado, como ocorre no mundo desenvolvido! Com isso, limita-se a concorrência prejudicando a qualidade do concurso.

Desculpem, senhores, trazer a esta egrégia Comissão esse problema, que reconheço ser difícil de acreditar que exista. Sou otimista e tenho certeza de que os Senadores e as autoridades aqui presentes, agora informados, irão tomar as necessárias providências para banir esse absurdo de nosso ambiente universitário.

Agradeço a atenção de todos e tomo a liberdade de encaminhar esse texto ao Sr. Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao Sr. Professor emérito da UnB José Carmine Dianese, e parabenizá-lo pelo documento. O seu tempo aqui era de três minutos. V. Sª o excedeu – e bastante –, mas a relevância do documento e a profundidade com que trata a questão só tem de nós aqui o reconhecimento. Será muito importante esse documento para podermos encaminhar as questões.

Professor, obrigado.

Vamos passar aqui...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, só complementando um pouco o que o professor falou, na Universidade de Vancouver, por exemplo, existe uma matéria chamada Teoria dos Jogos, em que mais da metade dos alunos são chineses.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

Vamos fazer em ordem inversa do início das falas, à vontade, de cinco a dez minutos, para fazerem as suas considerações finais e responderem aos questionamentos. Começamos, então, pelo primeiro palestrante, que foi o Jaime Martins de Santana, decano de pós-graduação da UNB.

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – Senador Lasier, para uma pergunta complexa, não tem como não haver uma resposta complexa. Então, essa pergunta que o senhor faz – "O que fazer daqui para frente?" – é realmente complexa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas por que chegamos a esse ponto? V. Sª diria?

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – Pois é. Eu tenho uma opinião.

Senador, o Brasil é um país que não planeja, e não planeja porque não é educado, não tem educação. O nosso problema começa na educação básica, Senador. É aí que está.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Engraçado, acabamos de ouvir isso na comissão onde estávamos ali, na Comissão Senado do Futuro, discutindo que o Brasil...É a segunda vez em que ouço isso hoje. Então, realmente é uma realidade constatada. Lá na comissão, estávamos falando isso e, agora, o senhor repete isso aqui. É uma coincidência.

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – E, francamente, eu não vejo nenhum planejamento em relação à educação básica no Brasil. Nós temos um bom lema – Pátria Educadora –, mas, na minha opinião, fica aí.

Se hoje nós formos olhar toda a proposta do Brasil, do Estado brasileiro, para a educação básica, não vemos sequer um marco de qualidade.

Outro dia, participei, a pedido da SBPC, de uma jornada que aconteceu aqui, em Brasília, de uma iniciativa do Governo Federal chamada, se não me engano, Dialoga Brasil. Eu saí cinco minutos depois da reunião. Eu saí cinco minutos depois da reunião, porque ali não havia nada de qualidade – nada, nada, nada.

Eu nasci na roça. Fui educado na Escola de Emergência da Fazenda Glória. Eu andava légua e meia para poder ir a essa escola. A escola tinha pé direito maior do que esta sala, tinha cadeiras e carteiras feitas de ferro e madeira de lei, tinha janelas amplas, um espaço lá fora para a criançada brincar, horta comunitária. Isso no meio do mato, das no meio das cobras, no meio dos lobos.

Outro dia eu tirei uma fotografia – até fiz uma apresentação aqui no Senado e mostrei essa fotografia – de uma escola básica lá de Caxambu, Minas Gerais. É o prédio mais bonito que existe em Caxambu. Se vocês forem à minha cidadezinha, Guaraci, no interior do Estado de São Paulo, verão que os dois prédios mais bonitos que existem até hoje são os prédios das escolas públicas.

Hoje, a gente vai a uma escola brasileira e vê o quê? Sujeira, teto baixo, carteiras quebradas. Não há condições nem de ensinar, nem de aprender num lugar desses! "A Coreia está assim." A Coreia está assim porque começou a investir em ciência e tecnologia e se salvou? Não! Ela fez isso e fez também e principalmente o ensino básico. É isso que tem de ser feito. Desculpem-me os meus queridos professores, que são vítimas, os pedagogos brasileiros são vítimas disso tudo, mas eles não sabem Português, Senador, eles não sabem Matemática. V. Exª sabe quantos créditos de Informática faz um pedagogo nas escolas de educação do Brasil, Senador? Dois, quatro créditos! Eles mal sabem ligar um computador!

Senador, há um estudo sério da Universidade de Brasília, feito por pesquisadores sérios, segundo o qual 90% dos estudantes de Pedagogia do Brasil nunca foram ao cinema, Senador; nunca leram um livro inteiro, Senador – 90%, Senador! 90%!

(Soa a campainha.)

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – Eu gostaria de dizer-lhe que nós temos outras coisas em 30 segundos. É preciso refazer também o Orçamento do FNDCT. O FNDCT perdeu o CT-Petro para o Fundo Social. Nós precisamos recuperar pelo menos 50% desse dinheiro, Senadores. Senão, não dá. O CNPq vai continuar falido. Desculpem os meus colegas do Governo, meus colegas do MCTI, que eu respeito muito, mas o CNPq hoje é uma instituição praticamente falida. Os senhores viram a demanda que há ali do universal e a "porcentagenzinha" que vai poder ser financiada. Isso porque metade dos pesquisadores brasileiros já não acreditam mais no CNPq, nem mandam projetos para o edital universal.

O INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia), que abrange grupos nacionais e internacionais que ajudam a internacionalização da ciência brasileira e de sua qualificação, inclusive trabalha com a pós-graduação fortemente, vai ser jogado em outubro: não tem dinheiro para este ano e quase não vai ter no ano que vem. Outro dia, a gente teve uma notícia de que o Ministro do MCTI vai pedir dinheiro emprestado para o BID para poder refazer o caixa da ciência brasileira. Nós precisamos começar por aí.

Outra coisa: rediscutir completamente o Ciência sem Fronteiras – o Professor Dianise tem toda a razão –, completamente, completamente. Eu nem vou dizer por quê. Acho que ele já disse.

Outra coisa: melhorar os marcos legais do funcionamento da ciência no Brasil. Existe aqui um projeto de lei – Código Nacional de Ciência e Tecnologia – sobre o qual eu, por meio da SBPC, trabalhei muito com vários colegas. Está aqui nas mãos de vocês o melhor que a gente pôde fazer. Não é o ideal. Está longe. Por exemplo, não mexe na Lei nº 8.666. A Lei nº 8.666 é maléfica para a instituição de pesquisa e para as universidades. Isso faz um mal danado. É preciso botar um dedo nessa ferida. Já passou da hora de fazer isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É maléfica para quase tudo.

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – Eu peço, em nome da SBPC e das universidades, atenção especial ao Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao Prof. Jaime e dizer que a gente tem essa condescendência porque é muito importante o que o senhor coloca aqui. Todo mundo tem esses 5 minutos ou até 10. Se estiver marcando 5, a campainha toca, mas a gente vai aguardar a conclusão.

Prof. Henrique Luiz Cukierman com a palavra.

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Obrigado.

Eu queria, rapidamente, antes de responder ao Senador Lasier, só responder ao Senador Medeiros pontualmente. Acho que a questão do corte das verbas, de 75%, em relação à UFRJ, evidencia que a questão não é propriamente regional, de diferenças regionais, neste momento. A UFRJ é a maior universidade pública federal do País e sofreu um corte drástico, radical. Então, eu acho que a questão não é propriamente dessa diferença regional que o senhor levantou.

Eu queria, primeiro, agradecer à Kátia Silva Cunha pelo elogio a minha apresentação: muito obrigado. E queria esclarecer à Andrea de Souza Lobo, que disse que se fala pouco dos programas de pós-graduação financiados pela Capes no âmbito do Proex. Eu queria reiterar que eu falei, sim, e falei que o corte foi de 75%.

Agora, tentarei responder ao Senador Lasier. A sua pergunta é bastante complexa, e eu não tenho condições de respondê-la, eu acho, à altura, mas eu vou tentar responder pelo olhar da ciência e tecnologia, que é o que nos mobiliza, é o que temos em comum aqui.

Como chegamos a isso? Talvez, a gente tenha insistido em uma economia exportadora de *commodities* e tenha privilegiado muito pouco a questão da ciência e da tecnologia.

Como seguir daqui em diante?

Eu acho que a exposição do Prof. Márcio foi brilhante, como também a da Emília, no sentido de mostrar o esforço que o Brasil fez para consolidar a sua pós-graduação. Os números são, realmente, impressionantes, e eu tenho uma experiência pessoal: tive oportunidade de fazer o "sanduíche" na Universidade de Stanford, em 2000, financiado pelo CNPq, e tive a oportunidade de ouvir deles o privilégio que é ser brasileiro na hora de poder viajar para uma universidade de excelência. A gente tem bolsa para isso. A Argentina não tem, o Chile não tem, o Peru não tem, e o Peru é sede da primeira universidade na América Latina, a Universidade de Lima.

Realmente, é impressionante o esforço brasileiro, e eu acho que é um mérito a ser celebrado e exaltado. Agora, o que eu acho é que, talvez, esteja na hora de sair da discussão da quantidade, da expansão e da consolidação e nós começarmos, em termos de ciência e tecnologia, a nos perguntar: qualidade para que e para quem? Quais são as nossas agendas efetivas e o que constituem os nossos problemas de pesquisa?

Quando a gente começa a desenvolver um sistema de pós-graduação em que a aferição de qualidade é a publicação lá fora, em inglês, no estrangeiro, a gente está trabalhando, talvez, para agendas que não sejam as nossas. Então, quando nós formamos esse número de doutores, pergunta-se: aonde vão esse doutores? Para onde eles vão? As nossas empresas são inovadoras? As nossas empresas investem em inovação? Então, para onde vão os nossos doutores? Qual é o compromisso da pós-graduação brasileira com o Brasil, com os problemas brasileiros, com as questões brasileiras?

Então, talvez, eu acho que, respondendo para onde devemos ir, cabe aproveitar este momento de crise, que é um momento difícil, um momento de perplexidade... Repito a questão angustiosa da UFRJ, e acho que, talvez, tenha chegado o momento de perguntar o que queremos entender por internacionalização. Eu quero que a UFRJ veja a internacionalização como a MIT vê, ou como Stanford vê, ou como Cornell vê? Somos a mesma coisa? Somos iguais?

(Soa a campainha.)

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Eu queria só prosseguir mais um pouquinho.

Então, eu acho que temos de sair dessa reiteração dos nosso méritos passados e nos debruçarmos sobre uma pauta própria, uma agenda própria em que possamos entender o que são indicadores de excelência e o que são indicadores de qualidade.

Isso porque começa-se a confundir o indicador pelo indicado. O indicador é o que aponta o caminho para o mundo em que queremos viver. Então, temos de dizer em que Brasil queremos viver. A partir daí, é que se constituem os indicadores. Depois de um certo tempo, começa todo mundo a produzir para os indicadores. Aí, o que importa é o indicador e não o indicado; não o que se quer produzir como conhecimento para o País.

Então, acho que essa seria brevemente a minha colocação para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Só para ser justo com o senhor, Professor Henrique Luiz, o senhor falou por cinco minutos, porque, quando toca a campainha, ainda há um minuto.

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Ah, então, gostaria de continuar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O senhor quer mais um minuto?

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Quero mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Dou um minuto.

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Eu queria só lembrar, além dos cortes, como chegamos aqui, ligando isso à questão de planejamento.

Acho que o Brasil fez um esforço também muito meritório de mudar a constituição social da universidade pública brasileira, o regime de quotas, a expansão das universidades públicas, a construção de universidades que têm compromissos locais, como a Universidade Federal do Cariri, a Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, universidades produzidas já para nascerem com uma agenda local, com um compromisso local.

Então, estamos mudando a constituição social da universidade. A UFRJ, por exemplo, está agora com 25% de estudantes do Enem, de quotas, estudantes de fora que vêm para o Rio de Janeiro, de baixa renda, e temos altíssimas restrições nas questões de assistência estudantil.

O Reuni foi um programa muito interessante, mas que não foi planejado suficientemente para dar conta da expansão da universidade pública brasileira. Resultado: a UFRJ hoje tem um déficit de R$300 milhões.

(Soa a campainha.)

O SR. HENRIQUE LUIZ CUKIERMAN – Então, quero reiterar a questão do planejamento e a questão de que é preciso ter em conta que a expansão meritória da universidade pública precisaria ter tido também uma expansão de recursos à altura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Professor Henrique Luiz.

Queria passar a palavra para a nossa Secretária-Executiva do MCTI, Emília Maria Silva Ribeiro.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Obrigada.

Senador Lasier, por que chegamos a esse ponto realmente é uma pergunta complexa, que envolve vários atores, para estarmos onde estamos. O mais importante da pergunta é: por que não achamos a solução, dentro da situação hoje do País, no setor de educação, ciência e tecnologia?

Não há uma cultura, na área de ciência e tecnologia, de ver esse setor como um ator do processo. Ciência e tecnologia hoje são complemento, parceiros do Ministério da Educação. Para a sociedade é fundamental. Não dá para escapar da necessidade de pesquisa, inovação, da ciência como um todo, e é o que o mundo inteiro faz.

O fato é que o Brasil ainda não tem a cultura de buscar esse setor para resolver os grandes problemas e dar as soluções. Concordo plenamente – aliás pregamos muito isso com a área econômica – que não se faz corte nessas áreas quando o país está em crise. Essa é uma área que tem de ser expandida. A crise está aí, mas temos que colocar dinheiro onde? Agora é o momento de planejar, de saber onde vamos investir.

É óbvio que não dá para não ser na área da educação e na área de ciência e tecnologia, num país que está em desenvolvimento, em crescimento e que está passando o momento que estamos passando na área econômica.

O fato...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permita-me só um aparte?

Quando formulei aquela pergunta, Drª Emília... É evidente que, para chegar ao Senado, temos nossas convicções; também temos respostas, sabemos por quê. A pergunta foi formulada à senhora e aos senhores porque são da área da educação superior.

Agora, com relação a essa sua última frase, se quisermos planejar, o primeiro requisito para o planejamento é começar pela educação. Não poderia haver cortes para educação. Que se corte em tudo mais que for necessário, quem sabe resguardando-se também a saúde, mas a educação, no Brasil, é prioritária, está acima de qualquer valor, e não é o que se vê há muitos anos.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Claro. E não há de se falar em educação se não se falar em ciência, em pesquisa e em inovação, pois elas são conjuntas. Se nós queremos uma educação de base com qualidade, temos de ter uma pós e uma graduação de qualidade. É um círculo, não tem como quebrá-lo. Eles estão vinculados. Então, são dois setores que estão paralelos e que precisam ser olhados com mais planejamento.

Esse é um pedido que nós fazemos constantemente para todos os setores do Governo Federal. Atualmente, esse projeto de lei que está no Congresso Nacional, no Senado Federal, especificamente aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, que é o Código Nacional da Indústria, do qual o colega Santana falou, é fundamental para desobstruir uma série de pesquisas no País.

O Ministro Aldo pediu fizéssemos um levantamento sobre os estrangulamentos da pesquisa no País e na educação. Vinte e sete instituições contribuíram, sendo que todas pediram a mesma coisa. A Lei de Licitação não nos permite. Hoje, um pesquisador de uma universidade federal, para fazer pesquisa sem licitação, só

pode ir até R$8 mil. Quer dizer, o que se faz com R$8 mil? Não se compra nem um reagente, não se paga um equipamento necessário para a pesquisa.

Nesse projeto, nós pedimos que liberassem até R$300 mil. Não é a solução, mas vai ajudar muito as pesquisas nos nossos institutos, nas universidades, nos núcleos de empresa básica de inovação. Nós estamos travados por uma série de problemas que não são somente financeiros e orçamentários; são também de decisões de planejamento. Estamos travados na pesquisa pela burocracia, pela burocracia pequena. Às vezes, identificamos editais que o próprio Ministério faz, editais que a Capes faz, pequenas portarias, instruções normativas, decisões de conselhos.

Agora, a Confap está discutindo a pesquisa ética humana; está tendo o maior alvoroço no setor de pesquisa, é claro, pois há um entrave numa decisão que não foi consultada a outros setores. Então, a pesquisa, a ciência, não é de uma decisão unitária, de uma pessoa. Ela é de um coletivo, e esse coletivo precisa ser ouvido constantemente. Quando nós passamos a ouvir o coletivo...

(Soa a campainha.)

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – ...descobrimos que há pequenos detalhes desnecessários que o próprio Governo pode fazer, independentemente da questão orçamentária, para alavancar.

Hoje, nós temos, na nossa previsão orçamentária, a pesquisa como prioridade universal, como já falei. Universal é o projeto que contempla a senhora que quer fazer a pesquisa de R$170 mil. É ela quem está aguardando o dinheiro do Ministério da Ciência e Tecnologia, do CNPq. Ela vai receber esse dinheiro. Tem atraso? Tem, por causa de uma série de burocracias. Até chegar à ponta e conseguirmos alcançar o pesquisador, passamos por uma série de exigências, muitas delas desnecessárias. Nós estamos buscando, neste momento, tirá-las.

Nesse levantamento que fizemos, desses entraves, nós já estamos providenciando uma série de legislações, revendo muitas portarias. É um pacote que o Ministro Aldo vai entregar à Presidenta Dilma. Algumas têm de ser por projeto de lei, outras estão nesse Código Nacional da Indústria, que, inclusive, dá um avanço aos institutos nacionais de ciência e tecnologia. Os nossos institutos precisam ter características próprias, precisam fazer pesquisas sem se preocupar com a patente; há outros setores de transmissão de conhecimento que emperram; onde vai ficar o patrimônio. Nada disso estava definido.

Hoje, tudo isso consta nesse projeto de lei. Esse projeto de lei ajuda muito o setor, muito a área de ciência no País, e está hoje sendo debatido no Senado Federal. Foi, inclusive, de autoria do próprio Congresso Nacional; é de autoria da Câmara,e o Senado Federal o está analisando. Quer dizer, nós tivemos o apoio do Parlamento para avançarmos na questão que diz respeito à burocracia na área de ciência e tecnologia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aqui, no Senado, foi distribuído para 14 ou 15 comissões, mais ou menos. Então, em 2020...

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Espero que não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas é o que acontece aqui, infelizmente: a tramitação em várias comissões. Criou-se agora mais uma comissão, a Comissão de Transparência. Isso é o colapso do processo legislativo, uma coisa absurda!

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Esse projeto de lei é uma expectativa enorme da comunidade científica deste Pais, de todas as universidades, de todas as fundações de amparo à pesquisa, da CNI. Todo o setor industrial e produtivo tem uma ansiedade em relação a esse projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tentar fazer uma tramitação concentrada! O Senador Cristovam Buarque está cuidando disso, para termos uma concentração de comissões e, depois, submeter um requerimento de urgência para poder aprová-lo.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Seria muito importante, porque realmente ele vai ajudar. Só no que diz respeito à questão das licitações e de compras de reagentes, de remédios...

Há outros problemas, como a exportação, a importação, mas vamos tentar vencer essas etapas até o final do ano. E vamos precisar muito do Congresso Nacional, porque uma parcela dos estrangulamentos também tem outras legislações relacionadas.

O Congresso Nacional nos deu, para a ciência neste País, a Emenda Constitucional nº 85, de iniciativa também do Parlamento. Essa emenda constitucional trouxe para a ciência e tecnologia um novo patamar no Brasil. Neste ano, o Ministério completa 30 anos, mas completa 30 anos com legislações nascendo, para alavancarmos para a frente.

Nós estamos discutindo, no Ministério da Ciência e Tecnologia, uma regulamentação da emenda constitucional, que é o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que vai nos dar um norte para seguirmos à frente. O que importa isso hoje? Importa tudo.

Sobre o Ministério, bem disse o nosso participante, Dr. José; ele tem razão. Nós precisamos também, como o Dr. Henrique fala, buscar qualidade nos produtos em que estamos investindo.

Eu digo que existe muito dentro do Ministério algo como orégano em pizza: joga-se o dinheiro na pesquisa, e cadê o resultado? Cadê o credenciamento? Cadê a avaliação disso? Onde foi que voltou para o País aquela pesquisa? Ela trouxe resultados?

Porque ela propriamente não precisa trazer, mas tem que buscar esse objetivo, e nós temos, como gestores públicos, que acompanhar a evolução disso, porque o dinheiro público é muito raro; é muito caro. E é precioso nesses momentos. Então, o Ministério está criando uma forma de avaliar, credenciar e acompanhar.

Nós temos hoje o contrato com a Unesco, contrato que sempre houve, com o Ministério, no período de cinco anos, e nós vamos fazer com que esse contrato seja utilizado na ordem de R$23 milhões para a avaliação de tudo o que nós fazemos para pesquisa neste País, porque é daí que o Ministério vai traçar políticas públicas futuras em que nós vamos investir. Nós temos de saber o retorno daquilo que estamos fazendo.

A Finep tem o controle, ela é a secretaria Executiva do FNDCT. O que o Governo Federal fez, neste ano, com relação ao FNDCT? Nós estamos limpando o FNDCT.

Não sei por que, por que razão as organizações sociais e o Ciência sem Fronteiras foram colocados dentro do Orçamento do FNDCT. O Ciência Sem Fronteiras ocupou R$1,5 bilhão, e as organizações sociais, numa ordem de R$800 milhões dentro do FNDCT.

Está saindo agora um decreto, que a Presidenta Dilma vai assinar, tirando as organizações sociais de dentro do FNDCT. Elas não têm que estar lá; esse é um programa continuado de organizações sociais – não é pesquisa pura e simplesmente, que é o papel do FNDCT. E o Ciência sem Fronteiras, no ano que vem, está sendo alocado dentro do CNPq, onde deveria sempre ter estado e de onde não deveria ter saído.

Com isso, o FNDCT fica limpo para programas na ordem de R$1 bilhão no ano que vem – R$ 1,044 bilhão vai ser a liberação do nosso Orçamento e a nossa previsão para 2016. Claro que não é o suficiente. Mesmo liberando-se R$1,044 bilhão, 75% do FNDCT vão estar contingenciados, porque a arrecadação dele é da ordem de R$4 bilhões/ano, mas existe uma promessa do Governo de que, gradativamente, vai fazer a liberação dos recursos do FNDCT. Existe da nossa parte, do Ministério da Ciência e Tecnologia, um planejamento, um gerenciamento e um acompanhamento melhor daquilo que está sendo feito para o País.

Temos a visão de que o Universal é um programa importante para este País, dado o depoimento do Senador José Medeiros. Nós já estamos inclusive providenciando o pagamento neste momento de todas essas bolsas. Como eu falei, são pagamentos de programas passados, não é novo, e nós temos de fazer com que isso se liquide. Nós temos que arrumar a casa. Para poder fazer pesquisa, nós temos que arrumar a casa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não sei se a senhora tem de memória, Drª Emília, mas, em 16 de dezembro do ano passado, esta Comissão aprovou quase R$700 milhões de recursos para o Orçamento para 2015, com os seguintes termos:

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou nesta terça-feira, 16, três emendas ao projeto de lei orçamentária de 2015, destinando recursos para a missão brasileira na Antártica, para o Sistema de Comando do Exército e para o fomento de projetos de biotecnologia e produção de medicamentos. Os recursos, R$699 milhões no total, constam do relatório de autoria do Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

A maior dotação, R$450 milhões, deverá servir para manter a capacidade de apoio à pesquisa científica realizada na estação brasileira da Antártica. Outros R$149 milhões serão destinados ao fomento de projetos de pesquisa em biotecnologia, incluindo a formação de recursos humanos.

Por fim, R$100 milhões foram destinados pela Comissão ao sistema de comunicações críticas, operado pelo Comando do Exército e que reúne as áreas de defesa, segurança pública e infraestrutura nos três níveis da Administração Pública.

A senhora lembra se esses R$700 milhões tiveram agora contingenciamento também, já que havia essa previsão?

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Tudo o que diz respeito a emendas orçamentárias, no caso a emenda da Comissão, nós estamos aguardando o financeiro. Ainda há um processo de negociação dentro do Congresso Nacional com o Governo. Aí, é a Secretaria de Relações Institucionais que está nos encaminhando e nós estamos executando.

Já começamos a fazer algumas emendas individuais na liberação, mas nós não... Como o orçamento é impositivo – não temos autonomia do financeiro –, nós ficamos aguardando o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Relações Institucionais.

Mas são programas muito importantes, temos consciência disso. Sabemos que a continuidade deles é fundamental para a pesquisa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma última perguntinha, então.

A senhora vê possibilidade de futuro em um projeto aqui da CCT, no sentido de inseri-lo na Lei Orçamentária, que vede o contingenciamento dos recursos?

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – O senhor sabe que o Deputado Wadson, da Câmara, entregou essa emenda ao Relator, e o Relator não a acatou. No passado, isso era já uma prática, de não fazer o contingenciamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu, sinceramente, gostaria muito que voltasse. Seria excelente se o Relator da LDO... Ele rejeitou a emenda, mas eu já fiz algumas gestões junto a ele; a Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia também já o fez. E nós estamos aguardando, inclusive, um destaque na votação para que aconteça. Seria excelente, a pesquisa agradeceria. O País, que está todo empenhado nesse setor, agradeceria muito. É muito importante, muito importante.

Olha, com relação ao PDSE, que é a pergunta da Kátia e da Mariana, esse não é um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia. É um programa apenas da Capes. Então, eu não tenho como responder.

O fato é que, em tudo que nós estamos fazendo e executando, nós estamos cumprindo. Vamos cumprir e honrar todos os nossos contratos e editais vigentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço à nossa Secretária Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia. Se depender de mim, não se pode contingenciar valores do MCT. Pode contar.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Senador Lasier, se puderem fazer mais emendas este ano na Comissão, eu agradeço. Nós temos programas importantes. Eu não posso deixar de pedir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tenha a certeza de que vamos fazê-lo.

A SRª EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

Vamos passar agora ao nosso Professor Márcio de Castro, para as suas considerações e respostas.

O SR. MÁRCIO DE CASTRO SILVA FILHO – Bom, mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui presente e participar desta discussão. E, como um partícipe importante na pós-graduação – eu fiz mestrado no Brasil, doutorado no exterior, já tenho atuado –, uma coisa que nos chama atenção é a expansão e a evolução da pós-graduação brasileira.

Quando eu fiz meu mestrado, é uma coisa absolutamente fantástica e algo que nos enche de orgulho. Em termos de educação superior, eu posso dizer, posso garantir que a pós-graduação brasileira é uma referência.

E, como eu falei no início, nós começamos muito tarde. O mestrado foi regulamentado no Brasil em 1964; o doutorado, em 1970. Quando nós comparamos com outros países com mais tradição na academia, observamos claramente que nós começamos muito tarde o processo.

Apesar disso, como eu falei sobre a Capes, em 1959, tínhamos em torno de cinco universidades no Brasil com a pós-graduação ainda muito incipiente. O crescimento observado foi algo realmente que precisa ser reconhecido pela comunidade. Nós passamos de uma estrutura muito local, com alguns grupos de referência, para um sistema hoje capilarizado no Brasil, com um processo franco de descentralização muito importante, para dar oportunidades aos jovens em todas as regiões do Brasil. Eu acho que isso precisa ser reconhecido. Isso foi uma conquista da sociedade brasileira, e eu acho que o papel da Capes nesse processo é muito importante.

Só para termos uma ideia, o orçamento de uma agência em 10 anos aumentou 12 vezes e passa a ter um papel muito significativo não só no financiamento das bolsas. Acabei de mostrar na minha apresentação que há mais de 95 mil bolsas hoje no sistema.

Então, tenho essa convicção de que nós tivemos um ciclo muito virtuoso de crescimento, e esse crescimento quantitativo foi balizado pela qualidade, porque, para entrar no sistema, há um processo que submete os programas a uma avaliação rigorosa. Esses referenciais são passados pela própria comunidade: não é a Capes que define quais são os critérios; é a própria comunidade; são os pesquisadores da pós-graduação brasileira.

Então, eu acho que nós temos uma trajetória de crescimento, temos planejamento, existe um Plano Nacional de Pós-Graduação para até 2020, que foi aprovado antes do PNE e que determina limites e metas muito claras no Plano Nacional de Pós-Graduação. Eu espero muito, e como participante desse processo todo, que este momento que nós vivemos seja realmente uma saída da curva, mas que retomemos logo essa trajetória de expansão. Nós temos hoje uma média de 1,4 doutor por mil habitantes, o que é muito baixo em relação a nossos países competidores, com 6, 7 – 1,4.

Então, no PNPG, no Plano Nacional de Pós-Graduação, nossa meta é atingir 24 mil doutores em 2024. Nessa trajetória em que nós estamos, eu falei na opção de preservar as bolsas. Manter esse processo de crescimento é muito importante exatamente para termos massa crítica suficiente para resolver os problemas brasileiros e inserir, cada vez mais, melhorias na nossa comunidade, medir o impacto social dessas pesquisas.

Apesar de ter começado muito recentemente – boa parte das universidades brasileiras...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO DE CASTRO SILVA FILHO – ... têm menos de 25 anos de existência –, o Brasil hoje é o décimo terceiro maior produtor mundial de conhecimento, em bases de dados internacionais.

Então, é um esforço muito grande. Eu acho que, por conta de um ou dois anos em que nós saímos dessa curva, não podemos olhar e esquecer o que nós éramos há 20, 30 anos, porque os ganhos foram muito significativos em todas as regiões do Brasil.

Eu acho que há uma participação forte da Capes, como do CNPq, do MCTI também, do Ministério da Educação, com a comunidade, que nos dá legitimidade.

A Capes, como eu falei, tem um baixo orçamento, porque ela envolve, ela trabalha com a comunidade. São os próprios professores que nos alimentam, que interagem conosco, e acho que esse é um processo que nos dá uma credibilidade e um respeito muito grandes e um grande reconhecimento em termos de país. E não há dúvida de que educação, ciência e tecnologia são basilares para qualquer sociedade.

Quer dizer, nós não podemos ficar realmente, como foi colocado, comprando pacotes tecnológicos. Nossa única opção é investir em conhecimento, para que nós possamos ser um *player* nesse século XXI.

Pontos mais detalhados nessa apresentação que eu fiz e respondendo a algumas perguntas, eu acho que nós temos de sair. Este é um ano difícil. Provavelmente, o ano que vem também será um ano difícil, e nós temos de sair dessa situação com criatividade, com originalidade, com parceria. Nós temos feito inúmeras parcerias com as fundações de amparo, com outras agências e com criatividade para podermos contornar este momento difícil que o sistema todo está vivendo.

E, respondendo àquelas duas questões sobre a bolsa doutorado sanduíche no exterior, isso é prioridade da agência. A internacionalização é um processo irreversível. Ou as universidades brasileiras se abrem para o mundo, não só treinando os seus alunos, envolvendo-os num processo de internacionalização, mas, sobretudo, trazendo gente capacitada para ficar aqui no Brasil: alunos e pesquisadores.

É fundamental, como foi colocado pelo Prof. José, que nós aumentemos o número de docentes com uma formação diferente, sem ser no Brasil. Fizemos um acordo agora com a Universidade de São Paulo e estamos financiando 60 pesquisadores para virem. A reitoria vai abrir concursos para esses pesquisadores do exterior... A internacionalização é um processo, é uma pauta na agenda mundial hoje. Não há como fugirmos desse aspecto.

Com relação à bolsa de doutorado sanduíche, essa é uma bolsa fundamental. E, no financiamento do Ciência Sem Fronteiras, nós ficamos aquém da meta estabelecida. Precisamos discutir por que os nossos doutorandos não foram mais ousados e não aproveitaram essa oportunidade de formação no exterior; bem como no doutorado pleno também, em que também ficamos aquém da meta proposta.

Acho que é um processo fundamental se quisermos desenvolver bons pesquisadores nas melhores instituições. Então, doutorado sanduíche é prioridade. Neste ano, já tivemos 1.137 concessões feitas. Circunstancialmente, o sistema está fechado, mas ele vai abrir para o ano que vem, e, certamente, será um dos vetores da nossa internacionalização.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero agradecer ao Prof. Márcio Castro, ao Prof. Jaime Martins, à Drª Emília Maria e ao Prof. Henrique Luiz, e dizer que foi muito proveitoso este bate-papo, esta audiência pública. Quero agradecer por estarem aqui conosco e convidar a todos para estarem aqui na próxima terça-feira, quando realizaremos uma audiência pública a respeito dos eletroeletrônicos, sobre a não participação do Brasil no acordo da OMC.

Estamos convidando uma série de autoridades para discutirem, e a Emília vai estar conosco inclusive.

Nossos agradecimentos, portanto. A Comissão de Ciência e Tecnologia vai estar sempre às ordens de V. Sªs.

E enquanto o pessoal vai levantando, já vou tocando o assunto para ganharmos tempo.

Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, sou Relator de duas matérias importantes nesta Comissão. Uma delas é o Projeto de Lei do Senado nº 200, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas e privadas.

O outro projeto é do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre a proteção, tratamento e uso de dados pessoais.

Sobre este último projeto de dados pessoais, já tivemos uma audiência pública na semana passada muito interessante e que me ajudou muito na obtenção de subsídios para que eu pudesse caminhar no sentido de apresentar o meu relatório.

O meu objetivo, Sr. Presidente, se não houver objeção da Comissão, é resumidamente apresentar o relatório hoje, para que, publicado, possa receber emendas dos meus colegas, dos Parlamentares, de modo que possamos caminhar para aprovação nesta Comissão, lembrando que temos ainda mais três comissões depois desta: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Justiça.

Então, se não houver objeção do Plenário, eu gostaria de já apresentar este relatório de modo que pudéssemos dar a sua tramitação.

Em relação ao outro projeto, ao projeto de pesquisas clínicas, eu gostaria de propor uma audiência pública sobre o tema.

São esses dois assuntos que, se V. Exª permitisse e não houvesse objeção do Plenário, eu gostaria que fossem incluídos extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos deliberar sobre esses três requerimentos das audiências públicas e, em seguida, debateremos a respeito do projeto, porque ele é muito importante.

Há um requerimento, sobre a mesa, do Senador Aloysio Nunes.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública nesta CCT para discutir o PLS nº 200/2015, de autoria da senadora Ana Amélia , que "Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas". Para tanto, sugerimos sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Jardeson Sócrates Lima – Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil; Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica; Dr. Jorge Alves de Almeida Venancio - Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; Dr. Rodrigo Stabeli – Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz; Prof. Dr. Fernando Medina – Chefe do Setor de Transplante Renal da Unifesp e do Hospital do Rim e Profa. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Senador Aloysio, V. Exª quer comentar seu requerimento?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ele é autoexplicativo. Peço o apoio de meus colegas para este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, em deliberação.

Quem concorda com o referido requerimento queira permanecer como se encontra. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do nosso Senador Aloysio Nunes.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização, no dia 22 de outubro próximo, de Audiência Pública para debater o tema "Desenvolvimento de tecnologia na área de saúde", devendo-se convidar o Professor Doutor Alysson Moutri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, de San Diego, Califórnia, nos Estados Unidos da América, e outros que os senhores senadores indiquem.

Autoria: Senador Hélio José

Justificativa.

O Professor Doutor Alysson Moutri, brasileiro, é um renomado pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, em La Jolla, San Diego, Califórnia, Estados Unidos, onde trabalha com pesquisas que estão na fronteira dos estudos da Genética e da Biologia, na área de neurociências, tendo-se destacado também nos descobrimentos de um novo método de alteração de neurônio com indicação de autismo, o que foi notificado com uma promissora ação no sentido da cura do autismo.

O Professor Moutri estará em Brasília às expensas da Humane Society International, entidade internacional de proteção animal, que promove ações voltadas para substituição do modelo animal sempre que possível na pesquisa médica e nos testes de segurança e no ensino.

Estou fazendo este requerimento exatamente para aproveitar a passagem do Professor Moutri aqui em Brasília no dia 22 e podermos aprimorar nosso conhecimento. E também em consideração à Semana de Ciência e Tecnologia, quando seria uma grande oportunidade de sabermos um pouco sobre a cura do autismo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em deliberação. Quem concorda com o referido requerimento queira permanecer como se encontra. (*Pausa.*) Aprovado o referido requerimento. Último requerimento para passarmos à discussão do encaminhado pelo nosso Senador Aloysio.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a municipalização da comunicação no Brasil por meio das Rádios e TVs Comunitárias, das TVs Universitárias e do Canal da Cidadania, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:
- Sr. Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM);
- Sr. José Luiz do Nascimento Sóter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO);
- Sr. Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU);
- Sr. Octávio Penna Pierante, Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações.

Autoria: Senador Hélio José

Creio que é altamente explicativo. Este requerimento é de minha autoria.
Gostaria de saber se há quem queira discutir o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discuti-lo, em deliberação.
Quem concorda com o requerimento permaneça como está. (*Pausa.*)
Está aprovado o requerimento.
O nosso Senador Aloysio coloca importante projeto em discussão.
Como S. Exª informa, esse projeto passará, parece-me, por mais três comissões.
Este projeto já foi devidamente publicado no nosso *site*, mas como S. Exª está propondo, fazemos sua leitura hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vista coletiva para deliberação seguinte.
Não há problema.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em deliberação.
Há concordância na inclusão em pauta do relatório do Senador Aloysio.

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

Autoria: CPI da Espionagem

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014
- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto.
Observações:
1) As matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;
2) Em 18/08/2015, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, em atendimento ao Requerimento n.º 52, de 2015-CCT, de autoria do Senador Telmário Mota.

Por favor, o Senador tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Presidente.

Caros colegas, eu sou Relator do Projeto de Lei do Senado nº 330, cujo autor é o Senador Antonio Carlos Valadares, que trata deste tema, que é proteção, tratamento e uso dos dados pessoais.

Juntamente com essa proposição, tramitam nesta Comissão mais outras duas. É um projeto de lei que se originou da comissão parlamentar de inquérito sobre espionagem, e a outra é uma proposição, um projeto de lei do Senador Vital do Rêgo, sempre com esse mesmo objetivo, a proteção de dados pessoais.

Essa matéria se inscreve na competência desta Comissão. Não vejo aqui nenhum óbice do ponto de vista regimental, nem constitucional, nem legal. E a matéria trata de dados pessoais que, muitas vezes, sem o consentimento das pessoas, são utilizados para fins diversos daqueles a que a comunicação dos dados se destinava originalmente.

Muitas vezes, eles são comercializados, são utilizados de forma abusiva, são utilizados de forma a violar a garantia constitucional de inviolabilidade da vida privada, da honra, da intimidade e da imagem das pessoas.

Um caso recente chamou muito a atenção da opinião pública: uma jornalista solicitou os serviços de uma empresa de TV a cabo. Ela foi atendida pelo funcionário dessa empresa, que, depois de prestado o serviço que ela havia demandado, de posse dos dados pessoas – telefone, *e-mail* – passou a assediá-la, enviando mensagens inconvenientes, criando enorme constrangimento para essa pessoa.

Houve muita celeuma provocada por este fato, mas é um fato entre muitos que ocorrem. O funcionário em questão foi demitido, ela entrou com um processo para reparação de danos morais, mas o constrangimento ocorreu.

Nós andamos pela vida esparramando dados, dados que nos dizem respeito: o nosso domicílio, o nosso estado civil, muitas vezes a nossa religião, a nossa profissão.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Tanto é assim que há poucos dias comentou-se sobre um *site* em que se digitava o nome de qualquer pessoa, como por exemplo, Senador Aloysio, e ele baixava tudo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. É um *site* que não tem domicílio no Brasil; tem domicílio em um paraíso fiscal e também eletrônico. Mas são fatos muito conhecidos e que suscitam a necessidade de uma legislação.

Nós já temos um histórico legislativo sobre essa matéria de proteção de dados pessoais, que vem lá de trás, da Lei das Contravenções Penais, passa pelo próprio Código Civil; depois, pela Lei do Cadastro Positivo; pelo Marco Civil da Internet, todos eles tratando de aspectos, digamos, setoriais do problema. Por exemplo, a Lei do Cadastro Positivo, por exemplo, trata da relação bancária entre o cliente e o banco, impondo obrigações de respeito por parte do banco ou da instituição financeira dos dados que lhes são confiados.

O Marco Civil da Internet trata de uma atualização bastante ampla de dados pessoais. No entanto, são apenas os dados recolhidos e tratados por este meio, a internet.

O projeto de lei que eu estou relatando, Sr. Presidente, é mais amplo. Ele trata de dados recolhidos sobre qualquer base, por qualquer meio, tratados por qualquer tecnologia, de modo a garantir que aquele que confiou os dados a um terceiro tenha o direito à sua privacidade garantido, vedando que esse terceiro comunique a outros os dados de que dispõe, a menos que o detentor dos dados autorize expressamente essa utilização.

O projeto trata também desta questão que foi agora lembrada pelo Senador Medeiros: como resolver a questão de o dado ser tratado por uma empresa situada fora do Território nacional, mas que tem implicação jurídica no Território nacional. Existe aqui no projeto uma forma de se tratar, de se enfrentar, esse problema.

Fazemos exceção ao tratamento de dados que são necessários para a formulação de políticas públicas, de segurança, de saúde, de pesquisa científica, de trabalhos jornalístico, desde que esses dados sejam anonimizados – um palavrão feio, mas eu já fui verificar: ele consta no dicionário. Quer dizer, você desvincula o dado da pessoa, de modo que ele possa ser tratado, nessas circunstâncias, sem afetar a privacidade daquela pessoa que originou os dados.

Enfim, eu me baseei no projeto do Senador Valadares, que me pareceu mais abrangente, mas incorporei também muitas disposições do projeto que veio da comissão parlamentar de inquérito a que me referi, do projeto do Senador Vital do Rêgo e também de um esboço de um anteprojeto que está submetido à consulta pública no Ministério da Justiça.

Também recebi e recolhi muitas contribuições interessantes da audiência pública realizada perante esta Comissão.

O meu objetivo agora é, uma vez publicado esse substitutivo, que ele possa ser de conhecimento mais amplo, para que eu possa me beneficiar de novas sugestões de colegas Senadores e de pessoas que virão a tomar conhecimento do texto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria agradecer ao Senador Aloysio o projeto de fundamental importância e dar vista coletiva, até pela importância e pela profundidade do projeto. Vou-me debruçar sobre o projeto, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço muito. V. Exª conhece bem o assunto. Eu agradeço muito a contribuição que virá de V. Exª, seguramente, muito positiva.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado. Fica concedida, então, vista coletiva.

A próxima reunião deliberativa está prevista para o dia 15 de setembro. Na próxima terça, nós vamos chamar aqui CNI, representantes do consumidor, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir aquela questão do acordo da OMC.

Eu acho que é um assunto muito importante, de interesse de todos nós, saber por que o Brasil ficou fora desse acordo. Então, todos estão convidados: próxima terça, aqui conosco, a partir das 9h da manhã.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dez de setembro de dois mil e quinze, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Delcídio do Amaral, Edison Lobão e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 53/2015-CCT, de autoria do Senador Hélio José, destinada a debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC para eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Márcio Luiz Naves de Lima, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - DEINT/SECEX/MDIC; Daniel da Silva Antunes, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; e o Excelentíssimo Senhor Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 60, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Hélio José, que "Nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeirem que a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012, seja feita em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)." O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dez horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria dar-lhes um bom-dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data de 10 de setembro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Srªs e Srs. Senadores, iniciando os trabalhos desta reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 53, de 2015, da CCT, de autoria do Senador Hélio José. Esta audiência pública destina-se a debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral, firmado na OMC, para a eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos.

Para tal, temos a honra de convidar, para compor a mesa de expositores, os seguintes convidados: Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Políticas de Informática do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Virgílio, seja bem-vindo!

Agradecendo ao Virgílio, gostaríamos de convidar também o Sr. Paulo Estivallet de Mesquita, Embaixador/Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty (representante do Ministério das Relações Exteriores).

Seja bem-vindo, Paulo Estivallet! Muito prazer.

Gostaríamos também de convidar o Sr. Márcio Luiz Naves de Lima, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio Exterior (Deint, Secex, MDIC).

Gostaríamos de convidar também o Sr. Daniel da Silva Antunes, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônico (Abinee).

Justificamos aqui a ausência do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); também registramos a possibilidade de comparecimento do Ministério do Trabalho e Emprego e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado por meio do número 0800-612211.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, as Srªs e Srs. Senadores presentes que, na ordem de inscrição, poderão fazer suas perguntas.

Durante o curso desta audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Eu gostaria de fazer um breve comentário. Quando ficamos sabendo que o Brasil ficou fora desse acordo mundial da OMC, eu, como sou colega de turma do Roberto Azevedo, Presidente da OMC, eu estava até de recesso nesse período, liguei para o Roberto e para nosso Ministro Armando Monteiro e para nosso Ministro Aldo Rebelo para saber algumas motivações que possam ter levado a essa situação. Conversei também com a CNI. Veio a ideia de fazermos esta audiência pública para melhor esclarecer, já que o próprio Presidente da OMC, Roberto, não estava entendendo bem as motivações que levaram o Brasil a ficar fora desse acordo multilateral e que poderia propiciar alguns ganhos tecnológicos para o País. Mas, hoje, aqui, com certeza, vamos ter todos os esclarecimentos e todos entenderão bem o que levou a tal situação.

Na abertura desta audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, quero fazer uma pequena fala aqui.

Saúdo a todos os presentes. Eu fico muito satisfeito com a presença de nosso Embaixador, do nosso representante da Abinee. A gente teve esse probleminha com a saúde de Humberto, mas o Daniel, com certeza, o representa à altura e em total condição todas as posições da Abinee. Nosso querido Márcio, que esteve aqui na terça-feira passada. A gente o agradece bastante de estar aqui de novo com a gente. Também o Virgílio, sempre tão solícito, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nos últimos anos, a indústria brasileira de produtos elétricos e eletrônicos, setor conhecido pelo emprego intenso de tecnologias e inovações, desenvolveu-se com incentivos econômicos e políticas tributárias e alfandegárias protecionistas. Partia-se do princípio de que o País, por estabelecer a âncora de sua atividade econômica na produção de *commodities*, produtos primários, destinados à exportação, o agronegócio e os complexos de mineração, petróleo e gás, deveria estimular outros setores da produção nacional, justamente para evitar a chamada "doença holandesa", ou seja, a concentração excessiva da economia em produtos primários. As vantagens comparativas do Brasil poderiam estimular a excessiva dependência desse bilhete premiado de forma que, na possibilidade do esgotamento das riquezas fáceis, o País ficasse exposto à dependência estrangeira nas áreas de inovação tecnológica.

Perderíamos, assim, as oportunidades criadas pelas vantagens cooperativas do Brasil sem que elas viessem a estimular as vicissitudes transformadoras da sociedade por meio do incentivo de outras áreas da produção econômica, sobretudo as em ciência e tecnologia que favorecem o aumento da produtividade e da qualificação do trabalho, a redução das desigualdades sociais e a erradicação da miséria e da pobreza. Nessas condições, desenvolveu-se a indústria eletrônica brasileira.

Neste ano de 2015, a Organização Mundial do Comércio, após quase duas décadas de negociação, estabeleceu as bases do Tratado Internacional de Tecnologia da Informação (ITA), acordo comercial para eliminar tarifas de importação de mais de duzentos produtos de tecnologia de *videogames* e semicondutores. Assinam esse acordo as nações que representam 97% do comércio mundial de produtos de tecnologia da informação, como os Estados Unidos, a China, a Coreia do Sul e a União Europeia. Espera-se que, dos US$4 trilhões movimentados pelo comércio mundial de produtos de tecnologia da informação, pelo menos US$1 trilhão em tarifas sejam eliminados.

O Brasil ficou fora desse acordo e resiste a assiná-lo. Temem-se os impactos da remoção de todos os incentivos tributários e alfandegários na indústria nacional, que já se encontra em momento muito delicado, pois tem sido um dos setores produtivos mais afetados pela crise mundial.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na série analisada até julho de 2015, a redução da produção do setor eletrônico de 14,6 em relação aos 12 meses imediatamente anteriores foi pior do que a apresentada pela indústria de transformação e pela indústria em geral.

As condições do acordo prejudicariam a indústria nacional, mas o Brasil precisa encontrar soluções para garantir a competitividade dos produtos eletrônicos aqui produzidos.

Abro aspas aqui para dizer que trabalhei muito para que o Ministério Público pudesse estar presente, exatamente a Vara de Defesa do Consumidor, mas, por motivo de viagens e dificuldades lá do Ministério Público, eles acabaram não tendo condições de preparação adequada, segundo informação do Presidente da Vara, para estarem presentes e, por isso, nos pediu desculpa pela ausência do Ministério Público, exatamente da Vara de Defesa do Consumidor que não pôde estar aqui nesta audiência pública.

Esta audiência discute a posição brasileira de não adesão ao ITA e suas consequências para os setores produtivos nacionais e para o consumidor brasileiro, convocando para o debate os principais representantes dos setores produtivos envolvidos e das áreas governamentais de competências convergentes, espera-se que sejam apontados elementos para situar o País de forma mais adequada a responder aos desafios que se apresentam em uma das áreas mais sensíveis da economia nacional.

Portanto, declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Muito obrigado.

Quero passar a palavra a nosso primeiro orador inscrito, Sr. Virgílio Augusto Fernandes de Almeida, Secretário de Políticas da Informática do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Eu quero dizer que todos terão o tempo regulamentar de 10 minutos. A campainha vai tocar aos nove minutos, aí terão mais um minuto e, se for preciso, prorroga-se por mais cinco minutos para o término de sua apresentação.

Virgílio, você está com a palavra.

Obrigado.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelo convite para participar desta audiência. Queria cumprimentar aqui o Embaixador Paulo, o Márcio e o Daniel que são colegas e que estão aqui à Mesa, sobre a discussão deste tema importante e estratégico para o Brasil.

Eu vou fazer uma colocação de ordem geral sobre essa indústria e, depois, vou colocar alguns pontos específicos sobre a questão da não participação do Brasil no acordo da *Information Tecnology Association*, o chamado ITA.

Então, eu queria dizer que, primeiro, ciência, tecnologia e inovação formam hoje um dos eixos estruturantes do desenvolvimento. Com isso, existe por parte da ciência, tecnologia e inovação, ao lado da educação, o papel de protagonistas no desenvolvimento sustentado do Brasil no campo econômico, social e ambiental.

Ciência e tecnologia devem contribuir de modo decisivo para nos tornarmos uma economia expressiva, dinâmica e moderna no cenário global. E é justamente nesse momento de mudanças e ajustes macroeconômicos que a ciência e tecnologia, junto com a indústria, tem um papel chave, que é o de estimular e acelerar a inovação no Brasil.

Os incentivos da Lei de Informática, a Portaria nº 950, a Lei do Padis e as ações estruturantes do MCTI podem ajudar nesse setor. E aí eu gostaria de chamar a atenção para alguns números importantes. Um balanço dos últimos quatro anos da indústria de informática mostra números que indicam a força e a vitalidade do setor de tecnologia da informação no Brasil.

Em 2014, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram a quantia aproximada de R$1,7 bilhão, investimentos privados, que representam um crescimento de 72% em relação a 2011. Nesse mesmo período, o faturamento das indústrias incentivadas, ou seja, aquelas que têm os benefícios da Lei de Informática, passou de R$56 bilhões para R$93 bilhões, um crescimento de 51%.

Nota-se, aqui, que o crescimento dos investimentos em P&D feitos por essa indústria de tecnologia da informação superou o crescimento do faturamento no mesmo período, lembrando aos senhores e senhoras que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são aqueles que vão gerar a inovação mais à frente.

O número de concessões do benefício da redução de IPI da Lei de Informática foi de 296, em 2014, contra 74 concessões, em 2011. O número de produtos com certificado de tecnologia nacional, ou seja, o projeto desses produtos, a engenharia desses produtos foi feita aqui no Brasil, cresceu 68% no mesmo período, passando de 356 produtos para 601, o que mostra que as empresas brasileiras estão produzindo tecnologia aqui no País.

Mas a indústria de tecnologia da informação também abrange os setores de semicondutores e *software*. Também nesses setores, a indústria brasileira evoluiu significativamente. O mercado de semicondutores mostra sinais fortes de crescimento, resultado da política nacional de semicondutores, que inclui o Padis, uma legislação aprovada pelo Congresso, a ação de fomento da Finep e do BNDES e a formação de profissionais para o setor. Já são seis empresas de manufatura de semicondutores no País e nove beneficiadas pelo Padis. Além disso, formamos, nos últimos anos, mais de 600 engenheiros para essa indústria de semicondutores.

Mas o momento exige discussões sobre o futuro da indústria de tecnologia da informação. Estamos acostumados a ver um setor compartimentalizado entre *software*, *hardware* e serviços. No mundo inteiro, a evolução e o avanço da indústria de TI criam produtos que integram essas três vertentes – *hardware*, *software*, mais serviços.

Os ajustes macroeconômicos, a valorização do dólar, os investimentos feitos em P&D indicam que a indústria tem uma janela de oportunidade no mercado externo, aumentando as exportações e contribuindo para a balança de pagamentos. Aqui é necessário mostrar alguns pontos importantes pelos quais essa indústria deve ser apoiada no País, o que significa, nesse caso, é não necessariamente fazer parte do acordo neste momento. O futuro pode levar a outras situações.

Mas, no momento, para se ter uma ideia, esse acordo teria impactos significativos em três grandes pontos. O primeiro, a perda de arrecadação do Governo brasileiro. São aproximadamente R$30 bilhões, ou foram R$30 bilhões, a importação de componentes e produtos finais de Tecnologia da Informação em 2014. Ou seja, a eliminação desses impostos implicaria perda de arrecadação do Governo Federal.

Segundo, tem que ser analisado qual seria o impacto de uma adesão dessa na Zona Franca de Manaus, que é uma região que gera empregos qualificados, que acaba tendo um impacto positivo sobre a sustentabilidade e a preservação da região.

Um terceiro ponto então – o primeiro ponto é a perda de arrecadação, o segundo ponto é o impacto que pode ser negativo e, contudo, teríamos que fazer estudos mais aprofundados, mas há indicação de que seria um impacto negativo – é criarmos vulnerabilidades para uma indústria que é muito importante para o País.

A indústria de tecnologia da informação é uma indústria estratégica para o País não só pelo tamanho dela, pois o setor de tecnologia da informação representa algo entre 6% e 7% do PIB. Então, ele é grande em termos do seu valor econômico. Um segundo ponto, esse setor é estratégico para levar a inovação aos demais setores da economia. O terceiro ponto é que esse setor emprega aproximadamente 150 mil pessoas no País e, mais importante ainda: no setor de pesquisa e desenvolvimento, os empregos na indústria de Tecnologia da Informação atingem 30 mil pessoas, sendo 23 mil com nível superior. Ou seja, essa é uma indústria que emprega recursos humanos qualificados e que tem que ter um conjunto de incentivos para não só ampliar a sua atuação no Brasil, mas também para competir no exterior. Outros países também usam certas formas de impostos para proteger suas respectivas indústrias.

Então, nós estamos falando de uma indústria crítica, de uma indústria que, no Brasil, hoje, produz tecnologia, haja vista o número, por exemplo, de produtos com tecnologia nacional reconhecidos pelo Ministério, de uma indústria que tem aproximadamente 150 mil empregos qualificados, sendo 30 mil em pesquisa e desenvolvimento, de uma Indústria que, a partir dos incentivos criados pela Lei de Informática, criou inúmeros centros de pesquisas avançados, que vão desde Porto Alegre até Manaus, com uma concentração grande na região de Campinas, que são frutos dos investimentos obrigatórios em P&D da Lei de Informática.

Então, nós estamos dizendo o seguinte: "Olha, a indústria é chave para o Brasil, a indústria é crítica e a não assinatura do Brasil nesse tratado significa darmos a essa indústria um tempo para crescer e tornar-se cada vez mais forte".

Então, é esse o ponto do Ministério, nós temos que ir, com muito cuidado, nessa questão, analisando quais são os impactos, mas, no momento, certamente, a preservação dessa indústria é a principal prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Fico agradecido pelas colocações do Virgílio.

Passemos ao próximo orador, nosso querido Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos, aos meus colegas de mesa.

Eu tinha um professor que dizia que a Física é simples, mas é difícil. A política comercial é quase o contrário. A política comercial é complicada, mas não é difícil. Ou seja, de maneira muito simplificada, o que a gente faz em matéria de política comercial é dificultar ou facilitar a importação de produtos. E, como consequência disso, o *mix* do que é consumido e produzido no País tem mais produtos importados ou mais produtos fabricados pelos brasileiros.

Isso tem sempre custos e benefícios para alguém. Então ao estimular um determinado setor, eu crio alguma dificuldade para o outro, seja pelo efeito sobre o consumidor, seja pelo efeito sobre outros setores que

utilizam aqueles insumos, seja pelo efeito até mesmo sobre o câmbio. Então, se eu exporto muitas *commodities*, a taxa de câmbio se valoriza e isso dificulta o setor industrial.

É por isso que é importante levar em consideração aqui, na política comercial, a opinião dos vários setores: do industrial, do agrícola, da ciência e tecnologia, da educação, enfim, de todos, e é por esse motivo, por exemplo, que a política comercial brasileira é definida no âmbito de uma Câmara de Comércio Exterior, que envolve vários ministérios, sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O ponto que eu quero enfatizar aqui é que a participação em acordos comerciais é uma pequena vertente do que é a política comercial. Ou seja, uma vez tomada a decisão de quais são os instrumentos que convêm ao Brasil, aí a gente utiliza os acordos comerciais para tentar obter, a partir daquilo que nos convém, alguma vantagem a mais para as nossas exportações. E isso pode ser feito de duas maneiras: pode ser seja do ponto de partida de que nós decidimos ou abrir algum mercado, abrir algum setor e, a partir daí, a gente tenta negociar para obter alguma contrapartida dos outros por isso, ou, ao contrário, a gente vai lá fora, vê o que a gente quer obter de ganho de mercado e volta aqui e se dispõe a abrir mercado em resposta àquela demanda.

Grosso modo, o que acontece é que esse segundo método, ou seja, de se dispor a abrir em função do que os outros querem para obter algum ganho lá fora, isso é muitas vezes feito por pequenos países, aqueles que têm linhas de produção muito simples, alguns poucos países se dispõem a abrir tudo para obter algum ganho nos grandes mercados.

Os grandes países, os Estados Unidos, a União Europeia, a China, o Japão fazem o contrário. Eles decidem o que é bom para o país, levando em consideração todos os fatores, e, a partir daí, negociam, sim, um compromisso de manterem aquela abertura, que eles já fizeram, porque convinha a eles, e, em troca, obtêm ganhos de mercado.

O caso aqui que nos concerne hoje, ou seja, essa questão da participação no acordo de produtos de tecnologia da informação, é um caso absolutamente especial. Para praticamente qualquer acordo comercial, a resposta de se é vantajoso ou não para o Brasil aderir ao acordo é matizada. Ela é matizada, porque existem, justamente, esses custos e benefícios. Ao fazer um acordo que abra mercado para os produtos agrícolas brasileiros, há vantagem para a agricultura, mas pode ser que a indústria brasileira tenha que abrir mercados que ela não desejaria em troca. Temos, então, que fazer pesar custo e benefício aqui, para ver o que é mais vantajoso.

O caso desse acordo de produto de tecnologia de informação é excepcional no sentido de que eu posso dizer, com toda certeza, que não existe nenhuma vantagem para o Brasil em aderir ao acordo. Não existe por quê? E aqui eu não estou entrando no mérito das considerações, por exemplo, do Dr. Virgílio e do que vai ser dito pelos meus colegas. Eu não estou entrando no mérito de se o Brasil deve ou não reduzir as tarifas para facilitar a vida do consumidor ou não. Essa é uma decisão que nós podemos e devemos tomar autonomamente. Os argumentos do Dr. Virgílio devem ser pesados contra os dos outros setores interessados nessa abertura de mercado, mas isso feito de uma ótica estritamente brasileira, de interesses brasileiros, diferentes interesses brasileiros, de diferentes regiões, diferentes setores produtivos, os consumidores e tudo o mais brasileiros.

Agora, o que a gente nunca deve fazer é entrar num acordo para nos forçar a abrir mercados com base nos critérios que interessam aos outros países. Porque essa lista aqui de produtos que foi assinada nesse acordo não foi negociada conosco e não se dispuseram a negociá-la conosco. Aliás, eu trabalho há tanto tempo com isso que, quando foi feito o primeiro acordo, em 1996, nós fizemos um amplo processo de consultas, interno, para ver se o Brasil poderia e deveria aderir ao acordo. E um predecessor do Dr. Virgílio nos disse: "Olha, nós poderíamos abrir ou reduzir as tarifas para 60% dos produtos dessa lista". Não. Não, porque não foi isso que estava sendo oferecido. A oferta ao Brasil, o convite ao Brasil era para abrir o seu mercado. E, em troca, eles nos dariam o quê? Nada.

Da mesma forma, neste acordo, nesse segundo ITA, em que houve um processo lento de negociação, que durou vários anos, a negociação foi basicamente concluída por um acordo bilateral entre os Estados Unidos e China. Isso consta da imprensa, vocês todos devem ter visto isso, porque, inclusive, países que são produtores muito maiores do que o Brasil ficaram muito frustrados, porque alguns dos produtos que eles gostariam de incluir nas listas foram excluídos. Foram excluídos e não houve nenhuma margem para negociação.

Então, nesse caso, por que eu digo que não tem nenhuma vantagem para o Brasil em participar? Primeiro, é isso, porque a lista de abertura não seria feita em consideração da política industrial, ou da política de ciência e tecnologia, ou da política educacional, ou dos interesses do consumidor brasileiro. Seria função dos interesses exportadores dos Estados Unidos e da China e, em menor medida, dos outros participantes.

E, inversamente, o que o Brasil ganharia em aderir? Nada. Nada por quê? Os produtos que estão nessa lista já terão nesses mercados a tarifa zerada para o Brasil também, pela cláusula de nação mais favorecida. Então, a nossa participação não abre nenhum mercado no Brasil e, inversamente, ela abre o mercado brasileiro de uma maneira definitiva e com base em critérios que não são os definidos pelos interesses brasileiros.

Então, não há nenhum motivo. Mas eu, para levar o argumento ao extremo, supondo que o Dr. Virgílio estivesse completamente errado, que nada do que ele disse tivesse qualquer relevância, e, obviamente, não é o que eu penso, mas, para o argumento, digamos isso. Ainda assim, o Brasil não deveria aderir a esse acordo, porque, se essa abertura, se em algum momento, for decidido pelo Governo e com a sociedade que o Brasil deve reduzir as suas tarifas para esses produtos, eu espero que nós tenhamos a inteligência de utilizar essa abertura numa negociação comercial para abrir outros mercados.

Ou seja, não há nada que exija que nós troquemos essa redução tarifária por reduções nos mesmos produtos. Nós podemos pedir em outros produtos, com os quais o Brasil é competitivo, para abertura dos mercados para os nossos têxteis, para os nossos produtos de transporte, para as nossas exportações agrícolas. Para isso.

Então, a mensagem que eu gostaria de deixar aqui, Senadora, é principalmente a de que a gente deve separar a questão de qual deve ser a nossa política comercial para esse setor, se deve ser mais aberta ou mais fechada, que é algo que deve ser decidido autonomamente, da participação no ITA, no qual realmente eu não vejo nenhum interesse ou vantagem para o Brasil em participar.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Uma grande economia de tempo, aí, do nosso Embaixador.

Muito bem.

Obrigado, Embaixador.

Vamos passar a palavra, em seguida, para o nosso Márcio Luiz Naves de Lima, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. MÁRCIO LUIZ NAVES DE LIMA – Bom dia a todos.

É um prazer, Senador, estar aqui nessa Casa.

Eu estou aqui representando o meu Ministro, o Ministro Armando Monteiro.

Depois das falas do Secretário Virgílio e do Embaixador Paulo, eu acho que a minha função aqui ficou um pouco facilitada, mas, enfim, eu vou passar aqui algumas questões mais técnicas do acordo, porque eu acho que é importante os senhores terem uma noção maior da negociação em si, lá, na OMC, e um pouquinho mais do meu setor, que é um setor mais técnico, na Secretaria. Quero, também, falar um pouquinho das estatísticas, dos produtos constantes dessa lista, que foi negociada na expansão desse acordo.

Primeiro que esse acordo, como bem dito aqui, pelo Embaixador, é um acordo antigo, é um acordo que foi assinado em 1997, e, desde lá detrás, o Brasil não fez parte da assinatura desse acordo, porque, então, lá atrás, não nos interessava fazer parte desse acordo.

A partir daquele momento, até 2012, a lista negociada, que, na verdade, implicava reduções no imposto de importação desses países que fazem parte desse acordo, não foi expandida. A lista ficou, na verdade, sem ser negociada e sem ser expandida.

Chegou em 2012, com a tecnologia cada vez mais sendo desenvolvendo mundo afora, com novos produtos, porque a tecnologia, cada vez mais, desenvolve novos produtos, como é o caso do GPS, do *iPad*, se resolveu expandir essa lista a partir de 2012, numa negociação que envolveu 54 países, dos quais 28 desses 54 são da União Europeia.

Então, os principais países negociadores são os europeus, e eu posso citá-los claramente: Coreia do Sul, Taiwan, China e Estados Unidos. São os grandes interessados nesse acordo. Esse acordo começou a ser negociado em 2012, e como bem disse o Embaixador, a participação do Brasil foi nula. Foi um acordo feito a portas fechadas pelos principais *players* desse setor, e é importante se dizer isso também. Agora em 2015, chegou-se a uma lista de 201 produtos negociados, que envolvem, na verdade, a redução da tarifa. Provavelmente, o acordo será implementado na reunião de Nairobi – e aí o Embaixador pode me corrigi –, no final deste ano, em dezembro, que é conferência ministerial da OMC.

Enfim, com relação a algumas estatísticas. Primeiro, o Brasil não fez parte da negociação desse acordo, ou seja, ou você adere ou não. Isso não é negociação, mas imposição. Essa é a primeira coisa.

A outra coisa que foi citada pelo Embaixador e que considero extremamente importante é sabermos o que temos a ganhar com esse acordo. Quando o Brasil – e eu participo de negociações comerciais – vai negociar um acordo comercial, coloca-se na balança aquilo em que se tem interesse ofensivo e o que se tem interesse defensivo. Nesse caso, qual o interesse ofensivo que nós teríamos? Nenhum. Nós teríamos interesses defensivos. E mais: o interesse ofensivo está garantido, como bem dito pelo Embaixador, pela cláusula da nação mais favorecida. E o que a cláusula da nação mais favorecida diz? Ela diz que qualquer benefício que se dá a

um parceiro da OMC, tem que ser estendido a outro. Ou seja, ainda que não façamos parte desse acordo plurilateral, nós receberemos o mesmo benefício de redução na tarifa quando exportarmos os nossos produtos. Isso é importante deixar claro.

A questão da barganha é clara. Ou seja, que barganha vou ter para negociar um acordo em que não tenho interesse ofensivo? Ora, num acordo comercial, como bem dito aqui, leva-se em conta o que se tem interesse de exportar. Por exemplo, tenho interesse de exportar produtos agrícolas, tenho interesse de exportar produtos dos quais eu sou competitivo naquele mercado. Por outro lado, em contrapartida, eu abro o meu mercado aqui para setores onde não sou muito competitivo.

Mas nesse caso, vai-se abrir o mercado, primeiro, para um setor insipiente no Brasil, em que a política industrial ainda está nascendo, como bem dito aqui pelo próprio Secretário, que envolve mais de 100 mil empregos, e segundo, e acho que é importante – não sei se mencionei aqui – que, em termos de estatísticas, dos produtos constantes dessa lista do acordo, que são 201 produtos, exportamos uma média em 2012/2014 de US$2 bilhões e importamos US$24 bilhões. A média na tarifa aqui no Brasil aplicada para os produtos está em torno de 12% a 16%. Alguns desses produtos, inclusive, com tarifa zero.

E a lista é constante de quê? Quais são os produtos que estão inseridos nessa lista de expansão desse acordo? Primeiro tem o setor de máquinas e equipamentos que não foi citado aqui, porque, na verdade, o grande setor que estamos tratando é o de BIT, ou seja, Bens de Informática e Telecomunicação. Mas é importante salientar que dentro dessa lista também há produtos do setor do capítulo 84, que é algo mais técnico, que é o setor de máquinas e equipamentos. Há também uma grande quantidade de produtos do setor eletroeletrônico, que justamente é o capítulo 85, e há também, por fim, equipamentos médicos. Mas na sua grande maioria, o principal setor para nós é o setor de informática e telecomunicações.

Fazendo uma análise dessa lista de expansão, a sua grande maioria, na verdade, beneficia produtos acabados e semiacabados. Ela tem poucos componentes. É importante dizer isto. É uma coisa para pensarmos. Um país que está desenvolvendo uma indústria de acabados, aqui internamente, principalmente na Zona Franca, como o Secretário disse, abrir o seu mercado para produtos acabados e não zerar tarifas de insumos e componentes é uma coisa que não faz muito sentido. E como não tivemos participação ativa nas negociações desse acordo, nós vamos ser... Na verdade, seria uma imposição se reduzir as tarifas de produtos acabados e semiacabados aqui para uma indústria que, hoje, está começando, sim, a produzir esses produtos. Ou seja, pode-se afetar seriamente inclusive a questão do emprego.

Então, na opinião técnica – e estou falando de uma opinião estritamente técnica –, e o Embaixador colocou muito bem aqui, atualmente, na minha opinião e na opinião do Ministério, não valeria à pena, hoje, participarmos da expansão desse acordo e da maneira como ele foi negociado. É importante dizer isso.

Agradeço a todos aqui a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Márcio. Acho que está bastante esclarecedora a nossa audiência pública.

Vamos ouvir agora o nosso querido Daniel da Silva Antunes, Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee).

Mais uma vez justificando que o nosso querido Humberto está passando por problemas de saúde, por isso não pôde estar aqui. Mas está muito bem representado pelo nosso querido Daniel.

Por favor, Daniel.

O SR. DANIEL DA SILVA ANTUNES – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador a oportunidade de vir à Comissão para esclarecer esse tema.

Acompanhamos pela imprensa um desdobramento grande sobre essa não adesão do Brasil. A minha apresentação, portanto, é uma forma de ratificar o posicionamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Secretário Virgílio foi muito feliz em colocar os investimentos de P&D que a indústria faz no Brasil. O Embaixador deixou bem claro que essa negociação não era interessante para o Brasil. E o Márcio complementou fazendo um bom histórico desse acordo.

Preparei uma apresentação rápida, na verdade para tentar demonstrar que realmente a indústria nacional não se vê beneficiada em absolutamente nada, nem mesmo o consumidor.

Portanto, para fazer uma introdução, quero dizer que a Abinee representa cerca de 600 empresas do setor eletroeletrônico. É uma entidade de mais de 50 anos no Brasil. Então, acompanhamos esse setor há muito tempo.

Vou fazer um histórico rápido, já que o Márcio fez um histórico perfeito sobre isso. Esse acordo não é algo novo, pois foi idealizado desde 1996, com 29 participantes. Em 2012, evoluiu para essa ampliação da lista. Mas somente em julho de 2015 é que foi realmente assinado e decidiu-se implementá-lo a partir de 2016. O Brasil não aderiu a esse acordo.

Trouxe aqui a lista dos participantes. Acho que só de analisá-la rapidamente é possível observar que, majoritariamente, não há países fabricantes desses equipamentos. A maioria desses países não têm uma indústria desenvolvida ou optaram por não industrializar esses produtos no país.

É importante deixar isso bem claro. O que vale destacar um pouco é a história do Brasil no desenvolvimento nacional da indústria de eletroeletrônicos. A opção do Brasil por ter uma indústria estabelecida no País não é de agora. Desde 1984, o Brasil elegeu o setor de tecnologia da informação como um setor prioritário para o desenvolvimento nacional. Veja que a própria lei que tratava da reserva de mercado já trazia, no art. 2º, que o objetivo da lei era capacitar as atividades de informática em proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira. Então, desde 1984 que o Brasil escolheu o setor como estratégico para o nosso desenvolvimento.

Em 1991, colocando fim na reserva de mercado, foi editada a Lei nº 8.248, que é a Lei de Informática, que se constituiu como uma espinha dorsal de uma política de informática, de uma política industrial para esse setor, a fim de trazer os principais *players* e desenvolver uma indústria local de tecnologia de informação.

E essa Lei de Informática recebeu aprimoramentos em 2001, 2003, 2004 e 2011. Ou seja, ela foi modificada durante esses anos para dar maior competitividade às indústrias e incentivar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. E, em 2014, depois de uma discussão acirrada no Congresso Nacional, essa Lei, que vigoraria até 2019, foi prorrogada até 2029.

Então, vejam que existe um arcabouço legal no Brasil direcionado a esse setor importante no Brasil.

A política industrial para o setor de informática vai além da Lei de Informática, porque, no Brasil, existe a Lei do Bem, que foi a legislação que implementou o programa de inclusão digital e essa legislação foi importante para reduzir o que chamamos mercado cinza, que é o mercado ilegal de computadores. A Portaria nº 950, do MCTI, citada pelo Secretário Virgílio, é muito importante ao disciplinar as características do produto considerado desenvolvido no Brasil. Além disso, nesta política industrial ainda há uma política de compras governamentais, criada pela Lei nº 12.349, que dá a preferência de compra para produtos desenvolvidos no Brasil.

Então, esse arcabouço legal, para citar esses exemplos para complementar, deixa clara a opção do Brasil em privilegiar uma indústria local de equipamentos.

Apenas para ratificar também os números dados pelo Virgílio, na verdade, a política industrial direcionada para o setor de TI no Brasil gerou resultados positivos. Temos um parque industrial com mais de 900 empresas do setor no ramo de informática, automação industrial predial, automação comercial e bancária, manufatura eletrônica e parte do setor de energia.

Essas empresas estão distribuídas majoritariamente nas Regiões Sul, Sudeste e Norte, e incluem os grandes *players* internacionais. As principais multinacionais que atuam no mercado já optaram também por escolher o Brasil como sede de manufatura local. É um setor responsável, como o Secretário Virgílio também disse, por expressiva quantidade de empregos diretos, são 150 mil. O faturamento do setor já é mais de R$89 bilhões por ano. E os investimentos de pesquisa e desenvolvimento gerados pela Lei de Informática já são expressivos, mais de R$1 bilhão por ano – até o Secretário trouxe um número superior ao que eu havia pesquisado no *site* nos últimos relatórios do MCTI. E esses investimentos permitiram o surgimento de 263 institutos de pesquisa, ou seja, existe um grande movimento econômico e científico e tecnológico resultante dessa indústria estabelecida no Brasil.

Só para visualizar um pouco o que significa esse montante de investimentos, eu trouxe um quadro, uma pizza, que mostra que 45% desses investimentos são projetos conveniados com institutos de pesquisa com universidades, e 46% são investimentos nas próprias empresas. Então, as próprias empresas desenvolvem tecnologia no Brasil.

As obrigações de investimento em P&D resultantes da Lei de Informática, na verdade, preciso dizer, a Lei de Informática reduz o IPI dos produtos, as empresas têm uma redução atualmente de cerca de 80% no IPI e, em contrapartida a esse incentivo fiscal, são obrigadas a aplicar percentual de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Ou seja, sem essa legislação realmente o Brasil estaria sem uma política industrial estabelecida.

Ao lado, vemos que vários Estados, apesar de a fabricação estar localizada no Sul, Sudeste e Norte, são 20 Estados que mantêm, de alguma maneira, investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Aqui tem um quadro, um mapa do Brasil mostrando as regiões onde a indústria está instalada juntamente com os principais institutos de pesquisa.

Por fim, para ratificar o posicionamento e apoiar o posicionamento do Brasil na não assinatura, na não participação do acordo internacional, relacionamos algumas razões pelas quais o Brasil realmente deveria ter ficado de fora.

O presidente da Abinee, logo que saiu a notícia pela imprensa, também fez um manifesto deixando claro que a indústria nacional, apesar de apoiar a não participação do Brasil neste acordo, não pode ficar com a pecha

de protecionista. A indústria nacional é estabelecida e incentivada pela Lei de Informática, mas é uma indústria altamente competitiva. Os produtos vendidos no Brasil, fabricados pela indústria nacional, também têm preços internacionais competitivos. Então, não se pode aderir a um acordo em que as condições são absolutamente desiguais. Os fabricantes internacionais, o principal fabricante internacional de produtos eletroeletrônicos, como a China, tem condições de fabricação absolutamente desiguais em relação ao Brasil. No Brasil, temos o custo de produção, de certa forma, elevado, uma legislação trabalhista pesada, que tem de ser observada, e além disso temos alguns custos logísticos que têm de ser analisados. No caso da China, por exemplo, nada disso ocorre. A legislação trabalhista acho que é inexistente. A China é conhecida por fazer um *dumping* social. Então, não podemos comparar a situação e a indústria do Brasil com algumas indústrias estabelecidas fora do Brasil. Grande parte, como já disse, dos estados que fazem parte do acordo estão fora do jogo internacional de fabricação de produtos. Eles não têm muitas vezes nem indústria instalada no país. Para citar um exemplo, os Estados Unidos optaram por não ter indústria nacional e sim desenvolver produtos e terceirizar essa produção. A China se ocupa da produção desenvolvida pelos Estados Unidos. Isso ratifica a posição de desinteresse do Brasil e desinteresse da indústria nacional em ter esse acordo assinado.

Além disso, como o Márcio deixou bem claro, a tarifa média de importação dos produtos de TICs está mais ou menos em 12%, 16%, então é um patamar razoável. Além disso, o Governo brasileiro também desonera produtos não fabricados no Brasil com os ex-tarifários. É importante dizer que a proteção que se tem à indústria nacional está para a indústria estabelecida e para os produtos que são fabricados, mas se o produto não é fabricado no Brasil há instrumentos, e o próprio MDIC dispõe de instrumentos para isentar ainda mais as tarifas.

Enfim, o Brasil hoje é o terceiro maior mercado de computadores e o quarto maior mercado de aparelhos celulares no mundo, e isso justifica a existência de uma indústria local para atender a essa demanda. Na verdade, a isenção total de tarifas internacionais de importação, por exemplo, deixaria a indústria nacional em uma situação de desvantagem com o resto do mundo. Então, não haveria sentido se instalar no Brasil, se as condições competitivas internacionais estivessem absolutamente desequilibradas. Não podemos abrir, e ratificando o posicionamento do Embaixador, do Márcio, do Secretário Virgílio, no sentido de que não podemos abrir mão de uma indústria que está, no Brasil, produzindo competitivamente e perder uma história de 40 anos que levamos para construir essa indústria no Brasil.

Realmente, é necessário, é importante ratificar esses pontos na Comissão e dizer que a indústria nacional tem desafios a cumprir. Quando discutimos a renovação da Lei de Informática, obviamente com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia, também propusemos modificações na lei, modernização. Sei que isso está em estudo pelo Ministério e certamente essa legislação será modernizada para que o Brasil ainda tenha uma indústria mais competitiva e com produtos ainda mais baratos para o consumidor.

Era isso que eu queria deixar como mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Do ponto de vista da igualdade das posições, até que ficou bastante esclarecedor. Para mim, havia mais uma discussão mais diferenciada. Mas penso que se direcionou tudo para um mesmo ponto.

Vamos aqui às perguntas dos nossos telespectadores. Se alguém do nosso público quiser fazer alguma pergunta, pode pedir para a inscrição que eu abrirei a possibilidade.

O Bernardo Pinheiro, do Rio de Janeiro, apresenta a seguinte questão:

Além dos altos impostos em importação, que na maioria das vezes estão em cima de produtos que não podemos encontrar no País, ainda temos de arcar com os maiores preços em produtos essenciais atualmente, mesmo com salários muito longe dos da realidade do povo americano.

Essa é a afirmação que ele faz.

O Alan Fagundes, do Rio Grande do Sul, fala o seguinte: "Não investe na indústria, atola os produtos nacionais com impostos e não deixa os importados serem barateados. Já viram o Governo Federal deixar de arrecadar? Nunca!"

É a pergunta que coloca o nosso Alan Fagundes, do Rio Grande do Sul.

O Ricardo Nakaoka, do Distrito Federal, afirma a seguinte questão:

O velho protecionismo brasileiro nunca nos ajudou a avançar tecnologicamente. Cobra-se caro nos produtos importados para, supostamente, incentivar a indústria nacional. Mas ou não temos equivalentes nacionais, ou eles são mais caros do que os importados, ou são de pior qualidade.

Essa é uma afirmação do Sr. Ricardo. Depois, se vocês quiserem comentá-la.

Uma outra afirmação do Sr. Ricardo Nakaoka é a seguinte:

Quando o Collor foi Presidente e abriu o País para os produtos importados, provou-se não que a indústria brasileira estava despreparada, mas sim acomodada, pois dominava o mercado ao qual o brasileiro não tinha alternativa. Temos de parar de tapar o sol com a peneira.

Essa é a posição do Sr. Ricardo Nakaoka.

Eu queria apenas ponderar o seguinte: quando víamos, senhores debatedores, que países como, por exemplo, Austrália, Canadá, União Europeia, China, Índia, Rússia, Japão, Taiwan, Cingapura, Nova Zelândia aderem a esse acordo, que são grandes produtores de eletroeletrônicos – aliás, os produtos que compramos são todos importados desses países, a grande parte aqui no Brasil –, então, eu gostaria de ouvir de você, da Abinee, Daniel e dos demais colegas aqui presentes, se não seria uma incoerência com relação à questão de você haver dito que esses países não produzem – eu posso estar mal-informado –, mas para mim são esses países que eu listei os que mais produzem os eletroeletrônicos que o nosso povo consome.

Eu não tenho dúvida, como brasileiro – e eu fui sindicalista, presidente de sindicato, diretor da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, por cinco mandatos –, em defender a nossa indústria, defender os trabalhadores e defender o nosso emprego. Por isso, na média, concordo com todas as posições aqui colocadas.

Digo isso aqui, porque o Ministério Público, a defesa do consumidor, não veio; alguns consumidores colocaram a situação. Também o nosso Ministério do Trabalho e Emprego – e acho que vocês relataram bem sobre a questão do desemprego no País – não veio, e eles iriam relatar algumas questões em relação a isso.

Mas, de qualquer forma, o que sai aqui para nós como uma tranquilidade é que os nossos órgãos governamentais, que sabem o que fazem, e o nossos órgãos da indústria e do comércio da indústria de eletroeletrônicos estão com posições similares. Então, é sinal de que o Brasil acertou na posição. Não estou eu aqui para poder fazer o contrário, nem dizer o contrário, já que foi unanime aqui essa posição. E foi para mim bastante esclarecedora para nós do Senado Federal, para o ouvinte nacional que nos ouve.

E acho que nas considerações finais que faremos agora, depois de sabermos se alguém do plenário quer perguntar alguma coisa – e vou fazer em ordem inversa da colocação inicial. Então, será você, Daniel, o primeiro a falar –, estaremos ouvindo dessas provocações todas aqui mais alguns detalhes da importância de o Brasil não ter assinado.

Eu queria só saber do nosso Embaixador, já que depois de muitos anos, conseguimos, com esforço, colocar um presidente da OMC. Isso é importante para o nosso País estar nesta posição. Todos se lembram daquela crise entre o Brasil e o Canadá, envolvendo a Bombardier e a Embraer e todas as questões do comércio brasileiro, e hoje, estamos na OMC. E esse acordo, pelo que V. Sªs colocaram aqui, realmente nós passamos direto. Não fomos protagonistas nesse acordo, pelo visto. Por isso que todos vocês foram unânimes na importância de o Brasil ter ficado fora do acordo, para proteger nossa indústria, nosso comércio e nossos empregos.

Alguém do plenário está querendo falar alguma coisa, pediram alguma inscrição? (*Pausa.*)

Não.

Então, vamos passar a palavra ao Daniel. De praxe você tem cinco minutos. Se precisar mais algum tempo, não há problema, para as suas considerações finais e sua colocações.

Muito obrigado.

Quanto às respostas aqui, se vocês quiserem eu posso mandar reproduzir cópia desse e-Cidadania. Aqui temos os *e-mails* de quem enviou, se vocês depois quiserem e puderem dar uma resposta escrita, daria uma cópia para todos vocês.

Daniel, por favor.

O SR. DANIEL DA SILVA ANTUNES – Bom, Senador, quando eu coloquei que a maioria dos países não tem indústria instalada de componentes ou de produtos eletroeletrônicos. Por exemplo, a China é o maior exportador desses produtos. E os Estados Unidos, realmente, não têm indústria instalada de eletroeletrônicos. Na verdade, os Estados Unidos, como eu disse, terceirizaram a fabricação para a China.

Então, não tem realmente vantagem em abrir o mercado para o maior exportador e para o maior concorrente do Brasil, na verdade, na área da fabricação desses produtos.

Uma informação interessante é que os grandes *players* da indústria de informática se estabeleceram no Brasil, inclusive com fábricas na China. Então, a opção de vir ao Brasil é exatamente para aproveitar esse grande mercado consumidor que nós temos aqui. Nós não poderíamos de deixar de também termos benefícios desse mercado consumidor.

É importante dizer que os produtos fabricados no Brasil têm preços competitivos. A Lei de Informática e todos os incentivos acabam desaguando no consumidor. Então, o consumidor recebe no final das contas os benefícios por ter um produto com tecnologia de ponta e fabricado no Brasil a preços competitivos internacionalmente.

É importante dizer que, na verdade, não se trata de proteger somente a indústria nacional. A gente quer, na verdade, a defesa da inteligência. Quando falamos na proteção da indústria, isso quer dizer que nós estamos querendo que a inteligência, o desenvolvimento dos produtos fique no Brasil e manter os empregos, todos os investimentos que as empresas fazem aqui.

Então, essa é a mensagem. Na verdade, as indústrias produzem no Brasil, abastecem o mercado interno deixando o País de forma independente do mercado internacional. Se não houvesse indústria no Brasil o consumidor brasileiro seria abastecido apenas por produtos fabricados internacionalmente, e isso a depender dos preços internacionais, da volatilidade do dólar. Então, a depender de todas as condições econômicas com que os produtos importados chegariam no Brasil. Então, não necessariamente reduzir totalmente as tarifas vai tornar o produto mais barato, porque o fator do câmbio influencia no valor do produto. Mas como a nossa indústria depende, sim, de componentes, mas não de todos os componentes, o fator dólar tem um impacto reduzido, amenizado para o produto final.

Na verdade, é importante que o Brasil se mantenha em uma condição de independência tecnológica do resto do mundo. Então, se nós optarmos por simplesmente dizimar a indústria nacional, nós também vamos optar por depender tecnologicamente de todos esses produtos que hoje são fabricados nos Brasil.

Então, não é simplesmente o olhar para um preço final do produto, mas sim de um arcabouço, de uma circunstância de fabricação local que nós temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Daniel, vou lhe perguntar algo diferente. Por exemplo, eu sou engenheiro eletricista de formação. Trabalho há 30 anos no setor, trabalhei na Companhia Energética de Brasília, na Eletronorte e, atualmente, no Ministério de Minas e Energia, exatamente no monitoramento do sistema elétrico nacional.

Nós estamos em um momento em que é essencial o aproveitamento da energia solar fotovoltaica em nosso País e de alguns outros tipos de energia, que estão na ponta da carga, para os quais o Brasil está com uma tecnologia muito atrasada com relação ao mundo, seja em relação aos painéis fotovoltaicos, seja nos inversores, nos produtos essenciais para que possamos massificar em nosso País essa questão. Hoje, está para nós a preços exorbitantes, porque tudo é fabricado lá fora, nos chega com uma carga tributária alta. Além da carga tributária, com uma concorrência inexistente, consequentemente, com os preços lá em cima.

Nós precisamos, por exemplo, abrir esse mercado. Eu apresentei uma série de projetos nesta Casa, exatamente visando propiciar que essa importante energia que Deus nos deu o tempo inteiro possa realmente fazer a diferença em nossa matriz energética, para nós não vivermos a crise, por exemplo, que vivemos hoje.

Você já concluiu a sua resposta, mas eu fiz questão de fazer essa provocação para você e para os demais que vão falar em seguida, de como a gente sair dessa situação, porque, realmente, precisamos dessa tecnologia que a Ucla, a Universidade da Califórnia, acaba de desenvolver em relação a um novo tipo de painel. A China – com o mercado dela, sobre o qual você já esclareceu, muito complicado, onde não há direitos trabalhistas, não há nada – está lá na frente, com produtos bastante competitivos nesta área, assim como o mercado europeu entre outros, como podemos, sem prejudicar a nossa indústria, fazer com que esses produtos sejam feitos aqui em nosso País, de forma que a gente consiga fazer com que as micro e pequena empresas, que a dona de casa, as pessoas que precisam colocar esses painéis solares em suas residências ou outros lugares de carga possam adquirir esses equipamentos de forma adequada?

Eu não sei se você tem condição de responder isso, mas eu gostaria de ouvi-lo assim como aos demais, que irão falar também a respeito disso.

O SR. DANIEL DA SILVA ANTUNES – Bom, Senador, também como Gerente de Relações Governamentais em Brasília, nós acompanhamos os projetos de lei que interessam o setor eletroeletrônico e tenho conhecimento dos projetos de sua autoria sobre os painéis fotovoltaicos e a Abinee tem dado atenção a esse tema. Nós temos um grupo de fabricantes de equipamentos fotovoltaicos. Ainda não há uma indústria realmente estabelecida no Brasil, mas é necessário criar condições para os investimentos dessas empresas sejam feitos no Brasil.

Na verdade, é preocupante simplesmente reduzir as tarifas, porque aí se não há nenhuma tarifa no Brasil, então, por que o fabricante vai se instalar no País? Qual o incentivo que ele terá para vir instalar-se no Brasil se não há barreira tarifária, se não há nenhum incentivo para vir se estabelecer aqui?

Então, é necessário se avançar nessa discussão. A Abinee tem trazido os fabricantes para discutir, mas ainda não há uma fórmula para isso. É preciso que avancemos nessa discussão para trazer incentivos; discutir com o Ministério da Ciência e Tecnologia, discutir com o MDIC instrumentos para que os fabricantes possam vir ao Brasil investir nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Dando sequência, vamos ouvir o nosso representante do MDIC, Márcio Luiz Naves.

O SR. MÁRCIO LUIZ NAVES DE LIMA – Aqui, só para encerrar, estamos aqui debatendo, e para amadurecer o debate – e vou procurar ser breve em minhas palavras –, porque se tem dito muito que o Brasil é um país fechado, não é isso? Acho que poderíamos um pouco repensar essa questão de o Brasil ser um país fechado.

O que o Governo brasileiro está fazendo para, na verdade, ter um comércio mais fluido, para fortalecer o comércio exterior? Acho que isso é importante. Ora, aqui debatemos um acordo específico, não é isso? Um

acordo plurilateral, que é o ITA. Nós aqui da mesa temos a mesma posição. Acho que ficou claro que o acordo não é bom para o Brasil. O acordo lista produtos nos quais nós teríamos apenas interesse defensivo e não ofensivo. Esse é o primeiro ponto.

Agora, o Brasil continua atuante e interessado tanto no âmbito multilateral na OMC como nos acordos comerciais. Acho que isso é importante dizer, Senador, porque o meu Ministro junto com a Presidente Dilma lançou o Plano Nacional de Exportações – há dois meses ou um mês e meio. E nesse Plano temos várias metas a serem seguidas tanto em termos de negociações de acordos comerciais quanto da própria OMC, que é a finalização da rodada Doha.

Não sai na mídia, mas o Brasil, por exemplo, negociou, fez parte daquele acordo de facilitação de comércio em Bali, em 2013. É um acordo extremamente importante para nós. O Brasil já cumpriu a maioria dos compromissos daquele acordo, inclusive, hoje estamos desenvolvendo o Portal Único de Comércio Exterior. Não sei se vocês sabem do Portal Único, na verdade é uma janela única para o operador comercial em que todos os organismos intervenientes vão liberar ou a exportação ou a importação em uma mesma janela. Isso, em termos de facilitação, para vocês terem uma ideia, o Brasil vai economizar por ano US$40 bilhões nas exportações e US$30 bilhões ou US$ 40 bilhões nas importações. Isso só para se ter uma ideia do que o Brasil está fazendo.

Com relação à rodada em si, a rodada Doha, que é uma rodada realmente de difícil conclusão, e o Embaixador acompanhou toda ela e continua acompanhando com muita propriedade, a rodada Doha é realmente uma rodada complexa. Aí sim temos interesses ali ofensivos inclusive.

Lá, você tem três pilares importantes, o pilar agrícola, o acesso a mercado de produtos industriais e serviços. O Brasil, é claro, tem interesse ofensivo na questão agrícola. Nós queremos que os países desenvolvidos diminuam as suas barreiras não tarifárias, o apoio doméstico, subsídios à exportação de produtos agrícolas. Isso estamos negociando. Em detrimento disso, nós também estamos negociando redução de barreiras aos produtos industriais, as tarifas aos produtos industriais. Ou seja, o Brasil está negociando algo em que se tem a ganhar em troca.

Então, o Brasil está ativo nessa negociação. É uma negociação difícil porque é claro que os países desenvolvidos, como a União Europeia, os Estados Unidos e por aí vai, dificilmente irão acabar com os seus apoios domésticos e os subsídios à exportação aos produtos agrícolas.

Acho que esse é o primeiro comentário em relação à atuação do Brasil, principalmente no âmbito multilateral.

No âmbito bilateral, vamos dizer assim, em termos de acordos comerciais, acho muito importante dizer que o Brasil tem acordos com todos os membros da América Latina. Inclusive, todos os acordos já estão no livre comércio, ou seja, as tarifas já são zeradas para todos os parceiros da América Latina. E o Brasil, é claro, como todos os países está amadurecendo no comércio exterior.

E no plano nacional, hoje estamos ativos nisso, estamos partindo para outras frentes negociadoras. Hoje estamos negociando acordos comerciais com os mexicanos, um acordo extremamente importante. É a ampliação de um acordo que já existe, mas negociamos a ampliação deste acordo. Temos o acordo em negociação com os europeus. Então, o Brasil está realmente fazendo por onde abrir ao comércio internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO LUIZ NAVES DE LIMA – Mas importante dizer, Senador, acho que cabe aqui dizer que o Brasil, em termos de comércio exterior, não vou dizer que engatinha, mas ainda está amadurecendo. E essa maturidade... Na América Latina nós já temos acordo de livre comércio com praticamente todos. O Brasil, em termos extrarregionais, já estamos negociando alguns acordos também.

Então, acho importante ter essa ciência de que o Brasil tanto em termos bilaterais, em acordos comerciais, mas também na OMC, em termos multilaterais, estamos, sim, bastante atuantes.

É só isso.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido, Márcio, pela clareza nas informações.

Vamos passar aqui para o nosso Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Muito obrigado, Senador.

Eu vou começar me referindo ao que V. Exª mencionou da eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para a OMC, que é um reconhecimento, primeiro, das qualidades pessoais dele, que é um grande Diplomata e servidor público, e também um reconhecimento do protagonismo do Brasil no sistema multilateral de comércio há várias décadas.

Para o Brasil, a OMC continua a ser prioritária. Dada a estrutura do comércio exterior brasileiro, o tipo de interesse, a diversidade geográfica das nossas exportações e as nossas importações, a OMC é absolutamente fundamental.

Agora, a OMC não é perfeita, ela reflete uma história, e, inclusive, relações de poder, os países que criaram, estabeleceram o sistema depois da Segunda Guerra mundial naturalmente fizeram com que as regras fossem um pouco mais voltadas para os interesses deles do que para os dos demais.

Então, o Brasil continua engajado, as regras, imperfeitas como são, são de nosso interesse, e o Brasil faz de tudo para cumpri-las, mas o Brasil também tem o dever para consigo mesmo e para com o próprio sistema de lutar para que essas regras sejam aprimoradas. E aprimorá-las significa que, quando se faz um acordo setorial, que ele leve também em consideração os nossos interesses, e não apenas a perspectiva dos outros. Por exemplo, se houvesse um acordo como esse aqui para a liberalização das exportações de soja, o Brasil certamente teria grandes interesses e vários outros países não participariam. Não há nada de errado, não há nada que enfraqueça a OMC nisso, mas o fato é esse: nós temos a obrigação de perseguir o nosso interesse.

E eu aproveito também para fazer uma referência ao comentário que o senhor fez sobre a questão do desenvolvimento de uma indústria de painéis solares no Brasil. Embora eu não tenha competência técnica para isso, eu acompanhei muitas negociações e uma delas, que ainda está em curso na OMC, sobre bens que se chamam ambientalmente positivos. Essa negociação partiu da ideia de que a ideia era beneficiar o meio ambiente, ou seja, e, em princípio os países não deveriam colocar interesses mesquinhos, como seus interesses comerciais, para impedir algo que é benéfico para o meio ambiente. E aí, quando a gente via a lista de produtos que se colocavam ali, só faltava haver a marca registrada do lado, ou seja, via-se exatamente quando um país estava colocando um produto cujo interesse era exportador e o meio ambiente era um pretexto para aquilo.

Por exemplo, quando se coloca, uma sugestão, enfim, de um país exportador de automóveis, porque ele queria que automóveis de uma determinada cilindrada fossem exportados. Sim, com relação aos grandes automóveis era ambientalmente benéfico, mas, em comparação com as bicicletas, não era. Então, por que aquele produto deveria ser incluído ou não?

Agora o que eu acho positivo e gostaria também de ver mais debate nesse sentido é um debate dirigido a questões específicas, ou a setores e produtos específicos, como a indústria de painéis solares. Esse tipo de conversa sobre se o país é protecionista, ou se não é, e até mesmo se a gente deve abrir o setor eletroeletrônico, ou não, não tende a prosperar muito. Quanto mais específica ela for, então, se a gente vir, por exemplo, a gente deve ou não ter uma indústria de semicondutores, a gente deve, ou não, estimular uma indústria de monitores de cristal líquido, esse tipo de coisa é mais fácil de analisar. Não será simples porque é isso, o senhor colocou pontos importantes.

Agora, voltando e falando como leigo sobre painéis solares, é muito possível que haja questões ambientais no Brasil. O fato de, por exemplo, nós termos muito mais precipitações do que muitos dos locais onde se utilizam esses painéis solares, pode recomendar um outro tipo de fabricação, ou elementos diferentes que levem a especificidades, e somente uma indústria estabelecida no Brasil, acho eu, teria sensibilidade para esse tipo de coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido ao nosso Embaixador, Paulo Estivallet.

Passamos aqui para o Virgílio, nosso Secretário de Políticas da Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, agradecendo novamente você, a Virgínia, o nosso querido Aldo, como todos aqui, o nosso Armando, o nosso Mauro Vieira e também ao Humberto.

Vamos lá, meu querido Virgílio, para podermos dar um fim a esta boa audiência aqui, porque, pelo menos para mim, eu acredito que ficou bem claro o acerto que o Brasil fez pela posição tomada. Então isso fica bem.

Por favor, Virgílio.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Obrigado, Senador.

Primeiro eu queria aqui enfatizar a importância da posição do Ministro Aldo Rebelo da valorização da Ciência e Tecnologia no Brasil com instrumento de desenvolvimento econômico e de ações também que fortaleçam a soberania nacional. E essa soberania nacional hoje está diretamente ligada à questão da soberania tecnológica, à soberania científica. Então, o Ministro tem nos dado todo o apoio nessa direção e nos dá também a estratégia para isso.

Eu gostaria de fazer alguns comentários, eu acho que as colocações anteriores pelo Embaixador, pelo Márcio, pelo Daniel e pelo próprio Senador mostram que o Brasil segue num caminho que é o caminho mais vantajoso, quer dizer, as vantagens de o Brasil não participar ou de não ter assinado esse acordo são claras, e eu vou relacionar algumas delas aqui.

O primeiro ponto é que o Brasil não é um País fechado nesse setor. A evidência clara disso é que o País importa US$30 bilhões por ano em equipamentos e componentes. Então, como dizer que o País está fechado se ele importa US$30 bilhões, mais do que 90% dos outros países. Portanto, o País é aberto. E, ao importar equipamentos, ao importar componentes, ele faz essa troca buscando a modernidade da indústria aqui. Por isso é claro, o País não é fechado e o País trabalha nessa direção.

Um segundo ponto importante é que o País, o Governo, tem claramente dado prioridade aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, visando gerar a inovação no País. Se nós olharmos os países de economias mais avançadas, todos eles investem consistentemente em P&D para gerar a inovação tecnológica, para gerar produtos modernos, para avançar economicamente. E o Brasil vem procurando isso. A Lei de Informática, que é um dos pilares dessa política de tecnologia da informação, favorece claramente os investimentos em P&D no País.

Um terceiro ponto importante é dizer o seguinte: tecnologia da informação – e aí entendendo de uma maneira mais ampla *hardware, software* e semicondutores – está presente em todos os aspectos da sociedade e aspectos da economia. Então, se nós olharmos a indústria automobilística, cada vez há mais *chips* dentro dos veículos, cada vez há mais *softwares*. Se nós olharmos a indústria aeronáutica, a própria agricultura hoje depende muito das tecnologias da informação para continuar aumentando a sua produtividade. Então, nós termos uma indústria forte e moderna aqui, que é uma prioridade de País e tem sido construído, junto com o Congresso e a sociedade, através dessas aprovações da Lei de Informática e Lei do bem.

Outro ponto importante é a questão da soberania nacional e soberania tecnológica. O episódio de Snowden nos mostrou que o País tem que ter suas condições, sua capacidade tecnológica de se proteger. Isso ficou claro no episódio quando se mostra que houve um monitoramento das comunicações no Brasil, e essas comunicações dependem, essencialmente, dos produtos de tecnologia da informação. Então, o País tem que ter a sua capacidade de proteção.

Outro aspecto importante nessa discussão é que todos os *players* dessa indústria estão no Brasil. Se nós olharmos qualquer marca importante que seja americana, que seja chinesa, que seja europeia, elas estão aqui. E elas se beneficiam também do mercado brasileiro. A política tecnológica brasileira coloca o seguinte: o mercado brasileiro é aberto e dá as boas-vindas a qualquer empresa, mas nós queremos mais do que parceiros comerciais, nós queremos parceiros intelectuais, que gerem no País, conhecimento, e não apenas...

(Soa a campainha.)

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – ... que usem o mercado brasileiro. Então, essa é uma das linhas da política brasileira.

Outro ponto importante é que toda essa política gera um grande número de empregos qualificados. O País, cada vez mais, tem que gerar aqui empregos para engenheiros, empregos para cientistas, para pesquisadores, e isso é gerado pelos investimentos de P&D.

E é interessante observar, às vezes isso não está evidente assim para a sociedade, onde está o benefício disso. Se nós olharmos, por exemplo, a indústria de automação bancária, os equipamentos são desenvolvidos e projetados no País. E é uma indústria extremamente competitiva. Se nós olharmos a automação industrial, a automação, por exemplo, das plataformas de petróleo, elas foram feitas por tecnologias desenvolvidas no País que têm esse Certificado 950, que é concedido pelo MCT, de tecnologias desenvolvidas no País.

Então, os exemplos, os casos de sucessos dos resultados positivos dessa política brasileira são muitos. Isso não quer dizer que não seja necessário criar ajustes e modernizar os aspectos da lei para que a gente consiga alcançar alguns desses pontos que foram objetos de questionamentos pelos expectadores ou pela audiência, que perguntou sobre a questão de custos. Naturalmente que nós estamos trabalhando com a indústria para que haja, cada vez mais, uma produtividade que leve à redução de custos, que leve a equipamentos cada vez mais modernos no País. Em alguns setores, no caso, por exemplo, de computadores pessoais, os preços praticados no Brasil são praticamente equivalentes aos preços praticados nos Estados Unidos.

Assim, o que fica claro para mim, e da manifestação dos colegas aqui, é que o País tem uma estratégia, essa estratégia traz benefícios para o País, e o fato de não ter participado desse acordo da *Information Technology Association*, na verdade, preserva esses ganhos que o País teve e que procura ter em relação ao futuro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Fico muito agradecido a todos, porque ficaram muito claras as posições, e eu acho que cumpriu a nossa tarefa aqui de esclarecer ao nosso País sobre essa posição tomada. Eu vou declarar encerrada a audiência pública, antes, porém, eu queria que vocês esperassem só um pouquinho para tirarmos uma foto aqui da formação.

Então, considerando encerrada a audiência pública, eu vou só ler esse requerimento aqui e aprová-lo na reunião seguinte aqui da CCT.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 60, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012, seja feita em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Autoria: Senador Hélio José e outros

Em discussão o requerimento, que é do Senador Lasier Martins, que esteve aqui nos prestigiando, subscrito por mim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em julgamento. (*Pausa.*)

Os que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado e, consequentemente, será uma audiência conjunta para analisar essas modificações todas aqui propostas.

Vamos tirar uma foto aqui, eu quero agradecer vocês mais uma vez, o meu abraço a todos os ministros e ao nosso Presidente da Abinee. E dizer para o nosso Brasil que o nosso papel aqui no Senado, de esclarecer e de colocar as situações, mais uma vez foi feito aqui com bastante competência pelo nosso Governo e pelo nosso setor da iniciativa privada.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia quinze de setembro de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Omar Aziz, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Sandra Braga e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 2011,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 559, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com 'cláusulas de fidelização' do assinante." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do PLC 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais**. Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 2015,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Nilda Gondim, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para facilitar a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 131, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESP), que "Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros", que tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto. Em 01/09/2015 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Matéria é retirada de pauta. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 83, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Lei do Senado n.º 431, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Ofício "S" n.º 39, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o

Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 9: Ofício "S" n.º 29, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 10: Ofício "S" n.º 47, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Tibagi Ltda, no município de Apucarana - PR." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 11: Ofício "S" n.º 42, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 12: Ofício "S" n.º 13, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Editora Gazeta do Povo S.A., que "Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 13: Ofício "S" n.º 32, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal Ltda, no município de Leopoldina - MG." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição

ao Senador Hélio José, que oferece relatório pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 14: Ofício "S" n.º 11, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Editora Jornalístisca Alberto Ltda, que "Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 15: Ofício "S" n.º 40, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 221, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí." A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 278, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha,

Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 124, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 52, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 300, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, Estado de Sergipe." O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 203, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TIMBOTEUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ATRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 244, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BAGRE – ARCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagre, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre." O relator designado é o Senador Gladson Cameli, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nesse momento, o Senador Hélio José passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador José Medeiros, para relatar os itens 30 e 31. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 200, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE CANA BRAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, reassume a Presidência. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 106, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DOS ARTISTAS DO VALE DO ARAGUAIA

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 201, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO FLOR DO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 96, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E LAZER DE QUEIRÓZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada á RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA. para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 185, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA PERIN ASSESSORIA E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 145, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CABOCLA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas." A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 226, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 329, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIE-

DADE ORGANIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE NORMANDIA – SODLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima." O relator designado é o Senador Telmário Mota, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 255, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 222, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - ABJDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 173, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA STÉREO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 181, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 182, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 186, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ

Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Amigos, bom dia a todos!

Penso que poderíamos começar a reunião pelos itens não terminativos, para ganharmos tempo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de setembro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Vamos aproveitar e apreciar os não terminativos.

Senador Omar, é possível V. Exª ser Relator *ad hoc* de alguns itens?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Os não terminativos, sim, Omar. Então, eu queria sugerir, se você pudesse relatá-los, os itens 8, não terminativo, do Senador Aloysio; o 9, que é do Senador Cristovam; o 10, do Senador Eduardo Amorim; o 11, do Senador Fernando Bezerra. É possível V. Exª relatar os itens 8, 9 10 e 11?

Senador Lasier, seria possível V. Exª fazer a leitura dos projetos dos quais V. Exª é o Relator? Refiro-me aos itens 34, 35, 36 e 37.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Os itens 8, 9 e 10 terão relatoria *ad hoc* do Senador Omar. V. Exª quer iniciar agora?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos ao item 8.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 39, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Tem a palavra o Senador Omar Aziz, como Relator *ad hoc*.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Vamos à análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 39, de 2014, nos termos do art. 335.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, vamos ler os itens 9, 10 e 11, para já votarmos em globo esses projetos.

ITEM 9
OFICIO "S" Nº 29, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 10
OFICIO "S" Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Tibagi Ltda., no município de Apucarana - PR.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 11
OFICIO "S" Nº 42, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Item 9.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga e renovação.

Em seu art. 2º, o ato determina que ofícios datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 29, de 2014, nos termos do art. 335.

Vamos ao item 10.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, no item 9, o senhor encaminha pelo sobrestamento, não é?

Vamos ao item 10.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Este aqui vem à Comissão e trata da transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Tibagi Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir – aí, vem o requerimento – e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 47, de 2015, nos termos do art. 335.

Temos ainda o item 11, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim. Vamos ao item 11.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Conquista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Relatório.

Por meio do Ofício "S" nº 42, a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 257, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Conquista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

A alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processo está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias, além da exposição de motivos do Ministério das Comunicações.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 42, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao nosso Senador Omar Aziz.

Como ainda não temos quórum para votar, mesmo os não terminativos, peço ao Senador Flexa que, por gentileza, relate as matérias dos itens 12, 13, 14 e 15.

Vamos ao item 12.

ITEM 12
OFICIO "S" Nº 13, de 2015
- Não terminativo -

Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.

Autoria: Editora Gazeta do Povo S.A.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A Editora Gazeta do Povo S.A., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, encaminhou ao Congresso Nacional declaração de composição de seu capital social, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. O referido documento foi registrado, nesta Casa, como Ofício "S" nº 13, de 2015.

A matéria foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, entre outros.

A Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o §4º do art. 222 da Constituição, determina em seu

art. 3º que as alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.

Estabelece, também, que no caso das empresas de radiodifusão, a comunicação será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas.

No caso em tela, a documentação encaminhada ao Congresso Nacional não menciona qualquer alteração de controle societário, atendo-se, exclusivamente, à descrição do capital social da empresa. Nesse sentido, seu encaminhamento para conhecimento do Parlamento era prescindível, não se revestindo em obrigação legal.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento da declaração encaminhada pela Editora Gazeta do Povo S.A., empresa com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, acerca da composição de seu capital social, registrada, nesta Casa, como Ofício "S" nº 13, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Item 13.

ITEM 13
OFICIO "S" Nº 32, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal Ltda., no Município de Leopoldina - MG.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Hélio José.
Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou ler a análise, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Análise.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 32, de 2015, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2015

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 32, de 2015:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Excelência.

Vamos ao item 14.

ITEM 14
OFICIO "S" Nº 11, de 2015
- Não terminativo -

Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.

Autoria: Editora Jornalística Alberto Ltda.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pelo arquivamento

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou fazer direto à leitura do voto, Sr. Presidente, do Senador Marcelo Crivella, o qual leio com muita alegria, como Relator *ad hoc*.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento da declaração encaminhada pela Editora Jornalística Alberto Ltda., empresa com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, acerca da composição de seu capital social, registrada, nesta Casa, como Ofício "S" nº 11, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos ao item 15.

ITEM 15
OFICIO "S" Nº 40, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

O Senador Walter Pinheiro, no seu voto, que relato como Relator *ad hoc*, diz que, em vista do exposto, o voto é pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 40, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Segue o requerimento do Senador Walter Pinheiro:

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações

da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 40, de 2014:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Esses são o voto e o requerimento do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço-lhe, Senador Flexa Ribeiro.

Eu quero comunicar que os itens 2, 3 e 4 serão retirados de pauta.

O item 2, de minha autoria, será retirado de pauta tendo em vista pedido da Liderança do Governo para que eu desse mais um tempo para o pronunciamento do MDIC. Então, eu vou aceitar essa solicitação e o retiro de pauta.

O item 3, de autoria do Senador Randolfe, S. Exª também solicitou que fosse retirado de pauta. Então, está retirado de pauta o item 3.

O item 4, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que também não se encontra presente, trata de projeto de alto teor de discussão. Então, nós também vamos retirá-lo de pauta, para aguardar, numa outra oportunidade, a presença do Senador Aloysio.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para facilitar a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços.

Autoria: Deputada Nilda Gondim

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
2) Em 11/08/2015 e 12/08/2015, foram realizadas duas audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir a Matéria.

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

Autoria: CPI da Espionagem

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014
- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto.
Observações:
1) As matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;
2) Em 18/08/2015, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, em atendimento ao Requerimento n.º 52, de 2015-CCT, de autoria do Senador Telmário Mota;
3) Em 01/09/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Vamos passar a palavra para o Senador Medeiros, para relatar o item 1, o PLC nº 123, de 2011, até obtermos mais duas presenças, para deliberarmos, em globo, os itens de 8 a 12, que foram relatados pelos Senador Omar Aziz, e os itens 12 a 15, que foram relatados pelo Senador Flexa Ribeiro.

Item 1.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, este é o relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre o Projeto de Lei da Câmara nº (PLC) nº 123, de 2011 (o Projeto de Lei nº 1.608, de 2007, na origem), do Deputado Arnon Bezerra, que altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2011, do Senador Gim, que altera o art. 3º, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações, com cláusulas de fidelização do assinante, que tramitam em conjunto.

Relatório.

Vêm ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei da Câmara nº (PLC) nº 123, de 2011, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2011, que tramitam em conjunto.

As duas proposições tratam, em última análise, de assegurar ao usuário do Serviço Móvel Pessoal (SMP) o direito à liberdade de escolha da prestadora, previsto no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Mais especificamente, buscam coibir práticas utilizadas por prestadoras de serviços de telefonia móvel para desestimular seu usuário a substituí-las, por meio da imposição de cláusulas de fidelização.

O PLC nº 123, de 2011, do Deputado Arnon Bezerra, impede o bloqueio do terminal do assinante, exceto no caso de o usuário receber subsídio total ou parcial no preço do aparelho. No caso da existência de subsídio, o bloqueio do terminal móvel não poderá ultrapassar o prazo máximo de doze meses. Determina, ainda, que o desbloqueio seja feito, sem ônus, caso o usuário decida trocar de operadora, resguardada a multa rescisória.

O PLS nº 559, de 2011, do Senador Gim, por sua vez, procura corrigir a assimetria de informação entre prestadora e consumidor antes de ser estabelecida entre as partes relação contratual com prazo mínimo de vigência.

Sr. Presidente, eu estou lendo enquanto os Senadores estão chegando.

Quando houver quórum, o senhor me avise, porque, de repente, podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k., Excelência. Considero procedente essa leitura, até porque se trata de projeto de altíssima relevância. Realmente o seu conteúdo é interessante para que todos nós saibamos o encaminhamento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nesse sentido, determina que, para cada plano de serviço com cláusula de permanência mínima, seja oferecido ao assinante outro equivalente, sem a referida cláusula, e que a operadora informe ao consumidor, no momento da contratação, se houver outras diferenças de custo envolvidas. Além disso, veda a extensão do período de "fidelização" enquanto durar a relação contratual, mesmo que o usuário decida trocar de plano de serviço.

Inicialmente, o PLC nº 123, de 2011, em tramitação autônoma, foi distribuído à Comissão de Ciência e Tecnologia e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. O relatório apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço na CCT não foi apreciado pela Comissão.

Já o PLS nº 559, de 2011, em tramitação autônoma, foi distribuído à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Ciência e Tecnologia em decisão terminativa. Na primeira Comissão, foi aprovado o parecer do relator *ad hoc* da matéria, Senador Anibal Diniz, com emenda que reduzia o tempo máximo de vigência de 18 para 12 meses nos contratos com cláusula de fidelidade. Na segunda, o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg não chegou a ser apreciado.

Posteriormente, por força do Requerimento nº 1.157, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, os projetos passaram a tramitar em conjunto. Retornaram, então, à CCT, mas o relatório apresentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg não chegou a ser examinado pela Comissão.

As proposições continuaram a tramitar ao final da Legislatura e foram então distribuídas na Comissão de Ciência e Tecnologia para parecer deste Relator. Seguem depois para análise da Comissão de Meio Ambiente, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas aos projetos.

Passo à análise.

Tendo em vista que os projetos serão posteriormente apreciados pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, a Comissão de Ciência e Tecnologia analisará a matéria sob os aspectos constantes do inciso VII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista da competência regimental desta Comissão, importa examinar, de início, a regulamentação do SMP pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), consagrada na Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterações posteriores.

Em primeiro lugar, no que se refere aos prazos de permanência em contratos de adesão da telefonia móvel, o Regulamento do SMP, em seu art. 40, transcrito abaixo, dispõe, nos seguintes termos:

Dos prazos de permanência:

Art. 40. A prestadora do Serviço Móvel Pessoal poderá oferecer benefícios aos seus Usuários e, em contrapartida, exigir que os mesmos permaneçam vinculados à prestadora por um prazo mínimo.

Já o art. 81 da norma trata do desbloqueio das estações móveis e determina que o usuário deve ser informado sobre eventuais bloqueios, vedada a cobrança de qualquer valor.

Cite-se, de outra parte, a Súmula nº 8, de 19 de março de 2010, da Anatel, que obrigou as prestadoras do SMP a desbloquearem o terminal do usuário, sem ônus, sempre que solicitado, sem prejuízo de cobrança de multa contratual em caso de descumprimento do prazo de permanência acordado.

Nesse cenário, o bloqueio do terminal, quando existir, não mais representa um empecilho à troca de prestadora, pois o desbloqueio pode ser realizado a qualquer tempo e sem ônus.

No que se refere ao prazo de permanência, a referida Súmula prevê, no caso do SMP, que a desistência de um acordo que lhe proporcionou benefícios obriga o usuário a ressarcir à prestadora.

De forma complementar, a Anatel editou recentemente a Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, que aprovou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações. A referida norma infralegal, além de aperfeiçoar as regras de atendimento aos consumidores previstas nos regulamentos de qualidade de serviços já editados pela Agência, introduz uma série de novas obrigações para as empresas.

Destaque-se a abrangência da Resolução que tem por objetivo estabelecer regras sobre atendimento, cobrança e oferta de serviços relativos não apenas ao SMP, mas também ao Serviço Telefônico Fixo Comutado, ao Serviço de Comunicação Multimídia e aos Serviços de Televisão por Assinatura.

Diga-se que a aplicação dessas novas regras não afasta a incidência da Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), e do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que o regulamentou.

Na verdade, conforme o Conselho Diretor da Anatel, as determinações aprovadas pretendem aumentar a transparência nas relações de consumo e ampliar os direitos de quem utiliza telefonia fixa e móvel, internet e televisão por assinatura.

Para elaborar a norma, a Anatel levou em consideração os principais problemas registrados pelos consumidores na sua central de atendimento. Apenas no ano de 2013, a Agência recebeu mais de 3 milhões de reclamações contra operadoras de serviços de telecomunicações, a maioria delas relacionadas à cobrança.

Entre uma série de outras determinações, o novo regulamento vem ao encontro do espírito que embasou a apresentação do PLC nº 123, e do PLS nº 559, qual seja, o estabelecimento de regras para a relação contratual dos usuários do Serviço com as prestadoras do serviço.

Note-se que o regulamento dedicou ao tema capítulo específico, reproduzido a seguir:

(...)

Sr. Presidente, segue a legislação, à qual eu vou pular a leitura.

Além da evolução da regulamentação do serviço, ressalte-se, por outro lado, que desde que os projetos de lei foram apresentados, a estratégia de competição das empresas de telefonia móvel começou a se adaptar ao comportamento do consumidor, com o abrandamento de regras mais restritivas.

Por exemplo, as prestadoras deixaram de exigir exclusividade do cliente com o surgimento de terminais capazes de operar simultaneamente com duas ou mais prestadoras de serviço e passaram a disputar as recargas de crédito. De outra parte, nesse novo cenário, o bloqueio do terminal, quando existir, não mais representa um empecilho à troca de prestadora, pois o desbloqueio pode ser realizado a qualquer tempo e sem ônus. Dessa forma, a liberdade de escolha do consumidor não está mais restrita ao conjunto de marcas e modelos selecionados por cada operadora. O cidadão é livre para escolher qualquer terminal certificado à venda no Território Nacional e nele acondicionar o *chip* da sua prestadora de serviço.

Nota-se, assim, que os aspectos principais da relação entre prestadora e usuário estão devidamente regulamentados pela Anatel: opção do usuário em contratar ou não o benefício; prazo máximo de fidelização; possibilidade de desistência do benefício a qualquer momento, com indenização proporcional ao tempo residual; e, principalmente, sujeição do contrato às regras previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Em verdade, portanto, as proposições ora em exame trazem para o âmbito legal determinações já previstas em normas infralegais editadas pela Agência Nacional de Telecomunicações . Com isso, pretendem positivar em lei e conferir maior proteção aos usuários da telefonia celular em suas relações de consumo com as prestadoras de serviço.

Tendo em vista, porém, a evolução das práticas nessas relações e a aprovação de regulamentos sobre a matéria ao longo do tempo em que os projetos estão em tramitação, propomos substitutivo que aproveita as disposições mais pertinentes de cada medida e com maior sintonia com as regras infralegais já existentes.

Por considerarmos pertinente, incluímos no texto a vedação expressa de venda de terminais bloqueados como forma de restringir o direito de escolha do usuário. Por fim, consideramos necessário prever penalidades para o não cumprimento das disposições propostas.

Cumpre destacar que, na relatoria de matérias em tramitação conjunta, no caso da aprovação do mérito, o parecer deve optar pelo prosseguimento de uma das matérias e que a outra seja rejeitada. É oportuno, contudo, que ao projeto aprovado sejam adicionados dispositivos da matéria rejeitada que sejam pertinentes e contribuam com o aperfeiçoamento do texto.

Passo ao voto.

Ante o exposto, e considerando o disposto no art. 260, II, "a", do Regimento Interno, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2011, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k..

Só um minutinho, Senador; eu passo a palavra a V. Exª neste instante.

É relativo a este projeto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu iria colocá-lo em discussão. Então, passo a palavra ao Senador Amorim e, em seguida, ao Senador Flexa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, não é com relação a este projeto. Eu queria pedir inversão de pauta do Item 25, porque nós estamos tendo várias comissões simultaneamente, eu tenho um projeto também em outra comissão, a CMA, cuja reunião está ocorrendo, e está chegando a hora de eu relatar lá.

Só peço essa compreensão por parte dos Colegas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k..

Eu farei essa inversão de pauta. A única questão é que nós estamos com o quórum no limite. Então, V. Exª vá e volte, por favor, para não perdermos o quórum aqui. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Farei isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao Senador Flexa, por gentileza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k..

Mais alguém pede vista?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não. Só um minuto, Senador Telmário.

Vista concedida ao nosso Senador Flexa Ribeiro.

O projeto fica para a próxima reunião.

Por favor, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item 42, referente a uma rádio comunitária para o Município de Normandia, onde nasci. Ali há extrema necessidade, e precisamos adiantar esse processo, que será da maior utilidade para aquela região.

Assim, eu queria que V. Exª fizesse a inversão de pauta para que pudéssemos ler o projeto. Ele é terminativo, está muito tempo em pauta, precisamos instalar essa rádio, que é importante. Normandia é o lugar onde fui mais votado na minha região, eu e a Senadora Ângela. Por isso é que ela veio hoje aqui, para que possamos aprovar em conjunto – ela veio só por isso – essa rádio para o Município de Normandia. É um sonho daquele povo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, eu peço também a inversão dos itens 32 e 33, que V. Exª relatou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Itens 32 e 33?

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Item 20, Sr. Presidente. Item 20.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Item 20... Esperem um pouco, para eu não me perder aqui; mas V. Exªs vão ter de ficar aqui. (*Risos.*)

Senadora Ângela, item 20, V. Exª está pedindo inversão de pauta?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tudo bem. Não há problema.

Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Presidente, eu também sou Relatora do item 40, acho. O meu é o 40, que trata também de uma rádio para a minha região, Fonte Boa, e também está aqui o Senador do Amazonas... Cadê? Já foi?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Omar.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eles têm dois, nós também temos dois aqui para relatar, e é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

Serei rápido.

Primeiro, eu gostaria de dizer ao Senador Flexa que, pela importância desse projeto que o Senador Medeiros colocou, e pela minha altíssima concordância, eu também gostaria de pedir vista. Então, eu darei vista coletiva desse projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tranquilo, Senador?

Então, vista coletiva do item 1, relatado pelo Senador Medeiros, que foi lido aqui nos mínimos detalhes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quanto ao pedido de vista, o Senador Medeiros, no seu parecer, faz referência a que o objeto do projeto já foi regulamentado pela Anatel. Então, eu quero fazer uma análise mais profunda sobre se há necessidade de se criar uma lei para algo que já está regulamentado. Se não, nós vamos criar um número infinito de leis, quando certos casos podem ser resolvidos infraconstitucionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Correto, Senador Flexa.

Em discussão, os itens nºs 8 a 15, não terminativos, que tratam sobre as rádios e alterações dos quadros societários.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não é o 25, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Não; eu vou passar já.

Os itens 8, 9, 10 e 11 já foram devidamente lidos pelo Senador Omar, e os votos proferidos.

O item 8 fala sobre o sobrestamento do projeto, nos termos do art. 35 do Regimento Interno do Senado Federal e pela aprovação do requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

O item 9 fala também sobre sobrestamento e encaminhamento.

O item 10, pelo sobrestamento e encaminhamento também ao Ministério das Comunicações, e o item 11.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem vota com o Relator permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovados os Itens 8, 9, 10 e 11.

Passemos à discussão dos itens 12, 13, 14 e 15, que foram lidos também pelo nosso Senador Flexa Ribeiro, e que tratam de processos similares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação em globo dos itens 12 ao 15.

Quem concorda com o devido relato permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos imediatamente à solicitação do Senador Amorim de inversão de pauta. Vou seguir a ordem dos pedidos. O primeiro foi o Amorim.

Então, item 25.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 300, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Para ganhar tempo, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Trata-se de uma concessão, Sr. Presidente, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Malhada dos Bois para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, no Estado de Sergipe, portanto, o meu Estado. Conheço essa realidade. Será bastante benéfica a instalação dessa emissora lá.

Então, Sr. Presidente, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 300, de 2015, não evidenciou violação à legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Malhada dos Bois para a execução de serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, no Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Imediatamente, passamos para o item 42, solicitado pelo Senador Telmário Mota.

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 329, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE ORGANIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE NORMANDIA – SODLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2015, nº 717, de 2012, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Organizada Para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Normandia para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 329, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Sociedade Organizada Para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Normandia para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Passamos imediatamente para o item 20, de autoria da Senadora Ângela Portela, que também solicitou a inversão de pauta.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 221, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, em caráter terminativo, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2015, que aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio à Cultura de São José do Peixe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí.

Passo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 221, de 2015, não evidenciou violação de legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio à Cultura de São José do Peixe para executar serviço de radiodifusão comunitária em São José do Peixe, Estado do Piauí, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Senadora Ângela Portela.

Passo imediatamente ao Senador José Medeiros, que havia solicitado a inversão para os itens 32 e 33, que passo a ler.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DOS ARTISTAS DO VALE DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO FLOR DO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

Tem a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vou direto para o voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Medeiros, vamos ao item 33.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O item 33, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim, o 33. Depois, votaremos o da Senadora Sandra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vou direito ao voto, Sr. Presidente

Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k., Senador Medeiros, muito rápido, um ganho processual de tempo muito bom.

Vamos ao item 40.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CABOCLA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação

Senadora Sandra Braga com a palavra.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2014, 859, de 2013, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cabocla Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Fonte Boa, Estado do Amazonas.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 145, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Cabocla Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente, eu também gostaria de ter a oportunidade para relatar. Também farei leituras rápidas, pois eu tenho quatro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Realmente, Sr. Senador Lasier. Por gentileza.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os meus são os itens 34, 35, 36, 37.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tranquilo. Isso é porque estou passando o carro na frente dos bois, pois eu ia sugerir que o senhor relatasse os projetos do Senador Cristovam. Mas primeiro vamos ao do senhor, Senador Lasier Martins.

Itens 34, 35, 36, e 37.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E LAZER DE QUEIROZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada á RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA. para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA PERIN ASSESSORIA E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

Tem a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, tenho sob minha relatoria quatro projetos de decreto legislativo.

E é sempre bom acentuar que, como os relatórios foram distribuídos, são do conhecimento dos membros da Comissão. E como o exame da documentação não mostrou violação de formalidades legais, eu vou me ater ao voto diretamente.

O item 34, diz respeito à outorga de autorização à Associação Cultural Social e Lazer de Queiroz, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo.

Pela aprovação.

O item 35 diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 153, de 2014, da CCT, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do Município de Nova Veneza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

O item 36 diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 154, de 2014, que renova a permissão outorgada à Rádio Serrana de Bento Gonçalves Ltda., para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Município que conheço muito bem, aliás, por sinal há uma grande concorrência de rádios em Bento Gonçalves, uma das cidades mais prósperas do Rio Grande do Sul.

Por fim, item 37, que diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 185, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Oliveira Perin Assessoria e Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.

Voto.

Somos pela aprovação dos quatro projetos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido, Senador Lasier.

Eu gostaria que o Senador José Medeiros pudesse assumir a Presidência por alguns instantes, para que eu pudesse relatar os itens 30 e 31. Vamos votá-los em globo.

Aproveito a oportunidade para fazer a seguinte discussão com os Colegas: há uma série de outros projetos que poderíamos encaminhá-lo, já que os relatores não estão presentes, são mais ou menos uns 10 projetos terminativos. Então, ou passaríamos para relatorias *ad hoc* e eliminaríamos toda a pauta e, dessa forma, não colocaríamos em votação – após o meu voto – ou colocaríamos em voto tudo que já lemos aqui e, em seguida, colocaríamos, pelo menos para leitura, os demais projetos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Hélio José, questão de ordem.

Temos, na CAE, agora audiência com o Presidente do Banco Central, para debatermos diversos assuntos. Então, se V. Exª pudesse colocar em votação logo e chamar o Senador Eduardo Amorim para fazermos a votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos fazer o seguinte: vou fazer a leitura dos dois projetos de que sou Relator e, em seguida, chamaremos o Amorim, para votarmos o que temos relatado.

Passo a Presidência ao Senador Medeiros, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vamos aos itens 30 e 31.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE CANA BRAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação

Com palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Medeiros, Presidente desta reunião.

Vamos direto ao voto.

Trata-se, do item 30 sobre a concessão, autorização à Associação Comunitária Santos Dumont para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, capital do meu Estado.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 195, de 2015, não obedeceu violação das legislações pertinentes e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato de que outorga autorização à Associação Comunitária Santos Dumont, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do projeto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente José Medeiros.

Em seguida, vamos ao item 31, também de minha relatoria, que trata da outorga, autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Canabrava, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás.

Relato que, ontem, recebi a visita da nossa Prefeita de Uruaçu, região polo da Serra da Mesa. Com muita alegria relato esse projeto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha o PDS 200, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Canabrava, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Devolvo a Presidência ao Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos, antes de votar, porque o Flexinha está aqui e temos os itens 27 e 28. V. Exª poderia relatá-los, Flexinha, para votarmos em globo? O resto vai ser depois.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Flexinha não; é uma flexa respeitável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O resto vai ficar adiado.

Item 27.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 203, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TIMBOTEUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ATRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 244, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BAGRE – ARCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagre, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O relatório é pela aprovação.

Voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 203, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Timboteuense de Radiodifusão Comunitária (ATRC), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vamos ao item 28.

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Bagre (ARCB) para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bagre, Estado do Pará, na Ilha do Marajó, cujo prefeito é nosso companheiro e amigo Gordo. O apelido já diz por que todos nós o conhecemos por Gordo.

O relatório é pela aprovação. Como o anterior, o projeto se encontra com sua documentação dentro da legislação pertinente. O voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Bagre (ARCB) para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bagre, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido, Senador Flexa.

Vou abrir o painel, mas antes disso gostaria de perguntar, acho que não há necessidade nenhuma, aqui temos a orientação, porque agora está chegando a tecnologia para nós, mas todo mundo já vota em painel eletrônico na CAE e outros lugares, então, acho que não há necessidade de ler as orientações para votos, porque são similares.

Então, nós abriremos o painel para votarmos em globo o item 20, da Senadora Ângela Portela; o item 26, do Senador Eduardo Amorim; o item 27, do Senador Flexa; o item 28, também do Senador Flexa; o item 30, do Senador Hélio; o item 31, também do Senador Hélio José; os itens 32 e 33 do Senador Medeiros; os itens 34, 35, 36 e 37, relatados pelo Senador Flexa; o item 40, relatado pela Senadora Sandra Braga; e o item 42, relatado pelo Senador de Normandia, mais votado na região, Senador Telmário. Senadora Sandra Braga, porque as duas Senadoras são muito expressivas nesta Casa, então, a fusão das duas fica mais expressiva ainda, além da simpatia e da alegria de tê-las junto com a gente.

Abrindo o painel de votação, todos que concordam com os relatórios aqui colocados votam "sim", pelos próprios terminais de computador. Vamos votar em globo.

Enquanto essa votação transcorre, essa Presidência vai fazer o seguinte comunicado.

Liberem o painel, por favor. Já liberaram aí, gente?

Vamos ter calma e paciência.

Amigo, está pronto? Está liberado o painel?

Enquanto vocês liberam o painel, comunicado da Presidência.

Esta Presidência recebeu o Aviso nº 669, Seses-TCU- Plenário, no qual o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão 2.151, de 2015, proferido pelo TCU, nos autos do Processo TC 007.688/2015-6. O processo trata de levantamento acerca das políticas públicas e programas do Governo Federal relacionados à inclusão digital. O documento encontra-se à disposição dos Srs. e Srªs Senadores, na Secretaria da CCT. Então, quem quiser tomar conhecimento, por favor, eu gostaria que distribuíssem a todos os nossos Senadores e Senadoras presentes esse documento.

Em votação.

Temos quatro ou cinco votantes, vou votar também. Enquanto a nossa querida assessora, chefe dos nossos universitários, busca o Senador Amorim, para a gente garantir o quórum, eu gostaria de comunicar a todos que a Senadora Rose de Freitas, relatora do item 16, solicitou a retirada de pauta do referido projeto, que é aceita por esta Presidência.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão a P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela rejeição
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 23/06/2015 e 04/08/2015.

Senador Delcídio do Amaral, muito nos alegra aqui a sua presença. O senhor já votou? Completou o quórum. Então, com a presença do Senador Delcídio, podemos encerrar a votação? Podemos encerrar? Aguardar o Eduardo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Está o.k..

Todos os outros itens ficam sobrestados para a próxima reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Senador, tranquilo. Só esperando o Senador Amorim para a gente poder fechar aqui, mas está tranquilo. Agradecido.

(Procede-se à votação.)

Esta Presidência, de ofício, quer indicar o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc* para o item 25, que fora relatado inicialmente pelo Senador Eduardo Amorim. Considerado lido e devidamente encaminhado para votação o item 25 e demais itens, damos como encerrada essa votação.

Antes de encerrar esta reunião, consideremos aprovados todos os itens.

Oito votos SIM, nenhuma abstenção, mais o voto do Presidente, portanto são nove votos favoráveis. Então, estão aprovados todos os itens aqui relatados: item 20; item 25; itens 27 e 28; itens 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40 e 42 da pauta desta reunião. Serão encaminhados para a próxima reunião os demais itens.

Está encerrada a presente reunião da CCT.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

Fale com o Senado
0800 61 2211